

OBRAS ESCOLHIDAS
DE
MAO TSETUNG

Tomo IV

EDIÇÕES EM LÍNGUAS ESTRANGEIRAS PEQUIM

1976

Primeira edição 1975
Segunda edição 1976

A presente tradução está conforme à edição das Obras Escolhidas de Mao Tsetung, Tomo IV (Edições do Povo, Pequim, Setembro de 1960).

Nas notas introduziram-se alterações, para atender as necessidades de edição em línguas estrangeiras.

PERÍODO DA TERCEIRA GUERRA
CIVIL REVOLUCIONÁRIA

A. SITUAÇÃO E A NOSSA POLITICA APÓS A
VITÓRIA NA GUERRA DE RESISTÊNCIA
CONTRA O JAPÃO*

(13 de Agosto de 1945)

Os dias que correm são dias de grandes mudanças na situação do Extremo Oriente. A capitulação do imperialismo japonês é actualmente coisa certa. O factor decisivo da capitulação japonesa é a entrada da União Soviética na guerra. Um milhão de soldados do Exército Vermelho estão entrando no Nordeste da China; esta força é irresistível. O imperialismo japonês não pode mais continuar o combate. A dura e rude Guerra de Resistência do povo chinês acaba de coroar-se com a vitória. Como etapa histórica, a Guerra de Resistência contra o Japão terminou.

Em tais circunstâncias, quais são actualmente as relações entre as diferentes classes na China e quais

* Discurso pronunciado pelo camarada Mao Tsetung numa reunião de quadros em Yen-an. Baseado no método marxista-leninista de análise de classes, o discurso constitui um estudo penetrante da situação política fundamental da China depois da vitória na Guerra de Resistência contra o Japão e formula as tácticas revolucionárias do proletariado. Tal como o camarada Mao Tsetung havia indicado no seu

as relações entre o Kuomintang e o Partido Comunista? Como se apresentarão no futuro? Qual é a política do nosso Partido? Tudo isto são questões que interessam grandemente o povo da totalidade do país e todos os camaradas do nosso Partido. O que se passa com o Kuomintang? Olhem para o seu passado, logo poderão falar sobre o seu presente; olhem para o que foi e o que é, logo poderão falar sobre o seu futuro. No passado, este partido realizou uma guerra civil contra-revolucionária de dez anos. Durante a Guerra de Resistência, desencadeou três campanhas anticomunistas de grande envergadura, em 1940, 1941 e 1943, esforçando-se sempre por transformar cada uma delas em guerra civil à escala nacional. Foi unicamente devido à justa política do nosso Partido e à oposição da totalidade do povo que essas tentativas falharam. Como todos

discurso de abertura do VII Congresso do Partido Comunista da China, em Abril de 1945, a China, após ter vencido o imperialismo japonês, encontrava-se ainda ante dois destinos, duas perspectivas de futuro: ou tornar-se uma China nova ou permanecer a velha China. Os grandes senhores de terras e a grande burguesia, representados por Tchiang Kai-chek, queriam arrancar das mãos do povo os frutos da vitória alcançada na Guerra de Resistência e manter a China como país semicolonial e semifeudal, submetido à sua ditadura. O Partido Comunista da China, representando os interesses do proletariado e das massas populares, lutava com todas as suas forças pela paz e contra a guerra civil; mas, por outro lado, tinha de preparar-se eficazmente contra as maquinações contra-revolucionárias de Tchiang Kai-chek que visavam o desencadeamento da guerra civil à escala nacional, e tinha de adoptar uma política justa, quer dizer, não alimentar ilusões sobre o imperialismo e a reacção, não lhes recelar as ameaças, salvaguardar

sabem, Tchiang Kai-chek, o representante político dos grandes senhores de terras e da grande burguesia na China, é um indivíduo extremamente brutal e traiçoeiro. A sua política consistiu em observar de braços cruzados, esperar pela vitória, conservar as suas forças e preparar-se para a guerra civil. De facto, a vitória por que esperava chegou, e, agora, o “generalíssimo” prepara-se para “descer da montanha”³. Nos últimos oito anos, nós estávamos na montanha e ele à beira da água⁴; durante a Guerra de Resistência, nós estávamos por trás das linhas inimigas e ele tinha-se retirado para a montanha. Agora, ele está a descer da montanha, a descer para apoderar-se dos frutos da vitória.

Nos últimos oito anos, o povo e o exército das nossas regiões libertadas, sem qualquer ajuda exterior e apoian-

resolutamente os frutos da luta do povo e esforçar-se por edificar uma China nova, uma China de democracia nova das grandes massas populares, dirigidas pelo proletariado. A luta decisiva entre os dois destinos, entre os dois futuros que se abriam à China, constitui o conteúdo do período histórico compreendido entre o fim da Guerra de Resistência contra o Japão e a fundação da República Popular da China, isto é, o período histórico da Guerra de Libertação do povo chinês ou Terceira Guerra Civil Revolucionária. Depois da Guerra de Resistência, Tchiang Kai-chek, ajudado pelo imperialismo norte-americano, violou repetidas vezes os acordos de paz e desencadeou uma guerra civil contra-revolucionária numa amplitude sem precedentes, no intento de liquidar as forças populares. Graças à justa direcção do Partido Comunista da China, bastaram apenas quatro anos de luta para que o povo chinês alcançasse uma grande vitória à escala nacional — a derrocada de Tchiang Kai-chek e a fundação duma China nova.

do-se exclusivamente nos seus próprios esforços, libertaram vastas extensões do país e resistiram à maior parte das forças de invasão japonesas e à totalidade, praticamente, das tropas fantoches, e repeliram-nas. Só graças à nossa resistência decidida e à nossa luta heróica puderam os duzentos milhões de habitantes da grande retaguarda5 escapar à violência da bota agressora nipónica e as regiões habitadas por estes duzentos milhões ser preservadas da ocupação japonesa. Tchiang Kai-chek escondeu-se na montanha Omei, com guardas avançadas, guardas essas que eram as regiões libertadas, o povo e o exército dessas regiões. Ao defendermos os duzentos milhões de habitantes da grande retaguarda, nós protegemos esse “generalíssimo” e demos--lhe o tempo e o espaço necessários para manter-se na expectativa, esperando pela vitória de braços cruzados. Tempo: oito anos e um mês. Espaço: uma região habitada por duzentos milhões de pessoas. Fomos nós quem lhe proporcionou tais condições. A não ser graças a nós, ser--lhe-ia impossível manter--se como observador. E, porventura, estará o “generalíssimo” reconhecido? Não, ele não! Este homem nunca soube o que é estar reconhecido. Como é que Tchiang Kai-chek se guindou ao poder? Graças à Expedição do Norte, graças à primeira cooperação entre o Kuomintang e o Partido Comunista, ao apoio do povo que o não tinha ainda percebido. E, uma vez no poder, longe de estar grato ao povo, Tchiang Kai-chek estendeu-o por terra com um soco e mer-gulhou-o num banho de sangue de dez anos de guerra civil. É-vos bem conhecido esse capítulo da História, camaradas. Desta vez, na Guerra de Resistência, o povo chinês voltou

novamente a proteger Tchiang Kai-chek. A guerra está agora a acabar numa vitória, o Japão está a capitular, mas Tchiang Kai-chek de modo nenhum se sente reconhecido ao povo; pelo contrário, folheando os velhos registos de 1927, ele tenta agir segundo a mesma velha via. Ele diz que nunca houve “guerra civil” na China, mas apenas uma simples “exterminação dos bandidos”. Chame a isso o que quiser chamar, o facto é que ele pretende desencadear uma guerra civil anti-povo, pretende massacrar o povo.

Enquanto não se generalizar a guerra civil por todo o país, muita gente do povo e muitos camaradas do nosso Partido não hão-de ter ideias nítidas sobre o assunto. Como a guerra civil ainda não se alastrou em grande escala, como ainda não se generalizou nem se faz abertamente, e os combates não são numerosos, muita gente pensa que “no fim de contas, talvez não rebente nenhuma guerra civil!”. Mas muitos há que receiam a guerra civil. E o seu receio não deixa de ter fundamento. Houve dez anos de combates, e logo a seguir outros oito anos de Guerra de Resistência; se os combates continuam, onde irá tudo acabar? É muito natural que surjam tais receios. No que diz respeito às maquinações de Tchiang Kai-chek para desencadear a guerra civil, a política do nosso Partido tem sido clara e consequente: opor-se resolutamente à guerra civil, condená-la e evitá-la. E, nos dias que virão, continuaremos, com o máximo de esforços e de paciência, a guiar o povo na prevenção da guerra civil. Contudo, é preciso estar bem consciente de que o perigo da guerra civil é extrema-mente grave, pois a política de Tchiang Kai-chek já

está traçada. A política de Tchiang Kai-chek é a guerra civil. A nossa política, a política do povo, é contra a guerra civil. Os únicos adversários da guerra civil são o Partido Comunista da China e o povo chinês; lamentamos que Tchiang Kai-chek e o Kuomintang não estejam aí incluídos! Portanto, uma das partes não quer bater-se, mas a outra sim. Se as duas partes não quisessem bater-se, não haveria guerra. Mas, como só uma das partes é contra a guerra e não é ainda suficientemente forte para bloquear a outra, o perigo de guerra civil apresenta-se extremamente grave.

O nosso Partido já mostrou, na devida altura, que Tchiang Kai-chek se obstinaria na sua política reaccionária de ditadura e de guerra civil. Antes, durante e após o VII Congresso do Partido, fizemos todos os esforços necessários para chamar a atenção do povo sobre o perigo da guerra civil, a fim de que todo o povo, os membros do nosso Partido e o nosso exército estivessem mentalmente preparados com bastante antecedência. Esse é um ponto muito importante, e há um mundo de diferença entre estar ou não estar mentalmente preparado. Em 1927, o nosso Partido encontrava-se ainda na sua infância e não estava de modo algum preparado mentalmente para enfrentar o ataque contra-revolucionário, lançado de surpresa por Tchiang Kai-chek. Assim, perderam-se em pouco tempo os frutos da vitória conquistados pelo povo, este teve de suportar longos sofrimentos e a China radiosa foi mergulhada nas trevas. Desta vez, as coisas são diferentes; o nosso Partido ganhou a rica experiência de três revoluções e adquiriu um grau de maturidade política muito mais elevado. Já muitas vezes o Comité

Central do Partido pôs em evidência o perigo de guerra civil, de maneira a que todo o povo, todos os camaradas do Partido e o exército dirigido por este estejam preparados.

Tchiang Kai-chek procura sempre arrebatrar ao povo toda e qualquer fracçãozinha de poder, o mais pequeno benefício conquistado. E nós? A nossa política consiste em responder-lhe taca o taca e em batermo-nos por cada polegada de terreno. Agimos tal como ele. Tchiang Kai-chek procura sistematicamente impor a guerra ao povo, uma espada na mão esquerda e outra na mão direita. Seguindo o seu exemplo, nós empunhamos igualmente as espadas. Nós só descobrimos esse método após investigação e estudo. Essa investigação e esse estudo são muito importantes. Sempre que vemos um homem empunhando algo, devemos investigar. O que é que ele segura nas mãos? Espadas. Para que servem as espadas? Para matar. Quem quer ele matar com as suas espadas? O povo. Uma vez tudo esclarecido, há que investigar ainda mais: o povo chinês também tem mãos, pode pegar em espadas, e, se não as tem, pode forjá-las. O povo chinês descobriu esta verdade depois de longa investigação e estudo. Os caudilhos militares, os senhores de terras, os déspotas locais, os maus nobres e os imperialistas, todos empunham espadas e estão dispostos a matar. O povo compreendeu isso e, por consequência, age da mesma maneira. Alguns de nós descaram muitas vezes essa investigação e esse estudo. Tchen Tu-siu, por exemplo, não compreendeu que se podia matar com espadas. Alguns dizem: isso é uma verdade banal; como pode um dirigente do Partido Comunista ignorá-la? É

inexplicável. Tchen Tu-siu nunca fez investigações nem estudos e por isso não compreendeu o problema, daí que lhe chamássemos oportunista. Quem não fez investigações nem estudos não tem direito à palavra, portanto privámos Tchen Tu-siu desse direito. Nós escolhemos uma via diferente da de Tchen Tu-siu e habilítámos o povo, oprimido e massacrado, a empunhar espadas. Se de novo alguém tentar matar--nos, agiremos como ele. Ainda não há muito tempo, o Kuomintang enviou seis divisões para um ataque à nossa sub-região de Quantchum; três delas penetraram aí e ocuparam uma superfície de vinte por cem lis. Nós actuámos à sua maneira e aniquilámo-las integral, radical e totalmente nessa superfície de vinte por cem lis⁶. A nossa política é responder taco a taco e bater-nos por cada palmo de terra; nunca permitiremos que o Kuomintang se apodere tranquilamente do nosso solo e mate a nossa gente. Evidentemente que lutar por cada polegada de terreno não significa adoptar a velha linha “esquerdista” de “não abandonar uma só polegada de terreno nas bases de apoio”. Desta vez, abandonámos uma superfície de vinte por cem lis. Abandonada por volta dos fins de Julho, ela foi retomada nos princípios de Agosto. Após o Incidente do Sul de Anghuei, o oficial de ligação do Kuomintang perguntou-me um dia o que pensávamos fazer. Eu respondi-lhe: “Você passa todo o seu tempo em len-an e ainda não sabe? ‘Se Ho nos ataca, nós atacamos. Se Ho pára, nós paramos’ “7. Nessa altura, Tchiang Kai-chek não foi mencionado, mas apenas Ho In-tchin. Hoje, nós dizemos: “Se Tchiang nos ataca, nós atacamos. Se Tchiang pára, nós paramos”. Agiremos tal como ele.

E, como Tchiang Kai-chek neste momento afia as suas espadas, devemos igualmente afiar as nossas. Os direitos conquistados pelo povo jamais devem ser abandonados de ânimo leve; pelo contrário, devem ser defendidos com luta. Nós não queremos a guerra civil. Mas, se Tchiang Kai-chek insiste em impor uma guerra civil ao povo chinês, a única coisa que poderemos fazer será pegar em armas e combatê--lo em legítima defesa, para proteger a vida, os bens, os direitos e o bem-estar do povo das regiões libertadas. Será uma guerra civil que ele nos terá imposto. E, se não conquistarmos a vitória, não culparemos o céu nem a terra, mas simplesmente a nós mesmos. E que ninguém pense que o povo pode ser facilmente despojado ou defraudado dos direitos que conquistou; isso não é possível. No ano passado, um correspondente norte-americano perguntou-me: “Quem vos deu o poder de agir?” Eu respondi-lhe: “O povo”. Quem mais, realmente, senão o povo? O Kuomintang, que governa, não nos deu qualquer poder. Ele não nos reconhece. É com o título de “organização cultural” que nós participamos no Conselho Político Nacional⁸, segundo o estipulado no seu regulamento. Mas nós não somos uma “organização cultural”, dizemos, temos um exército e somos uma “organização militar”. Em 1 de Março deste ano, Tchiang Kai-chek declarou que o Partido Comunista só poderia obter estatuto legal no caso de entregar o seu exército. E a declaração de Tchiang Kai--chek continua de pé. Ora, nós não abandonámos o nosso exército, razão por que não temos estatuto legal e “desafiamos as leis humanas e divinas”. O nosso dever é sermos responsáveis perante o povo. Cada

uma das nossas palavras, cada um dos nossos actos e cada uma das nossas medidas políticas devem conformar-se aos interesses do povo, e, se se cometem erros, há que corrigi-los — eis o que significa ser responsável perante o povo. Camaradas! O povo quer a libertação e, por isso, entrega o poder àqueles que são capazes de representá-lo e de trabalhar lealmente para ele, quer dizer, a nós, comunistas. Como representantes do povo, temos de representá-lo bem e não agir como Tchen Tu-siu. Perante os ataques contra-revolucionários lançados contra o povo, Tchen Tu-siu não adoptou a política de responder taco a taco e bater-se por cada polegada de terreno; como resultado, em 1927, no espaço de alguns meses, o povo perdeu todos os direitos que havia conquistado. Desta vez devemos estar preparados. A nossa política é absolutamente diferente da de Tchen Tu-siu; ne-nhuma trapaça poderá confundir-nos. Devemos manter a cabeça lúcida e ter uma política justa; não devemos cometer erros.

A quem devem pertencer os frutos da vitória da Guerra de Resistência? A resposta é muito clara. Tome-se, como exemplo, um pessegueiro. A árvore dá os pêssegos, que representam os frutos da vitória. Quem terá o direito de colher os pêssegos? Pergunte--se quem plantou e regou a árvore. Escondido na montanha, Tchiang Kai-chek não carregou um só balde de água, mas estica todo o seu braço para colher os pêssegos. “Eu, Tchiang Kai-chek, sou o dono destes pêssegos”, diz ele, “sou o proprietário da terra, vocês são os meus servos, eu não autorizo que colham nem um só pêssego”. Já o rebatemos na imprensa. Dissemos: “Tu nunca carregaste um balde

de água, não tens, portanto, o direito de colher os pêssegos. Nós, povo das regiões libertadas, regámos a árvore dia a dia, nós temos todo o direito de colher os frutos”. Camaradas! A vitória da Guerra de Resistência foi alcançada pelo povo à custa de sangue e sacrifícios, ela deve ser uma vitória do povo e é para o povo que deverão ir os frutos da Guerra de Resistência. Tchiang Kai-chek mostrou-se passivo na resistência ao Japão, mas activo no anticomunismo. Ele foi a barreira nessa Guerra de Resistência do povo. Agora, essa barreira adianta-se para açambarcar os frutos da vitória, quer que a China, depois da vitória, regresse à sua velha situação de pré-guerra e não quer admitir a mínima mudança. Isto gera a luta. E, camaradas, trata-se duma luta muito séria. Que os frutos da vitória na Guerra de Resistência devam ir para o povo, é uma coisa; que quem os irá colher será ou não o povo, é outra coisa. Não pensem que todos os frutos da vitória hão-de fatalmente cair nas mãos do povo. Tchiang Kai-chek há-de surripiar uma boa quantidade de grandes pêssegos, como Xangai, Nanquim, Handjou e outras grandes cidades. Ele age de conivência com o imperialismo norte-americano, e nestas regiões eles estão na mó de cima, enquanto que o povo revolucionário pode apenas ocupar, em geral, os campos. Há ainda um outro lote de pêssegos que será disputado pelas duas partes. Trata--se das cidades, médias e pequenas, situadas ao longo do sector da linha ferroviária Tatom-Pudjou, a norte da cidade de Tai-ian; no sector médio da linha ferroviária Pepim-Sui-ian; ao longo da linha ferro-viária Pepim-Liaonim; ao longo do sector da linha ferroviária Pepim-Hancou, a norte da cidade de

Tchendjou; ao longo das linhas ferroviárias Tchen-tim-Tai-uan, Paicuei-Tzintchem¹⁰, Tedjou-Chequia-tch-uam, Tientsim-Pucou, Tsintao-Tsinan; e ao longo do sector da linha ferroviária de Lom-hai, a leste da cidade de Tchendjou. Essas cidades médias e pequenas têm de ser disputadas; elas são os pêssegos grandes e pequenos que foram regados com o sangue e o suor do povo das regiões libertadas. Neste momento é difícil dizer se tais zonas cairão nas mãos do povo. Só duas palavras podemos dizer agora: lutar duro. E haverá zonas que de certeza cairão nas mãos do povo? Sim, haverá. Serão as grandes regiões rurais e as numerosas cidades das províncias de Hopei, Tchahar e Jehol¹¹, da maior parte do Xansi, do Xantum e do norte do Quiansu, com aldeias ligadas entre si e cerca de uma centena de cidades numa região, setenta a oitenta noutra, quarenta a cinquenta numa terceira —no total três, quatro, cinco ou seis regiões deste género, grandes e pequenas. E que tipo de cidades são? Médias e pequenas. Nós estamos seguros quanto a elas, temos a força necessária para colher estes frutos da vitória. Será a primeira vez, na história da revolução chinesa, que conseguiremos uma tal porção de frutos. Historicamente, só depois de termos esmagado a terceira campanha inimiga de “cerco e aniquilamento” na última metade de 1931, é que conseguimos controlar um conjunto de vinte e uma capitais de distrito¹² na base de apoio central do Quiansi, mas entre elas não havia qualquer cidade média. Com essas vinte e uma pequenas cidades, ligadas entre si, a população atingiu, no máximo, os dois milhões e meio de habitantes. Apoiando-se nisso, o povo chinês pôde prosseguir tão longa

luta, alcançar tão grandes vitórias e esmagar tão grandes campanhas de “cerco e aniquilamento”. Posteriormente fomos derrotados, facto cuja responsabilidade devemos imputar a nós mesmos, por não termos combatido bem, e não a Tchiang Kai-chek. Desta vez, se juntarmos dezenas de grandes e pequenas cidades em uma única região, e se se formarem três, quatro, cinco ou seis regiões dessa grandeza, o povo chinês disporá de três, quatro, cinco ou seis bases revolucionárias, maiores que a base de apoio central da província de Quiansi, e a situação será bem prometedora para a revolução chinesa.

Se consideramos a situação no seu conjunto, a etapa da Guerra de Resistência contra o Japão está terminada; a nova situação e a nova tarefa é a luta interna. Tchiang Kai-chek fala de “construção nacional”. Daqui para diante, a luta será determinar que tipo de país se deve edificar. Construir um país de democracia nova das grandes massas populares, sob a direcção do proletariado, ou um país semi-colonial e semifeudal, submetido à ditadura dos grandes senhores de terras e da grande burguesia? Será uma luta bastante complexa. Actualmente, esta luta toma a forma de combate entre Tchiang Kai--chek, que procura usurpar os frutos da vitória da Guerra de Resistência, e nós, que nos opomos a essa usurpação. No decurso deste período, o oportunismo consiste em não lutar duramente e oferecer a Tchiang Kai-chek os frutos que devem caber ao povo.

Poderá rebentar uma guerra civil aberta e geral? Isto depende dos factores internos e internacionais. Os factores internos consistem, antes de tudo, na nossa força e no grau da nossa consciência política.

Considerando a tendência geral da situação no exterior e no interior do país e os sentimentos do povo, será possível, com as nossas próprias lutas, localizar a guerra civil ou retardar a eclosão duma guerra civil à escala nacional? Sim, esta possibilidade existe.

Se Tchiang Kai-chek tentar desencadear uma guerra civil, há-de encontrar numerosas dificuldades. Em primeiro lugar, nas regiões libertadas há cem milhões de habitantes, um milhão de soldados e mais de dois milhões de milicianos do povo. Segundo, as pessoas politicamente conscientes, que se encontram nas regiões controladas pelo Kuomintang, são contra a guerra civil, o que constitui uma certa forma de en-trave para Tchiang Kai-chek. Terceiro, no seio do Kuomintang há um sector que não é pela guerra civil. A situação actual difere consideravelmente da de 1927. O nosso Partido, especialmente, encontra-se hoje em condições bem diferentes das de 1927. Naquela altura, o nosso Partido estava ainda na sua infância, faltava-lhe lucidez e experiência quanto à luta armada e não conhecia a política de responder taco a taco. Hoje, o nível de consciência política no nosso Partido é muito mais elevado.

Além do aspecto da nossa própria consciência política, a consciência política da vanguarda do proletariado, existe ainda a questão da consciência política das massas populares. Quando o povo não está ainda politicamente consciente, é muito possível que os frutos da revolução passem para outras mãos. Isto aconteceu já no passado. Mas hoje a consciência política do povo chinês atingiu igualmente um nível muito mais elevado. Nunca foi tão alto o prestígio do nosso Partido entre o

povo. Mas, no seio do povo, muito particularmente entre a população das regiões ocupadas pelos japoneses ou controladas pelo Kuomintang, ainda há muita gente que continua a depositar confiança em Tchiang Kai-chek e mantém ilusões acerca do Kuomintang e dos Estados Unidos, ilusões que Tchiang Kai-chek se esforça, aliás, por generalizar. O facto de um sector do povo chinês não estar ainda politicamente consciente, mostra que muito nos falta fazer no nosso trabalho de propaganda e organização. O despertar político do povo não é fácil. Para desembaraçar o povo das suas ideias erradas, é-nos necessário um esforço sério e considerável. Devemos varrer o que há de atrasado na mente do povo chinês, da mesma maneira que varremos o chão dos nossos quartos. Sem ser varrida, a poeira nunca desaparecerá por si mesma. Devemos fazer um grande trabalho de propaganda e educação entre as massas populares, de modo que compreendam a situação real e a marcha dos acontecimentos na China e confiem nas suas próprias forças. É a nós que cabe organizar o povo. É a nós que cabe organizar o povo para abater os reaccionários na China. Tudo o que é reaccionário é assim: enquanto não o golpeamos, não cai. É como quando se varre o chão; em princípio, onde a vassoura não passa, a poeira não desaparece por si mesma. A sul da região fronteiriça Xensi-Cansu-Ninsia, há um rio chamado Tchietsé. A sul do rio encontra-se o distrito de Luotchuan e, a norte, o distrito de Fucien. O norte e o sul do rio são dois mundos distintos. O sul está controlado pelo Kuomintang e, como nós ainda lá não chegámos, o povo está sem organização e o lixo acumula-se. Alguns dos nossos camaradas

crêem unicamente na influência política, imaginam que os problemas só podem ser resolvidos através desta influência. É uma crença cega. Em 1936, nós estávamos em Pao-aní³. A quarenta ou cinquenta lis dali, havia uma aldeia fortificada, dominada por um despótico senhor de terras. O Comité Central do Partido funcionava, então, em Pao-an e a nossa influência política podia ser de facto considerada como muito grande, e, não obstante, os contra-revolucionários daquela aldeia recusavam-se obstinadamente a render-se. Varremos o sul, varremos o norte, mas em vão. Não foi senão quando a nossa vassoura avançou directamente contra a aldeia que o senhor de terras se pôs a gritar: “Ai! eu desisto!”¹⁴. Assim se passam as coisas neste mundo. Os sinos não soam se ninguém os toca. As mesas não andam se ninguém as desloca. O Japão não capitularia se o Exército Vermelho da União Soviética não entrasse no Nordeste da China. As tropas japonesas e as tropas fantoches nunca teriam deposto as armas se as nossas forças não as tivessem combatido. A influência política só pode produzir total efeito ali onde a vassoura passa. A nossa vassoura é o Partido Comunista, o VIII Exército e o Novo IV Exército. Com a vassoura na mão, deve-se aprender a varrer; não se deve ficar na cama sonhando que um vento soprará, fazendo desaparecer toda a poeira. Nós, marxistas, somos realistas revolucionários, nunca alimentamos sonhos vãos. Há um velho ditado chinês que diz: “Levanta--te de madrugada e varre o pátio”¹⁵. A madrugada é o nascimento dum novo dia. Os nossos antepassados disseram-nos que nos levantássemos e varressemos desde que começasse a despontar o dia. Eles

fixaram-nos uma tarefa. Só pensando e agindo assim poderemos ter proveito e encontrar uma ocupação. A China possui um imenso território, a nós compete varrê-lo de ponta a ponta, palmo a palmo. Em que base deverá assentar a nossa política? Na base das nossas próprias forças: é o que se chama

apoiar-se nas suas próprias forças. Nós não estamos sós, todos os países e povos do mundo em luta contra o imperialismo são nossos amigos. Contudo, nós insistimos na necessidade de apoiar-nos nas nossas próprias forças. Apoiando-nos nas forças que nós mesmos organizamos, podemos derrotar todos os reaccionários chineses e estrangeiros. De modo oposto, Tchiang Kai-chek apoia-se em absoluto na ajuda do imperialismo norte-americano, que ele considera como seu esteio basilar. A trindade de ditadura, guerra civil e venda do país tem sido sempre a base da sua política. O imperialismo norte-americano pretende ajudar Tchiang Kai-chek a desencadear a guerra civil e a converter a China numa dependência dos Estados Unidos, política que foi igualmente fixada há já muito. Mas, embora aparente ser forte, o imperialismo norte-americano é interiormente fraco. Devemos conservar o espírito lúcido, quer dizer, não acreditar nas “belas palavras” dos imperialistas nem temer-lhes as ameaças. Um norte-americano disse-me uma vez: “Vocês deviam ouvir o que diz Hurley e deixar alguns dos vossos ser funcionários no governo do Kuomintang”¹⁶. Eu respondi-lhe: “Não é fácil ser funcionário quando se tem os pés e as mãos atados; nós não estamos dispostos a actuar assim.

Se nos tornamos funcionários, os nossos pés e mãos

devem estar livres, devemos estar livres para poder agir, quer dizer, impõe-se a formação dum governo de coalizão numa base democrática”. E ele afirmou: “Se não o fizerem, isso será mau”. E eu perguntei: “Porquê?”. Retorquiu ele: “Primeiramente, porque serão censurados pelos norte-americanos; segundo, porque estes apoiarão Tchiang Kai-chek”. Eu respondi-lhe: “Se vocês, norte-americanos, bem comidos e bem dormidos, quiserem censurar-nos e apoiar Tchiang Kai-chek, isso é um problema vosso; eu não interferirei. O que nós temos actualmente é milho miúdo e espingardas; o que vocês possuem é pão e canhões. Se quiserem apoiar Tchiang Kai-chek, apoiem-no, e durante o tempo que desejarem. Mas não esqueçam uma coisa: a quem pertence a China? Em última análise, a China não pertence a Tchiang Kai-chek, a China pertence ao povo chinês. Há-de vir seguramente o dia em que vos será impossível apoiar Tchiang Kai-chek”. Camaradas! O norte-americano pretendia intimidar-nos. Os imperialistas são mestres neste tipo de jogo, e há muita gente nas colónias que se deixa amedrontar. Os imperialistas julgam que toda a gente das colónias pode ser intimidada, e não concebem que na China haja pessoas a quem tal jogo não mete medo. No passado, nós criticámos e denunciámos abertamente a política norte-americana de ajuda a Tchiang Kai-chek no combate aos comunistas; isso era necessário e nós continuaremos a agir assim.

A União Soviética enviou as suas tropas, o Exército Vermelho veio ajudar o povo chinês a expulsar o agressor; tal acontecimento não tem precedentes na História da China. A sua influência é incalculável. Os órgãos

de propaganda dos Estados Unidos e de Tchiang Kai-chek esperavam varrer a influência política do Exército Vermelho com duas bombas atómicas¹⁷. Mas esta influência não pode ser varrida; não é coisa assim tão fácil. Poderão acaso as bombas atómicas decidir o desfecho duma guerra? Não, não podem. As bombas atómicas não podiam forçar o Japão à capitulação. Sem as lutas travadas pelo povo, as bombas atómicas por si sós seriam ineficazes. Se as bombas atómicas pudessem decidir da guerra, por que razão, pois, pedir à União Soviética que en-trasse na guerra? Por que é que o Japão não capitulou quando lhe lançaram as duas bombas atómicas, mas fê-lo logo após o envio de tropas pela União Soviética? Alguns dos nossos camaradas crêem igualmente que a bomba atómica é toda poderosa; isto é um grande erro. Esses camaradas demonstram até menos senso que um par da Inglaterra. Há um par da Inglaterra que se chama Mountbatten. Ele afirmou que o erro mais crasso seria considerar que a bomba atómica podia decidir da guerra¹⁸. Tais camaradas estão mais atrasados do que Mountbatten. Que tipo de influência os levou a considerar a bomba atómica como algo milagroso? A influência burguesa. Donde vem essa influência? Da educação que receberam nas escolas burguesas, da imprensa e das agências de informação burguesas. Existem duas concepções do mundo e duas metodologias: a concepção e a metodologia proletárias e a concepção e a metodologia burguesas. Frequentemente, esses camaradas valem-se da concepção e da metodologia burguesas e esquecem a concepção e a metodologia proletárias. A tese de que “as armas decidem de tudo”, o ponto de vista pura-

mente militar, o estilo de trabalho burocrático cortado das massas, as ideias individualistas e coisas semelhantes, tudo isso é influência burguesa. Há que varrer com frequência essa influência burguesa das nossas fileiras, tal como varremos a poeira.

A entrada da União Soviética na guerra decidiu da capitulação japonesa, e a situação na China entrou num novo período. Entre a Guerra de Resistência e o novo período há uma etapa de transição. No decorrer desta etapa de transição, a luta consiste em opor-se à usurpação por Tchiang Kai-chek dos frutos da vitória alcançados na Guerra de Resistência. Tchiang Kai-chek quer desencadear uma guerra civil à escala nacional e a sua política já está fixada; precisamos de estar preparados para isso. Devemos estar bem preparados seja qual for o momento em que tal guerra rebente. E se ela estala bem cedo, digamos amanhã pela manhã, devemos estar igualmente bem preparados. Este é o primeiro ponto. Na actual conjuntura internacional e interior, é possível que a guerra, durante algum tempo, seja limitada em escala e localizada. Este é o segundo ponto. O primeiro ponto representa aquilo para que devemos preparar-nos e o segundo ponto representa aquilo que já existe há algum tempo. Em resumo, temos de estar preparados. Estando preparados, poderemos enfrentar adequadamente todas as situações, por mais complexas que sejam.

NOTAS

1 A 8 de Agosto de 1945, o governo soviético declarou guerra ao Japão. No dia 10, o governo mongol procedeu a idêntica declaração. Desiocando-se por terra e por mar, o Exército Vermelho soviético entrou no Nordeste da China e na Coreia e desbaratou rapidamente o exército japonês. As forças conjuntas soviético-mongóis atravessaram o deserto da Mongólia Interior e penetraram nas províncias de Jehol e de Tchahar. No dia 10 de Agosto, o governo japonês viu-se obrigado a enviar uma nota pedindo a sua capitulação e, a 14 de Agosto, anunciou oficialmente a sua rendição incondicional. O exército do Quantum constituía a elite das forças principais do exército japonês e era a reserva estratégica geral do Japão. Os imperialistas japoneses tinham sonhado apoiar-se nesta força para realizarem uma guerra longa, a partir da sua posição estratégica vantajosa no Nordeste da China e na Coreia. Esse plano foi completamente frustrado com a entrada da União Soviética na guerra, pelo que o governo japonês teve de reconhecer a sua derrota e capitular.

2 Para maiores detalhes, ver “Comentário à XI Sessão Plenária do Comité Executivo Central do Kuomintang e à II Sessão do III Conselho Político Nacional”. Obras Escolhidas de Mao Tsetung, Tomo III.

3 Trata-se da montanha Ornei, na província de Setchuan, e, mais genericamente, das regiões montanhosas do Sudoeste e do Noroeste da China. Depois da ocupação de Vuhan pelo exército japonês, em 1938, Tchiang Kai-chek refugiou-se nessas regiões montanhosas com as suas principais forças e seguiu, como espectador, a luta áspera e dura do povo e do exército das regiões libertadas contra os invasores, por trás das linhas inimigas.

4 Antes da Guerra de Resistência contra o Japão, a maior parte das bases revolucionárias dirigidas pelo Partido Comunista da China situavam-se em regiões montanhosas. Nessa altura, o poder de Tchiang Kai-chek concentrava-se nas grandes cidades, situadas ao longo dos grandes rios e na costa. Daí a afirmação do camarada Mao Tsetung: “nós estávamos na montanha e ele à beira da água”.

5 Durante a Guerra de Resistência, as primeiras linhas encontravam-se situadas no Norte, no Leste, no Centro e no Sul da China. As regiões controladas pelo Kuomintang no Sudoeste e no Noroeste da China, e que não estavam ocupadas pelas tropas agressoras japonesas, eram geralmente designadas por “grande retaguarda”.

6 A 21 de Julho de 1943, a 59a Divisão Provisória e a 2a Divisão de Cavalaria de Hu Tsum-nan, comandante da I Zona de Guerra do Kuomintang, atacaram de surpresa o monte Ietai, no distrito de Tchouen-hua da sub-região de Quantchum, da região fronteiriça Xensi-Cansu-Ninsia. A 23 de Julho, Hu Tsum-nan enviou a sua 3a Divisão de Reserva em reforço do ataque. A 27 de Julho, as nossas forças retiraram-se, de sua livre iniciativa, tanto do monte Ietai como de quarenta e uma aldeias a Oeste desse monte. As forças do Kuomintang prosseguiram os seus ataques contra Siunyi, Iaocien e outras localidades. A 8 de Agosto, as nossas forças contra-atacaram as tropas agressoras kuomintanistas e retomaram a região do monte Ietai.

7 Na Guerra de Resistência, o Kuomintang manteve um oficial de Estado-Maior em Ien-an para assegurar as ligações. Ho é Ho In-tchin, chefe do Estado-Maior General do Kuomintang. A 19 de Outubro e a 8 de Dezembro de 1940, Tchiang Kai-chek expediu dois telegramas, assinados com os nomes de Ho In-tchin e de Bai Tchou-si, vice-chefe do Estado-Maior General do Kuomintang, caluniando ultrajantemente o VIII Exército e o Novo IV Exército que persistiam no combate por trás das linhas japonesas e intimando arbitrariamente as forças armadas populares anti-japonesas, que operavam a Sul do rio Amarelo, a retirar-se para Norte do mesmo rio, em prazo determinado. Foi nessa altura que os reaccionários do Kuomintang provocaram o Incidente do Sul de Anghuei ao atacarem de surpresa as unidades do Novo IV Exército, que marchavam para o Norte. Nesse momento, o Partido Comunista da China fazia referências a Ho

In-tchin como representante dos reaccionários kuomintanistas que haviam desencadeado a grande campanha anticomunista, mas, na realidade, quem se tinha em vista era Tchiang Kai-chek.

8 O “Conselho Político Nacional” era um órgão consultivo criado

pelo governo do Kuomintang depois do começo da Guerra de Resistência. Os seus membros eram “escolhidos” pelo governo do Kuomintang; a maioria pertencia ao Kuomintang e só uma pequena minoria pertencia ao Partido Comunista e aos outros partidos políticos. Além disso, o governo do Kuomintang não reconhecia nem igualdade nem estatuto legal aos partidos que se opunham à agressão japonesa; não autorizava os membros desses partidos a participarem no Conselho como representantes dos seus próprios partidos. Uma das disposições do “Regulamento Orgânico do Conselho Político Nacional”, promulgado pelo governo do Kuomintang, estipulava que podiam ser membros do Conselho “as pessoas que, ao serviço de importantes organizações culturais ou económicas, durante três ou mais anos, tivessem adquirido prestígio, e aquelas que se dedicassem aos assuntos de Estado e gozassem, de há muito, de certo prestígio”. Foi segundo esta disposição que o Kuomintang “escolheu” alguns membros do Partido Comunista da China para fazerem parte do tal Conselho.

9 Alusão a “Tchiang Kai-chek Provoca a Guerra Civil”, comentário feito pelo camarada Mao Tsetung para a Agência Hsinghua. Ver o presente tomo.

10 Via férrea não acabada no sudeste da província de Xansi, entre Paicuei, no distrito de Tchicien, e Tzintchem.

11 A província de Tchahar foi suprimida em 1952 e a de Jehol em 1955. Os respectivos territórios passaram a fazer parte das províncias de Hopei, Xansi e Liaonim.

12 As vinte e uma capitais de distrito referidas eram Juei-quin, Hueitcham, Siunvu, An-iuam, Sinfom, Iutu, Sincuo, Nintu, Cuantcham, Chetchem e Litchuan na província de Quiansi, e Quienim, Tainim, Nin-hua, Tchincliu, Cueihua, Lon-ien, Tchantim, Lientchem, Chan-ham e Iontim na província de Fuquien.

13 Pao-an era um distrito no noroeste da província de Xensi. Chama-se agora Tchetan. O Comité Central do Partido Comunista da China manteve aí a sua sede, de princípios de Julho de 1936 a Janeiro de 1937. Mais tarde transferiu-a para Ien-an.

14 Essa aldeia fortificada era Tampatchai, no sudoeste do distrito de Pao-an. A aldeia era composta por mais de duzentas famílias e ocupava uma posição de acesso muito difícil. Havia muito tempo

que o respectivo senhor de terras, um déspota local chamado Tsao Tsiun-tcham, se tinha entrincheirado aí à frente de um bando reaccionário armado de mais de cem homens. Por várias vezes, a aldeia foi cercada pelo Exército Vermelho que, contudo, não a conseguiu tomar. Em Agosto de 1936, o Exército Vermelho, ao mesmo tempo que mantinha o cerco a Tampatchai, utilizando para isso as forças armadas locais, procurou ganhar a si as massas principais da aldeia e desintegrar o inimigo do interior. Em Dezembro do mesmo ano, o bandido Tsao fugiu com um punhado dos seus homens e Tampatchai foi libertada.

15 Extracto de Máximas para Bem Governar uma Família, obra escrita por Tchu Pai-lu (século XVII).

16 Trata-se do coronel David D. Barrett, chefe do grupo de observação do exército norte-americano em Ien-an. Esse grupo fora enviado a Ien-an, em 1944, com o acordo do Partido Comunista da China, pelas forças norte-americanas em guerra contra o Japão. Patrick J. Hurley, político reaccionário, membro do Partido Republicano, veio para a China em Setembro de 1944, na qualidade de representante pessoal do presidente dos Estados Unidos e, no fim do mesmo ano, foi nomeado embaixador dos Estados Unidos na China, junto do governo do Kuomintang. Ver “Como Yukong Removeu as Montanhas”, nota 2, Obras Escolhidas de Mao Tsetung, Tomo III.

17 Os Estados Unidos lançaram uma bomba atómica sobre Hiroxima a 6 de Agosto de 1945 e outra sobre Nagasáqui a 9. Os órgãos de propaganda dos Estados Unidos e do Kuomintang fizeram grande alarido à volta deste acontecimento, afirmando que o governo japonês tinha capitulado com medo das bombas atómicas norte-americanas. Com esta propaganda, eles esperavam minimizar o papel decisivo da entrada em guerra da União Soviética na capitulação do Japão.

18 Mountbatten, então comandante supremo das Forças Aliadas no Sudeste Asiático, fez uma declaração a 9 de Agosto de 1945, em que saudava a entrada da União Soviética na guerra anti-japonesa e dizia que “seria o maior dos erros acreditar que a bomba atómica era capaz de pôr fim à guerra no Extremo Oriente”.

TCHIANG KAI-CHEK PROVOCA A GUERRA CIVIL*

(13 de Agosto de 1945)

Um porta-voz do Departamento de Propaganda do Comité Executivo Central do Kuomintang fez uma declaração, na qual classifica de “acto presunçoso e ilegal” a ordem¹ que estabelece um prazo limite para a rendição dos inimigos e seus fantoches, ordem de 10 de Agosto do Quartel General de Ien-an, dada por Tchu Te, comandante em chefe do XVIII Grupo de Exércitos. Esta declaração é inteiramente ridícula. Dela infere-se que o comandante em chefe Tchu Te não tinha razão em, conformemente à Declaração de Potsdam² e à intenção de capitular manifestada pelo inimigo, ordenar às suas tropas que intimassem o inimigo e os fantoches a render-se sem demora, e que, pelo contrário, seria justo e legítimo recomendar ao inimigo e aos fantoches que se recusassem à rendição! Não é de espantar que, mesmo antes da rendição efectiva do inimigo, Tchiang Kai-chek, o mandão fascista da Chi na, autocrata desprezado por todos e traidor ao povo, tenha tido a audácia de “ordenar” às forças anti-japonesas das regiões libertadas que

* Comentário redigido pelo camarada Mao Tsetung para a Agência Hsinghua nas posições em que se encontravam, até “se

mantivessem nova ordem”, isto é, que atassem as mãos e se deixassem atacar pelo inimigo. Não causa espanto que este mesmo mandão fascista tenha ainda ousado “ordenar” às pretensas forças clandestinas (que são, na realidade, tropas fantoches, agindo “para salvar a pátria por uma via sinuosa”³, e a polícia secreta de Tai Li⁴, que colabora com o inimigo e com os fantoches), bem como às outras tropas fantoches, que “assumissem a responsabilidade de manter a ordem pública”, enquanto impedia as forças armadas anti-japonesas das regiões libertadas de “agir por sua própria conta” contra o inimigo e os fantoches. Esta transmutação do inimigo em compatriota e vice-versa é uma verdadeira confissão de Tchiang Kai-chek e revela abertamente toda a sua mentalidade, que tem sido sempre entrar em conluio com o inimigo e com os fantoches e liquidar todos aqueles que não estão com ele. Mas as forças armadas anti-japonesas das regiões libertadas da China não se deixarão levar pela sua pérfida manobra. Elas sabem que a ordem do comandante em chefe Tchu Te constitui precisamente a execução firme da disposição prevista no parágrafo 2 da Declaração de Potsdam: “prosseguir a guerra contra o Japão até que ele cesse de resistir”, enquanto que as “ordens” de Tchiang Kai-chek são exactamente uma violação da Declaração de Potsdam, que ele próprio assinou. Basta apenas uma comparação para se ver realmente quem é que se recusa a “respeitar as cláusulas dos acordos comuns dos Aliados”.

O comentário do porta-voz do Departamento de Propaganda do Comité Executivo Central do Kuomintang e as “ordens” de Tchiang Kai-chek são ambos, do princípio

ao fim, provocações à guerra civil; neste momento em que, tanto na China como no estrangeiro, todas as acções estão concentradas sobre a capitulação incondicional do Japão, o seu objectivo é buscar um pretexto para passar à guerra civil logo que a Guerra de Resistência esteja terminada. Os reaccionários do Kuomintang são tão estúpidos que até causam piedade. Eles pensaram ter encontrado o seu pretexto na ordem de Tchu Te intimando as tropas fantoches e inimigas a render--se e a depor as armas. Poderá isso considerar-se um pretexto inteligente? Não. Que os reaccionários do Kuomintang busquem um tal pretexto prova somente que eles amam mais o inimigo e os fantoches que os seus compatriotas e que têm mais ódio pelos seus compatriotas que pelo inimigo e pelos fantoches. É incontestável que o Incidente de Tchouc-nua⁵ foi uma invasão pelas tropas de Hu Tsum-nan contra a região fronteira de Xensi-Cansu-Ninsia no intuito de provocar uma guerra civil; e, mesmo assim, os reaccionários do Kuomintang não deixaram de dizer que se tratava duma “ofensiva de boatos”, lançada pelo Partido Comunista da China. Os reaccionários kuomintanistas encontraram neste incidente o pretexto há muito desejado, mas a opinião pública chinesa e estrangeira não se deixou enganar. Por isso, eles pretendem agora que o VIII Exército e o Novo IV Exército não podem exigir que as tropas inimigas e fantoches deponham as suas armas. Durante os oito anos da Guerra de Resistência, o VIII Exército e o Novo IV Exército sofreram bastante com os ataques e os cercos de Tchiang Kai-chek, por um lado, e dos japoneses por outro. E agora que a Guerra de Resistência chega ao seu

termo, Tchiang Kai-chek dá a entender aos japoneses (e às suas queridas tropas fantoches) que não entreguem as suas armas ao VIII Exército nem ao Novo IV Exército, mas “somente a mim, Tchiang Kai-chek”. Mas ele deixou por dizer: “.. para que eu possa utilizar tais armas na matança dos comunistas e no torpe-deamento da paz na China e no Mundo”. Não será acaso essa a verdade? Se se diz aos japoneses que entreguem as suas armas a Tchiang Kai-chek e se se pede às tropas fantoches que “assumam a responsabilidade de manter a ordem pública”, que resultará? Nada mais do que isto: a fusão dos regimes de Nanquim e de Tchuntchim⁶ e a colaboração entre Tchiang Kai-chek e os fantoches substituirão a “colaboração sino-japonesa” e a cooperação entre o Japão e os fantoches e o “anticomunismo e reconstrução nacional” de Tchiang Kai-chek substituirão o “anticomunismo e reconstrução nacional” dos japoneses e de Uam Tsim-vei. Não é isto uma violação da Declaração de Potsdam? Não é indubitável que, uma vez a Guerra de Resistência terminada, um grave perigo de guerra civil ameaçará a totalidade do povo? Nós lançamos neste momento um apelo a todos os nossos compatriotas e aos países aliados para que ajam de concerto com o povo das regiões libertadas, a fim de impedirem resolutamente uma guerra civil na China que poria em perigo a paz mundial. Em última análise, quem é que tem o direito de receber a capitulação do invasor japonês e dos fantoches? Não contando senão com as suas próprias forças e com o apoio do povo, as forças armadas anti-japonesas das regiões libertadas da China, a quem o governo do Kuomintang recusara fornecer fosse o que fosse e que ele

nem sequer havia reconhecido, conseguiram por si sós libertar enormes territórios e mais de 100 milhões de habitantes, e detiveram e atacaram cinquenta e seis por cento das tropas invasoras japonesas na China e noventa e cinco por cento das tropas fantoches. Sem essas forças armadas anti-japonesas a situação nunca seria o que é hoje! Para falar sem rodeios, só as forças armadas anti-japonesas das regiões libertadas têm, na China, o direito de receber a capitulação das tropas inimigas e fantoches. Quanto a Tchiang Kai--chek, a sua política foi de observar de braços cruzados e ficar de fora à espera da vitória. Assim, ele não tem absolutamente qualquer direito a receber a capitulação dos inimigos e dos fantoches. Nós declaramos ante todos os compatriotas e povos do mundo inteiro: o supremo comando de Tchuntchim não pode representar o povo chinês nem as forças armadas da China que se bateram realmente contra o Japão; o povo chinês reclama para as forças armadas anti-japonesas das regiões libertadas, sob as ordens do comandante em chefe Tchu Te, o direito de enviar directamente os seus representantes para participarem no acto de aceitação da capitulação do Japão por parte das quatro potências aliadas e no controle militar que exercerão sobre o Japão, assim como o direito de participar na futura conferência sobre a paz. Se se procede de outra maneira, será considerado pelo povo chinês como uma enorme falta de objectividade.

NOTAS

1 Em 10 de Agosto de 1945, o comandante em chefe Tchu Te emitiu, do Quartel General de Yen-an, uma ordem destinada a todas as forças armadas das regiões libertadas, sobre a questão da capitulação dos invasores japoneses. A ordem dizia o seguinte:

“O Japão acaba de anunciar a sua capitulação incondicional e os Aliados vão reunir-se para discutir as medidas de aceitação da capitulação, na base da Declaração de Potsdam. Ordeno, assim, a todas as nossas forças armadas das regiões libertadas o seguinte:

1) Em conformidade com as cláusulas da Declaração de Potsdam, todas as forças armadas anti-japonesas das regiões libertadas notificarão às tropas inimigas e aos respectivos quartéis gerais, que se encontrem nas cidades e vilas ou ao longo das vias de comunicação importantes das suas vizinhanças, a ordem de entregar todas as suas armas às nossas forças combatentes, num prazo determinado; depois de deporem todas as armas, as nossas tropas garantir-lhes-ão a vida, segundo os nossos regulamentos sobre o tratamento generoso concedido aos prisioneiros de guerra.

2) Todas as forças armadas anti-japonesas das regiões libertadas darão a todas as tropas e autoridades fantoches da sua vizinhança a ordem para se passarem para o nosso lado antes da assinatura da capitulação pelos invasores japoneses e esperarem que sejam reorganizadas ou licenciadas; todos os que não agirem em conformidade dentro dos prazos estabelecidos deverão depor as suas armas.

3) Todas as forças armadas anti-japonesas das regiões libertadas devem aniquilar resolutamente as tropas inimigas e fantoches que recusarem render-se e depor as armas.

4) As nossas forças armadas têm autoridade plena para enviar as suas unidades ocupar cidades, vilas ou vias de comunicação importantes em poder das tropas inimigas ou fantoches, para assegurar o respectivo controle militar, manter a ordem e designar comissários encarregados dos assuntos administrativos locais; todo o acto de sabotagem ou de resistência será punido como acto de traição à Pátria.”

Mais tarde, em 11 de Agosto, o Quartel General de Yen-an expediu

sucessivamente seis ordens, por força das quais as forças armadas da região libertada de Xansi-Sui-ian (comandadas pelo camarada Ho Lom), as da região libertada de Xansi-Tchahar-Hopei (comandadas pelo camarada Nie Jum-tchen) e as da região libertada de Hopei-Jehol-Liaonim deviam marchar para a Mongólia Interior e para o Nordeste; as forças armadas da região libertada de Xansi deviam varrer as tropas japonesas e fantoches na linha ferroviária Tatom-Pudjou e no vale da ribeira Fen-ho; as forças armadas de todas as regiões libertadas deviam lançar ofensivas vigorosas contra as vias de comunicação importantes em poder do inimigo, a fim de forçar as tropas japonesas e fantoches a render-se. As unidades do Exército Popular de Libertação de todas as regiões libertadas executaram resolutamente estas ordens e conquistaram importantes vitórias.

2 Trata-se da declaração feita pela China, Inglaterra e Estados Unidos na Conferência de Potsdam, em 26 de Julho de 1945, exigindo que o Japão capitulasse. Os pontos principais da declaração estipulam o seguinte: eliminação definitiva do militarismo japonês; desarmamento completo das tropas japonesas; desmantelamento da indústria de guerra japonesa; julgamento dos criminosos de guerra japoneses; aplicação da Declaração do Cairo, segundo a qual o Japão devia renunciar aos territórios de que se havia apoderado, tais como a Coreia e, na China, a Manchúria, Taiwan e as ilhas Penghu, e limitar o seu território às ilhas de Hon-shu, Hokkaido, Kyushu, Shikoku e outras pequenas ilhas; e ocupação do Japão pelas tropas aliadas até à formação dum governo japonês democrático. A União Soviética assinou igualmente essa Declaração de Potsdam e declarou a guerra ao Japão a 8 de Agosto de 1945.

3 Alusão à ignóbil atitude de capitulação ante o Japão e de luta contra o comunismo, prosseguida pelos reaccionários do Kuomintang durante a Guerra de Resistência Anti-Japonesa. Os reaccionários do Kuomintang deram a uma parte das suas tropas e dos seus funcionários a instrução de render-se aos invasores japoneses, para em seguida, na qualidade de tropas e funcionários fantoches, se juntarem às forças japonesas nos ataques às regiões libertadas; era o que classificavam hipocritamente de “salvar a pátria por uma via sinuosa”.

4 Tai Li era o director do Birô de Investigações e Estatística do Conselho Militar do Kuomintang, uma das imensas organizações dos serviços secretos do Kuomintang.

5 Trata-se da invasão realizada pelas tropas do Kuomintang, em Julho de 1945, contra Tchouen-hua, Siunyi e Iaocien, na sub-região de Quantchum da região fronteiriça Xensi--Cansu-Ninsia. Ver, no presente tomo, “A Situação e a Nossa Política após a Vitória na Guerra de Resistência contra o Japão”, nota 6.

6 O regime fantoche de Nanquim era o do traidor Uam Tsim-vei e o de Tchuntchim, o de Tchiang Kai-chek. “A fusão dos regimes de Nanquim e de Tchuntchim” era uma conspiração política, urdida pelo imperialismo japonês e pelos elementos pró-japoneses do Kuomintang.

DOIS TELEGRAMAS ENVIADOS A
TCHIANG KAI-CHEK PELO
COMANDANTE EM CHEFE
DO XVIII GRUPO DE EXÉRCITOS*

(Agosto de 1945)

I. TELEGRAMA DE 13 DE AGOSTO

Recebemos, pela Rádio de Tchuntchim, dois despachos da Agência Central de Informações; um continha a ordem que nos dirigistes e o outro, a vossa ordem destinada aos oficiais e soldados das diferentes zonas de guerra. A vossa ordem a nós dirigida diz que “todas as unidades do XVIII Grupo de Exércitos devem manter-se nas posições em que se encontram, até nova ordem”. Além disso, ela define outros pontos, como seja a proibição, para nós, de desarmar o inimigo. A vossa ordem, destinada aos oficiais e soldados das várias zonas de guerra, foi assim formulada no despacho da Agência Central de Informações, datado de n de Agosto: “O Comando Supremo expediu hoje, para todos os oficiais e soldados das diferentes zonas de guerra, telegramas ordenando-lhes a intensificação do esforço de guerra e, conforme aos planos e ordens militares previamente estabelecidos, a realização duma progressão enérgica sem o mínimo afrouxamento”. Nós achamos que essas duas ordens se contradizem. De acordo com a primeira, as nossas unidades devem “manter-se nas posições em que se encon-

tram, até nova ordem”, devem, portanto, cessar todo o ataque, todo o combate. Mas por que razão nos exigis que não combatamos quando, na prática, os agressores japoneses ainda não capitularam e continuam a todo o instante, em cada minuto, a matar chineses, a combater as tropas chinesas tanto como combatem as tropas soviéticas, norte-americanas e britânicas e, por sua vez, as tropas soviéticas, norte-americanas e britânicas continuam a combater os agressores japoneses a todo o instante, em cada minuto? Quanto à segunda ordem, nós consideramo-la excelente: “intensificação do esforço de guerra e realização duma progressão enérgica sem o mínimo afrouxamento”. Isso é que é uma ordem! Mas é pena que só a tenhais dado às vossas próprias tropas, não a nós, e que a ordem que nos foi dada seja algo inteiramente diferente. A 10 de Agosto, Tchu Te deu a todas as forças armadas anti-japonesas das regiões libertadas da China a ordem de “intensificação do esforço de guerra”. Além disso, a sua ordem dizia que, ao “intensificarem o esforço de guerra”, elas deviam ordenar aos agressores japoneses a sua rendição e tomar as armas e restante equipamento das tropas inimigas e fantoches. Acaso não será excelente tudo isso? Sem dúvida que o é. Sem dúvida que isso serve os interesses da nação chinesa. “Manter--se nas posições em que se encontram, até nova ordem” é que decididamente não serve o interesse nacional. Nós consideramos que nos foi dada uma ordem errada, uma ordem tão errada que vemo-nos obrigados a informá-lo que a rejeitamos categoricamente. Efectivamente, a ordem que nos dirigistes não somente é injusta mas vai ainda contra o interesse

nacional da China e beneficia exclusivamente os agressores japoneses e os traidores à pátria.

II. TELEGRAMA DE 16 DE AGOSTO

No momento em que o nosso inimigo comum, o governo japonês, aceitou os termos da Declaração de Potsdam, anunciou já a sua capitulação mas ainda não capitulou realmente, envio-vos, em nome de todas as forças armadas anti-japonesas e dos 260 milhões de habitantes das regiões libertadas da China e das regiões ocupadas pelo Japão, a declaração e as exigências que se seguem. Com a Guerra de Resistência contra o Japão a concluir-se numa próxima vitória, eu chamo a vossa atenção para a situação existente no teatro de guerra na China, hoje em dia, e que é, nomeadamente, o facto de, nas vastas regiões por vós abandonadas e ocupadas pelo inimigo e pelos fantoches, nós termos, contra a vossa vontade e graças aos oito anos de luta dura, reconquistado cerca de um milhão de quilómetros quadrados de território; libertado mais de cem milhões de chineses; organizado uma força regular de mais de um milhão de homens e uma milícia popular de mais de dois milhões e duzentas mil pessoas; estabelecido dezanove grandes regiões libertadas em dezanove províncias — Liaonim, Jehol, Tchahar, Sui-uan, Hopei, Xansi, Xensi, Cansu, Nin-sia, Honan, Xantum, Quiansu, Anghuei, Hupei, Hu-nan, Quiansi, Tchequiam, Fuquien e Cuanthum2; e, excepto em algumas regiões, cercado a maior parte das cidades e aldeias, vias de comunicação importantes e sectores da costa marítima ocupados pelo inimigo e pelos fantoches

depois do Incidente de 7 de Julho de 1937. Além disso, nas regiões sob ocupação japonesa (cuja população é de 160 milhões de habitantes) organizámos importantes forças clandestinas para golpear o inimigo e os fantoches. No plano das operações militares, continuamos a repelir e a cercar sessenta e nove por cento das tropas de invasão japonesas na China (não contando as do Nordeste) e noventa e cinco por cento das tropas fantoches. Contrariamente a isso, o vosso governo e as vossas forças armadas seguiram invariavelmente a política de observar de braços cruzados e esperar pela vitória, conservando as próprias forças e preparando a guerra civil, e, não só recusaram o reconhecimento e o abastecimento das nossas regiões libertadas e dos nossos exércitos como ainda nos cercaram e atacaram com uma força colossal de novecentos e quarenta mil homens. Embora a totalidade das tropas e da população civil das regiões libertadas tenha sofrido bastante com o ataque lançado pelas forças inimigas e pelos fantoches, por um lado, e pelas vossas tropas, por outro, em momento nenhum diminuámos um mínimo sequer a nossa determinação de perseverar na Guerra de Resistência, na unidade e na democracia. O povo das regiões libertadas da China e o Partido Comunista da China propuseram-vos muitas vezes, a vós e ao vosso governo, a convocação de uma conferência de todos os partidos e a formação de um governo democrático de coalizão apoiado por todo o país, a fim de cessar a luta Intestina, mobilizar e unir todas as forças populares anti-japonesas em toda a China, levar a Guerra de Resistência à vitória e garantir a paz no pós-guerra. Mas as nossas propostas foram sistemática-

mente repelidas por vós e pelo vosso governo. Nós sentimos-nos profundamente descontentes com tudo isso. O país inimigo vai assinar brevemente a capitulação, mas vós e o vosso governo continuais a ignorar as nossas opiniões, expedistes-me a mais ultrajante das ordens em 11 de Agosto e ordenastes às vossas tropas que exercessem pressão, em ampla escala, sobre as regiões libertadas, pretextando o desarmamento do inimigo; o perigo de guerra civil é, portanto, mais sério do que nunca. Tudo isso força-nos a fazer-vos, a vós e ao vosso governo, as seguintes reivindicações:

1. Que nos consulteis de modo a chegarmos a pontos de vista comuns, antes que vós, o vosso governo e o vosso Supremo Comando aceiteis a rendição dos japoneses e dos fantoches e antes que concluais quaisquer acordos ou tratados pós-rendição. Efectivamente, vós e o vosso governo suscitastes o descontentamento do povo e não podeis representar as grandes massas nem quaisquer das forças armadas populares anti-japonesas das regiões libertadas da China e das regiões ocupadas pelo Japão. Nós reservamo-nos o direito de exprimir a nossa opinião se os acordos ou tratados incluírem, sem o nosso prévio consentimento, seja o que for que interesse as forças armadas populares anti-japonesas das regiões libertadas da China e das regiões ocupadas pelo Japão.
2. Todas as forças armadas populares anti-japonesas das regiões libertadas da China e das regiões ocupadas pelo Japão têm o direito, conformemente à Declaração de Potsdam e às cláusulas definidas pelos Aliados para a aceitação da capitulação do inimigo³, de receber a rendição das tropas japonesas e fantoches cercadas por

nós, de tomar posse das suas armas e demais material e de assumir a responsabilidade da execução de todas as estipulações impostas pelos Aliados após a aceitação da capitulação do Japão. Em 10 de Agosto, ordenei às forças armadas das regiões libertadas da China que redobrassem de esforços no ataque às forças inimigas e estivessem prontas para receber a respectiva capitulação. Em 15 de Agosto, ordenei a Yasuji Okamura, comandante em chefe das forças inimigas, que se rendesse com as suas tropas⁴; contudo esta ordem aplicava-se apenas ao campo de operações das forças armadas das regiões libertadas da China e não a quaisquer outras regiões. Eu considero as minhas ordens bem razoáveis e conformes aos interesses comuns da China e dos Aliados.

3. As grandes massas e todas as forças armadas anti-japonesas das regiões libertadas e das regiões ocupadas pelo Japão têm o direito de enviar os seus próprios representantes para participar na aceitação da capitulação do inimigo pelos Aliados e na solução de todas as questões relativas ao país inimigo, após a respectiva capitulação.

4. As regiões libertadas da China e todas as forças armadas anti-japonesas têm o direito de formar as suas próprias delegações para participação na futura conferência de paz sobre o Japão e em qualquer reunião das Nações Unidas.

5. Peço-vos para evitar a guerra civil. A via para conseguir consiste em as forças armadas das regiões libertadas receberem a rendição das forças inimigas e fantoches cercadas por elas e as vossas forças armadas receberem a rendição das forças inimigas e fantoches que elas cercam. E isto não representa apenas a prática estabelecida

em todas as guerras, trata-se também de algo particularmente imperioso para evitar-se uma guerra civil. Se agirem doutro modo, só poderão resultar daí más consequências. A advertência que vos faço aqui é muito séria e eu peço que não a trateis irreflectidamente.

6. Peço-vos a abolição imediata da ditadura de um só partido, a convocação duma conferência de todos os partidos, a formação dum governo democrático de coalizão, a destituição dos seus cargos de todos os funcionários corrompidos e de todos os reaccionários, a punição dos traidores, a supressão dos serviços secretos, o reconhecimento de estatuto legal aos diferentes partidos (o Partido Comunista da China e todos os partidos democráticos foram considerados até agora como ilegais, tanto por vós como pelo vosso governo), a anulação de todas as leis e decretos reaccionários que reprimem as liberdades do povo, o reconhecimento dos governos eleitos pelo povo e das forças armadas anti-japonesas das regiões libertadas, a retirada das tropas que cercam estas regiões, a libertação dos presos políticos e a realização de reformas económicas e outras reformas democráticas.

Além disto, eu enviei-vos um telegrama em 13 de Agosto em resposta à ordem que me dirigistes a 11 de Agosto, o qual presumo haver sido por vós recebido. E agora repito: a vossa ordem era completamente errada. Em 11 de Agosto, ordenastes às minhas tropas que “se mantivessem nas posições em que se encontravam, até nova ordem” e de modo nenhum atacassem o inimigo. No entanto, era tanto verdade em 11 de Agosto como hoje (16 de Agosto) que o governo japonês só tinha ca-

pitulado em palavras e não de facto; nenhum acto de capitulação havia sido assinado, nenhuma capitulação efectiva se processou. O meu ponto de vista coincide completamente com o dos Aliados — Inglaterra, Estados Unidos e União Soviética. Em 11 de Agosto, no mesmo dia em que me enviastes a ordem, o Comando do exército britânico na frente birmanesa anunciou que a guerra contra o Japão se mantinha. Nimitz5, comandante das forças norte-americanas, declarava que não só o estado de guerra se mantinha mas que a própria guerra, com todas as suas consequências devastadoras, devia ser prosseguida. O Comando do Exército Vermelho da União Soviética no Extremo Oriente anunciou: “O inimigo deve ser esmagado sem piedade”. A 15 de Agosto, o general Antonov, chefe do Estado-Maior General do Exército Vermelho, fez ainda a seguinte declaração:

“A mensagem relativa à capitulação do Japão, feita pelo imperador japonês em 14 de Agosto, é apenas uma declaração geral quanto à capitulação sem condições. A ordem para que as forças armadas cessem as hostilidades ainda não foi dada e as tropas japonesas continuam a resistir. Portanto, não existe ainda uma rendição efectiva das forças japonesas. A rendição das forças armadas japonesas só poderá considerar-se efectiva quando o imperador do Japão ordenar às suas forças armadas que cessem as hostilidades e deponham as armas e quando tal ordem seja de facto executada. Considerando o acima mencionado, as forças armadas soviéticas no Extremo Oriente prosseguirão as operações ofensivas contra o Japão.”

Pode ver-se, assim, que fostes vós o único, entre todos

os altos comandos das forças aliadas, que destes uma ordem absolutamente errada. Eu considero que o vosso erro provém do vosso egoísmo e é de extrema gravidade, isto é, a vossa ordem serve os interesses do inimigo. Por consequência, tomando posição pelos interesses comuns da China e dos Aliados, tenho que opor-me, firme e categoricamente, à vossa ordem, enquanto, publicamente, não reconhecerdes o vosso erro e não anulardes essa ordem errada. Eu continuo, portanto, a ordenar às unidades armadas sob o meu comando que ataquem resolutamente o inimigo, em coordenação com as forças armadas da União Soviética, dos Estados Unidos e da Inglaterra, e isso até que o inimigo cesse efectivamente as hostilidades e entregue as suas armas e até que todos os territórios da Pátria tenham sido inteiramente recuperados. Devo declarar-vos que sou um soldado patriota, não me é possível agir doutro modo.

Peço uma resposta rápida ao acima mencionado.

NOTAS

1 Ver, no presente tomo, “Tchiang Kai-chek Provoca a Guerra Civil”, nota i.

2 As dezanove regiões libertadas eram: Xensi-Cansu-Ninsia, Xansi-Sui-ian, Xansi-Tchahar-Hopei, Hopei-Jehol-Liaonim, Xansi-Hopei-Honan, Hopei-Xantum-Honan, Xantum, o norte do Quiansu, Quiansu central, o sul do Quiansu, o norte do rio Huai, o sul do rio Huai, Anghuei central, Tchequiam, Cuanthum, Tsiun-ia (ilha Hainan), Hunan-Hupei-Quiansi, Hupei-Honan-Anghuei e Honan.

3 Em io de Agosto de 1945, o governo japonês notificou a União Soviética, a China, os Estados Unidos e a Inglaterra do seu desejo de capitulação. A 11 de Agosto, os governos destas quatro potências responderam, dizendo que “todas as autoridades militares japonesas de terra, mar e ar” e “todas as forças por elas controladas nos mais distintos pontos” deviam “cessar todas as operações activas” e “entregar as armas”.

4 Yasuji Okamura era então o comandante em chefe das forças de invasão japonesas na China. A ordem ditada pelo comandante em chefe Tchu Te a Yasuji Okamura dizia o seguinte:

1) O governo japonês aceitou formalmente os termos da Declaração de Potsdam e anunciou a sua capitulação.

2) É vosso dever ordenar às tropas sob o vosso comando a cessação de todas as operações militares; todas elas, excepto as cercadas pelas forças do governo do Kuomintang, devem render-se a nós conformemente às ordens do VIII Exército, do Novo IV Exército e da Coluna Anti-Japonesa do Sul da China das regiões libertadas da China.

3) No que respeita à rendição das tropas japonesas no Norte da China, é vosso dever ordenar ao general Sadamu Shimomura que designe um representante que se desloque à região de Fupim do VIII Exército para receber ordens junto do general Nie Jum-tchen; quanto à rendição das tropas japonesas na região do Leste da China, vós próprios designareis um representante que se dirigirá à região de Tientcham, onde se encontra instalado o Quartel General do Novo IV Exército, a fim de receber ordens junto do

general Tchen Yi; no que respeita à rendição das tropas japonesas na região de Hupei e Honan, é vosso dever ordenar ao vosso representante em Vuhan que se dirija à região dos montes Tapie da 5ª Divisão do Novo IV Exército, para receber ordens junto do general Li Sien-nien; no que respeita à rendição das tropas japonesas da região de Cuanthum, ordenareis ao vosso representante em Cantão que se dirija à região de Tuncuan da Coluna Anti-Japonesa do Sul da China, para aí receber ordens junto do general Tsem Chem.

4) Todas as tropas japonesas no Norte, Leste, Centro e Sul da China (excepto as que se encontram cercadas pelas tropas do Kuomintang) devem conservar intactas todas as armas e material, aguardando a aceitação da sua rendição pelo nosso exército e não devem receber quaisquer outras ordens além das dimanadas do VIII Exército, do Novo IV Exército e da Coluna Anti-Japonesa do Sul da China.

5) Todos os aviões e navios do Norte e do Leste da China devem permanecer onde se encontram, mas os navios ancorados ao longo da costa chinesa do Mar Amarelo e do golfo de Pohai devem ser concentrados em Lien-iun-cam, Tsintao, Veihaivei e Tientsim.

6) Que não se realize a menor destruição de material ou instalações.

7) Vós e os comandantes dos exércitos japoneses do Norte, Leste, Centro e Sul da China serão tidos como responsáveis plenos da execução da presente ordem.

5 Chester W. Nimitz era, então, o comandante em chefe da frota norte-americana do Pacífico e do teatro de guerra do Pacífico,

SOBRE A DECLARAÇÃO DUM PORTA-VOZ DE
TCHIANG KAI-CHEK*

(16 de Agosto de 1945)

Comentando a pretensa violação pelo Partido Comunista da China da ordem do generalíssimo Tchiang Kai-chek ao comandante em chefe Tchu Te, um porta-voz de Tchiang Kai-chek declarou, na tarde de 15 de Agosto, numa conferência de imprensa em Tchuntchim, que “as ordens do generalíssimo devem ser executadas” e “os que as violam são inimigos do povo”. Um correspondente da Agência Hsinghua declarou que isto representa um sinal aberto de Tchiang Kai-chek para a guerra civil geral. A n de Agosto, no momento crítico em que os invasores japoneses estavam a ser definitivamente esmagados, Tchiang Kai-chek expediu uma ordem de traição nacional, proibindo o VIII Exército, o Novo IV Exército e todas as forças armadas populares de atacar os invasores japoneses e as tropas fantoches. Como é evidente, tal ordem não podia nem devia ser aceite. Logo a seguir, através do seu porta-voz, Tchiang Kai-chek proclamou como “inimigas do povo” as forças armadas do povo chinês. Isto mostra que Tchiang Kai-chek declarou a guerra civil ao povo chinês. Claro que a conspiração de Tchiang Kai-chek, destinada a desencadear a guerra civil, não começa com a sua ordem de n de Agosto, pois isso constituiu o seu plano consequente ao longo dos oito anos da Guerra de Resistência. Durante estes oito anos,

Tchiang Kai-chek lançou três campanhas anticomunistas de grande envergadura, em 1940, 1941 e 1943, preparando-se todas as vezes para transformar essas campanhas em guerra civil à escala nacional, e só graças à oposição do povo chinês e de personalidades públicas dos países aliados se impediu tal ocorrência, para grande pesar de Tchiang Kai-chek. Ele foi, portanto, forçado a adiar a guerra civil para depois do final da Guerra de Resistência contra o Japão, e então surgiu a ordem de 11 de Agosto e a declaração do dia 15 deste mesmo mês. Com vista ao desencadeamento da guerra civil, Tchiang Kai-chek havia já criado muitas expressões, tais como “partido herético”, “partido traidor”, “exército traidor”, “exército rebelde”, “região traidora”, “região de bandidos”, “desobediência às ordens militares e governamentais”, “separatismo feudal”, “sabotagem à Guerra de Resistência” e “pôr em perigo a segurança do Estado”; e afirmou que, tal como no passado, não tinha havido na China “guerra civil”, mas uma simples “exterminação de comunistas” e que, por conseguinte, não haveria igualmente “guerra civil” no futuro, etc, etc. Desta vez, a única diferença que existe é o juntar de mais uma expressão: “inimigo do povo”. Mas toda a gente compreende que isso não passa de uma invenção absurda. Efectivamente, sempre que a expressão “inimigo do povo” é usada na China, todos sabem a quem se refere. Há, sim, na China alguém que traiu os Três Princípios do Povo de Sun Yat-sen e a Grande Revolução de 1927, alguém que mergulhou o povo chinês num banho de sangue de dez anos de guerra civil, incitando assim a agressão perpetrada pelo imperialismo japonês. Alguém que, depois, morto

de susto, fugiu a toda a pressa, arrastando consigo um bando de gente desde o rio Heilonquiam até à província de Cuidjou, alguém que se converteu em espectador, esperando de braços cruzados pela vitória, e que, agora, alcançada a vitória, diz aos exércitos do povo que “se mantenham nas posições em que se encontram, até nova ordem” e ao inimigo e aos traidores que “mantenham a ordem pública”, de modo a poder regressar a Nanquim orgulhoso e triunfante. Basta mencionar estes factos para que o povo chinês saiba que esse alguém é Tchiang Kai-chek. Depois de tudo o que fez, poderá ainda haver qualquer discussão para se saber se Tchiang Kai-chek é ou não inimigo do povo? Claro que há discussão. O povo diz “sim” e o inimigo do povo diz “não”. Eis a única contestação. Mas, entre o povo, discute-se cada vez menos sobre isso. Agora, o problema está no facto de esse inimigo do povo querer desencadear uma guerra civil. O que é que deve fazer então o povo? O correspondente da Agência Hsinghua diz que a política do Partido Comunista da China ante o desencadeamento de uma guerra civil, por parte de Tchiang Kai-chek, é clara e consequente, isto é, oposição à guerra civil. Logo no momento em que o imperialismo japonês começou a invadir a China, o Partido Comunista da China reclamou a cessação da guerra civil e a unidade contra a agressão estrangeira. Em 1936-1937, à custa de esforços prodigiosos, o Partido Comunista constrangeu Tchiang Kai-chek a aceitar as suas propostas, e pôde então fazer a Guerra de Resistência contra o Japão. Durante os oito anos de resistência, nunca o Partido Comunista da China deixou um só instante de pôr de sobreaviso o

povo contra o perigo de guerra civil. Desde o ano passado, o Partido comunista tem estado a chamar repetidamente a atenção do povo para a gigantesca conspiração, tramada por Tchiang Kai-chek, de desencadeamento duma guerra civil de envergadura nacional assim que termine a Guerra de Resistência. O Partido Comunista, tal como o povo chinês e todos os que no mundo estão interessados pela paz na China, considera que uma nova guerra civil constituiria uma calamidade. Seja como for, o Partido Comunista insiste em que a guerra civil pode ainda ser evitada e deve ser evitada. Foi para evitar a guerra civil que o Partido Comunista preconizou a formação dum governo de coalizão. Tchiang Kai-chek acaba de rejeitar essa proposta, e a guerra civil está, pois, por um fio. Mas há um meio eficaz de impedir este passo de Tchiang Kai-chek. As forças democráticas do povo devem esforçar-se por crescer decidida e rapidamente; o povo deve libertar as grandes cidades ocupadas pelo inimigo e desarmar as tropas inimigas e fantoches; e, se um tirano ou traidor do povo ousar atacá-lo, este, em legítima defesa, deve ripostar com decisão e frustrar os desígnios do instigador da guerra civil. Esse é o caminho a seguir, o único caminho. O correspondente da Agência Hsinghua apela para que a totalidade da nação e o mundo inteiro rejeitem essa mentira absolutamente hipócrita e vergonhosa que diz que, pelo contrário, a guerra civil na China pode ser evitada se Tchiang Kai-chek impedir o povo chinês de libertar as grandes cidades ocupadas pelo inimigo, de desarmar as forças inimigas e fantoches e de instaurar a democracia, e se ele próprio for às grandes cidades para “herdar”

(não para esmagar) o regime inimigo e fantoche. Isto é uma mentira, sublinha o correspondente da Agência Hsinghua, é uma men-tira manifestamente contrária aos interesses nacionais e democráticos do povo chinês e desvanece-se ante qualquer dos acontecimentos da história moderna chinesa. Há que lembrar sempre que não foi pelo facto de as grandes cidades estarem nas mãos do Partido Comunista e não nas suas que Tchiang Kai--chek fez a guerra civil de dez anos, de 1927 a 1937; pelo contrário, desde 1927 nenhuma das grandes cidades esteve mais sob o controle do Partido Comunista, mas sim nas mãos de Tchiang Kai-chek ou foram abandonadas por ele aos japoneses e traidores, sendo essa a razão real por que a guerra civil à escala nacional durou dez anos e prossegue até hoje em escala local. Há que ter sempre em conta que, se se pôs fim à guerra civil de dez anos e se se frustraram as três grandes campanhas anticomunistas e outras inúmeras provocações durante a Guerra de Resistência (incluindo a recente invasão da parte sul da região fronteira Xensi-Cansu-Ninsia por Tchiang Kai--chek²), não foi por Tchiang Kai-chek ser poderoso, mas sim porque a sua força era relativamente insuficiente e o Partido Comunista e o povo eram relativamente fortes. Pôs-se fim à guerra civil de dez anos não graças aos apelos das personalidades públicas de todo o país que queriam a paz e temiam a guerra (como os da antiga “Liga para a proscrição da guerra civil”³ e outros organismos similares), mas sim graças às exigências armadas do Partido Comunista da China assim como às do Exército do Nordeste, comandado por Tcham Siue-liam, e às do Exército do Noroeste, comandado por lam

Hu-tchem. As três grandes campanhas anticomunistas e as outras inúmeras provocações não foram desbaratadas com concessões ilimitadas e com a submissão do Partido Comunista; elas foram repelidas porque o Partido Comunista persistiu na sua firme e justa atitude de legítima defesa: “Se não nos atacarem, não atacaremos; se nos atacarem, seguramente que contra-atacaremos”⁴. Se o Partido Comunista não tivesse tido força e caráter nem combatesse até ao fim pelos interesses da nação e do povo, como teria sido possível pôr fim à guerra civil de dez anos? Como poderia ter começado a Guerra de Resistência contra o Japão? E mesmo que tivesse começado, como seria possível fazê-la com decisão até à vitória de hoje? E como poderiam estar vivos ainda hoje Tchiang Kai-chek e os seus semelhantes, dando ordens e fazendo declarações desde um retiro na montanha tão distante das linhas da frente? O Partido Comunista opõe-se com firmeza à guerra civil. A União Soviética, os Estados Unidos e a Inglaterra declararam na Crimeia⁵: “estabelecimento de condições para a paz interna” e “formação de autoridades governamentais provisórias, amplamente representativas da totalidade dos elementos democráticos da população e comprometendo-se, tão rápido quanto possível e por meio de eleições livres, a formar governos que respondam à vontade popular”. É exactamente o que sempre preconizou o Partido Comunista da China: a formação dum “governo de coalizão”. A realização desta proposta pode evitar a guerra civil. Mas há uma condição prévia: a força. Se todo o povo se une e aumenta as suas forças, a guerra civil pode ser evitada.

NOTAS

1 Ver “Comentário à XI Sessão Plenária do Comité Executivo Central do Kuomintang e à II Sessão do III Conselho Político Nacional”, Obras Escolhidas de Mao Tsetung, Tomo III.

2 Referência ao ataque lançado em Julho de 194; pelas tropas do Kuomintang contra Tchouen-hua, Siunyi e Iaocien, na sub-região de Quantchum da região fronteiriça Xensi-Cansu--Ninsia. Ver, no presente tomo, “A Situação e a Nossa Política após a Vitória na Guerra de Resistência contra o Japão”, nota 6.

3 A “Liga para a proscricção da guerra civil” foi formada em Xangai em Agosto de 1932; a maioria dos seus membros eram burgueses. Ela lançou um apelo no sentido de “acabar--se com a guerra civil e fazer-se a união para a resistência à agressão estrangeira”.

4 Ver “Entrevista com Três Correspondentes da Agência Centrai de Informação e dos Jornais Saotampao e Sinmimpao”, Obras Escolhidas de Mae Tsetung, Tomo II.

5 Extraído do comunicado da Conferência da Crimeia (Yal-ta), entre a União Soviética, os Estados Unidos e a Inglaterra, realizada a 11 de Fevereiro de 1945.

CIRCULAR DO COMITÉ CENTRAL
DO PARTIDO COMUNISTA DA CHINA SOBRE AS
NEGOCIAÇÕES DE PAZ COM O KUOMINTANG*

(26 de Agosto de 1945)

A capitulação rápida do invasor japonês modificou toda a situação. Tchiang Kai-chek monopolizou o direito de receber a capitulação e, por enquanto (durante um certo período), as grandes cidades e as vias de comunicação importantes não estarão nas nossas mãos. Seja como for, no Norte da China nós devemos ainda lutar firmemente, com todas as nossas forças, para tomarmos tudo o que nos for possível tomar. Nas duas últimas semanas, o nosso exército recuperou cinquenta e nove cidades, grandes e pequenas, assim como vastas regiões rurais, dominando nós, agora, um total de cento e setenta e cinco cidades, incluindo as que já controlávamos, o que representa a conquista duma grande vitória. No Norte da China, retomámos Veihaivei, Ientai, Loncou, Yitu, Tsetchuan, Ianliutchin, Piquetsi, Poai, Tchanquiacou, Tsinim

* Circular interna do Partido, redigida em nome do Comité Central do Partido Comunista da China pelo camarada Mao Tsetung, dois dias antes da sua viagem a Tchuntchim, para efeitos de negociações de paz com Tchiang Kai-chek. Como o Partido Comunista da China e as grandes massas do povo chinês se opunham firmemente à conjura de guerra civil maquinada por Tchiang Kai-chek, e como o imperialismo norte-

e Funtchen. A potência do nosso exército fez abalar o Norte da China, o que, conjugado com o avanço fulgurante das forças soviéticas e mongóis em direcção da Grande Muralha, colocou o nosso Partido numa posição realmente vantajosa. No período que vem, impõe-se continuar a ofensiva, a fim de, tanto quanto possível, dominarmos a via férrea Pepim-Sui-ian, a secção norte da linha Tatom-Pu-djou, as linhas Tchentim-Tai-uan, Tedjou-Chequia-tchuam, Paicuei-Tzintchem e Taocou-Tsinghua, e cortarmos as linhas Pepim-Liaonim, Pepim-Han-cou, Tientsim-Pucou, Tsintao-Tsinan, Lom-hai e Xan-gai-Nanquim. Há que controlar tudo o que nos seja possível, mesmo que o façamos apenas temporariamente. Ao mesmo tempo, devemos conjugar as forças que sejam necessárias para tomar o maior número possível de aldeias, capitais de antigas prefeituras, capitais de distrito e vilas. Por exemplo, como o Novo IV Exército

-americano tinha ainda que atender à opinião pública democrática mundial que condenava unanimemente a política tchiangkai-cheuista de guerra civil e de ditadura, Tchiang Kai-chek enviou três telegramas ao camarada Mao Tsetung, em 14, 20 e 23 de Agosto de 1945, convidando-o a deslocar-se a Tchuntchim para negociações de paz. Movido pelas mesmas razões, Patrick J. Hurley, então embaixador dos Estados Unidos na China, junto do governo do Kuomintang, deslocou-se a Ien-an no dia 27 desse mesmo mês. Tendo como objectivo despender todos os esforços em favor da paz e pôr a nu a face do imperialismo norte-americano e de Tchiang Kai-chek, no interesse da unidade e da educação das massas populares no próprio processo da luta pela paz, o Partido Comunista decidiu enviar a Tchuntchim os camaradas Mao Tsetung, Chou En-lai e Vam Juo-fei, para que iniciassem as negociações de paz

ocupou numerosas capitais de distrito entre Nanquim, o lago Tai e o monte Tienmu, por um lado, e entre os rios Yangtsé e Huai, por outro, e como as nossas tropas do Xantum tomaram toda a península de Tsiaotum, enquanto que as da região fronteiriça Xansi-Sui-ian se apoderaram de grande número de cidades, tanto ao norte como ao sul da via férrea Pepim-Sui-ian, criou-se uma situação extremamente favorável para nós. Mais um novo período de ofensiva e o nosso Partido tornar-se-á capaz de controlar a quase totalidade das regiões situadas ao norte do Baixo-Yangtsé e do rio Huai, a quase totalidade das províncias de Xantum, Hopei, Xansi e Sui-ian, todo o Jehol, todo o Tchahar e ainda parte da província de Liaonim.

com o Kuomintang. Redigida pelo camarada Mao Tsetung, a circular analisava a evolução da situação na China durante as duas semanas posteriores ao anúncio da capitulação japonesa. Ela enunciava a política do Comité Central do Partido Comunista da China com respeito às negociações de paz, formulava as concessões que o Partido estava pronto a fazer durante as conversações e ainda as medidas a tomar segundo os dois resultados possíveis das negociações. A circular continha também directivas sobre os princípios de luta a adoptar nas regiões libertadas do Norte e do Leste e nas do Centro e do Sul da China. E advertia todo o Partido sobre a necessidade de não relaxar, em circunstância alguma, a vigilância e a luta contra Tchiang Kai-chek, pelo simples facto de se realizarem negociações. Chegados a Tchuntchim a 28 de Agosto, o camarada Mao

Dado que, neste momento, a União Soviética, os Estados Unidos e a Inglaterra não aprovam uma guerra civil na China¹, e que, pelo seu lado, o nosso Partido lançou já as três grandes palavras de ordem de paz, democracia e unidade² e enviou a Tchuntchim os camaradas Mao Tsetung, Chou En-lai e Vam Joo--fei para discutirem com Tchiang Kai-chek sobre os grandes problemas da unidade e da construção nacional, resulta possível frustrar a conjura de guerra civil que maquinam os reaccionários chineses. É incontestável que, com a ocupação de Xangai, Nanquim e outros pontos, com o restabelecimento das comunicações marítimas, com a apreensão das armas do inimigo e a incorporação, nas suas próprias fileiras, de tropas fantoches, o Kuomintang vê presentemente reforçada a sua posição. Seja como for, porém, ele continua coberto de mil chagas, dividido por múltiplas contradições internas e assaltado por grandes dificuldades. E possível que, cedendo a pressões internas

Tsetung e os seus companheiros discutiram com o Kuomintang durante quarenta e três dias. Se bem que as negociações não tenham redundado em mais do que uma publicação do “Resumo das Conversações entre os Delegados do Kuomintang e do Partido Comunista da China” (conhecido igualmente pelo nome de “Acordo de 10 de Outubro”), elas permitiram que, no plano político, o Partido Comunista da China se assenhoreasse em grande parte da iniciativa, ficando o Kuomintang relegado a uma posição passiva. As conversações constituíram, portanto, um sucesso. O camarada Mao Tsetung regressou a Ien-an no dia 1 de Outubro e os camaradas Chou En-lai e Vam Joo-fei permaneceram em Tchuntchim, a fim de prosseguirem as negociações. Quanto aos resultados, veja-se o artigo “Sobre as Negociações de Tchuntchim”, no presente tomo.

e externas e com as negociações, o Kuomintang reconheça condicionalmente o estatuto do nosso Partido. E o nosso Partido poderá também reconhecer, sob condições, o estatuto do Kuomintang. Isso abriria um novo período de cooperação entre os dois partidos (mais a Liga Democrática³, etc), bem como um período de desenvolvimento pacífico. Se se apre-sentar tal situação, o nosso Partido deverá esforçar--se por dominar todos os métodos de luta legal e intensificar o seu trabalho nas regiões controladas pelo Kuomintang, em três sectores principais: cidades, campo e exército (outros tantos pontos fracos do nosso trabalho nessas regiões). Nas negociações, o Kuomintang não deixará certamente de exigir-nos uma redução considerável da extensão das regiões libertadas e dos efectivos do Exército de Libertação, bem como a cessação das nossas emissões de papel-moeda. Quanto a nós, estamos dispostos a fazer as concessões que sejam necessárias e não prejudiquem os interesses fundamentais do povo. Sem tais concessões, não será possível romper a conjura kuomintanista de guerra civil, conquistar a iniciativa política, ganhar a simpatia da opinião pública mundial e dos elementos centristas no nosso país, nem obter em troca um estatuto legal para o nosso Partido e uma situação de paz. Contudo, as concessões têm limites; o princípio consiste em não prejudicar os interesses fundamentais do povo. Se, depois de o nosso Partido ter tomado as medidas indicadas, o Kuomintang persistir em desencadear a guerra civil, ele colocar-se-á numa posição carecen-te de razão ante a totalidade do país e do mundo, e o nosso Partido terá todo o direito de passar à guerra

de legítima defesa para desbaratar os ataques kuo-mint-anistas. Além do mais, o nosso Partido é poderoso; em caso de ataque inimigo, desde que as condições permitam o combate, ele agirá seguramente em legítima defesa, aniquilando resoluto, radical, integral e totalmente o inimigo (nós não travamos combates sem reflexão; quando nos batemos, temos a certeza de vencer). De maneira nenhuma devemos deixar-nos intimidar pelas fanfarronadas dos reaccionários. Contudo, devemos ater-nos estritamente e a todo o momento aos seguintes princípios: unidade e luta, unidade através da luta; lutar com razão, vantagem e medida; explorar as condições, ganhar a nós a maioria, opormo-nos à minoria e esmagar os inimigos um a um.

Nas províncias de Cuantun, Hunan, Hupei, Honan e outras, as forças do Partido estão numa posição mais difícil do que no Norte da China e na região situada entre os rios Yangtsé e Huai. O Comité Central dispensa uma profunda atenção aos camaradas que actuam nessas áreas. Mas o Kuomintang tem muitos pontos fracos e essas áreas são muito vastas; os camaradas serão inteiramente capazes de resolver a situação, desde que não cometam erros graves em política militar (movimentos e operações), na política de união com o povo, e desde que sejam modestos e prudentes, não presunçosos nem irreflectidos. Além da adopção das necessárias directivas do Comité Central, os camaradas dessas regiões devem, por si próprios, analisar a situação, resolver os problemas, vencer as dificuldades, aguentar-se e ampliar as forças. Quando o Kuomintang for incapaz de alguma coisa contra vocês, é possível que se sintam compelido, nas

negociações entre os dois partidos, ao reconhecimento das vossas forças e à aceitação de arranjos vantajosos para as duas partes. De qualquer maneira, porém, não se deve em caso algum contar com as negociações, nem esperar algo da boa vontade do Kuomintang, pois este jamais será benévolo. Há que confiar apenas na força de que se dispõe, na justa condução das actividades, na unidade fraternal dentro do Partido e nas boas relações com o povo. Apoiar-se firmemente no povo, eis a única saída. Resumindo, o nosso Partido encontra-se frente a inúmeras dificuldades que se não devem ignorar, e todos os camaradas do Partido devem estar bem preparados moralmente. Mas, a tendência geral da situação externa e interna é favorável ao nosso Partido e ao nosso povo. Enquanto o Partido, em bloco, permanecer estreitamente unido, seremos capazes de vencer, passo a passo, todas as dificuldades.

NOTAS

1 Quer nas vésperas quer após a capitulação do Japão, a União Soviética, os Estados Unidos e a Inglaterra exprimiram a sua desaprovação quanto a uma guerra civil na China. Mas os acontecimentos cedo demonstraram que a desaprovação por parte dos Estados Unidos não era mais do que uma camuflagem à ajuda activa que dispensavam ao governo reaccionário do Kuomintang, na sua preparação da guerra civil contra-revolucionária.

2 As três grandes palavras de ordem — paz, democracia e unidade — foram lançadas a 2j de Agosto de 1945 pelo Comité Central do Partido Comunista da China na sua

“Declaração sobre a Situação Actual”. Essa declaração sublinhava que, após a capitulação do imperialismo japonês, “a tarefa de primeira importância que confrontaria a nação inteira seria reforçar a unidade no país, assegurar a paz interior, instaurar a democracia e melhorar as condições de vida do povo, a fim de se realizar a unificação do país e edificar-se uma nova China, independente, livre, próspera e poderosa, baseada na paz, na democracia e na unidade.

3 A Liga Democrática foi fundada em 1941 sob o nome de Liga dos Grupos Políticos Democráticos da China. Reorganizada em 1944, adoptou então o nome de Liga Democrática da China.

4 Ver “Problemas Tácticos Actuais na Frente Única Anti--Japonesa” e “Sobre a Nossa Política”, Obras Escolhidas de Mao Tsetung, Tomo II.

SOBRE AS NEGOCIAÇÕES DE TCHUNTCHIM*

(17 de Outubro de 1945)

Falemos da situação actual, problema que preocupa os nossos camaradas. Desta vez, as negociações entre o Kuomintang e o Partido Comunista, em Tchuntchim, duraram quarenta e três dias. Os respectivos resultados foram já publicados nos jornais¹. Os delegados dos dois partidos continuam, porém, a negociar. As negociações deram os seus frutos. O Kuomintang aceitou os princípios de paz e de unidade, reconheceu certos direitos democráticos do povo, admitiu que a guerra civil devia ser evitada e que os dois partidos deviam cooperar na paz para construir uma China nova. Estes são os pontos sobre os quais se chegou a acordo. Outros pontos há em que não se logrou qualquer acordo. A questão das regiões libertadas não foi resolvida, e a das forças armadas também não ficou realmente solucionada. Por outro lado, os acordos realizados estão ainda no papel. Palavras no papel não são o mesmo que a realidade. Os factos demonstram que há ainda um grande esforço a realizar para que tudo isso se converta em realidade. Por um lado, o Kuomintang mantém negociações connosco, mas, por outro lado, ataca vigorosamente as regiões libertadas. Não contando as forças dispostas à volta da região fronteira Xensi-Cansu--Ninsia, as tropas kuomintanistas directamente empenhadas

nesses ataques elevam-se já a 800.000 homens. Onde quer que haja regiões libertadas, desen-rolam-se actualmente combates ou procede-se à sua preparação. O artigo primeiro do “Acordo de 10 de Outubro” refere-se à “paz e reconstrução nacional”; não será, pois, verdade que tais palavras no papel estão em contradição com a realidade? Sim, estão. E por isso nós dizemos que, para converter em realidade tudo o que está no papel, precisamos ainda de despende esforços. Por que é que o Kuomintang mobiliza tantas tropas para nos atacar? Porque há muito tempo que ele decidiu aniquilar as forças populares, liquidar-nos. Para ele, o melhor seria aniquilar--nos rapidamente, ou, no caso de fracasso, procurar pelo menos colocar-nos em má situação e melhorar a dele. Embora inscrita no Acordo, a paz não é ainda uma realidade. Actualmente, em pontos como Chantam, na província de Xansi, os combates tomam proporções consideráveis. A região de Chantam, bordada pelas montanhas de Taiham, Tai-iue e Tchuntiao, assemelha-se a uma bacia. Essa bacia produz peixe e carne, e Ien Si-xan lançou treze divisões para se apoderar dela. E a nossa política está igualmente decidida desde há muito: ripostar taco-a-taco, combater por cada polegada de terreno. Desta vez nós ripostámos, nós combatemos e saímos muito bem. Por outras palavras, aniquilámos totalmente as tais treze divisões. As forças ofensivas inimigas contavam 38.000 homens e nós agimos com 31.000. Desses 38.000 homens, 35.000 foram aniquilados, 2.000 puseram-se em fuga e 1.000 dispersaram-se². E continuará a combater-se assim. Os kuomintanistas tentam desesperadamente apoderar--se das

nossas regiões libertadas. Isso parece inexplicável. Por que razão hão-de estar tão ansiosos nisso? Mas, então, não é bom que as regiões libertadas estejam nas nossas mãos, nas mãos do povo? Sim, mas isso é apenas o que nós pensamos, o que pensa o povo. Se o Kuomintang pensasse assim, haveria unidade e seríamos todos “camaradas”. Ora, eles não pensam desta maneira, eles opõem-se-nos encarniçadamente. Não podem encontrar motivos para não opor-se a nós. É, pois, bem natural que nos ataquem. Por nosso lado, não vemos qualquer razão para deixá-los tomar as nossas regiões libertadas. É igualmente muito natural que contra-ataquemos. Quando dois “não-vejo--razão” se encontram, batem-se. Mas, se se trata de dois “não-vejo-razão”, por que motivo então negociaram? E por que é que concluíram o “Acordo de 10 de Outubro”? No mundo as coisas são complexas, são determinadas por muitos factores. Um problema deve ser visto nos seus diferentes aspectos e não apenas em um só. Em Tchunchim, alguns pensam que Tchiang Kai-chek não é de confiar, que se trata dum enganador, com quem negociações não podem levar a coisa alguma. Assim me disse muita gente que encontrei, inclusive alguns membros do Kuomintang. Eu respondi-lhes que o que diziam era justificado e bem fundamentado, que nós estávamos firmemente convencidos por dezoito anos de experiência³ que esse seria agora o caso. O Kuomintang e o Partido Comunista estão certos de que falharão as suas negociações, estão certos de que começarão a bater-se e de que romperão um com o outro, mas esse é apenas um dos aspectos da questão. Outro aspecto é que existem muitos outros factores que não podem deixar de

inspirar receio a Tchiang Kai-chek. Entre esses factores, os três principais são o poderio das regiões libertadas, a oposição do povo da grande retaguarda à guerra civil e a situação internacional. Nas nossas regiões libertadas há cem milhões de habitantes, um milhão de soldados e uma milícia popular de dois milhões de membros, forças cuja importância ninguém ousará minimizar. A posição que ocupa o nosso Partido na vida política da nação já não é a de 1927 nem a de 1937. O Kuomintang, que sempre recusou o reconhecimento do estatuto de igualdade ao Partido Comunista, vê-se agora obrigado a fazê-lo. O trabalho que realizámos nas regiões libertadas já influenciou toda a China e o mundo inteiro. O povo da grande retaguarda deseja a paz, tem necessidade de democracia. Durante a minha permanência em Tchuntchim, tive a sensação profunda do apoio caloroso que nos reservam as grandes massas populares, que estão descontentes com o go-verno kuomintanista e depositam as suas esperanças em nós. E também me encontrei com muitos estrangeiros, norte-americanos inclusivamente, que sentem profunda simpatia por nós. As grandes massas populares dos países estrangeiros estão descontentes com as forças reaccionárias da China e simpatizam com as forças populares chinesas. Também desaprovam a política de Tchiang Kai-chek. Nós temos muitos amigos por todo o país e por todo o mundo; nós não estamos isolados. Os que se opõem à guerra civil na China e defendem a paz e a democracia são tanto o povo das nossas regiões libertadas como as massas da grande retaguarda e do mundo inteiro. O desejo subjectivo de Tchiang Kai-chek é manter a sua ditadura e liquidar o Partido Comu-

nista da China, mas levantam-se-lhe muitas dificuldades objectivas. Ele tem, pois, que ser um pouco realista. Ele está a ser realista e nós somo-lo também. Foi realista em ter-nos convidado, e nós fomos realistas indo negociar com ele. Chegámos a Tchuntchim a 28 de Agosto. Na noite de 29, eu disse aos representantes kuomin-tanistas que, desde o “Incidente de 18 de Setembro”, o país sentiu sempre necessidade de paz e de unidade. Era o que vínhamos exigindo, mas que não se concretizava. A paz e a unidade só se concretizaram depois do “Incidente de Si-an”, em 1936, e antes do início da Guerra de Resistência em 7 de Julho de 1937. Ao longo dos oito anos desta guerra, nós com-batemos juntos contra o Japão. Mas a guerra civil jamais cessou; registaram-se contínuas fricções, grandes e pequenas. Dizer que não houve guerra civil é mentir, não corresponde à realidade. Nos últimos oito anos, nós exprimimos repetidas vezes o desejo de negociar. No VII Congresso do nosso Partido, nós declaramos: “Estamos prontos a retomar as negociações com as autoridades kuomintanistas, logo que elas manifestem vontade de renunciar à sua política errada actual e concordem com reformas democráticas”⁴. Durante as negociações, declaramos que, primeiramente, a China necessitava de paz e que, segundo, necessitava de democracia. Tchiang Kai-chek ficou impossibilitado de encontrar razões para objectar e teve de dar-nos o seu acordo. Por um lado, a política de paz e os acordos sobre a democracia, publicados no “Resumo das Conversações”, são palavras no papel e ainda não representam a realidade; por outro lado, foram determinados por forças diversas. A força do povo nas regiões libertadas,

a força do povo na grande retaguarda, a situação internacional — o curso geral dos acontecimentos obrigou o Kuomintang a aceitar tudo isso.

O “ripostar taco-a-taco” é algo que depende da situação. Às vezes não ir negociar é responder taco-a-taco; mas, às vezes, ir negociar é também ripostar taco-a-taco. Nós tivemos razão em não ter ido anteriormente, e continuamos a ter razão ao irmos agora; tanto num caso como noutra, respondemos taco-a-taco. Desta vez fizemos bem em lá ir, pois isso permitiu-nos desfazer os boatos espalhados pelo Kuomintang, segundo os quais o Partido Comunista não queria nem a paz nem a unidade. Eles enviaram--nos três telegramas sucessivos, convidando-nos, e nós fomos lá. Mas eles nada tinham preparado, e nós tivemos que apresentar todas as propostas. Como resultado das negociações, o Kuomintang concordou com a política de paz e unidade. Perfeito. Se o Kuomintang desencadeia outra vez a guerra civil, coloca--se a si próprio numa posição carecente de razão, aos olhos de toda a nação e do mundo inteiro, pelo que nós teremos, então, muitos mais motivos para esmagar os seus ataques por meio duma guerra de legítima defesa. Agora que o “Acordo de 10 de Outubro” foi concluído, a nossa tarefa é fazê-lo observar, é exigir que o Kuomintang o cumpra e continuar a lutar pela paz. Se eles atacam, nós aniquilá-los-emos definitivamente. As coisas apresentam-se assim: se eles nos atacam e nós os aniquilamos, sentir-se-ão satisfeitos; aniquilamento parcial, satisfação parcial; maior aniquilamento, maior satisfação; aniquilamento completo, satisfação total. Os problemas da China são complexos, os nossos cérebros

devem funcionar também com certa complexidade. Se nos atacam, nós combateremos em resposta, bater-nos-emos para conquistar a paz. Não haverá paz se não vibrarmos duros golpes aos reaccionários que ousarem atacar as regiões libertadas.

Camaradas houve que perguntaram por que razão temos nós de ceder oito regiões libertadas5. É uma grande pena ter de ceder essas oito regiões, mas é melhor agir assim. Por que é que é pena? Porque essas regiões foram criadas pelo povo com o seu suor e sangue e por ele arduamente edificadas. Por isso, nas regiões que vamos ceder, há que explicar claramente as coisas ao povo e tomar as medidas convenientes. Mas por que razão devemos ceder tais regiões? Porque, doutro modo, o Kuomintang não se sentirá tranquilo. Eles estão a regressar a Nanquim e há algumas regiões libertadas no Sul que se encontram muito perto das suas camas ou no seu próprio corredor. Enquanto lá permanecermos, eles não poderão dormir tranquilos e disputar-nos-ão essas regiões a todo o custo. As nossas concessões aí contribuirão para frustrar a conspiração de guerra civil do Kuomintang e hão-de permitir-nos ganhar a simpatia de grande número de elementos centristas, dentro do país e no estrangeiro. Todos os meios de propaganda na China, excepto a Agência Hsinghua, estão actualmente controlados pelo Kuomintang. São uma fábrica de boatos. Relativamente às negociações actuais, espalharam falsos rumores, segundo os quais o Partido Comunista apenas pretende disputar territórios e não fará quaisquer concessões. A nossa política consiste em proteger os interesses fundamentais do povo. Desde que o princípio de

não prejudicar os interesses fundamentais do povo seja respeitado, é admissível fazer determinadas concessões, em troca de paz e democracia de que o povo inteiro necessita. No passado, nas nossas relações com Tchiang Kai--chek, também lhe fizemos concessões, e bem maiores. Em 1937, para se chegar à Guerra de Resistência à escala nacional, suprimimos por nossa livre iniciativa a designação de “Governo Revolucionário dos Operários e Camponeses”, substituímos o nome de Exército Vermelho pelo de Exército Revolucionário Nacional e mudámos a nossa política de confiscação das terras dos senhores de terras para uma política de redução das rendas e das taxas de juro. Desta vez, com a cessão de determinadas regiões no Sul, nós desfizemos completamente os boatos kuo-mintanistas, quer ante o povo chinês quer ante os povos de todo o mundo. E o mesmo acontece na questão das forças armadas. A propaganda do Kuomintang diz que o Partido Comunista não faz mais do que disputar as armas. E nós dissemos que estávamos prontos a fazer concessões. Primeiro, nós propusemos a redução das nossas forças actuais para 48 divisões, isto é, mais ou menos um sexto das forças armadas do país, já que o Kuomintang possui 263 divisões. Mais tarde, propusemos nova redução, para 43 divisões, isto é, para um sétimo do total. Então o Kuomintang anunciou que reduziria as suas forças para 120 divisões. Nós dissemos que, na mesma proporção, podíamos reduzir as nossas para 24 ou mesmo para 20 divisões, o que representaria sempre um sétimo. No exército do Kuomintang, a proporção dos oficiais relativamente aos soldados é muito grande e os efectivos

de cada divisão não atingem 6 mil homens. Nós poderíamos formar 200 divisões semelhantes com os nossos 1.200.000 homens. Mas não vamos agir assim e, desse modo, o Kuomintang não poderá mais dizer seja o que for e todos os seus boatos cairão por terra. Mas significará isso que vamos entregar as nossas armas ao Kuomintang? Também não. Não é que, se lhe entregamos as nossas armas, ele passa a ficar com armas a mais? As armas do povo, uma simples espingarda ou cartucho, devem ser todas conservadas, não há que entregá-las. O que acabo de dizer era tudo quanto tinha a expor aos camaradas sobre a situação actual, cujo desenvolvimento revela inúmeras contradições. Por que é que, nas negociações entre o Kuomintang e o nosso Partido, se chegou a acordo quanto a certos pontos e não quanto a outros? Por que é que o “Resumo das Conversações” fala de paz e de unidade quando, na prática, os combates continuam? Alguns camaradas não compreendem exactamente tais contradições. A minha exposição visa responder a essas questões. Alguns camaradas não podem compreender a razão do nosso interesse em negociar com Tchiang Kai--chek, uma vez que este foi sempre anticomunista e contra o povo. Terá sido justo o nosso Partido quando decidiu, no seu VII Congresso, que nós estávamos dispostos a entabular negociações com o Kuomintang, desde que este mudasse de política? Inteiramente justo. A revolução chinesa é uma revolução prolongada e a vitória só pode ser conquistada passo a passo. O futuro da China depende dos nossos esforços. A situação permanecerá incerta durante cerca de seis meses. Devemos redobrar de esforços para fazê-la desenvolver-se num

sentido favorável ao povo inteiro.

Agora, só mais umas palavras sobre o nosso trabalho. Alguns dos camaradas presentes vão partir para a frente. Muitos, cheios de entusiasmo, disputam a oportunidade de ir trabalhar para lá, o que revela um espírito activo e ardente muito louvável. Contudo, há também alguns camaradas que têm ideias falsas, não pensam nas muitas dificuldades a vencer e julgam que tudo irá de vento em popa na frente e que viverão ali tempos mais fáceis do que em Ien-an. Mas haverá mesmo quem pense assim? Creio que há. Eu aconselho esses camaradas a corrigirem as suas ideias. Quando se vai para a frente é para trabalhar. O que é trabalhar? Trabalhar é lutar. Lá, existem dificuldades e problemas que devemos resolver. É para vencer essas dificuldades que nós iremos para lá trabalhar e lutar. Um bom camarada é aquele que tanto mais insiste em ir para um lugar quanto maiores são as dificuldades que nesse lugar existem. Nesses pontos o trabalho é muito duro. Um trabalho duro é como uma carga posta diante de nós, desafiando-nos a carregá-la aos ombros. Umas cargas são ligeiras e outras são pesadas. Algumas pessoas preferem as cargas ligeirás às pesadas e escolhem as primeiras para si e deixam as últimas aos outros. Isso não é uma boa atitude. Mas alguns camaradas são diferentes; eles deixam a facilidade e o conforto para os outros e arcam eles mesmos com as cargas pesadas; são os primeiros a sofrer as privações e os últimos a gozar do conforto. São esses os bons camaradas. Nós devemos todos aprender com o seu espírito comunista.

Muitos dos quadros locais vão partir da sua terra natal

para a frente. E muitos outros que, oriundos do Sul, vieram para Ien-an, vão igualmente seguir para a frente. Todos os camaradas que partem para a frente necessitam de estar mentalmente preparados, de tal maneira que, uma vez lá chegados, possam enraizar-se, florir e dar frutos. Nós, comunistas, somos como a semente e o povo é como a terra. Aonde quer que cheguemos, devemos unir-nos com o povo, enraizar-nos e florescer no seio das massas. Aonde quer que cheguem, os camaradas devem estabelecer boas relações com as massas, preocupar-se com elas e ajudá-las a superar as dificuldades. Devemos unir-nos com as grandes massas populares, e, quanto mais numerosas elas forem, melhor. Mobilizar audazmente as massas, desenvolver as forças do povo e, sob a direcção do nosso Partido, vencer o agressor e construir uma China nova, tal é a política definida pelo nosso VII Congresso⁶, política por cuja realização nós temos de lutar. A China depende do Partido Comunista e do povo quanto à gestão dos seus negócios. Nós dispomos da decisão e das vias para realizar a paz e a democracia. Desde que nos unamos ainda mais estreitamente com todo o povo, os assuntos da China podem ser bem geridos.

Terminada a Segunda Guerra Mundial, abre--se ao mundo um futuro radioso. Essa é a tendência geral. Em Londres, a Conferência dos Ministros dos Negócios Estrangeiros das cinco grandes potências⁷ fracassou; será então que uma terceira guerra mundial está a ponto de estalar? Não. Pensem apenas: como seria possível o rebentamento duma terceira guerra mundial logo após o fim da Segunda? Os países capitalistas e os

países socialistas ainda hão-de chegar a compromissos sobre grande número de problemas internacionais, pois o compromisso será vantajoso⁸. O proletariado e os povos do mundo inteiro estão decididamente opostos a uma guerra anti-soviética e anticomunista. Nos últimos trinta anos, registaram-se já duas guerras mundiais. Entre a Primeira Guerra Mundial e a Segunda houve um intervalo de mais de vinte anos. No meio milhão de anos que conta a História da humanidade, não houve guerras mundiais senão nos últimos trinta anos. O mundo fez grandes progressos depois da Primeira Guerra Mundial. E seguramente há-de fazer progressos ainda mais rápidos depois da Segunda Guerra Mundial. Em seguida à Primeira Guerra Mundial, nasceu a União Soviética e fundaram-se dezenas de Partidos Comunistas, algo que não se tinha registado anteriormente. Após a conclusão da Segunda Guerra Mundial, a União So-viética tornou-se mais forte, a face da Europa mudou, a consciência política do proletariado e dos povos do mundo é muito mais elevada, e as forças progressistas de todo o mundo encontram-se mais estreitamente unidas. E a nossa Chi-na está também

sofrendo bruscas mudanças. A tendência geral do desenvolvimento da China é no sentido do melhor e não do pior. O mundo progride, o futuro é radioso, ninguém pode mudar essa corrente geral da História. Nós devemos fazer uma propaganda constante entre o povo sobre os progressos do mundo e sobre o seu futuro luminoso, a fim de que ele ganhe confiança na vitória. Ao mesmo tempo, devemos dizer ao povo e aos nossos camaradas que haverá curvas e

contra-curvas no nosso caminho. Ainda há muitos obstáculos e dificuldades no caminho da revolução. O VII Congresso do nosso Partido previu muitas dificuldades, porque nós preferimos pensá-las mais numerosas do que são. Certos camaradas não gostam de pensar muito nas dificuldades. Ora, elas são uma realidade; há que reconhecer tantas dificuldades quantas existam e guardar-se de adoptar a seu respeito uma “atitude de não reconhecimento”. Devemos reconhecê-las, analisá-las e combatê-las. Não há estradas rectas no mundo; devemos estar preparados para seguir uma estrada com curvas e contra-curvas e não tentar obter as coisas a baixo preço. Não devemos pensar que, uma bela manhã, todos os reaccionários cairão de joelhos aos nossos pés, por sua livre iniciativa. Numa palavra, as perspectivas são brilhantes, mas o caminho é sinuoso. Perante nós existem ainda muitas dificuldades que não devemos perder de vista. Unindo-nos num esforço comum com a totalidade do povo, poderemos seguramente vencer todas as dificuldades e conquistar a vitória.

NOTAS

1 Trata-se do “Resumo das Conversações”, conhecido igualmente pelo nome de “Acordo de 10 de Outubro”, assinado pelos representantes do Kuomintang e do Partido Comunista da China a 10 de Outubro de 1945. Como se vê pelo Resumo, Tchiang Kai-chek teve de aparentar concordar com a “política fundamental de paz e de reconstrução nacional”, proposta pelo Partido Comunista da China, aceder a “realizar uma cooperação a longo prazo . . . com base na paz, na democracia, na solidariedade e na unidade, evitar resolutamente a guerra civil e construir uma China nova, independente, livre, próspera e poderosa”, bem como reconhecer “a democratização da vida política, a nacionalização das tropas e a igualdade e legalização dos partidos políticos, como vias e meios absolutamente essenciais à conquista da paz e à reconstrução nacional”. Ele teve igualmente que aceitar a cessação rápida da tutela política kuomintanista, a convocação duma conferência consultiva política, “a garantia das liberdades individuais, de consciência, palavra, imprensa, reunião e associação, de que gozam os povos de todos os países democráticos em tempo de paz, e a anulação ou emenda, conformemente a esse princípio, das leis e decretos vigentes”, a supressão dos serviços secretos, “a interdição rigorosa a todos os órgãos não pertencentes à polícia nem aos tribunais de procederem a detenções, interrogatórios e imposição de sanções”, “a libertação dos presos políticos”, “a realização activa da autonomia regional e a realização de eleições gerais de baixo para cima”, etc. Mas o governo de Tchiang Kai-chek recusou-se obstinadamente a reconhecer estatuto legal ao exército popular, bem como aos governos democráticos das regiões libertadas e, com o pretexto de “unificar o comando militar” e de “unificar a administração governamental”, tentou eliminar radicalmente o exército popular e as regiões libertadas, dirigidos pelo Partido Comunista, não tendo sido possível, por consequência, chegar-se a um acordo sobre essa questão. A seguir, dão-se algumas passagens do “Resumo das Conversações” relativas às negociações sobre o problema das forças armadas e do poder político nas regiões libertadas. No Resumo, a

expressão “governo” designa o governo kuomintanista de Tchiang Kai-chek.

“Sobre a nacionalização das tropas. O Partido Comunista da China propôs que, com vista à unificação do comando militar, o governo devia efectuar uma reorganização justa e racional das forças armadas do país, elaborar um programa para efectuar essa reorganização por etapas e, além disso, proceder a uma nova delimitação das zonas militares e estabelecer um sistema de conscrição e completamento dos efectivos. Uma vez estabelecido esse programa, o Partido Comunista da China estaria pronto a reduzir os efectivos das tropas anti-japonesas sob o seu comando para vinte e quatro divisões ou mesmo para vinte, bem como a proceder rapidamente à desmobilização das suas tropas anti-japonesas, no momento repartidas em oito regiões: Quantum, Tchequiam, sul do Quiansu, sul do Anghuei, Anghuei central, Hunan, Hupei e Honan (sem incluir o norte do Honan). Gradualmente, ele retiraria das regiões mencionadas as tropas a reorganizar, reunindo-as nas regiões libertadas a norte da via ferroviária de Lom-hai e nas do norte do Quiansu e do norte do Anghuei. O governo declarou que o programa de reorganização das tropas numa base nacional estava em elaboração e que o governo estaria disposto a considerar a reorganização, em vinte divisões, das tropas anti-japonesas dirigidas pelo Partido Comunista da China, desde que todas as questões em discussão nas negociações pudessem ser inteiramente resolvidas. No que respeita à questão do estacionamento dessas tropas, acrescentou que o Partido Comunista da China podia submeter planos à discussão e decisão. O Partido Comunista da China propôs que o Partido Comunista e respectivo pessoal militar deviam participar no trabalho do Conselho Militar Nacional e dos seus vários departamentos, que o governo devia preservar o sistema de pessoal, nomear o pessoal existente como oficiais de vários escalões dentro das unidades reorganizadas, que os oficiais não nomeados na reorganização deviam ser afectados às diferentes regiões para efeitos de treino e que se adoptasse um correcto e razoável sistema de abastecimento e um plano de educação política. O governo disse não ter objecções quanto a essas propostas e estar disposto a discutir os detalhes. O Partido Comunista da China propôs que todos

os milicianos das regiões libertadas fossem organizados em corpos locais de autodefesa. O governo declarou que tal organização podia apenas ser considerada ali onde as condições locais o exigissem ou permitissem. A fim de formular planos concretos relativos às questões referidas neste sector, ambas as partes acordaram na formação duma subcomissão de três, sendo um representante do Quadro das Operações Militares do Conselho Militar Nacional, um do Ministério da Guerra e um do XVIII Grupo de Exércitos.” “Sobre os governos locais das regiões libertadas. O Partido Comunista da China propôs que o governo devia reconhecer estatuto legal aos governos de todos os escalões, eleitos pelo povo nas regiões libertadas. O governo indicou que, dada a rendição japonesa, o termo ‘região libertada’ resultava obsoleto e a administração governamental em todo o país devia ser unificada. A fórmula inicial avançada pelo Partido Comunista da China era que as regiões provinciais e administrativas deviam ser novamente delimitadas à luz da existência de dezoito regiões libertadas e que, no interesse da unificação da administração governamental, ele submeteria uma lista de todos os governos dos distintos escalões eleitos pelo povo, com vista a uma confirmação de posto pelo Governo Central. O governo indicou que, tal como o Presidente Tchiang havia declarado ao Sr. Mao, o Governo Central, após a unificação do comando militar e da administração governamental por todo o país, tomaria em consideração o pessoal administrativo proposto pelo Partido Comunista da China. O governo consideraria a retenção da devida proporção de pessoal administrativo que tivesse servido nas regiões recuperadas durante a Guerra de Resistência, tendo em conta a sua capacidade e boa folha de serviço, independentemente de afiliações partidárias. Então, uma segunda fórmula foi proposta pelo Partido Comunista da China, pedindo ao Governo Central a nomeação das pessoas designadas pelo Partido Comunista da China como presidentes e membros dos governos provinciais da região fronteiriça Xensi-Cansu-Ninsia e das cinco províncias de Jehol, Tchahar, Hopei, Xantum e Xansi, e a nomeação dos elementos indicados pelo Partido Comunista como vice-presidentes e membros dos seis governos provinciais de Sui-ian, Honan, Quiansu, Anghuei, Hupei e Cquantum (dado que

nas referidas onze províncias havia extensas regiões libertadas ou secções destas). O Partido Comunista da China pediu também a designação de nomeados seus como vice-presidentes dos quatro municípios especiais de Pepim, Tientsim, Tsintao e Xangai e a participação dos seus nomeados na administração das províncias do Nordeste. Após várias discussões sobre a matéria, o Partido Comunista da China modificou as referidas propostas, requerendo a designação de nomeados seus como presidentes e membros dos governos provinciais da região fronteiriça Xensi-Cansu-Ninsia e das quatro províncias de Jehol, Tchahar, Hopei e Xantum, como vice-presidentes e membros dos dois governos provinciais de Xansi e Sui-ian e como vice-presidentes dos três municípios especiais de Pepim, Tientsim e Tsintao. Em resposta, o governo declarou que o Partido Comunista da China podia recomendar aqueles dos seus membros, que tivessem prestado serviços distintos durante a Guerra de Resistência e possuíssem capacidade administrativa, para serem nomeados pelo governo, mas que o Partido Comunista não estaria a esforçar-se sinceramente pela obtenção da unidade do comando militar e da administração governamental se insistisse na nomeação de candidatos seus como presidente ou vice-presidente ou membros de determinado governo provincial. O Partido Comunista da China afirmou então que retiraria a sua segunda sugestão e propunha uma terceira fórmula. Ele sugeriu que se realizassem eleições gerais sob a responsabilidade dos governos de todos os escalões eleitos pelo povo nas regiões libertadas e que os membros de todos os outros partidos políticos, assim como as pessoas dos diferentes sectores da população, seriam benvindos no regresso às suas terras natais para participar nas eleições a realizar sob a supervisão de indivíduos designados pela Conferência Consultiva Política. Eleições populares deviam realizar-se em todos os distritos onde mais de metade dos subdistritos e das circunscrições tivesse já procedido a eleições populares. Do mesmo modo, eleições populares deviam ser realizadas em cada província ou região administrativa onde mais de metade dos distritos tivesse já procedido a eleições populares. No interesse da unidade da administração governamental, os nomes de todos os funcionários assim eleitos nas províncias, regiões administrativas e distritos

deviam ser submetidos ao Governo Central para designação por confirmação. O governo replicou que tal fórmula de confirmação governamental de designações nas províncias e regiões não favorecia a unidade da administração governamental. O governo podia, no entanto, considerar a realização de eleições populares a nível de distrito, mas eleições populares para governos provinciais só podiam realizar-se após a promulgação da Constituição Nacional, quando o estatuto das províncias tivesse sido definido. Entretanto, apenas os funcionários de governos provinciais, que tivessem sido designados pelo Governo Central, deviam exercer os seus cargos, de modo que as condições nas regiões recuperadas pudessem voltar rapidamente à normalidade. Nesse estado de coisas, uma quarta fórmula foi proposta pelo Partido Comunista da China, a saber, que o statu quo em todas as regiões libertadas fosse temporariamente mantido até à adopção e execução duma cláusula constitucional de eleição popular dos governos provinciais, e que, por enquanto, fossem fixadas disposições provisórias a fim de se garantir a restauração da paz e da ordem. O Partido Comunista da China, entretantes, declarou que este problema específico podia ser submetido, para solução, à Conferência Consultiva Política. O governo insistiu que a unidade da administração governamental devia ser realizada primeiro, já que esse problema, a ser deixado sem solução, podia converter-se num obstáculo à paz e à reconstrução, e exprimiu a esperança de que uma fórmula concreta relativa ao assunto pudesse ser acordada brevemente. O Partido Comunista da China concordou em continuar as negociações.”

2 Chantam era o antigo nome da parte sudeste da província de Xansi, que tinha como centro Tchantche. Os seus sectores montanhosos foram a base de apoio da 129ª Divisão do VIII Exército durante a Guerra de Resistência contra o Japão e faziam parte da região libertada Xansi-Hopei-Xantum-Honan. Em Setembro de 1943, o caudilho militar kuomintanista Ien Si-xan concentrou treze divisões e, em coordenação com as tropas japonesas e fantoches, moveu-se sucessivamente de Linfen, Fuxan e Yitchem e de Tai-ian e Lutse, invadindo Siam-ian, Tuenliu e Lutchem, na região libertada do sudeste do Xansi. Em Outubro, o exército e o povo dessa

região libertada contra-atacaram as forças invasoras, liquidaram 55.000 homens e capturaram vários oficiais de alta patente, incluindo comandantes de corpo e de divisão.

3 Experiência ganha pelo Partido Comunista da China nas lutas contra o Kuomintang, desde 1927, quando este traiu a revolução, até 1945.

4 Extraído de “Sobre o Governo de Coalizão”, parte IV, secção 2 “O nosso programa específico”, Obras Escolhidas de Mao Tsetung, Tomo III.

5 Bases do Exército Popular, dispersas no Quantum, Tche-quiam, sul do Quiansu, sul do Anghuei, Anghuei central, Hunan, Hupei e Honan (sem incluir o norte do Honan).

6 Ver “Dois Destinos da China” e “Como Yukong Removeu as Montanhas”, Obras Escolhidas de Mao Tsetung, Tomo III.

7 De 11 de Setembro a 2 de Outubro de 1945, os ministros dos Negócios Estrangeiros da União Soviética, China, Estados Unidos, Inglaterra e França reuniram-se em Londres para discutir os tratados de paz com a Itália, Roménia, Bulgária, Hungria e Finlândia, países que haviam participado na guerra de agressão desencadeada pela Alemanha fascista, assim como para discutir o destino das colónias italianas. Não se chegou a acordo, porque os Estados Unidos, Inglaterra e França, persistindo na sua política imperialista de agressão e tentando, em vão, derrubar os governos populares instalados na Roménia, Hungria e Bulgária, após a vitória na guerra antifascista, repeliram as propostas razoáveis avançadas pela União Soviética.

8 Ver, no presente tomo, “Algumas Apreciações sobre a Actual Situação Internacional”.

A VERDADE SOBRE OS ATAQUES DO KUOM- INTANG*

(5 de Novembro de 1945)

Num despacho de Tchuntchim, datado de 3 de Novembro, a United Press informou que Vu Cuo--tchen, director do Departamento de Propaganda do Comité Executivo Central do Kuomintang, tinha declarado que “nesta guerra o governo está inteiramente na defensiva” e que havia proposto medidas para “restabelecer as comunicações”¹. Um correspondente da Agência Hsinghua interpelou o porta--voz do Partido Comunista da China a esse respeito.

O porta-voz do Partido Comunista da China respondeu ao jornalista, dizendo o seguinte: O que Vu Cuo-tchen afirma quanto a “estar na defensiva” é pura mentira. O Kuomintang não se contentou em ocupar as cinco regiões libertadas que as nossas tropas evacuaram no leste do Tchequiam, sul do Quiansu, centro e sul do An

* Declaração feita pelo camarada Mao Tsetung, como porta-voz do Partido Comunista da China, Nessa época, Tchiang Kai-chek já havia violado o “Acordo de 10 de Outubro” e a guerra civil contra as regiões libertadas adquiria, dia a dia, maiores proporções.

ghuei, e Hunan, e em espezinhar o povo nessas regiões; ele introduziu mais de setenta divisões das suas tropas regulares na maior parte das demais regiões libertadas e nos territórios vizinhos, como por exemplo, nas do Cuan-tum, Hupei, Honan, norte do Quiansu, norte do Anghuei, Xantum e Hopei, oprimindo as respectivas populações e atacando ou preparando-se para atacar as nossas tropas. Além disso, dezenas de divisões do Kuomintang estão avançando actualmente para as regiões libertadas. Poderá então ser isto descrito como “estar na defensiva”? Das oito divisões kuomintanistas que atingiram a região de Hantan, vindas de Tchante em direcção ao Norte, duas opõem--se à guerra civil e são pela paz, enquanto que as outras seis (incluídas três com equipamento norte--americano) foram forçadas a depor as armas após o contra-ataque de legítima defesa lançado pelas tropas e pelo povo das regiões libertadas. Muitos oficiais dessas tropas kuomintanistas, incluídos co-mandantes adjuntos de zonas de guerra, comandantes e comandantes adjuntos de corpos de exército, encontram-se actualmente nas regiões libertadas² e podem confirmar a inteira verdade quanto ao ponto donde vieram e as ordens de ataque que receberam. Poderá ainda isso ser descrito como “estar na defensiva”? Presentemente, as nossas tropas nas regiões libertadas das províncias de Honan e Hupei encontram-se completamente cercadas por mais de vinte divisões das I, V e VI Zonas de Guerra do Kuomintang, tendo como comandante em chefe Liu Tchi, encarregado da “exterminação dos comunistas” nessas províncias. As nossas regiões libertadas no oeste e centro do Honan, no sul,

leste e centro do Hupei, foram todas invadidas e ocupadas pelas forças do Kuomintang, que queimaram e mataram tão brutalmente que as nossas tropas, comandadas por Li Sien--nien e Vam Chu-chem, não puderam encontrar abrigos e, para sobreviver, tiveram que estabelecer quartel na fronteira Honan-Hupei. E mesmo aí, elas foram perseguidas e atacadas incessantemente pelas tropas kuomintanistas³. Poderá isso também ser descrito como “estar na defensiva”? E o mesmo aconteceu nas três províncias de Xansi, Sui-ian e Tchahar. Nos primeiros dias de Outubro, Ien Si--xan deu ordem para que treze divisões atacassem o sector Siam-ian-Tuenliu da região libertada de Chantam. Combatendo em legítima defesa, as nossas tropas e o povo dessa zona desarmaram-nas todas e capturaram vários comandantes de corpo de exército e de divisão. Eles estão agora na região libertada de Taiham, são e salvos, e podem comprovar plenamente donde vieram e a ordem de ataque que receberam. Recentemente, em Tchunchim, Ien Si-xan propagou uma série de mentiras, sobre como havia sido atacado e como permanecera apenas na “defensiva”. Muito provavelmente, ele esqueceu-se completamente dos seus generais: Chi Tse-po, comandante do 19o Corpo de Exército, Cuo Jum, comandante da 46a Divisão Provisória, Tcham Hom, comandante da 49a Divisão Provisória, Li Pei-im, comandante da 66a Divisão, Cuo Tien-sin, comandante da 68a Divisão e Iam Ven-tsai, comandante da 37a Divisão Provisória¹. Estes generais encontram-se actualmente nas nossas regiões libertadas e podem refutar qualquer mentira contada por Vu Cuo-tchen, Ien Si--xan e demais reaccionários, instiga-

dores da guerra civil. O general Fu Tsuo-yi, cumprindo ordens, ataca há mais de dois meses as nossas regiões libertadas no Sui-ian, Tchahar e Jehol, tendo havido mesmo uma ocasião em que progrediu até às portas de Tchanquiacou e ocupou toda a região libertada de Sui-ian e o Tchahar ocidental. Poderá isso também ser descrito como “estar na defensiva” e não ter disparado “o primeiro tiro”? As nossas tropas e o povo no Tchahar e no Sui-ian levantaram-se em legítima defesa e, nos seus contra-ataques, capturaram um grande número de oficiais e soldados, que podem igualmente testemunhar sobre donde vieram, como atacaram, etc.⁵ Nas várias batalhas travadas em legítima defesa, nós apreendemos uma grande quantidade de documentos anticomunistas ou relativos à “exterminação dos bandidos”, entre os quais o Manual sobre a Exterminação dos Bandidos, ordens para a “exterminação dos bandidos”⁶ e outros documentos anticomunistas, dimanados das mais altas autoridades do Kuomintang, mas rejeitados por Vu Cuo-tchen como “fantasias”. Tais documentos estão a ser agora enviados para Ien-an e constituem provas irrefutáveis dos ataques às regiões libertadas por parte das tropas kuomintanistas.

O correspondente da Agência Hsinghua perguntou depois ao porta-voz do Partido Comunista da China que opinião tinha sobre as medidas propostas por Vu Cuo-tchen para o restabelecimento das comunicações. O porta-voz respondeu: Não se trata senão duma tática dilatória. As autoridades do Kuomintang estão a concentrar importantes forças e tentam submergir, como uma grande cheia, as regiões libertadas. Após o fracasso dos

vários ataques de Setembro e Outubro, estão a preparar novos ataques de envergadura ainda maior. Um dos meios para barrar tais ataques e impedir efectivamente a guerra civil é não deixá-las transportar as suas tropas por caminhos de ferro. Como todas as demais pessoas, nós somos pela restauração rápida das vias de comunicação, mas isso só será possível uma vez que estejam resolvidos três problemas: aceitação da capitulação japonesa, direito de decidir sobre as tropas fantoches e estabelecimento da autonomia adminis-trativa nas regiões libertadas. O que é que se deve resolver em primeiro lugar, o problema das comunicações ou aqueles três problemas? Por que razão não hão-de ser as tropas das regiões libertadas, que durante oito anos combateram com denodo e dureza contra o Japão, qualificadas para receber a capitulação japonesa? Por que razão se terá de fazer vir de tão longe outras tropas para este efeito? Todos os cidadãos têm o direito de punir as tropas fantoches; por que razão, pois, foram elas incorporadas no “exército nacional” e se lhes deu a ordem de atacar as regiões libertadas? A autonomia dos governos locais foi expressamente estipulada no “Acordo de 10 de Outubro”, e há muitos anos já que o Dr. Sun Yat-sen defendeu uma eleição pelo povo dos governadores de província; por que razão, pois, insiste o governo kuomintanista em enviar funcionários para as regiões libertadas? O problema das comunicações deve ser resolvido rapidamente, mas mais urgentemente ainda devem sê-lo os referidos três problemas principais. Falar dum restabelecimento das comunicações sem resolver primeiro os três problemas principais só pode provocar a extensão e o prolongamen-

to da guerra civil e ajudar os que a instigam a realizar os seus fins, a liquidação das regiões libertadas. Para parar rapidamente essa guerra civil antipopular e antidemocrática, actualmente já generalizada por todo o país, nós propomos o seguinte:

i) Todas as forças do governo do Kuomintang, que penetraram nas regiões libertadas no Norte da China, no norte do Quiansu, no norte do Anghuei, na China Central e nas regiões vizinhas para receber a capitulação japonesa e atacar-nos, devem retirar-se imediatamente para as suas posições de origem; as tropas das regiões libertadas receberão a capitulação japonesa e guarnecerão as cidades e ás linhas de comunicação; as regiões libertadas, que foram invadidas e ocupadas pelo Kuomintang, devem ser restabelecidas.

i) Todas as tropas fantoches devem ser imediatamente desarmadas e licenciadas; no Norte da China, no norte do Quiansu, no norte do Anghuei, as regiões libertadas encarregar-se-ão desse desarmamento e licenciamento.

3) A autonomia democrática popular em todas as regiões libertadas deve ser reconhecida; o Governo Central não nomeará nem enviará funcionários para tais localidades; as cláusulas do “Acordo de 10 de Outubro” devem ser executadas.

O porta-voz declarou: Este é o único processo de evitar uma guerra civil; fora disto, nada haverá que nos garanta contra ela. Os documentos apreendidos durante as três batalhas de legítima defesa que travámos no Sui-ian, Chantam e Hantan, e as acções concretas, tais como os grandes movimentos de tropas e os ataques maciços, constituem outros tantos desmentidos às afirmações

das autoridades kuomintanistas, segundo as quais o “restabelecimento das comunicações” favorece o povo e não a guerra civil. O povo chinês foi enganado durante muito tempo, mas já não pode mais continuar a sê-lo. Presentemente, o problema essencial para todo o povo é mobilizar-se para acabar, por todos os meios, com a guerra civil.

NOTAS

1 No fim da Guerra de Resistência contra o Japão, a maior parte dos caminhos de ferro da China estava ou sob o controle do exército e do povo das regiões libertadas ou bloqueada por estes. Com o pretexto de “restabelecer as comunicações”, os reaccionários do Kuomintang tentaram utilizar as vias férreas para isolar as regiões libertadas e transportar milhões de soldados kuomintanistas para o Nordeste, Norte, Leste e Centro da China, para atacar as regiões libertadas e dominar rapidamente as grandes cidades.

2 Em Setembro de 1941, tropas kuomintanistas, partindo da região de Tchendjou e Sinsiam, avançaram ao longo da via férrea Pepim-Hancou para atacarem a região libertada Xansi--Hopei-Xantum-Honan. Na última década de Outubro, a sua vanguarda, constituída por três corpos de exército, invadiu a região de Tscien-Hantan. O exército e o povo da região libertada sublevaram-se corajosamente em legítima defesa e, após uma semana de duros combates, o general Cao Chu--chiun, comandante adjunto da XI Zona de Guerra do Kuomintang e comandante do Novo VIII Corpo de Exército, revoltou-se na região de Hantan contra o Kuomintang e passou-se para o nosso lado com esse corpo de exército e mais uma coluna, ou seja, com um total de mais de dez mil homens. Os dois outros corpos de exército retiraram-se em desordem, mas foram cercados e desarmados. Muitos oficiais de alta patente foram obrigados a render-se, entre os quais Ma Fa-vu, também comandante adjunto da XI Zona de Guerra do Kuomintang e comandante do 40o Corpo

de Exército, Liu Chi-jum, comandante adjunto do 40º Corpo de Exército, Li Siu-tum, chefe do Estado-Maior desse 40º Corpo de Exército e Liu Chu-sen, comandante adjunto de divisão.

3 Depois da capitulação do Japão, o Kuomintang reagrupou mais de vinte divisões de três zonas de guerra para desencadear ataques de grande envergadura contra as regiões libertadas nas províncias de Honan e Hupei. Uma parte das forças de Hu Tsum-nan, comandante da I Zona de Guerra do Kuomintang, avançou de noroeste para leste, pelos dois lados do caminho de ferro de Lom-hai, para invadir as regiões libertadas no oeste do Honan; as forças de Liu Tchi, comandante da V Zona de Guerra, avançaram de norte para sul, pelos dois lados da via férrea Pepim-Hancou, para invadir as regiões libertadas no centro do Honan e no centro e leste do Hupei; e, coordenando a sua acção com as precedentes, as forças da VI Zona de Guerra avançaram do sul do Hupei para o norte. A maioria dessas forças kuomintanistas estava sob o comando de Liu Tchi. O exército popular das regiões libertadas do Honan e do Hupei combateu firmemente os agressores, conservou as suas forças, e, a fins de Outubro de 1945, deslocou-se para uma região situada na fronteira Honan-Hupei, região que abrangia as montanhas Tahom e Tompai e a cidade de Tzao-iam. Devido à perseguição e aos ataques kuomintanistas, esse exército passou depois para a região de Siuanghuatien, a leste da via férrea Pepim--Hancou.

4 Sobre a batalha de Chantam, ver, no presente tomo, “Sobre as Negociações de Tchuntchim”, nota 2. Os oficiais do Kuomintang feitos prisioneiros, cujos nomes são mencionados aqui, eram todos generais do exército de Ien Si-xan.

5 A província de Sui-ian foi suprimida a 6 de Março de 1954 e incorporada na Região Autónoma da Mongólia Interior.

O general Fu Tsuo-yi era então comandante da XII Zona de Guerra do Kuomintang. Durante a Guerra de Resistência contra o Japão, as suas tropas estavam acantonadas no sector Vu-ian-Lin-ho, a oeste do Sui-ian. Depois da capitulação do Japão, ele recebeu ordens para atacar as regiões libertadas nas províncias de Sui-ian, Jehol e Tchahar. Em Agosto de 1945, ele ocupou Cuei-sui (hoje Huhehot), Tsinim e Funtchen. Nos princípios de Setembro, ocupou Sinho, Chanyi, Vu-tchuan, Taolin, Sintam e Liantchem, desencadeou

ataques maciços contra as regiões libertadas do Tchahar e avançou até às proximidades de Tchanquiaco. O nosso exército, em legítima defesa, repeliu esses ataques e capturou um grande número de oficiais e soldados do inimigo.

6 O Manual sobre a Exterminação dos Bandidos era uma brochura contra-revolucionária elaborada por Tchiang Kai--chek, em 1933, exclusivamente dedicada aos métodos de ataque contra as forças armadas do povo chinês e contra as bases revolucionárias. Em 1945, terminada a Guerra de Resistência, Tchiang Kai-chek reimprimiu essa brochura e distri-buiu-a pelos oficiais do Kuomintang, acompanhada duma ordem confidencial do seguinte teor:

“A campanha actual para a exterminação dos bandidos, da qual depende a felicidade do povo, deve ser concluída rapidamente. Vocês devem incitar os oficiais e os soldados a fazer o máximo que lhes for possível para exterminar os bandidos, dentro do mesmo espírito da Guerra de Resistência aos agressores japoneses e de acordo com o Manual sobre a Exterminação dos Bandidos, cujo texto foi por mim elaborado. Qualquer acção meritória ao serviço do Estado deve ser generosamente recompensada e os responsáveis pelos atrasos ou erros serão julgados em tribunal militar. Todos os oficiais e soldados colocados sob o vosso comando e empenhados na exterminação dos bandidos devem tomar conhecimento desta ordem e cumpri-la.”

A REDUÇÃO DAS RENDAS E A PRODUÇÃO SÃO
DUAS QUESTÕES IMPORTANTES PARA A DEFESA
DAS REGIÕES LIBERTADAS*

(7 de Novembro de 1945)

1. Ajudado pelos Estados Unidos, o Kuomintang mobiliza todas as suas forças para atacar as nossas regiões libertadas. A guerra civil à escala nacional já é um facto. As tarefas actuais do nosso Partido consistem em mobilizar todas as forças e, assumindo uma posição de legítima defesa, esmagar os ataques do Kuomintang, defender as regiões libertadas e bater-se pela paz. Para atingir tais fins, torna-se de todo urgente realizar as seguintes tarefas: nas regiões libertadas, fazer com que os camponeses, de modo geral, beneficiem duma redução de rendas e os operários e outros trabalhadores obtenham um aumento apropriado dos seus salários e melhorem as suas condições de vida; ao mesmo tempo, fazer com que os senhores de terras possam ainda ganhar a sua vida e os capitalistas comerciais e industriais realizar lucros; além disso, no próximo ano devemos desenvolver um grande movimento de produção, aumentar a produção de alimentos e artigos de primeira necessidade, melhorar o

* Directiva interna do Partido, redigida pelo camarada Mao Tse-tung em nome do Comité Central do Partido Comunista da China.

nível de vida do povo, socorrer as vítimas da fome e os refugiados e satisfazer as necessidades do exército. Só quando essas duas importantes tarefas de redução das rendas e de desenvolvimento da produção forem bem resolvidas é que poderemos superar as nossas dificuldades, aguentar o esforço da guerra e conquistar a vitória.

2. Como actualmente a guerra atingiu grandes proporções, muitos camaradas dirigentes estão como comandantes na frente e não podem, ao mesmo tempo, prestar atenção à redução das rendas e ao desenvolvimento da produção. Daí a necessidade de se proceder à divisão do trabalho. Os camaradas dirigentes que permanecem na retaguarda devem, além de realizar o enorme trabalho de apoio directo à frente, fazer por não perder a menor oportunidade de organizar essas duas importantes tarefas: a redução das rendas e o desenvolvimento da produção. Nos próximos meses de Inverno e de Primavera, irapõe-se que eles lancem um grande movimento para a redução das rendas e apliquem tal redução em todas as regiões libertadas, especialmente nas grandes regiões recentemente libertadas, de maneira a levantar o entusiasmo revolucionário da grande maioria das massas camponesas. Ao mesmo tempo, devem fazer com que, em 1946, a produção agrícola e industrial alcance um novo desenvolvimento em todas as regiões libertadas. Não devemos negligenciar a redução das rendas e a produção só porque a guerra atingiu novamente grandes proporções; pelo contrário, é precisamente para bater a ofensiva kuomintanista que importa acelerar essa redução das rendas e a produção.

3. A redução das rendas deve ser o resultado da luta das massas e não um favor concedido pelo governo. Disso depende o sucesso ou o fracasso da redução das rendas. Na luta pela redução das rendas, os excessos só muito dificilmente podem ser evitados; mas, desde que se trate realmente duma luta consciente das grandes massas, todos os excessos registados poderão depois ser corrigidos. Só então poderemos persuadir as massas e fazê-las compreender que é no interesse dos camponeses e do povo inteiro permitir que os senhores de terras tenham ainda de que viver, de modo que não apoiem o Kuomintang. A política actual do nosso Partido continua a ser a de redução das rendas e não a confiscação das terras. Durante e após a redução das rendas, devemos ajudar a grande maioria dos camponeses a organizar-se em associações camponesas.

4. A chave da vitória no movimento de produção é a organização da grande maioria dos produtores em grupos de ajuda mútua. Uma medida indispensável é a concessão de créditos governamentais à agricultura e à indústria. Também é muito importante fazer os trabalhos agrícolas na estação adequada e diminuir as perdas de tempo de trabalho. Actualmente, precisamos de mobilizar a mão de obra civil para apoiar a guerra; por outro lado, devemos fazer todo o possível por não perder nenhuma estação de trabalho agrícola. Por conseguinte, precisamos de estudar métodos de ajustamento das nossas forças. As unidades do exército, os órgãos do governo e as escolas devem continuar a participar na produção de maneira conveniente, sempre que isso não prejudique a guerra, o trabalho ou o estudo. Só assim poderão mel-

horar o seu nível de vida e aliviar a carga do povo.

5. Nós já dominamos algumas grandes cidades e muitas cidades médias. Tornou-se uma importante tarefa para o nosso Partido controlar a economia dessas cidades e desenvolver-lhes a indústria, o comércio e as finanças. Para isso é muito necessário valer-se de todas as pessoas qualificadas disponíveis e persuadir os membros do Partido a colaborar e aprender com elas as técnicas e os métodos de gestão.

6. Há que dizer a todos os membros do Partido que se mantenham firmes ao lado do povo, que se preocupem com as dificuldades económicas deste e considerem a realização das duas importantes tarefas de redução das rendas e de desenvolvimento da produção como a chave para ajudar o povo a superar as dificuldades; agindo assim, nós conquistaremos o apoio sincero do povo e seremos capazes de esmagar os ataques de qualquer reaccionário. Devemos continuar a considerar tudo sob o ângulo do esforço a longo prazo, utilizar os recursos humanos e materiais com parcimónia, planejar tudo na base dum longo prazo; deste modo ficaremos seguros de conquistar a vitória.

ORIENTAÇÃO PARA O TRABALHO NAS REGIÕES LIBERTADAS EM 1946*

(15 de Dezembro de 1945)

Nestes últimos meses, o nosso Partido obteve grandes sucessos na direcção do povo em lutas encarniçadas para liquidar as forças japonesas e fantoches e destroçar os ataques lançados pelo Kuomintang contra as regiões libertadas. Todos os camaradas do Partido trabalharam como um só homem e obtiveram resultados notáveis em todos os campos. O ano de 1945 vai terminar brevemente e, no nosso trabalho em todas as regiões libertadas, devemos, em 1946, prestar atenção aos seguintes pontos:

1. Esmagar os novos ataques. Desde que o nosso exército esmagou os grandes ataques contra as nossas regiões libertadas de Sui-ian, Xansi e sul do Hopei, o Kuomintang tem estado a movimentar forças ainda mais numerosas e prepara-se para novos ataques. Se não se produzirem novos factos que forcem o Kuomintang a parar rapidamente a sua guerra civil, na Primavera de 1946 os combates serão violentos. Sendo assim, em todas as regiões libertadas a nossa principal tarefa continua a ser a de nos

* Directiva interna do Partido, redigida pelo camarada Mao Tse-tung em nome do Comité Central do Partido Comunista da China.

mantermos em posição de legítima defesa e empregarmos todos os esforços para destroçar os ataques kuomintanistas.

2. Generalizar o movimento Cao Chu-chiun¹. Para esmagar os ataques do Kuomintang, o nosso Partido deve esforçar-se por desintegrar as tropas kuomintanistas que se preparam para atacar ou estão já atacando. Por um lado, o nosso exército deve realizar uma propaganda e uma ofensiva políticas, intensas e abertas, no sentido de minar a combatividade das tropas do Kuomintang empenhadas na guerra civil. Por outro lado, devemos preparar e organizar levantamentos no exército do Kuomintang e generalizar o movimento Cao Chu-chiun, de modo que, nos momentos cruciais do combate, grande número de soldados do Kuomintang sigam o exemplo de Cao Chu-chiun, se passem para o lado do povo, se oponham à guerra civil e tomem posição pela paz. Para a realização prática deste trabalho e para que se obtenham rápidos resultados, cada região deve organizar, em conformidade com as directivas do Comité Central, um departamento especial e seleccionar um grande número de quadros que se dediquem de todo o coração e em exclusivo ao assunto. Os organismos dirigentes de cada região devem orientar de perto esse trabalho.

3. Treinar as tropas. Duma maneira geral, os exércitos de campanha das regiões libertadas já estão formados e as tropas locais são bastante numerosas. Assim, por enquanto devemos cessar, dum modo geral, o aumento dos efectivos e aproveitar os intervalos entre as batalhas para insistir no treino militar. Isto aplica-se aos exércitos de campanha, às forças locais e à milícia popular. Quanto

aos cursos de treino, o objectivo principal continua a ser a elevação das técnicas de tiro, de combate à baioneta, de lançamento de granadas, etc, sendo o objectivo secundário a elevação do nível tático; deve-se prestar atenção especial aos exercícios de combates nocturnos. Sobre o método de instrução, devemos desenvolver o movimento de treino de massas, em que os oficiais instruem os soldados, os soldados instruem os oficiais e os soldados instruem-se uns aos outros. Em 1946, devemos desenvolver mais ainda o trabalho político no exército, acabar com o estilo dogmático e formalista de trabalho que nele exista e reforçar a unidade entre oficiais e soldados, entre exército e povo e ainda com as tropas amigas, desintegrar as forças inimigas e assegurar o cumprimento das tarefas de treino, aprovisionamento e combate. A milícia popular local deve ser reorganizada de acordo com as condições actuais. Os serviços de retaguarda do exército devem ser reajustados. Há que fazer o máximo possível para organizar e expandir em todas as regiões as unidades de artilharia e de engenharia. As escolas militares devem continuar o seu trabalho, com insistência no treino de pessoal técnico.

4. Reduzir as rendas. De acordo com a directiva do Comité Central de 7 de Novembro de 1945, todas as regiões devem desencadear, em 1946, um movimento de redução das rendas e taxas de juro nos seus novos territórios libertados, movimento de grande escala, de massas e bem dirigido. Quanto aos operários, os seus salários devem ser adequadamente aumentados. Através deste movimento, as grandes massas deverão tornar-se capazes de emancipar-se, organizar-se e converter-se

nos donos cons-cientes das regiões libertadas. Sem estas medidas resolutas, as massas das novas regiões libertadas seriam incapazes de dizer qual dos dois partidos, Partido Comunista e Kuomintang, é o bom e qual é o mau, hesitariam entre os dois e não apoiariam com firmeza o nosso Partido. Nas antigas regiões libertadas, importa controlar de novo o trabalho de redução das rendas e das taxas de juro, a fim de consolidar mais ainda tais áreas.

5. Produção. Todas as regiões devem seguir a directiva de 7 de Novembro e fazer imediatamente todos os preparativos para que, em 1946, a produção, tanto pública como privada, ultrapasse em todas as regiões libertadas a envergadura e os resultados de qualquer dos anos anteriores. A sensação de abatimento que se manifesta entre a população só pode ser vencida se forem cumpridas com diligência e resultados relevantes a tarefa de redução das rendas e a tarefa de desenvolvimento da produção. Do cumprimento ou do não cumprimento destas duas importantes tarefas dependerá finalmente a vitória ou a derrota das lutas políticas e militares nas regiões libertadas. Essas tarefas não devem ser descuradas em nenhuma região.

6. Finanças. Em 1946, os encargos fiscais, que foram aumentados para cobrir as necessidades da intensa actividade destes últimos tempos, devem voltar à normalidade de modo planificado e sistemático. Há que proceder a reduções apropriadas em relação a todos aqueles cujos encargos sejam muito pesados. No interesse dum esforço a longo prazo, o número de pessoas retiradas da produção em cada uma das regiões não deve ultrapassar o limite das capacidades financeiras locais. As tropas

valem mais pela qualidade do que pela quantidade; este continua a ser um dos princípios da edificação do nosso exército. Desenvolver a produção, assegurar o abastecimento, centralizar a direcção, descentralizar a gestão, ter em conta o exército e a população, o interesse público e o interesse privado, e insistir tanto na produção como numa economia estrita — tais continuam a ser os princípios directores adequados de resolução dos nossos problemas económicos e financeiros.

7. Apoio ao governo e preocupação pelo povo; apoio ao exército e tratamento preferencial às famílias dos soldados que resistem ao Japão³. Em 1946, impõe-se que realizemos estas duas tarefas ainda melhor do que durante os últimos anos. Isto será de grande importância para esmagar os ataques do Kuomintang e consolidar as regiões libertadas. No exército isso deve fazer-se através dum trabalho ideológico junto de todos os comandantes e combatentes, de modo que eles compreendam inteiramente o significado desse apoio ao governo e desse amor pelo povo. Se, por seu lado, o exército realiza bem este trabalho, os governos locais e o povo, por sua vez, melhorarão as suas relações com ele.

8. Assistência. Nas regiões libertadas, há muitas vítimas de calamidades naturais, refugiados e desempregados totais ou parciais, necessitando urgentemente de assistência. A solução, boa ou má, desse problema terá uma grande e generalizada repercussão. A assistência depende, sobretudo, da ajuda mútua entre as próprias massas, além das medidas governamentais. O Partido e o governo devem encorajar as massas a organizar a assistência através da ajuda mútua.

9. A solicitude para com os quadros locais. Hoje, em todos os escalões da direcção, há em cada região libertada um grande número de quadros vindos doutras regiões. Isso ocorre principalmente nas províncias do Nordeste. Os órgãos dirigentes de cada região devem aconselhar incansavelmente esses quadros a ser solícitos em relação aos quadros locais e a tratá-los com toda a cordialidade e boa vontade. Os quadros vindos doutras regiões devem considerar a selecção, o treino e a promoção de quadros locais como uma tarefa importante que lhes incumbe. Só assim o nosso Partido poderá ganhar raízes nas regiões libertadas. A atitude altiva das pessoas doutras regiões para com as populações locais deve ser criticada.

10. Planear tudo a longo prazo. Qualquer que seja o desenrolar da situação, o nosso Partido deve calcular tudo a longo prazo; só assim a nossa posição será invulnerável. Presentemente, o nosso Partido persiste na sua posição de governo autónomo e de legítima defesa nas regiões libertadas, opõe-se com firmeza aos ataques do Kuomintang e consolida as conquistas obtidas pelas populações dessas regiões. Por outro lado, nós apoiamos o movimento democrático que se desenvolve actualmente nas regiões controladas pelo Kuomintang (como denota a greve de estudantes em Cuenmim⁴), para isolar os reaccionários, ganhar a nós numerosos aliados e alargar a frente única nacional democrática sob a influência do nosso Partido. Além disso, uma delegação do nosso Partido participará brevemente na Conferência Consultiva Política, que reunirá delegados de vários partidos e personalidades públicas sem afiliação partidária, retomará as negociações com o Kuomintang e lutará

pela realização da paz e da democracia em todo o país. Contudo, poderemos deparar ainda com escolhos no nosso caminho. Esperamos muitas dificuldades; por exemplo, as nossas novas regiões libertadas e as nossas tropas novas não estão ainda consolidadas, as nossas finanças levantam muitos problemas. Devemos abordar francamente estas dificuldades e superá-las, planear a longo prazo todo o nosso trabalho, dispensar a máxima atenção ao emprego parcimonioso dos recursos humanos e materiais e guardar-nos de toda a ideia de fácil sucesso por mera sorte.

Estes dez pontos devem reter especialmente a nossa atenção no trabalho a efectuar em 1946, sobretudo durante a primeira metade do ano. Esperamos que os camaradas das diferentes regiões apliquem esta directiva com flexibilidade, tomando em consideração as condições locais. Quanto às outras tarefas a realizar nas várias regiões, como por exemplo, a edificação do poder local, o trabalho da frente única, a generalização do estudo da actualidade política, dentro e fora do Partido, o trabalho nas cidades próximas das regiões libertadas — todas elas são tarefas importantes, mas não vamos falar agora sobre esses assuntos.

NOTAS

1 A 30 de Outubro de 1944; Cao Chu-chiun, vice-comandante da XI Zona de Guerra do Kuomintang, revoltou-se na frente de guerra civil de Hantan, no sul da província de Hopei, e passou-se para o nosso lado com um corpo de exército e uma coluna. Este facto teve uma grande repercussão em todo o país. No intuito de intensificar o trabalho de divisão e de desagregação das tropas do Kuomintang

e incitá-las à revolta, o Comité Central do Partido Comunista da China decidiu lançar uma grande campanha de propaganda, apelando para que os oficiais e soldados do Kuomintang seguissem o exemplo de Cao Chu-chiun e respectivas tropas, recusassem atacar as regiões libertadas, sabotassem a guerra civil na frente de combate, confraternizassem com o Exército Popular de Libertação, se revoltassem e passassem para o lado do povo. Esta campanha ficou conhecida por “Movimento Cao Chu-chiun”.

2 Ver, no presente tomo, “A Redução das Rendas e a Produção São Duas Questões Importantes para a Defesa das Regiões Libertadas”.

3 “Apoio ao governo e preocupação pelo povo” era a palavra de ordem do Exército Popular de Libertação, enquanto que “Apoio ao exército e tratamento preferencial às famílias dos soldados que resistem ao Japão” era a palavra de ordem das organizações do Partido, dos organismos governamentais, das organizações populares e das grandes massas das regiões libertadas. Mais tarde, essa segunda palavra de ordem foi mudada para “Apoio ao exército e tratamento preferencial às famílias dos militares revolucionários”.

4 Na noite de 25 de Novembro de 1945, mais de seis mil estudantes do ensino secundário e superior de Cuenmim, capital da província de Iunnan, reuniram-se na Universidade Associada do Sudoeste para discutirem os problemas da actualidade política e protestarem contra a guerra civil. O local da reunião foi cercado por tropas enviadas pelos reacçãoários do Kuomintang, que fizeram fogo sobre os estudantes com peças de artilharia ligeira, metralhadoras e espingardas, e colocaram guardas à volta da universidade a fim de impedir que os alunos e os professores voltassem às suas casas. Isto levou os estudantes do ensino secundário e superior a desencadear conjuntamente uma greve. A 1 de Dezembro, os reacçãoários do Kuomintang expediram para a Universidade Associada do Sudoeste e para o Instituto Pedagógico um grande número de soldados e de agentes secretos, que lançaram um ataque de granadas, fazendo quatro mortos e mais de dez feridos. Este acontecimento ficou conhecido pelo nome de “Incidente sangrento do 1º de Dezembro”.

ESTABELECEM SÓLIDAS BASES DE APOIO NO NORDESTE*

(28 de Dezembro de 1945)

1. A tarefa actual do nosso Partido no Nordeste consiste em construir bases de apoio, bases de apoio militares e políticas estáveis na Manchúria oriental, setentrional e ocidental. O estabelecimento de tais bases não é coisa fácil, exige uma luta dura e árdua. Serão necessários três ou quatro anos para essa edificação. Mas há que fazer previamente um sólido trabalho de base em 1946, pois doutro modo seremos incapazes de manter-nos.

2 Importa esclarecer que essas bases não devem ser criadas nas grandes cidades nem ao longo das principais vias de comunicação que estão ou serão ocupadas pelo Kuomintang; na situação actual, isso é impraticável. E tão-pouco devemos estabelecer em regiões próximas das grandes cidades ou das principais vias de comunicação, dominadas pelo Kuomintang. E isto porque este, tendo-se apoderado das grandes cidades e das principais vias de comunicação, não vai permitir-nos que instalemos bases sólidas em regiões muito chegadas a essas. Em tais regiões, que não podem ser abandonadas de ânimo leve, o nosso Partido

* Directiva redigida pelo camarada Mao Tsetung em nome do Comité Central do Partido Comunista da China e dirigida ao Biró do Nordeste. Assim que a União Soviética declarou guerra ao Japão e o Exército Vermelho Soviético penetrou no Nordeste, o Comité Central do Partido Comunista da China e o Exército Popular de Libertação da China

deve realizar um trabalho adequado e construir nelas a nossa primeira linha de defesa militar. Mas serão zonas de guerrilha para ambas as partes e não bases de apoio estáveis para nós. Assim, as regiões onde há que estabelecer bases de apoio estáveis são as cidades e as extensas áreas rurais, relativamente afastadas dos centros de ocupação do Kuomintang. Essas regiões precisam de ser escolhidas desde já, a fim de que possamos dispor as nossas forças de acordo com isso e dirigir todo o Partido para esse objectivo.

3. Depois de termos decidido da localização das nossas bases de apoio estáveis e depois de termos disposto as nossas forças e aumentado consideravelmente os efectivos do nosso exército, o centro de gravidade do trabalho do nosso Partido no Nordeste será o trabalho de massas. É preciso que todos os quadros compreendam que no Nordeste, durante algum tempo, o Kuomintang será mais forte que o nosso Partido, e que, a menos que

enviaram para essa região um grande número de quadros e tropas para dirigirem o povo na aniquilação dos resíduos dos invasores japoneses e do regime fantoche “Mandjoucuo”, na eliminação dos traidores, na liquidação dos bandidos e no estabelecimento de governos locais democráticos nos diversos escalões. Nessa mesma altura, porém, os reacccionários do Kuomintang, que pretendiam o controle exclusivo de todo o Nordeste, transportaram para ali grandes efectivos de tropas, por terra, mar e ar, graças à ajuda do imperialismo norte-americano e apoderaram-se de posições-chave, como Xanghaiquan e Quindjou, que haviam sido já libertadas pelo Exército Popular de Libertação. Então, um duro combate tornou-se inevitável, o que, evidentemente, iria revestir-se de grande importância para o desenvolvimento da situação em todo o país.

o nosso ponto de partida seja despertar as massas para a luta, resolver os seus problemas e basear-se nelas em tudo e a menos que mobilizemos todas as forças para trabalhar meticulosamente entre as massas e lançar os primeiros fundamentos sólidos no espaço dum ano, em especial nos próximos meses decisivos, ficaremos isolados no Nordeste, seremos incapazes de construir bases de apoio estáveis e derrotar os ataques do Kuomintang e, por consequência, poderemos esbarrar com muitas dificuldades e mesmo fracassar. Pelo contrário, se nos apoiamos firmemente nas massas, superaremos todas as dificuldades e chegaremos passo a passo à nossa meta. O trabalho de massas consiste em despertá-las para a luta de ajuste de contas com os traidores e lançar campanhas de redução das rendas e de aumento dos salários e campanhas de desenvolvimento da produção. No decorrer destas lutas, devemos formar vários tipos de organizações de massas, criar núcleos do Partido, constituir corpos armados das massas e órgãos do poder político popular, elevar rapidamente a luta económica das mas-

Na presente directiva, o camarada Mao Tsetung previu quão dura seria ali a luta e sublinhou, oportunamente, que o centro de gravidade do trabalho devia fi-xar-se nas cidades e nas vastas regiões rurais relativamente afastadas dos centros de ocupação do Kuomintang, isto é, devíamos “deixar isolada a grande estrada e ocupar os bordos”, a fim de mobilizar conscienciosamente as massas, criar bases de apoio estáveis, acumular gradualmente forças e preparar-nos para a futura passagem à contra-ofensiva. Esta política correcta do Comité Central e do camarada Mao Tsetung foi realmente aplicada pelo Birô do Nordeste, à frente do qual se encontrava o camarada Lin Piao, daí resultando a grande vitória que foi a libertação de todo o Nordeste três anos depois, em Novembro de 1948.

sas ao nível das lutas políticas e levá-las a participar na edificação das bases de apoio. A directiva dada recentemente pelo Comité do Partido da província de Jehol2 sobre a mobilização das massas para a luta pode ser aplicada no Nordeste. O nosso Partido deve proporcionar ao povo do Nordeste vantagens materiais palpáveis; só assim as massas nos apoiarão e se oporão aos ataques do Kuomintang. Doutra modo, as massas ficarão incapazes de distinguir qual das duas partes, Kuomintang e Partido Comunista, é boa ou má, poderão ser confundidas durante algum tempo pela propa-ganda enganosa do Kuomintang e voltar-se, inclusivamente, contra o nosso Partido, o que nos criaria uma situação extremamente desfavorável no Nordeste.

4. Presentemente, regista-se no Nordeste uma dificuldade subjectiva para o nosso Partido. Muitos dos nossos quadros e forças armadas são recém--chegados no Nordeste, não estão familiarizados com o local nem com o povo. Quadros há que se sentem descontentes pelo facto de não ocuparmos as grandes cidades e que se mostram impacientes com o trabalho árduo de mobilizar as massas e construir as bases de apoio. Este estado de coisas está em contradição com a situação actual e com as tarefas do Partido. Repetidamente, devemos ensinar os quadros vindos das outras regiões a prestar atenção à investigação e ao estudo, a familiarizar-se com o local e com o povo, a identificar-se resolutamente com a população do Nordeste e a formar um grande número de activistas e de quadros saídos das massas. É preciso explicar aos quadros que, apesar de as grandes cidades e as linhas de comunicação se encontrarem nas mãos do

Kuomintang, a situação ainda nos é favorável no Nordeste. Se inculcarmos nos quadros e nos soldados a ideia de que é preciso mobilizar as massas e construir bases de apoio, se mobilizarmos todas as forças e nos lançarmos rapidamente no grande combate de construção de tais bases, seremos capazes de nos fixarmos solidamente no Nordeste e no Jehol e estaremos seguros da vitória. Há que dizer aos quadros que não devem, de forma alguma, subestimar a força do Kuomintang nem impacientar-se com a dureza do trabalho, pensando que, de qualquer modo, o Kuomintang há-de atacar a Manchúria oriental e setentrional. Evidentemente que, ao darmos estas explicações, não devemos fazer com que os nossos quadros pensem que o Kuomintang é extraordinariamente forte e que os seus ataques não podem ser destruídos. Torna-se necessário sublinhar que o Kuomintang não tem uma base profunda nem bem organizada no Nordeste e que os seus ataques podem ser esmagados; por conseguinte, é possível ao nosso Partido criar as suas bases de apoio. Mas actualmente, as tropas do Kuomintang estão a atacar a fronteira Jehol-Liaonim, e, se não as acometemos, hão-de atacar dentro em pouco a Manchúria oriental e setentrional. Todos os membros do nosso Partido devem, pois, decidir-se a executar os mais difíceis trabalhos, a mobilizar rapidamente as massas, a construir as nossas bases de apoio, e a esmagar os ataques kuomintanistas na Manchúria ocidental e no Jehol de uma maneira resoluta e planificada. Devemos preparar rapidamente as condições para destruir os ataques do Kuomintang na Manchúria oriental e setentrional. Devemos eliminar completamente a ideia, existente entre

os nossos quadros, de que podemos vencer graças à sorte, sem luta árdua, sem suor e sem sangue.

5. Fixar imediatamente os limites das regiões e sub-regiões militares na Manchúria ocidental, oriental e setentrional e dividir as nossas forças em exércitos de campanha e tropas regionais. Distribuir uma parte considerável das tropas regulares entre as sub-regiões militares para mobilizar as massas, liquidar os bandidos, formar órgãos do poder político, organizar guerrilhas, milícias populares e forças de autodefesa para assegurar as nossas regiões e, em coordenação com os exércitos de campanha, esmagar os ataques do Kuomintang. Todas as tropas devem ser afectadas a sectores determinados e a tarefas específicas; só assim poderão unir-se rapidamente com o povo e criar bases de apoio estáveis.

6. Neste momento, mais de cem mil homens das nossas tropas penetraram no Nordeste e no Jehol; este exército foi recentemente aumentado para mais de duzentos mil homens e o aumento dos efectivos tende a continuar. Se acrescentarmos os trabalhadores do Partido e do governo, calculamos que o total ultrapassará, dentro de um ano, a cifra de quatrocentos mil. Essa situação, em que um tão grande número de gente, desligada da produção, depende inteiramente do povo do Nordeste quanto a abastecimentos, não pode certamente durar muito e é bastante perigosa. Assim, todas as unidades do exército e todos os organismos necessitam de participar na produção, sempre que não estejam combatendo ou fazendo o seu trabalho regular, excepção feita aos exércitos de campanha, cujas tropas foram concentradas e encarregadas de acções militares de maior importância. O ano

de 1946 não deve terminar sem resultados; todo o Nordeste deve elaborar prontamente planos nesse sentido.

7. No Nordeste, a posição que adoptem os operários e intelectuais é de importância vital para a edificação das nossas bases de apoio e para a obtenção de futuras vitórias. O nosso Partido deve, pois, prestar toda a atenção ao trabalho nas grandes cidades e ao longo das principais vias de comunicação, e, em particular, ganhar a si os operários e os intelectuais. Considerando que o nosso Partido, nos primeiros anos da Guerra de Resistência, não se preocupou suficientemente em persuadir os operários e intelectuais a virem para as bases de apoio, as organizações do Partido no Nordeste, além da atenção que prestam ao trabalho clandestino nas regiões dominadas pelo Kuomintang, devem agora fazer todo o possível por incorporar os operários e os intelectuais no nosso exército e nas várias tarefas de construção nas bases de apoio.

NOTAS

1A base de apoio da Manchúria oriental compreendia Quilin, Si-an, Antu, Ientsi, Tun-hua e outros pontos a leste do sector Chen-iam-Tchantchuen da linha ferroviária chinesa de Tchantchuen. A base de apoio da Manchúria setentrional incluía, entre outros pontos, Harbin, Mutanquiam, Pei-an, Quiamuci. A base de apoio da Manchúria ocidental compreendia as regiões de Tsitsihar, Tao-an, Cailu, Fussin, Tchenquiatuem, Fu-iu e outras regiões situadas a oeste do sector Chen-iam-Tchantchuen da linha ferroviária chinesa de Tchantchuen. Na Manchúria meridional, o Partido também estabeleceu uma base de apoio formada, entre outras, pelas regiões de Antum (o actual Tantum — N. T.), Tchuam--ho, Ton-hua, Lin-quiam e Tchín-ian, a leste do sector Chen--iam-Talien da via fér-

rea chinesa de Tchantchuen, assim como pela zona de Liaotchum, a sudoeste de Chen-iam. A luta perseverante travada contra o inimigo na Manchúria meridional desempenhou um papel importante na edificação das bases de apoio do Nordeste.

2 Referência à “Directiva sobre a mobilização das massas”, traçada em Dezembro de 1945 pelo Comité provincial do Jehol do Partido Comunista da China. Nessa directiva, sublinhava-se que, para mobilizar as massas, o trabalho principal consistia em desencadear uma campanha maciça de acusação e represália contra os traidores e agentes secretos, que se devia elevar o entusiasmo das massas através dessa campanha, elevar a sua posição política, económica e social, organizar sindicatos, uniões camponesas e outras organizações de massas, e que se tornava necessário fazer preparativos para, terminada essa campanha, passar-se a uma campanha de massas no sentido da redução das rendas e das taxas de juro. Sublinhava-se depois que, na mobilização das massas nas cidades, era preciso começar pelos operários, a fim de que estes pudessem desempenhar o papel de vanguarda e de direcção na campanha de ajuste de contas com os traidores e agentes secretos. A directiva apelava também para o estudo de todo o trabalho de administração das cidades, para o emprego parcimonioso dos recursos humanos e para a planificação de tudo a longo prazo.

ALGUMAS APRECIÇÕES SOBRE A ACTUAL SITUAÇÃO INTERNACIONAL*

(Abril de 1946)

1. As forças da reacção mundial estão a preparar, efectivamente, uma terceira guerra mundial, e o perigo de guerra existe. Mas as forças democráticas dos povos do mundo ultrapassaram as forças reaccionárias e continuam no seu avanço; elas devem e podem seguramente conjurar o perigo de guerra. Por isso, nas relações entre os Estados Unidos, Inglaterra e França, por um lado, e a União Soviética, por outro lado, o problema não consiste em saber se haverá compromisso ou ruptura, mas sim se o compromisso se fará mais cedo ou mais tarde. “Compromisso” significa chegar a acordo através de negociações pacíficas. “Mais cedo ou mais tarde” quer dizer dentro de vários anos ou mais de dez anos, ou mesmo muito mais.

* O presente documento foi escrito para combater a apreciação pessimista sobre a situação internacional que se fazia na altura. Na Primavera de 1946, o imperialismo, encabeçado pelos Estados Unidos, juntamente com a reacção nos diferentes países, intensificava cada vez mais as suas actividades anti-soviéticas, anticomunistas e antipopulares e anunciava que “a guerra entre os Estados Unidos e a União

2. O tipo de compromisso acima mencionado não significa compromisso sobre todos os problemas internacionais; isso será impossível enquanto os Estados Unidos, a Inglaterra e a França estiverem dominados por reaccionários. Esse tipo de compromisso significa compromisso em certo número de problemas, incluindo alguns problemas importantes. Mas não haverá muitos compromissos deste género num futuro próximo. Contudo, é possível que se desenvolvam as relações comerciais dos Estados Unidos, Inglaterra e França com a União Soviética.

3. Esse compromisso entre os Estados Unidos, Inglaterra e França e a União Soviética só pode ser o resultado de lutas resolutas e eficazes de todas as forças democráticas do mundo contra as forças reaccionárias dos Estados Unidos, da Inglaterra e da França. Tal compromisso não exige dos povos do mundo capitalista compromissos nos seus próprios países. Os povos desses países continuarão a travar lutas distintas, segundo as suas diferentes condições. O princípio seguido pelas forças reaccionárias nas suas relações com as forças democráticas populares é destruir, no imediato, as forças democráticas que lhes seja possível destruir, e preparar-se para destruir mais tarde as que não puderam destruir imediatamente. Face a tal situação, as forças democráticas populares devem aplicar também idêntico princípio relativamente às forças reaccionárias.

Soviética era inevitável” e que “rebentaria fatalmente uma terceira guerra mundial”. Nestas circunstâncias, como alguns camaradas sobrestimassem a força do imperialismo e subestimassem a força do povo, temessem

o imperialismo norte-americano e o desencadeamento duma nova guerra mundial, eles revelavam fraqueza ante os ataques armados da pandilha reaccionária Estados Unidos-Tchiang Kai-chek e não ousavam opor resolutamente a guerra revolucionária à guerra contra-revolucionária. Neste documento, o camarada Mao Tsetung combate esta forma errada de pensamento. Ele assinalou que, se as forças populares do mundo inteiro passassem à luta resoluta e efectiva contra as forças da reacção mundial, elas poderiam vencer o perigo duma nova guerra mundial. Ao mesmo tempo, indicou que os países imperialistas e os países socialistas tinham a possibilidade de chegar a certos compromissos, mas que tais compromissos “não exigem dos povos do mundo capitalista compromissos nos seus próprios países” e que “os povos desses países continuarão a travar lutas distintas segundo as suas diferentes condições”. Na altura, o documento não foi tornado público, apenas circulou entre alguns camaradas dirigentes do Comité Central. Ele foi distribuído na Sessão de Dezembro de 1947 do Comité Central do Partido Comunista da China. Como os camaradas presentes tivessem unanimemente concordado com o respectivo conteúdo, o texto integral foi posteriormente incluído na “Circular sobre as decisões tomadas pela Sessão de Dezembro de 1947 do Comité Central”, dimanada do Comité Central do Partido em Janeiro de 1948.

ESMAGAR A OFENSIVA DE TCHIANG KAI-CHEK COM UMA GUERRA DE LEGÍTIMA DEFESA*

(20 de Julho de 1946)

1. Depois de ter violado o Acordo de Trégua¹, depois de ter violado as resoluções da Conferência Consultiva Política² e ocupado Sepim, Tchantchuen e outras cidades nossas no Nordeste, Tchiang Kai--chek está a desencadear agora contra nós uma ofensiva de grande envergadura no Leste e Norte da China; mais tarde, voltará possivelmente a atacar o Nordeste. Só depois de esmagar completamente a ofensiva de Tchiang Kai-chek numa guerra de legítima defesa, o povo chinês poderá conquistar novamente a paz.

2. O nosso Partido e o nosso Exército estão a fazer todos os preparativos para esmagar a ofensiva de Tchiang Kai-chek e conquistar desse modo a paz. Não obstante a ajuda norte-americana de que dispõe Tchiang Kai-chek, o povo está contra ele, o moral das suas tropas é baixo e a sua economia está numa situação difícil. Quanto a nós, embora não dispo-nhamos de ajuda do exterior, o povo está do nosso lado, o moral

* Directiva interna do Partido, redigida pelo camarada Mao Tse-tung em nome do Comité Central do Partido Comunista da China. No Inverno de 1945, Tchiang Kai-chek rasgou o "Acordo de 10 de Outubro", mas os seus preparativos para uma guerra civil generalizada não estavam ainda

das nossas tropas é elevado e estamos à altura de dirigir a nossa economia. Portanto, po-demos derrotar Tchiang Kai-chek. A este respeito, todo o nosso Partido deve estar plenamente confiante.

3. Para derrotarmos Tchiang Kai--chek, o método geral de combate é a guerra de movimento. Por conseguinte, o abandono temporário de certos territórios e cidades não só é inevitável mas também necessário. Determinados pontos e cidades são temporariamente abandonados para que se conquiste a vitória final, impossível de conquistar doutro modo. Há que fazer compreender este ponto a todos os membros do Partido e ao povo das regiões libertadas, a fim de que todos eles fiquem mentalmente preparados.

4. Para esmagarmos a ofensiva de Tchiang Kai--chek,

terminados, sobretudo porque grande número das suas tropas não tinham sido ainda transferidas para as frentes da guerra civil. Assim, em Janeiro de 1946, sob pressão de todo o povo, que exigia a paz e a democracia, o governo kuomintanista viu-se obrigado a convocar a Conferência Consultiva Política, em que participaram o Partido Comunista da China e outros partidos democráticos. A Conferência adoptou uma série de resoluções favoráveis à paz e à democracia e, a 10 de Janeiro, o governo do Kuomintang deu a ordem de cessar-fogo. Mas Tchiang Kai-chek não tinha a intenção de executar nem as resoluções da Conferência Consultiva Política nem a ordem de cessar-fogo. Na primeira metade de 1946, as tropas do Kuomintang prosseguiram no ataque a numerosos pontos das regiões libertadas, tendo atingido grandes proporções o ataque lançado no Nordeste, do que resultou uma situação de pequenos combates a Sul da Grande Muralha e combates de grande envergadura a Norte desta. Entretanto, os Estados Unidos faziam enormes esforços para equipar e transportar as tropas kuomintanistas.

devemos cooperar estreitamente com as massas populares e ganhar a nós todos os que são susceptíveis de o ser. Nas regiões rurais, por um lado, devemos resolver com decisão o problema da terra, apoiar-nos com firmeza nos assalariados agrícolas e nos camponeses pobres e unir-nos aos camponeses médios; por outro lado, ao resolvermos o problema agrário, devemos distinguir o camponês rico e os pequenos e médios senhores de terras, em geral, dos traidores, dos maus nobres e déspotas locais. Devemos ser mais severos no tratamento dispensado aos traidores, maus nobres e déspotas locais, e mais indulgentes no tratamento aos camponeses ricos e aos pequenos e médios senhores de terras. Nas regiões onde o problema agrário já foi resolvido, devemos passar a adoptar uma posição

Nos fins de Junho de 1946, Tchiang Kai-chek e os seus patrões norte-americanos consideraram-se plenamente preparados e capazes de esmagar o Exército Popular de Libertação num período de três a seis meses. Consequentemente, desencadearam uma ofensiva geral contra as regiões libertadas, ofensiva que começou a 26 de Junho com um ataque envolvente de grande envergadura contra a região libertada das Planícies Centrais. Entre Julho e Setembro, as tropas kuomintanistas lançaram sucessivos ataques maciços contra as regiões libertadas de Quiansu-Anghuei, Xantum, Xansi-Hopei-Xantum-Honan, Xansi-Tchahar-Hopei e Xansi-Sui-ian. Em Outubro, lançaram novo ataque de grande envergadura contra a região libertada do Nordeste. Entre-tanto, continuava o cerco da região libertada de Xensi-Cansu-Ninsia por numerosas tropas do Kuomintang. No momento em que foi desencadeada a guerra civil à escala nacional, o Kuomintang lançou no ataque às regiões libertadas 193 brigadas (divisões), ou seja, aproximadamente [6.000.000 homens das suas tropas regulares, o que represen-

moderada em relação ao conjunto da classe dos senhores de terras, à excepção dum pequeno número de reaccionários. Para se reduzir o número de elementos hostis e consolidar as regiões libertadas, devemos ajudar todos os senhores de terras que têm dificuldades em assegurar a sua subsistência e induzir todos os senhores de terras fugitivos a regressar, dando-lhes possibilidades de ganhar para viver. Nas cidades, além de nos unirmos à classe operária, à pequena burguesia e à totalidade dos elementos progressistas, precisamos de velar pela nossa união com os elementos do centro e isolar os reaccionários. Entre as tropas do Kuomintang, devemos ganhar a nós todos os possíveis oponentes à guerra civil e isolar os elementos belicistas.

5. Para esmagarmos a ofensiva de Tchiang Kai--chek,

tava oitenta por cento do total das suas forças, constituídas por 248 brigadas (divisões), isto é, 2.000.000 de homens. Dirigidos pelo Comité Central do Partido e respectivos birôs e sub-birôs, o exército e o povo das regiões libertadas combateram heroicamente para repelir a ofensiva das tropas de Tchiang Kai-chek. Naquela época, eram seis os grandes teatros de guerra nas regiões libertadas. Os seis teatros de guerra e as forças do Exército Popular de Libertação, que aí combatiam, eram os seguintes:

Região libertada Xansi-Hopei-Xantum-Honan, com forças do Exército Popular de Libertação comandadas por Liu Po-tchem, Tem Siao-pim e outros camaradas;

Região libertada do Leste da China (compreendendo as regiões libertadas do Xantum e Quiansu-Anghuei), com forças do Exército Popular de Libertação comandadas por Tchen Yi, Su Iu, Tan Tchen-lin e outros camaradas;

Região libertada do Nordeste, com forças do Exército Popular de Libertação comandadas por Lin Piao, Luo Jum-huan e outros camaradas;

temos de elaborar os nossos planos a longo prazo. Devemos utilizar os nossos recursos humanos e materiais o mais economicamente possível e fazer todo o possível para evitar desperdícios. Há que investigar e liquidar as situações de corrupção registadas em alguns pontos. Precisamos de trabalhar arduamente no desenvolvimento da produção, a fim de nos tornarmos inteiramente auto-suficientes no que respeita às nossas necessidades, sobretudo em cereais e vestuário. Devemos promover a extensão da cultura do algodão, encorajar cada família a fiar e cada aldeia a tecer. Há que começar a promover tudo isso mesmo no Nordeste. No capítulo das finanças e do reabastecimento, temos de satisfazer as necessidades materiais da guerra de legítima defesa e, ao mesmo tempo, aliviar as cargas do povo, de maneira a melhorar as suas condições de vida nas nossas regiões

Região libertada Xansi-Tchahar-Hopei, com forças do Exército Popular de Libertação comandadas por Nie Jum--tchen e outros camaradas;

Região libertada Xansi-Sui-ian, com forças do Exército Popular de Libertação comandadas por Ho Lom e outros camaradas;

Região libertada das Planícies Centrais, com forças do Exército Popular de Libertação comandadas por Li Sien--nien, Tchem Uei--san e outros camaradas. O Exército Popular de Libertação, integrado na altura por cerca de 1.200.000 homens, era, de longe, numericamente inferior ao inimigo. Aplicando correctamente a estratégia definida pelo camarada Mao Tsetung, assestou incessantemente poderosos golpes ao inimigo invasor. Tendo esmagado, em cerca de oito meses, 66 brigadas regulares e algumas unidades não regulares do inimigo, ou seja, um total de mais de 710.000 homens, o Exército Popular de Libertação deteve a ofensiva geral inimiga. Então, passo a passo, desenvolveu a sua contra-ofensiva estratégica.

libertadas, apesar da situação de guerra. Resumindo, nós baseamo-nos inteiramente nos nossos próprios esforços, e a nossa posição é imbatível; isso constitui precisamente o contrário do que ocorre com Tchiang Kai--chek, que depende totalmente dos países estrangeiros. Nós vivemos com simplicidade e trabalhamos duramente, preocupamo-nos com as necessidades do povo e do exército; isto é precisamente o contrário do que sucede nas regiões dominadas por Tchiang Kai--chek, onde nas altas camadas sociais reina a corrupção e a degeneração, ao passo que o povo vegeta na fome e na miséria. Nestas circunstâncias, nós estamos seguros da vitória.

6. Levantam-se dificuldades diante de nós, mas elas podem e devem ser vencidas. Todos os camaradas do Partido, todas as tropas e todo o povo das regiões libertadas devem unir-se como um só homem, esmagar completamente a ofensiva de Tchiang Kai--chek e construir uma China nova, independente, pacífica e democrática.

NOTAS

1 O “Acordo de Tréguas” foi a convenção sobre a cessação das hostilidades, concluída a 10 de Janeiro de 1946 entre os representantes do Partido Comunista da China e os do governo kuomintanista de Tchiang Kai--chek. O Acordo estipulava que as tropas das duas partes cessariam, à meia-noite do dia 13 de Janeiro, as operações militares nas suas respectivas posições. Na prática, porém, Tchiang Kai--chek serviu--se deste acordo como duma cortina de fumo, por trás da qual fez os seus preparativos para uma guerra de grande envergadura; no mesmo momento em que a ordem de cessar-fogo era transmitida, ordenou às tropas kuomintanistas “que se apoderas-

sem dos pontos estratégicos”, e, daí para diante, começou a deslocar constantemente as suas forças e a atacar as regiões libertadas. Em Julho, Tchiang Kai-chek rasgou descaradamente o “Acordo de Tréguas” e desencadeou uma ofensiva geral contra as regiões libertadas.

2 Trata-se da Conferência Consultiva Política, reunida em Tchuntchim de 10 a 31 de Janeiro de 1946, com a participação de representantes do Kuomintang, do Partido Comunista da China, de outros partidos políticos e ainda de personalidades não afiliadas a partidos. A Conferência adoptou cinco resoluções:

1) Acordo sobre a organização do governo. O acordo dizia: “A lei orgânica do Governo Nacional será revista, tendo em consideração o reforço do Conselho do Governo Nacional”. Previa o aumento do número de Conselheiros do Governo Nacional e estipulava: “O Presidente do Governo Nacional nomeará os membros do Conselho do Governo Nacional, a escolher tanto dentro do Kuomintang como fora deste partido”; “a nomeação de membros dos diferentes partidos para o Conselho do Governo Nacional pelo Presidente do Governo Nacional far-se-á sob recomendação dos partidos interessados, os quais, em caso de não aprovação pelo Presidente, apresentarão novas propostas”; “quando o Presidente do Governo Nacional nomeia uma personalidade sem partido coiro membro do Conselho do Governo Nacional, e um teço dos Conselheiros já nomeados se opõe à dita nomeação, o Presidente deve reconsiderar e proceder a nova escolha para nomeação”; “metade dos membros do Conselho do Governo Nacional serão membros do Kuomintang e a outra metade, membros de outros partidos políticos ou personalidades”. O Conselho do Governo Nacional era teoricamente definido como “órgão governamental supremo encarregado dos assuntos do Estado”, com poderes para discutir e decidir sobre os princípios legislativos, a política administrativa, os problemas militares importantes, os planos financeiros, o orçamento do Estado, os assuntos submetidos a exame pelo Presidente do Governo Nacional, etc. O Presidente do Governo Nacional estava, porém, investido de poderes consideráveis, incluindo o poder de designar candidatos para o exercício dos vários cargos, o direito de veto (que, embora nominalmente limitado, resultava praticamente

absoluto, pois era necessário ao Conselho do Governo Nacional uma maioria de três quintos para anular um veto, e o partido do Presidente, o Kuomintang, já dispunha, por si só, da metade dos assentos) e os poderes de excepção. O acordo estipulava ainda que “sete ou oito membros do Yuan Executivo serão pessoas escolhidas fora do Kuomintang, as quais receberão pastas de ministérios já existentes ou ocuparão postos, a criar, de ministros sem pasta”.

2) Programa de paz e de reconstrução nacional. Este programa compunha-se das seguintes nove secções: Princípios gerais, Direitos do povo, Assuntos políticos, Assuntos militares, Negócios estrangeiros, Economia e finanças, Educação e cultura, Assistência e reabilitação e Assuntos dos chineses do ultramar. A secção “Princípios gerais” estipulava que todos os partidos políticos do país “deviam unir-se para construir uma China nova, unida, livre e democrática”, que devia proceder-se à “democratização da vida política, nacionalização das tropas, igualização e legalização de estatutos de todos os partidos políticos” e que “os conflitos políticos deviam ser solucionados por meios políticos, a fim de garantir-se o desenvolvimento pacífico do país”. A secção “Direitos do povo” estabelecia o seguinte: “As liberdades individual, de pensamento, de culto, de crença, de palavra, de imprensa, de «união, de associação, de residência, de circulação e de correspondência serão garantidas ao povo”; “será rigorosamente interdito a todo o órgão ou indivíduo não pertencente ao corpo de justiça ou à polícia proceder a detenções, interrogatórios e punições, devendo ser punido todo aquele que violar esta disposição”. A secção “Assuntos políticos” dizia o seguinte: “Os organismos administrativos, em todos os escalões, serão submetidos a uma reorganização, os seus poderes e responsabilidades serão unificados e claramente definidos, toda a dualidade de departamentos será abolida, os trâmites administrativos serão simplificados, e cada escalão da administração ficará encarregado de responsabilidades específicas”; “os funcionários competentes terão emprego garantido, as nomeações para cargos governamentais não se basearão na filiação a um partido mas sim na competência e na antiguidade, sendo proibidos a acumulação de cargos e o favoritismo”; “o sistema de inspecção será estritamente respeitado e a corrupção severamente punida, e

serão dadas facilidades ao povo para que possa denunciar livremente os funcionários corrompidos”; “a realização da autonomia local será activada e as eleições, da base ao topo, serão por sufrágio universal”; “os poderes do governo central e dos governos locais serão definidos segundo a repartição justa de poderes, os governos locais poderão tomar todas as medidas adequadas à situação local e as medidas adoptadas pelas províncias e distritos não deverão estar em contradição com as medidas do governo central”. A secção “Assuntos militares” estipulava: “A organização do exército deverá adaptar-se às necessidades da defesa nacional, o sistema militar será reformado em harmonia com o sistema democrático de governo e com as condições do país, o poder militar será separado dos partidos políticos e a autoridade militar separada da autoridade civil, a educação militar será aperfeiçoada, o equipamento adequado e o sistema de pessoal e finanças serão melhorados, a fim de edificar-se um exército nacional moderno”; “as forças da nação serão efectivamente reduzidas e reorganizadas de acordo com o plano de reorganização militar”. A secção “Economia e finanças” estabelecia o seguinte: “O desenvolvimento do capital burocrático será comprimido e será estritamente proibido aos funcionários do governo aproveitarem-se da sua posição e influência para lançar-se na especulação, monopolização, evasão fiscal, contrabando, desvio de fundos públicos e uso ilegal dos meios de transporte”; “as rendas e as taxas de juro serão reduzidas, os direitos de atendimento dos camponeses protegidos, o pagamento das rendas assegurado, o crédito agrícola expandido e os direitos usurários rigorosamente interditos, a fim de melhorar a vida dos camponeses, e uma lei agrária entrará em vigor de modo que se realize o objectivo de ‘a terra para os que a trabalham’”; “uma legislação operária será posta em vigor para melhorar as condições de trabalho”; “a gestão financeira será tornada pública, o sistema de orçamento e o sistema de contas serão respeitados rigorosamente, os gastos orçamentais serão substancialmente reduzidos, as receitas e as despesas serão equilibradas, as competências financeiras do governo central e dos governos locais definidas, o volume da moeda em circulação contraído, o sistema monetário estabilizado e os empréstimos internos e externos e respectivo emprego tornados públicos e submetidos

ao controle dos órgãos representativos da opinião pública”; enfim, “o sistema fiscal será reformado e a multiplicidade e o carácter excessivo dos impostos e taxas de juro serão radicalmente abolidos, assim como as exações”. A secção “Educação e cultura” dizia o seguinte: “A liberdade académica será garantida e nenhuma imiscuição, por razões de crença religiosa ou de convicção política, será permitida na administração dos estabelecimentos de ensino”; “a parte do orçamento do Estado afectada à educação e à cultura será aumentada” e “a censura imposta durante a guerra à imprensa, publicações, cinema, teatro, correspondência postal e telegramas será abolida”.

3) Acordo sobre a Assembleia Nacional. O acordo estipulava: “A Assembleia Nacional será acrescida de setecentos delegados, escolhidos entre os membros dos diferentes partidos e personalidades públicas”; “as funções e os poderes da I Assembleia Nacional consistirão em elaborar e adoptar uma constituição”.

4) Acordo sobre o projecto de Constituição. Este acordo previa a criação dum comité de revisão, encarregado de examinar o projecto de Constituição elaborado pelo Kuomintang, e formulava os princípios da revisão. Além de prescrever os princípios que deviam reger as funções e os poderes da Assembleia Nacional e dos organismos governamentais, fixava cláusulas especiais quanto ao “governo local” e quanto aos “direitos e deveres do povo”. Relativamente ao “governo local”, estipulava o seguinte: “A província é a mais alta unidade de governo autónomo local”; “os poderes do governo provincial relativamente aos do governo central serão definidos segundo o princípio da repartição equitativa dos poderes”; “os governadores provinciais serão eleitos pelo povo” e “as províncias poderão dispor de constituições provinciais, as quais não deverão estar em desacordo com as disposições da Constituição Nacional”. Quanto aos “direitos e deveres do povo”, o acordo estabelecia o seguinte: “Todas as liberdades e todos os direitos de que, em geral, deve desfrutar o povo dum país democrático serão protegidos pela Constituição contra as violações legais”; “as disposições legais relativas às liberdades do povo devem ter todas como finalidade proteger essas liberdades e não restringi-las”; “os projectos sobre o trabalho obrigatório deverão estar contidos na legislação local e não na Constitu-

ição Nacional”, e “o direito à autonomia será garantido às minorias nacionais que vivem em grupo em regiões determinadas”.

5) Acordo sobre os assuntos militares. O acordo estipulava o seguinte: “O sistema militar será reformado segundo o sistema democrático de governo e as condições do país”; “a conscrição será melhor organizada”; “a educação militar deve sujeitar-se aos princípios que regem a formação do exército e será separada definitivamente dos partidos políticos e das relações pessoais”; “o poder militar será independente dos partidos políticos” e “todos os partidos políticos, todos os indivíduos deverão abster-se de utilizar o exército como instrumento de luta política”; “a autoridade militar estará separada da autoridade civil” e “nenhum militar em serviço activo poderá ser ao mesmo tempo funcionário civil”. Quanto à reorganização das tropas do Kuomintang e das tropas das regiões libertadas, era o seguinte o estipulado: “A subcomissão militar de três membros procederá, como previsto, com a máxima rapidez, a fim de chegar a um acordo sobre as medidas a tomar quanto à reorganização das tropas do Partido Comunista da China e concluir tal reorganização”; as tropas do Kuomintang “serão reorganizadas, segundo o plano já estabelecido pelo Ministério da Guerra, em noventa divisões, e esta reorganização será terminada o mais rápido possível, dentro de seis meses” e “quando as duas supracitadas cláusulas sobre a reorganização tiverem sido executadas, todas as tropas da nação serão reorganizadas, segundo um plano único, em cinquenta a sessenta divisões”. Os acordos da Conferência Consultiva Política eram, em diversos pontos, favoráveis ao povo e desfavoráveis ao governo reaccionário de Tchiang Kai-chek. Ao mesmo tempo que aprovava os acordos com o intuito de enganar o público com simulacros de paz, Tchiang Kai-chek activava os seus preparativos de guerra civil à escala nacional. Porém, não tardou a rasgar, um após outro, esses acordos.

ENTREVISTA COM A JORNALISTA NORTE-AMERICANA ANNA LOUISE STRONG*

(Agosto de 1946)

A. L. Strong: Pensa que existem esperanças de solução política, pacífica, para os problemas da China num futuro próximo?

Mao Tsetung: Isso depende da atitude do governo norte-americano. Se o povo dos Estados Unidos detiver as mãos dos reaccionários norte-americanos que ajudam Tchiang Kai-chek a fazer a guerra civil, haverá uma esperança de paz.

Pergunta: Supondo que os Estados Unidos não prestarão mais ajuda alguma a Tchiang Kai-chek, salvo a que já lhe concederam¹, por quanto tempo poderá Tchiang Kai-chek continuar a guerra?

Resposta: Por mais de um ano. Pergunta: Sob o ponto de vista económico, poderá Tchiang Kai-chek aguentar-se tanto tempo? Resposta: Pode.

Pergunta: E se os Estados Unidos disserem claramente que não prestarão mais ajuda alguma a Tchiang Kai-chek a partir de agora?

Resposta: Não há quaisquer indícios até agora de que o governo norte-americano e Tchiang Kai-chek tenham o menor desejo de acabar brevemente a guerra.

Pergunta: Por quanto tempo pode o Partido Comunista

manter-se?

Resposta: No que respeita aos nossos desejos, não desejamos bater-nos nem mesmo um só dia. Mas, se as circunstâncias nos forçarem a lutar, podemos fazê-lo até ao fim.

Pergunta: Que deverei eu responder se o povo norte-americano me perguntar por que é que luta o Partido Comunista?

Resposta: Porque Tchiang Kai-chek quer massacrar o povo chinês e este tem de defender-se se quer sobreviver. Isto é algo que o povo norte-americano pode compreender.

Pergunta: Que pensa da possibilidade de os Estados Unidos começarem uma guerra contra a União Soviética?

Resposta: Há dois aspectos na propaganda sobre uma guerra anti-soviética. Por um lado, o imperialismo norte-americano está realmente a preparar uma guerra contra a União Soviética; a actual propaganda acerca duma guerra anti-soviética, assim como a demais propaganda anti-soviética, constitui uma pre-paração política para essa guerra. Por outro lado, essa propaganda é uma cortina de fumo, lançada pelos reaccionários dos Estados Unidos para encobrir as numerosas contradições actuais em que se debate o imperialismo norte-americano. São as contradições entre os reaccionários norte-americanos e o povo norte-americano, as contradições do imperialismo Popular de Libertação. Assim como Lenine considerava o imperialismo como “um colosso com pés de barro”, o camarada Mao Tsetung considera o imperialismo e todos os reaccionários como tigres de papel; em ambos os casos trata-se da essência do problema. Esta

tese é um conceito estratégico fundamental para o povo revolucionário. Desde a Segunda Guerra Civil Revolucionária, o camarada Mao Tsetung assinalou repetidas vezes: estrategicamente, considerando o conjunto, os revolucionários devem desprezar o inimigo, ousar combatê-lo e ousar conquistar a vitória; ao mesmo tempo, taticamente, considerando cada parte em si e cada luta concreta, eles devem considerar o inimigo seriamente, ser prudentes, estudar e aperfeiçoar com desvelo a arte da luta e adoptar as formas de luta adequadas aos diferentes norte-americanos com os outros países capitalistas e com os países coloniais e semicoloniais. Actualmente, o significado concreto da palavra de ordem norte-americana de desencadeamento duma guerra anti-soviética é a opressão do povo norte-americano e a expansão das forças agressivas dos Estados Unidos no mundo capitalista. Como sabe, tanto Hitler como os seus comparsas, os militaristas japoneses, serviram-se durante muito tempo de palavras de ordem anti-soviéticas como pretexto para escravizarem os povos dos seus países e realizarem agressões contra outros países. Agora, os reaccionários norte-americanos estão a agir exactamente da mesma maneira.

Para começar uma guerra, os reaccionários norte-americanos têm primeiramente que atacar o povo norte-americano. Eles já estão a fazê-lo — oprimem Os operários e os meios democráticos dos Estados Unidos, tanto política como economicamente, e preparam-se para instaurar o fascismo no seu país. O povo norte-americano deve levantar-se e resistir aos ataques dos reaccionários norte-americanos. Eu estou convencido

de que o fará.

Os Estados Unidos e a União Soviética estão separados por uma zona muito vasta que engloba muitos países capitalistas, coloniais e semicoloniais na Europa, Ásia e África. Antes que os reaccionários norte-americanos tenham subjugado esses países, um ataque contra a União Soviética está fora de questão. No Pacífico, os Estados Unidos controlam actualmente regiões mais extensas que o conjunto de todas as antigas esferas de influência inglesas; controlam o Japão, a parte da China sob dominação do Kuomintang, metade da Coreia e o sul do Pacífico. Eles controlam desde há muito tempo a América Central e a América do Sul. Tentam também controlar todo o Império Britânico e a Europa Ocidental. Recorrendo a diversos pretextos, os Estados Unidos tomam disposições militares de grande envergadura e estabelecem bases militares em muitos países. Os reaccionários norte-americanos dizem que as bases, que estabeleceram e que se preparam para estabelecer por todo o mundo, visam todas a União Soviética. É certo que essas bases militares estão dirigidas contra a União Soviética. Contudo, actualmente, não é a União Soviética mas sim os países, em que se situam tais bases militares, quem sofre primeiro com a agressão norte-americana. Estou convencido de que não passará muito tempo para que tais países acabem por compreender quem realmente os oprime, se a União Soviética ou os Estados Unidos. Um dia chegará em que os reaccionários norte-americanos se verão combatidos pelos povos de todo o mundo.

É claro que eu não quero afirmar que os reaccionários norte-americanos não têm a intenção de atacar a União

Soviética. A União Soviética é a defensora da paz mundial e um poderoso factor de prevenção contra a dominação do mundo pelos reaccionários norte-americanos. Graças à existência da União Soviética, é absolutamente impossível aos reaccionários dos Estados Unidos e do mundo concretizar as suas ambições. É por isso que os reaccionários norte-americanos odeiam implacavelmente a União Soviética e sonham realmente com a destruição desse Estado socialista. Mas o facto de os reaccionários norte-americanos estarem agora a fazer tanto alarido sobre uma guerra soviético-norte-americana e criarem uma atmosfera de delírio, logo após a Segunda Guerra Mundial, obriga-nos a examinar atentamente as suas verdadeiras intenções. E verifica-se que, sob a capa das palavras de ordem anti-soviéticas, eles atacam freneticamente os operários e os círculos democráticos dos Estados Unidos, e convertem em dependências norte-americanas os países que representem alvos da expansão externa dos Estados Unidos. Em minha opinião, o povo dos Estados Unidos e os povos dos demais países ameaçados pela agressão norte-americana devem unir-se e lutar contra os ataques dos reaccionários norte-americanos e dos seus lacaios nos referidos países. Somente a vitória conseguida nessa luta pode evitar uma terceira guerra mundial; doutro modo, a guerra é inevitável.

Pergunta: Tudo isso é muito claro. Mas suponha que os Estados Unidos empregam a bomba atómica? E se os Estados Unidos bombardeiam a União Soviética a partir das suas bases na Islândia, em Okina-wa e na China?

Resposta: A bomba atómica é um tigre de papel que os

reaccionários norte-americanos utilizam para amedrontar as pessoas. Parece terrível, mas na realidade não o é. Evidentemente, a bomba atômica é uma arma de destruição em massa, mas o resultado duma guerra é decidido pelo povo e não por um ou dois novos tipos de armas. Todos os reaccionários são tigres de papel. Na aparência, os reaccionários são terríveis, mas na realidade não são assim tão poderosos. A longo prazo, não são os reaccionários, mas sim o povo, quem é realmente poderoso. Na Rússia, antes da Revolução de Fevereiro de 1917, qual das partes era realmente poderosa? Aparentemente, o czar era forte; mas foi varrido de um só sopro pela Revolução de Fevereiro. Em última análise, na Rússia a força estava do lado dos sovietes de operários, camponeses e soldados. O czar era apenas um tigre de papel. Não se considerou, uma vez, Hitler muito forte? Mas a História provou que ele era um tigre de papel. Assim era Mussolini, assim era o imperialismo japonês. Em contrapartida, a força da União Soviética e dos povos dos demais países amantes da democracia e da liberdade resultou ser muito maior do que se havia previsto. Tchiang Kai-chek e os seus defensores, os reaccionários norte-americanos, são também tigres de papel. Quando falam do imperialismo norte-americano, as pessoas julgam-no terrivelmente poderoso. Os reaccionários chineses andam a servir-se dessa “força” dos Estados Unidos para assustar o povo chinês. Contudo, um dia há-de provar-se que os reaccionários norte-americanos, tal como todos os reaccionários da História, não têm muita força. Nos Estados Unidos, são outros que são realmente fortes — o povo norte-americano.

Tomemos o caso da China. Nós contamos apenas com milho miúdo e fuzis, mas a História há-de provar finalmente que o nosso milho miúdo e os nossos fuzis são mais poderosos que os aviões e os tanques de Tchiang Kai-chek. Embora o povo chinês ainda tenha de enfrentar muitas dificuldades e tenha de sofrer por muito tempo em consequência dos ataques conjuntos do imperialismo norte-americano e dos reaccionários chineses, um dia virá em que esses reaccionários serão derrotados e nós vitoriosos. A razão disso é simples: os reaccionários representam a reacção, nós representamos o progresso.

NOTAS

1 Para ajudar Tchiang Kai-chek a desencadear a guerra civil contra o povo, os imperialistas norte-americanos forneceram ao governo tchiangkaichequista uma ajuda enorme. Nos fins do mês de Junho de 1946, os Estados Unidos já tinham equipado 4 divisões do Kuomintang. Tinham treinado 150.000 homens do pessoal militar do Kuomintang — forças terrestres, navais e aéreas, agentes secretos, polícia de comunicações, oficiais de Estado-Maior, oficiais médicos, pessoal de intendência, etc. Os barcos de guerra e os aviões norte-americanos transportaram para a frente, para atacar as regiões libertadas, 14 corpos (41 divisões) do exército kuo-mintanista e 8 regimentos do corpo da polícia de comunicações, ou seja, um total de mais de 540.000 homens. O governo norte-americano desembarcou na China 90.000 fuzileiros navais, que ficaram aquartelados em cidades importantes como Xangai, Tsintao, Tientsim, Pepim e Tchinghuan-tao. Eles asseguravam ao Kuomintang a protecção das linhas de comunicação no Norte da China. Segundo os dados revelados em Relações dos Estados Unidos com a China, Livro Branco publicado pelo Departamento de Estado norte-americano a ; de Agosto de 1949, o valor global da ajuda fornecida a Tchiang Kai-

chek, sob diferentes formas, desde a Guerra de Resistência contra o Japão até 1948, eleva-se a mais de 4.500 milhões de dólares norte-americanos (a maior parte da ajuda dos Estados Unidos, prestada durante a Guerra de Resistência, foi reservada pelo Kuomintang para a futura guerra civil contra o povo). Mas o montante real da ajuda norte-americana a Tchiang Kai-chek ultrapassou de longe esta cifra. O Livro Branco norte-americano admite que a ajuda dos Estados Unidos equivaleu a “mais de 30% dos gastos monetários” do governo de Tchiang Kai-chek e que era “em relação ao orçamento deste governo, proporcionalmente mais importante que a ajuda fornecida pelos Estados Unidos a qualquer dos países da Europa Ocidental, desde o fim da guerra”.

CONCENTRAR UMA FORÇA SUPERIOR PARA ANIQUILAR AS FORÇAS INIMIGAS UMA A UMA*

(16 de Setembro de 1946)

1. O método de combate que consiste em concentrar uma força superior para aniquilar as forças inimigas1 uma a uma deve empregar-se não só na disposição das tropas para uma campanha, mas também na sua disposição táctica.

z. No que respeita à disposição das tropas para uma campanha, quando o inimigo emprega muitas brigadas2 (ou regimentos) e avança sobre as nossas tropas a partir de várias direcções, o nosso exército deve concentrar forças duma superioridade absoluta, — seis, cinco, quatro ou, pelo menos, três vezes superiores ao inimigo — e aproveitar o momento oportuno para cercar e destruir em primeiro lugar uma brigada (ou um regimento) do inimigo. Essa brigada (ou esse regimento) deve ser aliás uma que esteja relativamente fraca, ou mais fracamente apoiada, ou então estacionada num local onde o terreno e a população nos sejam favoráveis e desfavoráveis ao inimigo.

* Directiva interna do Partido, redigida pelo camarada Mao Tse-tung para a Comissão Militar Revolucionária do Comité Central do Partido Comunista da China.

O nosso exército deve reter, com forças pouco numerosas, as outras brigadas (ou regimentos) do inimigo, impedindo-as assim de prestar socorro rápido à brigada (ou regimento) que cercamos e atacamos, de maneira a permitir que o nosso exército comece por aniquilar a brigada em questão. Obtido esse sucesso, devemos, segundo as circunstâncias, ou aniquilar ainda uma ou várias brigadas inimigas ou retirar as nossas tropas, dar-lhes descanso, instruí-las e consolidá-las, a fim de prepará-las para novos combates. (Eis dois exemplos do primeiro caso: as nossas tropas, comandadas por Su Iu e Tan Tchen-lin, aniquilaram perto de Jugao, em 22 de Agosto, um corpo da polícia de comunicações¹ cujos efectivos eram de 5.000 homens, em 26 de Agosto liquidaram uma brigada inimiga e, em 27 de Agosto, aniquilaram ainda mais uma brigada e meia³; as nossas tropas comandadas por Liu Po-tchem e Tem Siao-pim derrotaram, perto de Tintao, uma brigada de 3 a 6 de Setembro, uma outra na tarde de 6 de Setembro e ainda outras duas a 7 e 8 de Setembro⁴). Na disposição das tropas para uma campanha torna-se necessário rejeitar o método errado de combate que, resultando duma subestimação do inimigo, consiste em dividir por igual as nossas forças para fazer face a todas as colunas do inimigo, pois, dessa maneira, ficamos não só impossibilitados de aniquilar-lhe uma só coluna mas acabamos até por cair numa posição passiva.

3. Na disposição táctica, quando o nosso exército já cercou uma das colunas inimigas (uma brigada ou um regimento), concentrando forças duma superioridade absoluta, as nossas formações (ou unidades) de ataque

não devem tentar aniquilar simultaneamente e de um só golpe todas as forças inimigas cercadas, pois assim seriam levadas a dividir-se homogeneamente para golpear por todos os lados, sem no entanto golpear num só lado com suficiente força, do que resultariam perdas de tempo e dificuldades na obtenção do sucesso. Em vez disso, as nossas formações devem concentrar forças duma superioridade absoluta, isto é, seis, cinco, quatro ou, pelo menos, três vezes superiores às do inimigo, concentrar o conjunto ou o grosso da nossa artilharia, escolher um ponto (e não dois) relativamente fraco nas posições do inimigo e atacá-lo com violência, a fim de tomá-lo com toda a certeza. Conseguido isso, há que passar rapidamente à exploração da vitória e destruir uma a uma as forças dessa coluna inimiga.

4. Os efeitos deste método de combate são, primeiro, o aniquilamento completo e, segundo, a decisão rápida. Somente o aniquilamento completo pode golpear com a máxima eficácia o inimigo: quando destruímos um regimento, é menos um regimento para ele, e, quando lhe destruímos uma brigada, é mais uma brigada que este deixa de possuir. Este método é o mais eficaz quando empregado contra um inimigo com falta de tropas de segunda linha. Só o aniquilamento completo pode dar-nos o máximo de possibilidades para recompletar as nossas próprias forças. No momento actual, isso não só constitui a fonte principal de armas e munições como também uma fonte importante de efectivos para o nosso exército. O aniquilamento completo desmoraliza e deprime as tropas do inimigo, enquanto que, no nosso campo, eleva o moral das tropas e inspira o povo. A decisão rápida

permite às nossas tropas destruir, um a um, os reforços inimigos ou evitar um encontro com eles. A decisão rápida nas operações táticas e nas campanhas é uma condição indispensável para fazer uma guerra prolongada no plano estratégico.

5. No nosso exército há ainda numerosos quadros que, quando não estão em acção, aprovam o princípio da concentração de forças para destruir uma a uma as forças do inimigo, mas, quando em combate, não sabem muitas vezes aplicá-lo. Isso é devido a uma subestimação do inimigo e também à falta de ensino intensivo e estudo aprofundado sobre a questão. É preciso dar exemplos detalhados de batalhas passadas para explicar repetidamente as vantagens desse método e mostrar que ele constitui o processo principal para desfazer os ataques de Tchiang Kai--chek. Aplicar esse método é caminhar para a vitória, enquanto que deixar de aplicá-lo é correr para a derrota.

6. O princípio da concentração das nossas forças para aniquilar as do inimigo uma a uma tem sido uma das belas tradições do nosso exército desde a sua fundação, há mais de dez anos; não é, pois, a primeira vez que o enunciamos. É certo que, durante a Guerra de Resistência contra o Japão, o nosso exército recorria principalmente à dispersão das forças para fazer a guerra de guerrilhas, e aplicava, como método auxiliar, a concentração das forças para fazer a guerra de movimento. Na guerra civil actual, porém, dada a mudança de condições, o método deve ser igualmente modificado. A concentração das nossas forças para fazer a guerra de movimento passa a ser o método principal, e a sua dispersão para fazer

a guerra de guerrilhas, o método auxiliar. Actualmente, com o exército de Tchiang Kai-chek equipado com armas mais poderosas, torna-se necessário ao nosso exército dar um particular realce ao método da concentração numa força superior para destruir as forças do inimigo uma a uma.

7. Quando o inimigo está na ofensiva e nós na defensiva, é indispensável recorrer a esse método. Mas se o inimigo está na defensiva e nós na ofensiva, há que distinguir duas espécies de situações e adoptar dois métodos correspondentes. Quando as nossas forças são importantes e o inimigo, num dado lugar, dispõe apenas de efectivos relativamente fracos, ou quando o atacamos de surpresa, é-nos possível golpear simultaneamente várias das suas unidades. Por exemplo, entre os dias 5 e 10 de Junho, na província de Xantum, as nossas tropas atacaram e tomaram simultaneamente mais de dez cidades e vilas ao longo das linhas de caminho de ferro Tsintao-Tsinan e Tientsim-Pucou⁵. Outro exemplo: entre 10 e 21 de Agosto, as nossas tropas, comandadas por Liu Po--tchem e Tem Siao-pim, atacaram e tomaram mais de dez cidades e vilas ao longo da secção Caifum--Siudjou da linha férrea Lom-hai⁶. Mas, se não dispomos de forças suficientes, então há que tomar uma a uma as cidades em poder do inimigo, e não atacar simultaneamente várias cidades ou vilas. Foi dessa maneira que as nossas forças da província de Xansi se apoderaram das cidades situadas ao longo da linha férrea Tatom-Pudjou⁷.

8. No momento em que as forças principais dos nossos exércitos se concentram para destruir o inimigo, elas devem coordenar a sua acção com uma intensa actividade

das formações regionais, dos destacamentos locais de guerrilhas e da milícia popular. Quando as formações (ou unidades) locais atacam um regimento, batalhão ou companhia do inimigo, elas devem, de igual modo, aplicar o princípio da concentração das forças para destruir as do inimigo uma a uma.

9. O princípio da concentração das nossas forças para destruir uma a uma as forças do inimigo tem por objectivo principal a destruição das forças vivas do inimigo, e não a defesa ou posse dum território. Em certas circunstâncias, é admissível abandonar este ou aquele território, desde que o fim seja concentrar forças para destruir o inimigo ou permitir que as nossas forças principais se furtem a ataques possantes deste, possibilitando-lhes assim repouso, instrução e consolidação, com vista aos próximos combates. Sempre que consigamos destruir em grande escala as forças vivas do inimigo, ser-nos-á possível recuperar os territórios perdidos e conquistar novos territórios. É por essa razão que importa louvar todos aqueles que conseguem destruir as forças vivas do inimigo. Isto diz respeito não só àqueles que aniquilam tropas regulares do inimigo mas também àqueles que liquidam os seus corpos de preservação da paz, grupos de regresso ao lar⁸ ou outras forças armadas locais da reacção. No entanto, há que conservar ou conquistar territórios sempre que a relação de forças entre nós e o inimigo o permita, ou sempre que esses territórios tenham importância para as nossas campanhas e acções tácticas; doutro modo, seria cometer um erro. Deve-se, portanto, louvar igualmente todos aqueles que consigam conservar ou tomar tais territórios.

NOTAS

1 As expressões “aniquilar as forças inimigas” e “destruir o inimigo” são usadas como sinónimos no presente tomo. Ambas querem dizer causar baixas ao inimigo, entre mortos, feridos e prisioneiros.

2 Um corpo de exército regular do Kuomintang compunha-se, a princípio, de 3 divisões, ou somente de 2, compreendendo cada uma três regimentos. A partir de Maio de 1946, as tropas regulares do Kuomintang que se encontravam ao Sul do rio Amarelo foram reorganizadas por etapas: o que era um corpo de exército transformou-se numa divisão reorganizada e as antigas divisões, em brigadas, contando cada brigada três ou dois regimentos. Uma parte das tropas do Kuomintang, que se encontrava ao Norte do rio Amarelo, não foi reorganizada, conservando as suas antigas designações. Mais tarde, certas divisões reorganizadas retomaram a sua antiga denominação de corpo de exército.

3 Em Julho de 1946, as tropas do Kuomintang lançaram uma ofensiva de grande envergadura contra a região libertada do Quiansu-Anghuei, tendo-se as nossas tropas defendido com valentia. As forças inimigas que atacavam a região libertada do Quiansu central totalizavam 15 brigadas, ou seja, cerca de 120.000 homens, sob as ordens de Tam En-po. De 13 de Julho a 27 de Agosto, 18 regimentos pertencentes às tropas do Exército Popular de Libertação no Leste da China, comandados por Su Iu, Tan Tchen-lin e outros camaradas, concentraram forças superiores e sustentaram sucessivamente sete batalhas na região de Taicim, Jngao, Hai-an e Chaopo, no Quiansu central, aniquilando 6 brigadas e 5 batalhões da polícia de comunicações do inimigo. São os resultados dessas duas batalhas os que aqui se mencionam.

4 Em Agosto de 1946, as forças do Kuomintang partiram dos sectores de Siudjou e Tchendjou para atacar, em duas colunas, a região libertada Xansi-Hopei-Xantum-Honan. As unidades do Exército Popular de Libertação nessa região, sob o comando de Liu Po-tchem, Tem Siao-pim e outros camaradas, concentraram forças supe-

riores para dar combate à coluna inimiga que partia de Tchendjou. Entre 5 e 8 de Setembro, foram sucessivamente destruídas 4 brigadas inimigas na região de Hotsé, Tintao e Tsaozien, província de Xantum.

5 Na primeira década de Junho de 1946, as forças do Exército Popular de Libertação em Xantum organizaram uma expedição contra as tropas fantoches dispostas ao longo das linhas de caminho de ferro de Tsintao-Tsinan e Tientsim--Pucou, libertando sucessivamente mais de dez cidades e vilas, entre as quais Tsiaocien, Tchantien, Tchoutsuen, Tedjou, Tai-an e Tsautchuan.

6 De 10 a 21 de Agosto de 1946, as forças do Exército Popular de Libertação em Xansi-Hopei-Xantum-Honan, com o fim de coordenarem a sua acção com as forças do Exército Popular de Libertação nas Planícies Centrais e no Leste da China, atacaram em várias colunas as tropas inimigas estacionadas ao longo da secção Caifum-Siudjou da linha férrea Lom-hai, apoderando-se sucessivamente de mais de dez cidades e vilas, tais como Danxan, Lanfum, Huancou, Litchuam e Iantsi.

7 Em Julho de 1946, as forças do Kuomintang comandadas por Hu Tsum-nan e as comandadas por Ien Si-xan, atacaram conjuntamente a região libertada do sul do Xansi. As unidades de Tai-íu-é, pertencentes às forças do Exército Popular de Libertação em Xansi-Hopei-Xantum-Honan, e uma parte das tropas do Exército Popular de Libertação em Xansi-Sui--iuan contra-atacaram e repeliram o inimigo. Em Agosto, lançaram uma ofensiva contra o inimigo ao longo da secção Linfen-Linchi da linha férrea Tatom-Pudjou e libertaram sucessivamente as cidades de Hontom, Tchatchem, Huocien, Linchi e Fensi.

8 Durante a Guerra Popular de Libertação, certos senhores de terras e déspotas locais que se encontravam nas regiões libertadas refugiaram-se nas regiões dominadas pelo Kuomintang. Este organizou-os em "grupos de regresso ao lar", "corpos de regresso ao lar" e outros bandos armados reaccionários que secundaram as tropas do Kuomintang nos seus ataques contra as regiões libertadas. Esses bandos, roubando e matando, cometeram por toda a parte crimes inimagináveis.

NOTAS DO TRADUTOR

(*) O corpo da polícia de comunicações do Kuomintang formouse em Março de 1945. Depois da capitulação do Japão, a pretexto de proteger as linhas férreas, esse corpo da polícia foi disposto ao longo das vias de comunicação para "serviço de guarnição", mas, na realidade, o seu objectivo era desenvolver uma actividade de polícia secreta. Foi uma das forças que o Kuomintang empregou na guerra civil.

A VERDADE SOBRE A “MEDIAÇÃO DOS
ESTADOS UNIDOS E O FUTURO DA
GUERRA CIVIL NA CHINA

Entrevista com o jornalista norte-americano
A. T. Steele

(29 de Setembro de 1946)

A. T. Steele: O senhor pensa que os esforços de mediação dos Estados Unidos na guerra civil chinesa fracassaram? A que poderá conduzir a política dos Estados Unidos, no caso de continuar a ser a mesma que actualmente?

Mao Tsetung: Duvido muito que a política do governo dos Estados Unidos seja uma política de “mediação”¹. A julgar pela ajuda enorme que os Estados Unidos prestam a Tchiang Kai-chek, para permitir-lhe desencadear uma guerra civil de envergadura sem precedentes, a política do governo dos Estados Unidos é servir-se duma pretensa mediação como cortina de fumo para reforçar Tchiang Kai--chek em todos os aspectos e, através da política de massacre de Tchiang Kai-chek, reprimir as forças democráticas chinesas, de modo a reduzir a China praticamente ao estado de colónia norte-americana. A continuação de tal política suscitará inevitavelmente a firme resistência de todos os patriotas chineses.

Pergunta: Quanto tempo durará a guerra civil na China? Qual será o seu desfecho?

Resposta: Se o governo dos Estados Unidos abandonar

a sua actual política de ajuda a Tchiang Kai--chek, se retirar as suas forças estacionadas na China e observar o acordo concluído na Conferência dos Ministros dos Negócios Estrangeiros da União Soviética, dos Estados Unidos e da Inglaterra, realizada em Moscovo², a guerra civil na China terminará seguramente em breve. Caso contrário, esta guerra poderá transformar-se numa guerra de longa duração. Isso acarretará, evidentemente, sofrimentos para o povo chinês, mas, por outro lado, não haverá dúvidas de que este se unirá e lutará pela sua sobre-vivência e decidirá do seu próprio destino. Sejam quais forem as dificuldades e provações, o povo chinês há-de cumprir certamente a sua tarefa de conquistar a independência, a paz e a democracia. Nenhuma força opressora, nacional ou estrangeira, pode impedir o cumprimento de tal tarefa.

Pergunta: O senhor considera Tchiang Kai-chek como “chefe natural” do povo chinês? Rejeitará o Partido Comunista da China, quaisquer que sejam as circunstâncias, as cinco exigências³ de Tchiang Kai--chek? Qual será a atitude do Partido Comunista se o Kuomintang tentar convocar, sem a sua participação, uma Assembleia Nacional⁴?

Resposta: No mundo não existem “chefes naturais”. Se Tchiang Kai-chek tratar os problemas políticos, militares, económicos e outros problemas da China conformemente ao Acordo de Tréguas⁵, assinado em Janeiro último, e às resoluções conjuntas, adoptadas na altura pela Conferência Consultiva Política⁶, e não segundo as “cinco exigências” ou dez exigências que são unilaterais e contrárias ao Acordo e às resoluções conjuntas, nós

estaremos ainda dispostos a trabalhar com ele. A Assembleia Nacional deve ser convocada conjuntamente pelos vários partidos políticos, em harmonia com as resoluções adoptadas pela Conferência Consultiva Política; caso contrário, nós opor-nos-emos com firmeza.

NOTAS

1 Em Dezembro de 1945, o governo dos Estados Unidos enviou à China George C. Marshall, na qualidade de representante especial do Presidente, e serviu-se da “mediação nas hostilidades entre o Kuomintang e o Partido Comunista da China” como cobertura para reforçar, em todos os sentidos, as forças de agressão norte-americanas e a dominação dos reaccionários kuomintanistas. A fim de ganhar tempo para a preparação da guerra civil, Tchiang Kai-chek, instigado pelo imperialismo norte-americano, fingiu aceitar a exigência do Partido Comunista da China e do povo chinês no sentido da cessação da guerra civil. Em Janeiro de 1946, os representantes do governo kuomintanista e do Partido Comunista da China assinaram um acordo de tréguas, publicaram uma ordem de cessar-fogo e formaram o “Comité dos Três” e o “Quartel General Executivo de Pepim”, com a participação de representantes dos Estados Unidos. Durante a “mediação”, Marshall recorreu a toda a espécie de manobras para ajudar as forças do Kuomintang a atacar as regiões libertadas, primeiro no Nordeste e, mais tarde, no Norte, no Leste e no Centro da China; empenhou-se activamente no treino e equipamento das tropas do Kuomintang e forneceu a Tchiang Kai-chek uma grande quantidade de armas e outro material de guerra. Em Junho de 1946, Tchiang Kai-chek já tinha concentrado 80 por cento das suas forças regulares (um total de cerca de dois milhões de homens) na frente de ataque contra as regiões libertadas; mais de 540.000 homens dessas forças tinham sido directamente transportados por navios de guerra e aviões das forças armadas norte-americanas. Em Julho, tendo concluído

a disposição das suas tropas, Tchiang Kai-chek desencadeou uma guerra contra-revolucionária à escala nacional. Posteriormente, a 10 de Agosto, Marshall e John Leighton Stuart, embaixador dos Estados Unidos junto do governo kuomintanista, publicaram uma declaração conjunta anunciando o fracasso da “mediação”, no intuito de darem a Tchiang Kai-chek toda a liberdade de movimentos para fazer a guerra civil.

2 Trata-se do acordo sobre a China concluído em Dezembro de 1945, na Conferência dos Ministros dos Negócios Estrangeiros da União Soviética, dos Estados Unidos e da Inglaterra, realizada em Moscovo. No comunicado da Conferência, os três ministros dos Negócios Estrangeiros “reafirmaram a sua adesão à política de não-ingerência nos assuntos inter-nos da China”. Os ministros dos Negócios Estrangeiros da União Soviética e dos Estados Unidos acordaram que as forças soviéticas e norte-americanas deveriam ser retiradas da China o mais cedo possível. A União Soviética cumpriu fielmente os termos do acordo. Foi apenas para satisfazer os pedidos insistentes do governo do Kuomintang que as forças soviéticas adiaram a data da sua retirada. A 3 de Maio de 1946, as forças soviéticas concluíram a sua evacuação do Nordeste da China. Mas o governo dos Estados Unidos violou inteiramente as suas promessas, recusou-se a evacuar as suas tropas e intensificou a sua ingerência nos assuntos internos da China.

3 Por duas ocasiões, em Junho e em Agosto de 1946, Tchiang Kai-chek formulou as suas “cinco exigências” ao Partido Comunista da China, declarando que o Kuomintang só cessaria a guerra civil se o Partido Comunista as aceitasse. As “cinco exigências” requeriam que o Exército Popular de Libertação da China evacuasse os seguintes locais: 1) todas as zonas a sul da linha ferroviária de Lom-hai; 2) toda a extensão da linha ferroviária Tsintao-Tsinan; 3) Tchente e a zona a sul desta cidade; 4) a maior parte do Nordeste da China; 5) todas as zonas que haviam sido libertadas das tropas fantoches, desde 7 de Junho de 1946, nas províncias de Xantum e de Xansi, pelas forças armadas populares das regiões libertadas. O Partido Comunista da China rejeitou categoricamente estas exigências contra-revolucionárias.

4 De harmonia com a resolução da Conferência Consultiva Política

realizada em Janeiro de 1946, a Assembleia Nacional devia ser uma assembleia de democracia e de unidade em que participariam os vários partidos políticos e só devia ser convocada sob os auspícios dum governo reorganizado, após a execução das cláusulas acordadas na Conferência Consultiva Política. A 11 de Outubro de 1946, as tropas do Kuomintang ocuparam Tchanquiaco, e esta “vitória” transtornou a cabeça da camarilha de Tchiang Kai-chek. Na tarde desse mesmo dia, essa camarilha violou abertamente as cláusulas da resolução da Conferência Consultiva Política e ordenou a convocação duma “assembleia nacional” cissionista e ditatorial, controlada exclusivamente pelo Kuomintang. Esta “assembleia nacional”, inaugurada oficialmente em Nanquim a 15 de Novembro de 1946, foi firmemente combatida e boicotada pelo Partido Comunista da China, pelos partidos democráticos e pela totalidade do povo.

5 Ver “Esmagar a Ofensiva de Tchiang Kai-chek com uma Guerra de Legítima Defesa”, nota 1, no presente tomo.

6 Ver o mesmo artigo, nota 2.

BALANÇO DE TRÊS MESES*

(i de Outubro de 1946)

1. A directiva sobre a situação actual, emitida pelo Comité Central em 20 de Julho¹, afirmava: “. . . podemos derrotar Tchiang Kai-chek. A esse respeito, todo o nosso Partido deve estar plenamente confiante”. Os combates de Julho, Agosto e Setembro provaram a justeza dessa apreciação.
2. Além das contradições políticas e económicas fundamentais que Tchiang Kai-chek não pode resolver, e que

* Directiva interna do Partido, redigida pelo camarada Mao Tse-tung em nome do Comité Central do Partido Comunista da China. Esta directiva constitui um balanço detalhado das numerosas experiências dos três meses de combate que se seguiram ao começo da guerra civil à escala nacional, em Julho de 1946; nela se expunham quais seriam, daí em diante, os princípios das operações e tarefas de combate do Exército Popular de Libertação e mostrava-se que, depois de se ter atravessado um período de dificuldades, era possível estar-se seguro de alcançar a vitória na Guerra Popular de Libertação. Igualmente se expunham, no plano dos princípios, os problemas a resolver para apoiar e coordenar a Guerra Popular de Libertação: reforma agrária, desenvolvimento da produção nas regiões libertadas, reforço da direcção nas lutas de massas levadas a efeito nas regiões dominadas pelo Kuomintang, bem como outros problemas com isso relacionados.

formam a principal razão da certeza da nossa vitória e da inevitabilidade da sua derrota, surgiu uma aguda contradição, em matéria militar, entre a linha de frente de Tchiang Kai-chek, demasiado extensa, e a sua penúria de tropas. Essa contradição será infalivelmente a causa directa da nossa vitória e da sua derrota.

3. O total das tropas regulares de Tchiang Kai-chek que atacam as regiões libertadas eleva-se a 190 e tantas brigadas, sem contar com as tropas fantoches, os corpos de preservação da paz e os corpos da polícia de comunicações. Além disso, como reforços, o inimigo pode, quando muito, deslocar uma parte das suas tropas do Sul para o Norte, depois do que qualquer envio de reforços suplementares ser--lhe-á muito difícil. Dessas 190 e tantas brigadas, 25 foram já destruídas pelo nosso exército, durante os últimos três meses. Esse número, aliás, não engloba as forças que destruímos no Nordeste, de Fevereiro a Junho deste ano.

4. Quase metade das 190 e tantas brigadas de Tchiang Kai-chek será para assegurar o serviço de guarnição; apenas um pouco mais da metade poderá entrar em campanha. E quando essas tropas de campanha tiverem atingido determinadas regiões, uma parte delas, ou mesmo a maioria, terá necessariamente que ser destinada ao serviço de guarnição. Portanto, os efectivos das forças de campanha inimigas vão forçosamente diminuir com o decorrer dos combates, visto que, por um lado, nós os destruiremos continuamente e, por outro lado, uma grande parte terá que assegurar o serviço de guarnição.

5. Das 25 brigadas que aniquilámos nestes últimos três meses, 7 eram comandadas por Tam En-po (anterior-

mente por Li Mo-an), 2 por Siue Iué, 7 por Cu Tchu-tom (anteriormente por Liu Tchi), 2 por Hu Tsum-nan, 4 por Ien Si-xan, 2 por Vam Iao-vu e uma por Tu Iu-mim. Somente os quatro grupos sob as ordens de Li Tsum-jen, Fu Tsuo-yi, Ma Hom--cui e Tchem Tchien não foram ainda atingidos pelos golpes demolidores do nosso exército; os outros 7 grupos receberam severos golpes ou sofreram os primeiros reveses. Os grupos atingidos severamente foram os de Tu Iu-mim (levando em conta os combates travados no Nordeste, de Fevereiro a Junho deste ano), Tam En-po, Cu Tchu-tom e Ien Si-xan. Os que receberam os primeiros golpes foram os de Siue Iué, Hu Tsum-nan e Vam Iao-vu. Tudo isto prova que o nosso exército pode vencer Tchiang Kai-chek.

6. Para o próximo período, a nossa tarefa será destruir mais umas 25 brigadas inimigas. A execução dessa tarefa permitirá fazer parar a ofensiva das tropas de Tchiang Kai-chek e retomar uma parte do território perdido. Pode prever-se que, após a destruição dessa segunda série de 25 brigadas, o nosso exército será certamente capaz de conquistar a iniciativa estratégica e passar da defensiva à ofensiva. Então, a nossa tarefa será destruir uma terceira série de 25 brigadas inimigas. Se conseguirmos isso, poderemos recuperar a maior parte ou mesmo a totalidade do território perdido e alargar as regiões libertadas. Nessa altura, verificar-se-á certamente uma grande transformação na correlação de forças militares do Kuomintang e do Partido Comunista. Para conseguirlo, nós devemos prosseguir nos nossos grandes êxitos alcançados nos últimos três meses com a destruição de 25 brigadas, aniquilando ainda mais outras 25 brigadas nos

próximos três meses. Essa a chave que permitirá transformar a relação de forças entre o inimigo e nós2.

7. Nos três últimos meses, nós perdemos algumas dezenas de cidades pequenas ou médias, tais como Huai-in, Hotsé, Tchente e Tsinim. O abandono da maior parte dessas cidades era inevitável, e tivemos razão em abandoná-las temporariamente, por nossa própria iniciativa. Houve outras cidades que fomos forçados a abandonar, em virtude de os combates terem sido mal conduzidos. Seja como for, daqui para diante bastará combater bem para que se retome o território perdido. É possível que, no futuro, nós ainda não possamos impedir que alguns territórios caiam nas mãos do inimigo, mas, posteriormente, haveremos de ter a possibilidade de recuperá-los todos. Cada região deveria fazer um exame crítico das suas experiências de combate, a fim de tirar a respectiva lição e evitar uma repetição de erros.

8. Nestes últimos três meses, as forças do nosso Exército de Libertação nas Planícies Centrais deram provas de tenacidade sem paralelo ao vencerem as dificuldades e provações. Uma parte delas deslo-cou-se para as antigas regiões libertadas, enquanto que o grosso das forças estabeleceu duas bases de guerrilhas no sul do Xensi e no oeste do Hupei3. Além disso, no leste do Hupei e no Hupei central, as nossas tropas prosseguiram firmemente a guerra de guerrilhas. Tudo isto tem ajudado consideravelmente as acções nas antigas regiões libertadas e há-de desempenhar um papel ainda mais importante na guerra prolongada futura.

9. As nossas operações destes últimos três meses retiveram, a Sul da Grande Muralha, várias unidades de elite

que Tchiang Kai-chek tinha primitivamente projectado enviar para Nordeste, onde nós pudemos assim ganhar tempo para descansar, instruir e consolidar as nossas tropas, bem como para mobilizar as massas populares. Isso também é duma grande importância para a nossa luta futura.

10. A concentração de forças superiores para destruir uma a uma as forças inimigas é o único método correcto de combate; foi o método que empregámos durante estes três últimos meses na destruição de 25 brigadas inimigas. Só a concentração duma força seis, cinco, quatro ou, pelo menos, três vezes superior à do inimigo pode constituir um processo eficaz para o aniquilar. Esse método é válido tanto no plano operacional como no plano táctico. Quer os comandantes de alta patente quer os quadros médios e inferiores devem, pois, assimilar esse método de combate.

11. Além das 25 brigadas regulares do inimigo, o nosso exército destruiu nestes últimos três meses outras forças reacçãoárias em número apreciável, tais como tropas fantoches, corpos de preservação da paz e corpos da polícia de comunicações, o que também constitui um grande sucesso. No futuro, nós devemos continuar a destruir tropas semelhantes em grande número.

12. A experiência dos últimos três meses provou que um aniquilamento de 10.000 soldados inimigos acarreta a perda de 2.000 a 3.000 homens para as nossas forças. Isto é inevitável. Para fazer face a uma guerra prolongada (em todas as regiões tudo deve ser considerado na perspectiva duma tal guerra), é preciso expandir o nosso exército segundo um plano, assegurar constantemente

às nossas forças principais os seus efectivos completos e formar um grande número de quadros militares. Devemos desenvolver a produção e administrar as nossas finanças de forma planificada e aplicar com firmeza os seguintes princípios: desenvolver a economia, assegurar o reabastecimento, unificar a direcção, descentralizar a administração, ter em conta tanto as necessidades do exército como as da população, tanto os interesses públicos como os interesses individuais.

13. A experiência dos três últimos meses provou que as tropas que intensificaram a instrução militar durante a suspensão das acções, de Janeiro a Junho, segundo as directivas do Comité Central (que repetidas vezes indicou às diferentes regiões que considerassem a instrução das tropas, a produção e a reforma agrária como tarefa central) mostram todas uma eficácia de combate muito superior à das que não fizeram essa instrução. Daqui em diante, todas as regiões devem aproveitar os intervalos entre os combates para intensificar a instrução militar. O trabalho político deve ser reforçado em todas as unidades do exército.

14. A experiência dos últimos três meses provou que, nos lugares em que a directiva de 4 de Maio* do Comité Central foi firme e rapidamente aplicada e o problema agrário foi resolvido de forma radical e completa, os camponeses mantiveram-se ao lado do nosso Partido e do nosso exército, resistindo aos ataques das tropas de Tchiang Kai-chek. Mas por toda a parte onde a directiva de 4 de Maio não foi executada com firmeza, ou as medidas dela resultantes foram tardiamente aplicadas, ou onde o trabalho foi dividido mecanicamente em etapas

ou a reforma agrária relaxada sob o pretexto de preocupações militares, os camponeses ficaram na expectativa. Nos próximos meses, em cada uma das regiões, sejam quais forem as preocupações de guerra, há que dirigir com firmeza as massas camponesas para a solução do problema agrário e, na base da reforma agrária, tomar medidas para dar à produção um grande desenvolvimento no próximo ano.

15. A experiência dos últimos três meses mostra que, por toda a parte onde as forças armadas locais, incluindo a milícia popular, as unidades de guerrilhas e as equipas de trabalho armadas, estão bem organizadas, nós podemos controlar vastas regiões rurais mesmo se o inimigo ocupa temporariamente muitos pontos e linhas dentro do território. Mas, por toda a parte em que as forças armadas locais são fracas e a direcção é medíocre, o inimigo está muito mais à vontade. Daqui para diante, nós devemos reforçar a direcção do Partido e, nas regiões ocupadas temporariamente pelo inimigo, devemos desenvolver as forças armadas locais, prosseguir com firmeza a guerra de guerrilhas, salvaguardar os interesses das massas e combater as actividades reacçãoárias.

16. Três meses de guerra quase esgotaram as forças de reserva do Kuomintang e enfraqueceram seriamente o seu poderio militar nas regiões por ele dominadas. Ao mesmo tempo, o facto de o Kuomintang ter recomeçado o recrutamento e a cobrança de impostos em géneros5 provocou descontentamento entre a população e favoreceu o desenvolvimento da luta de massas. Todo o Partido deve dirigir mais energicamente a luta de massas

nas regiões dominadas pelo Kuomintang e intensificar os seus esforços para desagregar o exército deste.

17. Por instigação dos Estados Unidos, os reaccionários do Kuomintang violaram o Acordo de Trégua e as resoluções da Conferência Consultiva Política, estabelecidos em Janeiro último, e estão resolvidos a fazer a guerra civil no prosseguimento da sua tentativa de destruição das forças democráticas populares. As palavras bonitas que dizem não são mais do que mentiras; nós devemos denunciar todas as conspirações dos Estados Unidos e de Tchiang Kai-chek.

18. No decurso destes três meses, nas regiões do Kuomintang, as mais amplas camadas da população, incluindo a burguesia nacional, compreenderam depressa que o Kuomintang e o governo dos Estados Unidos agiam de conivência, que desencadearam a guerra civil e estão oprimindo o povo. É cada vez maior o número de pessoas que reconhecem que a mediação de Marshall é uma fraude e que o Kuomintang é o primeiro dos criminosos da guerra civil. Agora, uma vez perdidas as ilusões sobre os Estados Unidos e o Kuomintang, as grandes massas depositam as suas esperanças na vitória do nosso Partido. Uma tal situação política interior é extremamente favorável. A política reaccionária do imperialismo norte-americano suscita um descontentamento crescente no seio das grandes massas populares de todos os países. O nível de consciência política dos povos do mundo inteiro não cessa de subir. As lutas democráticas populares em todos os países capitalistas aumentam dia a dia, a força dos partidos comunistas dos diferentes países cresce consideravelmente e será impossível aos

reaccionários subjugar-las. É cada vez maior o poderio da União Soviética, assim como o seu prestígio entre os povos do mundo. Os reaccionários norte-americanos e os reaccionários que eles apoiam noutros países hão-de necessariamente isolar-se cada vez mais. Esta situação política internacional é-nos extremamente favorável. A situação, tanto no interior como no exterior, difere grandemente da que se seguiu à Primeira Guerra Mundial. Depois da Segunda Guerra Mundial, as forças revolucionárias aumentaram extraordinariamente. Nós podemos vencer os reaccionários chineses e estrangeiros, por mais agressivos que eles sejam (historicamente essa agressividade é inevitável e nada tem de estranho). Os camaradas dirigentes em todas as regiões devem explicar isso muito bem aos camaradas do Partido que, por não compreenderem o quanto nos é favorável a situação no nosso país e no estrangeiro, vêem com pessimismo o futuro da luta. É preciso ter bem em conta que o inimigo é ainda forte, que nós próprios ainda temos pontos fracos e que a luta, por natureza, é longa e cruel. Mas é seguro que nós podemos alcançar a vitória. O Partido inteiro deve compenetrar-se profundamente dum tal ponto de vista e duma tal convicção.

19. Os próximos meses constituirão um período importante e difícil. Nós devemos agarrar-nos com afinco à mobilização enérgica de todo o Partido e empreender acções militares cuidadosamente planificadas, de maneira a conseguirmos a transformação radical da situação militar. Em todas as regiões, há que pôr resolutamente em execução as directivas acima formuladas e lutar por conseguir uma tal transformação.

NOTAS

1 Trata-se de “Esmagar a Ofensiva de Tchiang Kai-chek com uma Guerra de Legítima Defesa”, no presente tomo.

2 Os acontecimentos ulteriores mostraram que a relação de forças entre nós e o inimigo começou a modificar-se em Julho de 1947, no momento em que as forças do Exército Popular de Libertação em Xansi-Hopei-Xantum-Honan forçaram a passagem do rio Amarelo, em direcção aos montes Tapie. Até então, o Exército Popular de Libertação já tinha combatido durante 12 meses, aniquilando cerca de 100 brigadas inimigas, ou seja, uma média de 8 brigadas por mês. Este número ultrapassa a estimativa feita neste balanço porque, com a ajuda do imperialismo norte-americano, Tchiang Kai-chek tinha lançado na ofensiva todas as suas forças disponíveis.

3 Em fins de Junho de 1946, cercadas e atacadas por 300.000 soldados do Kuomintang, as forças do Exército de Libertação nas Planícies Centrais, comandadas por Li Sien-nien, Tchem Uei-san e outros camaradas, tomaram a iniciativa de efectuar uma deslocação estratégica e romperam vitoriosamente o cerco inimigo. As unidades transferidas para as antigas regiões libertadas, mencionadas pelo camarada Mao Tsetung, eram as comandadas por Vam Tchen e outros camaradas; uma vez rompido o cerco, elas penetraram na região fronteira Xensi-Cansu-Ninsia. A base de guerrilhas do sul do Xensi foi estabelecida por uma parte das forças principais do Exército Popular de Libertação nas Planícies Centrais; dela faziam parte Luchi e Sitchuan, no oeste do Honan, assim como Luonan e Xan-iam, no sul do Xensi. A base de guerrilhas no Hupei ocidental foi criada por uma outra parte do mesmo exército, e tinha como centro os montes Vutam, no noroeste do Hupei.

4 Trata-se da “Directiva sobre o problema agrário”, emitida pelo Comité Central do Partido Comunista da China em 4 de Maio de 1946. Após a capitulação do Japão, tomando em consideração as insistentes reivindicações feitas pelos camponeses a respeito da

terra, o Comité Central do Partido Comunista da China decidiu modificar a política agrária aplicada pelo Partido durante a Guerra de Resistência contra o Japão, isto é, passar da redução das rendas e das taxas de juro ao confisco das terras dos senhores de terras e à respectiva distribuição entre os camponeses. A “Directiva de 4 de Maio” define os termos dessa modificação.

5 Trata-se de impostos sobre a terra pagos em cereais.

SAUDEMOS O NOVO AUGES DA REVOLUÇÃO CHINESA*

(1 de Fevereiro de 1947)

1. Actualmente, todas as circunstâncias indicam que a situação na China vai entrar numa nova fase do seu desenvolvimento. Esta nova fase será a da transformação da guerra anti-imperialista e anti-feudal da nação inteira numa outra grande revolução popular. Nós estamos nas vésperas desta revolução. A tarefa do nosso Partido é lutar pelo advento desse grande auge e pelo seu triunfo.
2. A situação militar desenvolveu-se agora num sentido favorável ao povo. Em sete meses de combate, de Julho passado a Janeiro deste ano, esmagámos 56 brigadas das forças regulares de Tchiang Kai-chek, que tinham invadido as nossas regiões libertadas, o que corresponde a uma média de 8 brigadas por mês, sem contar as numerosas tropas fantoches e as forças de segurança pública aniquiladas nem outras forças regulares de Tchiang Kai-chek, que também foram derrotadas. Embora a ofensiva de Tchiang Kai-chek continue no sul e no oeste do Xantum, na região fronteira Xensi-Cansu-Ninsia, ao longo do sector norte da linha ferroviária Pepim-Han-cou e na Manchúria meridional, ela já se tornou mais fraca do que era no último Outono. O exército de Tchiang Kai-chek não dispõe de tropas suficientes e o recrutamento não atinge a cota estabelecida, o que está em grave contradição com as suas extensas frentes de batalha e com as enormes baixas verificadas nos seus efectivos. O moral do seu exército é cada vez mais baixo.

Nos últimos combates travados no norte do Quiansu, no sul e oeste do Xantum e no oeste do Xansi, o moral de muitas unidades das forças de Tchiang Kai-chek desceu a um nível muito baixo. Em várias frentes, os nossos exércitos começam a apoderar-se da iniciativa e os exércitos de Tchiang Kai-chek a perdê-la. Prevemos que nos próximos meses poderemos alcançar o objectivo de destruir um total de 100 brigadas de Tchiang Kai--chek, incluídas as já aniquiladas anteriormente. Tchiang Kai-chek dispõe, ao todo, de 93 divisões regulares (corpos de exército) de infantaria e cavalaria, ou seja, 248 brigadas (divisões) totalizando 1.916.000 homens, sem se contar as tropas fantoches, a polícia, as forças locais de segurança pública, os corpos da polícia de comunicações, os serviços de retaguarda e as armas técnicas. As forças empenhadas no ataque às regiões libertadas orçam em 78 divisões (corpos), formadas por 218 brigadas (divisões), com um total de 1.713.000 homens, quer dizer, cerca de 90 por cento das tropas regulares de Tchiang Kai-chek. Nas regiões kuomintanistas da retaguarda, só restam 15 divisões, com 30 brigadas, totalizando 203.000 homens, isto é, cerca de 10 por cento do total. Consequentemente, Tchiang Kai-chek não pode mais enviar, da retaguarda, grandes reforços com boa capacidade de combate para atacar as regiões libertadas. Nós já esmagámos mais de um quarto das 218 brigadas que atacam as regiões libertadas. Embora algumas tenham sido recompletadas sob as suas designações de origem após terem sido aniquiladas por nós, a sua eficácia de combate é muito fraca. Algumas unidades recompletadas foram esmagadas pela segunda vez e outras há que nem chegaram a ser recom-

pletadas. Se nos próximos meses as nossas tropas puderem esmagar outras 40 a 50 brigadas, elevando assim o total geral das forças inimigas aniquiladas para cerca de 100 brigadas, produzir-se-á uma importante mudança na situação militar.

3. Entretanto, desenvolve-se um grande movimento popular nas regiões dominadas por Tchiang Kai--chek. As sublevações populares em Xangai¹, que começaram a 30 de Novembro do ano passado originadas pela perseguição movida pelo Kuomintang contra os vendedores ambulantes, assim como o movimento estudantil em Pepim, que começou a 30 de Dezembro passado em consequência da violação dum estudante chinesa por soldados norte-americanos², marcam um novo auge das lutas populares nas regiões controladas por Tchiang Kai-chek. O movimento estudantil, que se iniciou em Pepim, estendeu-se a outras grandes cidades do país, com centenas de milhares de participantes e numa escala ainda mais vasta que o Movimento estudantil de 9 de Dezembro contra o imperialismo japonês³.

4. As vitórias do Exército Popular de Libertação nas regiões libertadas e o desenvolvimento do movimento popular nas regiões controladas pelo Kuomintang predizem a aproximação inevitável e a possibilidade de vitória dum nova grande revolução popular anti-imperialista e antifeudal.

5. As circunstâncias em que se desenrola semelhante situação consistem no facto de o imperialismo norte-americano e o seu laçao Tchiang Kai-chek terem substituído o imperialismo japonês e o seu laçao Uam Tsim-vei e terem adoptado uma política de conversão

da China numa colónia dos Estados Unidos, de desencadeamento da guerra civil e de reforço da ditadura fascista. Face a esta política reaccionária do imperialismo norte-americano e de Tchiang Kai-chek, o povo chinês não tem outra alternativa a não ser a luta. A luta pela independência, pela paz e pela democracia é ainda, no período actual, a reivindicação fundamental do povo chinês. Já em Abril de 1945, o VII Congresso Nacional do nosso Partido previu a possibilidade de o imperialismo norte-americano e Tchiang Kai-chek passarem à execução dessa política reaccionária e formulou uma linha política global e inteiramente correcta para derrotá-la.

6. A política reaccionária do imperialismo norte-americano e de Tchiang Kai-chek forçou todas as camadas do povo chinês a unir-se para a sua própria salvação. Essas camadas compreendem os operários, os camponeses, a pequena burguesia urbana, a burguesia nacional, os nobres esclarecidos, outros elementos patriotas, as minorias nacionais e os chineses do ultramar. É uma frente única realmente ampla de toda a nação. Comparada à frente única do período da Guerra de Resistência contra o Japão, trata-se duma frente tão ampla, mas mais profunda quanto aos seus fundamentos. Todos os membros do Partido devem esforçar-se por consolidar e desenvolver esta frente única. Nas regiões libertadas, a política do “sistema dos três terços”⁴ deve manter-se sem modificações, na condição de aplicarmos resolutamente e sem vacilações o princípio de a terra para os que a trabalham. Além dos comunistas, devemos continuar a fazer participar, nos órgãos do poder político e nas actividades sociais, as amplas fileiras de progressistas que não mili-

tam no Partido, bem como os elementos do centro (tais como os nobres esclarecidos). Nas regiões libertadas, todos os cidadãos, sem distinção de classe, sexo ou crença, têm o direito de eleger e ser eleitos, exceptuando-se os traidores e os reaccionários que se opuseram aos interesses do povo e incorreram no ódio implacável deste. Quando tiver sido inteiramente aplicado o sistema de a terra para os que a trabalham, o direito à propriedade privada continuará a ser garantido ao povo das regiões libertadas.

7. Como consequência de o governo de Tchiang Kai-chek prosseguir desde há muito uma política financeira e económica reaccionária e em resultado de o capital burocrático-comprador de Tchiang Kai-chek se ter associado ao capital imperialista dos Estados Unidos através desse escandaloso acordo de traição nacional que é o Tratado de Comércio Sino-Norte-americano⁵, está a desenvolver-se rapidamente uma perigosa inflação; a indústria e o comércio da burguesia nacional chinesa aproximam-se cada vez mais da sua falência; as condições de vida das massas trabalhadoras, dos funcionários e dos professores pioram dia a dia; inúmeros elementos da classe média vêem desaparecer as suas economias a ponto de ficarem sem quaisquer bens; como resultado, estalam continuamente greves de operários e de estudantes e outras lutas. Uma crise económica, de gravidade sem precedentes na China, ameaça todas as camadas da população. Para poder prosseguir a guerra civil, Tchiang Kai-chek restabeleceu o seu sistema pernicioso de recrutamento obrigatório e de taxaço dos cereais, sistema aplicado durante a Guerra de Resistên-

cia, o que torna a vida impossível para a grande massa da população rural, sobretudo para os camponeses caídos na miséria; em consequência disso, já se produziram revoltas populares que hão-de generalizar-se continuamente. Assim, a camarilha reaccionária dominante de Tchiang Kai--chek desacreditar-se-á cada vez mais aos olhos das grandes massas populares e ver-se-á face a face com graves crises políticas e militares. Por um lado, esta situação faz avançar diariamente o movimento popular anti-imperialista e antifeudal nas regiões controladas por Tchiang Kai-chek e, por outro lado, desmoraliza cada vez mais as tropas de Tchiang e aumenta as possibilidades de vitória do Exército Popular de Libertação.

8. A “Assembleia Nacional” ilegal, cissionista, que Tchiang Kai-chek convocou para isolar o nosso Partido e as demais forças democráticas, e a pseudo Constituição, maquinada por esse órgão, não gozam do menor prestígio entre o povo. Em vez de isolarem o nosso Partido e as demais forças democráticas, isolaram a própria camarilha reaccionária dominante de Tchiang Kai-chek. O nosso Partido e as outras forças democráticas recusaram-se a participar na pseudo Assembleia Nacional; esta posição foi inteiramente correcta. A camarilha reaccionária dominante de Tchiang Kai-chek atraiu para o seu lado o Partido da Juventude” e o Partido Socialista Democrático⁷, dois pequenos partidos que jamais gozaram de qualquer prestígio na sociedade chinesa, e também certas “personalidades públicas”⁸, sendo de prever que alguns dos elementos do centro se passem igualmente para o lado da reacção. Isto explica-se pelo facto de as forças democráticas na China se tornarem

dia a dia mais fortes, enquanto que as forças reaccionárias se isolam cada vez mais, donde resulta que a linha de demarcação entre o inimigo e nós tenha de ser traçada com tanta nitidez. Todos os elementos que se escondem na frente democrática e enganam o povo acabarão por revelar a sua verdadeira natureza política e serão repudiados pelo povo, enquanto que as fileiras populares anti-imperialistas e antifeudais crescerão com maior vigor ainda, porque traçaram uma linha de demarcação bem nítida entre elas e esses reaccionários camuflados.

9. O desenvolvimento da situação internacional é extremamente favorável à luta do povo chinês. O poderio crescente da União Soviética e os sucessos da sua política externa, assim como a radicalização crescente dos povos do mundo e o desenvolvimento contínuo das suas lutas contra as forças reaccionárias internas e externas — estes dois importantes factores levaram e continuarão a levar o imperialismo norte-americano e os seus lacaios dos diferentes países a um isolamento cada vez maior. E se acrescentarmos a isto o factor da inevitabilidade duma crise económica nos Estados Unidos, deduz-se que o imperialismo norte-americano e os seus lacaios acabarão por cair numa situação ainda mais difícil. O poderio do imperialismo norte-americano e do seu lacaios Tchiang Kai-chek é apenas temporário; as suas ofensivas podem ser esmagadas. O mito de que é impossível esmagar as ofensivas dos reaccionários não deve encontrar guarida nas nossas fileiras. Repetidas vezes, o Comité Central sublinhou este ponto e a evolução da situação internacional e nacional confirma cada vez mais a exactidão deste juízo.

10. Para conseguir uma trégua necessária ao re-complementamento das suas tropas e desencadear uma nova ofensiva, para obter dos Estados Unidos novos empréstimos e envios de munições e para acalmar a indignação popular, Tchiang Kai-chek recorreu à nova artimanha de pedir o reatamento das chamadas negociações de paz com o nosso Partido⁹. A política do nosso Partido consiste em não recusar-se às negociações e, por essa via, desmascarar os estratagemas de Tchiang Kai-chek.

n. Para esmagarmos completamente a ofensiva do exército de Tchiang Kai-chek, devemos liquidar outras 40 ou 50 das suas brigadas nos próximos meses; esta é a chave que vai decidir tudo. Para atingirmos tal objectivo, devemos pôr inteiramente em prática a directiva do Comité Central datada de 1 de Outubro do ano passado e intitulada “Balanço de Três Meses”, bem como a directiva de 16 de Setembro do mesmo ano, formulada pela Comissão Militar acerca da concentração das nossas forças para destruir as forças inimigas uma a uma. Agora, vamos mais uma vez chamar a atenção dos camaradas de todas as regiões para alguns pontos:

a) O problema militar. Ao longo dos últimos sete meses de duros combates, o nosso exército provou ser seguramente capaz de esmagar as ofensivas de Tchiang Kai-chek e conquistar a vitória final. O nosso exército melhorou tanto o seu equipamento como a sua tática. Daqui para diante, a tarefa central da edificação das nossas forças armadas deve consistir em reforçar por todos os meios a formação dos nossos corpos de artilharia e de engenharia. Todas as regiões militares, grandes e pequenas, e todos os exércitos de campanha devem resolver os

problemas concretos levantados pelo reforço dos corpos de artilharia e de engenharia, e, em primeiro lugar, os problemas relativos à formação de quadros e ao fabrico de munições.

b) O problema agrário. Em cerca de dois terços do território de cada região libertada, já foi posta em prática a directiva de 4 de Maio de 1946 do Comité Central¹⁰, o problema agrário ficou resolvido e apli-cou-se a política de a terra para os que a trabalham; isto representa uma grande vitória. Resta-nos ainda cerca de um terço do nosso território em que devemos aumentar de esforços para mobilizar plenamente as massas e efectivar a política de a terra para os que a trabalham. Nos lugares em que tal política foi aplicada, registam-se ainda insuficiências, a solução não foi pois integral, sobretudo porque as massas não foram plenamente mobilizadas e, conseqüentemente, o confisco e a repartição das terras não foram radicais, o que provocou o descontentamento das massas. Nesses lugares, devemos proceder a uma revisão cuidadosa e fazer reajustamentos menores na distribuição das terras¹¹, de modo a garantir que os camponeses sem terra ou com pouca terra obtenham alguma e que os maus nobres e os déspotas locais sejam punidos. Ao longo de todo esse processo de realização da política de a terra para os que a trabalham, devemos estabelecer uma sólida aliança com os camponeses médios; é absolutamente inadmissível prejudicar os interesses dos camponeses médios (incluídos os camponeses médios abastados); no caso de serem prejudicados os seus interesses, importa proceder a compensações e apresentação de desculpas. Além disso, durante e depois da reforma

agrária, devemos considerar, adequadamente e com o consentimento das massas, o caso dos camponeses ricos e dos senhores de terras médios e pequenos, em geral, e há que fazê-lo segundo a “Directiva de 4 de Maio”. Em resumo, no movimento da reforma agrária nas regiões rurais, devemos unir-nos a mais de 90 por cento das massas, que apoiam a reforma agrária, e isolar o reduzido número de reaccionários feudais que se opõem a ela, de maneira a podermos realizar rapidamente a política de a terra para os que a trabalham.

c) O problema da produção. Todas as regiões devem planificar a longo prazo, trabalhar afincadamente na produção, fazer economias rigorosas e resolver correctamente o problema financeiro na base de produção e economias. Aqui, o primeiro princípio consiste em fomentar a produção e assegurar o reabastecimento. Por isso, devemos combater o ponto de vista errado que consiste em sublinhar unilateralmente as finanças e o comércio e descuidar a produção agrícola e industrial. O segundo princípio resume-se em considerar as necessidades do exército e da população, os interesses tanto públicos como privados. Portanto, devemos combater o ponto de vista errado que toma em conta apenas um dos lados e descuidar o outro. O terceiro princípio é a direcção unificada e a descentralização da gestão. Por conseguinte, exceptuando-se os pontos em que as condições exigem uma gestão centralizada, é necessário combater o ponto de vista errado que favorece a centralização de tudo sem atender às circunstâncias, sem ousar dar livre curso à gestão descentralizada.

12. O nosso Partido e o povo chinês têm todas as ga-

rantias de vitória final; não há a mínima dúvida sobre isto. Mas tal não quer dizer que não existam dificuldades à nossa frente. A luta anti-imperialista e antifeudal na China é por natureza prolongada; os reaccionários chineses e estrangeiros hão-de continuar a opor-se com todas as suas forças ao povo chinês e a dominação fascista nas regiões controladas por Tchiang Kai-chek vai intensificar-se; certas parcelas das regiões libertadas converter-se-ão, temporariamente, em zonas ocupadas pelo inimigo ou em zonas de guerrilhas, parte das forças revolucionárias poderá sofrer, momentaneamente, perdas e, no decorrer da guerra prolongada, desgastar-se-ão recursos humanos e materiais. Todos os camaradas do Partido devem ter plenamente tudo isso em consideração e estar prontos a vencer sistematicamente todas as dificuldades, com uma vontade indomável. Quer as forças reaccionárias quer nós, todos temos dificuldades. Mas as dificuldades das forças reaccionárias são insuperáveis, uma vez que essas forças estão a um passo da morte, não têm qualquer perspectiva de futuro, ao passo que as nossas dificuldades podem ser vencidas, porque nós somos forças novas que se levantam e com um futuro radioso.

NOTAS

1 A partir de Agosto de 1946, as autoridades do Kuomintang em Xangai proibiram qualquer negócio aos vendedores ambulantes dos bairros de Huampu e de Laotcha. Até fins de Novembro seguinte, tinham sido presos cerca de mil dentre eles que continu-

avam as suas actividades. Em 30 de Novembro, três mil vendedores ambulantes fizeram uma manifestação e cercaram a esquadra da polícia no bairro de Huampu. As autoridades do Kuomintang deram ordem de abrir fogo, tendo sido mortos sete manifestantes e presos e feridos muitos outros. Em 1 de Dezembro, os vendedores ambulantes ainda continuavam a sua luta. Embora tivesse havido mais dez mortos e se tivesse registado mais de uma centena de feridos, o número de participantes na luta foi superior a cinco mil. Todas as lojas de Xangai fecharam as suas portas em sinal de simpatia. O incidente converteu-se, então, num movimento de massas da cidade inteira contra Tchiang Kai-chek.

2 O incidente ocorreu em Pepim, a 24 de Dezembro de 1946. Uma estudante da Universidade de Pequim foi violada por soldados norte-americanos. Em consequência disso, em várias dezenas de cidades, grandes e médias, das regiões dominadas pelo Kuomintang, os estudantes organizaram, a partir de 30 de Dezembro e durante o mês de Janeiro de 1947, greves e manifestações contra os Estados Unidos e Tchiang Kai-chek, exigindo a retirada das tropas norte-americanas da China. Mais de meio milhão de estudantes participou neste movimento.

3 Trata-se do movimento patriótico dos estudantes, desencadeado em Pepim a 9 de Dezembro de 1933; Ver em detalhe “Sobre a Tática na Luta contra o Imperialismo Japonês”, Obras Escolhidas de Mao Tsetung, Tomo I.

4 O “sistema dos três terços” foi a política de frente única do Partido Comunista da China quanto à formação dos órgãos do poder político nas regiões libertadas, durante a Guerra de Resistência contra o Japão. Segundo essa política, a proporção dos componentes dos órgãos do poder democrático anti-japonês era de cerca de um terço de membros do Partido Comunista, um terço de progressistas de esquerda e um terço de elementos do centro e outros elementos.

5 O “Tratado de Comércio Sino-Norte-americano”, ou “Tratado Sino-Norte-americano de Amizade, Comércio e Navegação”, foi assinado em Nanquim a 4 de Novembro de 1946, entre os governos de Tchiang Kai-chek e dos Estados Unidos. Esse tratado, que vendia uma grande parte da soberania da China aos Estados Unidos,

constava de trinta artigos, cujo conteúdo principal era o seguinte:

1) Os cidadãos norte-americanos podiam gozar, em “toda a extensão . . . dos territórios” da China, dos direitos de residir, viajar, exercer actividades de comércio, manufactura, indústria de transformação, ciência, educação, religião e filantropia, assim como o direito de prospectar e explorar os recursos mineiros, arrendar e ser proprietários de terras e exercer outros ofícios e profissões. Quanto aos direitos económicos, os cidadãos dos Estados Unidos deviam beneficiar do mesmo tratamento que os chineses.

2) Relativamente à taxação, venda, distribuição e uso, as mercadorias norte-americanas deviam beneficiar na China de um regime não menos favorável do que o concedido às mercadorias de qualquer outro país ou às mercadorias chinesas. “Nenhuma interdição ou restrição seria imposta” pela China às importações de artigos cultivados, produzidos ou manufacturados nos Estados Unidos, nem à exportação para os Estados Unidos de qualquer artigo chinês.

3) Os navios norte-americanos teriam toda a liberdade de acesso a todos os portos, zonas e águas territoriais da China, abertos à navegação ou ao comércio estrangeiros, e as suas tripulações e cargas gozariam de liberdade de trânsito em território chinês, “pelas vias mais convenientes”. Sob pretexto de “qualquer . . . perigo”, os navios norte-americanos, incluídos os de guerra, podiam arribar em “todos os portos, zonas e águas territoriais” da China que não estivessem “abertos à navegação ou ao comércio estrangeiros”.

Cu Vei-tchiun, então embaixador de Tchiang Kai-chek nos Estados Unidos, declarou aberta e descaradamente que o tratado significava “a abertura de todo o território chinês aos comerciantes dos Estados Unidos”.

6 Ver nota i ao artigo “Análise das Classes na Sociedade Chinesa”, Obras Escolhidas de Mao Tsetung, Tomo I.

7 O Partido Socialista Democrático foi fundado em Agosto de 1946, pela fusão do Partido Constitucional Democrático e do Partido Nacional Socialista. Era essencialmente constituído por politiqueros reacçãoários e pela escória feudal do tempo dos caudilhos militares do Norte.

8 Alusão aos politiqueros sem escrúpulos, como Vam Iun--vu, Fu Se-nien e Hu Tchem-tche, que se faziam passar por indivíduos

sem afiliação partidária mas que, na realidade, serviam de fachada à “Assembleia Nacional” de Tchiang Kai-chek.

9 A 16 de Janeiro de 1947, devido aos repetidos fracassos das suas ofensivas militares e à deterioração gradual da sua situação militar, o governo do Kuomintang pediu ao Partido Comunista da China, por intermédio de Leighton Stuart, embaixador dos Estados Unidos na China junto ao governo kuomintanista, a autorização para enviar delegados a Ien-an para “negociações de paz”, no intuito de obter uma trégua que lhe permitisse preparar uma nova ofensiva. Esta nova artimanha dos Estados Unidos e de Tchiang Kai-chek foi imediata e totalmente desmascarada pelo Partido Comunista da China, o qual sublinhou que as negociações só poderiam recomençar se se satisfizessem duas condições mínimas: 1) abolição da pseudo constituição, maquinada pelo Kuomintang em violação das resoluções da Conferência Consultiva Política; 2) evacuação, pelas tropas do Kuomintang, de todos os territórios das regiões libertadas que elas tinham ocupado desde 13 de Janeiro de 1946, data da entrada em vigor do Acordo de Tréguas. De outro modo, não existiam garantias de que o Kuomintang não romperia mais uma vez qualquer acordo a que se chegasse através de novas negociações. Quando o Kuomintang compreendeu que a sua artimanha de “paz” não funcionava, notificou, em 27 e 28 de Fevereiro, aos delegados do Partido Comunista que se retirassem de Nanquim, Xangai e Tchunchim, onde se encontravam para negociar e manter ligações, e anunciou a ruptura definitiva das negociações entre o Kuomintang e o Partido Comunista.

10 Referência à “Directiva sobre o problema agrário”, formulada pelo Comité Central do Partido Comunista da China a 4 de Maio de 1946. Ver “Balanço de Três Meses”, nota 4, no presente tomo.

11 “Fazer reajustamentos menores na distribuição das terras” foi uma política que se adoptou nas antigas regiões libertadas, onde se havia procedido a uma reforma agrária relativamente completa. O seu objectivo era resolver o problema da insuficiência de terras e outros meios de produção entre certos camponeses pobres e assalariados agrícolas, assim como outros problemas deixados à margem da reforma. Numa escala limitada, o método consistia em

tomar dos que tinham terras férteis para dar aos que tinham terras pobres, tomar dos que tivessem em excesso para dar aos que tivessem falta, de maneira a que a repartição das terras e demais meios de produção pudesse ser racionalmente reajustada.

DOIS DOCUMENTOS DO COMITÉ
CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DA CHINA
SOBRE O ABANDONO TEMPORÁRIO DE IEN-AN
E A DEFESA DA REGIÃO FRONTEIRIÇA XENSI-
CANSU-NINSIA*

(Novembro de 1946 e Abril de 1947)

I. DIRECTIVA DE 18 DE NOVEMBRO DE 1946

Tchiang Kai-chek encontra-se num beco sem saída. Ele procura golpear o nosso Partido e reforçar-se a si próprio por dois processos: convocação da “Assembleia Nacional” e ataque a Ien-an. Na prática, ele obterá exactamente o oposto. O povo chinês opõe-se resolutamente à “Assembleia Nacional”, controlada exclusivamente por Tchiang Kai-chek e destinada a dividir a nação; para a camarilha de Tchiang Kai--chek, o dia da abertura desta assembleia marca o início da sua autodestruição. Agora que já destroçámos 35 brigadas¹ das tropas de Tchiang Kai-chek e que o seu poder ofensivo está prestes a esgotar-se, ainda que ocupe Ien-an com um assalto repentino, isso não prejudicará a perspectiva geral de vitória

* O primeiro dos dois documentos foi redigido pelo camarada Mao Tsetung em Ien-an, no Inverno de 1946, quando as tropas do Kuomintang se preparavam para atacar aquela cidade, e o segundo em Tsingyantcha, distrito de Henxan, no norte da província de Xensi, vinte dias após a ocupação

da Guerra Popular de Libertação, nem poderá salvar Tchiang Kai-chek do tûmulo que o espera. Resumindo, Tchiang Kai-chek embrenhou-se pelo caminho que conduziu à ruína; toda a sua fraude será desmascarada logo que realize esse duplo jogo de convocação da “Assembleia Nacional” e de ataque a Ien-an; isso contribuirá para fazer avançar a Guerra Popular de Libertação. Em todas as regiões, impõe-se-nos explicar profundamente a todos, membros e não membros do Partido, esses dois actos de Tchiang Kai-chek, a convocação da “Assembleia Nacional” e o ataque a Ien-an, e unir todo o Partido, todo o exército e todo o povo na luta para esmagar a ofensiva de Tchiang Kai-chek e construir uma China democrática.

II. CIRCULAR DE 9 DE ABRIL DE 1947

Para salvar o seu regime moribundo, o Kuomintang, além de tomar medidas como a convocação da pseudo Assembleia Nacional, a maquinação da pseudo Constituição, a expulsão das missões do nosso Partido em

de Ien-an pelas tropas kuomintanistas, em 19 de Março de 1947. Logo após o fracasso do seu plano de ofensiva geral contra as regiões libertadas, Tchiang Kai-chek tomou medidas insensatas para salvar o seu regime moribundo, tais como a convocação duma pseudo Assembleia Nacional, a expulsão, das regiões do Kuomintang, dos delegados do Partido Comunista da China e o ataque a Ien-an, sede do Comité Central do Partido Comunista. No plano político, como se sublinhou nos presentes documentos, o resultado das medidas tomadas por Tchiang Kai-chek foi a sua completa

Nanquim, Xangai e Tchuntchim e a proclamação da ruptura entre o Kuomintang e o Partido Comunista², atacou Ien-an, sede do Comité Central do nosso Partido e do Alto Comando do Exército Popular de Libertação, assim como a região fronteiriça Xensi-Cansu-Ninsia. O facto de o Kuomintang ter tomado tais medidas não demonstra absolutamente em nada que o seu regime é forte, antes pelo contrário, mostra que a crise do regime kuomintanista se tornou extremamente aguda. O seu ataque a Ien-an e à região fronteiriça Xensi-Cansu-Ninsia é, além disso, uma vã tentativa para resolver primeiro a questão do Noroeste, cortar o braço direito do nosso Partido, expulsar do Noroeste o Comité Central do nosso Partido e o Alto Comando do Exército Popular de Libertação e, em seguida, deslocar as suas tropas para atacar o Norte da China, com o objectivo de destruir as nossas forças uma a uma.

autodestruição. No plano militar, ele concentrou as suas forças nos flancos oriental e ocidental das regiões libertadas, quer dizer, na região libertada do Xantum e na região libertada Xensi-Cansu-Ninsia, numa tentativa de realizar “ataques contra os sectores-chave”; mas, de novo, o resultado foi o fracasso total. As tropas do Kuomintang que atacaram a região fronteiriça Xensi-Cansu-Ninsia orçavam em mais de 230.000 homens, ao passo que o Exército Popular de Libertação no Noroeste dispunha apenas de pouco mais de 20.000 homens nessa zona. Assim, as forças inimigas conseguiram ocupar Ien-an e todas as capitais de distrito da região, abandonadas por nós de própria iniciativa. Mas o inimigo não logrou atingir o seu objectivo de destruir os órgãos dirigentes centrais do Partido Comunista da China e o Exército Popular de Libertação no Noroeste ou de empurrá-los para Leste do rio Amarelo. Pelo contrário, ele sofreu repetidamente os duros golpes vibrados pelo

Em tais circunstâncias, o Comité Central tomou as seguintes decisões:

1. Devemos defender e expandir, com firme espírito combativo, a região fronteiriça Xensi-Cansu-Ninsia e as regiões libertadas do Noroeste; é inteiramente possível atingir este objectivo.

2. O Comité Central do Partido e o Alto Comando do Exército Popular de Libertação devem manter-se na região fronteiriça Xensi-Cansu-Ninsia. Trata-se duma região onde dispomos dum terreno de difícil acesso, de boas bases entre as massas, de extenso território para manobras e de inteira garantia quanto à nossa segurança.

3. Ao mesmo tempo, para facilitar o nosso trabalho, organizámos uma Comissão de Trabalho do Comité Central, que deverá deslocar-se para o noroeste do Xansi ou para qualquer outro lugar conveniente para o cumprimento das tarefas que lhe foram confiadas pelo Comité Central.

Estas três decisões foram adoptadas no mês passado e foram já executadas. Pela presente circular, elas são levadas ao vosso conhecimento.

nosso exército, perdeu cerca de 100.000 homens e viu-se finalmente constrangido a debandar da região fronteiriça, enquanto que o nosso exército passava triunfalmente à ofensiva para libertar o Grande Noroeste. Ao mesmo tempo, o nosso exército na frente do Noroeste, com forças muito reduzidas, atraía a si e desbaratava numerosas unidades das forças principais do inimigo, dando assim um poderoso apoio às operações das nossas tropas noutros teatros da guerra, especialmente na frente de Xansi-Hopei-Xantum-Honan, e ajudou-as a passar com maior rapidez à ofensiva.

O camarada Mao Tsetung, o Comité Central do Partido Comunista da China e o Alto Comando do Exército Popular de Libertação permaneceram na região fronteiriça Xensi-Cansu-Ninsia durante todo o período que vai de Março de 1947, quando o nosso exército se retirou de Jen-an, até ao momento em que passámos à ofensiva na frente do Noroeste, um ano depois. Este facto teve um grande significado político. Inspirou e reforçou enormemente a vontade de combater e a confiança na vitória do exército e do povo da região fronteiriça Xensi-Cansu-Ninsia e das outras regiões libertadas do país. Enquanto permaneceu na região fronteiriça Xensi-Cansu-Ninsia, o camarada Mao Tsetung não só continuou a dirigir a Guerra Popular de Libertação em todas as frentes do país, como também assumiu pessoalmente o comando no teatro de operações do Noroeste, tendo atingido com êxito o objectivo definido no presente documento, isto é, “defender e expandir, com firme espírito combativo, a região fronteiriça Xensi-Cansu-Ninsia e as regiões libertadas do Noroeste”. Quanto às operações na frente do Noroeste, ver, no presente tomo, “Directivas para as Operações no Teatro de Guerra do Noroeste” e “Sobre a Grande Vitória no Noroeste e o Movimento de Educação Ideológica de Tipo Novo no Exército de Libertação”.

NOTAS

1 Estatística para o período compreendido entre os começos de Julho e 13 de Novembro de 1946.

2 A 27 e 28 de Fevereiro de 1947, os delegados e o pessoal do Partido Comunista da China que se encontravam em Nanquim, Xangai e Tchunthim para negociações e ligações com o Kuomintang foram constrangidos pelo governo kuomintanista a partir num prazo determinado. A 15 de Março de 1947, o Comité Executivo Central do Kuomintang convocou a sua terceira sessão plenária, na qual Tchiang Kai-chek proclamou a ruptura entre o Kuomintang e o Partido Comunista e a sua determinação de prosseguir a guerra civil até ao fim.

DIRECTIVAS PARA AS OPERAÇÕES NO TEATRO DE GUERRA DO NOROESTE*

(15 de Abril de 1947)

1. Embora ainda não esgotado, nesta altura o inimigo encontra-se já bastante fatigado. As suas dificuldades ainda não são extremas mas já são grandes quanto a aprovisionamento em víveres. Se bem que o nosso exército não tenha voltado a destruir grandes forças do inimigo depois do aniquilamento da 31a Brigada¹ deste, ele conseguiu já, nestes últimos vinte dias, alcançar o objectivo de fatigá-lo consideravelmente, de reduzir-lhe de modo apreciável o aprovisionamento em víveres e criar assim as condições favoráveis para acabar por esgotá-lo, cortar-lhe por completo os mantimentos e, finalmente, destruí-lo.

2. Actualmente, apesar da sua fadiga e penúria em víveres, o princípio de operações do inimigo é obrigar as nossas forças principais a passarem para Leste do rio Amarelo, bloquear depois o sector Suite--Mitche e repartir as suas forças em várias colunas para “limpar”

* Telegrama enviado pelo camarada Mao Tsetung ao Exército de Campanha do Noroeste. Na época, esse exército era constituído pelas forças do Exército Popular de Libertação nas regiões libertadas de Xensi-Cansu-Ninsia e Xansi-Sui-ian, sob o comando de Pem Te-huai, Ho Lom, Si Tchom-chiun e outros camaradas.

todo o território. Atingindo Tchintsian em 31 de Março, o inimigo não avançou, porém, imediatamente em direcção ao norte; o seu fim era deixar-nos uma passagem. Avançando para oeste, em direcção de Uaiaopao, ele procurava empurrar--nos para Suite e Mitche. Tendo descoberto as nossas tropas, ele voltou-se agora para o sul e oeste de Uaiaopao, mas depois avançará de novo na direcção desta cidade, a fim de empurrar-nos para o norte.

3. O nosso princípio de operações consiste, pois, em continuar a aplicar o método adoptado até aqui, isto é, manobrar o inimigo durante mais algum tempo (cerca de um mês) na mesma região em que se encontra, a fim de esgotá-lo pela fadiga, reduzi-lo à escassez completa de víveres e, em seguida, encontrar então uma oportunidade para destruí-lo. Que as nossas forças principais não se precipitem para o norte com o fito de atacar Lulin, ou para o sul, a fim de cortar a retirada ao inimigo. É necessário fazer compreender claramente aos comandantes e combatentes, bem como às massas populares, que tal método é a única via que conduz o inimigo à derrota final. Sem esgotar o inimigo pela fadiga e pela fome, nós não poderemos alcançar a vitória final. Pode-se chamar tática de “esgotamento” a esse método que consiste em manobrar o inimigo até ao cansaço total, para liquidá-lo depois.

4. Como vocês se encontram actualmente nos sectores leste e norte de Uaiaopao, o melhor caminho a tomar é levar o inimigo a deslocar-se para a região norte dessa cidade; então vocês poderão atacar a parte mais fraca das forças de Liao Am2 e levar o inimigo a deslocar-se

para leste; em seguida, poderão voltar-se para Ansei e levar de novo o inimigo a deslocar-se para oeste.

5. Vocês devem ordenar imediatamente à 359a Brigada (efectivos completos) que termine nestes dias mais próximos os seus preparativos de marcha para o sul, a fim de, dentro de uma semana, lançar um ataque de surpresa contra a região a sul da linha Ientcham-Ien-an e a norte da linha Itchuan-Luotchuan e cortar as linhas de reabastecimento inimigas.

6. Queiram pois dizer-nos se consideram ou não correctas as opiniões acima expostas.

NOTAS

1 Depois de terem evacuado Ien-an, por sua própria iniciativa, as forças do Exército Popular de Libertação no Noroeste empregaram uma pequena parte dos seus efectivos para atrair as forças principais inimigas para Ansei (a noroeste de Ien-an), enquanto dispunham as suas forças principais em emboscada no sector de Tsinghuabien, a nordeste de Ien-an, aguardando a oportunidade de aniquilar o inimigo. Em 25 de Março de 1947, um regimento do Kuomintang pertencente à 31a Brigada da 27a Divisão Reorganizada de Hu Tsum-nan, conduzido pelo comando da brigada, caiu nessa armadilha e foi completamente aniquilado num combate que durou pouco mais de uma hora.

2 Liao Am, comandante da 76a Divisão Reorganizada dos exércitos do Kuomintang colocados sob as ordens de Hu Tsum-nan. Mais tarde, foi feito prisioneiro num combate em Tchintsian, a 11 de Outubro de 1947.

O GOVERNO DE TCHIANG KAI-CHEK ESTÁ CERCADO POR TODO O POVO*

(30 de Maio de 1947)

O governo de Tchiang Kai-chek, hostil à totalidade do povo, encontra-se agora cercado por todo o povo. Tanto na frente militar como na frente política, ele sofreu derrotas, está assediado pelas forças que declarou serem suas inimigas e não consegue encontrar nenhuma saída. A camarilha traidora de Tchiang Kai-chek e os seus amos, os imperialistas norte-americanos, avaliaram mal a situação. Sobrestimaram as suas próprias forças e subestimaram as forças do povo. Consideraram que a China e o mundo, após a Segunda Guerra Mundial, continuavam a ser os mesmos que no passado; não admitiam qualquer mudança nem que alguém fosse contra a sua vontade. Depois da capitulação do Japão, estavam decididos a restabelecer na China a ordem antiga. E, tendo ganho tempo com a utilização de embustes tais como a

* Comentário redigido pelo camarada Mao Tsetung para a Agência Hsinghua. Este comentário sublinhava que a marcha dos acontecimentos na China era mais rápida do que se previa, e chamava o povo a preparar rapidamente todas as condições necessárias para a vitória da revolução chinesa à escala nacional. Estas previsões foram confirmadas pouco tempo depois. O comentário e as “Directivas para as Operações no Teatro de Guerra do Noroeste” foram escritos em Wanquiavan, distrito de Tsimpian, norte do Xensi.

consulta política e a mediação militar, o governo traidor de Tchiang Kai-chek concentrou dois milhões de soldados e desencadeou uma ofensiva geral.

Há agora na China duas frentes de batalha. A guerra entre as forças invasoras de Tchiang Kai-chek e o Exército Popular de Libertação é a primeira frente. Actualmente, surgiu uma segunda frente: a luta aguda entre o grande e justo movimento estudantil e o governo reaccionário de Tchiang Kai-chek¹. A palavra de ordem do movimento estudantil é “pão, paz e liberdade” ou “contra a fome, contra a guerra civil, contra as perseguições”. Tchiang Kai-chek promulgou as “Medidas provisórias para a manutenção da ordem pública”². Por toda a parte, o seu exército, a sua polícia, os seus gendarmes e agentes secretos chocam contra as massas estudantis. Tchiang Kai--chek recorre à violência contra os estudantes desarmados, detém-nos, lança-os nos cárceres, espanca-os e massacra-os; como resultado, o movimento estudantil torna-se cada dia mais forte. A simpatia pública está do lado dos estudantes, Tchiang Kai-chek e os seus lacaios estão completamente isolados e a sua fisionomia feroz foi totalmente desmascarada. O movimento estudantil é parte integrante do conjunto do movimento popular. O desenvolvimento do movimento estudantil provocará inevitavelmente o desenvolvimento do conjunto do movimento popular. Isto é confirmado pela experiência histórica do Movimento de 4 de Maio de 1919 e do Movimento de 9 de Dezembro de 1935.

Uma vez que o imperialismo norte-americano e o seu lacai Tchiang Kai-chek substituíram o imperialismo japonês e o seu lacai Uam Tsim-vei e adoptaram uma

política que visa converter a China numa colónia dos Estados Unidos, desencadear a guerra civil e fortalecer a ditadura fascista, eles próprios se declararam inimigos de todo o povo chinês e arras-taram todas as camadas populares do país para a borda da fome e da morte. Isto obrigou todas as camadas populares a unir-se numa luta de morte contra o governo reaccionário de Tchiang Kai-chek e determinou o desenvolvimento rápido dessa luta. Não há outra saída para o povo. As camadas populares da China, que são oprimidas pela política reaccionária do governo de Tchiang Kai-chek e que se uniram para a sua própria salvação, são constituídas pelos operários, camponeses, pequena burguesia urbana, burguesia nacional, nobres esclarecidos, outros patriotas, minorias nacionais e chineses do ultramar. Trata-se duma frente única nacional muito ampla.

O carácter extremamente reaccionário da política financeira e económica, seguida há muito tempo pelo governo de Tchiang Kai-chek, acaba de ser agravado ainda mais com a assinatura do mais traidor dos tratados firmados até hoje, o Tratado de Comércio Sino--Norte-americano. Na base deste tratado, o capital monopolista norte-americano e o capital burocrático-comprador de Tchiang Kai-chek ligaram-se intimamente para controlar a vida económica de todo o país. Os resultados são a inflação desenfreada, a subida jamais vista dos preços, a falência cada vez mais generalizada da indústria e do comércio da burguesia nacional, a deterioração diária das condições de vida das massas trabalhadoras, dos funcionários e professores. Em tais circunstâncias, todas as camadas po-pulares do país não têm outra alternativa

senão unir--se e lutar pela sua sobrevivência.

A repressão militar e o engano político têm sido os dois principais meios utilizados por Tchiang Kai--chek para manter a sua dominação reaccionária. E, hoje, o povo assiste ao rápido fracasso desses dois meios.

O exército de Tchiang Kai-chek sofreu derrotas em todos os campos de batalha. Cerca de 90 brigadas, considerando apenas as suas tropas regulares, foram esmagadas nos últimos onze meses decorridos desde Julho passado. As suas tropas já não mantêm a arrogância do ano passado, quando ocuparam Tchanchuen, Tchente, Tchanquiacou, Hotsé, Huai-in e Antum, nem mesmo a deste ano, quando tomaram Lin-yi e Ien-an. Tchiang Kai-chek e Tchen Tchem avaliaram erradamente a força e os métodos de combate do Exército Popular de Libertação. Tomando erroneamente por cobardia as nossas retiradas, e por derrotas o nosso abandono de certo número de cidades, esperavam presunçosamente liquidar-nos, primeiro, a Sul da Grande Muralha, em três ou seis meses o máximo, e depois no Nordeste. Contudo, passados dez meses, todas as forças invasoras de Tchiang Kai-chek debatem-se em desesperado aperto, estão cercadas por todos os lados pelo povo das regiões libertadas e pelo Exército Popular de Libertação e só muito dificilmente escaparão.

A medida que mais e mais notícias das derrotas sofridas na frente pelas tropas de Tchiang Kai-chek vão chegando à sua retaguarda, as grandes massas populares, sufocadas pela opressão do governo reaccionário de Tchiang Kai-chek, vão tendo cada vez maiores esperanças de ver terminados os seus sofrimentos e de obter a sua emanci-

pação. Justamente neste momento, todas as artimanhas políticas de Tchiang Kai-chek fracassam com a mesma rapidez com que ele as põe em jogo. Tudo tem resultado contrariamente às expectativas dos reaccionários. Medidas como a convocação da “Assembleia Nacional” que aprovaria uma “constituição”, a reorganização do governo de um só partido em “governo de múltiplos partidos”, etc, visavam unicamente o isolamento do Partido Comunista e das demais forças democráticas. Mas produziram exactamente o efeito contrário; não foi o Partido Comunista da China nem as outras forças democráticas que ficaram isolados, mas sim os próprios reaccionários. Agora, o povo chinês sabe por experiência própria o que representam, realmente, a “Assembleia Nacional”, a “Constituição” e o “go-verno de múltiplos partidos” de Tchiang Kai-chek. Anteriormente, muitos chineses, sobretudo elementos das camadas médias, alimentavam ilusões, em maior ou menor grau, quanto a essas manobras de Tchiang Kai-chek. O mesmo aconteceu com as suas “negociações de paz”. Agora que ele desfez em mil pedaços vários acordos solenes de tréguas e se serviu das baionetas contra as massas estudantis que pediam a paz e se opunham à guerra civil, ninguém acreditará mais nas suas pretensas negociações de paz, ex-ceptuando-se aqueles que querem enganar o povo ou aqueles a quem falta a menor experiência política.

Todos os acontecimentos provaram a justeza das nossas apreciações. Sublinhámos repetidas vezes que o governo de Tchiang Kai-chek não era mais do que um governo de traição nacional, de guerra civil e de ditadura. Por meio da guerra civil, ele procura destruir o Partido Comuni-

sta da China e todas as outras forças democráticas, a fim de converter a China numa colónia dos Estados Unidos e manter a sua dominação ditatorial. Por ter adoptado essa política reaccionária, esse governo perdeu todo o seu prestígio e toda a sua força no plano político. O poder do governo de Tchiang Kai-chek é apenas temporário e superficial; aparentemente, ele é forte, mas na realidade ele é fraco. As suas ofensivas podem ser esmagadas em qualquer lugar ou frente em que sejam desencadeadas. O que o espera é, inevitavelmente, a rebelião das massas, a deserção dos seus partidários e a destruição total do seu exército. Todos os acontecimentos confirmaram e continuarão a confirmar a justeza destas apreciações. A marcha dos acontecimentos na China é mais rápida do que se contava. Por um lado, há as vitórias do Exército Popular de Libertação, e por outro, o desenvolvimento da luta popular nos territórios controlados por Tchiang Kai-chek; tanto aquelas como este desenrolam-se a grande velocidade. O povo chinês deve preparar rapidamente todas as condições necessárias para o estabelecimento duma China nova, pacífica, democrática e independente.

NOTAS

1A partir de Dezembro de 1946, com o desenvolvimento da Guerra Popular de Libertação, o movimento patriótico e democrático das grandes massas de estudantes contra a fome, a guerra civil e as perseguições nas regiões controladas pelo Kuomintang ganhou nova envergadura e converteu-se passo a passo numa segunda frente na luta contra a dominação reaccionária de Tchiang Kai-chek. Em fins de Dezembro de 1946 e começos de Janeiro de 1947, mais de 500.000 estudantes em dezenas de cidades, grandes e mé-

dias, incluindo Pepim, Tientsim, Xangai e Nanquim, realizaram greves e manifestações de protesto contra a bárbara violação duma estudante da Universidade de Pequim por soldados norte-americanos e exigiram a retirada das forças norte-americanas da China. Esta luta obteve o apoio imediato dos operários, professores e outros sectores da população. A 4 de Maio de 1947, os estudantes de Xangai mani-festaram-se contra a guerra civil. Ao mesmo tempo, oito mil operários e estudantes cercaram o Comissariado Geral da Policia do Kuomintang. O movimento patriótico esten-deu-se em pouco tempo a Nanquim, Pepim, Handjou, Chen--iam, Tsintao, Caifum e muitas outras cidades. Os reaccionários do Kuomintang recorreram a medidas de repressão extremamente brutais contra o movimento patriótico e de-mocrático dos estudantes. No dia 20 de Maio, mais de cem estudantes foram feridos e presos em Nanquim e Tientsim durante os célebres "Incidentes sangrentos de 20 de Maio". Mas o movimento patriótico dos estudantes, apoiado pelas grandes massas populares, não pôde ser reprimido. As greves e as manifestações estudantis, sob a palavra de ordem "Contra a fome, contra a guerra civil, contra as perseguições", e as lutas populares contra os Estados Unidos e Tchiang Kai-chek, tais como as greves de operários e de professores, estenderam-se a mais de sessenta cidades grandes e médias. Em Maio de 1948, os estudantes de Xangai, juntamente com os trabalhadores da cultura, jornalistas e indivíduos de outros sectores sociais, iniciaram um movimento patriótico contra o apoio dos Estados Unidos ao ressurgimento das forças de agressão japonesas, movimento que igualmente se estendeu com rapidez a muitas outras cidades. As lutas patrióticas dos estudantes jamais cessaram até à vitória em todo o país; elas assessoraram duros golpes ao Kuomintang.

2 Promulgadas a 18 de Maio de 1947 pelo governo de Tchiang Kai-chek, estas medidas proibiam estritamente a formulação de petições conjuntas por mais de dez pessoas e proscreviam todas as greves de operários ou estudantes e qualquer tipo de manifestações. Além disso, autorizavam as autoridades locais do Kuomintang a tomar "decisões necessárias" e "medidas de urgência" para a repressão sangrenta dos movimentos patrióticos e democráticos do povo.

ESTRATÉGIA PARA O SEGUNDO ANO DA GUERRA DE LIBERTAÇÃO*

(1 de Setembro de 1947)

1. No decurso do primeiro ano de guerra (Julho do ano passado a Junho deste ano), nós aniquilámos 97 brigadas e meia das tropas regulares inimigas, ou seja, 780.000 homens, e ainda 340.000 homens das suas unidades heterogéneas (tropas fantoches, corpos de preservação da paz, etc), o que perfaz um total de 1.120.000 homens. Isto constitui uma grande vitória. Tal vitória representou um golpe sério para o inimigo e suscitou um sentimento profundo de derrotismo no seu campo, levantou o entusiasmo do povo por todo o país e lançou as bases para a completa destruição do inimigo pelo nosso exército, bem como para a conquista da vitória final.

2. Durante o primeiro ano de guerra, o inimigo lançou uma ofensiva de grande envergadura contra as regiões libertadas, empregando 218 das suas 248 brigadas regulares, ou seja, mais de 1.600.000 homens, e ainda

* Directiva interna do Partido, redigida em nome do Comité Central do Partido Comunista da China pelo camarada Mao Tsetung, que, na altura, se encontrava juntamente com este em Tchucuantchai, distrito de Quiacien, norte do Xensi. A directiva define a tarefa essencial para o segundo ano da Guerra de Libertação. Essa tarefa consistia em levar a

quase 1 milhão de homens das suas unidades especiais (marinha, aviação, artilharia, corpos de engenharia e tropas blindadas), bem como tropas fantoches, corpos da policia de comunicações e corpos de preservação da paz. O nosso exército adoptou a estratégia correcta de realizar acções no interior das linhas, mesmo ao preço de mais de 300.000 mortos e feridos e de vastos territórios abandonados ao inimigo, em resultado do que conseguiu manter a iniciativa em todos os momentos e em todos os lugares. Assim, nós conseguimos infligir ao inimigo perdas que se elevam a 1.120.000 homens, obrigámo--lo a dispersar as suas tropas, temperámos e aumentámos as nossas forças, bem como lançámos contra--ofensivas estratégicas no Nordeste, no Jehol, no leste do Hopei, no sul do Xansi e no norte do Honan

guerra às regiões do Kuomintang, empregando o grosso dos nossos exércitos de campanha, e passar das acções no interior das linhas às acções no exterior das linhas, isto é, passar da fase defensiva estratégica à de ofensiva estratégica. De acordo com o plano estratégico elaborado pelo camarada Mao Tsetung, desde Julho-Setembro de 1947, o Exército Popular de Libertação passou a uma ofensiva de envergadura nacional. Em 30 de Junho, o Exército de Campanha de Xansi-Hopei-Xantum-Honan forçou a passagem do rio Amarelo no sudoeste do Xantum, atravessou a linha Lom-hai nos princípios do mês de Agosto e penetrou nos montes Tapie. O Grupo de Corpos de Exército de Tai-íué, pertencente ao Exército de Campanha de Xansi-Hopei-Xantum-Honan, forçou a passagem do rio Amarelo a partir do sul do Xansi, nos fins de Agosto, e penetrou no oeste do Honan. O Exército de Campanha do Leste da China penetrou no sudoeste do Xantum no começo de Setembro, depois de ter repellido um ataque concentrado do inimigo. No mesmo mês, o Grupo 3.

onde recuperámos e libertámos vastos territórios¹. Durante o segundo ano de guerra, a tarefa fundamental do nosso exército é lançar uma contra-ofensiva à escala nacional, isto é, fazer combater as nossas forças principais no exterior das linhas, levando a guerra às regiões do Kuomintang, aniquilar em massa o inimigo no exterior das linhas e fazer fracassar completamente a estratégia contra-revolucionária do Kuomintang, estratégia que consiste em continuar a levar a guerra às regiões libertadas, em destruir e esgotar ainda mais os nossos recursos humanos e materiais, para colocar-nos na impossibilidade de aguentar por muito tempo. Durante o segundo ano de guerra, uma parte da tarefa do nosso exército consiste em empregar um certo número das nossas forças principais, bem como uma grande parte das nossas unidades locais, para prosseguir as acções no interior

de Corpos de Exército do Xantum do Exército de Campanha do Leste da China iniciou uma ofensiva contra o inimigo no leste do Xantum. O Exército de Campanha do Noroeste passou à contra-ofensiva nos fins do mês de Agosto. Nos começos de Setembro, o Exército de Campanha de Xansi-Tchahar-Hopei iniciou uma ofensiva contra o inimigo ao longo da secção norte da linha de caminho de ferro Pepim-Hancou. Desde Setembro, imediatamente após a sua ofensiva de Verão em todo o Nordeste, o Exército de Campanha do Nordeste lançou uma ofensiva de Outono de grande envergadura na região de Tchanchuen-Quilin-Sepim e no sector Quinsi-Icien, na linha de caminho de ferro Pepim-Liaonim. As ofensivas em todos esses teatros de operações constituíam a ofensiva geral do Exército Popular de Libertação. Essa ofensiva de grande envergadura conduziu a Guerra de Libertação a um ponto de viragem e marcou uma transformação radical na situação militar. Ver “A Situação Actual e as Nossas Tarefas”, no presente tomo.

das linhas, aniquilando aí o inimigo e recuperando o território perdido.

4. É evidente que o nosso exército encontrará muitas dificuldades ao aplicar o princípio que consiste em efectuar acções no exterior das linhas e levar a guerra às regiões do Kuomintang. A razão disso está no facto de ser necessário tempo para estabelecer novas bases de apoio nas regiões do Kuomintang e no facto de não podermos estabelecer bases sólidas senão depois de liquidarmos um grande número de inimigos no decurso de múltiplas acções móveis onde se alternam avanços e recuos, depois de termos mobilizado as massas, distribuído as terras, instaurado o nosso poder político e organizado as forças armadas populares. Até lá, as dificuldades serão sem conta. Contudo, elas podem e devem ser vencidas. Com efeito, o inimigo será constringido a dispersar-se ainda mais e o nosso exército passará a dispor de vastos territórios que servirão de campo de batalha nas nossas acções móveis, o que lhe permitirá fazer uma guerra de movimento; as grandes massas da população desses territórios odeiam o Kuomintang e apoiam o nosso exército; e, se bem que uma parte das tropas inimigas tenha ainda uma potência de combate relativamente elevada, o moral do inimigo e a sua potência de combate são, no conjunto, muito mais fracos do que há um ano.

5. A chave da nossa vitória nos combates nas regiões do Kuomintang consiste, primeiro, em saber escolher o momento propício para combater, ser corajoso e decidido e ganhar o maior número possível de batalhas, e, segundo, em aplicar com firmeza a política destinada a ganhar as massas para o nosso lado e dar-lhes uma possibilidade

de obter benefícios, para que elas tomem partido pelo nosso exército. Se esses dois objectivos forem realizados, nós conquistaremos a vitória.

6. Até ao fim de Agosto deste ano, as forças inimigas, incluindo as que foram aniquiladas ou as que sofreram golpes esmagadores, repartiam-se assim: 157 brigadas na frente sul, 70 na frente norte e 21 na retaguarda do Kuomintang, o que ainda perfazia, no conjunto do país, um total de 248 brigadas, elevando-se a cerca de 1.500.000 o número real dos efectivos; as unidades especiais, as tropas fantoches, os corpos da polícia de comunicações e os corpos de preservação da paz contavam mais ou menos 1.200.000 homens; os não combatentes nas organizações militares da retaguarda inimiga subiam a cerca de 1.000.000. As forças inimigas dispunham no total de cerca de 3.700.000 homens. Entre as tropas da frente sul, 117 brigadas pertencem ao grupo de Cu Tchu-tom, 7 ao grupo de Tchem Tchien assim como a outros grupos, e 33 ao grupo de Hu Tsum-nan. Das 117 brigadas do grupo de Cu Tchu-tom, 63 foram destruídas ou sofreram golpes demolidores. Entre estas, algumas não recompletaram os seus efectivos, e outras, tendo-os recompletado, continuam fracas, tanto em efectivos como em potência de combate; outras ainda, embora bastante bem providas em homens e armas e tendo em certa medida recuperado a sua potência de combate, estão no entanto muito mais fracas do que antes. Apenas 54 brigadas não foram destruídas ou não sofreram golpes esmagadores. Da totalidade das forças de Cu Tchu-tom, 82 a 85 brigadas são utilizadas para o serviço de guarnição ou só podem servir para manobras locais,

e somente 52 a 35 podem ser utilizadas em manobras estratégicas. As 7 brigadas pertencentes ao grupo de Tchem Tchien e a outros grupos não podem ser utilizadas, no conjunto, senão no serviço de guarnição, e uma delas já recebeu golpes demolidores. Das 33 brigadas do grupo de Hu Tsum-nan (incluindo as que se encontram a leste de Landjou, ao sul de Nin-sia e de Iulin e a oeste de Linfên e Luoiam), 12 foram destruídas ou sofreram rudes perdas, apenas 7 podem ser utilizadas em manobras estratégicas e as restantes estão dedicadas ao serviço de guarnição. Na frente norte, o inimigo possui ao todo 70 brigadas. Entre estas, o grupo do Nordeste conta 26 brigadas, das quais 16 foram aniquiladas ou receberam golpes destruidores; o grupo de Suen Lien--tchom dispõe de 19 brigadas, das quais 8 foram aniquiladas ou sofreram golpes destruidores; Fu Tsuo-yi possui 10 brigadas, das quais 2 receberam golpes destruidores; e Ien Si-xan dispõe de 15, das quais 9 foram aniquiladas ou sofreram golpes destruidores. Essas tropas inimigas estão agora essencialmente na defensiva e só uma pequena parte delas é capaz de empreender acções móveis. Na retaguarda, o Kuomintang não tem senão 21 brigadas, em serviço de guarnição. Entre elas, 8 encontram-se em Sinquiã e no oeste do Cansu, 7 em Setchuan e Sicam, 2 em Lunnan, 2 em Cuantum (trata-se da 69a Divisão que foi aniquilada) e 2 outras em Taiwan. Não há tropas regulares nas 6 províncias de Hunan, Cuansi, Cueidjou, Fuquien, Tchequiam e Quiansi. Com a ajuda dos Estados Unidos, o Kuomintang projecta recrutar este ano um milhão de homens para voltar a guarnecer a frente, bem como formar um certo número

de novas brigadas e regimentos de substituição. Contudo, desde que o nosso exército consiga aniquilar em média 8 brigadas inimigas por mês, como o fez durante o primeiro ano de guerra, isto é, aniquilar 96 a 100 brigadas durante o segundo ano (em Julho e Agosto, 16 brigadas e meia foram já aniquiladas), o exército inimigo continuará a enfraquecer enormemente, verá as suas reservas estratégicas reduzirem-se ao mínimo, será forçado à defensiva em todo o país e ver-se-á atacado por nós por todos os lados. Se bem que o Kuomintang projecte recrutar um milhão de homens e formar novas brigadas e regimentos de substituição, isso de nada lhe valerá. Como o seu único método de recrutar consiste em alistar gente pela força e em contratar mercenários, ser-lhe-á certamente difícil atingir o dito milhão; além disso, as deserções serão numerosas. Por outro lado, com a aplicação do princípio que consiste em operar no exterior das linhas, o nosso exército terá possibilidades de diminuir os recursos do inimigo em homens e material.

7. Os nossos princípios de acção continuam sendo os fixados anteriormente:

Atacar primeiro as forças dispersas e isoladas do inimigo (isto aplica-se também a uma grande campanha de aniquilamento dirigida simultaneamente contra várias brigadas, tal como a campanha de Laivu2, em Fevereiro, e a do sudoeste do Xantum, em Julho deste ano3), e atacar depois as suas forças concentradas e poderosas.

Tomar primeiramente as cidades pequenas e médias, bem como as grandes regiões rurais, e tomar depois as grandes cidades.

Ter como objectivo principal o aniquilamento das forças vivas do inimigo e não a conservação ou tomada dum território. A conservação ou tomada dum território é uma consequência do aniquilamento das forças vivas do inimigo; frequentemente, um território só pode ser conservado ou tomado, de modo definitivo, depois de ter mudado várias vezes de mãos.

Em cada combate, concentrar uma superioridade absoluta de forças, cercar totalmente as forças inimigas e esforçar-se por aniquilá-las por completo, sem dar-lhes uma possibilidade de que nada se escape da rede. Em circunstâncias especiais, utilizar o método de desferir golpes demolidores sobre o inimigo, isto é, concentrar toda a nossa força para fazer-lhe um ataque frontal e um ataque contra um ou ambos os flancos, a fim de aniquilar-lhe uma parte das tropas e derrotar a outra parte, de tal maneira que o nosso exército possa deslocar rapidamente as suas forças para esmagar outras tropas do inimigo.

Por um lado, é preciso cuidar por não travar combates sem que se esteja preparado, não travar combate que não se esteja seguro de vencer, fazer todos os esforços para estar bem preparado para cada batalha, fazer todos os esforços para assegurar a vitória na relação existente entre as condições do inimigo e as nossas. Por outro lado, é preciso pôr plenamente em jogo o nosso excelente estilo de combate — coragem, espírito de sacrifício, desprezo pela fadiga, tenacidade nos combates contínuos (combates sucessivos, travados num curto espaço de tempo).

É necessário fazer todo o possível para arrastar o inimi-

go para a guerra de movimento, mas ao mesmo tempo há que prestar muita atenção à aprendizagem das tácticas de ataque a posições, reforçar a artilharia e os corpos de engenharia, a fim de capturar um grande número de pontos fortificados e cidades do inimigo.

Atacar e tomar resolutamente todos os pontos fortificados e cidades fracamente defendidos pelo inimigo. Atacar e tomar, no momento oportuno e sempre que as circunstâncias o permitam, todos os pontos fortificados e cidades moderadamente defendidos pelo inimigo. Deixar de lado, pelo momento, todos os pontos fortificados e cidades fortemente defendidos.

Recompletar as nossas forças com todas as armas e a maior parte dos efectivos capturados ao inimigo (80 a 90 por cento dos soldados e um pequeno número de oficiais subalternos). Procurar recompletar as nossas forças principalmente à custa do inimigo e das regiões do Kuomintang, e somente em parte à custa das regiões há muito libertadas; isto aplica-se especialmente aos exércitos da frente sul.

Em todas as regiões libertadas, novas ou antigas, devemos aplicar resolutamente a reforma agrária (que constitui a condição fundamental para sustentar uma guerra prolongada e alcançar a vitória em todo o país), desenvolver a produção, praticar uma economia rigorosa e reforçar o desenvolvimento da indústria de guerra — tudo para a vitória na frente. Só assim poderemos aguentar uma guerra prolongada e alcançar a vitória em todo o país. Se actuarmos efectivamente desta maneira, é certo que seremos capazes de aguentar uma guerra prolongada e alcançar a vitória em todo o país.

8. Tais são o balanço dos combates do primeiro ano de guerra e os princípios a seguir nos combates futuros. Os camaradas dirigentes das diferentes regiões devem transmitir o seu conteúdo a todos os quadros à escala do regimento e acima dele, à escala do comité de prefeitura do Partido e acima dele, assim como à escala do comissariado de prefeitura e acima dele, de modo que todos compreendam bem a sua tarefa e a cumpram com firmeza inabalável.

NOTAS

1 A contra-ofensiva estratégica no Nordeste, no Jehol e no leste do Hopei, foi a ofensiva de Verão, lançada em 1947 pelas forças do Exército Popular de Libertação no Nordeste. Em 13 de Maio, essas forças desencadearam simultaneamente a sua ofensiva naquelas distintas frentes e, em 1 de Julho, o aniquilamento das tropas inimigas elevava-se já a mais de 80.000 homens, tendo sido reconquistadas mais de 40 capitais de distrito. O plano inimigo, que previa o desmembramento das regiões libertadas do Nordeste da China, ficou totalmente desfeito, e as suas forças, encurraladas em dois estreitos corredores ao longo do caminho de ferro chinês de Tchanchuen e da via férrea Pepim-Liaonim, foram reduzidas à defesa dos “pontos-chave”. A situação no Nordeste da China mudou então completamente. A contra-ofensiva estratégica no sul do Xansi e no norte do Honan incluía as ofensivas das forças do Exército Popular de Libertação em Xansi-Hopei-Xantum-Honan, lançadas de Março a Maio de 1947 no norte do Honan e em cada lado da linha de caminho de ferro Tatom-Pudjou, no sul do Xansi. No norte do Honan, as nossas tropas começaram o ataque em 23 de Março. Depois de terem tomado sucessivamente Ientsim, Ianvu, Puiam e Funtchio, elas dirigiram-se para o norte, a fim de explorarem tais sucessos. A 28 de Maio, além de se terem já apoderado de cidades como Tsienc,

Tsiuncien, Huacien, Tan-in, elas tinham causado mais de 45.000 baixas ao inimigo. No sul do Xansi, as nossas tropas desencadearam uma ofensiva em 4 de Abril. A 4 de Maio, já se tinham apoderado sucessivamente de 22 capitais de distrito, entre as quais Quiuiu, Sintchiam e Iontsi, assim como de dois embarcadouros importantes no rio Amarelo, Iumencou e Funlintu, e tinham aniquilado mais de 18.000 homens às forças inimigas.

2 A campanha de Laivu foi uma campanha em que as forças do Exército Popular de Libertação no Leste da China realizaram uma guerra de movimento na região de Laivu, a sudeste de Tsinan, província de Xantum. Nos fins de Janeiro de 1947, simultaneamente a partir do norte e do sul, as tropas do Kuomintang lançaram uma ofensiva contra as regiões libertadas do Xantum. Partindo do sul, 8 divisões reorganizadas do Kuomintang avançaram para o norte em três colunas, ao longo dos rios Yi e Chu, em direcção de Lin-yi, enquanto que do norte, e em coordenação com essas oito divisões, três corpos de exército do Kuomintang, pertencentes ao grupo de Li Sien-tchou, avançaram em direcção ao sul, para Laivu e Sintai, a partir de Minchuei, Tsetchuan e Puoxan, conjugando-se o todo para uma batalha decisiva contra o grosso das forças do Exército Popular de Libertação no Leste da China, na região dos montes Yi e Mum. O nosso exército enviou uma parte das suas tropas para interceptar o inimigo que vinha do sul, e dirigiu o grosso das tropas para o norte, sobre Laivu, para aniquilar o grupo de Li Sien-tchou. As tropas deste grupo, com uma força de mais de 60.000 homens, foram todas destruídas numa batalha que começou em 20 de Fevereiro e terminou na tarde do dia 23 do mesmo mês. Li Sien-tchou, comandante adjunto da Segunda Zona de Pacificação do Quartel General de Pacificação do Kuomintang em Siudjou, província de Quiansu, foi feito prisioneiro, e foram reconquistadas 13 cidades.

3 A campanha do sudoeste do Xantum foi realizada pelas forças do Exército Popular de Libertação em Xansi-Hopei-Xantum-Honan, em Julho de 1947, na região de Hotsé, Iuntchem, Tsiuie, Tintao, Quinsiam e Tsaocien, no sudoeste da província de Xantum. Nessa campanha foram aniquilados 4 quartéis gerais de divisão e 9 brigadas e meia do Kuomintang, num total de mais de 56.000 homens.

MANIFESTO DO EXÉRCITO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DA CHINA*

(Outubro de 1947)

Depois de ter esmagado a ofensiva de Tchiang Kai-chek, o Exército Popular de Libertação da China desencadeou agora uma contra-ofensiva de grande envergadura. Os nossos exércitos da frente sul avançaram para o vale do Yangtsé, e os da frente norte, para o caminho de ferro chinês de Tchantchuen e para a via férrea de Pepim-Liaonim. Por toda a parte, quando as nossas tropas chegam, o inimigo foge em debandada e o povo acolhe-nos com ovações entusiásticas. A situação global entre o inimigo e nós sofreu uma transformação fundamental em relação ao que era há um ano.

Como foi repetidas vezes proclamado ante a nação e o mundo, o objectivo do nosso exército nesta guerra é a libertação do povo e da nação chinesa. Mas, no momento actual, trata-se de satisfazer as reivindicações urgentes da totalidade do povo, ou seja, derrubar Tchiang Kai-chek, o criminoso número um da guerra civil, e formar um governo democrático de coalizão, a fim de atingirmos o objectivo geral: a libertação do povo e da nação. Para obter a sua libertação e independência nacional, o povo chinês bateu-se heroicamente, durante oito longos anos, contra o imperialismo japonês. Após a capitulação

do Japão, o povo desejava ardentemente a paz, mas Tchiang Kai-chek reduziu a zero todos os esforços do povo pela paz e fez pesar sobre este a calamidade sem precedentes que é a guerra civil. Assim, todas as camadas do povo chinês não têm outra saída senão a de unirem-se para derrubar Tchiang Kai-chek.

Não foi por acaso que Tchiang Kai-chek adoptou a actual política de guerra civil. Ela é o resultado inevitável da política antipopular, invariavelmente seguida por ele e pela sua camarilha reaccionária. Já em 1927, Tchiang Kai-chek, na sua ingratidão, traiu a aliança revolucionária entre o Kuomintang e o Partido Comunista, assim como os Três Princípios do Povo revolucionários e as Três Teses Políticas fundamentais de Sun Yat-sen; desde então, ele instaurou a ditadura, capitulou ante o imperialismo e fez uma guerra civil durante dez anos, facto que está na origem da agressão por parte dos bandidos japoneses. No Incidente de Si-an1, em 1936, o Partido Comunista da China pagou o mal com o bem e, tendo-se posto de acordo com os generais Tchang Siue-liam e Tam Hu-tchem, convenceu-os a porem Tchiang Kai-chek em liberdade, na esperança de que este se arrependesse, se emendasse e aderisse à luta comum contra os agressores japoneses. Mas, uma vez mais, Tchiang Kai-chek mostrou-se ingrato, manteve-se passivo na luta contra o invasor japonês, empenhou-se activamente na repressão do povo e demonstrou um ódio extremo em relação ao Partido Comunista. Há dois anos (em 1945), o Japão capitulou e o povo chinês voltou a perdoar a Tchiang Kai-chek, exigindo-lhe apenas que acabasse com a guerra civil que ele próprio havia então desen-

cadeado, realizasse uma política democrática e se unisse a todos os partidos para a construção nacional pacífica. Mas, logo que o Acordo de Tréguas foi assinado, logo que foram adoptadas as resoluções da Conferência Consultiva Política e proclamados os quatro compromissos², Tchiang Kai-chek, esse prodígio de deslealdade, tudo rejeitou. Por várias vezes, o povo mostrou-se paciente e conciliador, no interesse da manutenção da unidade, mas, ajudado pelo imperialismo norte-americano, Tchiang Kai--chek estava decidido a lançar contra o povo uma ofensiva geral de envergadura sem precedentes, calcando sob os seus pés os destinos da nação e do país. Desde Janeiro do ano passado (1946), momento em que foi tornado público o Acordo de Tréguas, até agora, Tchiang Kai-chek mobilizou mais de 220 brigadas das suas tropas regulares e cerca de um milhão de tropas mistas e lançou ataques de grande envergadura contra as regiões libertadas, que o povo chinês tinha arrancado ao imperialismo japonês à custa de sangrentos combates; ele apode-rou-se sucessivamente de Chen-iam, Fuchuen, Pensi, Sepim, Tchantchuen, Ionqui, Tchente, Tsinim, Tchanquiacou, Huai-in, Hotsé, Lin-yi, Ien-an, Ientai e de outras cidades, assim como de extensas regiões rurais. Onde quer que cheguem, as tropas de Tchiang Kai-chek massacram e incendeiam, violam e pilham, praticando a política de tudo queimar, tudo matar e tudo pilhar, e conduzem-se exactamente como os bandidos japoneses. Em Novembro do ano passado, Tchiang Kai-chek convocou uma pseudo Assembleia Nacional e proclamou uma pseudo Constituição. Em Março deste ano, ele expulsou das regiões do Kuomintang os delegados do Partido Co-

munista. Em Julho, decretou a mobilização geral contra o povo³. Em relação ao justo movimento popular que se desenvolve em diferentes partes do país contra a guerra civil, contra a fome e contra a agressão do imperialismo norte-americano, assim como em relação à luta pela existência em que se empenharam os operários, camponeses, estudantes, gente das cidades, funcionários e professores, Tchiang Kai-chek tem adoptado uma política de repressão, de prisões e de massacre. Em relação às nossas minorias nacionais, ele pratica a política de chauvinismo grande-Han, de perseguição e repressão por todos os meios possíveis. Em todas as regiões em que domina Tchiang Kai-chek, reina a corrupção, os agentes se-cretos fazem lei, os impostos são incontáveis e pesados, os preços sobem vertiginosamente, a economia arruína-se, os negócios definham, o alistamento militar faz-se à força, as requisições de cereais fazem--se sem piedade e ouvem-se queixas por toda a parte; assim, a maioria esmagadora da população está mergulhada num abismo de sofrimentos. Em contrapartida, as oligarquias financeiras, os funcionários corrompidos, os déspotas locais e os maus nobres, com Tchiang Kai-chek à cabeça, acumulam fortunas colossais. Servir-se dos seus poderes ditatoriais para arrancar impostos exorbitantes e satisfazer os seus interesses privados sob a capa da realização dos interesses públicos, eis como Tchiang Kai-chek e os seus iguais têm estado a amontoar todas essas fortunas. Para manter a sua ditadura e prosseguir a guerra civil, Tchiang Kai-chek não hesitou em vender ao imperialismo estrangeiro os direitos soberanos do nosso país; em conluir-se com as forças norte-americanas

para que permaneçam em Tsintao e outros lugares, bem como em mandar vir dos Estados Unidos conselheiros que ele faz participar no comando da guerra civil e na instrução das tropas, com o objectivo de massacrar os seus próprios compatriotas. Grandes remessas de aviões, tanques, armas de fogo e munições para a guerra civil têm vindo dos Estados Unidos, os quais têm também emprestado somas colossais consagradas a essa guerra. Em troca dos favores recebidos do imperialismo norte-americano, Tchiang Kai-chek cedeu-lhe bases militares e direitos de navegação aérea e marítima, concluiu com ele um tratado comercial de servidão⁴ e cometeu outros actos de traição nacional, todos muito mais graves que os cometidos por Iuan Chi-cai.

Numa palavra, os vinte anos de dominação de Tchiang Kai-chek não foram senão de traição nacional, ditadura e luta contra o povo. Hoje, a maioria esmagadora do povo chinês, no Norte ou no Sul, jovens ou velhos, conhecem os crimes monstruosos de Tchiang Kai-chek e esperam que o nosso exército passe rapidamente à contra-ofensiva, para derrubá--lo e libertar toda a China. Nós somos o exército do povo chinês e, em tudo, fazemos nossa a vontade do povo chinês. A política seguida pelo nosso exército traduz as reivindicações urgentes do povo chinês; ela comporta principalmente os seguintes pontos:

1. Unir todas as classes e camadas sociais oprimidas — operários, camponeses, soldados, intelectuais e comerciantes —, todas as organizações populares, todos os partidos democráticos, todas as minorias nacionais, todos os chineses residentes no estrangeiro e demais patriotas;

formar uma frente única nacional; derrubar o governo ditatorial de Tchiang Kai-chek e constituir um governo democrático de coalizão.

2. Prender, julgar e punir os criminosos da guerra civil, com Tchiang Kai-chek à cabeça.

3. Abolir o regime ditatorial de Tchiang Kai-chek, realizar a democracia popular e garantir ao povo a liberdade de expressão, de imprensa, de reunião e de associação.

4. Abolir as instituições apodrecidas do regime de Tchiang Kai-chek, eliminar todos os funcionários corrompidos e instaurar uma administração decente e honesta.

5. Confiscar os bens das quatro grandes famílias — Tchiang Kai-chek, Som Tse-ven, Cum Siam-si e irmãos Tchen — assim como os bens dos outros principais criminosos de guerra; confiscar o capital burocrático, desenvolver a indústria e o comércio da burguesia nacional, melhorar as condições de vida dos operários e empregados e socorrer os sinistrados e os indigentes.

6. Abolir o sistema de exploração feudal e aplicar o sistema de a terra para os que a trabalham.

7. Reconhecer o direito à igualdade e à autonomia das minorias nacionais em todo o território chinês.

8. Repudiar a política estrangeira de traição do governo ditatorial de Tchiang Kai-chek, anular todos os tratados de traição nacional e recusar o reconhecimento de qualquer dívida contraída por Tchiang Kai-chek junto de países estrangeiros, durante o período da guerra civil. Exigir do governo dos Estados Unidos a retirada das suas tropas da China, as quais constituem uma ameaça para a independência do país, e opor-se a que qualquer

país estrangeiro ajude Tchiang Kai-chek a prosseguir a guerra civil, ou tente fazer renascer as forças agressivas do Japão. Concluir tratados de comércio e de amizade com os países estrangeiros, na base da igualdade e do interesse recíproco. Unir-se numa luta comum com todas as nações do mundo que nos tratem num mesmo pé de igualdade.

Tal é a política fundamental seguida pelo nosso exército. Ela será imediatamente posta em prática em todos os pontos onde chegue o nosso exército. Ela está de acordo com as exigências de mais de 90% da população do nosso país.

O nosso exército não rejeita todos os elementos do pessoal de Tchiang Kai-chek, antes adopta a política de tratá-los conforme as exigências de cada caso. Por outras palavras, os grandes criminosos serão infalivelmente punidos, os compartes por coerção não serão perseguidos e aqueles que nos tenham prestado serviços meritórios serão recompensados. Quanto a Tchiang Kai-chek, o criminoso número um da guerra civil e autor dos crimes mais odiosos, e ainda quanto a todos os seus cúmplices sem escrúpulos que espezinharam o povo e são estigmatizados como criminosos de guerra pelas grandes massas populares, serão perseguidos pelo nosso exército, mesmo que se encontrem no fim do mundo, de forma a serem julgados e punidos segundo a lei. O nosso exército faz a seguinte advertência a todos os oficiais e soldados do exército de Tchiang Kai-chek, a todos os funcionários do seu governo e a todos os membros do seu partido: aqueles cujas mãos ainda não estão manchadas com o sangue do povo inocente devem abster-se

rigorosamente de colaborar com esses criminosos; aqueles que actuaram mal devem abster-se imediatamente de seguir agindo do mesmo modo, devem arrepender-se, emendar-se e romper com Tchiang Kai-chek, pois nós conceder-lhes-emos a oportunidade de redimir os seus crimes com serviços meritórios. O nosso exército não matará nem maltratará um só dos oficiais ou soldados do exército de Tchiang Kai-chek que deponham as armas, e aceitá-los-á nas nossas fileiras se eles assim o quiserem, ou permitir-lhes-á que regressem ao lar, caso o desejem. As tropas de Tchiang Kai-chek que se sublevarem e juntarem ao nosso exército, bem como as pessoas que trabalharem aberta ou clandestinamente para o nosso exército, serão recompensadas.

Com o fim de derrubar Tchiang Kai-chek e formar um governo democrático de coalizão dentro de pouco tempo, fazemos um apelo aos nossos compatriotas de todos os sectores para que cooperem activamente com o nosso exército, onde quer que este se encontre, a fim de varrer as forças reaccionárias e instaurar a ordem democrática. Nos lugares onde o nosso exército ainda não chegou, eles próprios devem pegar em armas, resistir ao recrutamento forçado e às requisições de cereais, proceder à distribuição das terras, recusar o reconhecimento das dívidas e aproveitar as lacunas das regiões controladas pelo inimigo para desenvolver a guerra de guerrilhas.

Com o fim de derrubar Tchiang Kai-chek e formar um governo democrático de coalizão dentro de pouco tempo, fazemos apelo ao povo das regiões libertadas para levar a bom termo a reforma agrária, consolidar as bases da democracia, desenvolver a produção, aplicar um re-

gime de rigorosa economia, reforçar as forças armadas populares, eliminar os restantes pontos fortificados do inimigo e apoiar o combate na frente.

Camaradas comandantes e combatentes do nosso exército! A tarefa mais importante e mais gloriosa da história da revolução do nosso país recai sobre os nossos ombros. Nós devemos redobrar de esforços para cumprir essa tarefa. Os nossos esforços decidirão o dia em que a nossa grande Pátria emergirá das trevas para a luz, e em que os nossos queridos compatriotas terão uma vida digna de homens e poderão escolher um governo conforme à sua vontade. Todos os oficiais e soldados do nosso exército devem aperfeiçoar-se na arte militar, avançar com intrepidez nesta guerra em que a nossa vitória é segura, e liquidar resoluta, definitiva, integral e totalmente todos os nossos inimigos. Todos devem elevar o nível da sua consciência política, tornar-se hábeis tanto na destruição das forças inimigas como na arte de despertar as massas, unir-se intimamente às massas e transformar rapidamente as novas regiões libertadas em regiões bem consolidadas. Todos devem elevar o seu sentido de disciplina e, resolutamente, cumprir as ordens, aplicar a nossa política, observar as Três Grandes Regras de Disciplina e as Oito Recomendações, reforçar a unidade entre o exército e o povo, entre o exército e o governo, entre os oficiais e os soldados, bem como a unidade do conjunto do exército, e não permitir qualquer violação da disciplina. Todos os oficiais e soldados devem ter sempre presente no espírito que nós constituímos o grande Exército Popular de Libertação, exército dirigido pelo grande Partido Comunista da China. Desde que

observemos constantemente as directivas do Partido, estaremos sempre seguros da vitória.

Abaixo Tchiang Kai-chek!

Viva a Nova China!

NOTAS

1 Ver a nota i ao artigo “Declaração a propósito duma Declaração de Tchiang Kai-chek”, Obras Escolhidas de Mao Tsetung, Tomo I.

2 Os quatro compromissos referem-se ao que Tchiang Kai-chek proclamou na sessão de abertura da Conferência Consultiva Política em 1946: garantir as liberdades do povo, garantir a legalidade dos partidos políticos, proceder a eleições gerais e libertar os presos políticos.

3 No dia 4 de Julho de 1947, o governo reaccionário do Kuomintang adoptou o “Projecto de Mobilização Geral” proposto por Tchiang Kai-chek e emitiu imediatamente a “Ordem de Mobilização Geral para Reprimir a Rebelião dos Bandidos Comunistas”. Na verdade, havia já muito que Tchiang Kai-chek tinha procedido a uma mobilização geral para a guerra civil contra-revolucionária. Nessa época, o Exército Popular de Libertação da China tinha começado a passar a uma ofensiva geral à escala nacional. O próprio Tchiang Kai-chek admitiu que a sua dominação estava à beira duma “grave crise”. A “Ordem de Mobilização Geral” foi o canto de cisne do seu regime.

4 Trata-se do “Tratado Sino-Norte-americano de Amizade, Comércio e Navegação”, tratado de venda da soberania chinesa, concluído em 4 de Novembro de 1946, em Nanquim, entre o governo de Tchiang Kai-chek e o governo dos Estados Unidos. Ver, no presente tomo, nota 5 ao artigo “Saudemos o Novo Auge da Revolução Chinesa”.

INSTRUÇÕES DO ALTO COMANDO DO EXÉRCITO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DA CHINA SOBRE A NOVA PROCLAMAÇÃO DAS TRÊS GRANDES REGRAS DE DISCIPLINA E DAS OITO RECOMENDAÇÕES

(10 de Outubro de 1947)

1. Durante numerosos anos, o nosso exército aplicou as Três Grandes Regras de Disciplina e as Oito Recomendações¹, acontecendo, porém, que o seu conteúdo variava ligeiramente segundo as unidades das diferentes regiões. Com a presente proclamação procede-se agora à respectiva unificação. A actual versão deve ser, portanto, tomada como norma para uma educação conscienciosa e passar a ser aplicada rigorosamente. No caso de surgirem outras questões que mereçam atenção, o comando das forças armadas em cada região poderá, segundo as circunstâncias concretas, definir pontos adicionais e ordenar a respectiva aplicação.

2. As Três Grandes Regras de Disciplina são as seguintes:

- 1) Obedecer às ordens em todas as acções;
- 2) Não tomar das massas nem uma agulha nem a simples ponta dum fio;

3) Entregar às autoridades todos os bens capturados.

3. As Oito Recomendações são as seguintes:

- 1) Falar polidamente;
- 2) Comprar e vender com honestidade;
- 3) Devolver tudo quanto se toma de empréstimo;
- 4) Indemnizar por todos os prejuízos causados;
- 5) Não bater nem insultar as populações;
- 6) Não causar prejuízos às plantações;
- 7) Não tomar liberdades com as mulheres;
- 8) Não maltratar os prisioneiros.

NOTAS

1 Trata-se das Três Grandes Regras de Disciplina e das Oito Recomendações, estabelecidas pelo camarada Mao Tsetung para o Exército Vermelho dos Operários e Camponeses da China, durante a Segunda Guerra Civil Revolucionária. Essas regras constituíram uma parte importante do trabalho político no Exército Vermelho e desempenharam um papel considerável na edificação do exército popular, na solução correcta do problema das relações internas do exército, na realização da unidade deste com as massas populares e na determinação da política justa do exército popular para com os prisioneiros de guerra. Desde os primeiros dias do Exército Vermelho, o camarada Mao Tsetung exigiu sempre que os soldados falassem polidamente às massas, comprassem e vendessem com honestidade, não forçassem as pessoas a trabalhos duros nem batessen ou insultassem fosse quem fosse. Na Primavera de 1928, estando o Exército Vermelho dos Operários e Camponeses nas montanhas Tchincam, o camarada Mao Tsetung fixou três regras de disciplina: 1) Obedecer às ordens em todos os actos; 2) Não tomar coisa alguma aos operários e camponeses; 3) Entregar às autoridades todos os bens confiscados aos déspotas locais. No Verão de 1928, ele formulou seis recomendações: 1) Pôr no devido lugar

as portas desmontadas para fazer camas; 2) Atar a palha utilizada para dormir; 3) Falar polidamente; 4) Comprar e vender com honestidade; 5) Devolver tudo quanto se toma de empréstimo; 6) Indemnizar por todos os prejuízos que se causam. Depois de 1929, o camarada Mao Tsetung introduziu algumas modificações nas três regras de disciplina. A segunda regra tomou a seguinte forma: “Não tomar das massas nem uma agulha nem a simples ponta dum fio”; a terceira começou por ser assim modificada: “Entregar às autoridades todo o dinheiro recolhido”, sofrendo mais tarde a seguinte alteração: “Entregar às autoridades todos os bens capturados”. As seis recomendações juntou duas outras: “Não se banhar diante das mulheres” e “Não tocar nos bolsos dos prisioneiros”. Tal é a origem das Três Grandes Regras de Disciplina e das Oito Recomendações.

A SITUAÇÃO ACTUAL E AS NOSSAS TAREFAS*

(25 de Dezembro de 1947)

I

* Relatório apresentado pelo camarada Mao Tsetung numa reunião do Comité Central do Partido Comunista da China, realizada de 25 a 28 de Dezembro de 1947, em Lanquiacou, distrito de Mitche, no norte do Xensi. Além dos membros

231

A guerra revolucionária do povo chinês atingiu agora um ponto de viragem: o Exército Popular de Libertação da China repeliu uma ofensiva de vários milhões de soldados das tropas reaccionárias de Tchiang Kai-chek, laçao dos Estados Unidos, e passou à ofensiva. Ainda durante o primeiro ano da actual guerra, de Julho de 1946 a Junho de 1947, o Exército Popular de Libertação tinha já conseguido repelir a ofensiva de Tchiang Kai-chek em várias frentes, forçando-o à defensiva. E, nos primeiros três meses do segundo ano da guerra, de Julho a Setembro de 1947, o Exército Popular de Libertação tinha já conseguido passar à ofensiva em escala nacional, arruinando o plano contra-revolucionário de

Tchiang Kai-chek, que consistia em continuar a estender a guerra às regiões libertadas, no intuito de destruí-las completamente. Actualmente, a guerra desenrola-se

principalmente não nas regiões libertadas, mas sim nas regiões que estão sob a dominação do Kuomintang; as forças principais do Exército Popular de Libertação levaram o combate a estas regiões¹. O Exército Popular de Libertação fez andar em sentido inverso a roda da contra-revolução sobre o território da China — a contra-revolução do imperialismo norte-americano e dos seus lacaios, a camarilha de bandidos de Tchiang Kai-chek —, empurrando-a para o caminho da destruição, e fez avançar a roda da revolução pelo caminho que conduz à vitória. Isso constitui uma viragem da História. É a viragem em que a dominação contra-revolucionária de Tchiang Kai-chek, que dura há vinte anos, passa da expansão à eliminação. É a viragem em que a dominação mais que secular do imperialismo na China passa da ex-

efectivos e suplentes do Comité Central que podiam participar nessa reunião, estavam igualmente presentes camaradas responsáveis das regiões fronteiriças de Xensi-Cansu-Ninsia e Xansi-Sui-ian. Nessa reunião, discutiu-se e aprovou-se o presente relatório, assim como um outro documento redigido também pelo camarada Mao Tsetung: “Algumas Apreciações sobre a Actual Situação Internacional” (Ver no presente tomo). A propósito do relatório do camarada Mao Tsetung, a decisão adoptada nessa reunião estabelecia o seguinte: “Este relatório é um documento-programa referente aos domínios político, militar e económico, para todo o período em que lutamos para derrubar a camarilha reaccionária dominante de Tchiang Kai-chek e fundar uma China de democracia nova. Em todo o Partido e em todo o exército, devemos realizar um trabalho de educação em profundidade, de acordo com o presente relatório e em coordenação com os documentos publicados em 10 de Outubro de 1947 (“Manifesto do Exército Popular de Libertação da China”, “Palavras de Ordem do Exército Popular de Libertação da China”,

pansão à eliminação. É um grande acontecimento. Grande porque tem lugar num país de 475 milhões de habitantes e, porque, uma vez verificado, há-de culminar seguramente na vitória em todo o país. Grande ainda, porque ele tem lugar neste Oriente onde mais de um bilião de seres humanos — metade da humanidade — é vítima da opressão imperialista. A passagem da defensiva à ofensiva na Guerra de Libertação do povo chinês não pode deixar de alegrar e estimular essas nações oprimidas. Ela constitui, por outro lado, uma ajuda para os povos oprimidos que estão hoje em luta nos países da Europa e das Américas.

Assim que Tchiang Kai-chek desencadeou a sua guerra contra-revolucionária, nós dissemos que não só devíamos como também podíamos vencê-lo. Nós devemos vencer Tchiang Kai-chek porque a guerra que ele desencadeou é uma guerra contra-revolucionária, feita sob as ordens do imperialismo norte-americano, contra a independência da nação chinesa e a libertação do povo chinês. Depois do fim da Segunda Guerra Mundial e da derrocada do imperialismo japonês, a tarefa do povo chinês consistia em concluir, nos domínios político, económico e cultural, a transformação do país numa democracia nova, em realizar a unificação e a independência nacionais, bem como em fazer da China agrícola um país industrial. Ora, foi precisamente nesse momento, após o fim vitorioso da Segunda Guerra Mundial, antifascista, que o imperialismo norte-americano e os seus lacaios nos diversos países, substituindo-se aos imperialismos alemão e japonês e respectivos lacaios, formaram um campo reaccionário contra a União Soviética,

contra os países de democracia popular na Europa, contra o movimento operário dos países capitalistas, contra o movimento nacional nas colónias e semicolónias e contra a libertação do povo chinês. Foi nesse momento que os reaccionários chineses, com Tchiang Kai-chek à cabeça, agindo como lacaios do imperialismo norte-americano — exactamente como Uam Tsim-vei em relação ao imperialismo japonês —, venderam a China aos Estados Unidos e desencadearam uma guerra contra o povo chinês, no intuito de impedir o seu avanço na causa da libertação. Se nesse momento tivéssemos dado mostras de fraqueza ou recuado, se então não tivéssemos ousado levantar--nos resolutamente para opor a guerra revolucionária à guerra contra-revolucionária, a China teria sucumbido nas trevas e seria sacrificado o futuro da Nação. Mas, sob a direcção do Partido Comunista da China, o Exército Popular de Libertação empenhou-se com firmeza numa guerra patriótica, justa e revolucionária, contra a ofensiva de Tchiang Kai-chek. Após uma lúcida apreciação, baseada na ciência do Mar-xismo-Leninismo, da situação internacional e interna, o Partido Comunista da China concluiu que todos os ataques lançados pelos reaccionários do interior e do exterior não só deviam mas também podiam ser esmagados. Quando nuvens sombrias apareceram no céu, nós assinalámos que elas eram apenas temporárias, que a escuridão passaria depressa e o sol voltaria a brilhar. Quando Tchiang Kai-chek e a sua camarilha desencadearam a guerra contra-revolucionária à escala nacional, em Julho de 1946, eles pensaram que bastavam três a seis meses para derrotar o Exército Popular de Lib-

ertação. Eles calcularam que, com um exército regular de 2 milhões de homens, mais de um milhão de tropas irregulares e um milhão e tal nos organismos militares e unidades armadas da retaguarda, possuíam no total uma força armada de mais de 4 milhões de homens; que tinham disposto do tempo suficiente para concluir os seus preparativos de ofensiva; que controlavam de novo as grandes cidades; que tinham sob a sua dominação uma população de mais de 300 milhões de habitantes; que tinham tomado posse de todo o equipamento de um milhão de soldados do exército invasor japonês e que tinham obtido uma enorme ajuda militar e financeira do governo dos Estados Unidos. Além disso, eles pensaram que o Exército Popular de Libertação da China estava exausto pelos oito anos de combates da Guerra de Resistência contra o Japão e que os seus efectivos e equipamento eram, de longe, inferiores aos do exército do Kuomintang; que a população das regiões libertadas pouco ultrapassava os 100 milhões de habitantes; que, na maior parte dessas regiões, as forças feudais reaccionárias ainda não tinham sido aniquiladas e a reforma agrária não tinha sido ainda realizada dum modo geral, nem a fundo, isto é, julgaram que a retaguarda do Exército Popular de Libertação ainda não estava consolidada. Baseando--se nestes cálculos, o bando de Tchiang Kai-chek não atendeu ao desejo de paz do povo chinês e, acabando por rasgar o Acordo de Tréguas assinado pelo Kuomintang e pelo Partido Comunista em Janeiro de 1946, assim como as resoluções adoptadas na Conferência Consultiva Política de todos os partidos, desencadeou uma guerra de aventura. Naquela altura, nós

afirmámos que a superioridade militar de Tchiang Kai-chek era apenas momentânea, factor que somente poderia desempenhar um papel temporário, e que a ajuda do imperialismo norte-americano também constituía um factor de influência temporária, enquanto que o carácter antipopular da guerra de Tchiang Kai-chek e a simpatia ou antipatia do povo eram factores de influência constante, e que, nesse aspecto, era o Exército Popular de Libertação quem detinha a superioridade. Patriótica, justa e revolucionária pela sua própria natureza, a guerra sustentada pelo Exército Popular de Libertação haveria forçosamente de conquistar o apoio do povo em todo o país. Era essa a base política da vitória sobre Tchiang Kai-chek. A experiência de dezoito meses de guerra confirmou plenamente as nossas previsões.

III

Em dezassete meses de guerra (de Julho de 1946 a Novembro de 1947 — sem incluir os dados de Dezembro), nós causámos 1.690.000 baixas às forças regulares e irregulares de Tchiang Kai-chek, entre as quais 640.000 mortos e feridos e 1.050.000 prisioneiros. Assim, o nosso exército conseguiu repelir a ofensiva de Tchiang Kai-chek, conservar os princi-pais territórios das regiões libertadas e passar à ofensiva. Militarmente, nós fomos capazes de fazê-lo porque aplicámos uma estratégia correcta. Os nossos princípios militares são os seguintes:

1. Atacar primeiro as forças dispersas e isoladas do inimigo, e atacar depois as suas forças concentradas e po-

derosas.

2. Tomar primeiro as cidades pequenas e médias, bem como as grandes regiões rurais, e tomar depois as grandes cidades.

3. Ter como objectivo principal o aniquilamento das forças vivas do inimigo e não a conservação ou tomada duma cidade ou território. A conservação ou tomada duma cidade ou território é uma consequência do aniquilamento das forças vivas do inimigo; frequentemente, uma cidade, ou território, só pode ser conservada ou tomada, de modo definitivo, depois de ter mudado várias vezes de mãos.

4. Em cada combate, concentrar uma superioridade absoluta de forças (duas, três, quatro e, em alguns casos, até cinco ou seis vezes mais do que as forças do inimigo), cercar totalmente as forças inimigas e esforçar-se por aniquilá-las por completo, sem permitir que nada se escape da rede. Em circunstâncias especiais, utilizar o método de desferir golpes demolidores sobre o inimigo, isto é, concentrar toda a nossa força para fazer-lhe um ataque frontal e um ataque contra um ou ambos os flancos, a fim de aniquilar-lhe uma parte das tropas e derrotar a outra parte, de tal maneira que o nosso exército possa deslocar rapidamente as suas forças para esmagar outras tropas do inimigo. Esforçar-se por evitar combates de desgaste em que se perde mais do que se ganha ou em que se ganha tanto quanto se perde. Assim, embora inferiores no todo (numericamente), nós seremos absolutamente superiores na parte, em cada campanha concreta, o que nos assegurará a vitória no plano operacional. Com o andar do tempo, nós conseguiremos uma

superioridade no conjunto e aniquilaremos, finalmente, todas as forças do inimigo.

5. Não travar combate sem que se esteja preparado, não travar combate que não se esteja seguro de vencer. Fazer todos os esforços para estar bem preparado para cada batalha, fazer todos os esforços para assegurar a vitória na relação existente entre as condições do inimigo e as nossas.

6. Pôr plenamente em jogo o nosso estilo de combate — coragem, espírito de sacrifício, desprezo pela fadiga, tenacidade nos combates contínuos (combates sucessivos, travados num curto espaço de tempo e sem descanso).

7. Esforçar-se por aniquilar o inimigo enquanto ele está em movimento. Ao mesmo tempo, prestar atenção às táticas de ataque a posições para captura de pontos fortificados e cidades nas mãos do inimigo.

8. Com respeito à tomada de cidades, tomar resolutamente todos os pontos fortificados e cidades fracamente defendidos pelo inimigo. Tomar, no momento oportuno e sempre que as circunstâncias o permitam, todos os pontos fortificados e cidades moderadamente defendidos pelo inimigo. Em relação aos pontos fortificados e cidades fortemente defendidos pelo inimigo, esperar até que as condições estejam maduras e tomá-los nessa altura.

9. Recompletar as nossas forças com todas as armas e a maior parte dos efectivos capturados ao inimigo. A fonte principal em recursos humanos e material para o nosso exército está na própria frente.

10. Aproveitar habilmente o intervalo entre

duas campanhas para repouso, instrução e consolidação das nossas tropas. Os períodos de repouso, instrução e consolidação não devem, em princípio, ser muito longos, procurando-se evitar, tanto quanto possível, que o inimigo ganhe novo fôlego. Tais são os principais métodos que o Exército Popular de Libertação tem empregado para derrotar Tchiang Kai-chek. Esses métodos foram forjados pelo Exército Popular de Libertação durante os longos anos de combate contra os inimigos internos e externos, e estão perfeitamente adequados à nossa situação actual. O bando de Tchiang Kai-chek e o pessoal militar do imperialismo norte-americano na China conhecem bem estes nossos métodos militares. Na esperança de encontrar contra-medidas, Tchiang Kai-chek reuniu várias vezes os seus generais e oficiais superiores para cursos de instrução e deu-lhes a estudar as nossas publicações militares e os documentos apreendidos durante a guerra. O pessoal militar dos Estados Unidos recomendou a Tchiang Kai-chek sucessivos sistemas de estratégia e de tática para destruir o Exército Popular de Libertação, en-carregou-se ele próprio da instrução das tropas tchiangkaichequistas e forneceu-lhe armamento. Tais esforços, porém, não podem salvar a camarilha de Tchiang Kai-chek da derrota, visto que a nossa estratégia e as nossas táticas baseiam-se na guerra popular, e nenhum exército oposto ao povo pode utilizá-las. Baseando-se na guerra popular e nos princípios de unidade entre o exército e o povo, de unidade entre os comandantes e os combatentes e de desintegração das forças inimigas, o Exército Popular de Libertação realizou um vigoroso trabalho político revolucionário que constitui

um factor importante para a conquista da vitória sobre o inimigo. Quando, por iniciativa própria, nós abandonámos numerosas cidades, evitando os golpes mortais de forças inimigas superiores e deslocando as nossas forças com o fim de liquidar o adversário em movimento, os nossos inimigos cantaram ruidosamente vitória. Eles consideravam isso como sendo a sua vitória e a nossa derrota. A cabeça andava-lhes à roda com essa “vitória” momentânea. Na própria tarde do dia em que tomou Tchanquiacou, Tchiang Kai-chek ordenou que fosse convocada a sua Assembleia Nacional reaccionária, pensando que o seu regime reaccionário se tinha tornado, a partir desse momento, tão inabalável como a montanha Tai. Os imperialistas norte-americanos também dançaram de contentamento, como se o seu tresloucado projecto de transformar a China numa colónia dos Estados Unidos pudesse, a partir daí, realizar-se sem mais obstáculos. Mas, com o andar do tempo, Tchiang Kai-chek e os seus patrões norte-americanos começaram a mudar de tom. Agora, todos os nossos inimigos, tanto do interior como do exterior, andam dominados pelo pessimismo. Eles dão grandes suspiros, esganiçam-se falando de crise e já não manifestam qualquer sinal de alegria. Nestes dezoito meses, na frente, a maior parte dos comandantes de alta patente de Tchiang Kai-chek foram substituídos por terem perdido batalhas. Entre eles contam-se Liu Tchi (Tchendjou), Siue Iué (Siudjou), Vu Tchi--uei (norte do Quiansu), Tam En-po (sul do Xantum), Vam Tchom-lien (norte do Honan), Tu Iumim e Sium Chi-huei (Chen-iam), e Suen Lien-tchom (Pepim). Tchen Tchem, chefe do Estado-Maior General

de Tchiang Kai-chek, que comandava todos os teatros de operações, foi igualmente destituído das suas funções, baixando ao posto de comandante de uma só frente, a do Nordeste². No entanto, foi precisamente no período em que, em substituição de Tchen Tchem, Tchiang Kai-chek assumiu pessoalmente o comando de todos os teatros de operações, que a situação mudou, passando o seu exército da ofensiva à defensiva, e o Exército Popular de Libertação, da defensiva à ofensiva. Presentemente, a camarilha reaccionária de Tchiang Kai-chek e os seus amos norte-americanos já devem ter-se compenetrado do seu erro. Eles tinham considerado como sinal de cobardia e fraqueza todos os esforços em favor da paz e contra a guerra civil que o Partido Comunista da China, traduzindo as aspirações do povo, vinha realizando, há já muito tempo, após a capitulação do Japão. Sobrestimando a sua própria força, subestimando a força da revolução e desencadeando uma guerra de aventura, eles caíram na sua própria armadilha. O cálculo estratégico dos nossos inimigos falhou completamente.

Actualmente, a retaguarda do Exército Popular de Libertação é muito mais sólida do que há dezoito meses. Isto traduz os resultados da reforma agrária realizada pelo nosso Partido, ao colocar-se resolutamente ao lado dos camponeses. Durante a Guerra de Resistência contra o Japão, o nosso Partido, a fim de formar com o Kuomintang uma frente única anti-japonesa e unir-se com todos os que, então, podiam opor-se ao imperialismo japonês, substituiu, por iniciativa própria, a sua política de ante-guerra, que consistia em confiscar as terras dos senhores de terras e distribuí-las entre os

camponeses, por uma política de redução das rendas e taxas de juro. Esta medida era absolutamente necessária. Após a capi-tulação do Japão, insistentemente os camponeses reclamavam terras, e nós, oportunamente, decidimos modificar a nossa política agrária, substituindo a redução das rendas e taxas de juro pela confiscação e distribuição pelos camponeses das terras da classe dos senhores de terras. Esta alteração foi formulada pela “Directiva de 4 de Maio” de 1946 do Comité Central do nosso Partido³. Em Setembro de 1947, o nosso Partido convocou a Conferência Agrária Nacional e elaborou as Disposições Gerais da Lei Agrária da China⁴, aplicadas imediatamente em todas as regiões. Esta medida não só reafirmou a política formulada na “Directiva de 4 de Maio” do ano passado, mas também rectificou, de maneira explícita, uma certa falta de radicalização verificada na directiva. As Disposições Gerais da Lei Agrária da China estabelecem a distribuição por igual das terras per capita, distribuição baseada no princípio da abolição do sistema agrário de exploração feudal e semi-feudal e da aplicação do sistema de “a terra para os que a trabalham”. Trata-se de um método de abolir, da maneira mais radical, o sistema feudal e que cor-responde plenamente às exigências das grandes massas camponesas da China. A fim de realizar-se a reforma agrária, resoluta e radicalmente, é necessário constituir nas aldeias, como organismos legais para a aplicação da reforma agrária, não só associações camponesas com um amplo carácter de massas, compreendendo assalariados agrícolas, camponeses pobres e camponeses médios, e os comités eleitos por elas, mas também, e sobretudo,

ligas de camponeses pobres, constituídas por camponeses pobres e assalariados agrícolas, e os comités por elas eleitos, devendo tais ligas representar a coluna vertebral da direcção de todas as lutas no campo. A nossa política consiste em apoiar-nos nos camponeses pobres e unir-nos solidamente com os camponeses médios, a fim de abolir o sistema de exploração feudal e semifeudal, exercido pela classe dos senhores de terras e pelos camponeses ricos de tipo antigo. Não serão atribuídos a um senhor de terras ou a um camponês rico mais terras e bens do que os concedidos a um camponês. Não devemos, no entanto, repetir a errada política ultra--esquerdista, aplicada em 1931-1934: “nada de terras aos senhores de terras e terras más aos camponeses ricos”. Se bem que a percentagem dos senhores de terras e dos camponeses ricos entre a população rural varie de um lugar para outro, ela atinge, geralmente, apenas cerca de 8 por cento (cálculo baseado sobre o número de famílias), enquanto que as suas terras orçam em geral entre 70 a 80 por cento do total das terras. Portanto, são pouco numerosos aqueles que constituem o alvo da nossa reforma agrária, enquanto que nas aldeias o número de pessoas (ou de famílias) que podem e devem participar na frente única pela reforma agrária atinge a elevada proporção de mais de 90 por cento. Neste caso, deve-se observar dois princípios fundamentais. Primeiro, há que satisfazer as exigências dos camponeses pobres e dos assalariados agrícolas; esta é a tarefa fundamental da reforma agrária. Segundo, há que unir-se firmemente aos camponeses médios e evitar prejudicar os seus interesses. Sempre que observarmos estritamente estes dois princípios bási-

cos, poderemos certamente realizar com êxito as nossas tarefas na reforma agrária. A razão pela qual, segundo o princípio da distribuição por igual, a terra excedente e uma parte dos bens dos camponeses ricos de tipo antigo devem ser repartidas, reside no facto de os camponeses ricos na China apresentarem geralmente, e em grau elevado, o carácter de exploradores feudais e semif feudais; na sua maioria, dão terras em arrendamento e praticam a usura, e empregam mão-de-obra em condições semif feudais⁶. Além disso, como os camponeses ricos possuem terras mais extensas e mais férteis⁷, as exigências dos camponeses pobres e dos assalariados agrícolas não podem ser satisfeitas a menos que se distribuam essas terras. Contudo, conformemente às Disposições Gerais da Lei Agrária, os camponeses ricos devem ser, em geral, tratados de maneira diferente da dos senhores de terras. Na reforma agrária, os camponeses médios aprovam a distribuição por igual das terras, porque esta não prejudica os seus interesses. Na distribuição por igual, as terras de uma fracção dos camponeses médios permanecem inalteráveis e as de outra fracção aumentam; só o sector dos camponeses médios abastados possui um pequeno excedente de terras e está disposto a entregá-lo para distribuição equitativa, visto que, então, o seu encargo de imposto sobre a terra diminuirá. Contudo, ao proceder-se à distribuição por igual das terras nos diferentes lugares, é necessário prestar atenção às opiniões dos camponeses médios e fazer-lhes concessões no caso de levantarem objecções. Durante a confiscação e a distribuição das terras e dos bens da classe feudal, há que tomar em consideração as necessidades de um certo

número de camponeses médios. Ao determinar-se a situação de classe, é preciso evitar o erro de classificar aqueles que são realmente camponeses médios como camponeses ricos. Deve-se incorporar os elementos activos do campesinato médio no trabalho dos comités das associações camponesas e da administração local. Na repartição dos encargos do imposto sobre as terras e do apoio à frente, deve-se observar o princípio de equidade e de justiça. Tais são as medidas concretas que o nosso Partido deve adoptar para cumprir a sua tarefa estratégica de unir-se solidamente aos camponeses médios. O Partido, no seu conjunto, deve compreender que a reforma radical do sistema agrário é uma tarefa fundamental da revolução chinesa na sua etapa actual. Se pudermos resolver, por toda a parte e radicalmente, o problema agrário, obteremos a condição primordial para vencer todos os nossos inimigos.

V

A fim de aplicar, resoluta e radicalmente, a reforma agrária e consolidar a retaguarda do Exército Popular de Libertação, é necessário educar e reorganizar as fileiras do nosso Partido. O movimento de rectificação, realizado no seio do Partido durante a Guerra de Resistência contra o Japão, foi coroado, em geral, de resultados positivos. Estes resultados residem principalmente no facto de os organismos dirigentes e um grande número de quadros e membros do Partido terem adquirido um melhor conhecimento da nossa orientação fundamental, que consiste em unir a verdade universal do Marxismo-

Leninismo à prática concreta da revolução chinesa. A este respeito, o nosso Partido deu um grande passo em frente em relação às etapas históricas anteriores à Guerra de Resistência. Mas, nas organizações locais do Partido, especialmente nas organizações de base no campo, ainda não foi resolvido o problema da eliminação das impurezas na composição de classe das nossas fileiras e no nosso estilo de trabalho. Durante onze anos, de 1937 a 1947, o número de membros do Partido passou de algumas dezenas de milhar para 2.700.000, o que representa um salto muito grande. Este facto converteu o nosso Partido no partido mais poderoso que a História da China conheceu até hoje. Isto permitiu-nos derrotar o imperialismo japonês, rechazar as ofensivas de Tchiang Kai-chek, dirigir as regiões libertadas com uma população superior a cem milhões de habitantes e dirigir o Exército Popular de Libertação composto de dois milhões de homens. Mas, paralelamente, também surgiram insuficiências. Um grande número de senhores de terras, de camponeses ricos e de elementos marginais aproveitaram a ocasião para se infiltrar no Partido. Nas regiões rurais, eles têm nas suas mãos um certo número de organizações do Partido, de organismos governamentais e de organizações populares, abusam tiranicamente do seu poder, cometem vexames contra o povo, deformam a política do Partido, isolando, assim, das massas essas organizações e impedindo a realização radical da reforma agrária. A gravidade desta situação im-põe-nos a tarefa de educar e reorganizar as fileiras do nosso Partido. Se não cumprirmos esta tarefa, não poderemos fazer progressos no campo. A Conferência

Agrária Nacional do Partido discutiu profundamente este problema e estabeleceu as medidas e métodos apropriados. Actualmente, estas medidas e métodos, assim como a decisão de distribuir por igual as terras, estão a ser aplicados firmemente por toda a parte. É de primordial importância desenvolver a crítica e a autocritica no seio do Partido e denunciar totalmente as ideias erradas e os fenómenos graves que existem nas organizações locais e que constituem desvios da linha do Partido. Todos os membros do Partido devem compreender que, para se resolver o problema agrário e apoiar uma guerra de longa duração, constitui uma tarefa decisiva eliminar, as impurezas no Partido e educar e reorganizar as suas fileiras, de maneira que o Partido possa marchar numa só direcção juntamente com as grandes massas trabalhadoras e conduzi-las no seu avanço.

VI

Confiscar as terras da classe feudal e entregá-las aos camponeses, confiscar o capital monopolista dominado por Tchiang Kai-chek, Som Tse-ven, Cum Siam-si e Tchen Li-fu e transferi-lo para o Estado de democracia nova, proteger a indústria e o comércio da burguesia nacional — eis os três grandes princípios do programa económico da revolução de democracia nova. Durante os seus vinte anos de dominação, as quatro grandes famílias — Tchiang, Som, Cum e Tchen — acumularam fortunas colossais, calculadas em 10-20 biliões de dólares norte-americanos, e monopolizaram as artérias vitais da economia nacional. Este capital monopolista,

combinado com o poder de Estado, converteu-se em capitalismo monopolista de Estado. Este capitalismo monopolista, estreitamente vinculado ao imperialismo estrangeiro e, na China, à classe dos senhores de terras e camponeses ricos de tipo antigo, transformou-se em capitalismo monopolista de Estado, comprador e feudal. Tal é a base económica do regime reaccionário de Tchiang Kai-chek. Este capitalismo monopolista de Estado oprime não só os operários e os camponeses, mas também a pequena burguesia urbana, e prejudica os interesses da média burguesia. Atingiu o ponto culminante do seu desenvolvimento durante a Guerra de Resistência e após a capitulação do Japão; pre-parou suficientemente as condições materiais para a revolução de democracia nova. Este capital é conhecido vulgarmente na China como capital burocrático; e esta classe capitalista, conhecida pelo nome de classe capitalista burocrática, é a grande burguesia da China. Além de dever abolir os privilégios do imperialismo na China, a tarefa da revolução de democracia nova consiste em suprimir no país a exploração e a opressão exercidas pela classe dos senhores de terras e pela classe capitalista burocrática (a grande burguesia), eliminar as relações de produção compradoras e feudais e libertar as forças produtivas acorrentadas. A camada superior da pequena burguesia e a média burguesia, oprimidas e prejudicadas pela classe dos senhores de terras e pela grande burguesia, assim como pelo poder estatal destas duas últimas, podem participar na revolução de democracia nova ou permanecer neutras, se bem que elas próprias sejam burguesas. Elas não mantêm relações com o imperialismo,

ou, se mantêm, são relativamente fracas, e constituem a autêntica burguesia nacional. Por toda a parte onde esteja implantado o poder de Estado de democracia nova, este deve protegê-las energicamente, sem a menor vacilação. Nas regiões dominadas por Tchiang Kai-chek, entre a camada superior da pequena burguesia e entre a média burguesia há um pequeno número de pessoas, elementos da ala direita destas classes, com tendências políticas reaccionárias; propagam ilusões acerca do imperialismo norte-americano e da camarilha reaccionária de Tchiang Kai-chek e opõem-se à revolução democrática popular. Enquanto as tendências reaccionárias destes elementos possam afectar as massas, devemos desmascará-los perante aqueles que estão sob a sua influência política, combater esta influência e libertar as massas desta última. Contudo, combater politicamente e aniquilar economicamente são duas coisas diferentes, e, caso as confundamos, cometeremos erros. A revolução de democracia nova tem como objectivo liquidar apenas o feudalismo e o capitalismo monopolista, eliminar apenas a classe dos senhores de terras e a classe capitalista burocrática (a grande burguesia), e não o capitalismo em geral, nem a camada superior da pequena burguesia nem a média burguesia. Considerando o atraso económico da China, será todavia necessário permitir, durante um largo período, mesmo depois do triunfo da revolução em todo o país, a existência de um sector capitalista, representado pela extensa camada superior da pequena burguesia e pela média burguesia. E, de acordo com a divisão do trabalho na economia nacional, será ainda necessário um determinado desenvolvimento de

todos os elementos deste sector capitalista que sejam benéficos à economia nacional. Este sector capitalista será ainda um elemento indispensável no conjunto da economia nacional. A camada superior da pequena burguesia, aqui mencionada, é formada por pequenos industriais e comerciantes que contra-tam operários e empregados. Além disso, existe também um grande número de pequenos artesãos e comerciantes independentes que não contratam nem operários nem empregados; estes pequenos artesãos e comerciantes, como é evidente, devem ser resolutamente protegidos. Após a vitória da revolução em todo o país, o Estado de democracia nova possuirá grandes empresas estatais confiscadas à burguesia burocrática, empresas que controlam as artérias vitais da economia nacional; haverá também uma economia agrícola libertada do feudalismo, que continuará, fundamentalmente, dispersa e individual durante muito tempo, mas que poderá, mais tarde, ser conduzida gradualmente a desenvolver-se pela via da cooperação. Nestas circunstâncias, a existência e o desenvolvimento destes sectores capitalistas, pequeno e médio, não apresentarão qualquer perigo. O mesmo se pode dizer da economia dos camponeses ricos de tipo novo, que inevitavelmente surgirá nas zonas rurais depois da reforma agrária. Relativamente ao sector da economia representado pela camada superior da pequena burguesia e pela média burguesia, seria totalmente inadmissível reincidir na política incorrecta ultra-esquerdista, adoptada pelo nosso Partido de 1931 a 1934 (impor condições de trabalho demasiado severas, estabelecer taxas excessivas de imposto sobre as rendas, prejudicar

os interesses dos industriais e comerciantes durante a reforma agrária, e adoptar como objectivo o chamado “bem-estar dos trabalhadores”, conceito míope e unilateral, em vez de propor-se o objectivo de desenvolver a produção, promover a prosperidade económica, dar a devida consideração, simultaneamente, aos interesses públicos e privados e beneficiar tanto o trabalho como o capital). Repetir tais erros seria lesar indubitavelmente os interesses das massas trabalhadoras e do Estado de democracia nova. Uma das cláusulas das Disposições Gerais da Lei Agrária da China estabelece o seguinte: “A propriedade e as actividades legais dos industriais e comerciantes serão protegidas contra qualquer prejuízo”. Por “industriais e comerciantes” entende-se todos os pequenos artesãos e comerciantes independentes, assim como todos os elementos capitalistas, pequenos e médios. Em resumo, a estrutura económica da Nova China constará de: 1) uma economia estatal, sector dirigente; 2) uma economia agrícola, em desenvolvimento gradual de individual a colectiva; 3) uma economia dos pequenos artesãos e comerciantes independentes e do capital privado, pequeno e médio. Estes três sectores constituem o conjunto da economia nacional de democracia nova. Os princípios que regem a economia nacional de democracia nova devem ajustar-se estreitamente ao objectivo geral de desenvolver a produção, promover a prosperidade económica, considerar devidamente os interesses quer públicos quer privados e beneficiar tanto o trabalho como o capital. Será errado todo o princípio, política ou medida que se afaste deste objectivo geral.

VII

O Exército Popular de Libertação emitiu, em Outubro de 1947, um manifesto em que proclamava notadamente: “Unir todas as classes e camadas sociais oprimidas — operários, camponeses, soldados, intelectuais e comerciantes —, todas as organizações populares, todos os partidos democráticos, todas as minorias nacionais, todos os chineses do ultramar e demais patriotas; formar uma frente única nacional; derrubar o governo ditatorial de Tchiang Kai-chek e constituir um governo democrático de coalizão”.

Este é o programa político fundamental do Exército Popular de Libertação e também do Partido Comunista da China. À primeira vista, a nossa frente única nacional revolucionária parece ter-se reduzido no período actual relativamente ao período da Guerra de Resistência. Mas, na realidade, a nossa frente única nacional só se ampliou efectivamente no actual período, depois que Tchiang Kai-chek vendeu os interesses da nação ao imperialismo norte-americano e desencadeou a guerra civil contra o povo à escala nacional, e depois que os crimes do imperialismo norte-americano e da camarilha dominante reaccionária de Tchiang Kai-chek ficaram totalmente desmascarados perante o povo chinês. Durante a Guerra de Resistência, Tchiang Kai-chek e o Kuomintang não estavam ainda desacreditados inteiramente ante o povo e tinham possibilidades de enganá-lo em muitos aspectos. Agora é diferente; como todas as fraudes foram postas a nu pelos seus próprios actos,

já não encontram nenhum apoio no seio das massas e estão completamente isolados. Contrariamente ao Kuomintang, o Partido Comunista da China não só disfrutava da confiança das grandes massas populares nas regiões libertadas, mas também ganhou o apoio das amplas massas nas regiões e grandes cidades dominadas pelo Kuomintang. Se, em 1946, entre os intelectuais da camada superior da pequena burguesia e entre os intelectuais da média burguesia, que vi-viam sob a dominação de Tchiang Kai-chek, ainda havia um sector que mantinha ilusões sobre uma chamada “terceira via”⁸, estas ilusões desapareceram actualmente. Ao aplicar uma política agrária consequente, o nosso Partido conquistou hoje o apoio sincero das massas camponesas, agora muito mais amplas que durante a Guerra de Resistência. Em consequência da agressão do imperialismo norte-americano e da opressão exercida por Tchiang Kai-chek, e graças à nossa justa política de defesa resoluta dos interesses das massas, o nosso Partido ganhou a simpatia das grandes massas da classe operária, do campesinato, da pequena burguesia urbana e da média burguesia nas regiões dominadas por Tchiang Kai-chek. Movidas pela fome e pela opressão política, privadas de todos os meios de subsistência devido à guerra civil antipopular de Tchiang Kai-chek, as massas populares desencadearam lutas incessantes contra o imperialismo norte-americano e o governo reaccionário de Tchiang Kai-chek; as suas principais palavras de ordem consistem em protestos contra a fome, contra a repressão, contra a guerra civil e contra a intervenção dos Estados Unidos nos assuntos internos da China. Nunca o despertar das massas popu-

lares atingiu tal nível, nem antes nem durante a Guerra de Resistência, nem mesmo no período imediatamente posterior à capitulação do Japão. Por isso, dizemos que a nossa frente única revolucionária de democracia nova é agora mais ampla e sólida do que nunca. Este desenvolvimento não só está ligado à nossa política agrária e à nossa política urbana, mas também está estreitamente ligado à situação política geral: às vitórias do Exército Popular de Libertação, ao facto de Tchiang Kai-chek ter passado da ofensiva à defensiva e o Exército Popular de Libertação da de-fensiva à ofensiva, ao período de um novo auge da revolução chinesa. Constatando a inevitabilidade da ruína da dominação de Tchiang Kai-chek, as pessoas depositam agora as suas esperanças no Partido Comunista da China e no Exército Popular de Libertação, o que é muito natural. Sem a mais ampla frente única formada pela esmagadora maioria da população, será impossível a vitória da revolução de democracia nova na China. E mais ainda: esta frente única deve estar sob a direcção firme do Partido Comunista da China. Sem esta firme direcção, nenhuma frente única revolucionária pode alcançar a vitória. Em 1927, quando a Expedição do Norte atingiu o seu ponto culminante, os capitula-cionistas no organismo dirigente do nosso Partido renunciaram voluntariamente à direcção das massas camponesas, da pequena burguesia urbana e da média burguesia, e, em particular, das forças armadas, causando assim o fracasso da revolução. Durante a Guerra de Resistência, o nosso Partido combateu ideias análogas às dos capitulacionistas, que se traduziam em fazer concessões à política antipopular do Kuomintang,

ter mais confiança no Kuomintang que nas massas populares, não ousar mobilizar sem reservas as massas para a luta, não ousar alargar as regiões libertadas nem aumentar os efectivos dos exércitos populares nas regiões ocupadas pelos invasores japoneses, e entregar ao Kuomintang a direcção da Guerra de Resistência. O nosso Partido lutou energicamente contra estas ideias pusilânimes, decadentes e contrárias ao Marxismo-Leninismo, aplicou firmemente a sua linha política de “desenvolver as forças progressistas, ganhar as forças intermédias e isolar as forças obstinadas”, e ampliou resolutamente as regiões libertadas e os efectivos do Exército Popular de Libertação. O nosso Partido assegurou-se, assim, de que não só venceria o imperialismo japonês durante a sua agressão, mas também de que, no período posterior à capitulação do Japão, durante a guerra contra-revolucionária desencadeada por Tchiang Kai-chek, passaria, com êxito e sem perdas, a uma guerra revolucionária popular em oposição à guerra contra-revolucionária de Tchiang Kai--chek e alcançaria grandes vitórias em curto espaço de tempo. Todos os membros do Partido devem guardar bem na sua memória estas lições da História.

VIII

Quando a camarilha reaccionária de Tchiang Kai-chek desencadeou em 1946 a guerra civil contra o povo à escala nacional, ela ousou correr este risco porque confiava não só na sua própria superioridade militar mas,

principalmente, no imperialismo norte-americano armado de bombas atômicas, que considerava “excepcionalmente poderoso” e “sem rival no mundo”. Por um lado, pensava que o imperialismo norte-americano poderia satisfazer as suas necessidades militares e financeiras, através de uma torrente contínua de abastecimentos. Por outro lado, supunha extravagantemente que “a guerra entre os Estados Unidos e a União Soviética era inevitável” e que “era infalível a eclosão de uma terceira guerra mundial”. Esta dependência face ao imperialismo norte-americano é a característica comum das forças reaccionárias nos diferentes países depois da Segunda Guerra Mundial. Isto reflecte a gravidade dos golpes infligidos ao capitalismo mundial pela Segunda Guerra Mundial, a debilidade das forças reaccionárias nos diversos países, o seu pânico e a sua perda de confiança, assim como o poderio das forças revolucionárias mundiais, situação que faz sentir aos reaccionários dos diferentes países que não têm outra alternativa senão contar com a ajuda do imperialismo norte-americano. Mas, na realidade, o imperialismo norte-americano depois da Segunda Guerra Mundial será tão poderoso como imaginam Tchiang Kai-chek e os reaccionários dos outros países? Pode o imperialismo norte-americano proporcionar-lhes, efectivamente, abastecimentos contínuos? Não, de maneira nenhuma. O poderio económico do imperialismo norte-americano, que aumentou durante a Segunda Guerra Mundial, depara com mercados internos e externos instáveis e cada vez mais reduzidos. Crises económicas serão provocadas pela redução posterior desses mercados. A repentina prosperidade dos Estados

Unidos, proporcionada pela guerra, não foi senão temporária. O poderio dos Estados Unidos é unicamente superficial e passageiro. Contradições inconciliáveis, internas e externas, ameaçam diariamente, como um vulcão, o imperialismo norte-americano. E sobre este vulcão está sentado o imperialismo dos Estados Unidos. Esta situação forçou os imperialistas norte-americanos a elaborar um plano de escravização do mundo, a correr desesperadamente, como animais selvagens, pela Europa, pela Ásia e outras partes do mundo, a juntar as forças reaccionárias dos diversos países, essa escória repudiada pelos seus povos, a fim de formar um campo imperialista e antidemocrático contra todas as forças democráticas, dirigidas pela União Soviética, e a preparar a guerra, esperando desencadear, num futuro longínquo, uma terceira guerra mundial e aniquilar as forças democráticas. Trata-se dum plano insensato. As forças democráticas de todo o mundo devem fazer fracassar este plano e, sem dúvida alguma, podem fazê-lo. O poderio do campo anti-imperialista mundial superou o do campo imperialista. Somos nós, e não o inimigo, que demonstramos superioridade. Já se formou o campo anti-imperialista, com a União Soviética à sua cabeça. O poderio da União Soviética socialista, país que não conhece crises, que está em pleno desenvolvimento e goza do carinho das grandes massas populares do mundo inteiro, já ultrapassou o dos Estados Unidos imperialistas, país seriamente ameaçado por crises, que se encontra em decadência e é hostilizado pelas grandes massas populares de todo o mundo. As Democracias Populares da Europa consolidam-se no plano interno e unem-se

entre si. Nos países capitalistas europeus, desenvolvem-se as forças populares anti-imperialistas, sobretudo as da França e Itália. Mesmo nos próprios Estados Unidos, existem forças democráticas populares que se fortalecem cada vez mais. Os povos da América Latina não são escravos submissos às ordens do imperialismo norte-americano. Em toda a Ásia, surgiu um grande movimento de libertação nacional. Todas as forças do campo anti-imperialista unem-se e avançam na sua marcha. Os Partidos Comunistas e Operários de nove países europeus estabeleceram um Birò de Informação e fizeram um apelo aos povos de todo o mundo para que se levantem contra o plano imperialista de escravização⁹. Este apelo à luta encorajou os povos oprimidos do mundo, traçou a via do seu combate e fortaleceu a sua confiança na vitória. Além disso, lançou o pânico e a confusão no seio da reacção mundial. Todas as forças anti-imperialistas nos países do Oriente devem também unir-se, combater a opressão do imperialismo e dos reaccionários internos e fixar como objectivo da sua luta a emancipação de mais de um bilião de oprimidos do Oriente. Devemos tomar o nosso destino inteiramente nas nossas próprias mãos. Devemos eliminar das nossas fileiras toda a ideia que seja expressão de fraqueza e impotência. É errado todo o ponto de vista que sobestime a força do inimigo e subestime a do povo. Se nós, juntamente com todas as forças democráticas do mundo, fizermos esforços enérgicos, poderemos derrotar certamente o plano imperialista de escravização, impedir a eclosão de uma terceira guerra mundial, derrubar todos os regimes reaccionários e fazer triunfar definitivamente

a paz em toda a humanidade. Estamos bem conscientes de que na nossa marcha ainda depararemos com múltiplos obstáculos e dificuldades e de que devemos estar preparados para enfrentar a resistência e a luta, cada vez mais desesperadas, dos nossos inimigos, tanto internos como externos. Contudo, sempre que dominarmos a ciência do Marxismo--Leninismo, sempre que tivermos confiança nas massas e permanecermos estreitamente unidos a elas e as conduzirmos na sua marcha, seremos plenamente capazes de vencer qualquer obstáculo ou dificuldade. A nossa força será invencível. Vivemos uma época histórica em que o capitalismo e o imperialismo no mundo inteiro se precipitam para a sua ruína, e em que o socialismo e a democracia popular em todo o mundo marcham para a vitória. A aurora está próxima, redobremos os nossos esforços.

NOTAS

1 Para mais detalhes sobre as circunstâncias em que o Exército Popular de Libertação passou sucessivamente à ofensiva nas diversas frentes e levou a guerra às regiões sob o domínio do Kuomintang, ver no presente tomo a nota 1 ao artigo “Sobre a Grande Vitória no Noroeste e o Movimento de Educação Ideológica de Tipo Novo no Exército de Libertação”.

2 Liu Tchi, comandante do Q.G. de Pacificação do Kuomintang em Tchendjou, província de Honan, foi destituído em Novembro de 1946, por motivo da derrota sofrida em Setembro na batalha de Tintao, no sudoeste da província de Xantum. Siue Iué, comandante do Q.G. de Pacificação do Kuomintang em Siudjou, província de Quiansu, foi destituído em Março de 1947, por motivo dum série de graves derrotas sofridas pelo seu exército na campanha ao

norte de Su-cien, província de Quiansu, em Dezembro de 1946, na campanha do sul do Xantum, em Janeiro de 1947, e na campanha de Laivu, no Xantum central, em Fevereiro de 1947. Vu Tchi-uei, comandante adjunto do Q.G. de Pacificação em Siudjou, foi destituído em Março de 1947, por motivo da derrota na campanha ao norte de Suciên, em Dezembro de 1946. Tam En-po, comandante do I Grupo de Corpos de Exército, foi destituído em Junho de 1947 por motivo da destruição, em Maio, da 74a Divisão Reorganizada, na batalha de Munliancu, no sul do Xantum. Vam Tchom-liên, comandante do IV Grupo de Corpos de Exército, foi destituído em Agosto de 1947, por motivo da sua derrota na campanha do sudoeste do Xantum, em Julho. Tu Iu-mim, comandante do Q.G. para a Preservação da Paz no Nordeste, e Sium Chi-huei, chefe do Q.G. do Generalíssimo no Nordeste, foram ambos destituídos por motivo da severa derrota que lhes foi infligida no Nordeste pelo nosso Exército, na sua ofensiva de Verão, em Junho de 1947. Suen Lien-tchom, comandante da XI Zona de Guerra, baixou para o posto de comandante do Q.G. de Pacificação em Paotim, província de Hopei, por motivo das derrotas na campanha de Tsincien-Tsancien e na campanha da região de Siuchuei, a norte de Paotim, em Junho de 1947. Tchen Tchém, chefe do Estado-Maior General de Tchiang Kai-chek, foi retirado em Agosto de 1947 para o posto de Governador Geral do Nordeste, por motivo das sucessivas derrotas nas campanhas que dirigira na província de Xantum.

3 Referência à “Directiva sobre o problema agrário”; ver “Balanço de Três Meses”, nota 4, no presente tomo.

4 A Conferência Agrária Nacional do Partido Comunista da China realizou-se em Setembro de 1947 na aldeia de Si-paipo, distrito de Pinxan, na província de Hopei. As Disposições Gerais da Lei Agrária da China, adoptadas pela Conferência a 13 de Setembro, foram publicadas pelo Comité Central do Partido Comunista da China a 10 de Outubro do mesmo ano, e estipulavam o seguinte: “Será abolido o sistema agrário de exploração feudal e semifeudal, e entrará em vigor o sistema agrário de a terra para os que a trabalham”;

“Nas aldeias, as associações camponesas tomarão posse de todas as terras dos senhores de terras e de todas as terras públicas, as

quais, juntamente com as outras terras locais, serão distribuídas equitativamente por toda a população rural, sem distinção de sexo nem de idade”;

“Nas aldeias, as associações camponesas tomarão posse dos animais de carga, instrumentos de lavoura, habitações, cereais e outros bens dos senhores de terras; requisitarão o excedente dos bens referidos aos camponeses ricos; distribuirão todos esses bens pelos camponeses e outras pessoas pobres que deles tenham necessidade, e atribuirão a mesma porção aos senhores de terras”. Deste modo, as Disposições Gerais da Lei Agrária não só confirmaram o princípio de “confiscar a terra aos senhores de terras e distribuí-la pelos camponeses”, estabelecido na “Directiva de 4 de Maio” de 1946, mas também rectificaram uma certa inconsequência contida nessa directiva, que mostrava demasiada consideração por certos senhores de terras.

5 Posteriormente, no processo da sua execução, introduziram-se algumas modificações ao método da distribuição por igual das terras, estipulado pelas Disposições Gerais da Lei Agrária da China. Em Fevereiro de 1948, o Comité Central do Partido Comunista da China especificou, na sua “Directiva sobre o Trabalho de Reforma Agrária e de Consolidação do Partido nas Regiões Libertadas Antigas e Semi-Antigas”, que não se procederia mais à distribuição por igual das terras nas zonas das regiões libertadas antigas e semi-antigas onde já havia sido derrubado o sistema feudal, mas que, sendo necessário, os camponeses pobres e assalariados, que ainda não se tinham libertado completamente da sua antiga situação, receberiam uma certa quantidade de terra e outros meios de produção, mediante um reajustamento que consistia em tomar daqueles que tinham em excesso para dar aos que pouco tinham, tomar dos que tinham terras férteis para dar aos que tinham terras pobres, enquanto que aos camponeses médios era permitido dispor de mais terras do que a média recebida pelos camponeses pobres. Nas regiões onde ainda existia o sistema feudal, a distribuição por igual limitar-se-ia principalmente às terras e bens dos senhores de terras e às terras e bens excedentes dos camponeses ricos de tipo antigo. Em nenhuma região se permitiria tomar as terras excedentes dos camponeses médios e dos camponeses ricos de tipo novo para

reajustamentos, a menos que isto fosse realmente necessário e que os proprietários efectivamente estivessem de acordo. Na reforma agrária das novas regiões libertadas, não se tocava nas terras dos camponeses médios.

6 Na reforma agrária, a questão dos camponeses ricos apresentava na China particularidades resultantes das condições históricas e económicas específicas do país. Os camponeses ricos na China diferiam dos de muitos países capitalistas em dois aspectos: primeiro, tinham geralmente, e em grau elevado, o carácter de exploradores feudais e semifeudais; segundo, a sua economia não ocupava um lugar importante na economia agrícola nacional. Na China, na luta contra a exploração feudal exercida pela classe dos senhores de terras, as grandes massas de camponeses pobres e assalariados agrícolas exigiram também a abolição da exploração feudal e semifeudal praticada pelos camponeses ricos. Durante a Guerra de Libertação, o Partido Comunista da China adoptou a política de requisição das terras e bens excedentes dos camponeses ricos para distribuí-los entre os camponeses, satisfazendo assim as exigências das grandes massas de camponeses pobres e assalariados agrícolas e assegurando a vitória na Guerra Popular de Libertação. Como a guerra avançava vitoriosamente, o Comité Central do Partido Comunista da China formulou, em Fevereiro de 1948, uma nova política de reforma agrária para as novas regiões libertadas. Tal política previa duas etapas: na primeira, neutralizar os camponeses ricos e concentrar os golpes contra os senhores de terras, sobretudo contra os grandes senhores de terras; na segunda etapa, durante a distribuição das terras dos senhores de terras, distribuir também as terras dadas em arrendamento pelos camponeses ricos e as suas terras excedentes, mas continuando-se a tratar os camponeses ricos de maneira diferente que os senhores de terras (Ver “Pontos Essenciais da Reforma Agrária nas Novas Regiões Libertadas”, no presente tomo). Depois da fundação da República Popular da China, o Governo Popular Central promulgou, em Junho de 1950, a Lei da Reforma Agrária, estabelecendo que, na reforma agrária, só se requisitariam, parcial ou totalmente, as terras tomadas de arrendamento aos camponeses ricos, ao mesmo tempo que as suas restantes terras e outros bens seriam protegidos. Na etapa seguinte, etapa da revolução socialista,

a economia dos camponeses ricos começou a desaparecer à medida que se aprofundava o movimento de cooperação agrícola e se desenvolvia a economia rural.

7 Isto significa que uma família de camponeses ricos possuía, em média, mais e melhores terras do que uma família de camponeses pobres. Mas, considerando o país no seu conjunto, a quantidade de meios de produção em posse dos camponeses ricos e o volume da produção das suas propriedades eram ambos de pouca importância. A economia dos camponeses ricos não ocupava um lugar importante na economia rural do país.

8 No período inicial da Guerra Popular de Libertação, algumas personalidades democráticas alimentavam ilusões sobre uma pretensa terceira via, que não fosse nem a ditadura dos grandes senhores de terras e da grande burguesia, exercida pelo Kuomintang, nem a ditadura democrática popular, dirigida pelo Partido Comunista da China. Tal via não era senão a via de uma ditadura da burguesia no estilo anglo-norte-americano.

9 O Birô de Informação dos Partidos Comunistas e Operários foi fundado numa reunião realizada em Varsóvia, na Polónia, em Setembro de 1947, pelos representantes dos Partidos Comunistas e Operários da Bulgária, Roménia, Hungria, Polónia, União Soviética, França, Checoslováquia, Itália e Jugoslávia. Mais tarde, numa reunião efectuada na Roménia em Junho de 1948, o Birô de Informação anunciou a expulsão do Partido Comunista da Jugoslávia, visto que este país persistia na sua posição antimarxista e adoptava uma atitude hostil à União Soviética e ao campo socialista. O apelo do Birô de Informação aos povos do mundo para que se levantassem contra o plano imperialista de escravização, aqui mencionado pelo camarada Mao Tsetung, refere-se à “Declaração sobre a Situação Internacional”, adoptada pelo Birô de Informação na sua reunião de Setembro de 1947.

SOBRE A INSTITUIÇÃO DO SISTEMA DE
RELATÓRIOS

(7 de Janeiro de 1948)

A fim de que o Comité Central obtenha, oportunamente, as informações necessárias para poder ajudar todas as regiões, antes e depois de qualquer medida por elas tomada, a evitar erros ou cometê-los em menor número, de maneira a alcançar-se vitórias ainda maiores na guerra revolucionária, fica instituído, a partir deste ano, o seguinte sistema de relatórios:

1. Em cada birô ou sub-birô do Comité Central, o secretário é responsável pela apresentação ao Comité Central e respectivo Presidente dum relatório geral bimensal (redigido pessoalmente e não pelos seus assistentes). O relatório deve abranger as actividades militar e política, da reforma agrária, consolidação do Partido, economia, propaganda e cultura, os problemas e tendências surgidos no exercício destas actividades e os métodos seguidos na respectiva solução. Cada relatório deverá reduzir-se a cerca de mil palavras e, excepto em casos especiais, não poderá ultrapassar duas mil palavras. Quando todos os assuntos não possam ser tratados num só relatório, elaborar-se-ão dois. O primeiro relatório tratará só de alguns assuntos e mencionará brevemente os outros, e o segundo ocupar-se-á principalmente destes últimos e

conterá um resumo do primeiro. O relatório geral deve limitar-se ao essencial e ser de estilo conciso; sublinhará os problemas ou os pontos em discussão. Deve ser escrito e telegrafado nos primeiros dias de cada mês ímpar. Este será o relatório regular com o pedido de instruções que o secretário de cada birô ou sub-birô submeterá, sob a sua responsabilidade pessoal, ao Comité Central e respectivo Presidente. Quando o secretário se encontra na frente a dirigir operações militares, ele deve, além de apresentar os seus próprios relatórios, encarregar o secretário interino ou o subsecretário da elaboração de relatórios sobre as actividades na retaguarda. O acima estipulado não abrange os relatórios e pedidos de instruções ocasionais que os birôs e sub-birôs poderão submeter, tal como anteriormente, ao Comité Central. Instituímos este sistema de relatórios políticos e pedidos de instruções, regulares e gerais, porque, após o VII Congresso Nacional do nosso Partido, alguns camaradas (não todos) dos birôs e sub-birôs ainda não compreenderam a necessidade e a importância da submissão de relatórios ao Comité Central e dos pedidos de instruções antes e depois de serem adoptadas medidas, ou então apresentavam relatórios e pedidos de instruções sobre puras questões técnicas; daí resultou ficar o Comité Central não esclarecido ou insuficientemente esclarecido sobre as suas actividades e medidas políticas importantes (não as de importância secundária ou as de carácter técnico) e ocorreram, portanto, situações irremediáveis ou difíceis de remediar, ou factos que, embora ainda remediáveis, já tinham causado perdas. Os birôs e sub-birôs que, oportunamente, apresentaram os seus

relatórios e pedidos de instruções, conseguiram evitar ou reduziram as tais perdas. A partir deste ano, os órgãos dirigentes do Partido em todos os escalões devem corrigir esse mau hábito de não pedirem instruções prévias aos escalões superiores e não lhes submeterem relatórios sobre os factos ocorridos.

Como órgãos encarregados pelo Comité Central de executar em seu nome as missões que este lhes confia, os birôs e sub-birôs devem manter o mais estreito contacto com o Comité Central. Igualmente, os comités provinciais ou regionais do Partido devem manter-se em contacto permanente com os birôs e sub-birôs do Comité Central. Agora que a revolução entrou num novo período de desenvolvimento, é imperioso reforçar esses contactos.

2. Além da obrigação de apresentar relatórios e pedidos de instruções sobre os princípios de estratégia, quando isso seja necessário, e da obrigação de submeter relatórios mensais, como se exigia anteriormente, sobre os êxitos nos combates, as perdas, os gastos de munições e ainda sobre o poderio efectivo das suas forças, os chefes dos exércitos de campanha e das regiões militares devem igualmente, a partir deste ano, apresentar bimensalmente relatórios políticos globais e pedidos de instruções. Estes devem focar a disciplina das tropas, as condições de vida destas, o moral dos comandantes e dos combatentes, os desvios que tenham surgido no seu seio e os métodos seguidos para superá-los, os progressos e retrocessos na técnica e na táctica, os pontos fortes e fracos das forças inimigas e respectivo moral, o trabalho político do nosso exército, as suas realizações na política agrária, na política urbana e na política relativa aos pri-

sioneiros de guerra, os métodos adoptados para corrigir os desvios verificados nestas matérias, as relações entre o exército e o povo, bem como as tendências existentes entre as várias camadas da população. A extensão desses relatórios, a sua forma de redacção e o momento da sua expedição serão os mesmos que para os relatórios dos birôs e sub-birôs do Comité Central. No caso de se desenrolarem combates violentos no momento em que devem ser expedidos os relatórios (quer dizer, nos primeiros dias de cada mês ímpar), o seu envio poderá ser avançado ou retardado de alguns dias, mas as razões disso precisam de ser indicadas. A parte do relatório que trata do trabalho político deve ser redigida pelo chefe do departamento político do exército, examinada e corrigida pelo comandante e pelo comissário político e assinada pelos três. Estes relatórios devem ser telegrafados ao Presidente da Comissão Militar do Partido. Exigimos estes relatórios políticos globais pela mesma razão que exigimos tais relatórios dos birôs e sub-birôs.

SOBRE ALGUNS PROBLEMAS IMPORTANTES DA POLÍTICA ACTUAL DO PARTIDO

(18 de Janeiro de 1948)

I. O PROBLEMA DA LUTA CONTRA AS TENDÊNCIAS ERRADAS NO S EIO DO PARTIDO

Combater a sobrestimação da força do inimigo. Por exemplo: o medo ao imperialismo norte-americano, o medo de ir combater para as regiões do Kuomintang, o medo de eliminar o sistema comprador feudal, de distribuir as terras dos senhores de terras e de confiscar o capital burocrático, o medo à guerra de longa duração, etc; tudo isto é incorrecto. O imperialismo, no mundo inteiro, e o regime da camarilha reaccionária de Tchiang Kai-chek, na China, estão podres e sem futuro. Nós temos razões para desprezá-los e estamos seguros e confiantes de vencer todos os inimigos internos e externos do povo chinês. Mas, em cada situação particular, em cada luta concreta (luta militar, política, económica ou ideológica), jamais devemos desprezar em absoluto o inimigo; pelo contrário, devemos considerá-lo seriamente e concentrar todas as nossas forças na luta para alcançar a vitória. Do ponto de vista do conjunto, estra-

tegicamente, nós realçamos, com razão, que devemos desprezar o inimigo; mas não devemos desprezá-lo em nenhuma situação particular ou questão concreta. Se, do ponto de vista do conjunto, sobrestimamos a força do inimigo e não ousamos, por consequência, nem derrubá-lo nem vencê-lo, cometemos um erro de oportunismo de direita. Se, em cada situação particular, em cada questão concreta, não agimos com prudência, não tomamos o cuidado de estudar e aperfeiçoar a arte da luta, não concentramos todas as forças na luta e não nos aplicamos em ganhar à nossa causa todos os aliados que devem ser ganhos (camponeses médios, pequenos artesãos e comerciantes independentes, média burguesia, estudantes, professores, catedráticos, intelectuais em geral, funcionários em geral, membros das profissões liberais e nobres esclarecidos), cometemos um erro de oportunismo de “esquerda”.

Para combater os desvios de “esquerda” e de direita no seio do Partido, devemos determinar a nossa política segundo as circunstâncias concretas. Por exemplo, quando o nosso Exército alcança vitórias, é necessário precaver-se contra os desvios de “esquerda”; quando sofre derrotas ou não ganha senão poucas batalhas, é contra os desvios de direita que precisamos guardar-nos. Na reforma agrária, devemos combater os desvios de direita ali, onde as massas não estão ainda realmente mobilizadas, onde a luta ainda não se desenvolveu, e devemos preca-ver-nos contra os desvios de “esquerda” ali, onde as massas se levantaram verdadeiramente, onde a luta já se desenvolveu.

II. ALGUNS PROBLEMAS CONCRETOS DA NOSSA POLITICA NA REFORMA AGRÁRIA E NO MOVIMENTO DE MASSAS

1. É preciso colocar em primeiro plano os interesses dos camponeses pobres e dos assalariados agrícolas, assim como o papel motor das ligas de camponeses pobres. O nosso Partido deve iniciar a reforma agrária por intermédio dos camponeses pobres e dos assalariados agrícolas, e deve fazer-lhes de-sempenhar, nas associações camponesas e nos órgãos do poder das regiões rurais, um papel motor que consiste em realizar a união com os camponeses médios, para agir em comum com eles, e não em deixá-Tos de lado, apoderando-se de todo o trabalho. Nas regiões libertadas antigas, onde os camponeses médios são em maioria e os camponeses pobres e assalariados agrícolas, em minoria, a posição dos camponeses médios é de importância particular. A palavra de ordem “que os camponeses pobres e os assalariados agrícolas conquistem rios e montanhas e reinem sobre eles” é falsa. Nas regiões rurais, são os assalariados agrícolas, os camponeses pobres, os camponeses médios e os outros trabalhadores que, todos unidos sob a direção do Partido Comunista da China, conquistam rios e montanhas e reinam sobre eles, e não os camponeses pobres e os assalariados agrícolas unicamente. No conjunto do país, são os operários, os camponeses (incluídos os novos camponeses ricos), os pequenos artesãos e comerciantes independentes, os capitalistas médios e pequenos, oprimidos e prejudicados pelas forças reac-

cionárias, os estudantes, os professores, os catedráticos e os intelectuais em geral, os membros das profissões liberais, os nobres esclarecidos, os funcionários em geral, as minorias nacionais oprimidas e os chineses do ultramar que, unidos sob a direcção da classe operária (através do Partido Comunista), devem conquistar rios e montanhas e reinar sobre eles, e não uma minoria do povo exclusivamente.

2. Deve-se evitar toda a política aventureira em relação aos camponeses médios. Todo o erro cometido na determinação da situação de classe dos camponeses médios e dos elementos de outras camadas sociais deve ser corrigido sem excepção, e os seus bens, já distribuídos, devem ser-lhes restituídos, na medida do possível. A tendência a excluir os camponeses médios das fileiras dos representantes dos camponeses e dos comités camponeses, assim como a tendência a opor os camponeses pobres e os assalariados agrícolas aos camponeses médios na luta pela reforma agrária, deve ser corrigida. Os camponeses que têm um rendimento proveniente da exploração de outrem serão classificados como camponeses médios, se esse rendimento for inferior a 25 por cento (um quarto) do seu rendimento total, e como camponeses ricos¹, se for superior a isso. As terras dos camponeses médios abastados não devem ser distribuídas sem o consentimento dos proprietários.

3. É preciso evitar toda a política aventureira em relação aos industriais e comerciantes médios e pequenos. A política aplicada anteriormente nas regiões libertadas, que consistia em proteger toda a indústria e todo o comércio privados, proveitosos à economia nacional, e

em encorajar o seu desenvolvimento, permanece justa e deve ser prosseguida. Também é justa a política seguida na época da redução das rendas e taxas de juro, política que visava encorajar os senhores de terras e os camponeses ricos a dirigirem as suas actividades sobre a indústria ou o comércio. É falso considerar essa modificação de actividades como um hábil “disfarce” e, por consequência, opor-se a ela e confiscar e distribuir os bens nelas investidos. As empresas industriais e comerciais dos senhores de terras e dos camponeses ricos devem, em geral, ser protegidas, só podendo ser confiscadas as que pertençam ao capital burocrático, aos déspotas locais e outros contra-revolucionários comprovados. Entre as empresas industriais e comerciais a confiscar, as que são proveitosas à economia nacional deverão continuar a funcionar depois de o Estado e o povo terem tomado posse delas, sendo necessário impedir o seu desmantelamento ou encerramento. O imposto de transacção, aplicado às empresas industriais e comerciais proveitosas à economia nacional, não deve atingir uma taxa que perturbe o seu desenvolvimento. Em cada empresa de Estado, a administração e o sindicato devem formar um comité de gestão misto, para fortalecer o trabalho administrativo, diminuir os custos, aumentar a produção e beneficiar simultaneamente os interesses públicos e individuais. As empresas capitalistas privadas deveriam também fazer a experiência desse método, a fim de diminuir os custos, aumentarem a produção e velarem ao mesmo tempo pelos interesses do trabalho e pelos interesses do capital. É necessário melhorar adequadamente as condições de vida dos operários, evitando,

porém, que os salários e os benefícios sejam indevidamente elevados.

4. É necessário evitar toda a política aventureira em relação aos estudantes, professores, catedráticos, trabalhadores da ciência, artistas e intelectuais em geral. A experiência dos movimentos estudantis e das lutas revolucionárias na China provou que a sua esmagadora maioria pode participar na revolução ou permanecer neutra; os contra-revolucionários obstinados são uma reduzida minoria. O nosso Partido deve, pois, adoptar uma atitude prudente em relação aos estudantes, professores, catedráticos, trabalhadores da ciência, artistas e intelectuais em geral. De-vemos, segundo os casos, unir-nos a eles, educá-los politicamente e dar-lhes cargos. Somente um pequeno número dentre eles, os contra-revolucionários obstinados, deve ser tratado adequadamente por meio da linha de massas.

5. Sobre a questão dos nobres esclarecidos. Durante a Guerra de Resistência contra o Japão, a colaboração do nosso Partido com os nobres esclarecidos nos órgãos do poder das regiões libertadas (conselhos consultivos e órgãos governamentais) afigurou--se inteiramente necessária e revelou-se frutuosa. Segundo os casos e na condição disso não dificultar a realização da reforma agrária, devemos considerar os nobres esclarecidos, que viveram com o nosso Partido os dias difíceis e que nos deram realmente uma ajuda relativa. Os que têm uma atitude política bastante boa e são competentes devem permanecer nos órgãos governamentais dos escalões superiores e ter aí um trabalho apropriado. Aos que têm uma atitude política bastante boa, mas não são com-

petentes, é necessário assegurar-lhes os meios de subsistência. Se são senhores de terras ou camponeses ricos de origem e se o povo não tem contra eles um profundo ressentimento, as suas terras e bens feudais devem ser distribuídos conformemente à Lei Agrária, mas é preciso evitar que eles se transformem no alvo das lutas de massas. É necessário submeter aos tribunais populares, para serem julgados e punidos como déspotas locais, todos os que se infiltraram nos nossos órgãos do poder mas que, na realidade, foram sempre maus elementos e de nenhuma utilidade para o povo e incorreram no ódio implacável das grandes massas.

6. Devemos fazer uma distinção entre os camponeses ricos de tipo novo e os de tipo antigo(1). O encorajamento dado aos novos camponeses ricos e aos camponeses médios abastados, durante o período de redução das rendas e das taxas de juro, revelou-se eficaz na tranquilização dos camponeses médios e no desenvolvimento da produção agrícola nas regiões libertadas. Após a distribuição por igual das terras, é preciso exortar os camponeses a desenvolver a produção, a fim de garantirem suficientemente a sua alimentação e o seu vestuário; é necessário aconselhámos a constituir organizações de ajuda mútua e de cooperação na agricultura, tais como equipas de troca de trabalho, grupos de ajuda mútua e núcleos de troca de trabalho. Na distribuição por igual das terras, os novos camponeses ricos das regiões libertadas antigas devem ser tratados como os camponeses médios abastados: as suas terras não devem ser distribuídas sem o seu consentimento.

7. Entre os senhores de terras e os camponeses ricos que

mudaram de tipo de vida durante o período de redução das rendas e das taxas de juro, nas regiões libertadas antigas, os senhores de terras, que trabalharam com as suas próprias mãos durante cinco anos ou mais, e os camponeses ricos, reduzidos à condição de camponeses médios ou camponeses pobres desde há três anos ou mais, podem agora, uma vez que se tenham comportado bem, mudar a sua situação de classe, de acordo com a sua condição actual. Os que possuem ainda um considerável excedente de propriedades (não um pequeno excedente) devem cedê-lo conformemente às reivindicações dos camponeses.

8. A tarefa mais importante da reforma agrária consiste na distribuição por igual das terras da classe feudal e dos seus bens em cereais, animais e instrumentos agrícolas (os camponeses ricos não entregam mais do que o excedente dos seus bens). Não devemos insistir muito sobre a luta para desenterrar os bens ocultos e, sobretudo, é necessário não gastar nisso muito tempo, em detrimento do trabalho principal.

9. Ao tratar-se dos senhores de terras e dos camponeses ricos, é preciso fazer uma distinção entre eles, conformemente às Disposições Gerais da Lei Agrária.

10. Embora observando o princípio da repartição por igual das terras, é necessário fazer distinções entre os grandes, os médios e os pequenos senhores de terras, assim como entre os senhores de terras e os camponeses ricos que são déspotas locais e os que o não são.

11. É preciso fuzilar o punhado de criminosos, verdadeiramente culpados dos crimes mais odiosos, assim que os tribunais populares os tenham devidamente ju-

lgado e condenado e as autoridades competentes (comitês organizados pelos governos locais à escala do distrito ou da sub-região) tenham confirmado as sentenças, e impõe-se anunciar publicamente a sua execução. O interesse da ordem revolucionária assim o exige. Este é um aspecto da questão. O outro está em que devemos insistir em que se execute menos, e proibir estritamente que se execute sem discriminação. A ideia de que seria necessário executar ainda mais, ou mesmo sem discriminação, é completamente errada; serviria apenas para que o nosso Partido perdesse a simpatia das massas, se afastasse destas e caísse no isolamento. O julgamento e a condenação pelos tribunais populares constituem uma forma de luta, prevista pelas Disposições Gerais da Lei Agrária que é preciso aplicar estritamente, pois constitui para as massas camponesas uma arma poderosa para golpear os piores elementos entre os senhores de terras e os camponeses ricos, e permite também evitar o erro de golpear e executar sem discriminação. No momento oportuno (quando a luta agrária tiver atingido o seu auge), devemos fazer compreender às massas os seus próprios interesses a longo prazo, de modo que elas considerem os senhores de terras e os camponeses ricos, que não se obstinam em sabotar o esforço de guerra nem a reforma agrária, e que se contam por dezenas de milhões em toda a China (aproximadamente 36 milhões sobre uma população rural de 360 milhões), como uma força de trabalho útil ao país, que deve ser conservada e reeducada. A nossa tarefa consiste em abolir o sistema feudal, suprimir os senhores de terras como classe, e não como indivíduos. Devemos, conformemente à Lei

Agrária, dar a cada um deles os meios de produção e de existência que não ultrapassem os de um camponês.

12. Devemos criticar e combater os quadros e os membros do Partido que cometeram faltas graves, assim como os maus elementos entre as massas operárias e camponesas. Nessa crítica e nessa luta, devemos persuadir as massas a adoptar formas e métodos correctos e evitar os actos de brutalidade. Este é um aspecto da questão. O outro consiste em levar esses quadros, esses membros do Partido e esses maus elementos a comprometerem-se a não exercer represálias contra as massas. É preciso proclamar que as massas têm não só o direito de os criticar livremente mas também, se for necessário, de destituí-los ou de propor a sua destituição ou mesmo a sua exclusão do Partido, e até o de entregar os piores elementos aos tribunais populares para que sejam julgados e punidos.

III. SOBRE O PROBLEMA DO PODER DE ESTADO

1. O poder de Estado de democracia nova é o poder de Estado anti-imperialista e antifeudal das massas populares, dirigido pela classe operária. As massas populares compreendem aqui a classe operária, os camponeses, a pequena burguesia urbana e a burguesia nacional, oprimida e prejudicada pelo imperialismo e pelo regime reaccionário do Kuomintang e as classes que este representa, quer dizer, a burguesia burocrática (a grande burguesia) e a classe dos senhores de terras. O corpo principal das massas é formado pelos operários, cam-

poneses (os soldados são na sua maioria camponeses em uniforme) e outros trabalhadores. As massas populares organizam o seu próprio Estado (a República Popular da China) e estabelecem um governo que o representa (o Governo Central da República Popular da China). A classe operária, por intermédio da sua vanguarda, o Partido Comunista da China, dirige esse Estado das massas populares e o respectivo governo. Os inimigos que combatem a República Popular e o seu Governo são o imperialismo estrangeiro e, no interior do país, os reaccionários do Kuomintang e as classes que estes representam: a classe capitalista burocrática e a classe dos senhores de terras.

2. Os órgãos do poder da República Popular da China são as assembleias populares nos diferentes escalões e os governos, nos diferentes escalões, eleitos por essas assembleias.

3. No período actual, nós podemos e devemos, a pedido dos camponeses, convocar reuniões camponesas de aldeia, a fim de elegerem os governos de aldeia, e assembleias camponesas de subdistrito, a fim de elegerem os governos de subdistrito. Dado que os governos de distrito, de município ou de escalões superiores representam não só os camponeses das zonas rurais mas também todas as camadas e todas as profissões das vilas, sedes de distrito, capitais de província e grandes cidades industriais e comerciais, devemos convocar assembleias populares ao nível do distrito, do município, da província ou da região de fronteira, para eleger um governo em cada um desses escalões. No futuro, quando a revolução tiver triunfado em todo o país, o governo central e os gover-

nos locais em todos os escalões deverão ser eleitos pelas assembleias populares dos respectivos escalões.

IV. O PROBLEMA DAS RELAÇÕES ENTRE DIRIGENTES E DIRIGIDOS NA FRENTE ÚNICA REVOLUCIONÁRIA

A classe e o partido dirigentes só podem exercer a direcção sobre as classes, as camadas, os partidos políticos e as organizações populares, por eles dirigidos, preenchendo duas condições:

- a) Levar os dirigidos (os aliados) a lutar resolutamente contra o inimigo comum e a conquistar vitórias;
- b) Oferecer vantagens materiais aos dirigidos, ou, pelo menos, não prejudicar os respectivos interesses, dando-lhes ao mesmo tempo uma educação política.

Se estas duas condições não são preenchidas, ou se uma delas falha, a direcção não pode ser assegurada. Por exemplo, para dirigir os camponeses médios, o Partido Comunista deve levá-los a lutar resolutamente a seu lado contra a classe feudal, bem como a alcançar vitórias (destruição das forças armadas dos senhores de terras e distribuição das terras destes). Se não há luta resoluta ou se a luta permanece sem vitórias, os camponeses médios hesitarão. Além disso, devemos distribuir uma parte das terras e dos outros bens dos senhores de terras aos camponeses médios que são relativamente pobres, e guardar-nos de prejudicar os interesses dos camponeses médios abastados. Devemos incorporar os camponeses médios activistas nos trabalhos das associações camponesas e dos governos de aldeia e de subdistrito,

assegurando-lhes uma representação conveniente (por exemplo, um terço dos membros dos comités). Não devemos cometer erros ao determinar a situação de classe dos camponeses médios; devemos ser justos em relação a eles no que respeita ao imposto sobre a terra e aos serviços de guerra, dando-lhes ao mesmo tempo uma educação política. Se não fizermos tudo isto, perderemos o apoio dos camponeses médios. Nas cidades, é preciso agir segundo os mesmos princípios, a fim de se assegurar a direcção da classe operária e do Partido Comunista sobre a média burguesia, partidos democráticos e organizações populares que são oprimidos e lesados pelas forças reaccionárias.

NOTAS

1 Sobre os critérios de determinação da situação de classe nas regiões rurais, ver “Como Analisar as Classes nas Regiões Rurais”, Obras Escolhidas de Mao Tsetung, Tomo I, e “A Revolução Chinesa e o Partido Comunista da China”, capítulo II, secção 4, Obras Escolhidas de Mao Tsetung, Tomo II.

NOTAS DO TRADUTOR

(1) Camponeses ricos de tipo novo eram os que se haviam desenvolvido a partir da condição de camponês médio ou camponês pobre, graças a um trabalho produtivo nas bases de apoio revolucionárias; camponeses ricos de tipo antigo eram os camponeses ricos já antes do estabelecimento das bases de apoio revolucionárias. Em geral, os camponeses ricos de tipo antigo mantinham em elevado grau um carácter de exploração feudal e semifeudal, ao passo que os camponeses ricos de tipo novo revelavam esse carácter apenas em reduzida medida.

O MOVIMENTO DEMOCRÁTICO NO EXÉRCITO*

(30 de Janeiro de 1948)

A orientação do trabalho político nas unidades do nosso exército consiste em mobilizar sem reservas os soldados, os comandantes e o restante pessoal, a fim de conseguir, através dum movimento democrático sob direcção centralizada, três objectivos principais: alto grau de unidade política, melhores condições de vida e maior elevação técnica e táctica no plano militar. As “três verificações” e as “três rectificações”¹, que actualmente se realizam com entusiasmo nas unidades do nosso exército, destinam-se a atingir os dois primeiros objectivos, através da prática da democracia nos planos político e económico.

A democracia no plano económico consiste em assegurar aos representantes eleitos pelos soldados o direito de se ocuparem do abastecimento em víveres e da messe, prestando assistência ao comando da companhia (mas sem passar por cima da autoridade deste).

No plano militar, a democracia consiste em aplicar, durante a instrução, o método do ensino mútuo tanto entre oficiais e soldados como entre os próprios soldados, e, durante os períodos de combate, em fazer com que as companhias realizem reuniões, quer grandes quer pequenas, na própria frente. Sob a direcção do comando da companhia, os soldados devem ser estimulados a dis-

cutir a maneira de atacar e conquistar as posições inimigas e o modo de cumprir as demais tarefas de combate. Quando os combates se desenrolam ao longo de vários dias, há que realizar várias reuniões desse tipo. Essa forma de democracia militar foi praticada com grande sucesso durante a batalha de Panlom², no norte do Xensi, e durante a batalha de Chequiatchuam³, na região Xansi-Tchahar-Hopei. Ficou provado que tal prática só acarreta benefícios e não é de modo algum prejudicial. Há que garantir aos soldados o direito de denunciar os erros e os crimes cometidos pelos maus elementos dentre os quadros. Estejamos confiantes em que os soldados estimarão os quadros que sejam bons ou relativamente bons. Ao mesmo tempo, há que assegurar aos soldados o direito de propor, se necessário e dentre eles próprios, aqueles que gozem da sua confiança para candidatos aos quadros inferiores a nomear pelos escalões superiores. Esse procedimento é muito útil quando há uma forte penúria de quadros nos escalões inferiores. Contudo, isso não se deve tornar numa regra geral, só devendo aplicar--se em casos de necessidade.

NOTAS

1 As “três verificações” e as “três rectificações” constituíram um movimento importante para a consolidação do Partido e do Exército, movimento realizado pelo nosso Partido em ligação com a reforma agrária, durante a Guerra Popular de Libertação. Nas organizações locais do Partido, as “três verificações” significavam a verificação da origem de classe, da ideologia e do estilo de trabalho; no Exército, elas significavam a verificação da origem de classe, da realização das tarefas e da vontade de combater. As “três rectifi-

cações” significavam a consolidação da organização, o reforço da educação ideológica e a correcção do estilo de trabalho.

2 Panlom é uma vila situada a nordeste de Ien-an. Em Maio de 1947, as forças do Exército Popular de Libertação no Noroeste cercaram e aniquilaram, nessa vila, mais de 6.700 homens das tropas kuomintanistas de Hu Tsum-nan.

3 Chequiatchuam foi libertada pelas unidades do Exército Popular de Libertação da região fronteira Xansi-Tchahar--Hopei, em 12 de Novembro de 1947. A guarnição inimiga, com uma força de mais de 24.000 homens, foi inteiramente esmagada. Foi a primeira cidade importante a ser libertada no Norte da China pelo Exército Popular de Libertação.

DIFERENTES TÁCTICAS PARA APLICAR A LEI AGRÁRIA EM REGIÕES DIFERENTES

(3 de Fevereiro de 1948)

Na aplicação da Lei Agrária é necessário distinguir três tipos de regiões e adoptar tácticas diferentes em cada uma delas.

1. Regiões libertadas antigas, constituídas antes da capitulação do Japão. Em geral, nestas regiões há muito que já se fez a distribuição das terras, necessitando-se apenas de fazer alguns reajustamentos parciais. O nosso trabalho deve centrar-se na educação e consolidação das fileiras do Partido e na solução das contradições entre o Partido e as massas através dos esforços conjugados dos militantes e dos não militantes do Partido, segundo a experiência obtida no distrito de Pinxan¹. Nessas regiões libertadas antigas, o que se deve fazer não é distribuir as terras uma segunda vez, de acordo com a Lei Agrária, nem organizar, artificial e arbitrariamente, ligas de camponeses pobres para dirigir as associações camponesas, mas sim organizar grupos de camponeses pobres no interior das associações camponesas. Os elementos activos destes grupos poderão ocupar postos dirigentes nas associações camponesas e nos órgãos do poder político das regiões rurais, mas não se deve estabelecer como regra que tais postos sejam ocupados necessariamente por camponeses pobres com exclusão dos camponeses

médios. Nestas regiões, os cargos de direcção nas associações camponesas e nos órgãos do poder político devem ser assumidos pelos elementos activos entre os camponeses pobres e médios que tenham pontos de vista correctos e sejam justos na gestão dos problemas. Nestas regiões, a maior parte dos camponeses pobres tornaram-se camponeses médios, e estes constituem agora a maioria da população rural; portanto, devemos incorporar os elementos activos dentre os camponeses médios no trabalho de direcção em tais regiões.

2. Regiões libertadas desde a capitulação japonesa até ao momento da contra-ofensiva geral, quer dizer, no decorrer dos dois anos compreendidos entre Setembro de 1945 e Agosto de 1947. Estas regiões constituem, actualmente, a maioria das regiões libertadas e podem ser designadas como regiões libertadas semi-antigas. Nestas regiões, devido à luta para o ajuste de contas durante estes últimos dois anos e através da execução da “Directiva de 4 de Maio”², o nível de consciência política e o grau de organização das massas elevaram-se consideravelmente, e registou-se, quanto ao problema agrário, uma primeira solução. Contudo, a consciência política e a organização das massas ainda não atingiram um nível muito elevado e o problema agrário não está resolvido de uma maneira profunda. Nestas regiões, a Lei Agrária é inteiramente aplicável, a distribuição das terras deve ser universal e radical; se esta tarefa não for bem executada da primeira vez, devemos estar prontos a proceder a uma segunda distribuição, exigindo-se depois uma ou duas verificações. Nestas regiões, os camponeses médios constituem uma minoria e adoptam uma atitude

de expectativa; os camponeses pobres são a maioria e exigem ardentemente terras. Por consequência, impõe-se organizar ligas de camponeses pobres e assegurar-lhes uma posição dirigente nas associações camponesas e nos órgãos do poder político no campo.

3. Regiões recentemente libertadas a partir da contra-ofensiva geral. Nestas regiões, as massas ainda não foram mobilizadas, o Kuomintang, os senhores de terras e os camponeses ricos exercem ainda uma grande influência e o nosso trabalho ainda não se enraizou em nenhum domínio. Consequentemente, não devemos tentar aplicar a Lei Agrária de uma só vez, mas em duas etapas. Na primeira etapa, devemos neutralizar os camponeses ricos e golpear exclusivamente os senhores de terras. Esta etapa, por sua vez, deve ser subdividida em várias fases, nomeadamente, propaganda, organização preliminar, distribuição dos bens mobiliários³ dos grandes senhores de terras, distribuição das terras dos grandes e médios senhores de terras, levando em certa conta os interesses dos pequenos senhores de terras e, finalmente, distribuição das terras de toda a classe dos senhores de terras. No decorrer desta etapa, devem ser formadas ligas de camponeses pobres, como núcleo de direcção, podendo igualmente organizar-se associações camponesas, cujo corpo principal seja constituído pela massa dos camponeses pobres. Na segunda etapa deve-se distribuir as terras arrendadas pelos camponeses ricos, os seus excedentes de terras e parte dos seus outros bens, assim como distribuir a parte das terras dos senhores de terras que não tenha sido radicalmente distribuída na primeira etapa. A primeira etapa demorará cerca de

dois anos e a segunda um ano. Qualquer precipitação de modo nenhum dará bons resultados. A reforma agrária e a consolidação do Partido nas regiões libertadas antigas e semi-antigas também levarão três anos (a contar de Janeiro deste ano); aqui, também a precipitação não trará qualquer êxito.

NOTAS

1 O distrito de Pinxan, situado na parte ocidental da província de Hopei, estava então incluído na região libertada Xansi-Tchahar-Hopei. A experiência de Pinxan, a que se alude, consistia em convidar, durante a reforma agrária, não militantes do Partido a assistir às reuniões deste, de maneira a contribuir para a consolidação das organizações de base do Partido nas regiões rurais.

2 Trata-se da “Directiva sobre o problema agrário”, formulada pelo Comité Central do Partido Comunista da China, em 4 de Maio de 1946. Ver “Balanço de Três Meses”, nota 4, no presente tomo.

3 Refere-se a cereais, dinheiro, vestuário, utensílios domésticos, etc. Nos últimos meses, a nossa agência de notícias e os nossos jornais em muitas localidades publicaram, sem discernimento ou análise, numerosas reportagens e artigos malsãos, contendo erros de “esquerda”. Eis alguns exemplos.

CORRIGIR OS ERROS DE “ESQUERDA” NA PROPAGANDA DA REFORMA AGRÁRIA*

(11 de Fevereiro de 1948)

1. Em vez de fazerem propaganda da linha que consiste em apoiar-se nos camponeses pobres e nos assalariados agrícolas e unir-se firmemente aos camponeses médios a fim de liquidar o sistema feudal, difundiram unilateralmente a linha camponeses pobres-assalariados agrícolas. Em vez de fazerem propaganda da ideia de que o proletariado deve unir-se a todos os trabalhadores e a todos os oprimidos — burguesia nacional, intelectuais e outros patriotas (incluídos os nobres esclarecidos que não são contra a reforma agrária) — a fim de derrubar o jugo do imperialismo, do feudalismo e do capitalismo burocrático e estabelecer uma República Popular da China e um governo democrático popular, propagaram unilateralmente o ponto de vista de que são os camponeses pobres e os assalariados agrícolas que conquistam e dirigem o país, ou que o governo democrático deve ser apenas um governo de camponeses, ou que o governo democrático deve atender apenas aos operários, camponeses pobres e assalariados agrícolas, não mencionando de modo algum os camponeses médios, os artesãos independentes, a burguesia nacional e os intelectuais.

Trata-se dum grave erro de princípio. Não obstante, reportagens desse tipo têm sido difundidas pela nossa agência de notícias, pelos nossos jornais e emissoras. E os departamentos de propaganda dos comités do Partido de várias regiões não comunicaram tais erros aos organismos superiores. Nos últimos meses, semelhante propaganda, embora não tivesse sido muito difundida, foi no entanto bastante frequente e criou uma atmosfera em que se crê, equivocadamente, que isso pode trazer ideias correctas da direcção. Em resultado da transmissão de informações incorrectas pela Rádio do Norte do Xensi, até houve quem acreditasse, equivocadamente, que tais pontos de vista tinham a aprovação do Comité Central.

2. Sobre a questão da consolidação do Partido, em algumas regiões não foi feita ainda uma propaganda suficientemente vigorosa quer contra a não consideração da origem de classe quer contra a consideração exclusiva da origem de classe, tendo-se mesmo feito uma propaganda errada que defende a consideração exclusiva da origem de classe.

3. Sobre a questão da reforma agrária, em algumas regiões tomou-se bem nas mãos a propaganda contra a hesitação e a precipitação; mas, em muitas regiões, a precipitação foi encorajada e chegou-se a publicar artigos em que se faz o respectivo elogio. Sobre a questão das relações entre os dirigentes e as massas, atendeu-se em certas regiões à propaganda contra o autoritarismo e o seguidismo, mas, em muitas regiões, enfatizou-se erradamente o “fazer tudo como querem as massas” e condescendeu-se com as ideias erradas existentes entre

as massas. E foi-se até ao ponto de aceitar sem críticas as ideias erradas, sustentadas não pelas massas mas apenas por alguns indivíduos. Isto nega o papel dirigente do Partido e estimula o seguidismo.

4. Sobre a política relativa à indústria, ao comércio e ao movimento da classe operária, graves desvios de esquerda, existentes em certas regiões libertadas, foram ou louvados ou ignorados.

Resumindo, nos últimos meses, o nosso trabalho de propaganda reflectiu e guiou correctamente as grandes lutas — a guerra, a reforma agrária, a consolidação do Partido, a produção e o apoio à frente — e contribuiu para os seus grandes êxitos; este é o aspecto principal do nosso trabalho de propaganda e devemos reconhecê-lo primeiro que tudo. Contudo, há que reconhecer alguns erros e insuficiências. Eles são até de carácter “uítra-esquerdista” e alguns chegam a ser totalmente contrários aos princípios e posições do Marxismo-Leninismo e afastam-se totalmente da linha do Comité Central. Nós esperamos que os birôs e sub-birôs do Comité Central, os seus departamentos de propaganda, a Agência Hsinghua e respectivos birôs regionais e os camaradas que trabalham nos diversos jornais examinem o trabalho de propaganda destes últimos meses na base dos princípios marxistas-leninistas e da linha do Comité Central, ampliem as suas realizações, corrijam os seus erros e procedam de maneira que o seu trabalho ajude a assegurar a vitória nessas grandes lutas — a guerra, a reforma agrária, a consolidação do Partido e o movimento da classe operária — e a assegurar a vitória, no seu conjunto, da revolução anti-imperialista e antifeudal. Os de-

partamentos de propaganda dos comités do Partido em todas as regiões e a repartição central da Agência Hsinghua devem assumir a responsabilidade principal desse exame e apresentar, em seu próprio nome, relatórios políticos sobre os resultados obtidos ao Departamento de Propaganda do Comité Central.

PONTOS ESSENCIAIS DA REFORMA AGRÁRIA NAS NOVAS REGIÕES LIBERTADAS*

(15 de Fevereiro de 1948)

1. Não sejamos precipitados. O ritmo da reforma agrária deve ser estabelecido segundo as circunstâncias, o nível de consciência política das massas e a capacidade dos quadros dirigentes. Não tentemos levar a cabo a reforma agrária em poucos meses, mas preparemo-nos para concluí-la no espaço de dois ou três anos em cada uma das regiões. Isto é igualmente válido para as regiões libertadas antigas e semi--antigas.
2. A reforma agrária nas novas regiões libertadas deve ser dividida em duas etapas. Na primeira, atacamos os senhores de terras e neutralizamos os camponeses ricos. Esta etapa subdivide-se em várias fases: primeiro, atacamos os grandes senhores de terras e, depois, os outros senhores de terras. O tratamento deve ser diferente para os que são déspotas e para os que o não são, e diferente também para os grandes, médios e pequenos senhores de terras. A segunda etapa consiste na distribuição equitativa das terras, incluindo as terras dadas em arrendamento pelos camponeses ricos e os excedentes das suas terras. Mas, o tratamento dispensado aos camponeses ricos deve ser diferente do tratamento aos senhores de terras. Em geral, a extensão global do ataque não deve exceder oito por cento das famílias ou dez por cento da população. Nas regiões libertadas scmi--antigas, as

diferenças no tratamento e a extensão global do ataque devem ser as mesmas. Estas questões não existem nas regiões libertadas antigas onde, em geral, só são necessários reajustamentos menores na distribuição das terras¹.

3. Organizemos, primeiro, ligas de camponeses pobres e, depois, passados alguns meses, associações de camponeses. Devemos proscrever severamente a infiltração de senhores de terras e camponeses ricos nas associações camponesas e nas ligas de camponeses pobres. Os elementos activos das ligas de camponeses pobres devem constituir o núcleo dirigente das associações camponesas; mas há também que incorporar aos comités das associações camponesas um sector dos elementos activos, seleccionados dentre os camponeses médios. Na luta pela reforma agrária, os camponeses médios devem ser chamados a participar nela e os seus interesses devem ser tomados em consideração.

4. Não comecemos o trabalho ao mesmo tempo nos diferentes lugares; seleccionemos, antes, quadros competentes para o executarem primeiro em certos pontos, a fim de ganhar experiência, para depois generalizarmos essa experiência passo a passo e expandirmos o trabalho em vagas sucessivas. Isto tanto se aplica ao conjunto duma região estratégica como a um único distrito. E o mesmo serve também para as regiões libertadas antigas e semi-antigas.

5. Façamos uma distinção entre as regiões libertadas consolidadas e as zonas de guerrilhas. Nas primeiras, a reforma agrária poderá desenrolar-se gradualmente. Nas últimas, devemos limitar-nos à propaganda, ao tra-

balho organizacional clandestino e à distribuição dum certo volume de propriedade mobiliária; as organizações de massas não devem ser estabelecidas abertamente nem a reforma agrária realizada, pois o inimigo pode perseguir as massas.

6. Os bandos armados reaccionários dos senhores de terras e a polícia secreta reaccionária devem ser destruídos, não devem ser utilizados.

7. Os reaccionários devem ser eliminados, mas é estritamente proibido matar indiscriminadamente; quanto menos mortes, melhor. As sentenças de morte devem ser revistas e aprovadas por uma comissão formada a nível de distrito. O poder de julgar e decidir os casos dos suspeitos políticos pertence às comissões a nível de comité subdistrital do Partido. Isso aplica-se tanto às regiões libertadas antigas co-mo às semi-antigas.

8. Os intelectuais e semi-intelectuais revolucionários locais oriundos de famílias de senhores de terras ou camponeses ricos, mas que apoiam a reforma agrária, devem ser utilizados e integrados no trabalho de edificação das bases de apoio. Contudo, é nosso dever intensificar o trabalho de educação entre eles, impedi-los de entrincheirar-se no poder e de entravar a reforma agrária. De modo geral, não devemos deixá-los trabalhar nos subdistritos ou circunscricções donde são naturais. Há que pôr ênfase ao emprego de intelectuais ou semi-intelectuais oriundos de famílias camponesas.

9. Prestemos rigorosa atenção à defesa da indústria e do comércio. Adoptemos uma perspectiva de longo prazo na planificação e gestão dos problemas económicos e financeiros. As forças armadas e as administrações dos

subdistritos e das circunscricões devem guardar-se de qualquer esbanjamento.

NOTAS

1 Ver, no presente tomo, “Saudeamos o Novo Auge da Revolucao Chinesa”, nota II.

SOBRE A POLÍTICA RELATIVA À INDÚSTRIA E AO COMÉRCIO*

(27 de Fevereiro de 1948)

1. Em alguns lugares, as organizações do Partido violaram a política do Comité Central relativa à indústria e ao comércio, prejudicando-os seriamente. Tais erros devem ser rapidamente corrigidos. Ao corrigi-los, os comités do Partido desses lugares devem proceder a uma cuidadosa verificação, partindo de dois aspectos: os princípios e os métodos de direcção.

2. Princípios de direcção. Deve-se tomar precauções contra o erro de aplicar nas cidades as normas utilizadas no campo para a luta contra os senhores de terras e os camponeses ricos e para a liquidação das forças feudais. Deve-se fazer uma rigorosa distinção entre a exploração feudal exercida pelos senhores de terras e pelos camponeses ricos, que deve ser liquidada, e as empresas comerciais e industriais geridas pelos senhores de terras e pelos

* Directiva interna do Partido, redigida pelo camarada Mao Tse-tung em nome do Comité Central do Partido Comunista da China.

camponeses ricos, que devem ser protegidas. E há que fazer igualmente uma rigorosa distinção entre a justa política de desenvolvimento da produção, de promoção da prosperidade económica, de consideração tanto do interesse público como do privado e de benefício quer do trabalho quer do capital, e a política unilateral e tacanha de “assistência” que, pretendendo defender o bem-estar dos trabalhadores, prejudica na realidade a indústria e o comércio e lesa a causa da revolução popular. Há que fazer um trabalho de educação entre os camaradas dos sindicatos e entre as massas operárias, de modo a fazer-lhes compreender que não devem, de maneira nenhuma, olhar apenas para os interesses imediatos e parciais da classe operária, esquecendo-se dos respectivos interesses gerais e a longo prazo. Sob a direcção dos governos locais, os operários e os capita-listas devem ser orientados na organização de comités mistos para a gestão da produção e a fazer todo o possível para reduzir os custos, aumentar a produção e facilitar as vendas, de maneira a atingir os seguintes objectivos: dar a devida consideração tanto aos interesses públicos como aos interesses privados, beneficiar tanto o trabalho como o capital e apoiar a guerra. Os erros cometidos em muitos lugares devem-se à falta de compreensão de todos, da maioria ou de alguns dos princípios de direcção. Os birôs e sub-birôs do Comité Central devem levantar este problema de forma clara, analisá-lo, revê-lo, e formular princípios correctos de direcção, traçar directivas internas do Partido e promulgar decretos governamentais.

3. Métodos de direcção. Formulados os princípios de direcção e expedidas as directivas, os birôs e sub-birôs

do Comité Central devem manter um contacto estreito com os respectivos comités regionais e municipais do Partido, ou com os seus próprios grupos de trabalho, por meio do telégrafo ou telefone, correios-auto ou a cavalo, ou por entrevistas pessoais; há que utilizar o jornal como instrumento muito importante de organização e direcção. Deve-se controlar constantemente a evolução do trabalho, trocar experiências e corrigir os erros; não se deve esperar muitos meses, um semestre ou um ano para realizar reuniões de balanço onde se façam controles gerais e rectificações gerais dos erros. A espera conduz a grandes perdas, ao passo que a correcção dos erros, à medida que surgem, reduz as perdas. Em circunstâncias normais, os birôs do Comité Central devem esforçar-se por manter um contacto estreito com as organizações que lhes estão subordinadas, ter o cuidado constante de traçar uma linha clara entre aquilo que deve ser feito e aquilo que se não deve fazer, e chamar permanentemente a atenção das organizações subordinadas para isso, de modo que estas cometam o menor número de erros possível. Tudo isto são problemas de método de direcção.

4. Todos os camaradas do Partido precisam de compreender que o inimigo está agora inteiramente isolado. Mas este isolamento não significa que nós já alcançámos a vitória. Se cometemos erros em política, seremos incapazes de vencer. Expressando-nos mais concretamente, falharemos se cometermos, e não corrigirmos, erros de princípio em relação a qualquer dos cinco aspectos da nossa política — a guerra, a consolidação do Partido, a reforma agrária, a indústria e o comércio, bem como a

repressão da contra-revolução. A política é o ponto de partida de todas as acções práticas dum partido revolucionário e manifesta-se no processo e no resultado final dessas acções. Um partido revolucionário materializa a sua política sempre que realiza uma acção. E se não estiver a materializar uma política correcta, estará a materializar uma política incorrecta; se não estiver a materializar uma dada política conscientemente, estará a materializá-la inconscientemente. Aquilo a que chamamos experiência é o processo e o resultado final da materialização duma política. Só através da prática do povo, isto é, através da experiência, se pode verificar se uma política é correcta ou incorrecta, e determinar até que ponto ela é certa ou errada. Mas a prática dos homens, especialmente a prática dum partido revolucionário e das massas revolucionárias, está necessariamente ligada a uma ou a outra política. Assim, antes de se passar à acção, devemos explicar aos membros do Partido e às massas a política que formulamos à luz das condições dadas. De outro modo, os membros do Partido e as massas afastar-se-ão da orientação da nossa política, agirão às cegas e aplicarão uma política errada.

SOBRE A QUESTÃO DA BURGUESIA NACIONAL E DOS NOBRES ESCLARECIDOS*

(1 de Março de 1948)

Na sua etapa actual, a revolução chinesa caracteriza-se por ser uma revolução das grandes massas populares, sob a direcção do proletariado, contra o imperialismo, o feudalismo e o capitalismo burocrático. Por grandes massas populares entende-se todos os oprimidos, prejudicados ou agrilhoados pelo imperialismo, pelo feudalismo e pelo capitalismo burocrático, nomeadamente os operários, os camponeses, os soldados, os intelectuais, os homens de negócios e outros patriotas, como foi claramente indicado no “Manifesto do Exército Popular de Libertação da China”, publicado em Outubro de 1947. Neste Manifesto, o termo “intelectuais” designa todos os intelectuais perseguidos e subjugados; “homens de negócios”, toda a burguesia nacional perseguida e agrilhoadada, quer dizer, a média e a pequena burguesia; “outros patriotas”, principalmente os nobres esclarecidos. A revolução chinesa, na sua etapa actual, é uma revolução em que todos os elementos mencionados unem-se para formar uma frente única contra o imperialismo, o feudalismo e o capitalismo burocrático, e em que o corpo principal é constituído pelo povo trabalhador. Por povo trabalhador entende-se todos os trabalhadores manuais (operários, camponeses, artesãos, etc.) e os trabal-

hadores intelectuais que, pelas suas condições, estão próximos dos primeiros e que não são exploradores, mas vítimas da exploração. O objectivo da revolução chinesa, na fase actual, não é abolir o capitalismo em geral, mas sim derrubar a dominação do imperialismo, do feudalismo e do capitalismo burocrático e fundar uma república de democracia nova das grandes massas populares, tendo o povo trabalhador como força principal.

Não devemos abandonar os nobres esclarecidos que cooperaram e continuam a cooperar connosco, que aprovam a nossa luta contra os Estados Unidos e Tchiang Kai-chek e que aprovam também a reforma agrária. Tomemos, como exemplo, pessoas como Liu Shao-pai, da região fronteira Xansi-Sui-ian, e Li Tim-mim, da região fronteira Xensi-Cansu-Ninsia², que nos deram uma ajuda considerável nos tempos difíceis durante e depois da Guerra de Resistência contra o Japão e não entravaram a reforma agrária nem se opuseram a ela, na altura em que a pusemos em prática. Constitui nosso dever, portanto, manter a política de união com eles. Mas esta unidade não significa considerá-los como uma força capaz de determinar o carácter da revolução chinesa. As forças que determinam o carácter de uma revolução são, por um lado, os seus inimigos principais, e, por outro, as principais forças revolucionárias. Presentemente, os nossos principais inimigos são o imperialismo, o feudalismo e o capitalismo burocrático, enquanto que as principais forças na nossa luta contra tais inimigos são todos os trabalhadores manuais e intelectuais, que representam 90 por cento da população do país. E isto dá à nossa revolução, na sua etapa actual, o carácter

de uma revolução de democracia nova, uma revolução democrática popular, diferente de uma revolução socialista como a Revolução de Outubro.

Um número restrito de elementos de direita da burguesia nacional, que se ligaram ao imperialismo, ao feudalismo e ao capitalismo burocrático, e se opõem à revolução democrática popular, são também inimigos da revolução, enquanto que os elementos de esquerda da burguesia nacional, que se ligaram ao povo trabalhador e se opõem aos reacçãoários, são também revolucionários, tal como os poucos nobres esclarecidos que se desligaram da classe feudal. Mas, nem os primeiros constituem a força principal do inimigo, nem os segundos formam o corpo principal dos revolucionários. Nem uns nem outros são forças que possam determinar o carácter da revolução. A burguesia nacional é uma classe politicamente muito fraca e vacilante. Mas, a maioria dos seus elementos pode aderir à revolução democrática popular ou assumir uma atitude neutra, uma vez igualmente perseguida e acorrentada pelo imperialismo, pelo feudalismo e pelo capitalismo burocrático. Eles fazem parte das grandes massas populares, mas não constituem o seu corpo principal, nem uma força que determine o carácter da revolução. Contudo, como são economicamente importantes e podem juntar-se a nós na luta contra os Estados Unidos e Tchiang Kai-chek ou permanecer neutros em relação a esta luta, é possível e necessário unirmo-nos a eles. Antes da fundação do Partido Comunista da China, o Kuomintang, dirigido por Sun Yat-sen, representava a burguesia nacional e desempenhava o papel dirigente da revolução chinesa

dessa época (revolução democrática inconsequente de tipo antigo). Mas, depois que o Partido Comunista da China nasceu e demonstrou a sua capacidade, o Kuomintang não pôde mais assumir a direcção da revolução chinesa (revolução de democracia nova). A burguesia nacional incorporou-se ao movimento revolucionário de 1924--1927 e, durante o período de 1927-1931 (antes do Incidente de 18 de Setembro de 1931), uma boa parte dos seus membros passou-se para o lado da reacção chefiada por Tchiang Kai-chek. Mas, por essa razão, não se deve pensar que na altura não devíamos ter tentado conquistar politicamente a burguesia nacional e protegê-la economicamente, ou que a nossa política ultra-esquerdista em relação à burguesia nacional não foi aventureira. Pelo contrário, nesse período, a nossa política devia inclusivamente ter sido a de proteger a burguesia nacional e ganhá-la à nossa causa, de modo a permitir-nos uma concentração de forças na luta contra os nossos inimigos principais. No período da Guerra de Resistência, a burguesia nacional participou na guerra, oscilando entre o Kuomintang e o Partido Comunista. Actualmente, a maioria dos elementos da burguesia nacional nutre um ódio cada vez maior contra os Estados Unidos e Tchiang Kai-chek; os seus elementos de esquerda ligam-se ao Partido Comunista e os de direita ao Kuomintang, enquanto que os do centro tomam uma atitude hesitante, de expectativa, entre os dois partidos. Nestas circunstâncias, é-nos necessário e possível ganhar a maioria da burguesia nacional e isolar a minoria. Para atingirmos este objectivo, devemos ser prudentes ao abordar a posição económica desta classe e, em princípio, deve-

mos adoptar uma política geral de protecção. De outro modo, cometeríamos erros políticos.

Os nobres esclarecidos são senhores de terras e camponeses ricos que, individualmente, têm tendências democráticas. Têm contradições com o capitalismo burocrático e o imperialismo e, até certo ponto, também com os senhores de terras e camponeses ricos feudais. Unimo-nos a eles não porque representem uma força política considerável nem porque tenham qualquer importância económica (as terras por eles possuídas segundo o sistema feudal deverão ser distribuídas, com o seu consentimento, aos camponeses), mas porque, politicamente, eles prestaram--nos uma boa ajuda durante a Guerra de Resistência e durante a luta contra os Estados Unidos e Tchiang Kai-chek. No período da reforma agrária, será útil para esta, em todo o país, que alguns nobres esclarecidos se pronunciem em seu favor. Em particular, isso ajudar-nos-á a ganhar os intelectuais (muitos dos quais são oriundos de famílias de senhores de terras ou de camponeses ricos), a burguesia nacional (a maioria dos seus elementos está ligada à terra) e os nobres esclarecidos em todo o país (o seu número atinge várias centenas de milhares), e a isolar os principais inimigos da revolução chinesa, a camarilha reaccionária de Tchiang Kai-chek. É exactamente por desempenhar este papel que os nobres esclarecidos fazem também parte da frente única revolucionária contra o imperialismo, o feudalismo e o capitalismo burocrático; há pois que prestar igualmente atenção ao problema da unidade com eles. Durante o período da Guerra de Resistência, o que exigíamos aos nobres esclarecidos era que apoias-

sem a resistência contra o Japão, favorecessem a democracia (não se opor ao Partido Comunista) e a redução das rendas e taxas de juro; na fase actual, o que lhes exigimos é que apoiem a luta contra os Estados Unidos e Tchiang Kai-chek, favoreçam a democracia (não se opor ao Partido Comunista) e a reforma agrária. Se forem capazes de satisfazer tais exigências, o nosso dever é unirmo-nos a eles sem qualquer excepção e educá-los ao mesmo tempo que realizamos essa união.

NOTAS

1 Ver o primeiro dos oito princípios políticos, enunciados no “Manifesto do Exército Popular de Libertação da China”, no presente tomo.

2 Liu Shao-pai, nobre esclarecido da região fronteiriça Xansi-Sui-ian, foi eleito vice-presidente do Conselho Consultivo Provisório desta região. Li Tim-mim, nobre esclarecido do norte da província de Xensi, foi eleito vice-presidente do governo da região fronteiriça Xensi-Cansu--Ninsia.

SOBRE A GRANDE VITÓRIA NO NOROESTE E O MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO IDEOLÓGICA DE TIPO NOVO NO EXÉRCITO DE LIBERTAÇÃO*

(7 de Março de 1948)

Comentando a última grande vitória que as forças do Exército Popular de Libertação no Noroeste acabaram de alcançar, um porta-voz do Alto Comando do Exército Popular de Libertação declarou: esta vitória modificou a situação no Noroeste e terá repercussões na situação das Planícies Centrais. Ela provou que o Exército Popular de Libertação se torna invencível com a realização do movimento de educação ideológica de tipo novo, através da “narração dos sofrimentos” e das “três verificações”. O porta-voz disse: Durante esta campanha, as forças do Exército Popular de Libertação no Noroeste cercaram de surpresa uma brigada inimiga em Itchuan. Hu Tsum-nan ordenou então a Liu Can, comandante do seu XXIX Corpo de Exército, que, partindo da linha LuotchuanTt-siun, fosse em socorro da cidade de Itchuan, com quatro brigadas pertencentes a duas divisões reorganizadas, isto é, as 31a e 47a Brigadas da 27a Divisão Reorganizada, e as 53a e 61a Brigadas da 90a Divisão Reorganizada, o que perfazia um total de mais de 24.000 homens. Essas brigadas alcançaram o sudoeste de Itchuan no dia 28 de Fevereiro. As forças do Exército Popular de Libertação no Noroeste iniciaram o combate de aniquilamento e,

em 30 horas de luta, de 29 de Fevereiro a 1 de Março, liquidaram completamente ? aqueles reforços, sem nada deixar escapar. Mais de 18.000 homens foram feitos prisioneiros e mais de 5.000 caíram mortos ou feridos; Liu Can em pessoa, Ien Mim, comandante da 90a Divisão, e outros oficiais foram mortos. Logo depois, em 3 de Março, tomámos Itchuan e destruimos ainda uma unidade de mais de 5.000 homens, a 24a Brigada da 76a Divisão Reorganizada, que defendia a cidade. No decurso da campanha, o inimigo perdeu um quartel general de corpo de exército, dois quartéis gerais de divisão e cinco brigadas, num total de 30.000 homens. Foi a nossa primeira grande vitória nos campos de batalha do Noroeste.

Analisando a situação no teatro de operações do Noroeste, o porta-voz declarou: Das 28 brigadas do “Exército Central”, sob o comando directo de Hu Tsum-nan, oito pertenciam às suas três divisões de elite, isto é, à IA, à 36a e à 90a Divisões Reorganizadas. Entre essas tropas, a IA Brigada da 13 Divisão Reorganizada já tinha

Esse comentário analisa a situação na frente do Noroeste e esboça as condições nos outros teatros de operações do país. Mas o mais importante no comentário é o realce dado à importância do movimento de educação ideológica de tipo novo, levado a efeito no exército através dos métodos da “narração dos sofrimentos” e das “três verificações”. Esse movimento de tipo novo constituiu um desenvolvimento importante do trabalho político e do movimento democrático no seio do Exército Popular de Libertação. Era o reflexo, no exército, do movimento para a reforma agrária e do movimento para a consolidação do Partido, que então se realizavam vigorosamente em todas as regiões libertadas. Esse movimento elevou consideravelmente a consciência política,

sido destruída uma vez, em Setembro do ano antepassado, em Fuxan, no sul do Xansi; no ano passado, em Maio, o grosso da 167a Brigada da mesma divisão tinha sofrido a mesma sorte na vila de Panlom, no norte do Xensi e, nesse mesmo ano, em Agosto, a 123a e a 165a Brigadas da 36a Divisão Reorganizada foram destruídas uma vez, em Chaquiatien, distrito de Mitche, no norte do Xensi; desta vez foi a 90a Divisão Reorganizada que ficou completamente aniquilada. Entre as forças principais que ainda restam a Hu Tsum-nan, só a 78a Brigada da IA Divisão Reorganizada e a 28a Brigada da 36a Divisão Reorganizada ainda não sofreram golpes destruidores. Pode, portanto, dizer-se que o conjunto das tropas de Hu Tsum-nan está praticamente desprovido de unidades de elite. Após a batalha de aniquilamento de Itchuan, das 28 brigadas regulares, colocadas sob as ordens directas de Hu Tsum-nan, só restam 23, repartidas pelas seguintes regiões: em Linfen, sul do Xansi, uma brigada imobilizada e condenada a ser destruída; na fronteira Xensi-Honan e ao longo da linha férrea Luoiam--Tonquan, 9 brigadas fazendo frente ao nosso

a disciplina e a capacidade de combate de todos os oficiais e soldados, ao mesmo tempo que contribuiu com muita eficácia para acelerar o processo de transformação, em combatentes do Exército de Libertação, dum grande número de soldados capturados ao Kuomintang, desempenhando assim um papel importante na consolidação e expansão do Exército Popular de Libertação e nas suas vitórias nos campos de batalha. A propósito da importância desse movimento, ver, no presente tomo, “O Movimento Democrático no Exército”, “Discurso Pronunciado numa Conferência de Quadros na Região Libertada Xansi-Sui-juan” e “Circular do Comité Central do Partido Comunista da China sobre a Reunião de Setembro”.

exército de campanha, comandado por Tchen Gam e Sie Fu-tchi; no sul do Xensi, uma brigada em serviço de guarnição na região de Hantchum; as outras 12 brigadas estão repartidas ao longo das vias de comunicação, em forma de “T”, ligando Tonquan a Paoqui e Sien-iam a Ien-an. Entre estas últimas, 3 são “brigadas transferidas para a retaguarda”¹, inteiramente formadas de novos recrutas, 2 foram recentemente reconstituídas, depois de terem sido de todo aniquiladas pelo nosso exército, 2 outras receberam golpes destruidores e 5 receberam golpes relativamente fracos. Pode deduzir-se, portanto, que tais tropas não só estão muito enfraquecidas, como também ocupadas, na sua maioria, com serviços de guarnição. Ao exército de Hu Tsum-nan é preciso juntar duas brigadas que, sob as ordens de Tem Pao-xan, defendem Iulin, e outras 9 que, sob o comando de Ma Hom-cuei, da província de Ninsia, e Ma Pu-fuam, da província de Tsinghai, estão repartidas pelas regiões de Sampian e Lontum. As tropas regulares acima mencionadas, respectivamente sob as ordens de Hu Tsum-nan, Tem Pao-xan, Ma Hom-cuei e Ma Pu-fuam, incluindo as unidades reconstituídas depois de terem sido destruídas uma ou duas vezes, totalizam actualmente 34 brigadas.

Essa a situação do inimigo no Noroeste. Voltemos às brigadas dispostas ao longo das vias de comunicação em forma de “T”. Das 5 que foram relativamente pouco atingidas, 2 estão bloqueadas em Ien-an e 3 encontram-se na região do Grande Quan-tchum. As outras são, na sua maior parte, unidades recentemente reconstituídas, enquanto que um pequeno número delas são unidades

que sofreram golpes destruidores. Por outras palavras, as forças inimigas em toda a região do Grande Quantchum e, em particular, na província de Cansu, estão muito enfraquecidas; elas são incapazes de deter a ofensiva do Exército Popular de Libertação. Uma tal situação não pode deixar de afectar parte do dispositivo do exército de Tchiang Kai-chek na frente sul, e, em primeiro lugar, o seu dispositivo na fronteira Honan--Xensi, face ao nosso exército de campanha, comandado por Tchen Gam e Sie Fu-tchi. No avanço actual para o sul, as forças do Exército Popular de Libertação no Noroeste conquistaram a vitória a partir do momento em que desfraldaram a sua bandeira e adquiriram uma fama retumbante, o que modificou, no Noroeste, a relação de forças entre o inimigo e nós; de hoje em diante, essas forças combaterão ainda com maior eficácia, em coordenação com as forças do Exército Popular de Libertação que operam nos campos de batalha da frente sul.

O porta-voz disse: A partir do Verão e do Outono últimos, os nossos três exércitos de campanha, comandados respectivamente por Liu Po-tchem e Tem Siao-pim, por Tchen Yi e Su Iu, por Tchen Gam e Sie Fu-tchi, avançaram para o sul depois de terem atravessado o rio Amarelo, e percorreram em todos os sentidos o território que se estende entre os rios Yangtsé, Huai, Amarelo e Han; eles aniquilaram um grande número de tropas inimigas, manobraram, atraindo-as à sua volta, cerca de 90 das 160 e tantas brigadas de que dispunha Tchiang Kai-chek na frente sul, forçaram os exércitos deste a uma posição passiva e desempenharam assim um papel estratégico decisivo, conquistando as aclamações do povo

por todo o país¹. Durante a sua ofensiva de Inverno, o nosso Exército de Campanha do Nordeste, suportando um frio rigoroso de 30o abaixo de zero, destruiu uma grande parte das tropas inimigas, apoderou-se sucessivamente de cidades importantes e ganhou uma fama retumbante por todo o país². No ano passado, os nossos exércitos de campanha na região Xansi-Tchahar-Hopei, em Xantum, no norte do Quiansu e na região Xansi-Hopei-Xantum-Honan, depois de terem aniquilado numerosas tropas inimigas³ no decurso de batalhas heróicas, terminaram a sua tarefa de instrução e consolidação durante o último Inverno e hão-de lançar em breve a sua ofensiva de Primavera⁴. O exame do conjunto da situação comprova a seguinte verdade: enquanto combatemos resolutamente o conservantismo e o medo ao inimigo e às dificuldades, enquanto seguirmos a estratégia geral estabelecida pelo Comité Central do Partido e a sua directiva sobre os dez princípios militares fundamentais⁵, nós poderemos desenvolver a nossa ofensiva, destruir em massa as tropas inimigas e infligir às forças do bando de Tchiang Kai-chek golpes tais que elas só poderão fazer-nos face momentaneamente, sem possibilidades de desforra, ou até mesmo nem sequer terão essa possibilidade momentânea, acabando por ser totalmente aniquiladas, umas atrás das outras.

O porta-voz sublinhou: A potência de combate do nosso Exército de Campanha do Noroeste é muito maior do que em qualquer período do ano passado⁶. Nos combates do ano passado, ele podia destruir no máximo duas brigadas inimigas de cada vez, enquanto que agora, no decurso da batalha de Itchuan, foi capaz de destruir

5 brigadas de uma só vez. Por muitas razões essa vitória foi assim estrondosa. Notadamente, isso deveu-se ao comando firme e ao mesmo tempo flexível dos camaradas dirigentes da frente, ao apoio enérgico dos camaradas dirigentes e das grandes massas da retaguarda, ao isolamento relativo das forças inimigas e ao terreno que nos era favorável. Contudo, a razão que mais merece ser salientada é o movimento de educação ideológica de tipo novo no exército, prosseguido durante mais de dois meses no Inverno passado, segundo os métodos da “narração dos sofrimentos” e das “três verificações”. O desenrolar correcto do movimento de “narração dos sofrimentos” (denúncia dos sofrimentos impostos ao povo trabalhador pela velha sociedade e pelos reaccionários) e das “três verificações” (verificação da origem de classe, do cumprimento das tarefas e da vontade de combate) elevou consideravelmente a consciência política dos comandantes e combatentes de todo o exército na luta pela emancipação das massas trabalhadoras exploradas, pela realização da reforma agrária em todo o país e pela destruição do inimigo comum do povo, a quadrilha de Tchiang Kai-chek. Ao mesmo tempo, esse movimento reforçou de modo considerável a já firme unidade existente entre os comandantes e combatentes, sob a direcção do Partido Comunista. Nessa base, o exército conseguiu uma maior pureza nas suas unidades, reforçou a disciplina, expandiu o movimento de massas para a instrução militar e desenvolveu ainda mais a democracia política, económica e militar, segundo uma via bem orientada e ordenada. Desse modo, o exército uniu-se como um só homem, contribuindo cada membro com

as suas ideias e a sua energia; é um exército que não teme sacrifícios, sabe vencer as dificuldades materiais e dá provas de intrepidez e heroísmo colectivos na destruição do inimigo. Um exército assim é invencível.

O porta-voz disse: Não foi apenas no Noroeste que se realizou esse movimento de educação ideológica de tipo novo no seio do exército, pois ele já foi realizado ou está a sê-lo por todo o país, nas fileiras do Exército Popular de Libertação. Realizado no intervalo das batalhas, o movimento não estorva a acção militar. Ele está ligado ao movimento para a consolidação do Partido e ao movimento de reforma agrária, desenvolvidos actualmente de forma correcta pelo nosso Partido; ele liga-se também à nossa política justa de limitação do sector de ataque por meio dum combate dirigido apenas contra o imperialismo, o feudalismo e o capitalismo burocrático e por meio duma proibição rigorosa de bater ou matar sem discriminação (quanto menos se matar, melhor), política que consiste também em unirmo-nos resolutamente às massas populares que representam mais de 90% da população do país. Esse movimento está ainda ligado à aplicação da justa política do Partido nas cidades, e à sua política destinada a proteger e a desenvolver com firmeza a indústria e o comércio da burguesia nacional. Assim, esse movimento não pode senão dar uma força invencível ao Exército Popular de Libertação. Quaisquer que sejam os esforços desesperados que a camarilha de Tchiang Kai-chek e respectivo amo, o imperialismo norte-americano, intentem contra a grande luta do povo chinês pela revolução democrática, a vitória certamente pertencer-nos-á.

NOTAS

1 A 30 de Junho de 1947, sete colunas do Exército de Campanha de Xansi-Hopei-Xantum-Honan, dirigido por Liu Po-tchem, Tem Siao-pim e outros camaradas, iniciaram uma acção para forçar a passagem do rio Amarelo e avançar em direcção dos montes Tapie, inaugurando assim a ofensiva estratégica do Exército Popular de Libertação. Até aos fins de Março de 1948, foram aniquiladas tropas inimigas num total de mais de 100.000 homens, e foram estabelecidas novas bases de apoio na fronteira Hupei-Honan, no oeste do Anghuei, na região montanhosa de Tompai e nas planícies entre os rios Yangtsé e Han. Depois de ter quebrado o ataque concentrado do inimigo contra a província de Xantum, em Agosto de 1947, 8 colunas do Exército de Campanha do Leste da China, dirigido por Tchen Yi, Su Iu e outros camaradas, avançaram impetuosamente sobre o sudoeste do Xantum e a região fronteira Honan-Anghuei-Quiansu; essas colunas aniquilaram mais de 100.000 homens das tropas inimigas, alargaram a região libertada de Honan-Anghuei-Quiansu e isolaram os pontos estratégicos inimigos de Caifum e de Tchendjou. Duas colunas e um corpo pertencentes ao Grupo de Corpos de Exército de Tai-íuê, da região de Xansi-Hopei-Xantum-Honan, comandado por Tchen Gam, Sie Fu-tchi e outros camaradas, forçaram a passagem do rio Amarelo no sul do Xansi em Agosto de 1947, penetraram no oeste do Honan, causaram ao inimigo mais de 40.000 baixas e estabeleceram bases de apoio ao longo da fronteira Honan-Xensi-Hupei e no sul do Xensi, isolando completamente Luoiam, centro estratégico do inimigo no oeste do Honan, e ameaçando Tonquan.

2 De 15 de Dezembro de 1947 a 15 de Março de 1948, no decurso de 90 dias de combates ininterruptos, 10 colunas e 12 divisões independentes do Exército de Campanha do Nordeste, conduzido por Lin Piao, Luo Jum-huan e outros camaradas, desencadearam uma ofensiva de Inverno de envergadura sem precedentes, ao longo da secção Sepim-Tachiquiao do caminho de ferro chinês

de Tchantchuen, e na secção Xanghaiquan-Chen-iam da linha Pepim-Liaonim; aniquilaram tropas inimigas elevando-se a mais de 156.000 homens e apoderaram-se de Sepim, ponto estratégico bem fortificado, assim como de dezoito outras cidades. Uma divisão inimiga acantonada em Inçou revoltou-se e passou-se para as nossas fileiras. As forças inimigas que defendiam a cidade de Quilin abandonaram-na e fugiram para Tchantchuen. Assim, somente cerca de um por cento da região do Nordeste ficou sob o controle do inimigo, sendo isolados os seus covis nas cidades situadas ao longo da linha Tchantchuen--Chen-iam-Quindjou.

3 Dos princípios de Setembro até meados de Novembro de 1947, cinco colunas do Exército de Campanha de Xansi-Tchahar-Hopei, dirigido por Nie Jum-tchen e outros camaradas, bateram-se sucessivamente nas campanhas ao norte da ribeira Tatchim e na região de Tchinfuntien, bem como na campanha para a libertação de Chequiatchuam, tendo infligido ao inimigo perdas de cerca de 50.000 homens e conseguindo reunir em um só território as regiões libertadas de Xansi-Tchahar-Hopei e de Xansi-Hopei-Xantum-Honan. De Setembro a Dezembro de 1947, três colunas do Grupo de Corpos de Exército do Xantum, pertencente ao Exército de Campanha do Leste da China, e as forças armadas locais realizaram uma campanha no leste do Xantum, sob as ordens de Siu Chi-iou, Tan Tchen-lin e outros camaradas; elas destruíram forças inimigas elevando-se a mais de 63.000 homens e reconquistaram mais de 10 capitais de distrito; assim, toda a situação na província de Xantum ficou modificada. De Agosto a Dezembro de 1947, unidades do Exército de Campanha do Leste da China, no norte do Quiansu, travaram batalhas sucessivas em Ientchem, Lipao e noutros lugares, as quais custaram ao inimigo mais de 24.000 homens, permitindo retomar vastas regiões no norte do Quiansu. Em Dezembro de 1947, em coordenação com unidades do Exército de Campanha do Noroeste, unidades do Exército de Campanha de Xansi-Hopei-Xantum-Honan, conduzido por Siu Siam-tchien e outros camaradas, atacaram e tomaram Yuntchem, tendo o inimigo perdido mais de 13.000 homens. Todas as forças inimigas no sudoeste do Xansi foram esmagadas, ficando assim isoladas as tropas inimigas de Linfen.

4 Na Primavera de 1948, a seguir a um período de instrução e consolidação no decorrer do Inverno, os exércitos de campanha do Exército Popular de Libertação desencadearam, um após outro, as suas ofensivas de Primavera. De Março a Maio, o Exército de Campanha de Xansi-Tchahar-Hopei e unidades do Exército de Campanha de Xansi-Hopei-Xantum-Honan e do Exército de Campanha de Xansi-Sui-ian realizaram campanhas no sul do Tchahar, no leste do Sui-ian e na região de Linfen, infligiram ao inimigo perdas superiores a 43.000 homens e retomaram vastos territórios. De 8 de Março a 29 de Maio, unidades dos Exércitos de Campanha das Planícies Centrais e do Leste da China realizaram campanhas sucessivas em Luoiam, em Som-ho e a oeste e a leste de Nan-iam; o inimigo perdeu mais de 56.000 homens, o seu sistema de defesa nas Planícies Centrais ficou desmantelado e a região libertada nessas planícies foi alargada e consolidada. De n de Março a 8 de Maio, o Grupo de Corpos de Exército de Xantum do Exército de Campanha do Leste da China travou batalhas, primeiro na secção oeste da via férrea Tsintao-Tsinan e, depois, no distrito de Veicien, batalhas que custaram ao inimigo a perda de mais de 84.000 homens. Assim, a província de Xantum foi libertada, com excepção de alguns pontos de apoio, tais como Tsinan, Tsintao, Lin-yi e Iendjou. Em Março, o Grupo de Corpos de Exército do Norte do Quiansu conquistou uma vitória na batalha de Ilin.

5 Acerca dos dez princípios militares fundamentais, ver, no presente tomo, "A Situação Actual e as Nossas Tarefas", secção III.

6 As forças principais empenhadas pelo Exército de Campanha do Noroeste, sob as ordens de Pem Te-huai, Ho Lom, Si Tchom-chiun e outros camaradas, nos combates do norte do Xensi, no Verão de 1947, consistiam em duas colunas e duas brigadas, totalizando mais de 25.000 homens. Na Primavera de 1948, aumentaram para 5 colunas, totalizando mais de 75.000 homens. Temperados por um ano de combates e graças ao movimento de educação ideológica de tipo novo, realizado no exército no Inverno de 1947, as grandes massas de oficiais e soldados elevaram a sua consciência política e a capacidade de combate das suas unidades a um nível sem precedentes. Assim se criaram as condições necessárias que permitiram ao Exército de Campanha do Noroeste passar à acção no exterior

das linhas, em Março de 1948. Após a grande vitória de Itchuan, esse exército desencadeou em 12 de Abril uma campanha em Sifu (região situada a oeste de Si-an, entre as ribeiras Tsim e Uei) e no leste do Cansu, penetrou na extensa região situada entre as ribeiras Tsim e Uei, cortou a grande estrada Si-an-Landjou e retomou Ien-an em 22 de Abril.

NOTAS DO TRADUTOR

(1) Brigadas do Kuomintang na frente de combate, destruídas em grande parte pelo Exército Popular de Libertação da China, e transferidas para a retaguarda para efeitos de recomplementamento, tendo no entanto conservado o seu antigo número de unidade.

CIRCULAR SOBRE A SITUAÇÃO*

(20 de Março de 1948)

1. Considerando as novas condições, o Comité Central dedicou-se nos últimos meses à resolução dos problemas relativos à política e à táctica específicas para a reforma agrária, a indústria e o comércio, a frente única, a consolidação do Partido e o trabalho nas novas regiões libertadas; e combateu igualmente os desvios de direita e de “esquerda” no interior do Partido, sobretudo os desvios de “esquerda”. A história do nosso Partido mostra que os desvios de direita ocorrem, geralmente, nos períodos em que existe uma frente única do nosso Partido com o Kuomintang, e os desvios de “esquerda”, nos períodos em que o Partido está em ruptura com o Kuomintang. Actualmente, os desvios de “esquerda” consistem principalmente em prejudicar os interesses dos camponeses médios e da burguesia nacional; em acentuar unilateralmente, no movimento operário, os interesses imediatos dos trabalhadores; em não fazer distinções

* Circular interna do Partido, redigida pelo camarada Mao Tsetung em nome do Comité Central do Partido Comunista da China. Posteriormente, o Comité Central transferiu-se da região fronteiriça Xensi-Cansu-Ninsia para a região libertada Xansi-Tchahar-Hopei, passando pela região libertada Xansi-Sui-ian, e, em Maio de 1948, chegou à aldeia de Sipaipo, no distrito de Pinxan, oeste da província de Hopei.

no tratamento dispensado aos senhores de terras e camponeses ricos; em não fazer distinções no tratamento aos grandes, médios e pequenos senhores de terras, assim como no tratamento aos déspotas locais e aos que o não são; em não deixar aos senhores de terras os meios necessários de existência, como é exigido pelo princípio da distribuição por igual das terras; em ultrapassar certos limites estabelecidos pela nossa política na luta para a repressão da contra-revolução; em não aceitar partidos políticos que representam a burguesia nacional; em prescindir dos nobres esclarecidos; em negligenciar a importância táctica da redução do sector de ataque nas novas regiões libertadas (isto é, descurar a neutralização dos camponeses ricos e dos pequenos senhores de terras); e em não ter a paciência requerida para um trabalho metódico. Durante estes últimos dois anos aproximadamente, os referidos desvios de “esquerda” produziram-se, em maior ou menor grau, em todas as regiões libertadas e, em certos casos, degeneraram em graves tendências aventureiras. Afortunadamente, tais desvios não são de muito difícil correcção; no fundamental, foram corrigidos nestes últimos meses ou estão a sê-lo agora. Mas, os dirigentes em todos os escalões devem despende esforços vigorosos para que tais desvios sejam inteiramente corrigidos. Os desvios de direita consistem principalmente em so-brestimar a força do inimigo, ficar amedrontado pela grande ajuda dada a Tchiang Kai-chek pelos Estados Unidos, sentir um certo cansaço pela guerra longa, ter certas dúvidas quanto ao poderio das forças democráticas mundiais, não ousar mobilizar completamente as massas para abolir o feu-

dalismo e permanecer indiferente perante a impureza na composição de classe do Partido e no respectivo estilo de trabalho. No entanto, estes desvios de direita não são hoje os mais importantes nem sequer de difícil correcção. Nos últimos meses, o nosso Partido obteve êxitos na guerra, na reforma agrária, na consolidação do Partido, na educação ideológica no seio do exército, na edificação de novas regiões libertadas e na conquista da adesão dos partidos democráticos; e tem corrigido, com especial atenção, ou está corrigindo, os desvios que se produzem nesses sectores do nosso trabalho. Isto habilitará o conjunto do movimento revolucionário na China a avançar pela via de um desenvolvimento são. Só quando toda a política e táctica do Partido assentarem numa via correcta, será possível a vitória para a revolução chinesa. A política e a táctica são a vida do Partido; os camaradas dirigentes de todos os escalões devem prestar-lhes a máxima atenção e jamais devem, de maneira alguma, ser negligentes a este respeito.

2. Certas personalidades democráticas, acreditando que era ainda possível uma chamada “terceira via”¹ e adoptando uma posição intermédia entre o Kuomintang e o Partido Comunista, por alimentarem certas ilusões quanto aos Estados Unidos e Tchiang Kai-chek e também por serem cépticos quanto à questão de saber se o nosso Partido e o povo teriam força bastante para derrotar todos os inimigos do interior e do exterior, acabaram por encontrar-se numa posição passiva face à repentina ofensiva desencadeada pelo Kuomintang; finalmente, em Janeiro de 1948, aceitaram as palavras de ordem do nosso Partido e declararam-se contra Tchiang Kai-chek,

contra os Estados Unidos e pela aliança com o Partido Comunista e a União Soviética². Devemos prosseguir a política de unidade com tais indivíduos, ao mesmo tempo que devemos criticar, de maneira conveniente, os seus pontos de vista errados. No futuro, quando estiver formado o Governo Popular Central, será necessário e útil convidar alguns dentre eles a participar no trabalho do Governo. É característico dessas personalidades o nunca terem desejado contactos com as massas trabalhadoras; acostumadas à vida nas grandes cidades, hesitam em vir para as regiões libertadas. Mesmo assim, a base social que representam, ou seja, a burguesia nacional, tem uma importância que não deve ser ignorada. Portanto, é necessário ganhá-las à nossa causa. Preve-mos que, quando tivermos alcançado vitórias ainda maiores e conquistado certo número de cidades como Chen-iam, Pepim e Tientsim, e assim que se tornarem absolutamente evidentes a vitória do Partido Comunista e a derrota do Kuomintang, tais indivíduos passarão possivelmente a desejar vir para as regiões libertadas a fim de trabalhar connosco, uma vez que sejam convidados a participar no Governo Popular Central.

3. Não esperamos constituir o Governo Popular Central este ano, pois ainda não chegou o momento de fazê-lo. Será indispensável constituí-lo quando a pseudo Assembleia Nacional, neste ano, eleger Tchiang Kai-chek presidente da República³ e ele ficar ainda mais radicalmente desacreditado, quando acumularmos maiores vitórias e ampliarmos os nossos territórios, de preferência após a tomada de uma ou duas das maiores cidades do país, e quando o Nordeste da China, o Norte

da China, o Xantum, o norte do Quiansu, o Honan, o Hupei e o Anghuei estiverem todos ligados em uma só região contínua. Tal ocasião apresentar-se-á, provavelmente, em 1949. Presentemente, nós estamos a integrar a região Xansi-Tchahar--Hopei, a região Xansi-Hopei-Xantum-Honan e a região de Pohai no Xantum sob a direcção dum único comité do Partido (o Birô do Norte da China), dum só governo e dum só comando militar” (a inclusão da região de Pohai poderá ser diferida por algum tempo). Estas três regiões abrangem os vastos territórios ao norte da linha ferroviária de Lom-hai, a oeste da linha ferroviária Tientsim-Pucou e do golfo de Pohai, a leste da linha ferroviária Tatom-Pudjou e a sul da linha ferroviária Pepim-Sui-ian. Elas já se encontram ligadas entre si em uma região contínua com um total de 50 milhões de habitantes e a sua integração há-de concluir-se, possivelmente, dentro em breve. Isto permitir-nos-á dar um enérgico apoio à guerra na frente sul e transferir grande número de quadros para as novas regiões libertadas. O centro dirigente da região integrada ficará em Chequiatchuam. O Comité Central está também a preparar-se para se transferir para o Norte da China e a respectiva Comissão de Trabalho incorporar-se-lhe-á.

4. De Dezembro a Fevereiro, as nossas tropas na frente sul foram submetidas a repouso, treino e consolidação ; estas tropas compreendem 9 brigadas do grupo de corpos de exército do Xantum, 7 brigadas do grupo de corpos de exército do norte do Quiansu, 21 brigadas do grupo de corpos de exército da zona entre os rios Amarelo e Huai, 10 brigadas do grupo de corpos de exército da região de Honan-Hupei-Xensi, 19 brigadas do grupo

de corpos de exército da zona entre os rios Yangtsé, Huai e Han, 12 brigadas do grupo de corpos de exército do Noroeste da China e 12 brigadas do grupo de corpos de exército do sul do Xansi e do norte do Honan. A única excepção foram as forças principais do grupo de corpos de exército comandado por Liu Po-tchem e Tem Siao-pim na região compreendida entre os rios Yangtsé, Huai e Han, que não tiveram semelhante possibilidade, visto que Bai Tchou-si concentrou as suas tropas e atacou os montes Tapie5; só nos fins de Fevereiro é que essas forças puderam transferir algumas das suas unidades para o Norte do rio Huai, para repouso, treino e consolidação. Esse foi o nosso primeiro período de repouso, treino e consolidação em grande escala nos últimos vinte meses de combates. Os métodos que adoptámos durante esse período foram os seguintes: apresentação pelas massas dos sofrimentos passados (males impostos ao povo trabalhador pela velha sociedade e pelos reaccionários), as três verificações (origem de classe, cumprimento do dever e vontade de combater) e instrução de massa (os oficiais instruem os soldados, os soldados instruem os oficiais e os soldados instruem-se mutuamente). Com estes métodos, nós desenvolvemos um grande entusiasmo revolucionário entre os comandantes e os combatentes em todo o exército; reeducámos ou expulsámos os senhores de terras, os camponeses ricos e os maus elementos que se tinham infiltrado no exército; reforçámos a disciplina; explicámos claramente as medidas políticas relativas à reforma agrária, à indústria, ao comércio e aos intelectuais; desenvolvemos o estilo democrático de trabalho no exército; e elevámos o nível da nossa técnica

e táctica militares. Como resultado, o nosso exército aumentou consideravelmente a sua eficácia de combate. Excep-tuando-se essa parte do grupo de corpos de exército comandado por Liu Po-tchem e Tem Siao-pim, que ainda está em período de repouso, instrução e consolidação, todos os nossos grupos de corpos de exército passaram seguidamente a novas operações militares desde os fins de Fevereiro e começos de Março, liquidando em duas semanas 9 brigadas inimigas. Das nossas tropas na frente norte, que compreendem as 46 brigadas do grupo de corpos de exército do Nordeste, as 18 brigadas do grupo de corpos de exército da região Xansi-Tchahar-Hopei e 2 brigadas do grupo de corpos de exército da região Xansi-Sui-ian, a maioria combateu ao longo do Inverno, enquanto que a parte restante tinha um período de descanso, treino e consolidação. Sabendo utilizar vantajosamente as águas congeladas do rio Liaoho, o nosso grupo de corpos de exército do Nordeste combateu durante três meses, liquidou 8 brigadas do inimigo e conseguiu que 1 brigada se sublevasse e se passasse para o nosso lado; ocupou Tchanvu, Faku, Sinlituen, Liao-iam, Anxan, Inçou e Sepim, e recuperou Quilin. Este grupo de corpos de exército começou agora o seu período de repouso, treino e consolidação. Depois disso, atacará Tchanchuen ou as forças inimigas dispostas ao longo da via férrea Pepim-Liaonim. O grupo de corpos de exército da região Xansi-Tchahar--Hopei teve mais de um mês de repouso, treino e consolidação, e agora desloca-se em direcção à linha ferroviária Pepim-Sui-ian. O grupo de corpos de exército da região Xansi-Sui-ian é relativamente pequeno, a sua tarefa principal consiste em imo-

bilizar as tropas de Ien Si-xan. Resumindo, actualmente nós temos nas frentes norte e sul 10 grupos de corpos de exército, numericamente desiguais, que constam de 50 colunas de tropas regulares (cada uma equivale a uma divisão reorganizada do Kuomintang), ou 156 brigadas (correspondendo cada uma delas a uma brigada reorganizada do Kuomintang), com um total superior a 1.322.000 homens, tendo cada brigada (3 regimentos) uma média aproximada de 8.000 homens. Além disso, há mais de 1.168.000 homens de tropas irregulares (dos quais 800.000 constituem unidades de combate), incluindo as formações e tropas regionais, os destacamentos de guerrilhas, as organizações e academias militares da retaguarda. O nosso exército totaliza assim mais de 2.491.000 homens. Contudo, antes de Julho de 1946, nós dispúnhamos apenas de 28 colunas de tropas regulares, ou 118 brigadas, totalizando cada brigada (3 regimentos) menos de 5.000 homens — um total de pouco mais de 612.000 homens. Juntamente com mais de 665.000 homens das tropas irregulares, o total elevava-se a um pouco mais de 1.278.000 homens. Pode ver-se, pois, que o nosso exército cresceu. Não houve um grande aumento do número de brigadas, mas os efectivos de cada brigada aumentaram consideravelmente. Após vinte meses de guerra, a nossa eficácia de combate também se elevou enormemente.

5. De Julho de 1946 ao Verão de 1947, o exército regular do Kuomintang compunha-se de 93 divisões, com 248 brigadas; actualmente, ele dispõe de designações para 104 divisões, com 279 brigadas. A disposição é a seguinte: na frente norte, há 29 divisões, com 93 briga-

das, totalizando cerca de 550.000 homens (13 divisões, com 45 brigadas, sob o comando de Vei Li-huam no Chen-iam; 11 divisões, com 33 brigadas, sob o comando de Fu Tsuo-yi em Pepim; 5 divisões, com 15 brigadas, sob o comando de Ien Si-xan em Tai-uan). Na frente sul, há 66 divisões, com 158 brigadas, totalizando aproximadamente 1.060.000 homens (38 divisões, com 86 brigadas, comandadas por Cu Tchu-tom no Tchendjou; 14 divisões, com 33 brigadas, comandadas por Bai Tchou-si no Quiou-quiam e 14 divisões, com 39 brigadas, comandadas por Hu Tsum-nan em Si-an). Na segunda linha, há 9 divisões, com 28 brigadas, totalizando cerca de 196.000 homens (4 divisões, com 8 brigadas, na região do Noroeste, isto é, na região a Oeste de Landjou; 4 divisões, com 10 brigadas, na região do Sudoeste, isto é, nas províncias de Setchuan, Sicam, Iunnan e Cui-djou; 8 brigadas na região do Sudeste, isto é, nas províncias a Sul do rio Yangtsé, e uma divisão, com duas brigadas, em Taiwan). A razão do aumento do número das designações das unidades do exército regular do Kuomintang é que, depois de grande número das suas tropas regulares terem sido aniquiladas pelo nosso exército e terem passado da ofensiva estratégica à defensiva estratégica, o Kuomintang sentiu intensamente a carência de tropas e, por consequência, promoveu ou reorganizou muitas das unidades locais armadas e tropas fantoches em elementos do seu exército regular. Assim, na frente norte, foram agregadas ao comando de Vei Li-huam 3 divisões, com 14 brigadas e, ao comando de Fu Tsuo-yi, 2 divisões, com 6 brigadas; na frente sul, 6 divisões com 9 brigadas foram agregadas ao comando de Cu Tchu-

tom e 2 brigadas, ao comando de Hu Tsum--nan. O aumento total foi de u divisões, ou 31 brigadas. Daí resulta que o exército do Kuomintang disponha agora de 104 divisões em vez de 93, ou seja, de 279 brigadas em vez de 248. Mas, em primeiro lugar, as 6 divisões com 29 brigadas que liquidámos nos últimos meses (até 20 de Março) hoje só existem de nome; não tiveram tempo para reconstituí-las ou recompletá-las e, provavelmente, algumas nunca mais poderão ser reconstituídas ou recompletadas. Assim, o exército do Kuomintang só dispõe, na realidade, de 98 divisões, com 250 brigadas, o que supõe um aumento de apenas 5 designações de divisão e 2 brigadas reais desde o último Verão. Em segundo lugar, das 250 brigadas que de facto existem, só 118 não sofreram os golpes demolidores do nosso exército. As restantes 132 foram destroçadas pelo nosso exército, por uma, duas ou mesmo três vezes, sendo então recompletadas, ou sofreram um, dois ou mesmo três golpes demolidores do nosso exército (no caso de brigadas, destroçar significa destruir completamente ou destruir na maior parte, e golpe demolidor significa destruir um ou mais dos seus regimentos, não as suas forças principais), e o seu moral e eficácia de combate baixaram consideravelmente. Das 118 brigadas que não sofreram golpes demolidores, algumas são compostas de recrutas instruídos na retaguarda e outras são unidades armadas locais e tropas fantoches que foram promovidas ou reorganizadas em tropas regulares; a sua eficácia de combate é muito baixa. Em terceiro lugar, as forças armadas do Kuomintang também diminuíram em número. Antes de Julho de 1946, elas dispunham de 2.000.000 de homens nas

suas forças regulares, 738.000 homens nas tropas irregulares, 367.000 homens em unidades especiais, 190.000 homens nas forças navais e aéreas e 1.0 10.000 homens nos serviços de retaguarda e academias militares — um total de 4.305.000 homens. Em Fevereiro de 1948, elas dispunham de 1.810.000 homens de tropas regulares, 560.000 de tropas irregulares, 280.000 nas unidades especiais, 190.000 nas forças navais e aéreas e 810.000 nos serviços de retaguarda e academias militares — um total de 3.650.000 homens. Isso significou um decréscimo de 655.000 homens. Nos dezanove meses que vão de Julho de 1946 a Janeiro de 1948, o nosso exército infligiu um total de 1.977.000 baixas às tropas kuomintanistas (as estatísticas de Fevereiro e da primeira quinzena de Março não foram ainda elaboradas, mas a cifra anda à volta de 180.000). Por outras palavras, o Kuomintang perdeu não só mais de um milhão de homens recrutados no decorrer da guerra mas também uma parte importante das tropas de que dispunha inicialmente. Nessas circunstâncias, o Kuomintang adoptou uma política oposta à nossa, isto é, diminuiu, em vez de completar, os efectivos de cada uma das brigadas para, assim, aumentar o número de designações de brigadas. Se em 1946 a média dos efectivos de cada brigada kuomintanista era aproximadamente de 8.000 homens, actualmente é apenas de cerca de 6.500. Daqui em diante, as regiões ocupadas pelo nosso exército ex-pandir-se-ão diariamente, e as fontes kuomintanistas de recrutamento e abastecimento reduzir-se-ão dia a dia; calculamos que na próxima Primavera, depois de um novo ano de combates, o nosso exército e o do Kuomintang serão mais ou

menos numericamente iguais. A nossa política é avançar a passos firmes e desferir golpes certos, em vez de buscar resultados rápidos; o que procuramos fazer é destruir uma média mensal de cerca de 8 brigadas do exército regular do Kuomintang, ou umas 100 brigadas por ano. Na realidade, desde o último Outono, essa cifra tem sido excedida e, futuramente, é possível excedê-la ainda mais. Poder-se-á esmagar a totalidade do exército do Kuomintang em cerca de cinco anos (a contar de Julho de 1946).

6. Presentemente, há dois sectores na frente sul e na frente norte, onde o inimigo dispõe ainda de reservas relativamente consideráveis e pode lançar campanhas ofensivas, colocando aí as nossas tropas numa situação temporariamente difícil. O primeiro sector situa-se nos montes Tapie, onde o inimigo tem aproximadamente 14 brigadas de reserva. O segundo situa-se a Norte do rio Huai, onde o inimigo dispõe de cerca de 12 brigadas de reserva. Nestes dois sectores, as tropas kuomintanistas conservam ainda a iniciativa (mantêm-na no sector a Norte do rio Huai porque retirámos daí 9 brigadas das nossas tropas de campanha, transferindo-as para o Norte do rio Amarelo, para repouso, treino e consolidação, com o objectivo de utilizá-las em outros sectores). As tropas inimigas em todos os outros teatros de guerra perderam a iniciativa e são alvo dos nossos ataques. As frentes onde a situação nos é particularmente favorável são o Nordeste, o Xantum, o Noroeste, o Norte do Quiansu, a região Xansi-Tchahar-Hopei, a região Xansi-Hopei-Xantum-Honan e a vasta zona situada a Oeste da linha ferroviária Tchendjou-Hancou, a

Norte do rio Yangtsé e a Sul do rio Amarelo.

NOTAS

1 Ver, no presente tomo, “A Situação Actual e as Nossas Tarefas”, nota 8.

2 Em Outubro de 1947, o governo reaccionário do Kuomintang decretou a dissolução da Liga Democrática. Sob a pressão dos reaccionários do Kuomintang, alguns membros vacilantes da Liga Democrática proclamaram a sua dissolução e a cessação das suas actividades. Nessa época, os outros partidos democráticos, igualmente perseguidos pelos reaccionários do Kuomintang, encontravam-se também incapacitados de poder actuar abertamente nas regiões kuomintanistas. Em Janeiro de 1948, Chen Tchun-ju e outros dirigentes da Liga Democrática decidiram, numa reunião em Hong Kong, restabelecer a direcção da Liga e retomar as actividades. No mesmo mês, Li Tsi-chen e outros membros da ala democrática do Kuomintang fundaram, em Hong Kong, o Comité Revolucionário do Kuomintang. Estes dois grupos concordaram com a posição assumida pelo Partido Comunista da China sobre a situação de então e fizeram declarações, apelando para a aliança com o Partido Comunista e os demais partidos democráticos, para o derrubamento da ditadura de Tchiang Kai-chek e contra a intervenção armada dos Estados Unidos nos assuntos internos da China. Os membros hesitantes da Liga Democrática aceitaram também estas palavras de ordem.

3 Os reaccionários do Kuomintang realizaram em Nanquim, de 29 de Março a 1 de Maio de 1948, uma reunião da pseudo Assembleia Nacional, na qual Tchiang Kai-chek e Li Tsun-jen foram “eleitos” respectivamente “presidente” e “vice-presidente” da República.

4 Em Maio de 1948, as regiões libertadas Xansi-Tchahar-Hopei e Xansi-Hopei-Xantum-Honan foram integradas uma na outra e fundou-se o Conselho Administrativo Unificado do Norte da China e a Região Militar do Norte da China. Em Agosto do mesmo ano, o Conselho Administrativo Unificado do Norte da China pas-

sou a ser designado por Governo Popular do Norte da China.

5 Em Dezembro de 1947, Bai Tchou-si iniciou o ataque aos montes Tapie, empregando 33 brigadas.

6 Nessa altura, calculava-se que todo o exército do Kuomintang podia ser aniquilado em cerca de cinco anos. Mais tarde, o prazo previsto foi reduzido para cerca de três anos e meio. Ver, no presente tomo, “Mudança Capital na Situação Militar na China”.

DISCURSO PRONUNCIADO NUMA CONFERÊNCIA DE QUADROS NA REGIÃO LIBERTADA XANSI-SUI-IUAN

(1 de Abril de 1948)

Camaradas! Hoje, eu queria falar-vos, principalmente, de alguns problemas relativos ao nosso trabalho na região libertada Xansi-Sui-ian e também de certos problemas respeitantes ao nosso trabalho no conjunto do país.

I

Em minha opinião, o trabalho de reforma agrária e de consolidação do Partido, efectuado, durante o ano decorrido, na região dirigida pelo Sub-birô de Xansi-Sui-ian do Comité Central do Partido Comunista da China, foi coroado de êxito.

Isto pode ser considerado sob dois aspectos. Por um lado, a organização do Partido no Xansi-Sui-ian combateu os desvios de direita, deu início a lutas de massas e concluiu, ou está concluindo, o trabalho de reforma agrária e de consolidação do Partido entre uma população de dois milhões e várias centenas de milhares de habitantes, sobre um total de pouco mais de três milhões de habitantes que conta a região. Por outro lado, ela corrigiu também os desvios de “esquerda”, surgidos no decorrer desses movimentos, colocando assim o con-

junto do trabalho numa via de desenvolvimento são. Sob estes dois aspectos, eu considero que o trabalho de reforma agrária e de consolidação do Partido na região libertada Xansi-Sui-ian foi um sucesso.

“Daqui em diante”, diz o povo da região libertada Xansi-Sui-ian, “ninguém mais ousará comportar-se como feudal, ninguém mais ousará maltratar as pessoas, ninguém mais ousará entregar-se à corrupção”. Tal a conclusão que esse povo tira do nosso trabalho de reforma agrária e de consolidação do Partido. Quando diz “ninguém mais ousará comportar-se como feudal”, ele quer dizer que, graças à luta travada sob a nossa direcção, destruiu ou está destruindo o sistema de exploração feudal nas novas regiões libertadas, bem como os seus últimos vestígios nas regiões libertadas antigas e semi-antigas. Quando diz que “ninguém mais ousará maltratar as pessoas, ninguém mais ousará entregar-se à corrupção”, ele alude ao grave fenómeno que era o certo grau de impureza na composição de classe e no estilo de trabalho das nossas organizações do Partido e governamentais, existente no passado. Nestas organizações, havia-se registado uma grande infiltração de maus elementos, muitos indivíduos tinham desenvolvido um estilo burocrático de trabalho, tinham abusado do poder, tratando despoticamente as pessoas, e empregado métodos coercivos e autoritários na execução das tarefas, o que provocava o descontentamento das massas; ou então tais indivíduos haviam-se tornado culpados de corrupção ou tinham atentado contra os interesses das massas. Mas esta situação mudou radicalmente, após um ano de trabalho de reforma agrária e de consolidação do Partido.

Um dos camaradas aqui presentes disse-me que “o que nos era funesto está agora afastado, o que nos faltava até aqui, temo-lo agora”. Com a expressão “o que nos era funesto”, ele referia-se ao grave fenómeno da impureza na composição de classe e no estilo de trabalho das organizações do Partido e do governo, bem como ao descontentamento que isso provocava entre as massas. Esse fenómeno está fundamentalmente eliminado. Ao dizer “o que nos faltava até aqui, temo-lo agora”, ele aludia às ligas de camponeses pobres, às novas associações camponesas, às assembleias de representantes do povo à escala do subdistrito e da aldeia e à nova atmosfera que predomina no campo em consequência da reforma agrária e da consolidação do Partido.

Eu penso que tais comentários correspondem à realidade.

Tal foi o grande sucesso do trabalho de reforma agrária e de consolidação do Partido na região libertada Xansi-Sui-ian. É o primeiro aspecto do nosso sucesso. Foi unicamente nesta base que a organização do Partido no Xansi-Sui-ian pôde cumprir, durante o ano decorrido, um imenso trabalho ao serviço da frente, de apoio à grande Guerra Popular de Libertação. Sem os êxitos obtidos no trabalho de reforma agrária e de consolidação do Partido, teria sido difícil cumprir tarefa militar tão ampla.

Por outro lado, a organização do Partido no Xansi-Sui-ian corrigiu os desvios de “esquerda”, surgidos no decurso do próprio trabalho. Houve três principais desvios deste tipo. Primeiro, em muitas localidades, ao determinar-se a situação de classe, colo-caram-se err-

adamente, na categoria dos senhores de terras e na dos camponeses ricos, inúmeros trabalhadores que nunca exerceram qualquer exploração feu-dal ou que apenas o fizeram em fraca medida; o sector de ataque foi, pois, erradamente ampliado, esquecendo-se esse princípio estratégico, extremamente importante, segundo o qual nós podemos e devemos unir-nos, na reforma agrária, com cerca de 92 por cento das famílias camponesas ou com cerca de 90 por cento da população rural, quer dizer, com a totalidade do povo trabalhador do campo, a fim de criar uma frente única contra o sistema feudal. Presentemente, esse desvio está corrigido. Em consequência, a população está consideravelmente tranquilizada e a frente única revolucionária, consolidada. Segundo, no trabalho da reforma agrária pre-judicaram-se os interesses das empresas industriais e comerciais pertencentes a senhores de terras e a camponeses ricos; durante a luta para se descobrir as actividades contra-revolucionárias no domínio económico, ultrapassaram-se os limites prescritos; na política de impostos, prejudicou-se a indústria e o comércio. Tais foram os desvios de “esquerda” em relação à indústria e ao comércio. Agora esses desvios estão igualmente corrigidos, o que permite o restabelecimento e desenvolvimento da indústria e do comércio. Terceiro, no decorrer da luta encarniçada do ano passado para realizar a reforma agrária, a organização do Partido no Xansi-Sui-ian não soube ater-se inequivocamente à política do Partido, que proíbe, de maneira estrita, bater e matar indiscriminadamente, de modo que, em certas localidades, alguns senhores de terras e camponeses ricos foram, desnecessariamente, executa-

dos durante a reforma agrária e os maus elementos do campo puderam aproveitar-se da situação para vingarse, matando criminosamente alguns trabalhadores. Como é evidente, nós consideramos absolutamente necessário e justo que sejam condenados à morte, pelos tribunais populares e pelas autoridades democráticas, os grandes criminosos que combateram activa e gravemente a revolução democrática popular e sabotaram a reforma agrária, quer dizer, os mais odiosos contra-revolucionários e déspotas locais. Se não se procedesse assim, a ordem democrática não poderia ser instituída. Contudo, temos de proibir a execução indiscriminada dos simples subordinados do Kuomintang, dos senhores de terras e camponeses ricos comuns, e dos indivíduos cuja culpabilidade seja menos grave. Além disso, está proibido aos tribunais populares e às autoridades democráticas o recurso à violência física nos julgamentos. Actualmente, os desvios dessa ordem, surgidos durante o ano decorrido na região Xansi-Sui-ian, estão igualmente corrigidos.

Dado que todos esses desvios ficaram conscienciosamente corrigidos, podemos dizer, com fundamento, que o conjunto do trabalho dirigido pelo Sub-birô de Xansi-Sui-ian do Comité Central está na via do desenvolvimento são.

O método fundamental de trabalho, que deve ficar gravado no espírito de todos os comunistas, consiste em determinar a nossa directriz de trabalho de acordo com as condições reais. O exame dos erros cometidos mostra que todos se deveram ao facto de nos termos afastado da situação real, existente em dado momento e lugar, de

nos termos mostrado subjectivos na determinação da directriz de trabalho. Isto deve servir de lição para todos os camaradas.

Pelo que respeita à consolidação das organizações de base do Partido, ao conformarem-se com a directiva do Comité Central sobre o trabalho de reforma agrária e de consolidação do Partido nas regiões libertadas antigas e semi-antigas¹, vocês utilizaram a experiência adquirida no distrito de Pinxan, na região libertada Xansi-Tchahar-Hopei; quer dizer, dentre as massas, vocês convidaram os elementos activos não membros do Partido a participar nas reuniões das células do Partido, durante as quais vocês desenvolveram a crítica e a autocritica para acabar com o estado de impureza na composição de classe e no estilo de trabalho das organizações do Partido, permitindo a estas estreitar os seus laços com as massas populares. Isto há-de colocar-vos em posição de levar a bom termo todo o trabalho de consolidação das organizações do Partido.

Quanto aos membros do Partido e aos quadros, que cometeram faltas mas que podem ainda ser educados e são diferentes dos incorrigíveis, não devemos abandoná-los mas sim educá-los, seja qual for a sua origem de classe. Está igualmente correcto que vocês tenham aplicado ou estejam a aplicar este princípio.

Na luta contra o sistema feudal, uma experiência extremamente preciosa foi a instituição, na base das ligas de camponeses pobres e das associações camponesas, de assembleias de representantes do povo à escala do subdistrito e da aldeia (ou da circunscrição). Só uma assembleia que repousa na vontade das massas populares

realmente amplas é uma verdadeira assembleia de representantes do povo. Agora é possível constituir-se semelhantes assembleias em todas as regiões libertadas. Uma vez estabelecidas, tais assembleias devem converter-se nos órgãos locais do poder popular; devem ser investidas de toda a autoridade devida, tal como os conselhos governamentais que elas tiverem eleito. As ligas de camponeses pobres e as associações camponesas tornar-se-ão, então, em seus auxiliares. A nossa ideia era criar assembleias de representantes do povo nas regiões rurais, apenas depois de se ter concluído, no fundamental, a tarefa da reforma agrária. Agora que a vossa experiência e a experiência adquirida em outras regiões libertadas provaram ser possível e necessário instituir, em plena luta pela reforma agrária, tais assembleias, à escala do subdistrito e da aldeia, e os conselhos governamentais por elas eleitos, vocês devem continuar a proceder desta maneira. E o mesmo deve fazer-se em todas as regiões libertadas. Depois de serem generalizadas à escala do subdistrito e da aldeia, poder-se-ão criar assembleias de representantes do povo à escala do distrito.

Quando as assembleias dos representantes do povo à escala do distrito e de escalão inferior forem instituídas, será fácil criar as dos escalões superiores. As assembleias dos representantes do povo nos diferentes escalões devem, quanto possível, englobar representantes de todas as camadas democráticas da população — operários, camponeses, artesãos independentes, membros das profissões liberais, intelectuais, industriais e comerciantes da burguesia nacional e nobres esclarecidos. Bem entendido, não se deve completar a representação de

uma maneira mecânica; é necessário distinguir entre regiões rurais com vilas e regiões rurais sem vilas, entre vilas grandes e pequenas, entre cidades e regiões rurais, e cumprir de maneira natural, e não mecânica, a tarefa de unir todas as camadas democráticas.

A grande luta de massas pela reforma agrária e pela consolidação do Partido educou e formou dezenas de milhares de elementos activos e quadros. Eles estão ligados às massas e constituem um tesouro extremamente precioso para a República Popular da China. Daqui em diante, devemos reforçar-lhes a educação, de maneira a que façam constantes progressos no seu trabalho. Simultaneamente, impõe-se pô-los em guarda contra a vaidade e a auto-suficiência que poderiam advir-lhes dos êxitos e louvores.

Em razão de tudo isto, em razão dos sucessos obtidos nos diferentes domínios acima referidos, podemos dizer que, hoje, a região libertada Xansi-Sui-ian está mais consolidada que nunca. As outras regiões libertadas, onde se trabalhou no mesmo sentido, consolidaram-se também.

As causas dos sucessos alcançados na região libertada Xansi-Sui-ian, pelo que respeita à direcção, foram principalmente as seguintes:

1. Com a ajuda do trabalho feito pelo camarada Cam Chem na aldeia administrativa de Hao-quiapo, distrito de Lincien, durante a Primavera e o Verão passados, o Sub-birô de Xansi-Sui-ian realizou em Junho último uma conferência de secretários dos comités de prefeitura do Partido. A conferência criticou os desvios de direita verificados anteriormente no trabalho, pôs totalmente

a nu os factos graves de desvios da linha do Partido e decidiu adoptar a política de empreender conscienciosamente o trabalho de reforma agrária e de consolidação do Partido. Fundamentalmente, a conferência foi um êxito. Sem ela, movimento tão vasto de reforma agrária e de consolidação do Partido não teria podido alcançar sucesso. A conferência sofreu, no entanto, das seguintes insuficiências: não diferenciação de directrizes de trabalho segundo a situação das diferentes regiões libertadas, antigas, semi-antigas e novas; adopção de uma política ultra-esquerdista na determinação da situação de classe; na questão de como destruir o sistema feudal, insistência excessiva na busca dos bens enterrados pelos senhores de terras; na questão de como agir em relação às reivindicações das massas, formulação vaga, e sem análise lúcida do problema, da palavra de ordem de “fazer tudo como querem as massas”. Este último ponto, que constitui um problema de relações entre Partido e massas, deve compreender-se assim: o Partido guia as massas na realização de todas as suas ideias justas, em função das circunstâncias, e educa as massas para que estas corrijam as ideias injustas que se manifestem nas suas fileiras. Ora, a conferência sublinhou apenas o facto de o Partido dever realizar as ideias das massas, mas descurou o aspecto de o Partido dever também educar e dirigir as massas, o que teve, posteriormente, influência nefasta sobre os camaradas em certas regiões, agravando-lhes o erro de seguidismo.

2. Em Janeiro último, o Sub-birô de Xansi-Sui-ian tomou medidas apropriadas para corrigir os desvios de “esquerda”. Essas medidas foram aplicadas após o regres-

so dos camaradas do Sub--birô que haviam participado na reunião de Dezembro do Comité Central². Para esse efeito, o Sub-birô emitiu uma directiva em cinco pontos³. Essas medidas de correcção corresponderam de tal modo aos desejos das massas e foram executadas tão rápida e radicalmente que, em curto prazo, quase todos os desvios de “esquerda” foram corrigidos.

III

Durante a Guerra de Resistência contra o Japão, a linha directriz da organização do Partido no Xansi--Sui-ian era fundamentalmente justa. Isto mani-festou-se na redução das rendas e taxas de juro, no restabelecimento e desenvolvimento consideráveis da produção agrícola, da fição e tecelagem a domicílio, da indústria de guerra e de certos ramos da indústria ligeira, bem como no facto de se terem lançado as bases das organizações do Partido, estabelecido um governo democrático e criado um exército popular de quase cem mil homens. Foi apoiando--nos sobre todo esse trabalho que travámos vitoriosamente a Guerra de Resistência contra o Japão e repelimos os ataques de Ien Si-xan e outros reaccionários. Evidentemente, durante esse período, o Partido e o governo também tiveram as suas insuficiências; como agora podemos ver claramente, tra-tou-se dum certo grau de impureza na composição de classe das nossas fileiras e no estilo de trabalho, bem como dos efeitos perniciosos daí resultantes para o nosso trabalho. No conjunto, porém, o trabalho efectuado durante a Guerra

de Resistência foi frutuoso, o que nos colocou em condições favoráveis para esmagar, após a capitulação do Japão, os ataques contra-revolucionários de Tchiang Kai-chek. As faltas ou erros de direcção da organização do Partido na região Xansi-Sui-ian, durante a Guerra de Resistência, consistiram principalmente em não ter sabido apoiar-se nas mais amplas massas, de maneira a eliminar as impurezas que, em certo grau, existiam na composição de classe e no estilo de trabalho das organizações do Partido e organismos governamentais, e os efeitos perniciosos daí resultantes para o nosso trabalho. Essa tarefa vocês concluíram-na agora. Uma das razões de tal estado de coisas é que muitos aspectos da situação real do Partido e das massas não tinham sido bem compreendidos por certos camaradas que então dirigiam o Xansi-Sui-ian. Isto deve servir igualmente de lição para os camaradas.

mas necessárias de organização económica, que obtiveram o apoio das massas, e implantá-las por toda a parte.

IV

A organização do Partido no Xansi-Sui-ian tem agora a tarefa de fazer os maiores esforços para prosseguir o trabalho de reforma agrária e de consolidação do Partido, para manter e apoiar a Guerra Popular de Libertação, para evitar qualquer aumento das cargas do povo, reduzi-las na medida do possível, e para restabelecer e desenvolver a produção. Neste momento, vocês realizam

uma conferência consagrada à produção. Durante os próximos anos, o objectivo do restabelecimento e do desenvolvimento da produção será, por um lado, melhorar a vida do povo e, por outro, apoiar a Guerra Popular de Libertação. Vocês têm uma agricultura e uma indústria artesanal ampliadas, assim como algumas indústrias ligeiras e pesadas que empregam máquinas. A minha esperança é que vocês farão um bom trabalho de direcção dessas empresas de produção, pois, de contrário, não seriam bons marxistas. Na agricultura, as equipas de troca de trabalho e as cooperativas⁴, que estavam nas mãos de elementos burocratas e que só prejudicavam as massas populares, desmorraram-se todas. Isto é perfeitamente compreensível, nada há que lastimar. A vossa tarefa consiste em proteger rigorosamente e desenvolver as equipas de troca de trabalho, as cooperativas e as outras formas necessárias de organização económica que obtiveram o apoio as massas e implanta-las por toda a parte

V

A situação do país preocupa os nossos camaradas. Depois que a Conferência Agrária Nacional do Partido, reunida no ano passado, adoptou uma política nova para promover a reforma agrária e a consolidação do Partido, em quase todas as regiões libertadas foram realizadas grandes conferências de quadros consagradas a esses pontos. Nestas conferências, criticaram-se as ideias de direita existentes no Partido e trouxe-se à luz o facto grave de a composição de classe das nossas fileiras e o

nosso estilo de trabalho apresentarem um certo grau de impureza. Posteriormente, adoptaram-se medidas adequadas em numerosas regiões e os desvios de “esquerda” foram corrigidos, ou estão em vias de o ser. Assim, face a uma nova situação política e a novas tarefas políticas, o nosso Partido pôde, no conjunto do país, colocar o seu trabalho numa via de desenvolvimento são. Nestes últimos meses, em quase todas as unidades do Exército Popular de Libertação utilizaram-se os intervalos entre as batalhas para empreender um vasto trabalho de instrução e de consolidação. Esse trabalho foi realizado de modo bem dirigido, ordenado e democrático. Isso estimulou o ardor revolucionário das grandes massas de comandantes e combatentes, habilitou-as a compreender com clareza o objectivo da guerra, pôs fim a certas tendências ideológicas incorrectas e a certos fenómenos perniciosos, verificados no exército, educou os quadros e os soldados e elevou consideravelmente a eficácia de combate do exército. Daqui em diante, devemos prosseguir esse movimento de educação ideológica no exército, movimento democrático de massas de novo tipo. Como podem ver claramente, o inimigo, o Kuomintang, é incapaz de empreender qualquer dessas tarefas de grande importância histórica que nós concluímos — consolidação do Partido, educação ideológica do exército e reforma agrária. Pelo nosso lado, nós dedicámo-nos tão seriamente à correcção das nossas faltas que a totalidade do Partido e do exército estão unidos como um só homem ; todo o Partido e todo o exército mantêm laços estreitos com as massas populares; todas as medidas políticas e todas as tácticas fixadas pelo Comité

Central do nosso Partido foram aplicadas eficazmente e a Guerra Popular de Libertação avança vitoriosamente. Do lado dos nossos inimigos, tudo se passa da maneira inversa. Eles estão tão corrompidos, tão despedaçados por querelas intestinas crescentes e impossíveis de apaziguar, tão repudiados pelo povo, relegados a um isolamento tão completo e tantas vezes derrotados no campo de batalha, que a sua ruína é inevitável. Assim se apresenta, no conjunto, o contraste entre a revolução e a contra-revolução na China.

Em tal conjuntura, todos os membros do Partido devem seguir firmemente a linha geral do Partido, quer dizer, a linha da revolução de democracia nova. Esta revolução não é uma revolução qualquer; ela não pode nem deve ser senão uma revolução das massas populares, sob a direcção do proletariado, contra o imperialismo, o feudalismo e o capitalismo burocrático. Isto significa que, na revolução, a direcção não pode nem deve ser assumida por qualquer outra classe e qualquer outro partido que não sejam o proletariado e o Partido Comunista da China. Isto significa que a frente única dos que tomam parte na revolução é muito ampla, pois compreende os operários, os camponeses, os artesãos independentes, os membros das profissões liberais, os intelectuais, a burguesia nacional e a parte dos nobres esclarecidos que se desligaram da classe dos senhores de terras. Eles formam, no conjunto, aquilo a que chamamos grandes massas populares. O Estado e o governo a estabelecer pelas grandes massas populares serão a República Popular da China e o governo democrático de coalizão, dirigido pelo proletariado e repousando sobre a aliança

de todas as classes democráticas. Os inimigos, que esta revolução tem de derrubar, não podem nem devem ser outros senão o imperialismo, o feudalismo e o capitalismo burocrático. A expressão condensada de todos estes inimigos é o regime reaccionário do Kuomintang de Tchiang Kai-chek.

O feudalismo é o aliado do imperialismo e do capitalismo burocrático e serve de base à dominação destes. Por isso, a reforma do sistema agrário constitui o conteúdo essencial da revolução de democracia nova na China. A linha geral da reforma agrária consiste em apoiar-se nos camponeses pobres, unir-se aos camponeses médios, para liquidar metódica e com discernimento o sistema de exploração feudal e desenvolver a produção agrícola. A força fundamental na qual nos apoiamos durante a reforma agrária não pode e não deve ser outra senão os camponeses pobres. Estes constituem, com os assalariados agrícolas, cerca de 70 por cento da população rural da China. A tarefa principal e imediata da reforma agrária é satisfazer as reivindicações das massas de camponeses pobres e assalariados agrícolas. Na reforma agrária é indispensável a união com os camponeses médios; os camponeses pobres e os assalariados agrícolas devem unir-se aos camponeses médios, que representam cerca de 20 por cento da população rural, e formar com eles uma sólida frente única. Doutro modo, os camponeses pobres e os assalariados agrícolas ficarão isolados e a reforma agrária fracassará. Uma das tarefas da reforma agrária é satisfazer as reivindicações de certos camponeses médios. Um sector dos camponeses médios deve ser autorizado a possuir, individualmente,

mais terra do que a recebida, em média, pelos camponeses pobres. Nós apoiamos a reivindicação camponesa de repartição por igual das terras para facilitar a mobilização das grandes massas camponesas, a fim de se liquidar rapidamente o sistema de propriedade da terra praticado pela classe feudal dos senhores de terras, e não porque preconizemos o igualitarismo absoluto. Estão errados todos os que preconizam o igualitarismo absoluto. Há uma maneira de pensar, actualmente corrente no campo, que prejudica a indústria e o comércio e preconiza o igualitarismo absoluto na repartição das terras. Como é de carácter reaccionário, atrasado e retrógrado, devemos criticá-la. A reforma agrária não toma nem deve tomar por alvo senão o sistema de exploração feudal praticado pela classe dos senhores de terras e pelos camponeses ricos de tipo antigo, não se devendo prejudicar os interesses da burguesia nacional nem os das empresas industriais e comerciais geridas pelos senhores de terras e pelos camponeses ricos. Em particular, devemos ter o cuidado de não lesar os interesses dos camponeses médios, artesãos independentes, membros das profissões liberais e camponeses ricos de tipo novo, que não exercem qualquer exploração ou que o fazem apenas em fraca medida. O objectivo da reforma agrária é liquidar o sistema de exploração feudal, quer dizer, suprimir os senhores de terras feudais como classe, não como indivíduos. Por isso, deve-se distribuir a cada senhor de terras a mesma porção de terras e bens distribuídos a um camponês, fazendo-se com que aprenda a realizar um trabalho produtivo e levando-o a participar na vida económica do país. Com excepção dos mais odiosos

contra-revolucionários e tiranos locais que, culpados dos maiores crimes, se tornaram objecto do ódio implacável das grandes massas populares e que, sendo a sua culpabilidade confirmada, podem e devem ser punidos, importa aplicar uma política de indulgência para todos; proíbe-se, em qualquer caso, bater ou matar indiscriminadamente. O sistema de exploração feudal deve ser suprimido gradualmente, quer dizer, de modo táctico. Ao desencadear a luta, devemos determinar a nossa táctica segundo as circunstâncias e segundo o grau de consciência política e o grau de organização das massas camponesas; não se pode tentar liquidar da noite para o dia todo o sistema de exploração feudal. Dadas às condições reais do sistema de exploração feudal existente nas zonas rurais da China, o conjunto do sector de ataque no decurso da reforma agrária não deve ultrapassar, em regra, cerca de 8 por cento das famílias rurais ou cerca de 10 por cento da população rural. Nas regiões libertadas antigas e semi--antigas, a percentagem deve até ser inferior. É perigoso afastar-se das condições reais e alargar erradamente o sector de ataque. Além disso, nas novas regiões libertadas torna-se necessário realizar a reforma agrária por zonas e por etapas. “Por zonas” significa que, nos lugares que podemos manter solidamente, devemos concentrar os nossos esforços sobre um trabalho adequado de reforma agrária, correspondente às reivindicações das massas populares, ao passo que, nas localidades onde, no momento, é difícil manter-nos solidamente, devemos, enquanto esperamos por uma mudança da situação, limitar-nos às tarefas realizáveis e vantajosas para as massas nas circunstâncias actuais,

sem nos apressarmos a empreender a reforma agrária. “Por etapas” significa que, nos lugares recém-ocupados pelo Exército Popular de Libertação, devemos formular e aplicar a tática que consiste em neutralizar os camponeses ricos, bem como os senhores de terras médios e pequenos, limitando o sector de ataque à destruição das forças armadas reaccionárias do Kuomintang e aos golpes contra os maus nobres e os déspotas locais. Devemos concentrar todos os nossos esforços no cumprimento dessa tarefa, como primeira etapa do trabalho nas novas regiões libertadas. Em seguida, de acordo com a elevação do nível de consciência política e de organização das massas, devemos avançar gradualmente para a etapa da supressão completa do sistema feudal. Nas novas regiões libertadas, não devemos distribuir os bens mobiliários nem as terras senão quando a situação se tiver tornado relativamente estável, e quando a imensa maioria das massas tiver sido inteiramente mobilizada para a acção. O contrário seria aventureiro, incerto, prejudicial. Nas novas regiões libertadas, a experiência adquirida durante a Guerra de Resistência deve ser plenamente aproveitada. O que entendemos por liquidação do feudalismo com discernimento é a necessidade de distinguir entre senhores de terras e camponeses ricos, entre grandes, médios e pequenos senhores de terras, entre déspotas e não déspotas no seio dos senhores de terras e camponeses ricos e, observando o princípio fundamental da repartição por igual das terras e da abolição do sistema feudal, não tomarmos em relação a todos eles decisões uniformes, mas, pelo contrário, diferenciar a nossa maneira de tratá-los, segundo as distintas con-

dições de cada um. Se procedermos assim, todos acharão o nosso trabalho inteiramente conforme ao bom senso. O desenvolvimento da produção agrícola é o objectivo imediato da reforma agrária. Só a supressão do sistema feudal pode, porém, criar as condições necessárias a esse desenvolvimento. Em cada região, logo que o sistema feudal for eliminado e a reforma agrária concluída, o Partido e as autoridades democráticas devem formular sem demora a tarefa de restauração e desenvolvimento da produção agrícola, consagrar a esta tarefa todas as forças disponíveis no campo, organizar a cooperação e a ajuda mútua, aperfeiçoar a técnica agrícola, preconizar a selecção das sementes e empreender trabalhos hidráulicos, tudo para garantir o aumento da produção. As organizações do Partido nas regiões rurais devem dedicar a maior parte da sua energia ao restabelecimento e desenvolvimento da produção agrícola, bem como à produção industrial nas vilas. Com vista a acelerar esse restabelecimento e desenvolvimento, no decurso da luta para a liquidação do sistema feudal devemos fazer o máximo possível por preservar a totalidade dos meios de produção e de subsistência utilizáveis, tomar medidas decididas contra quemquer que os destrua ou esbanje, combater os excessos de comida e bebida e observar uma estrita economia. A fim de desenvolver a produção agrícola, devemos recomendar aos camponeses que se organizem, gradualmente e segundo o princípio do livre consentimento, nos diversos tipos de cooperativas de produção e de consumo, baseadas na propriedade privada e possíveis nas actuais condições económicas. A abolição do sistema feudal e o desen-

volvimento da produção agrícola estabelecerão as bases para o desenvolvimento da produção industrial e para a transformação do nosso país agrícola em país industrial. É este o objectivo final da revolução de democracia nova.

Vocês sabem, camaradas, que o nosso Partido definiu a linha geral e a política geral da revolução chinesa e traçou as várias linhas de trabalho e medidas políticas particulares. Todavia, acontece frequentemente que muitos camaradas só retêm as linhas de trabalho e as medidas políticas particulares e esquecem a linha geral e a política geral do Partido. Se realmente esquecemos a linha geral e a política geral do Partido, tornamo-nos revolucionários cegos, incompletos e de ideias confusas, e, ao aplicarmos a linha de trabalho e as medidas políticas particulares, desorientamo-nos, vacilamos ora para a esquerda ora para a direita e prejudicamos o nosso trabalho. Permitam-me repetir mais uma vez:

A revolução das grandes massas populares, sob a direcção do proletariado, contra o imperialismo, o feudalismo e o capitalismo burocrático, é a revolução de democracia nova na China, e esta é a linha geral e a política geral do Partido Comunista da China na etapa histórica actual.

Apoiar-se nos camponeses pobres e unir-se aos camponeses médios, para liquidar metodicamente e com discernimento o sistema de exploração feudal e desenvolver a produção agrícola — eis a linha geral e a política geral do Partido Comunista da China no trabalho de reforma agrária durante o período da revolução de democracia nova.

NOTAS

1 Directiva do Comité Central do Partido Comunista da China, emitida a 22 de Fevereiro de 1948. Nela procedeu-se ao balanço das experiências ganhas no trabalho de reforma agrária e de consolidação do Partido em várias regiões libertadas, fixaram-se uma série de medidas políticas e de métodos para a reforma agrária e a consolidação do Partido, e rectificaram-se principalmente os desvios de “esquerda”, registados em certas regiões durante a execução dessas duas tarefas.

2 Ver, no presente tomo, a nota introdutiva ao artigo “A Situação Actual e as Nossas Tarefas”.

3 Trata-se da “Directiva sobre a correcção dos erros cometidos na determinação da situação de classe e sobre a união com os camponeses médios”, emitida a 13 de Janeiro de 1948 pelo Sub-biró de Xansi-Sui-ian do Comité Central do Partido Comunista da China. A directiva dividia-se em cinco partes, cujos pontos essenciais eram os seguintes:

1) Não tendo ficado claramente definidos os critérios para se determinar a situação de classe, certo número de pessoas, a pedido espontâneo dos camponeses, foram classificadas erradamente como senhores de terras arruinados ou como camponeses ricos; em particular, foram erradamente classificados como camponeses ricos certos campo-neses médios abastados. Isto entrou a união com os camponeses médios e constituiu um erro.

2) Há que tomar medidas apropriadas para convencer com firmeza os camponeses a corrigir esses erros. Os bens retirados aos proprietários devem ser adequadamente restituídos.

3) É preciso explicar aos camponeses e aos quadros que o critério único para se determinar a situação de classe é o que se funda nas relações de exploração. Os erros cometidos na determinação da situação de classe devem ser corrigidos.

4) O princípio que consiste em apoiar-se nos camponeses pobres e nos assalariados agrícolas e unir-se aos camponeses médios deve

ser observado. Os camponeses médios devem poder participar, na proporção de aproximadamente um terço, nas assembleias de representantes dos camponeses e nos órgãos dirigentes das associações camponesas. No lançamento de impostos e na reforma agrária, os seus interesses devem ser tidos em consideração.

5) Os quadros responsáveis devem estudar seriamente a política de classe do Partido para as regiões rurais. Todos os erros que consistem em desviar-se da política de classe do Partido em relação aos camponeses médios devem ser corrigidos, e isto deve fazer-se através das próprias massas.

Ao mesmo tempo que formulou esta directiva em cinco pontos, o Sub-biró de Xansi-Sui-ivan emitiu a “Directiva sobre a protecção da indústria e do comércio” com o objectivo de corrigir os desvios prejudiciais à indústria e ao comércio durante a reforma agrária.

4 Cooperativas de abastecimento e venda.

PALESTRA AOS REDACTORES DO DIÁRIO DE XANSI-SUI-IUAN

(2 de Abril de 1948)

A nossa política deve ser dada a conhecer não somente aos dirigentes e aos quadros mas também às grandes massas. As questões relativas à nossa política devem, em regra, ser tornadas públicas nos jornais ou revistas do Partido. Nós estamos, actualmente, a realizar a reforma do sistema agrário. As medidas políticas respeitantes à reforma agrária devem ser publicadas nos jornais e difundidas pela rádio, de maneira a serem conhecidas pelas grandes massas. Uma vez que as massas saibam a verdade e tenham um objectivo comum, elas trabalharão como um só homem. É como quando se trava uma batalha; para ganhá-la, comandantes e soldados devem bater-se como um só homem. Depois que as nossas tropas no norte do Xensi realizaram o seu treino e consolidação e o movimento de narração dos sofrimentos passados na velha sociedade, os combatentes elevaram a sua consciência política e ficaram esclarecidos sobre os motivos por que combatiam o inimigo e como deviam combatê-lo; imbuídos de um elevado espírito combativo, estavam dispostos a arrojar-se na luta, e mal entraram em acção, obtiveram uma vitória. Quando as massas actuam como um só homem, tudo se torna fácil. Um dos princípios básicos do Marxismo-Leninismo

consiste em habilitar as massas a serem conscientes dos seus próprios interesses e a unirem-se para lutar por esses interesses. O papel e o poder dum jornal baseiam-se na sua capacidade de dar a conhecer às massas, da maneira mais rápida e mais generalizada, o programa e a linha do Partido, os princípios e as medidas políticas deste, as suas tarefas e os seus métodos de trabalho.

Nos nossos órgãos dirigentes em certos lugares, há quem pense que é suficiente os dirigentes conhecerem a política do Partido e que não há necessidade de dar a conhecer às massas. Esta é uma das razões fundamentais do facto de uma parte do nosso trabalho não poder ser feita correctamente. Há mais de vinte anos que o nosso Partido vem fazendo diariamente um trabalho de massas, e, nos últimos dez anos e tanto, tem falado todos os dias em linha de massas. Nós sempre sustentámos que a revolução deve apoiar-se nas massas populares e contar com a participação de todos, e temo-nos oposto sempre a que se confie exclusivamente em umas poucas pessoas que dão ordens. Contudo, alguns camaradas ainda não aplicam integralmente no seu trabalho a linha de massas; eles ainda se apoiam apenas num punhado de indivíduos e trabalham num isolamento frio e calmo. Uma das razões está no facto de, seja para o que for, eles terem sempre relutância em dar explicações aos dirigidos e não compreenderem os porquês e o como pôr em plena acção a iniciativa e a energia criadora dos dirigidos. Subjectivamente, eles também querem que todos tomem parte no trabalho mas não lhes dão a conhecer o que devem fazer e como fazê-lo. Sendo assim, como se pode esperar que todos se ponham em movimento e que

as coisas sejam feitas correctamente? Para resolver este problema, o ponto principal consiste, evidentemente, em realizar uma educação ideológica baseada na linha de massas, importando, ao mesmo tempo, que se ensine aos referidos camaradas vários métodos concretos de trabalho. Um desses métodos é a utilização máxima dos jornais. Dirigir bem um jornal, torná-lo interessante e atractivo e, através dele, dar uma correcta publicidade aos princípios e às medidas políticas do Partido e reforçar os laços do Partido com as massas — isto representa uma importante questão de princípio do trabalho do nosso Partido, que não deve ser menosprezada.

Camaradas, vocês dedicam-se ao jornalismo. A vossa tarefa é educar as massas, fazer-lhes conhecer os seus próprios interesses, as suas próprias tarefas e os princípios e as medidas políticas do Partido. Dirigir um jornal é como fazer qualquer outro trabalho; há que realizá-lo com consciência se se quer fazê-lo bem, se se quer que ele seja dinâmico. Para dirigir os nossos jornais, devemos também apoiar-nos em cada indivíduo, nas massas populares e no conjunto do Partido e não apenas em algumas pessoas que trabalham à porta fechada. Os nossos jornais falam diariamente da linha de massas, mas esta não se aplica, frequentemente, no trabalho do próprio jornal. Por exemplo, registam-se frequentes falhas de impressão nos jornais muito simplesmente porque a sua eliminação não foi ainda encarada como tarefa séria. Se vocês aplicarem o método da linha de massas, então, sempre que ocorrerem tais falhas, impõe-se reunir todo o pessoal do jornal para se discutir exclusivamente esse ponto, explicar-lhe claramente quais são as falhas, a sua

causa e como podem ser eliminadas, e pedir a cada um que preste séria atenção ao assunto. Depois de se ter agido assim por três vezes, ou cinco, as falhas podem certamente ser superadas. Isto é tão verdade para as pequenas como para as grandes coisas.

Saber converter a política do Partido em acção das massas, saber conseguir que não só os quadros dirigentes mas também as grandes massas conheçam e compreendam profundamente cada movimento e cada luta que desencadeamos — é uma arte de direcção marxista-leninista. E é também uma linha que permite determinar se nós cometemos ou não cometemos erros no nosso trabalho. Se tentamos passar à ofensiva quando as massas ainda não estão despertas, é aventureirismo. Se insistimos em levar as massas a fazer algo contra a sua própria vontade, falhamos certamente. Se não avançamos quando as massas o exigem, é oportunismo de direita. O erro oportunista de Tchen Tu-siu consistiu precisamente em ter ficado atrasado em relação à consciência política das massas, mostrar-se incapaz de levar as massas para a frente e opor-se até a que avançassem. Há muitos camaradas que não compreendem ainda estes problemas. Os nossos jornais devem propagar profundamente estas ideias, de modo que todos possam compreendê-las.

Para educar as massas, os trabalhadores dos jornais devem, primeiro que tudo, aprender das massas.

Camaradas, todos vocês são intelectuais. Muitas vezes, os intelectuais são ignorantes e têm, com frequência, pouca ou nenhuma experiência dos assuntos práticos. Vocês não compreendem bem o panfleto “Como Analisar as Classes nas Regiões Rurais”, editado em 1933; nesse pon-

to, os camponeses são mais capazes do que vocês, já que eles com-preendem-no integralmente logo que se lhes fala disso. Mais de cento e oitenta camponeses de dois subdistritos do distrito de Cuocien reuniram-se durante cinco dias e resolveram vários problemas respeitantes à distribuição das terras. Se a vossa redacção tivesse discutido tais problemas, receio bem que os discutiríeis durante duas semanas sem conseguir resolvê-los. A razão é muito simples: vocês não compreendem estes problemas. Para passar da falta de compreensão à compreensão é preciso agir e observar; é isso aprender. Os camaradas que trabalham nos jornais devem deslocar-se por turnos para participar durante certo tempo no trabalho de massas e no trabalho da reforma agrária; isto é de todo indispensável. Quando não participam no trabalho de massas, devem ouvir e ler bastante sobre o movimento de massas e dedicar-se seriamente ao estudo do material concernente. A nossa palavra de ordem quanto à instrução das tropas é “os oficiais instruem os soldados, os soldados instruem os oficiais e os soldados instruem-se mutuamente”. Os soldados têm uma grande experiência prática dos combates. Os oficiais devem aprender dos soldados, pois tornar-se-ão assim mais capazes depois de terem assimilado a experiência alheia. Os camaradas que trabalham nos jornais também necessitam de estudar constantemente os materiais que vêm de baixo, enriquecer passo a passo os seus conhecimentos práticos e tornar-se experimentados. Só assim poderão vocês realizar correctamente o vosso trabalho e ficar à altura da vossa tarefa de educar as massas.

O Diário de Xansi-Sui-juan fez grandes progressos de-

pois da conferência dos secretários dos comitês prefeitorais do Partido, em Junho último. Então, o jornal era rico de conteúdo, incisivo, mordaz e vigoroso; ele reflectia as grandes lutas de massas, falava pelas massas. Eu gostava muito de lê-lo. Mas, a partir de Janeiro deste ano, quando começámos a corrigir os desvios de “esquerda”, o vosso jornal parece que perdeu algo do seu espírito; já não é suficientemente claro, suficientemente mordaz, tornou-se menos informativo e não tem muitos atractivos para o leitor. Agora vocês estão a analisar o vosso trabalho e a fazer o balanço das vossas experiências; isso é muito bom. Quando tiverem terminado o balanço da vossa experiência na luta contra os desvios de direita e de “esquerda” e tiverem ficado mais esclarecidos, o vosso trabalho progredirá.

A luta travada, desde Junho último, pelo Diário de ~Kansi-Sui-ian contra os desvios de direita foi totalmente correcta. Nessa luta, vocês trabalharam com muita consciência e reflectiram fielmente a situação real do movimento de massas. Vocês fizeram comentários, sob a forma de notas da redacção, a propósito dos pontos de vista e dos materiais que consideravam incorrectos. Registaram-se também algumas insuficiências em alguns dos vossos últimos comentários, mas a atitude consciente era boa. As vossas insuficiências residiram sobretudo no facto de terem esticado muito a corda do arco. Quando se estica demasiado a corda, ela rebenta. Os antigos diziam que “o princípio dos reis Ven e Vu era fazer alternar a tensão com o relaxamento”¹. Agora “relaxem” um pouco e os camaradas ficarão mais esclarecidos. Vocês obtiveram sucessos no vosso trabalho,

mas também houve insuficiências, sobretudo desvios de “esquerda”. Actualmente, vocês estão a fazer o balanço geral e, depois de corrigirem os desvios de “esquerda”, alcançarão ainda maiores sucessos.

Quando se procede à rectificação dos desvios, alguns consideram o trabalho passado como absolutamente infrutífero e completamente errado. Isto não é justo. Tais indivíduos não vêem que o Partido dirigiu grandes massas de camponeses na conquista da terra e na liquidação do feudalismo, consolidou as organizações do Partido, melhorou o estilo de trabalho dos quadros, rectificou agora também os desvios de “esquerda” e educou os quadros e as massas. Tudo isto não representa grandes sucessos? Devemos ser analíticos em relação ao nosso trabalho e aos empreendimentos das massas, jamais devendo negar tudo em bloco. No passado, registaram-se desvios de “esquerda”, porque as pessoas não tinham experiência. Sem experiência é difícil evitar erros. O ir da inexperiência à experiência tem de ser feito segundo um processo. Por meio das lutas contra os desvios de direita e de “esquerda”, durante o curto período a contar de Junho último, as pessoas começaram a compreender o que significa a luta contra os desvios de direita e o que significa a luta contra os desvios de “esquerda”. Sem passar por este processo, não o teriam compreendido.

Estou certo que o vosso jornal será ainda melhor depois de analisarem o vosso trabalho e procederem ao balanço das vossas experiências. Vocês devem manter os méritos anteriores do vosso jornal, torná-lo incisivo, mordaz e claro, e dirigido com consciência. Devemos defender com firmeza a verdade, e a verdade exige uma tomada

de posição clara. Nós, comunistas, sempre desprezámos a dissimulação dos nossos pontos de vista. Os jornais dirigidos pelo nosso Partido, bem como todo o trabalho de propaganda deste, devem ser vivos, claros e incisivos e jamais devem falar entredentes. Esse é que é o estilo combativo que nos caracteriza, a nós, proletariado revolucionário. Uma vez que queremos ensinar o povo a conhecer a verdade e despertá-lo para a luta pela sua própria emancipação, precisamos desse estilo combativo. Uma faca embotada não faz jorrar sangue.

NOTAS

1 Extraído do Livro dos Ritos, “Registos Vários”.

TELEGRAMA AO QUARTEL GENERAL DA FRENTE DE LUOIAM APÓS A RECONQUISTA DA CIDADE*

(8 de Abril de 1948)

Luoiam foi agora reconquistada¹, e pode ser mantida com segurança. Na nossa política urbana, deve-se prestar atenção aos seguintes pontos:

1. Ser muito prudente na liquidação dos órgãos do regime kuomintanista, prender apenas os principais reacionários e não implicar demasiada gente.
2. Tornar precisa a definição do capital burocrático; não qualificar como capital burocrático, nem confiscar, portanto, todas as empresas industriais e comerciais geridas por membros do Kuomintang. Deve-se estabelecer o princípio de que o governo democrático ficará encarregado da propriedade e funcionamento de todas as empresas industriais e comerciais, definitivamente comprovadas como tendo sido administradas pelo governo central ou pelos governos de província, de distrito ou de município do Kuomintang, isto é, as empresas exploradas inteiramente por organismos oficiais. Mas se, na altura, o governo democrático não tiver tido tempo para tomar posse delas ou não estiver ainda em condições de fazê-lo, os indivíduos anteriormente encarregados delas devem ser provisoriamente responsabilizados pela respectiva gestão, de modo que as empresas possam

continuar a funcionar normalmente até que o governo democrático designe alguém para tomar posse delas. Os operários e os técnicos dessas em-presas industriais e comerciais devem ser organizados para que participem na gestão, e é necessário confiar na sua competência. Se o pessoal kuomintanista tiver fugido e a empresa tiver suspenso o seu funcionamento, impõe-se criar um comité de administração, composto de representantes eleitos pelos operários e técnicos, até à designação pelo governo democrático de gerentes e directores que assumam a gestão juntamente com os operários. As em-presas dirigidas por grandes burocratas notórios do Kuomintang devem ser tratadas em conformidade com os princípios e medidas acima referidos. As empresas industriais e comerciais exploradas por pequenos burocratas ou por senhores de terras não serão, porém, confiscadas. É estritamente proibido causar prejuízo a qualquer empresa gerida pela burguesia nacional.

3. Proibir às organizações camponesas a entrada na cidade para prender os senhores de terras e ajustar contas com eles. Os senhores de terras que possuem terras nas aldeias, mas que vivem na cidade, devem ser tratados segundo a lei pelo governo democrático municipal. A pedido das organizações camponesas, os que tenham cometido crimes graves podem ser enviados para as aldeias a fim de serem submetidos a julgamento.

4. Nos primeiros momentos após a entrada na cidade, não lançar irreflectidamente palavras de ordem de aumento de salários e redução das horas de trabalho. Em tempo de guerra, já é bastante bom que a produção continue e que os horários de trabalho, bem como o nível

dos salários, se mantenham tais como eram. Se se realizarem mais tarde reduções nos horários de trabalho e aumentos de salários, em medidas apropriadas, é algo que dependerá das condições económicas, quer dizer, do bom funcionamento das empresas.

5. Não apressar-se na organização da população urbana para a luta por reformas democráticas e pela melhoria das condições de vida. Tais problemas só poderão ser tratados adequadamente de acordo com as condições locais, quando a administração municipal estiver a trabalhar em boa ordem, quando o espírito da população estiver tranquilizado e quando, depois de se terem feito inquéritos detalhados, se tiver chegado a uma ideia clara sobre a situação e elaborado medidas adequadas.

6. Nas grandes cidades, a alimentação e o combustível constituem agora o principal problema, ao qual é preciso dar uma solução metódica. Quando uma cidade passa a ser administrada por nós, o problema das condições de vida da gente pobre deve ser resolvido passo a passo e de modo planificado.

Não se deve avançar a palavra de ordem “Abrir os celeiros em socorro dos pobres” nem alimentar no espírito destes a tendência de contar apenas com a assistência governamental.

7. Identificar e registar rigorosamente todos os membros do Kuomintang e da Liga da Juventude dos Três Princípios do Povo.

8. Planificar tudo a longo prazo. É estritamente proibido destruir qualquer meio de produção, seja de propriedade pública seja de propriedade privada, bem como esbanjar bens de consumo. São proibidas as extravagân-

cias de comidas e bebidas e há que prestar atenção tanto à frugalidade como à realização de economias.

9. Nomear para os postos de secretário de comité municipal do Partido e para os de presidente de município apenas aqueles indivíduos que conheçam bem a política do Partido e que sejam competentes. Eles devem preparar todo o seu pessoal e dar-lhe explicações sobre as medidas políticas e a tática a aplicar nas cidades. Agora que a cidade pertence ao povo, tudo deve ser feito partindo do princípio de que é ao próprio povo que cabe a responsabilidade pela administração urbana. Seria totalmente errado aplicar a uma cidade administrada pelo próprio povo a nossa política e tática para as cidades administradas pelo Kuomintang.

NOTAS

1 Luoiam era um importante bastião das tropas do Kuomintang na parte ocidental da província de Honan. O Exército Popular de Libertação tomou pela primeira vez Luoiam a 14 de Março de 1948; mais tarde, por sua própria iniciativa e para facilitar a destruição das forças vivas do inimigo, evacuou a cidade, voltando a reconquistá-la em 5 de Abril do mesmo ano.

PROBLEMAS TÁCTICOS DO TRABALHO RURAL NAS NOVAS REGIÕES LIBERTADAS

(24 de Maio de 1948)

É necessário examinar, no seu conjunto, os problemas táticos do trabalho rural nas novas regiões libertadas. Nessas regiões, devemos servir-nos plenamente da experiência obtida no período da Guerra de Resistência contra o Japão e aplicar, durante um longo período após a sua libertação, a política social de redução das rendas e das taxas de juro e de reajustamento adequado do abastecimento em sementes e víveres, bem como a política financeira de repartição razoável dos encargos; os nossos golpes principais devem visar apenas os contra-revolucionários importantes que estão politicamente ao lado do Kuomintang e se opõem obstinadamente ao nosso Partido e ao nosso exército, exactamente como procedemos durante a Guerra de Resistência, prendendo somente os traidores à pátria e confiscando os seus bens; não devemos aplicar imediatamente a política de reforma social que consiste em repartir a propriedade mobiliária e a terra. A razão disso está no facto de apenas alguns elementos audazes serem capazes de aprovar a repartição prematura da propriedade mobiliária, e as massas de base, nada recebendo, ficarem consequentemente descontentes. Além disso, uma dispersão apressada das riquezas sociais seria desvantajosa para o exército. Uma distribuição prematura da terra faria re-

cair cedo demais todo o peso das necessidades militares sobre os ombros dos camponeses, em vez de fazê-lo recair sobre os senhores de terras e camponeses ricos. No domínio das reformas sociais, é preferível não distribuir a propriedade mobiliária nem a terra, mas antes reduzir por toda a parte as rendas e as taxas de juro, de modo que os camponeses possam obter benefícios palpáveis; em matéria de política financeira, há que proceder a uma repartição razoável dos encargos, de modo que os senhores de terras e os camponeses ricos paguem mais. Desta maneira, as riquezas sociais não se dispersarão e a ordem pública será relativamente estável, o que nos ajudará a concentrar todas as nossas forças para liquidar os reaccionários do Kuomintang. Após um, dois, ou mesmo três anos, quando os reaccionários kuomintanistas tiverem sido eliminados nas grandes bases de apoio, quando a situação se tiver estabilizado, quando as massas estiverem mobilizadas e organizadas e quando a guerra se desenrolar em zonas longínquas, poderemos entrar na fase da reforma agrária — distribuição da propriedade mobiliária e da terra, tal como fizemos no Norte da China. Não se pode saltar o período da redução das rendas e das taxas de juro em nenhuma das regiões recém-libertadas; de outro modo, cometeremos erros. A tática acima referida deve ser também aplicada naquelas zonas das grandes regiões libertadas do Norte, Nordeste e Noroeste da China, que confinam com o território inimigo.

O TRABALHO DE REFORMA AGRÁRIA E DE CONSOLIDAÇÃO DO PARTIDO PARA 1948

(25 de Maio de 1948)

I

É necessário ter em conta as estações. Nas regiões designadas pelos birôs e sub-birôs do Comité Central, todo o Outono e Inverno próximos, quer dizer, os sete meses que vão de Setembro a Março, devem ser consagrados à realização, segundo a ordem indicada, das seguintes tarefas:

1. Investigar as condições no campo.
2. Realizar o trabalho inicial para a consolidação do Partido segundo a nossa justa política. A equipa ou grupo de trabalho, enviado por um organismo superior a um distrito rural, deve, antes de mais nada, unir-se a todos os activistas e aos melhores membros da célula local do Partido e, com eles, dirigir o trabalho de reforma agrária.
3. Organizar, reorganizar ou fortalecer as ligas de camponeses pobres e as associações camponesas e desencadear a luta pela reforma agrária.
4. Determinar a situação de classe segundo critérios correctos.
5. Distribuir as terras e os bens feudais em conformidade com a nossa justa política. O resultado final da distribuição deve ser de tal ordem que seja considerado

justo e equitativo por todas as principais camadas sociais e que até os senhores de terras possam constatar que têm possibilidades de ganhar a sua vida e que isso lhes está garantido.

6. Constituir assembleias de representantes do povo e eleger conselhos governamentais a nível de circunscrições (ou aldeias), subdistritos e distritos.

7. Emitir títulos que estabeleçam o direito de propriedade sobre a terra.

8. Ajustar ou rever as taxas do imposto agrícola (isto é, cereal público). Essas taxas devem conformar-se ao princípio de ter em consideração tanto o interesse público como o privado; por outras palavras, devem, por um lado, contribuir no apoio à guerra, e, por outro lado, incutir nos camponeses o interesse pelo restabelecimento e desenvolvimento da produção, o que permitirá melhorar as suas condições de vida.

9. Cumprir a tarefa de consolidação organizacional das células do Partido, segundo a nossa justa política.

10. Passar do nosso trabalho de reforma agrária ao de união de todos os trabalhadores rurais e ao de organização da força de trabalho dos senhores de terras e dos camponeses ricos, numa luta geral para o restabelecimento e desenvolvimento da produção agrícola. Começar a organizar, em pequena escala, grupos de troca de trabalho e outras unidades cooperativas, de acordo com os princípios de participação voluntária e de intercâmbio de valores iguais; preparar sementes, fertilizantes e combustível; elaborar planos de produção; conceder, se necessário e possível, créditos agrícolas (principalmente empréstimos para aquisição de meios

de produção, que serão obrigatoriamente reembolsados e completamente diferentes dos subsídios de assistência); fazer planos para a construção de obras hidráulicas onde seja possível.

Tal é o processo completo de trabalho, da reforma agrária à produção, processo que todos os camaradas ligados directamente à reforma agrária devem ser levados a entender, para que possam evitar pontos de vista unilaterais no seu trabalho e, sem perda de estações, cumprir as tarefas acima mencionadas no Outono e Inverno próximos.

II

Para alcançar tais objectivos, é necessário realizar nos três próximos meses, de Junho a Agosto, o seguinte trabalho:

1. Designar as regiões onde aplicar a reforma agrária. Cada uma delas deve satisfazer as três condições seguintes:

- a) Terem sido destroçadas todas as forças armadas inimigas e estar estabilizada a situação; não ser uma zona instável de guerrilha.
- b) Ser exigida pela esmagadora maioria das massas basilares (assalariados agrícolas, camponeses pobres e camponeses médios), e não apenas por uma minoria, a distribuição das terras.
- c) Estarem os quadros do Partido realmente em condições, tanto em número como em qualidade, para tomar nas suas mãos o trabalho de reforma agrária e não o abandonar à actividade espontânea das massas.

Não devem ser escolhidas para a reforma agrária em 1948 as regiões onde não se verifique qualquer destas três condições. Por exemplo, uma vez que não satisfaçam a primeira condição, não devem ser incluídas no plano de reforma agrária deste ano aquelas zonas das regiões libertadas no Norte e no Leste da China, no Nordeste e no Noroeste, que confinam com territórios inimigos, nem a maior parte da região compreendida entre os rios Yangtsé, Huai, Amarelo e Han, que está sob a jurisdição do Birô do Comité Central para as Planícies Centrais. A inclusão destas zonas no plano do próximo ano dependerá das circunstâncias. Nelas, servindo-nos plenamente de toda a experiência adquirida durante o período da Guerra de Resistência contra o Japão, devemos aplicar a política social de redução das rendas e das taxas de juro e de reajustamento adequado do abastecimento em sementes e víveres, assim como a política financeira de repartição razoável dos encargos, de modo a unir a nós, ou a neutralizar, todas as forças sociais susceptíveis de unir-se a nós ou de ser neutralizadas, ajudar o Exército Popular de Libertação a esmagar todas as forças armadas do Kuomintang e golpear os tiranos locais que são politicamente os mais reaccionários. Nem a terra nem a propriedade mobiliária devem ser distribuídas nessas regiões, visto tratar-se de zonas recentemente libertadas ou confinantes com territórios inimigos, e uma tal distribuição não poder ser vantajosa à união ou neutralização das forças sociais que podem unir-se-nos ou ser neutralizadas para o cumprimento da tarefa fundamental de destruir as forças reaccionárias kuomintanistas.

i. Assegurar o êxito das conferências de quadros. Nestas

conferências, dedicadas ao trabalho de reforma agrária e de consolidação do Partido, todas as medidas políticas correctas, relacionadas com estas duas tarefas, devem ser inteiramente explicadas e há que traçar uma linha nítida entre o que é e o que não é permitido. Todos os quadros empenhados na reforma agrária e na consolidação do Partido devem estudar seriamente e compreender perfeitamente os importantes documentos do Comité Central, devem observá-los rigorosamente, não podendo fazer-lhes qualquer modificação não autorizada. Nos casos em que, parcialmente, os documentos não correspondam às circunstâncias locais, os quadros podem e devem propor emendas, mas não deve ser introduzida a mínima alteração sem a aprovação prévia do Comité Central. Os organismos dirigentes superiores das diferentes regiões devem fazer antecipadamente os preparativos necessários e adequados para as conferências de quadros, que se realizarão este ano em distintos escalões. Quer dizer que, antes de convocar-se uma conferência, importa proceder a discussões entre um reduzido número de camaradas (assumindo um deles a responsabilidade principal), no decurso das quais os problemas serão levantados e analisados e se redigirá um projecto; este será elaborado cuidadosamente quanto ao seu conteúdo e quanto à sua forma (é preciso garantir que seja claro e conciso e evitar o palavreado supérfluo). Então, apresentar-se-á à conferência um relatório que será objecto de grandes debates; o projecto será completado, revisto e finalizado à luz das opiniões expressas durante a discussão e o documento definitivo entrará em circulação em todo o Partido e, na medida do possível, será

publicado nos jornais. É preciso opor-se à realização de reuniões de modo empírico, isto é, sem prévia preparação, sem que os problemas tenham sido levantados ou analisados e sem um relatório, cuidadosamente preparado e bem medido no seu conteúdo e forma, submetido à conferência de quadros, mas permitindo-se que os participantes se entreguem às mais variadas divagações, de modo que as sessões se prolonguem sem se chegar a qualquer conclusão clara e bem considerada. Há que prestar atenção à eliminação desse processo empírico e prejudicial, sempre que ele se verifique no trabalho de direcção de qualquer dos birôs ou sub-birôs do Comité Central, OJ em qualquer comité de região, província ou prefeitura do Partido. As conferências para discussão da nossa política não devem reunir muita gente e a sua duração pode ser encurtada se forem bem preparadas. Em geral, é conveniente que nas reuniões participem mais de dez pessoas, de vinte a trinta, de quarenta a cinquenta — número variável segundo as circunstâncias — durante cerca de uma semana. As reuniões de informação da nossa política podem ter uma maior assistência, mas não devem também durar muito tempo. As únicas conferências que podem registar uma maior participação e duração são as de consolidação do Partido, realizadas pelos quadros superiores e médios.

3. Todos os quadros que tomam directamente parte na reforma agrária devem chegar às aldeias e começar o trabalho na primeira metade ou, o mais tardar, na segunda metade de Setembro. Doutra modo, ser-nos-á impossível aproveitar totalmente os próximos Outono e Inverno para concluir a reforma agrária, a consolidação

do Partido e a formação dos órgãos do poder político, e preparar a lavra da Primavera.

III

Tanto nas conferências de quadros como no decorrer do trabalho, os quadros devem ser ensinados a analisar as situações concretas e, partindo das situações concretas das distintas regiões e tendo em conta as diferentes condições históricas, decidir sobre as suas tarefas e métodos de trabalho no lugar e momento determinados. Há que distinguir entre cidades e regiões rurais, entre regiões libertadas antigas, semi--antigas, regiões confinantes com território inimigo e novas regiões libertadas; caso contrário, cometer-se-ão erros.

IV

O problema agrário deverá considerar-se resolvido, e não se levantará mais a questão da reforma agrária nas zonas onde tiver sido radicalmente abolido o sistema feudal, onde os camponeses pobres e os assalariados agrícolas tiverem todos obtido aproximadamente a quantidade média de terras que lhes cabe e onde a diferença (admissível) que ainda existir entre a sua parte de terras e as dos camponeses médios não for muito grande. Nessas regiões, a tarefa fundamental é restaurar e desenvolver a produção, concluir a consolidação do Partido e a formação de órgãos do poder político e apoiar a frente. Se, em certas aldeias destas regiões, ainda há terras que

devem ser distribuídas ou reajustadas, se a situação de classe de alguns indivíduos necessita ainda duma revisão e se ainda há que passar títulos de propriedade, essas tarefas devem ser, naturalmente, concluídas segundo as circunstâncias reais.

V

Em todas as regiões libertadas, tenha ou não sido concluída a reforma agrária, devemos orientar os camponeses a que cultivem o trigo e lavrem uma parte das terras neste Outono. No Inverno, deve-se fazer um apelo aos camponeses para que acumulem fertilizantes. Tudo isto é de vital importância para a produção agrícola e para as colheitas de 1949 nas regiões libertadas, e deve ser realizado através de medidas administrativas, coordenadas com o trabalho de massas.

VI

É necessário superar resolutamente certas manifestações de indisciplina ou anarquia, verificadas em muitos locais. Há pessoas que, sem autorização, modificam a política e a tática adoptadas pelo Comité Central ou por outros comités superiores do Partido, e aplicam medidas políticas e táticas extremamente prejudiciais que vão contra a vontade e a disciplina únicas, mas que, teimosamente, consideram correctas. Também há pessoas que, sob o pretexto de muito trabalho, adoptam a atitude

errada de nem sequer pedir instruções antes de se iniciar uma acção nem apresentar relatórios depois disso, e consideram as regiões que administram como reinos independentes. Tudo isto prejudica enormemente os interesses da revolução. Os comités do Partido em todos os escalões devem discutir repetidamente esta questão e trabalhar seriamente para pôr termo a essa indisciplina e anarquia, de modo a concentrar-se nas mãos do Comité Central e dos seus organismos representativos todos os poderes que podem e devem ser centralizados, causando-se graves prejuízos. O que necessita urgentemente todo o Partido são relatórios e directivas oportunos, vivos e concretos.

VII

O Comité Central, os seus birôs (ou sub-birôs), os comités regionais (ou provinciais) e os comités pre-feiturais, distritais e subdistritais, e mesmo as células do Partido, devem manter-se em estreito contacto, a fim de terem um perfeito domínio das tendências existentes nos diferentes movimentos, trocarem constantemente informações e experiências, corrigirem com prontidão os erros e generalizarem os sucessos. Para isso, há que empregar ao máximo os meios de comunicação, como a rádio, o telégrafo, o telefone, o correio e os mensageiros; os meios de consulta, como as pequenas reuniões (de quatro ou cinco pessoas), conferências regionais conjuntas (de alguns distritos¹ e contactos pessoais; as visitas

de inspecção, que podem ser feitas por pequenos grupos (de três a cinco pessoas) ou individualmente, por membros do comité que gozem de prestígio; e as agências de informação e os jornais. Não se deve esperar vários meses, meio ano ou mesmo mais tempo para que uma organização inferior submeta o seu relatório recapitulativo a uma organização superior, ou uma organização superior defina as directivas gerais para as inferiores, já que tais relatórios e directivas perdem com frequência a sua oportunidade, perdem, total ou parcialmente, a sua utilidade. Dessa maneira, seriam cometidos erros que não poderiam ser corrigidos a tempo, causando-se graves prejuizos. O que necessita urgentemente todo o partido são relatórios e directivas oportunos, vivos e concretos.

VIII

No seu trabalho de direcção, os birôs e sub-birôs do Comité Central e os comités de região, província, prefeitura e município do Partido devem prestar a devida atenção ao trabalho tanto nas cidades como nas regiões rurais, e às tarefas tanto da produção industrial como da produção agrícola. Quer dizer que, pelo facto de dirigirem a reforma agrária e a produção agrícola, não devem negligenciar a orientação a dar ao trabalho urbano e à produção industrial, ou relaxar os seus esforços neste domínio. Agora que temos numerosas cidades grandes, médias e pequenas, e uma vasta rede de indústrias, minas e comunicações, cometeremos erros se qualquer dos organismos dirigentes interessados se tornar negligente ou relaxado nos seus esforços nesse domínio.

NOTAS

Referência aos birôs e sub-birôs do Comité Central.

DIRECTIVAS PARA AS OPERAÇÕES DA CAMPANHA DE LIAOCI-CHEN-IAM1

(Setembro e Outubro de 1948)

I. TELEGRAMA DE 7 DE SETEMBRO

Nós contamos abater definitivamente o Kuomintang num prazo de cerca de 5 anos (a partir de Julho de 1946)². Isto é possível. Se destruímos em cada ano umas 100 brigadas das tropas regulares do Kuomintang, ou seja, cerca de 500 brigadas durante os cinco anos, o nosso objectivo será alcançado. Nestes dois últimos anos, o nosso exército aniquilou, no total, 191 brigadas das tropas regulares do inimigo, ou seja, uma média de 95 brigadas e meia por ano, perto de 8 brigadas por mês. Nos três anos próximos é preciso que o nosso exército aniquile pelo menos 300 brigadas das tropas regulares inimigas. De Julho deste ano a Junho do ano que vem, nós esperamos aniquilar cerca de 115 brigadas das tropas regulares inimigas. Esse total deverá repartir-se entre os nossos exércitos de campanha e os nossos grupos de corpos de exército³. O Exército de Campanha do Leste da China deverá aniquilar cerca de 40 brigadas (incluí-das já as 7 que foram destruídas em Julho), tomar Tsinan e um certo número de cidades, grandes, médias e pequenas, no norte do Quiansu, no leste do Honan e no norte do Anghuei. O Exército de Campan-

ha das Planícies Centrais deverá aniquilar cerca de 14 brigadas (incluindo as duas destruídas em Julho), bem como tomar um certo número de cidades nas províncias de Hupei, Honan e Anghuei. O Exército de Campanha do Noroeste deverá aniquilar cerca de 12 brigadas (incluindo uma brigada e meia já destruída em Agosto). O Grupo de Corpos de Exército do Norte da China, comandado por Siu Siam-tchien e Tchou Chi-di, deverá aniquilar cerca de 14 brigadas das tropas de Ien Si-xan (incluindo as 8 já destruídas em Julho), e tomar Tai-uan. Vocês, em coordenação com os dois grupos de corpos de exército, comandados por Luo Juei-tchim e Iam Tchen-vu, encarregar-se-ão de aniquilar umas 35 brigadas das tropas de Vei Li-huam e das de Fu Tsuo-yi (incluindo a brigada já destruída pelo exército de Iam Tchen-vu, em Julho) e de capturar todas as cidades ao longo das linhas de caminho de ferro de Pepim-Liaonim, Pepim-Sui-uan, Pepim-Tchente, e Pepim-Paotim, exceptuando-se as cidades de Pepim, Tientsim e Chen-iam. Para atingir esses objectivos, os factores decisivos resumem-se a um dispositivo apropriado, a um bom comando das tropas em campanha e a uma combinação conveniente entre os períodos de combate e de repouso. Se, nos dois meses de Setembro e Outubro, ou dentro dum período um pouco mais longo, vocês conseguirem aniquilar o inimigo ao longo da via férrea Quindjou-Tanxan e tomarem Quindjou, Xanghaiquan e Tanxan, vocês terão conseguido o aniquilamento de cerca de 18 das suas brigadas. Para tanto, é necessário que se aprontem desde já para conduzir o grosso das vossas forças sobre essa via, sem se preocuparem com as tropas inimigas de Tchanchuen e

Chen-iam; entretanto, devem preparar-se para aniquilar os socorros inimigos que poderão vir de Tchanchuen e Chen-iam, enquanto estiverem a atacar Quindjou. Como as forças inimigas em Quindjou, Xanghaiquan, Tanxan e nas vizinhanças dessas cidades estão isoladas umas das outras, o sucesso dos vossos ataques com vista ao seu aniquilamento é quase seguro, havendo também boas esperanças de que alcancem um sucesso no ataque a Quindjou e no aniquilamento dos reforços inimigos. Se, pelo contrário, vocês dispuserem o grosso das vossas tropas em Sinmin e nos arredores a norte dessa cidade, tendo em vista atacar as forças inimigas que poderiam vir de Tchanchuen e de Chen-iam, estas, sentindo-se grandemente ameaçadas, nem sequer ousarão sair. Portanto, por um lado, o inimigo que está em Tchanchuen e Chen-iam poderia nem sequer sair destas cidades e, por outro lado, como as forças que vocês enviariam para Quindjou, Xanghaiquan e Tanxan seriam pouco importantes, o inimigo nestas três cidades e respectivos arredores (num total de 18 brigadas) poderia recuar para Quindjou e Tanxan e seria bastante difícil atacá-lo; contudo, vocês seriam obrigados a atacá-lo, desperdiçando tempo e energia, o que talvez pudesse reduzir-vos a uma situação passiva. Eis porque será melhor não se preocuparem com as tropas inimigas de Tchanchuen e Chen-iam, mas sim concentrarem a vossa atenção sobre as que se encontram em Quindjou, Xanghaiquan e Tanxan. Outro ponto: nos dez meses de Setembro a Junho próximos, vocês devem preparar-se para três grandes campanhas, consagrando a cada campanha cerca de dois meses, o que perfaz um total de seis meses,

restando quatro para repouso. Se, durante a campanha de Quindjou-Xanghaiquan-Tanxan (a primeira grande campanha), o inimigo, entrincheirado em Tchantchuen e em Chen-iam, lançar todas as suas forças para socorrer Quindjou (como o grosso das vossas tropas não está disposto em Sinmin, mas nas vizinhanças de Quindjou, Vei Li-huam atre-ve-se-á a vir em socorro desta cidade), vocês poderão, golpe após golpe e sem abandonar a linha Quindjou-Xanghaiquan-Tanxan, aniquilar em massa os reforços inimigos, esforçando-se por aniquilar aí mesmo todas as tropas de Vei Li-huam. Essa seria a situação ideal. Entretanto, importa que prestem atenção aos seguintes pontos:

- 1) Estar firmemente resolvidos a tomar Quindjou, Xanghaiquan e Tanxan e a garantir o controle de toda a linha;
- 2) Estar firmemente resolvidos a travar uma batalha de aniquilamento mais ampla que todas as precedentes, isto é, atacar o exército inteiro de Vei Li-huam assim que ele venha em socorro de Quindjou;
- 3) Levando em conta estas duas resoluções, reconsiderar o vosso plano de acção e tomar medidas para satisfazer as necessidades das tropas (víveres, munições, recrutas, etc), bem como para regular a questão dos prisioneiros de guerra.

Examinem o que ficou dito e telegrafem-nos a vossa resposta.

II. TELEGRAMA DE 10 DE OUTUBRO

1. A partir do dia em que começarem a atacar Quindjou, haverá um período em que a situação na vossa frente será muito tensa. Esperamos que nos informem telegraficamente, de dois ou de três em três dias, sobre a situação do inimigo (capacidade de resistência das forças que defendem Quindjou, progressão dos seus reforços vindos de Hulutao, Quinsi e Chen-iam, movimento e intenções das tropas em Tchantchuen) assim como sobre a nossa própria situação (progressão do nosso ataque contra a cidade, perdas sofridas no ataque e na intercepção dos reforços inimigos).

2. É muito possível que, como vocês disseram, a situação na frente, durante esse período, se desenvolva de maneira extremamente favorável para vocês, quer dizer, que tenham a possibilidade de aniquilar não só as forças inimigas que defendem Quindjou, mas também uma parte dos reforços vindos de Hulutao e Quinsi, assim como uma parte ou a maior parte das forças inimigas em fuga de Tchantchuen.

Se os reforços inimigos vindos de Chen-iam chegarem à região ao norte do rio Talim, imediatamente após a queda de Quindjou, e se vocês ficarem assim com a possibilidade de deslocar as vossas tropas para cercá-los, ser-vos-á igualmente possível aniquilar mais esses reforços. A chave de todos esses sucessos é conseguir tomar Quindjou em cerca de uma semana.

3. Segundo o desenrolar do vosso ataque a Quindjou e o avanço dos reforços inimigos progredindo simulta-

neamente de leste e oeste, vocês decidirão da disposição das tropas para os interceptar. No caso de os reforços inimigos de Chen-iam avançarem lentamente (com efeito, se, durante o vosso ataque contra Quindjou, o inimigo cercado em Tchantchuen fizer uma saída mas for alcançado e submetido a golpes demolidores pela nossa 12a Coluna e outras forças, os reforços inimigos vindos de Chen-iam poderão ficar bastante desorientados e avançar lentamente ou parar ou recuar em socorro das forças de Tchantchuen), e os reforços vindos de Hulutao e de Quinsi avançarem rapidamente, vocês devem estar prontos para utilizar as vossas reservas gerais para destruir, juntamente com a 4a e 11a Colunas, uma parte destes últimos reforços e, antes de tudo, para deter o seu avanço. Se os reforços inimigos vindos de Hulutao e de Quinsi puderem ser fixados e contidos pelas nossas 4a e 11a Colunas e ainda por outras forças, e por causa disso avançarem lentamente ou pararem, e ainda se as forças inimigas de Tchantchuen não furarem o cerco, as forças inimigas vindas de Chen-iam avançarem rapidamente e a maior parte das forças inimigas de Quindjou tiver sido aniquilada, sendo iminente a tomada da cidade, vocês devem deixar as forças inimigas de Chen-iam penetrar profundamente na região ao Norte do rio Talim, para poderem deslocar a tempo as vossas forças, cercá-las e aniquilá-las no momento oportuno.

4. Vocês devem concentrar toda a atenção sobre as operações em Quindjou, de maneira a tomarem essa cidade o mais rapidamente possível. Mesmo que nenhum dos outros objectivos seja atingido, bastar-vos-á tomar Quindjou para conseguirem a iniciativa, o que

será já uma grande vitória. Desejamos unicamente que dispensem uma adequada atenção aos pontos expostos atrás. Sobretudo, nos primeiros dias da batalha para a posse de Quindjou, já que os reforços inimigos vindos de leste e de oeste não executarão movimentos importantes, é preciso que vocês concentrem toda a vossa energia nas operações da frente de Quindjou.

NOTAS

1 A campanha de Liaoci-Chen-iam foi uma gigantesca campanha realizada pelas forças do Exército Popular de Libertação no Nordeste, na parte ocidental da província de Liaonim e na região de Chen-iam-Tchantchuen, de 12 de Setembro a 2 de Novembro de 1948. Nas vésperas dessa campanha, as forças do Kuomintang no Nordeste compreendiam, no total, 4 grupos de corpos de exército, compostos de 14 corpos de exército, ou seja, 44 divisões. Essas forças tinham-se entrincheirado em três regiões isoladas umas das outras: Tchantchuen, Chen-iam e Quindjou. Tendo como objectivo aniquilar completamente as tropas inimigas no próprio Nordeste e libertar rapidamente toda essa região, as forças do Exército Popular de Libertação no Nordeste, apoiadas pelas grandes massas da população local, começaram a campanha de Liaoci-Chen-iam em Setembro de 1948, depois de terem concentrado uma força principal de 12 colunas, uma coluna de artilharia e ainda forças locais, o que totalizava 53 divisões, ou seja, mais de 700.000 homens. Quindjou, junto à linha do caminho de ferro Pepim-Liaonim, era um nó estratégico que ligava o Nordeste com o Norte da China. As forças inimigas que defendiam a região de Quindjou consistiam em 8 divisões, contando mais de 100.000 homens, sob o comando de Fan Han-tchie, comandante em chefe adjunto do Quartel General do Kuomintang para a “Exterminação dos Bandidos” no Nordeste. A tomada de Quindjou era a chave da campanha de Liaoci-Chen-iam. Segundo as directivas do ca-marada Mao Tsetung, as forças

do Exército Popular de Libertação no Nordeste empregaram uma coluna e 7 divisões independentes na manufatura do cerco de Tchanchuen e 7 colunas (das quais uma de artilharia) e um batalhão de tanques para cercar e atacar Quindjou; além disso, dispuseram 2 colunas no sector Taxan-Caoquiao, a sudoeste de Quindjou, e 3 colunas no sector Heixan-Tahuxan-Tchanvu, a fim de interceptarem todos os reforços que o inimigo pudesse enviar em socorro de Quindjou, tanto a partir de Quinsí e Hulutao como de Cheniam. Os combates na região de Quindjou começaram a 12 de Setembro. No preciso momento em que, depois de ter tomado Iciem, o nosso exército varria o inimigo nas cercanias de Quindjou, Tchiang Kai-chek tomou precipitadamente um avião para o Nordeste, a fim de assumir o comando. Para socorrer Quindjou, ele fez vir com urgência 5 divisões que estacionavam ao longo da linha férrea Pepim-Liaonim e dependiam do Quartel General do Kuomintang para a “Exterminação dos Bandidos” no Norte da China, bem como 2 divisões da província de Xantum. Acrescentadas às 4 divisões de Quinsí, ele obteve um total de 11 divisões que, a partir de 10 de Outubro, lançou num furioso ataque contra as nossas posições em Taxan, não conseguindo, porém, romper as nossas linhas. Entretanto, o IX Grupo de Corpos de Exército do Kuomintang, comandado por Liao Iao-siam, partiu de Cheniam em socorro de Quindjou, num total de n divisões e 3 brigadas de cavalaria, mas foi interceptado pelas nossas forças a nordeste de Heixan e Tahuxan. O nosso exército começou o assalto de Quindjou em 14 de Outubro e, após 31 horas de combates encarniçados, aniquilou completamente as forças inimigas, mais de 100.000 homens, aprisionando, entre outros, Fan Han-tchie e Lu Tsium-tchuan, respectivamente comandante em chefe adjunto do Quartel General do Kuomintang para a “Exterminação dos Bandidos” no Nordeste e comandante do VI Grupo de Corpos de Exército. A libertação de Quindjou levou uma parte das tropas inimigas de Tchanchuen a revoltar-se e a passar-se para o nosso lado, capitulando a parte restante. Nessa altura, o desmoronamento das forças do Kuomintang no Nordeste passou a ser certo. Sonhando poder ainda recuperar Quindjou e restabelecer as comunicações entre o Nordeste e o Norte da China, Tchiang Kai-chek ordenou estrita-

mente ao grupo de corpos de exército de Liao Iao-siam que continuasse a prosseguir a sua marcha para Quindjou. Após a tomada de Quindjou, as forças do Exército Popular de Libertação no Nordeste regressaram imediatamente ao Nordeste e cercaram pelos dois flancos, desde Heixan no norte e Tahuxan no sul, o grupo de corpos de exército de Liao Iao-siam. Em 26 de Outubro, as forças do Exército Popular de Libertação no Nordeste conseguiram cercar o grupo de corpos de exército de Liao Iao-siam no sector de Heixan-Tahuxan-Sinmin e, depois de dois dias e uma noite de combates encarniçados, aniquilaram totalmente aquelas tropas, que se elevavam a mais de 100.000 homens, aprisionando o comandante do grupo de corpos de exército, Liao Iao-siam, e os comandantes dos corpos de exército Li Tao, Siam Fum-vu e Tchem Tim-tsi. Explorando a vitória, o nosso exército avançou com energia e libertou Cheniam e Inçou no dia 2 de Novembro, liquidando forças inimigas superiores a 149.000 homens. Assim, todo o Nordeste ficou libertado. Durante a campanha, foram aniquiladas tropas inimigas num total de mais de 470.000 homens.

- Ver, no presente tomo, “Circular sobre a Situação”, nota 6.

3 No dia 1 de Novembro de 1948, conforme as decisões tomadas na reunião de Setembro do Birô Político do Comité Central do Partido Comunista da China, a Comissão Militar Revolucionária do Comité Central do Partido classificou as forças armadas das grandes regiões estratégicas em três categorias: tropas de campanha, tropas locais e unidades de guerrilheiros. As tropas de campanha foram organizadas em exércitos de campanha. Cada exército de campanha com-punha-se de grupos de corpos de exército, cada grupo, de corpos de exército (a princípio chamados colunas), cada corpo de exército, de divisões, e cada divisão, de regimentos. Segundo a região em que se encontravam, os exércitos de campanha do Exército Popular de Libertação da China receberam as designações seguintes: Exército de Campanha do Noroeste, Exército de Campanha das Planícies Centrais, Exército de Campanha do Leste da China, Exército de Campanha do Nordeste e Exército de Campanha do Norte da China. O número de grupos de corpos de exército, corpos de exército e divisões em cada exército de campanha variava segundo as condições próprias de cada grande região es-

tratégica. Mais tarde, o Exército de Campanha do Noroeste tomou o nome de I Exército de Campanha, compreendendo dois grupos de corpos de exército; o Exército de Campanha das Planícies Centrais tomou o nome de II Exército de Campanha e compreendia 3 grupos de corpos de exército; o Exército de Campanha do Leste da China tomou o nome de III Exército de Campanha e compreendia 4 grupos de corpos de exército; e o Exército de Campanha do Nordeste, o de IV Exército de Campanha, com 4 grupos de corpos de exército. Os três grupos de corpos de exército que compunham o Exército de Campanha do Norte da China foram colocados sob as ordens directas do Alto Comando do Exército Popular de Libertação da China.

SOBRE O FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE COMITÉS DO PARTIDO*

(1o de Setembro de 1948)

O sistema de comités do Partido é uma importante instituição do Partido, destinada a assegurar a direcção colectiva e evitar que um só indivíduo monopolize a gestão dos trabalhos. Averiguou-se recentemente, porém, que em alguns órgãos dirigentes (não em todos, evidentemente) é prática habitual que um só indivíduo monopolize a gestão dos trabalhos e resolva os problemas importantes. As decisões sobre problemas importantes não são tomadas pela reunião do comité do Partido, mas sim por um único indivíduo, e os membros do comité estão ali apenas por formalidade. As divergências de opinião entre os membros dum comité não podem ser resolvidas e são deixadas em suspenso durante um longo período. Os membros do comité do Partido mantêm entre si uma unidade apenas formal, não real. Há que mudar essa situação. Daqui para o futuro, é necessário instituir um bom sistema de reuniões dos comités do Partido em todos os órgãos de direcção, desde os birôs do Comité Central aos comités de preparação do Partido,

* Decisão do Comité Central do Partido Comunista da China, redigida pelo camarada Mao Tsetung.

desde os comités do Partido na frente aos comités do Partido nas brigadas e nas regiões militares (subcomissões da Comissão Militar Revolucionária ou grupos dirigentes), assim como nos grupos dirigentes do Partido dentro dos organismos governamentais, das organizações populares, das agências de notícias e jornais. Todos os problemas importantes (evidentemente, não os problemas insignificantes, triviais, nem os problemas cuja solução tenha já sido decidida após discussão em reuniões, necessitando apenas da respectiva execução) devem ser submetidos aos comités para discussão, devendo os membros presentes apresentar, sem reservas, os seus pontos de vista, e chegar a uma decisão precisa e clara, a qual deverá, então, ser executada pelos membros interessados. Os comités do Partido, nos escalões inferiores aos da prefeitura ou da brigada, devem proceder da mesma maneira. Nos órgãos dirigentes superiores, é preciso proceder também a reuniões de quadros dirigentes por departamentos (por exemplo, os departamentos de propaganda e os de organização), por comissões (por exemplo, as comissões de operários, de mulheres e de jovens), por escolas (por exemplo, as escolas do Partido) ou por serviços (por exemplo, os serviços de estudos políticos). Bem entendido, para evitar que se entrave o trabalho, é preciso velar por que as reuniões não sejam muito longas nem muito frequentes nem deslizem para a discussão dos detalhes sem importância. A respeito dos problemas importantes que são complexos e controversos, é necessário, além do mais, ter conversas particulares antes da reunião, para preparar melhor a discussão, evitando que a reunião corra o risco

de tomar decisões de pura forma ou mesmo que não chegue a decisão alguma. As reuniões dum comité do Partido devem ser classificadas em duas categorias que importa não confundir: reuniões do comité permanente e sessões plenárias. Além disso, devemos velar por que nem a direcção colectiva nem a responsabilidade individual sejam realçadas em termos de haver exagero com uma e negligência com outra. No exército, os chefes têm o direito de tomar decisões de emergência durante os combates e sempre que as circunstâncias o exijam.

CIRCULAR DO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO
COMUNISTA DA CHINA SOBRE A REUNIÃO DE
SETEMBRO*

(10 de Outubro de 1948)

1. Em Setembro de 1948, realizou-se uma reunião do Birô Político do Comité Central, à qual participaram sete membros do Birô Político, catorze membros efectivos e suplentes do Comité Central e dez altos funcionários, incluindo os principais camaradas dirigentes do Partido e do exército do Norte, do Leste, das Planícies Centrais e do Noroeste da China. Essa reunião, convocada pelo Comité Central, teve uma participação mais ampla do que qualquer outra desde a capitulação do Japão. A reunião examinou o trabalho do período passado e definiu as tarefas para o período seguinte.

* Circular interna do Partido, redigida pelo camarada Mao Tsetung em nome do Comité Central do Partido Comunista da China. A reunião de Setembro de 1948 realizou-se na aldeia de Sipaipo, distrito de Pinxan, província de Hopei. Esta reunião do Birô Político do Comité Central foi a que registou a maior participação depois da capitulação do Japão. Anteriormente, não havia sido possível organizar reuniões assim tão amplas, porque a grande maioria dos membros do Comité Central se encontrava dispersa nas diferentes regiões libertadas, dirigindo a intensa Guerra de Libertação, e as comunicações resultavam extremamente difíceis.

2. A partir do VII Congresso do Partido, realizado em Abril de 1945, o Comité Central e os quadros dirigentes de todo o Partido têm dado provas duma unidade ainda maior que durante a Guerra de Resistência contra o Japão. Esta unidade permitiu ao nosso Partido enfrentar muitos acontecimentos importantes, internos e externos, nos últimos três anos decorridos após a capitulação do Japão; e, no decorrer de tais acontecimentos, o nosso Partido impeliu a revolução chinesa para um grande passo em frente, eliminou a influência política do imperialismo norte-americano entre as grandes massas populares da China, combateu a nova traição por parte do Kuomintang¹, repeliu os ataques militares deste e habilitou o Exército Popular de Libertação a passar da defensiva à ofensiva.

Nos últimos dois anos de combate, de Julho de 1946 a Junho de 1948, o Exército Popular de Libertação infligiu ao inimigo 2.640.000 baixas, entre as quais 1.630.000 prisioneiros. Os principais troféus deste dois anos de combate ascendem a quase 900.000 espingardas, mais de 64.000 metralhadoras pesadas e ligeiras, mais de 8.000 peças de artilharia ligeira, mais de 5.000 peças de artilharia de infantaria e mais de 1.100 peças de artilharia pesada de montanha e de campanha. Nesses dois anos, o Exército Popular de Libertação cresceu de mais de 1.200.000 para 2.800.000 homens. As nossas tropas regulares passaram de 118 brigadas a 176, ou seja, de 610.000 homens a 1.490.000. As regiões libertadas estendem-se agora por 2.350.000 quilómetros quadrados, ou seja, 24,5 por cento da superfície total da China, que é de 9.597.000 quilómetros quadrados; a sua população é de

168 milhões, isto é, 35,3 por cento do total dos 475 milhões de habitantes da China; e dispõem de 586 cidades grandes, médias e pequenas, de capitais de distrito para cima, ou seja, 29 por cento das 2.009 cidades desse tipo, existentes no país.

Como o nosso Partido dirigiu firmemente os camponeses na realização da reforma do sistema agrário, o problema da terra tem sido radicalmente resolvido em regiões com uma população de cerca de 100 milhões de habitantes, e as terras da classe dos senhores de terras e dos camponeses ricos de tipo antigo foram distribuídas de maneira mais ou menos igual entre a população rural e, em primeiro lugar, entre os camponeses pobres e assalariados agrícolas.

O número de membros do nosso Partido elevou-se de 1.210.000, em Maio de 1945, para 3.000.000, presente-mente (em 1927, antes da traição da revolução pelo Kuomintang, o número de membros era de 50.000; depois da traição kuomintanista, nesse mesmo ano, a cifra desceu para cerca de 10.000; em 1934, como consequência do desenvolvimento frutuoso da revolução agrária, elevou-se a 300.000; em 1937, como resultado da derrota da revolução no Sul², desceu novamente para cerca de 40.000; em 1945, em virtude do êxito do desenvolvimento da Guerra de Resistência contra o Japão, subiu a 1.210.000; e, actualmente, devido ao desenvolvimento vitorioso da guerra contra Tchiang Kai-chek e da revolução agrária, já atingiu os 3.000.000). Por um lado, neste ano que passou, o Partido superou no essencial, e continua a superar, alguns fenómenos malsãos que existiam em certo grau nas suas fileiras, tais como a im-

pureza na composição de classe (infiltração de senhores de terras e camponeses ricos), impureza na ideologia (ideologia dos senhores de terras e camponeses ricos) e impureza no estilo de trabalho (burocratismo e autoritarismo). Por outro lado, o Partido, nesse mesmo ano, corrigiu e continua ainda a corrigir alguns erros de “esquerda” que surgiram durante a mobilização em grande escala das massas camponesas nas lutas para a solução do problema agrário. Estes erros consistiram em violações parciais, mas bastante numerosas, dos interesses dos camponeses médios, em prejuízos causados a algumas empresas industriais e comerciais privadas, e em transgressões, em certos lugares, de determinadas linhas de demarcação na política para reprimir a contrarrevolução. Com as grandes e encarniçadas lutas revolucionárias dos últimos três anos, especialmente no ano passado, e com a correção conscienciosa dos nossos próprios erros, a totalidade do Partido deu um grande passo em frente quanto à sua maturidade política.

O trabalho do Partido nas regiões do Kuomintang foi coroado de grande êxito. Isto pode constatar-se pelo facto de, nas grandes cidades, termos conquistado para a causa do nosso Partido as grandes massas de operários, estudantes, professores, catedráticos, trabalhadores da cultura, cidadãos em geral e capitalistas nacionais, assim como todos os partidos democráticos e organizações populares, conseguindo desse modo resistir à opressão kuomintanista e isolar totalmente o Kuomintang. Em várias grandes regiões do Sul (as regiões fronteiriças Fuquien--Cuantum-Quiansi, Hunan-Cuantum-Quiansi, Cuan-rum-Cuansi e Cuansi-Iunnan, o sul do Iunnan,

a região fronteiriça Anghuei-Tchequiam-Quiansi e o leste e sul do Tchequiam) estabeleceram-se bases para a guerra de guerrilhas e os efectivos das forças guerrilheiras subiram para mais de 30.000 homens.

Durante os últimos dois anos, especialmente no último, realizámos no Exército Popular de Libertação um movimento democrático, conduzido em boa ordem e bem orientado, no qual participaram todos os combatentes e comandantes. Nesse movimento, desenvolvemos a autocrítica, superámos e continuamos a superar o burocratismo no exército e restabelecemos o sistema de comités do Partido nos vários escalões do exército, assim como o sistema de comités de soldados nas companhias, sistemas que tinham dado bons resultados no período de 1927 a 1932, mas que haviam sido suprimidos mais tarde. Tudo isso elevou consideravelmente o entusiasmo e a consciência política dos comandantes e combatentes, reforçou bastante a sua eficácia de combate e o seu espírito de disciplina e ajudou-nos a absorver uns 500.000 soldados capturados ao Kuomintang e a convertê-los em combatentes libertados³, que voltaram as suas armas contra o Kuomintang. Durante os últimos dois anos, nas regiões libertadas nós mobilizámos cerca de 1.600.000 dos camponeses que haviam recebido terras, para que se alistassem no Exército Popular de Libertação.

Nós dispomos já de um bom número de linhas ferroviárias, minas e indústrias, e o nosso Partido está a aprender em massa como gerir a indústria e como fazer o comércio. Nestes dois últimos anos, as nossas indústrias de guerra conheceram um grande desenvolvimento. Contudo, elas ainda não estão a ponto de satisfazer as

exigências da guerra. Faltam--nos certas matérias-primas e máquinas importantes e, falando em termos gerais, ainda não somos capazes de produzir aço.

No Norte da China, nas regiões onde a população se eleva a 44 milhões de habitantes, nós criámos já um governo popular unificado, em que o nosso Partido coopera com os democratas, não membros do Partido. A fim de facilitar o apoio à frente, decidimos confiar a este governo a tarefa de unificar a direcção e a administração da economia, das finanças, do comércio, dos bancos, das vias de comunicação e das indústrias de guerra em três regiões — Norte, Leste (com 43 milhões de habitantes) e Noroeste da China (uma população de 7 milhões) — e estamos prontos para, num futuro próximo, alargarmos essa unificação a duas outras regiões: o Nordeste e as Planícies Centrais.

3. À luz dos nossos sucessos alcançados nos combates dos dois últimos anos e à luz da situação geral existente entre o inimigo e nós, a reunião do Birô Político considerou inteiramente possível formar um Exército Popular de Libertação de 5 milhões de homens e, num período de cerca de cinco anos (a contar de Julho de 1946), esmagar um total de cerca de 500 brigadas (divisões) das tropas regulares do inimigo (uma média aproximada de 100 brigadas por ano), infligir umas 7.500.000 baixas às forças regulares e irregulares e às unidades especiais do inimigo (uma —edia de cerca de 1.500.000 homens por ano), e derrubar completamente a dominação reaccionária do Kuomintang.

As forças militares do Kuomintang constavam de 4.300.000 homens em Julho de 1946. Nos dois últimos

anos, 3.090.000 dos seus homens foram postos tora de combate ou desertaram e 2.440.000 homens nelas ingressaram como recrutas. As suas forças actuais contam com 3.650.000 homens. Calcula-se que, nos próximos três anos, o Kuomintang poderá ainda recrutar 3.000.000 de homens e que uns 4.500.000 serão postos fora de combate ou desertarão. Assim, como resultado de cinco anos de combate, as restantes forças militares do Kuomintang serão provavelmente de apenas cerca de 2.000.000 de homens. O nosso exército conta agora com 2.800.000 homens. Nos próximos três anos, projectamos incorporar nas nossas forças 1.700.000 soldados capturados (calculámos a 60 por cento do total dos que iremos capturar) e mobilizar 2.000.000 de camponeses que se incorporarão no exército. Descontadas as baixas, os efectivos do nosso exército, como resultado de cinco anos de combate, aproximar-se-ão provavelmente dos 5.000.000 de homens. Se cinco anos de combate derem tais resultados, poderá dizer-se que derrubámos por completo a dominação reaccionária do Kuomintang.

Para cumprir esta tarefa, precisamos de aniquilar anualmente cerca de 100 brigadas (divisões) das forças regulares do inimigo, ou seja, um total de aproximadamente 500 brigadas (divisões) em cinco anos. Esta é a chave da solução de todos os problemas. Face ao facto de as tropas regulares do inimigo, que esmagámos, somarem 97 brigadas (divisões) no primeiro ano de combate e 94 brigadas (divisões) no segundo ano, os nossos objectivos podem ser atingidos e mesmo ultrapassados. Da actual força militar do Kuomintang, que totaliza aproximadamente 3.650.000 homens, 70 por cento estão na frente (a

Norte da linha formada pelo rio Yangtsé e pelos montes Paxan, a Leste da linha de Landjou e dos montes Holan e a Sul da linha Tchente-Tchan-tchuen); só cerca de 30 por cento estão na retaguarda (a Sul da linha formada pelo rio Yangtsé e pelos montes Paxan e a Oeste da linha de Landjou e dos montes Holan). Do total das actuais forças regulares do Kuomintang, que consistem em 285 brigadas, ou seja, 1.980.000 homens, 249 brigadas, isto é, 1.742.000 homens, estão na frente (99 brigadas, correspondendo a 694.000 homens, na frente norte e 150 brigadas, ou seja, 1.048.000, na frente sul). Apenas 36 brigadas, isto é, 238.000 homens, estão na retaguarda e são, na sua maioria, tropas de formação recente, com fraca eficácia de combate. Assim, o Birô Político do Comité Central decidiu que, durante o terceiro ano, todas as tropas do Exército Popular de Libertação continuarão a operar a Norte do rio Yangtsé, no Norte e no Nordeste da China. Para cumprirmos a tarefa de destruir o inimigo, torna-se necessário utilizar um elevado número de soldados capturados, além de se mobilizar o povo nas regiões libertadas, de modo planificado e prudente, para ingressar no exército.

4. Como o nosso Partido e o nosso exército tivessem estado, durante muito tempo, numa situação em que as nossas regiões se encontravam cortadas pelo inimigo, em que fazíamos uma guerra de guerrilhas e permanecíamos nas zonas rurais, nós per-aíirimos uma grande autonomia aos órgãos dirigentes do Partido e do exército das várias regiões. Isto permitiu às organizações do Partido e às forças armadas pôr em jogo a sua iniciativa e entusiasmo e iuperar longos períodos de graves dificul-

dades; mas, an mesmo tempo, originou determinados fenómenos de indisciplina e anarquia, de regionalismo e guer-rilheirismo, prejudiciais à causa da revolução. A situação actual exige que o nosso Partido faça o máximo possível para eliminar tais fenómenos e centralize todo o poder que pode e deve ser concentrado nas mãos do Comité Central e respectivos órgãos representativos, de modo a efectuar a transição da guerra de guerrilhas à guerra regular. Nos últimos dois anos, tanto o nosso exército como as suas operações tomaram um carácter mais regular, mas isso ainda não chega, razão por que se impõe, no terceiro ano, fazer um outro grande passo em frente. Para isso, devemos fazer todo o possível para reparar e manejar os meios modernos de comunicação, tais como os caminhos de ferro, os transportes por estrada e barcos a vapor, e reforçar a administração das cidades e a gestão da indústria, de maneira a deslocar gradualmente o centro de gravidade do trabalho do nosso Partido do campo para a cidade.

5. A tarefa de conquistar o poder político em todo o país exige do nosso Partido a formação rápida e sistemática de um grande número de quadros, capazes de administrar os assuntos militares, políticos, económicos, do Partido, culturais e educacionais. No terceiro ano da guerra, devemos preparar 30.000 a 40.000 quadros de nível inferior, médio e superior, para que, no quarto ano, quando o exército avançar, eles possam marchar com este e administrar metodicamente as novas regiões libertadas, cuja população será de 50 a 100 milhões de habitantes. A China tem um vasto território e uma numerosa população, e a guerra revolucionária está a

desenvolver-se com grande rapidez; mas a nossa reserva de quadros é muito insuficiente, o que representa uma dificuldade muito grande. Na preparação dos quadros durante o terceiro ano, ao mesmo tempo que temos de apoiar--nos nas velhas regiões libertadas como fornecedoras da maioria dos quadros, devemos também prestar atenção ao alistamento de quadros das grandes cidades controladas pelo Kuomintang. Nas grandes cidades das regiões do Kuomintang há muitos operários e intelectuais que podem participar no nosso trabalho e que têm, em geral, um nível de cultura mais elevado que o dos operários e camponeses das velhas regiões libertadas. A exceção dos elementos reaccionários, devemos utilizar em grande número o pessoal que trabalha nos organismos económicos, financeiros, culturais e educacionais do Kuomintang. Nas regiões libertadas, o ensino escolar deve ser restabelecido e desenvolvido.

6. A palavra de ordem de convocação duma Conferência Consultiva Política⁴ uniu à volta do nosso Partido todos os partidos democráticos, todas as organizações populares e todos os democratas sem partido das regiões do Kuomintang. Estamos a tomar medidas para que os representantes desses partidos e organizações venham às regiões libertadas, e preparamo-nos para convocar em 1949 uma conferência dos representantes de todos os partidos democráticos, organizações populares e democratas sem partido da China, a fim de estabelecer-se o Governo Central Provisório da República Popular da China.

7. A restauração e o desenvolvimento da produção industrial e agrícola nas regiões libertadas constituem um

elo importante nos nossos esforços para apoiar a guerra e derrotar os reaccionários do Kuomintang. A reunião do Birô Político determinou que, por um lado, o Exército Popular de Libertação deve desenvolver a sua ofensiva vitoriosa sobre as regiões do Kuomintang e conseguir das forças e das regiões por este controladas importantes fornecimentos em recursos humanos e materiais necessários à guerra, e que, por outro lado, nas antigas regiões libertadas há que fazer todos os esforços para restaurar e desenvolver a produção industrial e agrícola, de maneira a elevar-lhes, em certa medida, o seu nível. Só depois de cumpridas estas duas tarefas, se poderá garantir o derrubamento da dominação reaccionária do Kuomintang; doutro modo, isso será impossível.

Encontraremos muitas dificuldades na execução dessas duas tarefas. Quando o nosso exército operar nas regiões do Kuomintang para aí fazer a guerra sem retaguardas, ou com uma retaguarda inadequada, terá que conseguir por si só a totalidade ou a maior parte dos seus abastecimentos militares no próprio terreno onde se encontra. A restauração e o desenvolvimento da produção industrial e agrícola exigem um bom trabalho de organização, uma boa orientação dos mercados nas regiões libertadas, o controle do comércio com as regiões dominadas pelo Kuomintang, a superação da insuficiência em determinadas máquinas e matérias-primas e, acima de tudo, a solução do problema das comunicações, transporte e reparação das vias férreas, estradas e vias fluviais. Presentemente, existem grandes dificuldades na situação económica e financeira das regiões libertadas. Se bem que as nossas dificuldades sejam muito menores que as

do Kuomintang, elas existem efectivamente. As principais consistem na insuficiência dos nossos recursos materiais e dos efectivos do exército relativamente às necessidades da guerra, e no aumento em grau considerável da inflação. E uma das causas de tais dificuldades é a inadequação do nosso trabalho de organização, em especial no domínio económico e financeiro. Nós cremos que essas dificuldades podem e devem ser vencidas. Na luta para consegui-lo, impõe-se combater o desperdício e seguir um regime rigoroso de economia. Na frente, devemos velar por que todo o espólio seja entregue às autoridades, interessar-nos pelas nossas forças reais, cuidar bem das armas, economizar as munições e proteger os soldados capturados. Na retaguarda, devemos reduzir as despesas governamentais, reduzir a mobilização, salvo em caso de necessidade urgente, da mão-de-obra e animais de carga, reduzir o tempo dedicado a reuniões, respeitar as estações agrícolas de modo que os trabalhos do campo se façam a tempo, reduzir os custos da produção industrial, aumentar a produtividade do trabalho, mobilizar a totalidade do Partido para que aprenda a dirigir a produção industrial e agrícola e a fazer o comércio, despende os maiores esforços para organizar adequadamente as actividades económicas das regiões libertadas, vencer a desordem dos mercados e dar o necessário combate contra todos os especuladores e traficantes. Lançando-nos decididamente no cumprimento de todas estas tarefas, poderemos superar, certamente, as dificuldades que enfrentamos.

8. Elevar o nível teórico marxista-leninista dos quadros e ampliar a democracia interna do Partido constituem

elos importantes no cumprimento das tarefas acima referidas. A reunião do Birô Político tomou uma decisão especial quanto à ampliação da democracia interna do Partido⁵. E também tratou do problema da elevação do nível teórico marxista-leninista dos quadros e chamou a atenção de todos os camaradas presentes para esse ponto.

9. Reuniu-se com êxito o VI Congresso Nacional do Trabalho e fundou-se a Federação Nacional dos Sindicatos da China⁶. No primeiro semestre do próximo ano, realizar-se-á o Congresso Nacional das Mulheres a fim de se formar a Federação Nacional das Mulheres Democráticas da China⁷, e será convocado o Congresso Nacional da Juventude para se constituir a Federação Nacional da Juventude da China⁸, e fundar-se-á a Liga da Juventude de Democracia Nova⁹.

NOTAS

1A primeira traição do Kuomintang data de 1927. A traição aqui mencionada refere-se à guerra civil contra-revolucionária, desencadeada à escala nacional pelo Kuomintang, após a cessação da Guerra de Resistência contra o Japão.

2 A derrota da revolução no Sul foi a derrota do Exército Vermelho Chinês na luta contra a quinta campanha de “cerco e aniquilamento” desencadeada pelo Kuomintang, derrota que originou a retirada das nossas forças principais das bases revolucionárias do Sul, em 1934; foi a consequência da terceira linha desviacionista de “esquerda”, representada no Partido por Vam Mim.

3 Referência aos soldados do Kuomintang que foram feitos prisioneiros pelo Exército Popular de Libertação e, assim, libertados do exército reaccionário, e que, depois de reeducados, ingressaram nas

fileiras do nosso exército.

4 A palavra de ordem de convocação duma Conferência Consultiva Política foi avançada pelo camarada Mao Tsetung. Por proposta sua, uma das “palavras de ordem do Primeiro de Maio” para 1948, lançadas pelo Comité Central do Partido Comunista da China, definiu: “Todos os partidos democráticos, organizações populares e personalidades públicas devem convocar o mais cedo possível uma Conferência Consultiva Política para discutir e realizar a convocação duma assembleia popular nacional e a formação dum governo democrático de coalizão”. Essa palavra de ordem obteve uma imediata e calorosa resposta dos partidos democráticos, organizações populares e democratas sem partido das regiões controladas pelo Kuomintang. A Conferência Consultiva Política foi mais tarde designada por Nova Conferência Consultiva Política e, finalmente, por Conferência Consultiva Política do Povo Chinês. Ver “Alocação ao Comité Preparatório da Nova Conferência Consultiva Política”, nota 1, no presente tomo.

5 Referência à “Resolução do Comité Central do Partido Comunista da China sobre a Convocação de Congressos e Conferências do Partido nos Diversos Escalões”. A fim de instaurar e desenvolver uma vida democrática normal no Partido, a resolução fixou as seguintes disposições: os comités do Partido nos diversos escalões devem realizar regularmente congressos e conferências do Partido nos seus respectivos escalões, conforme exigem os estatutos do Partido; estes congressos e conferências ficarão investidos de todos os poderes estipulados pelos ditos estatutos, não se permitindo a menor violação; as reuniões devem ser bem preparadas com antecedência; as controvérsias no seio do Partido devem figurar num relatório fiel que será oportunamente submetido ao escalão superior, e as controvérsias importantes devem ser comunicadas ao Comité Central. A resolução estipulava também medidas para reforçar o sistema de comités do Partido e exigia que os comités do Partido a todos os escalões aplicassem o sistema segundo o qual os problemas importantes deviam ser discutidos e decididos colectivamente pelos seus membros, que nenhuma decisão sobre um problema importante fosse individualmente tomada por um camarada e que não se devia sublinhar demasiado nem a direcção

colectiva nem a responsabilidade individual, a ponto de descurar esta ou aquela.

6 O VI Congresso Nacional do Trabalho realizou-se em Harbin, em Agosto de 1948. A Federação Nacional dos Sindicatos da China, organização nacional unificada da classe operária chinesa, foi restabelecida nesse Congresso. Os cinco precedentes Congressos Nacionais do Trabalho tinham-se realizado em 1922, 1925, 1926, 1927 e 1929.

7 O I Congresso Nacional das Mulheres realizou-se em Pepim, em Março de 1949. A Federação Nacional das Mulheres Democráticas da China, órgão dirigente das organizações das mulheres em todo o país, foi fundada nesse Congresso. Tomou mais tarde o nome de Federação Nacional das Mulheres da China.

8 A primeira sessão do Congresso Nacional da Juventude realizou-se em Pepim, em Maio de 1949. A Federação Nacional da Juventude Democrática da China foi fundada nessa sessão. Mais tarde, tomou a designação de Federação Nacional da Juventude da China.

9 A Liga da Juventude de Democracia Nova foi fundada em Janeiro de 1949, conformemente à decisão do Comité Central do Partido Comunista da China. O seu I Congresso Nacional realizou-se em Pepim, em Abril de 1949. No seu III Congresso Nacional, em Maio de 1957, passou a designar-se Liga da Juventude Comunista da China.

DIRETIVAS PARA AS OPERAÇÕES DA
CAMPANHA DE HUAI-HAI*

(11 de Outubro de 1948)

Sobre as disposições a tomar com vista à campanha de Huai-Hai1, eis alguns pontos para vossa consideração.

1. Como tarefa central na primeira fase dessa campanha, concentrar forças para aniquilar o grupo de corpos de exército de Huam Po-tao, fazer uma perfuração ao centro e tomar Sin-an-tchen, a estação ferroviária de Iunho, Tsaopatsi, Issien, Tsautchuam, Lintchem, Hantchuam, Xuiam, Peicien, Tantchem, Teltchuam e Lin-yi. Para atingir estes objectivos, empregar duas colunas no aniquilamento de cada divisão inimiga, utilizando-se no total 6 a 7 colunas para dividir e aniquilar as 25 a, 63a e 64a Divisões do inimigo. Utilizar 5 a 6 colunas para interceptar e aniquilar os reforços inimigos. Utilizar 1 a 2 colunas para destruir uma brigada de Li Mi, na região de Lintchem--Hantch

* Telegrama redigido pelo camarada Mao Tsetung em nome da Comissão Militar Revolucionária do Comité Central do Partido Comunista da China, e dirigido aos Exércitos de Campanha do Leste da China e das Planícies Centrais, assim como aos Birôs do Comité Central do Partido Comunista da China nessas duas regiões. A campanha de Huai-Hai foi uma das três maiores campanhas decisivas da Guerra Popular de Libertação da China. Ela foi realizada conjuntamente pelos Exércitos de Campanha do Leste da China e das Planícies

uam, e esforçar-se por ocupar estas duas cidades, a fim de ameaçar Siudjou a partir do norte, de modo que os dois grupos de corpos de exército, sob o comando de Tchiou Tchim-tchiuan e de Li Mi, não ousem prestar socorro a leste com todos os seus efectivos. Dispor uma coluna e formações locais no sudoeste do Xantum para efectuar um ataque de flanco contra a secção de caminho de ferro compreendida entre Siudjou e Chantchiou, de modo a conter uma parte do grupo de corpos de exército de Tchiou Tchim-tchiuan (como 3 divisões, sob o comando de Suen Iuan-liam, se preparam para tomar a direcção leste, convém que Liu Po-tchem, Tchen Yi e Tem Siao-pim aprestem imediatamente as suas tropas para atacar a linha Tchendjou-Siudjou, a fim de conter o grupo de corpos de exército de Suen Iuan-liam). Utilizar uma a duas colunas para acções na região de Sutsien-Sueinim-Limpi, de modo a reter o grupo de corpos de exército de Li Mi. Estas dis posições significam que será necessário

Centrais e pelas tropas locais das duas regiões. Durante a campanha, o exército do Kuomintang perdeu no total mais de 555.000 homens. As directivas formuladas pelo camarada Mao Tsetung neste telegrama conduziram a um sucesso completo ; a campanha desenrolou-se em condições ainda mais favoráveis que as previstas, e a vitória foi também mais rápida e maior do que se previra. Depois da campanha, Nanquim, capital do governo reaccionário do Kuomintang, passou a estar sob a ameaça directa do Exército Popular de Libertação. A campanha de Huai-Hai terminou em 10 de Janeiro de 1949 e, a 21 de Janeiro, Tchiang Kai-chek anunciou que “se retirava”. A partir de então, a camarilha reac-cionária dominante do Kuomintang em Nanquim encontrou--se em completa derrocada.

necessário empregar mais de metade dos nossos efectivos para conter os grupos de corpos de exército comandados por Tchiou Tchim-tchiuan e Li Mi, para interceptar os seus ataques e aniquilar uma parte das suas forças, antes de podermos atingir o nosso objectivo de destruir as três divisões do grupo de corpos de exército de Huam Po-tao. Nas suas linhas gerais, estas disposições são idênticas às que tinham por objectivo a tomada de Tsinan e a derrota dos reforços inimigos², em Setembro. A não ser assim, será impossível atingir o objectivo de aniquilar as três divisões do grupo de corpos de exército de Huam Po-tao. Fa-zer todos os esforços para concluir essa primeira fase dentro das duas ou três semanas que se seguirão ao começo da campanha.

2. No decurso da segunda fase, utilizar cerca de 5 colunas para atacar e aniquilar o inimigo na região que engloba Haidjou, Simpu, Lien-iun-cam e Cuan-iun, e ocupar estas cidades. É de supor que, nessa altura, a 54a e 32a Divisões inimigas sejam, muito provavelmente, enviadas por mar, de Tsintao para a região de Haidjou-Simpu-Lien-iun-cam³. No total, haverá nessa região 3 divisões inimigas, das quais uma já lá se encontra, sendo por essa razão que devemos utilizar 5 colunas para atacá-las, empregando o resto das nossas forças (forças principais) para imobilizar os dois grupos de corpos de exército comandados por Tchiou Tchim-tchiuan e Li Mi, sempre segundo o esquema que tinha por objectivo a tomada de Tsinan e a derrota dos reforços inimigos no mês de Setembro. Fazer também todos os esforços para acabar essa fase em duas ou três semanas.

3. No decurso da terceira fase, é de supor que a batalha

terá lugar do lado de Huai-in-Huai-an. Nessa altura, o inimigo poderá ter aumentado os seus efectivos de cerca de uma divisão (a 8a Divisão Reorganizada está a transferir-se de Lentai para o sul); consequentemente, nós deveremos também estar prontos a empregar cerca de 5 colunas no ataque e utilizar o resto das nossas forças principais para atacar e imobilizar os reforços inimigos. Essa fase necessitará também de cerca de duas ou três semanas.

As três fases exigirão, no total, um mês e meio a dois meses.

4. Vocês deverão concluir a campanha de Huai--Hai no espaço de dois meses, ou seja, de Novembro a Dezembro. Aproveitem o mês de Janeiro próximo para repousar, instruir e consolidar as vossas tropas. De Março a Julho, vocês terão que combater em coordenação com Liu Po-tchem e Tem Siao-pim, para empurrar o inimigo para os pontos situados ao longo da outra margem do Yangtsé, onde ele se entrincheirá. No próximo Outono, o grosso das vossas tropas terá provavelmente de travar combates para atravessar o Yangtsé.

NOTAS

1 Huai-Hai foi uma campanha de importância decisiva, realizada pelo Exército Popular de Libertação. Ela desenrolou-se sobre um vasto território, tendo Siudjou por centro, e estendendo-se de Haidjou, a leste, até Chanchiou, a oeste, e de Lintchem (cujo nome actual é Siuetchem), a norte, até ao rio Huai, a sul. As tropas do Kuomintang, concentradas nesse teatro de operações, compreendem ; grupos de corpos de exército e as tropas de } zonas de pacificação, ou seja, os 4 grupos de corpos de exército e as tropas

de 3 zonas de pacificação sob as ordens de Liu Tchi e Tu Iu-mim, respectivamente comandante e comandante-adjunto do Quartel General do Kuomintang para a “Exterminação dos Bandidos” em Siudjou, e ainda o grupo de corpos de exército comandado por Huam Vei, vindo mais tarde, como reforço, da China Central. O Exército Popular de Libertação lançou nessa campanha mais de 600.000 homens, entre os quais 16 colunas do Exército de Campanha do Leste da China, 7 colunas do Exército de Campanha das Planícies Centrais e as tropas locais da Região Militar do Leste da China, da Região Militar das Planícies Centrais e da Região Militar do Hopei-Xantum--Honan, que então fazia parte da Região Militar do Norte da China. A campanha durou 65 dias, de 6 de Novembro de 1948 a 10 de Janeiro de 1949; 22 corpos de exército, ou seja, 56 divisões das tropas de elite do Kuomintang (das quais 4 e meia se revoltaram e se passaram para o nosso lado), num total de 555.000 homens, foram totalmente aniquilados, e dois grupos de corpos de exército, vindos de Nanquim como reforço e comandados por Liu Ju-mim e Li Ien-nien, foram repelidos. O resultado da campanha foi a libertação quase completa dos territórios situados no Leste e nas Planícies Centrais, ao norte do Yangtsé. A campanha desenrolou-se em três fases. Na primeira fase, de 6 a 22 de Novembro, o Exército de Campanha do Leste da China, em coordenação com o Exército de Campanha das Planícies Centrais, cercou e aniquilou o grupo de corpos de exército de Huam Po-tao, no sector Sin-an-tchen-Nientchuam, a leste de Siudjou; Huam Po-tao foi morto e foram libertados vastos territórios dum e doutro lado da linha férrea de Lom-hai, a leste de Nientchuam, dos dois lados da secção Siudjou-Pampu da linha férrea Tien-tsim-Pucou, assim como a oeste e a norte de Siudjou. No sector Teltchuam-Tsautchuam, três divisões e meia da III Zona de Pacificação do Kuomintang, num total de mais de 23.000 homens, revoltaram-se e passaram-se para o nosso lado. No decurso da segunda fase, de 23 de Novembro a 15 de Dezembro, o Exército de Campanha das Planícies Centrais, em coordenação com o grosso do Exército de Campanha do Leste da China, cercou e aniquilou o grupo de corpos de exército de Huam Vei, na região de Chuantueitsi, sudoeste de Sucien, aprisionando Huam Vei e Vu Chao-tchou, respectivamente comandante

e comandante-adjunto desse grupo de corpos de exército. Dessas forças, uma divisão revoltou-se e passou-se para o nosso lado. Ao mesmo tempo, as nossas tropas aniquilaram o grupo de corpos de exército de Suen Iuan-liam que fugia de Siudjou na direcção oeste. Só escapou Suen Iuan-liam. No decurso da terceira fase, de 6 a 10 de Janeiro de 1949, o Exército de Campanha do Leste da China, em coordenação com o Exército de Campanha das Planícies Centrais, cercou e aniquilou, no sector de Tchintlonsi-Tchencuantch-uam, nordeste de Iontchem, os dois grupos de corpos de exército de Tchiou Tchim-tchuiuan e Li Mi, dirigidos pessoalmente por Tu Iu-mim, os quais fugiam de Siudjou na direcção oeste. Tu Iu-mim foi feito prisioneiro, Tchiou Tchim-tchuiuan foi morto e só Li Mi conseguiu escapar. Assim se concluiu, vitoriosamente, a gigantesca campanha de Huai-Hai.

2 “A tomada de Tsinan e a derrota dos reforços inimigos” é uma expressão que traduz o método de combate utilizado pelo Exército Popular de Libertação durante a campanha de Tsinan, em meados de Setembro de 1948. Tsinan era um ponto estratégico importante do Kuomintang na região de Xantum, com uma guarnição de mais de 110.000 homens, da II Zona de Pacificação do Kuomintang. Por outro lado, havia 23 brigadas das forças principais do Kuomintang, isto é, cerca de 170.000 homens distribuídos pela região de Siudjou, e prontos a marchar a todo o momento para o norte, em socorro de Tsinan. O nosso Exército de Campanha do Leste da China formou um grupo de 7 colunas para atacar a cidade e um outro de 8 colunas para derrotar os reforços inimigos. O assalto geral contra Tsinan foi iniciado na noite de 16 de Setembro de 1948. Em 24 de Setembro, depois de oito dias e oito noites de combate ininterrupto, a guarnição inimiga foi completamente aniquilada (um corpo de exército revoí-tou-se e passou-se para o nosso lado) c Vam Iao-vu, comandante da II Zona de Pacificação do Kuomintang, foi feito prisioneiro. As nossas forças tomaram Tsinan com uma rapidez tal que as tropas inimigas de Siudjou não ousaram dirigir-se para o norte em socorro de Tsinan.

3 Efectivamente, essas duas divisões inimigas não ousaram prestar socorro.

FORÇAS REVOLUCIONÁRIAS DO MUNDO INTEIRO, UNI-VOS, LUTAI CONTRA A AGRESSÃO IMPERIALISTA!*

(Novembro de 1948)

Neste momento em que a classe operária consciente e todos os revolucionários sinceros do mundo celebram com júbilo o XXXI Aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro da União Soviética, vem-me à memória o célebre artigo escrito por Estaline em 1918, por ocasião do I Aniversário dessa Revolução. Nele, Estaline dizia:

“O grande significado mundial da Revolução de Outubro consiste principalmente em:

- 1) ter alargado a amplitude da questão nacional, convertendo-a, de questão particular de combate à opressão nacional na Europa, em questão geral da emancipação dos povos oprimidos, colónias e semi-colónias, frente ao imperialismo;
- 2) ter aberto amplas possibilidades à emancipação destes e o caminho eficaz que conduz a isso, por consequência, ter facilitado enormemente a causa da emancipação dos povos oprimidos, do Ocidente e do Oriente, e tê-los

* Artigo escrito pelo camarada Mao Tsetung, por ocasião do XXXI Aniversário da Revolução de Outubro, para Por uma Paz Perpétua, por uma Democracia Popular!, órgão do Biró de Informação dos Partidos Comunistas e Operários na Europa. O artigo foi publicado no N° 21, de 1948, desta publicação.

lançado na via comum da luta vitoriosa contra o imperialismo;

3) ter, portanto, estabelecido uma ponte entre o Ocidente socialista e o Oriente escravizado, criando uma nova frente de revoluções contra o imperialismo mundial, frente que, através da revolução russa, se estende dos proletários do Ocidente aos povos oprimidos do Oriente.”¹

A História avançou na direcção indicada por Estaline. A Revolução de Outubro abriu grandes possibilidades e caminhos efectivos para a libertação dos povos do mundo; criou uma nova frente de revoluções contra o imperialismo mundial, frente que vai dos proletários do Ocidente aos povos oprimidos do Oriente, através da revolução russa. Esta frente de revoluções foi criada e desenvolvida sob a direcção clarividente de Lenine, e, após a sua morte, de Estaline.

Para fazermos a revolução, necessitamos dum partido revolucionário. Sem um partido revolucionário, sem um partido fundado na teoria revolucionária marxista-leninista e no estilo revolucionário marxista-leninista, é impossível dirigir a classe operária e as grandes massas do povo à vitória sobre o imperialismo e os seus lacaios. Em mais de cem anos decorridos desde o nascimento do Marxismo, só graças ao exemplo que deram os bolcheviques russos dirigindo a Revolução de Outubro e a construção socialista e vencendo a agressão fascista, se formaram e desenvolveram no mundo partidos revolucionários de novo tipo. Com o nascimento de partidos revolucionários desse tipo, mudou a face da revolução mundial. A mudança foi tão grande que transformações

de todo inconcebíveis para as velhas gerações se produziram mesmo no meio de raios e trovões. O Partido Comunista da China é precisamente um partido edificado e desenvolvido segundo o modelo do Partido Comunista da União Soviética. Com o nascimento do Partido Comunista da China, a revolução chinesa tomou um aspecto inteiramente novo. Acaso não é este facto suficientemente evidente?

A frente única revolucionária mundial, encabeçada pela União Soviética, derrotou a Alemanha, a Itália e o Japão fascistas. Foi uma consequência da Revolução de Outubro. Acaso poderia conceber-se uma vitória sobre a Alemanha, a Itália e o Japão fascistas, mais os seus lacaios, sem a Revolução de Outubro, sem o Partido Comunista da União Soviética, sem a União Soviética e sem a frente única revolucionária anti-imperialista do Ocidente e do Oriente, dirigida pela União Soviética? Se a Revolução de Outubro abriu grandes possibilidades e vias efectivas para a libertação da classe operária e dos povos oprimidos do mundo, a vitória na Segunda Guerra Mundial antifascista tornou essas possibilidades ainda maiores e esses caminhos ainda mais efectivos. Seria um erro muito grande subestimar o significado da vitória na Segunda Guerra Mundial. A partir da vitória na Segunda Guerra Mundial, O imperialismo norte-americano passou a ocupar o lugar da Alemanha, da Itália e do Japão fascistas e, g juntamente com os seus lacaios dos vários países, está preparando freneticamente uma nova guerra mundial e ameaça o mundo inteiro; isto reflecte a extrema decadência do mundo capitalista e o seu pavor ante a ruína iminente. Este inimigo ainda é forte; por

consequência, todas as forças revolucionárias de cada país devem unir-se, e as forças revolucionárias de todos os países devem igualmente unir-se, devem formar uma frente única anti-imperialista encabeçada pela União Soviética e adoptar uma política correcta; caso contrário, a vitória será impossível. Este inimigo tem uma base frágil, está em desintegração interna, está cortado do povo e debate-se com inextricáveis crises económicas; ele pode, pois, ser derrotado. Seria um erro muito grande sobrestimar a força do inimigo e subestimar a força da revolução.

Sob a direcção do Partido Comunista da China, acabam de ser conquistadas imensas vitórias na grande revolução democrática do povo chinês, dirigida contra a frenética agressão do imperialismo norte-americano na China e contra o governo traidor, ditatorial e reaccionário kuomintanista que tem estado a massacrar o nosso povo com a guerra civil. Em dois anos, de Julho de 1946 a Junho de 1948, o Exército Popular de Libertação, dirigido pelo Partido Comunista da China, rechaçou os ataques de 4.300.000 homens do exército do governo reaccionário do Kuomintang e passou da defensiva à ofensiva. No decorrer desses dois anos de guerra (não incluindo os dados posteriores a Julho de 1948), o Exército Popular de Libertação causou 2.640.000 baixas, entre prisioneiros, mortos e feridos, às forças kuomintanistas. As regiões libertadas da China atingem hoje 2.350.000 quilómetros quadrados, ou seja, 24,5 por cento dos 9.597.000 quilómetros quadrados do país; essas regiões têm uma população de 168 milhões de habitantes, quer dizer, 35,3 por cento dos 475 milhões de habitantes do

país; nelas há 586 cidades, ou seja, 29 por cento das 2.009 cidades de todo o país. Como o nosso Partido dirigiu resolutamente os camponeses na reforma do sistema agrário, o problema da terra foi radicalmente resolvido em regiões cuja população é de cerca de 100 milhões de habitantes, e as terras dos senhores de terras e dos camponeses ricos de tipo antigo foram distribuídas mais ou menos igualmente pelos camponeses, sobretudo entre os camponeses pobres e os assalariados agrícolas. O número de membros do Partido Comunista da China passou de 1.210.000, em 1945, para 3.000.000 hoje em dia. A tarefa do Partido Comunista da China consiste em unir as forças revolucionárias de todo o país, expulsar as forças agressoras do imperialismo norte-americano, derrubar a dominação reaccionária do Kuomintang e fundar uma república popular, democrática e unificada. Sabemos que nos esperam ainda muitas dificuldades, mas não as tememos. Estamos convencidos de que as dificuldades devem e podem ser vencidas.

O esplendor da Revolução de Outubro ilumina-nos. O povo chinês, que tanto tem sofrido, deve conquistar a sua libertação, e está bem seguro de poder fazê-lo. A luta revolucionária da China, sempre isolada no passado, deixou de sentir-se isolada desde a: vitória da Revolução de Outubro. Nós disfrutamos do apoio dos partidos comunistas e da classe operária de todo o mundo. Este ponto foi compreendido pelo Dr. Sun Yat-sen, precursor da revolução chinesa, que iniciou uma política de aliança com a União Soviética e de luta contra o imperialismo. Do seu leito de morte, ele dirigiu uma carta à União Soviética como parte do seu testamento. Foi a

camarilha tchiangkaichequista do Kuomintang que traiu a política de Sun Yat-sen, colocando-se do lado da frente contra-revolucionária imperialista e combatendo o povo do seu próprio país. Mas, em breve, o mundo assistirá à completa destruição, pelo povo chinês, de todo o regime reaccionário do Kuomintang. O povo chinês é corajoso, o Partido Comunista da China também o é, e ambos estão decididos a libertar a China inteira.

NOTAS

1 J. V. Estaline: “O Significado Mundial da Revolução de Outubro”, secção III, A Revolução de Outubro e a Questão Nacional.

MUDANÇA CAPITAL NA SITUAÇÃO MILITAR NA CHINA*

(14 de Novembro de 1948)

A situação militar na China chegou a um novo ponto de viragem, o que quer dizer que interveio uma modificação radical na relação de forças entre as duas partes em guerra. Desde há muito superior em qualidade, o Exército Popular de Libertação detém agora uma superioridade numérica. Isso é um sinal de que a vitória da revolução chinesa e a realização da paz na China estão próximas.

No final do segundo ano de guerra, quer dizer, no fim do mês de Junho deste ano, o exército do Kuo mintang tinha ainda um efectivo global de cerca de 3.650.000 homens, menos 650.000 dos 4.300.000 de que dispunha em Julho de 1946, no momento de desencadear

* Comentário redigido pelo camarada Mao Tsetung para a Agência Hsinghua. Com base na nova situação, que se caracterizava por uma modificação na relação de forças entre o inimigo e nós, modificação ocorrida em seguimento à campanha de Liaoci-Cheniam, o camarada Mao Tsetung fez uma nova apreciação do tempo necessário para conquistar a vitória na Guerra Popular de Libertação; ele indicou que, para abater a dominação reaccionária do Kuomintang, bastaria apenas cerca de um ano, contado a partir de Novembro de 1948. O desenvolvimento ulterior da situação militar na China confirmou inteiramente essa previsão.

a guerra civil à escala nacional. Com efeito, no decurso destes dois anos de guerra, o exército do Kuomintang recrutou cerca de 2.440.000 homens, sendo por isso que a diminuição não foi senão de 650.000, não obstante o número de mortos, feridos, prisioneiros e desertores ter-se elevado a uns 3.090.000 homens (dos quais 2.640.000 mortos, feridos ou prisioneiros). Recentemente, porém, verificou-se uma brusca mudança. Apenas nos quatro primeiros meses do terceiro ano de guerra, isto é, de 1 de Julho a 2 de Novembro, dia da libertação de Chen-iam, o exército do Kuomintang perdeu já 1.000.000 de homens. Actualmente, ainda não está determinado em que medida re completou os seus efectivos durante esses quatro meses; mas, se supusermos que ele foi capaz de recrutar 300.000 homens, a diminuição terá então sido de 700.000. Assim, a totalidade das forças armadas do Kuomintang — forças terrestres, navais e aéreas, tropas regulares e irregulares, unidades de combate e serviços de retaguarda — encontra-se agora reduzida a uns 2.900.000 homens. Em contrapartida, o Exército Popular de Libertação, que dispunha de 1.200.000 homens em Junho de 1946, viu os seus efectivos atingirem os 2.800.000 em Junho de 1948 e ultrapassarem os 3.000.000 actualmente. A superioridade numérica detida durante muito tempo pelo Kuomintang transformouse pois, rapidamente, em inferioridade. Tal é o resultado da luta heróica realizada pelo Exército Popular de Libertação em todos os teatros de operações do país no decurso destes quatro últimos meses e, sobretudo, o resultado da campanha de Suicien-Tchicien¹ e da campanha de Tsinan², na frente sul, bem como das campanhas de

Quindjou, Tchantchuen, Liaoci e Chen-iam³, na frente norte. No fim do mês de Junho deste ano, com a incorporação a toda a força de unidades irregulares nas suas tropas regulares, o exército do Kuomintang dispunha ainda de 285 divisões, segundo os números de unidade. No decorrer dos quatro últimos meses, os batalhões e unidades maiores, aniquilados pelo Exército Popular de Libertação, subiram a um total de 83 divisões, incluindo 63 divisões completas.

A guerra resultará, pois, muito mais curta comparativamente ao que havíamos inicialmente previsto. Segundo a previsão inicial, o governo reaccionário do Kuomintang poderia ser definitivamente derrubado em cerca de cinco anos, contados a partir de Julho de 1946. No entanto, parece que, daqui a um ano, nós já o teremos abatido definitivamente. De todos os modos, porém, um prazo relativamente mais longo será necessário para eliminar as forças reaccionárias em todo o país e concluir a libertação do povo.

O inimigo desmorona-se rapidamente, mas, mesmo assim, ainda se torna necessário que os comunistas, o Exército Popular de Libertação e o povo de todos os sectores do país se unam como um só homem e redobrem de esforços, de maneira a poderem aniquilar completa e definitivamente as forças reaccionárias e instaurar à escala do país inteiro uma república popular, unificada e democrática.

NOTAS

DIRECTIVAS PARA AS OPERAÇÕES DA CAMPANHA DE PEPIM-TIENTSIM1*

(11 de Dezembro de 1948)

1 A campanha de Suicien-Tchicien, também conhecida por campanha do leste do Honan, foi realizada pelo Exército Popular de Libertação no sector Caifum-Suicien-Tchicien. A campanha começou a 17 de Junho de 1948. Em 22 de Junho, o nosso exército tomou Caifum. A fim de restabelecer a sua posição militar seriamente comprometida, Tchiang Kai-chek deslocou-se à frente de combate, tomou pessoalmente o co-mando, reuniu os três grupos de corpos de exército comandados por Tchiou Tchim-tchiuan, Ou Chou-nien e Huam Po--tao e lançou contra Caifum um ataque a partir de várias direcções. Seis colunas do nosso Exército de Campanha do Leste da China, duas colunas do nosso Exército de Campanha das Planícies Centrais e a coluna do Quantum-Cuansi cercaram os grupos de corpos de exército de Ou Chou-nien e de Huam Po-tao, no sector Suicien-Tchicien, e aniquilaram, em nove dias e nove noites de combates encarniçados (27 de Junho a 6 de Julho), duas divisões, ou seja, seis brigadas do grupo de corpos de exército de Ou Chou-nien, assim como uma parte do grupo de corpos de exército de Huam Po-tao, num total de mais de 90.000 homens. Ou Chou-nien, comandante do grupo de corpos de exército, e Chen Tchem-nien, comandante da 75a Divisão Reorganizada, foram feitos prisioneiros.

2 Ver, no presente tomo, a nota 2 ao artigo "Directivas para as Operações da Campanha de Huai-Hai".

3 As campanhas de Quindjou, Tchantchuen, Liaoci e Chen--iam, no Nordeste da China, receberam globalmente o nome de Campanha de Liaoci-Chen-iam. Ver, no presente tomo, a nota 1 ao artigo "Directivas para as Operações da Campanha de Liaoci-Chen-iam".

1. As forças inimigas de Tchanquiacou, Simpoan e Huailai, assim como as de toda a região de Pepim-Tientsim-Tancu-Tanxan — à excepção de algumas unidades, tais como certas divisões dos 35 o, 62º e 94o Corpos de Exército, cuja potência de combate resta ainda apreciável quando se trata de defender--se numa posição fortificada — têm um espírito ofensivo muito fraco e são como um pássaro que cai ao simples vibrar da corda dum arco. Isso é assim sobretudo depois que vocês chegaram ao Sul da Grande Muralha. Em caso nenhum devem sobrestimar a potência de combate do inimigo. No passado, alguns dos nossos camaradas sofreram por a terem sobrestimado, mas, depois duma crítica, eles chegaram a uma conclusão correcta. Agora, o inimigo, tanto em Tchanquiacou como em Simpoan, encontra-se efectivamente cercado e, segundo todas as probabilidades, ser-lhe-á muito difícil romper o cerco e fugir. Cerca de metade dos efectivos do 16º Corpo de Exército inimigo já foi rapidamente aniquilada. O 104o Corpo de Exército em Huailai fugiu precipitadamente para o sul e será aniquilado talvez hoje ou amanhã. Logo que isso aconteça, vocês deverão preparar-se para lançar a 4a Coluna no corte das ligações entre Nancou e Pepim, no sentido sudoeste-nordeste. Pensamos que não há-de

ser fácil realizar essa operação, ou porque o que resta dos 94o e 16o Corpos de Exército pode efectuar uma retirada rápida sobre Pepim, ou, então, porque os 94o, 16o e 92o Corpos de Exército podem concentrar-se no sector Nancou-Tchampim--Chahotchen, com vista a uma defesa comum. De todas as maneiras, com o seu movimento, a 4a Coluna ameaçará directamente os arredores noroeste e norte de Pepim e imobilizará essas forças inimigas, as quais não ousarão mover-se. Se elas se arriscassem a prosseguir a marcha para oeste a fim de desembaraçar 035o Corpo de Exército, então vocês poderiam cortar-lhes directamente a retirada ou lançar um ataque directo contra Pepim; essa a razão por que não ousarão, em princípio, prosseguir a marcha para oeste. O nosso grupo de corpos de exército do Norte da China, comandado por Iam Te-tchi, Luo Juei--tchim e Cam Piao, que está empregando 9 divisões para cercar 3 divisões do 35o Corpo de Exército inimigo, detém a superioridade absoluta. Ele comunicou a sua intenção de aniquilar o mais cedo possível aquelas divisões inimigas, mas nós pedir-lhe-emos que não ataque por enquanto, de maneira que as tropas inimigas em Pepim-Tientsim caiam no logro e hesitem em fugir por mar. Duas das suas colunas foram utilizadas para cercar o 35o Corpo de Exército e uma outra para conter o 104o Corpo de Exército, tendo esses dois corpos de exército sido repelidos.

2. Nós agora estamos de acordo em que enviem imediatamente a 5a Coluna para os arredores de Nancou, a fim de, desde o nordeste, ameaçar o inimigo em Pepim, Nancou e Huaijou. Essa coluna deverá permanecer nessa

região a fim de que, mais tarde (dentro de dez ou quinze dias, isto é, logo que o 35o Corpo de Exército tenha sido aniquilado pelo grupo de corpos de exército do Norte da China comandado por Iam Te-tchi, Luo Juei-tchim e Cam Piao), a vossa 4a Coluna possa estar disponível para ser utilizada a leste. Assim, queiram ordenar à 5a Coluna que prossiga hoje a sua marcha para oeste.

3. A 3a Coluna em caso nenhum deve avançar para Nancou, mas sim dirigir-se, segundo o nosso telegrama do dia 9, para a região situada a leste de Pepim e a sul de Toncien, a fim de, desde o leste, fazer pesar sobre Pepim uma ameaça e, com a 4a, 11a e 5a Colunas, cercar Pepim.

4. Contudo, o nosso verdadeiro objectivo não é cercar Pepim em primeiro lugar, mas sim Tientsim, Tancu, Lutai e Tanxan.

5. Segundo as nossas previsões, as vossas 10a, 9a, 6a e 8a Colunas, assim como a vossa coluna de artilharia e a vossa 7a Coluna, terão sido concentradas, por volta de 15 de Dezembro, na região que tem por centro Iutien. Nós propomos que vocês utilizem seis colunas — a 3a (que deve dirigir-se para leste a partir dos arredores a leste de Pepim) e as 6a, 7a, 8a, 9a e 10a — para cercar o inimigo em Tientsim, Tancu, Lutai e Tanxan, por meio dum movimento relâmpago a efectuar nos poucos dias que vão de 20 a 25 de Dezembro, desde que nessa altura a situação do inimigo nessas cidades permaneça mais ou menos semelhante à que é hoje. O método a seguir será o de situar duas colunas na região de Lanfam-Hocivu--Iantsuen, tendo por centro Vutchim, e empregar cinco colunas para cravar cunhas entre Tientsim, Tancu, Lutai, Tanxan e Cuié, de maneira a cortar a ligação entre as

forças inimigas. Para impedir absolutamente que estas fujam, cada uma das referidas colunas deve preparar posições de bloqueio sobre os seus dois flancos; depois disso, haverá que deixá-las descansar, instruí-las e reforçá-las e, uma vez refeitas da fadiga, deverão ser lançadas no ataque e aniquilamento de algumas das unidades inimigas de menor importância. Entretanto, a 4a Coluna deverá dirigir-se de noroeste para leste de Pepim. Antes que a 4a Coluna se tenha movido, o nosso grupo de corpos de exército do Norte da China, comandado por Lam Te-tchi, Luo Juei-tchim e Cam Piao, deverá ter já aniquilado o inimigo em Simpoan. A leste, segundo as circunstâncias, é preciso esforçar-se por aniquilar em primeiro lugar o inimigo em Tancu, e controlar esse porto marítimo. Basta que vocês se apoderem desses dois pontos, Tancu (o mais importante) e Simpoan, para que possam dominar todo o tabuleiro de xadrez. O dispositivo acima descrito constitui, com efeito, um cerco geral do inimigo em Tchanquiacou, Simpoan, Nancou, Pepim, Huaijou, Chuen-yi, Toncien, Uampim (Tchuocien e Liansiam estão já nas nossas mãos), Funtai, Tientsim, Tancu, Lutai, Tanxan e Caipim.

6. Este método é, nas suas linhas gerais, idêntico ao que vocês utilizaram quando das operações ao longo da linha I cien, Quindjou, Quinsi, Cintchem, Suitchum, Xang-haiquan e Luancien³.

7. Nas duas semanas a partir de hoje (11-25 de Dezembro), o princípio fundamental é cercar sem atacar (no caso de Tchanquiacou e Simpoan) ou, em certos casos, isolar sem cercar (no caso de Pepim, Tientsim e Toncien, operar um cerco estratégico, cortar as ligações entre as

forças inimigas, mas não efectuar qualquer cerco operacional), esperando que todo o dispositivo esteja instalado, para aniquilar uma a uma as forças inimigas. Em particular, vocês não devem aniquilar as forças inimigas em Tchanquiacou, Simpoan e Nancou, porque isso obrigaria o inimigo, a leste de Nancou, a tomar rapidamente a decisão de fugir a toda a pressa. Queiram assegurar-se de ter compreendido bem este ponto.

8. A fim de não levar Tchiang Kai-chek a apressar a decisão de evacuar por mar as suas tropas da região de Pepim-Tientsim para o sul, nós ordenaremos a Liu Po-tchem, Tem Siao-pim, Tchen Yi e Su íu que, depois de terem aniquilado o grupo de corpos de exército de Huam Vei, não toquem no que resta dos grupos de corpos de exército de Tchiou Tchim-tchiuan, Li Mi e Suen Iuan-liam, sob o comando de Tu lu -mim (metade, mais ou menos, já foi aniquilada), nem tomem, dentro dum prazo de duas semanas, disposições para o aniquilamento final.

9. A fim de impedir que o inimigo fuja em direcção a Tsintao, nós ordenaremos às nossas forças do Xantum que concentrem um certo número de tropas, de modo a controlarem uma parte do rio Amarelo perto de Tsinan, e que façam preparativos ao longo da linha de caminho de ferro Tsintao-Tsinan.

10. Há poucas ou nenhuma possibilidades de que o inimigo fuja nas direcções de Siudjou, Tchen-djou, Si-an ou Sui-ian.

11. O nosso único ou o nosso principal receio é que o inimigo fuja por mar. É por isso que, dentro das duas próximas semanas, se torna necessário recorrer, dum

modo geral, ao método que consiste em cercar sem atacar, e isolar sem cercar.

12. Como o inimigo não suspeita da existência de tal plano, ser-lhe-á muito difícil aperceber-se disso antes que o vosso dispositivo esteja definitivamente realizado. Neste momento, ele espera provavelmente um ataque das vossas tropas contra Pepim.

13. O inimigo subestima sempre o dinamismo do nosso exército e sobrestima a sua própria força, muito embora se comporte, ao mesmo tempo, como um pássaro que cai ao simples vibrar da corda dum arco. Em Pepim e Tientsim, o inimigo jamais suspeitará de que vocês possam instalar o dispositivo acima indicado antes de 25 de Dezembro.

14. A fim de que esse dispositivo esteja concluído antes de 25 de Dezembro, vocês deverão, durante as duas próximas semanas, exortar as vossas tropas a desprezar a fadiga, a não temer uma redução dos efectivos, e a não temer o frio nem a fome; logo que o dispositivo esteja instalado, elas poderão repousar, treinar-se, reforçar-se e, então, atacar sem precipitações.

15. O ataque será conduzido aproximadamente na ordem seguinte: primeiro, o sector Tancu-Lutai; segundo, Simpoan; terceiro, o sector de Tanxan; quarto, os sectores de Tientsim e de Tchanquiadou e, em último lugar, o sector de Pepim.

16. Que pensam vocês do plano acima exposto? Que falhas ele apresenta? Haverá dificuldade quanto à sua execução? Tomem tudo isso em consideração e respondam-nos por telegrama.

NOTAS

1 Sob o comando de Lin Piao, Luo Jum-huan, Nie Jum--tchen e outros camaradas, a campanha de Pepim-Tientsim foi conjuntamente conduzida pelo Exército de Campanha do Nordeste e pelos dois grupos de corpos de exército do Norte da China. Começou na primeira década do mês de Dezembro de 1948, imediatamente após a vitória da campanha de Liaoci-Chen-iam, no Nordeste. Conformemente às directivas do camarada Mao Tsetung, o Exército de Campanha do Nordeste, depois de ter concluído vitoriosamente a sua missão de libertar todo o Nordeste, dirigiu-se rapidamente para o Sul da Grande Muralha e juntou-se aos grupos de corpos de exército do Norte da China do Exército Popular de Libertação, a fim de cercar e aniquilar as tropas do Kuomintang no Norte da China. Profundamente alarmadas pela vitória do Exército Popular de Libertação no Nordeste, as tropas do Kuomintang, contando mais de 600.000 homens sob as ordens de Fu Tsuo-yí, comandante em chefe do Quartel General do Kuomintang para a "Exterminação dos Bandidos" no Norte da China, apressaram-se a encurtar as suas linhas de defesa com a intenção de fugirem em direcção ao sul, pelo mar, ou em direcção a oeste, para a província de Sui-juan. Com a rapidez dum raio, o nosso exército dividiu as forças inimigas e cercou-as separadamente nos seus 5 pontos de apoio — Pepim, Tientsim, Tchanquiadou, Simpoan e Tancu — barando assim ao inimigo as suas vias de fuga para sul e oeste. A 22 de Dezembro, o Quartel General e as duas divisões do 55o Corpo de Exército, forças principais do inimigo em Simpoan, foram cercados e aniquilados. Tchanquiadou foi tomada a 24; o quartel general de um corpo de exército e 7 divisões do XI Grupo de Corpos de Exército, ou seja, um total de mais de 54.000 homens, que constituíam a guarnição da cidade, foram completamente aniquilados. A 14 de Janeiro de 1949, as nossas tropas, que tinham cercado Tientsim, lançaram uma ofensiva geral contra essa cidade, assim que Tchen Tchan-tchie, comandante da guarnição inimiga, se recusou a depor as armas. A cidade foi libertada depois de vinte e nove horas

de combates encarniçados; a guarnição inteira, mais de 130.000 homens, foi aniquilada, e Tchen Tcham-tchie foi feito prisioneiro. Como resultado, a guarnição inimiga de Pepim, com uma força de mais de 200.000 homens, estreitamente cercada pelas nossas tropas, encontrou-se sem qualquer saída. Graças aos esforços que fizemos para ganhá-la à nossa causa, a guarnição inimiga de Pepim, com o general Fu Tsuo-yi à cabeça, aceitou a sua reorganização pacífica. A 31 de Janeiro, as nossas tropas entraram em Pepim e a cidade proclamou a sua libertação pacífica. Assim, a campanha de Pepim-Tientsim terminou vitoriosamente. Nessa campanha, durante a qual somente a guarnição inimiga de Tancu, pouco mais de 50.000 homens, conseguiu fugir pelo mar, o Exército Popular de Libertação aniquilou ou reorganizou tropas do Kuomintang que se elevavam a mais de 520.000 homens. Em Setembro de 1949, as tropas do Kuomintang da província de Sui-ian comunicaram por teleograma que se insurgiam e aceitavam a reorganização.

2 Trata-se da região a sudoeste de Nancou.

3 Em Setembro de 1948, para impedir que as forças inimigas de I cien, Quindjou, Quinsi, Cinchem, Suitchum, Xang-haiquan, Luancien e Tchanli (cidades situadas ao longo da linha de caminho de ferro Pepim-Liaonim) encurtassem as suas linhas e se agrupassem, o Exército de Campanha do Nordeste, que então operava ao longo daquela linha, adoptou o método que consistia em utilizar uma parte das suas tropas para cercar as unidades inimigas e isolá-las umas das outras nas cidades acima citadas, e, em seguida, destruí-las uma após outra.

MENSAGEM INTIMANDO TU IU-MIM E OUTROS A RENDER-SE*

(17 de Dezembro de 1948)

General Tu Iu-mim, general Tchiou Tchim-tchuiuan, general Li Mi e todos os comandantes de corpo, divisão e regimento dos dois grupos de corpos de exército sob o comando dos generais Tchiou Tchim--tchuiuan e Li Mi: Eis-vos num beco sem saída. O grupo de corpos de exército de Huam Vei foi completamente destroçado na noite do dia 15, o grupo de corpos de exército de Li Ien-nien fez meia-volta e fugiu para o Sul, e vocês já não têm qualquer esperança de juntar-se a eles. Esperam vocês romper o cerco? Como rompê-lo, se o Exército Popular de Libertação vos cerca por todos os lados? Nestes últimos dias, vocês tentaram romper o cerco, mas, que resultou daí? Os vossos aviões e os vossos tanques são igualmente inúteis. Nós dispomos de mais aviões e tanques que vocês, isto é, temos artilharia e explosivos, que a gente chama de aviões e tanques de fabrico caseiro. Acaso não são eles dez vezes mais poderosos que os vossos aviões e tanques de fabrico estrangeiro? Nada resta do vosso grupo de corpos de exército comandado por

* Mensagem radiodifundida, redigida pelo camarada Mao Tsetung para os Quartéis Gerais do Exército Popular de Libertação das Planícies Centrais e do Leste da China.

Suen Iuan-liam e, dos dois restantes sob o vosso comando, mais de metade dos seus homens foram feridos ou capturados. Vocês trouxeram de Siudjou um numeroso e variado pessoal, pertencente aos diversos organismos, e muitos jovens estudantes, para incorporá-los à força no vosso exército; mas como poderá combater tal gente? Já vai para mais de dez dias que vocês estão sofrendo cercos contínuos por parte das nossas forças, cedem perante os nossos repetidos golpes, e as vossas posições retrocederam consideravelmente. Vocês dispõem de tão exíguo espaço, pouco mais de dez lis quadrados, e têm tantos homens aí amontoados, que um só dos nossos obuses bastaria para abater um grande número dos vossos homens. Os vossos soldados feridos e as famílias que seguiram o exército elevam aos céus os seus lamentos. Aos vossos soldados e a muitos dos vossos oficiais já lhes repugna continuar a combater. Vocês, na qualidade de vice-comandante em chefe, comandantes de grupo de corpos de exército, corpos, divisões e regimentos, deviam ser sensíveis aos sentimentos dos vossos subordinados e respectivas famílias, ter-lhes encarecidamente as vidas, en-contrar-lhes uma saída o mais cedo possível e cessar de enviá-los para uma morte absurda. Agora que o grupo de corpos de exército de Huam Vei foi completamente destruído e que o de Li Icn-nien fugiu para Pampu, nós podemos concentrar uma força de ataque várias vezes superior à vossa. Desta vez, nós combatemos apenas quarenta dias e vocês já perderam dez divisões, sob o comando de Huam Po-tao, onze sob o de Huam Vei, quatro sob o de Suen Iuan-liam, quatro sob o de Fom Tche-an, duas sob o de Suen Liam-tchem, uma

sob o de Liu Ju-mim, uma em Sucien e uma outra ainda em Limpi — ou seja, um total de trinta e quatro divisões completas. Delas, vinte e sete divisões e meia foram completamente destruídas pelo nosso exército; as únicas exceções foram as três divisões e meia comandadas por Ho Tchi-fum e Tcham Quei-sia e uma comandada por Liao Iun-tchou, divisões que se revoltaram e passaram para o nosso lado, e uma divisão comandada por Suen Liam-tchem e duas meias divisões comandadas, respectivamente, por Tchao Pi-cuam e Huam Tse-hua, que se renderam voluntariamente¹. Vocês assistiram, com os vossos próprios olhos, ao fim dos três grupos de corpos de exército comandados por Huam Po-tao, Huam Vei e Suen Iuan-liam. Devem seguir o exemplo do general Tchem Tum-cuo em Tcham-tchuen², assim como o exemplo dado recentemente pelo comandante de corpo de exército Suen Liam-tchem e pelos comandantes de divisão Tchao Pi-cuam e Huam Tse-hua, e ordenar imediatamente a todas as vossas tropas a deposição das armas e a cessação da resistência. O nosso exército garantirá a vida e a segurança de todos vós, generais, oficiais e soldados. Esta é a vossa única saída. Pensem bem nisso! Se acharem bem, façam-no. Se vocês ainda quiserem bater-se mais uma vez, poderão fazê-lo; de qualquer maneira, a vossa sorte está decidida³.

Quartel General do Exército Popular de Libertação
das Planícies Centrais

Quartel General do Exército Popular de Libertação
do Leste da China

NOTAS

1 Ho Tchi-fum e Tcham Quei-sia, vice-comandantes da III Zona de Pacificação do Kuomintang, revoltaram-se contra este no sector de Tchía-uam, nordeste de Siudjou, a 8 de Novembro de 1948, durante a primeira fase da campanha de Huai-Hai, e passaram-se para o lado do Exército Popular de Libertação, à frente de um quartel general de corpo de exército, três divisões e um regimento, num total de mais de 20.000 homens. Liao Iun-tchou, comandante da 110a Divisão do 85o Corpo de Exército do Kuomintang, sublevoou-se em Luotsi, sudoeste de Sucien, província de Ang-huei, em 27 de Novembro de 1948, no decurso da segunda fase da campanha de Huai--Hai, e passou-se para o lado do Exército Popular de Libertação com o quartel general da sua divisão e dois regimentos completos, perfazendo um total de 5.500 homens. Suen Liam--tchem, vice-comandante da 1 Zona de Pacificação do Kuomintang e comandante do 107o Corpo de Exército, rendeu-se, à frente do quartel general do seu corpo de exército e de uma divisão, num total de 5.800 homens, e passou-se para o Exército Popular de Libertação, no noroeste de Sueinim, província de Quiansu, em 13 de Novembro de 1948, durante a primeira fase da campanha de Huai-Hai. Em 18 de Novembro de 1948, durante a primeira fase da campanha de Huai-Hai, Tchao Pi-cuam, comandante da 150a Divisão do 44° Corpo de Exército do Kuomintang, rendeu-se voluntariamente no sector de Nientchuam, leste de Siudjou, província de Quiansu, à cabeça do resto da sua divisão, que totalizava mais de 2.000 homens. Huam Tse-hua, comandante da 23a Divisão do 85o Corpo de Exército do Kuomintang, passou-se para o Exército Popular de Libertação com o quartel general da sua divisão e com o que restava de dois regimentos, em Chuantueitsi, nordeste de Montchcm, província de Anghuei, em Dezembro de 1948, no decorrer da segunda fase da campanha de Huai--Hai.

2 Tchanchuen ficou sitiada desde o Inverno de 1947 pelo Exército Popular de Libertação do Nordeste. Depois da tomada de Quindjou pelo nosso exército e quando todas as tropas do inimigo no

Nordeste se encontravam numa situação periclitante, Tchem Tum-cuo, comandante das forças kuo-mintanistas em Tchanchuen e vice-comandante em chefe do Quartel General do Nordeste para a “exterminação dos bandidos”, depôs as armas, a 19 de Outubro de 1948, à cabeça do pessoal e dos contingentes do Quartel General do I Grupo de Corpos de Exército e dos oficiais e soldados do Novo 70 Corpo de Exército.

3 Depois da recepção da mensagem, Tu Iu-mim, vice--comandante em chefe do Quartel General do Kuomintang de Siudjou para a “exterminação dos bandidos”, Tchiou Tchim--tchuan, comandante do II Grupo de Corpos de Exército do Kuomintang, e Li Mi, comandante do XIII Grupo de Corpos de Exército do Kuomintang, continuaram a resistir desesperadamente, do que resultou a destruição de todas as suas forças pela possante ofensiva do nosso exército. Tu Iu-mim foi capturado e Tchiou Tchim-tchuan foi morto, escapando apenas Li Mi.

LEVAR A REVOLUÇÃO ATÉ AO FIM*

(30 de Dezembro de 1948)

O povo chinês conquistará dentro em breve a vitória final na grande Guerra de Libertação. Mesmo os nossos inimigos já não duvidam disso.

A guerra seguiu um caminho sinuoso. No momento em que o governo reaccionário do Kuomintang desencadeou a guerra contra-revolucionária, ele dispunha dum número de tropas cerca de três vezes e meia superior ao Exército Popular de Libertação, e o seu exército ultrapassava este de longe, tanto em equipamento como em recursos humanos e materiais; dispunha de indústrias e meios de comunicação modernos que faltavam ao Exército Popular de Libertação; tinha recebido uma grande ajuda do imperialismo norte-americano nos domínios militar e económico e tinha feito longos preparativos. Foi por isso que o primeiro ano de guerra (Julho de 1946 — Junho de 1947) se caracterizou pela ofensiva do Kuomintang e pela defensiva do Exército Popular de Libertação. Em 1946, no Nordeste, o Kuomintang ocupava Chen-iam, Sepim, Tchantchuen, Qui-lin, Antum e outras cidades, bem como a maior parte das províncias de Liaonim, Liaopei e Antum¹; ao Sul do rio

* Mensagem de Ano Novo, de 1949, redigida pelo camarada Mao Tsetung para a Agência Hsinghua.

Amarelo, ocupava Huai-in, Hotsc e outras cidades, bem como a maior parte das regiões libertadas de Hupei-Honan-Anghuei, Quiansu-Anghuei, Honan-Anghuei-Quiansu e sudoeste do Xantum; ao Norte da Grande Muralha, ocupava Tchente, Tsinim, Tchanquiacou e outras cidades, assim como a maior parte das províncias de Jehol, Sui-ian e Tchahar; embalado no seu espalhafatoso ímpeto, o Kuomintang julgava-se sem rival no mundo. O Exército Popular de Libertação adoptou então uma estratégia justa, a qual tinha por objectivo principal aniquilar as forças vivas do Kuomintang, e não a conservação de territórios; ele aniquilou por mês uma média de cerca de 8 brigadas das tropas regulares do Kuomintang (o equivalente a 8 divisões actuais), obrigando-o finalmente a abandonar o seu plano de ofensiva geral para, durante o primeiro semestre de 1947, limitar o objectivo principal do seu ataque às duas alas da frente sul, isto é, Xantum e o norte do Xensi. No decurso do segundo ano de guerra (Julho de 1947 — Junho de 1948), a situação sofreu uma transformação radical. Após ter destruído um grande número de tropas regulares do Kuomintang, o Exército Popular de Libertação passou da defensiva à ofensiva, tanto na frente sul como na frente norte, enquanto que o Kuomintang se viu obrigado a passar da ofensiva à defensiva. O Exército Popular de Libertação não só recuperou a maior parte dos territórios perdidos no Nordeste, no Xantum e no norte do Xensi, mas também estendeu a frente de operações às regiões dominadas pelo Kuomintang, situadas ao Norte dos rios Yangtsé e Uei. Ademais, no decurso dos ataques que nos permitiram tomar as cidades de

Chequiatchuam, Yuntchem, Sepim, Luoiam, Itchuan, Paoqui, Veicien, Linfen e Caifum, o nosso exército aprendeu as tácticas de tomada de assalto de pontos poderosamente fortificados². O Exército Popular de Libertação conseguiu, além disso, formar unidades de artilharia e engenharia. Convém notar que o Exército Popular de Libertação não tinha nem aviões nem tanques; mas, desde que ele formou tropas de artilharia e de engenharia superiores às do Kuomintang, o sistema defensivo deste, bem como todos os seus aviões e os seus tanques, passou a representar um factor de menor importância. O Exército Popular de Libertação era já capaz de fazer uma guerra de movimento e também uma guerra de posição. Na primeira metade do terceiro ano de guerra (Julho-Dezembro de 1948), produziu-se outra transformação radical. Depois de ter sido durante longo tempo inferior em efectivos, o Exército Popular de Libertação passou a desfrutar duma superioridade numérica. Ele pôde não só tomar cidades poderosamente fortificadas, como também cercar e aniquilar de uma só vez poderosas formações de tropas de elite do Kuomintang, formações de cem mil homens, e até de centenas de milhares. A destruição das tropas do Kuomintang pelo Exército Popular de Libertação tornou-se muito mais rápida. Vejamos as estatísticas das unidades regulares do Kuomintang, à escala do batalhão e acima deste, que nós aniquilámos (incluídas as tropas inimigas que se revoltaram e passaram para o nosso lado): no primeiro ano, 97 brigadas, das quais 46 eram unidades completas; no segundo ano, 94 brigadas, das quais 50 eram unidades completas; na primeira metade do terceiro ano, segun-

do dados incompletos, foram aniquiladas 147 divisões, das quais m eram unidades completas. O número de divisões inimigas inteiramente aniquiladas no decurso destes seis meses ultrapassa de 15 o número global das divisões inimigas aniquiladas completamente no decurso dos dois anos precedentes. A frente estratégica do inimigo desmoronou-se por completo. As tropas inimigas no Nordeste foram inteiramente destruídas, e as que se encontram no Norte da China sofrerão dentro em breve a mesma sorte; no Leste da China, tal como nas Planícies Centrais, não resta senão um número reduzido de tropas. O aniquilamento do grosso das forças do Kuomintang ao Norte do Yangtsé facilitará consideravelmente ao Exército Popular de Libertação a travessia do rio e o seu avanço em direcção ao Sul, a fim de libertar toda a China. Paralelamente à sua vitória na frente militar, o povo chinês obteve grandes sucessos nas frentes política e económica. Essa a razão por que, aos olhos da opinião pública mundial, inclusivamente de toda a imprensa imperialista, não resta a mais pequena dúvida de que o povo chinês alcançará a vitória nacional na Guerra de Libertação.

O inimigo não cairá por si mesmo. Nem os reaccionários chineses nem as forças agressivas do imperialismo norte-americano na China se retirarão por si mesmos da cena da História. Precisamente porque compreendem que a vitória nacional do povo chinês na Guerra de Libertação já não pode ser impedida por meios puramente militares, eles atribuem cada vez maior importância à luta política. Por um lado, os reaccionários chineses e os agressores norte-americanos utilizam o actual

governo do Kuomin-tang numa maquinação de “paz”; por outro lado, procuram servir-se de certas pessoas que estão simultaneamente em relação com eles e com o campo revolucionário, incitando-as, encorajando-as, dizem-do-lhes que trabalhem habilmente para se infiltrarem por todos os meios no campo revolucionário e formarem no seio deste uma “oposição”; a sua finalidade é preservar as forças reaccionárias e minar as forças revolucionárias. Segundo informações dignas de crédito, o governo dos Estados Unidos tomou a decisão de montar tal maquinação e começou já a executá-la na China. Ele transformou a sua política de simples auxílio à guerra contra-revolucionária do Kuomintang numa política que utiliza duas formas de luta:

1. Organizar os destroços das forças armadas do Kuomintang e as chamadas forças locais para continuarem a resistência ao Exército Popular de Libertação no Sul do Yangtsé e nas províncias fronteiriças distantes;
2. Organizar no seio do campo revolucionário uma oposição para travar por todos os meios a revolução ou, no caso de a revolução continuar a desenvolver-se, para moderá-la, de maneira que os interesses do imperialismo e dos seus lacaios não sejam demasiadamente lesados.

Os imperialistas britânicos e franceses apoiam essa política norte-americana. No momento actual, muitas pessoas ainda não se dão exactamente conta da situação, mas é provável que elas não tardem a ver as coisas claramente.

A questão que se levanta neste momento ante o povo chinês, ante todos os partidos democráticos e ante todas

as organizações populares é a de saber se se deve levar a revolução até ao fim ou abandoná-la a meio do caminho. Levar a revolução até ao fim é empregar métodos revolucionários para aniquilar resoluta, radical, profunda e totalmente todas as forças da reacção, é persistir em abater com uma firmeza inalterável o imperialismo, o feudalismo e o capitalismo burocrático, é derrubar em todo o país a do-minação reaccionária do Kuomintang e estabelecer no plano nacional uma república que será uma ditadura democrática popular, colocada sob a direcção do proletariado e fundada na aliança dos operários com os camponeses. Então, a nação chinesa ficará completamente emancipada, o país ver-se-á transformado de semi-colónia em Estado realmente independente; o povo chinês ver-se-á completamente liberto, após ter abatido a opressão feudal e a do capital burocrático (capital monopolista chinês) que sobre ele pesam; ele terá então realizado a paz na unidade e na democracia, estabelecido as condições prévias para transformar a China de país agrícola em país industrial, e criado a possibilidade da passagem duma sociedade fundada na exploração do homem pelo homem para uma sociedade socialista. Abandonar a revolução a meio do caminho é ir contra a vontade do povo, é vergar-se à vontade dos agressores estrangeiros e dos reaccionários chineses, é dar ao Kuomintang o tempo de tratar as suas feridas até que, num belo dia, possa atirar-se bruscamente contra a revolução, para estrangulá-la e mergulhar outra vez o país nas trevas. Eis com quanta nitidez e quanta acuidade se apresenta o problema do momento. Qual das duas vias se deve escolher? Cada partido democrático,

cada organização popular na China deve reflectir sobre essa questão, escolher a sua via e adoptar uma posição inequívoca. Para saber se os partidos democráticos e as organizações populares da China poderão colaborar sinceramente, sem quebras a meio do caminho, é necessário perguntar se eles têm um ponto de vista comum sobre a questão levantada mais atrás, se podem comprometer-se numa acção concertada para derrubar o inimigo comum do povo chinês. Trata-se aqui de realizar a unanimidade e a colaboração, e não de formar uma “oposição” ou seguir uma pretensa “via intermédia”⁴.

Os reaccionários chineses, encabeçados por Tchiang Kai-chek e comparsas, não terão já suficientemente provado, neste longo período de mais de vinte anos a contar do golpe de Estado contra-revolucionário de 12 de Abril de 1927, que são um bando de carrascos sanguinários que massacram o povo sem pestanejar? Não terão eles provado já que são um bando de lacaios do imperialismo e de traidores profissionais? Meditemos um pouco: depois do Incidente de Si-an de Dezembro de 1936, depois das negociações de Tchunchim de Outubro de 1945 e depois da Conferência Consultiva Política de Janeiro de 1946, que bondade, que magnanimidade foram demonstradas pelo povo chinês para com esses bandidos, na esperança de realizar com eles a paz no país! Mas teria toda essa boa vontade produzido a mais pequenina transformação na sua natureza de classe? Não existe um só desses bandidos cujo passado não esteja indissolivelmente ligado ao imperialismo norte-americano. Ao apoiarem-se no imperialismo norte-americano, eles

mergulharam os nossos 475 milhões de compatriotas numa vasta guerra civil de crueldade inaudita e massacraram milhões e milhões de homens, mulheres, crianças e velhos, servindo-se de tudo quanto o imperialismo norte-americano pode fornecer em armas mortíferas, como bombardeiros, aviões de caça, canhões, tanques, bazucas, es-pingardas automáticas, bombas de napalm, granadas tóxicas, etc. Pelo seu lado, apoiando-se nesses bandidos, o imperialismo norte-americano arrogou-se direitos de soberania no conjunto do território chinês, nas suas águas e no seu espaço aéreo, direitos de navegação interior, privilégios comerciais, privilégios nos negócios internos e externos da China e até o privilégio de espancar as pessoas até à morte, de esmagá-las sob carros e de violar as mulheres, e tudo isto impunemente. E o povo chinês, que foi obrigado a fazer uma guerra tão longa e tão sangrenta, acaso deveria ainda continuar a mostrar-se doce e meigo para com inimigos tão ferozes, ao invés de aniquilá-los ou escorraçá-los uma vez por todas? Só depois de destruir completamente os reaccionários chineses e expulsar do território chinês as forças agressivas do imperialismo norte-americano é que a China poderá obter a sua independência, realizar a democracia e gozar da paz. Não será bastante clara esta verdade?

O que merece atenção é que, subitamente, os inimigos do povo chinês esmeram-se em dar-se ares de inofensivos e procuram mesmo provocar a piedade (leitores, não se esqueçam de que no futuro eles ainda procurarão provocar a piedade). Acaso não foi Sun Fo, desde há pouco Presidente do Conselho Executivo do Governo

do Kuomintang, quem declarou, em Junho do ano findo, que “uma solução surgiria tarde ou cedo, desde que fosse observada a condição de lutar até ao fim no plano militar”? No entanto, desta vez, assim que subi à cena, ele pôs-se logo a perorar sobre uma “paz honrosa”, dizendo que “o governo tinha-se esforçado por obter a paz, que só recorrera às armas porque não tinha sido possível realizá-la, mas que o objectivo final do recurso às armas consistia sempre no restabelecimento da paz”. Imediatamente após essa declaração, um despacho telegráfico da United Press, transmitido de Xangai no dia 21 de Dezembro, previa que essa declaração “encontraria a mais ampla aceitação nos meios oficiais norte-americanos e entre os liberais do Kuomintang”. Presentemente, os meios oficiais norte-americanos não só manifestam muito zelo pela “paz” na China como também não cessam de afirmar que, depois da Conferência de Moscovo entre os Ministros dos Negócios Estrangeiros da União Soviética, dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha, realizada em Dezembro de 1945, os Estados Unidos seguiram sempre “uma política de não-ingerência nos assuntos internos da China”. Que atitude devemos pois tomar em face desses senhores do país dos “gentlemen”? Vem a propósito citar aqui uma fábula da antiga Grécia: Num dia de Inverno, um camponês viu uma serpente entorpecida pelo frio. Levado pela com paixão, ele tomou-a e apertou-a contra o seu peito. Reanimada pelo calor, a serpente recobrou o seu instinto natural e deu uma mordedura mortal no seu benfeitor. Morrendo, o camponês disse: “Era o que eu merecia por ter piedade dum ser tão pérfido !”⁵

As serpentes venenosas, estrangeiras e chinesas, esperam que o povo chinês morra como o referido camponês e que, como este, o Partido Comunista da China e todos os democratas revolucionários chineses tenham piedade delas. Mas o povo chinês, o Partido Comunista da China e os verdadeiros democratas revolucionários da China têm bem presentes na memória as últimas palavras daquele trabalhador. De resto, as serpentes que se aninham na maior parte da China, sejam elas grandes ou pequenas, pretas ou brancas, mostrem os dentes venenosos ou se mascarem de belas mulheres, não estão ainda entorpecidas, embora sintam já a ameaça do Inverno.

O povo chinês jamais sentirá piedade dos malvados da espécie das serpentes; ele considera em toda a sua boa fé que os que dizem perfidamente que é necessário ter piedade deles, sob pena de ofender as tradições da China ou de demonstrar falta de grandeza de alma, etc, não são de modo algum amigos fiéis do povo chinês. E por que razão deveríamos nós ter piedade dos malvados da espécie das serpentes? Que operário, camponês ou soldado pensa que é necessário ter piedade deles? Efectivamente, há “liberais do Kuomintang”, ou “liberais” fora do Kuomintang, que aconselham o povo chinês a aceitar a “paz” oferecida pelos Estados Unidos e pelo Kuomintang, o mesmo é dizer, a guardar, como relíquias, os vestígios do imperialismo, feudalismo e capitalismo burocrático, para que esses belos tesouros não desapareçam da face da terra. Mas tais indivíduos não são de maneira alguma operários, camponeses ou soldados, e muito menos são amigos dos operários, dos camponeses ou dos soldados.

Nós pensamos que o campo revolucionário do povo chinês deve ser alargado e englobar todos os que, na etapa presente, queiram associar-se à causa da revolução. A revolução do povo chinês necessita de forças principais, bem como de forças aliadas, porque um exército sem aliados não pode vencer o inimigo. O povo chinês, cuja revolução está em pleno desenvolvimento, tem necessidade de amigos; ele deve lembrar-se dos seus amigos e não esquecê-los. Não há dúvida de que, na China, não são poucos os amigos fiéis à causa revolucionária do povo, que se esforçam por defender os interesses do povo e se opõem a que se protejam os interesses do inimigo; nenhum deles deve ser esquecido ou tratado com frieza. Mas nós pensamos igualmente que devemos consolidar o campo revolucionário do povo chinês, que é necessário não permitir que os maus elementos nele se infiltrem nem que as ideias erradas nele prevaleçam. Agora que a revolução está em pleno desenvolvimento, o povo chinês deve não só não esquecer os seus amigos como também nunca perder de vista os seus inimigos e os amigos dos seus inimigos. Como se diz mais atrás, o inimigo utiliza fraudulentamente o processo de “paz” e de infiltração no campo revolucionário com a finalidade de preservar e reforçar a sua posição, enquanto que os interesses fundamen tais do povo exigem que todas as forças reaccionárias sejam radicalmente liquidadas e que as forças agressivas do imperialismo norte-americano sejam expulsas da China; nesse caso, os que aconselham ao povo a piedade pelo inimigo e a preservação das forças reaccionárias não são amigos do povo, mas sim amigos do inimigo.

As vagas impetuosas da revolução chinesa obrigam todas as camadas sociais a definirem a sua posição. A relação de forças entre as classes na China sofre uma nova transformação no momento presente. Pessoas sem conta desembaraçam-se da influência e do controle do Kuomintang e passam-se para o campo da revolução; isolados e abandonados, os reaccionários chineses estão metidos numa camisa de onze varas. Quanto mais a Guerra Popular de Libertação se aproximar da vitória final, mais solidamente se unirão as massas revolucionárias e todos os amigos do povo, os quais, conduzidos pelo Partido Comunista da China, reclamarão com firmeza a destruição total das forças reaccionárias e o desenvolvimento completo das forças revolucionárias, até que uma república democrática popular seja fundada à escala nacional e a paz seja edificada na unidade e na democracia. Pelo contrário, os imperialistas norte-americanos, os reaccionários chineses e os seus amigos, embora incapazes de se unirem solidamente, e não obstante entregarem-se a recíprocas querelas, insultos, recriações e traições sem fim, não-de cooperar num ponto: esforçar-se, por todos os meios, por minar as forças revolucionárias e preservar as forças reaccionárias. Eles recorrerão a todos os meios, públicos e secretos, directos e indirectos. Contudo, é absolutamente certo que as suas intrigas políticas conhecerão o mesmo triste fim que os seus ataques militares. Instruídos por uma já grande experiência, o povo chinês e o seu Estado-Maior, o Partido Comunista da China, estão seguros de reduzir a nada as intrigas políticas dos seus inimigos, exactamente como destroçaram os seus ataques militares, e não-de levar até

ao fim a grande Guerra Popular de Libertação.

Em 1949, o Exército Popular de Libertação da China avançará para o Sul do Yangtsé e alcançará vitórias ainda maiores que em 1948.

Em 1949, na frente económica, obteremos sucessos ainda maiores que em 1948. A nossa produção agrícola e industrial atingirá um nível mais elevado que anteriormente, e as comunicações, por caminho de ferro e por estrada, serão completamente restabelecidas. Na sua acção militar, as principais formações do Exército Popular de Libertação desembaraçar-se-ão de certas reminiscências da guerrilha e atingirão, na sua qualidade de formações regulares, um nível mais elevado que antes.

Em 1949, será convocada a Conferência Consultiva Política, onde não será admitido um só reaccionário, c que terá por finalidade o cumprimento das tarefas da revolução popular; a República Popular da China será proclamada e o Governo Central da República constituído. Esse governo será um governo democrático de coalizão, colocado sob a direcção do Partido Comunista da China, e há-de envolver a participação dos representantes qualificados dos partidos democráticos e organizações populares.

Tais são as principais tarefas concretas que o povo chinês, o Partido Comunista da China, assim como todos os partidos democráticos e todas as organizações populares da China, devem esforçar-se por realizar em 1949. Não recearemos qualquer espécie de dificuldade e unir-nos-emos estreitamente para realizar essas tarefas. No decurso da nossa luta, a milenária opressão feudal e a secular opressão imperialista serão liquidadas duma

vez para sempre. O ano de 1949 será um ano duma importância capital. Devemos, pois, dobrar os nossos esforços.

NOTAS

1 Após a capitulação do Japão em 1945 o governo do Kuomintang dividiu as três províncias do Nordeste — Liaonim, Quilin e Heilonquiam — em nove províncias: Liaonim, Liao-pei, Antum, Quilin, Hoquiam, Sunquiam, Heilonquiam, Nuen-quiam e Sin-an. Em 1949, o nosso Conselho Administrativo do Nordeste procedeu a uma nova divisão da região em cinco províncias: Liaotum, Liaoci, Quilin, Heilonquiam e Sun-quiam. Com o Jehol, essas províncias foram então designadas as seis províncias do Nordeste. Em 1954, o Conselho do Governo Popular Central fundiu as duas províncias de Liaotum e de Liaoci em uma só província, o Liaonim; e as duas províncias de Sunquiam e de Heilonquiam numa outra, o Heilonquiam, tendo a província de Quilin ficado como anteriormente. Em 1955, a província de Jehol foi suprimida e os seus territórios foram integrados nas províncias de Hopei e de Liaonim, assim como na Região Autónoma da Mongólia Interior.

2 Eis as datas da tomada desses pontos fortificados: Che-quiatuam, em 12 de Novembro de 1947; Yuntchem, em 28 de Dezembro de 1947; Sepim, em 13 de Março de 1948; Luoiam, primeiro em 14 de Março de 1948 e depois em 5 de Abril de 1948; Itchuan, em 3 de Março de 1948; Paoqui, em 26 de Abril de 1948; Veicien, em 27 de Abril de 1948; Linfen, em 17 de Maio de 1948; Caifum, em 22 de Junho de 1948. Todas essas cidades estavam cercadas de numerosos grupos de blo-causses e algumas tinham, ao mesmo tempo, altas e espessas muralhas; todas dispunham igualmente de obras defensivas auxiliares, compreendendo múltiplas linhas de trincheiras exteriores, redes de arame farpado e paliçadas. Nesse momento, o nosso exército não tinha nem aviões nem tanques e, praticamente, possuía pouca ou nenhuma artilharia. Ao atacar e tomar as cidades

acima indicadas, o nosso exército aprendeu todo um sistema de tácticas que permitia conquistar de assalto os pontos fortificados. Essas tácticas eram:

- 1) demolição sucessiva — utilizar explosivos para demolir sucessivamente as diferentes instalações de defesa do inimigo;
 - 2) minagem — cavar secretamente túneis que levam até à base dos blocausses ou às muralhas do inimigo, a fim de fazê-los saltar com o auxílio de explosivos, para lançar então violentos ataques;
 - 3) trincheiras de aproximação — cavar trincheiras na direcção das fortificações inimigas, depois aproximar-se de forma encoberta para lançar ataques repentinos;
 - 4) lançamento de pacotes de explosivos — lançar pacotes de explosivos com o auxílio de lança-explosivos ou morteiros, a fim de destruir as obras de defesa inimigas;
 - 5) táctica da “punhalada” — que consiste em concentrar as tropas e o fogo para abrir uma brecha e cortar o inimigo em troços.
- 3 As brigadas aqui mencionadas são aquelas unidades que receberam a designação de brigadas após a reorganização do exército do Kuomintang, enquanto que as divisões são as divisões do período anterior à reorganização (eram praticamente idênticas às brigadas reorganizadas).

“Via intermédia” ou, como também se dizia, “terceira via”. Durante a fase inicial da Guerra Popular de Libertação, alguns democratas pensaram que se poderia encontrar uma terceira via, distinta da ditadura dos grandes senhores de terras e da grande burguesia, imposta pelo Kuomintang, e igualmente distinta da ditadura democrática popular, dirigida pelo Partido Comunista. No fundo, essa terceira via era a ditadura burguesa do tipo anglo-norte-americano.

SOBRE A PETIÇÃO DE PAZ DO CRIMINOSO DE GUERRA*

6 “O Camponês e a Serpente”, Fábula de Esopo.

(5 de Janeiro de 1949)

Com o intuito de preservar as forças da reação chinesa e da agressão norte-americana na China, Tchiang Kai-chek, criminoso de guerra Nº 1 e cabecilha da pandilha do Kuomintang, fez no dia de Ano Novo uma declaração em que pedia a paz. Tchiang Kai-chek, o criminoso de guerra, afirmou:

“Por minha parte, não tenho outro qualquer pedido a formular além de que as negociações de paz não prejudiquem a independência e a integridade do país, mas sim que elas possam contribuir para que o povo resta-beleça as suas forças, que a sagrada Constituição não

* O presente comentário é o primeiro duma série de comentários escritos pelo camarada Mao Tsetung para a Agência Hsinghua, a fim de desmascarar o recurso do Kuomintang às negociações de paz para preservar as suas forças contra--revolucionárias. Na série, incluem-se outros comentários, como “Por Que Razão os Reaccionários, Completamente Divididos, Ainda Clamam Vãmente pela ‘Paz Geral?’”, “Os Reaccionários do Kuomintang Passam do Apelo à Paz’ ao Apelo à Guerra”, “Sobre as Diferentes Respostas do Kuomintang à Questão da Responsabilidade pela Guerra” e “Para Onde Vai o Governo de Nanquim?”.

seja violada pela minha acção e não se sabote de modo algum o regime constitucional democrático, que a forma de governo da República da China seja garantida e a ordem legalmente instituída da República não seja abolida, que as forças armadas sejam efectivamente preservadas e que ao povo seja permitida a manutenção do seu modo livre de vida e a conservação do actual nível mínimo de existência.

... Com a condição de que a paz se possa tornar uma realidade, não me preocuparei absolutamente em manter-me ou retirar-me do meu cargo, antes me submeterei inteiramente à vontade comum do povo.”

Que as pessoas não pensem que há qualquer coisa de ridículo no pedido de paz dum criminoso de guerra, nem que tal pedido de paz seja verdadeiramente repugnante. É preciso compreender que o facto de o criminoso de guerra N° i, cabecilha da pandilha kuomintanista, pedir pessoalmente a paz e fazer uma tal declaração é obviamente de algum proveito para o povo chinês, já que isso o habilita a inteirar-se sobre as conspirações da pandilha kuomintanista e dos imperialistas norte-americanos. Efectivamente, o povo chinês pode deduzir daí que a “paz”, à volta da qual ultimamente se faz tanto alvoroço, é precisamente o que a pandilha de assassinos de Tchiang Kai-chek e os seus amos norte-americanos necessitam com urgência.

Tchiang Kai-chek confessou todo o plano da sua pandilha. Os principais pontos dessa conspiração são os seguintes:

“... que as negociações de paz não prejudiquem a independência e a integridade do país” — isto vem primeiro

em importância. A “paz”, sim, mas uma “paz” que prejudique a “independência e integridade” do Estado das quatro grandes famílias e da classe compradora e dos senhores de terras, mil vezes não! A “paz” é absolutamente inadmissível se prejudica tratados como o Tratado Sino-Norte-americano de Amizade, Comércio e Navegação, o Acordo Sino-Norte-americano de Transporte Aéreo¹ e o Acordo Bilateral Sino-Norte-americano², ou se prejudica as prerrogativas disfrutadas pelos Estados Unidos na China, tais como o direito de estacionar forças terrestres, navais e aéreas na China, de estabelecer bases militares, de explorar minas e de monopolizar o comércio, ou ainda se colide com a conversão da China em colónia norte-americana; em resumo, se prejudica qualquer das medidas de protecção da “independência e integridade” do Estado reaccionário de Tchiang Kai-chek.

“... que (elas) possam contribuir para que o povo restabeleça as suas forças”. Quer dizer, a “paz” deve contribuir para o restabelecimento dos reaccionários chineses, já derrotados mas ainda não esmagados, para que, uma vez recobradas as suas forças, possam reaparecer em cena e esmagar a revolução. É para isso exactamente que a “paz” serve. A guerra dura há dois anos e meio, os norte-americanos estão furiosos, “os cães de guarda já não servem para guardar”; uma cura de repouso, ainda que breve, é melhor do que nada.

“... que a sagrada Constituição não seja violada pela minha acção e não se sabote de modo algum o regime constitucional democrático, que a forma de governo da República da China seja garantida e a ordem legal-

mente instituída da República não seja abolida”. Tudo isto significa garantir a posição dominante das classes reaccionárias e do governo reaccionário da China e garantir que a “ordem legal-mente instituída” dessas classes e desse governo não seja “abolida”. Esta “ordem legalmente instituída” não deve ser “abolida” de forma alguma, pois “aboli-la” seria muito perigoso, significaria a liquidação total das classes dos compradores e dos senhores de terras, o fim da pandilha kuomintanista e a captura e punição de todos os criminosos de guerra, grandes, médios e pequenos.

“. . . que as forças armadas sejam efectivamente preservadas”. As forças armadas representam a própria vida das classes dos compradores e dos senhores de terras, e, embora vários milhões dos seus homens tenham sido postos fora de combate pelo detestado Exército Popular de Libertação, ainda resta um milhão e várias centenas de milhares de soldados que devem ser “preservados”, e preservados “efectivamente”. Se fossem “preservados”, mas não “efectivamente”, as classes dos compradores e dos senhores de terras perderiam o seu capital, e, então, a sua “ordem legalmente instituída” seria “abolida”, a pandilha kuomintanista ficaria arruinada, e todos os criminosos de guerra, grandes, médios e pequenos, seriam capturados e punidos. Tal como a vida de Tchia Pao--iu, do Jardim do Grande Panorama, dependia dum pedaço de jade pendurado ao seu pescoço³, a vida do Kuomintang depende do seu exército. Portanto, como ousar declarar que o seu exército não deva ser “preservado”, ou apenas “preservado” mas não “efectivamente”? “. . . que ao povo seja permitida a manutenção do seu

modo livre de vida e a conservação do actual nível mínimo de existência”. Quer dizer, as classes dos compradores e dos senhores de terras da China devem conservar a sua liberdade de oprimir e explorar o povo de todo o país e a liberdade de manter o actual nível da sua vida senhorial, luxuosa, dissoluta e ociosa, enquanto o povo trabalhador da China deve conservar a sua liberdade de ser oprimido e explorado e manter o seu actual nível de existência, uma vida de fome e de frio. Nisto reside o objectivo final dos criminosos de guerra ao fazerem a petição de paz. De que utilidade seria a paz se os criminosos de guerra e as classes a que pertencem não pudessem conservar a liberdade de oprimir e explorar o povo nem de manter o nível da sua vida senhorial, luxuosa, dissoluta e ociosa? Para preservar tudo isto, é necessário naturalmente que os operários, os camponeses, os intelectuais, os funcionários e os professores mantenham o seu actual “modo de vida livre e nível mínimo de existência”, uma vida de fome e de frio. Uma vez que o nosso amado presidente Tchiang avança tais condições, as dezenas de milhões de operários, artesãos, membros de profissões liberais, as centenas de milhões de camponeses, os milhões de intelectuais, funcionários e professores não têm mais nada a fazer senão bater palmas em unísono, prosternar-se e gritar “Viva o Presidente!”. E, se o Partido Comunista, ainda assim, recusar a paz e impedir a manutenção desse maravilhoso modo de vida e nível de existência, merecerá mil vezes a morte, e “o Partido Comunista será tido como responsável por todas as consequências”.

Mas, com tudo o que dissemos, não esgotámos ainda o

tesouro de ideias maravilhosas contidas na declaração de petição de paz, feita pelo criminoso de guerra a 1 de Janeiro. Eis outra preciosidade: a “batalha decisiva no sector Nanquim-Xangai”, de que fala Tchiang Kai-chek na sua mensagem de Ano Novo. Onde está a força para tal “batalha decisiva”? Tchiang Kai-chek diz que “importa compreender que hoje a força do governo em qualquer domínio — militar, político ou económico — é várias vezes, dezenas de vezes mesmo, maior que a força do Partido Comunista”. Ah! Ah! Como não haverão as pessoas de morrer de medo ante tamanha força? Pondo de lado a força política e económica, considerando apenas a “força militar”, vê-se que o Exército Popular de Libertação dispõe actualmente de mais de três milhões de homens; ora, uma força duas vezes “maior” que este número significa mais de seis milhões, e dez vezes “maior”, mais de trinta milhões. E quanto será uma força “dezenas de vezes” maior? Muito bem, digamos vinte vezes, o que perfaz mais de sessenta milhões; assim, não é de estranhar que o presidente Tchiang declare “estar de todo confiante na vitória da batalha decisiva”! Porque implora então a paz? Certamente não será por não poder mais combater. Com efeito, no caso de ele servir-se da pressão de mais de sessenta milhões de homens, qual Partido Comunista ou que outro partido no mundo poderia ter a sorte de sobreviver? Evidentemente, seriam todos reduzidos a cinzas. E claro pois que, quando o presidente Tchiang implora a paz, a razão não pode ser seguramente outra senão para “pedir a salvação da vida do povo”.

Mas, estará tudo a correr bem, sem nenhum tropeço?

Diz-se que há um. E qual? O presidente Tchiang afirma: “É lamentável que exista gente no nosso governo que se tenha deixado influenciar pela pérfida propaganda do Partido Comunista, e esteja, por isso, com o espírito vacilante, tendo perdido quase inteiramente a confiança em si própria. Espiritualmente ameaçada pelo Partido Comunista, essa gente vê apenas a força do inimigo e não se dá conta do nosso enorme poderio, dezenas de vezes maior que o do inimigo”.

Bem, cada ano traz-nos uma série de notícias, mas as deste ano são muito especiais. Não é mesmo uma notícia extraordinária que os kuomintanistas, dispondo de mais de sessenta milhões de oficiais e soldados, vejam apenas o Exército Popular de Libertação com os seus pouco mais de três milhões de homens e não o seu próprio exército de mais de sessenta milhões?

Então pergunta-se: Haverá ainda audiência para tais notícias? Merecerão elas a mínima atenção? Segundo uma informação recebida da cidade de Pepim, “no dia de Ano Novo os preços baixaram ligeiramente de manhã, mas foram restabelecidos à tarde”. E uma agência estrangeira de informação anunciava: “A reacção de Xangai à mensagem de Ano Novo de Tchiang Kai-chek foi fria”. Isto responde à pergunta sobre se o criminoso de guerra Tchiang Kai-chek tem ainda auditório. Como dissemos há muito, Tchiang Kai-chek perdeu a própria alma, é um simples cadáver, ninguém mais acredita nele. Grande Panorama é o jardim da sua família. Diz-se que Tchia Pao-iu tinha nascido com um pedaço de jade na boca; esse jade representava a sua vida e devia estar-lhe permanentemente pendurado ao pescoço, sem nunca

separar-se dele. Perdê-lo significaria para ele “perder a sua alma”.

NOTAS

1 O “Acordo Sino-Norte-americano de Transporte Aéreo” entre o governo de Tchiang Kai-chek e o imperialismo norte-americano foi assinado a 20 de Dezembro de 1946. Com esse acordo, Tchiang Kai-chek vendeu completamente a soberania da China sobre o seu espaço aéreo. Segundo o estipulado no acordo, os aviões norte-americanos podiam sobrevoar todo o território chinês e carregar, descarregar e fazer transbordos em qualquer ponto da China, e os Estados Unidos obtinham o controle absoluto dos transportes aéreos chineses. À aviação norte-americana foi também acordado o “direito de aterragem não comercial”, quer dizer, o direito de aterragem militar em território chinês.

2 O “Acordo Bilateral Sino-Norte-americano”, ou seja, o chamado “Acordo Sino-Norte-americano de Assistência Económica”, foi assinado em Nanquim a 3 de Julho de 1948 entre os representantes do governo de Tchiang Kai-chek e os do imperialismo norte-americano. O acordo estipulava que este último ficaria com poderes máximos de fiscalização e decisão sobre as finanças e a economia do governo de Tchiang Kai-chek, que o pessoal norte-americano, que exercesse o controle directo, gozaria de “direitos de extraterritorialidade”, e que o imperialismo norte-americano poderia obter da China todo o material estratégico de que necessitava e deveria ser mantido ao corrente, periodicamente, pelo governo de Tchiang Kai-chek, sobre tal material. Nesse acordo, o governo de Tchiang Kai-chek garantia ainda a colocação em dumping dos artigos norte-americanos na China.

3 Tchia Pao-iu é um personagem do Sonho do Pavilhão Vermelho, romance chinês do século XVIII, e o Jardim do

DECLARAÇÃO DE MAO TSETUNG, PRESIDENTE DO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DA CHINA, SOBRE A SITUAÇÃO ACTUAL

(14 de Janeiro de 1949)

Passaram-se dois anos e meio desde Julho de 1946, altura em que o governo reaccionário kuomintanista de Nanquim, ajudado pelos imperialistas norte-americanos, violou a vontade do povo, rasgou o Acordo de Tréguas e as resoluções da Conferência Consultiva Política e desencadeou a guerra civil contra-revolucionária à escala nacional. Nesses dois anos e meio de guerra, o governo reaccionário kuomintanista de Nanquim, em violação da vontade do povo, convocou uma pseudo Assembleia Nacional, promulgou uma pseudo Constituição, elegeu um pseudo presidente e publicou um pseudo decreto sobre a chamada “mobilização para abater a rebelião”; vendeu indiscriminadamente os direitos nacionais ao governo dos Estados Unidos e recebeu deste empréstimos que se elevam a vários biliões de dólares norte-americanos; convidou as forças navais e aéreas norte-americanas a ocupar o território, as águas territoriais e o espaço aéreo chineses; assinou uma longa série de tratados de traição nacional com o governo dos Estados Unidos e aceitou a participação do Grupo de Conselheiros Militares norte-americanos na guerra civil da China; enfim, obteve do governo dos Estados Unidos,

com vista a massacrar o povo chinês, colossais quantidades de aviões, tanques, artilharia pesada e ligeira, metralhadoras, espingardas, obuses, balas e outro material de guerra. E foi na base dos princípios dessa política interna e externa, reaccionária e traidora, que o governo reaccionário kuomintanista de Nanquim ordenou a vários milhões de soldados que lançassem violentos ataques contra as regiões libertadas populares e o Exército Popular de Libertação da China. Todas as regiões libertadas populares no Leste, Planícies Centrais, Norte, Noroeste e Nordeste da China foram, sem excepção, devastadas pelas tropas do Kuomintang. As principais cidades das regiões libertadas, como Ien-an, Tchanqui-acou, Huai-in, Hotsé, Tamim, Lin-yi, Ientai, Tchente, Sepim, Tchantchuen, Quilin e Antum, foram todas ocupadas, nesta ou naquela ocasião, por essas forças de bandidos. Por onde quer que tivessem passado, elas massacraram e violaram, incendiaram e pilharam, sem deter-se ante qualquer crime. Nas regiões sob a sua dominação, o governo reaccionário kuomintanista de Nanquim suga até à última gota o sangue das grandes massas populares — operários, camponeses, soldados, intelectuais e comerciantes — através da extorsão de cereais, impostos e trabalhos forçados, para “abater a rebelião e exterminar os bandidos”. O governo reaccionário kuomintanista de Nanquim priva o povo de todas as liberdades; oprime todos os partidos democráticos e todas as organizações populares, denegando-lhes o estatuto legal; re-prime o justo movimento dos estudantes contra a guerra civil, a fome e a perseguição, contra a ingerência norte-americana nos assuntos inter-

nos da China e contra o apoio dado pelos Estados Unidos ao renascimento das forças de agressão no Japão; submerge o país com as suas emissões de papel-moeda — japi e tchinyuantchuan — com o que arruina a vida económica do povo e reduz as grandes massas à falência; e, por vários processos de expropriação, concentra uma parte colossal das riquezas nacionais nas mãos dos capitalistas burocráticos, encabeçados pelas quatro grandes famílias Tchiang, Sum, Cum e Tchen. Resumindo, o governo reaccionário kuomintanista de Nanquim mergulhou a totalidade da nação em horroroso sofrimento ao desencadear a guerra civil, baseada nos princípios da sua política interna e externa, reaccionária e traidora. De modo nenhum poderá furtar-se à sua inteira responsabilidade. Em contraste com o Kuomintang, o Partido Comunista da China, após a capitulação do Japão, fez tudo o que estava ao seu alcance, junto ao governo kuomintanista, para prevenir ou acabar com a guerra civil e conseguir a paz interior. Baseando-se nesta política, o Partido Comunista da China lutou perseverantemente e, apoiado por todo o povo, conseguiu inicialmente a assinatura do “Resumo das Conversações entre o Kuomintang e o Partido Comunista”, em Outubro de 1945. Mais tarde, em Janeiro de 1946, o Partido voltou a assinar um acordo de tréguas com o Kuomintang e, em co-operação com os partidos democráticos, obrigou o Kuomintang a aceitar as resoluções conjuntas da Conferência Consultiva Política. A partir daí, o Partido Comunista da China, juntamente com os partidos democráticos e as organizações populares, lutou pela defesa do acordo e das resoluções. Contudo, é de lamentar que o governo

reaccionário do Kuomintang não tenha demonstrado a menor consideração por qualquer dos nossos actos em defesa da paz interior e dos direitos democráticos do povo. Pelo contrário, considerou-os como sinal de fraqueza e indignos de atenção. O governo reaccionário do Kuomintang pensava que o povo podia ser tratado com desprezo, que o Acordo de Tréguas e as resoluções da Conferência Consultiva Política podiam ser rasgados como lhe aprouvesse, que o Exército Popular de Libertação não resistiria sequer a um só golpe, enquanto que as suas forças de vários milhões de homens poderiam reinar em todo o país e que a ajuda dos Estados Unidos era inesgotável. Por isso, o governo reaccionário do Kuomintang teve a audácia de violar a vontade do povo inteiro e desencadeou a guerra contra-revolucionária. Em tais circunstâncias, o Partido Comunista da China não teve outra alternativa senão levantar-se resolutamente contra a política reaccionária do governo do Kuomintang e lutar pela salvaguarda da independência nacional e dos direitos democráticos do povo. A partir de Julho de 1946, sob a direcção do Partido Comunista da China, o heróico Exército Popular de Libertação repeliu os ataques dos 4.300.000 soldados do governo reaccionário do Kuomintang, passou posteriormente à contra-ofensiva, recuperou todos os territórios perdidos das regiões libertadas e libertou muitas grandes cidades, como Chequiatchuam, Luoiam, Tsinan, Tchendjou, Caifum, Chen-iam, Siudjou e Tanxan. O Exército Popular de Libertação venceu dificuldades sem par, viu aumentar as suas fileiras e equipou-se com enormes quantidades de armas, fornecidas ao governo do Kuom-

intang pelo governo dos Estados Unidos. Em dois anos e meio, esmagou as principais forças militares e todas as divisões de elite do governo reaccionário do Kuomintang. Hoje, o Exército Popular de Libertação é superior ao que resta das forças militares do governo reaccionário kuomintanista, em número, no moral e em equipamento. Só agora é que o povo chinês começa a respirar livremente. A situação actual é perfeitamente clara: toda a estrutura do regime reaccionário do Kuomintang desmoronar-se-á e sucumbirá se o Exército Popular de Libertação lançar mais alguns ataques poderosos contra o que subsiste das suas forças. O governo reaccionário do Kuomintang, que seguiu uma politica de guerra civil, recolhe agora o que semeou; abandonado pelas massas, renegado pelos seus partidários, já não pode aguentar--se por mais tempo. Nestas circunstâncias, com vista a preservar as tropas restantes do governo kuomintanista e conseguir uma pausa para repouso antes de voltar à carga para destruir as forças revolucionárias, Tchiang Kai-chek, o criminoso de guerra Nº1 da China, o cabecilha da pandilha de bandidos kuomintanistas e pseudo presidente do governo de Nanquim, anunciou, em 1 de Janeiro deste ano, que estava disposto a entrar em negociações de paz com o Partido Comunista da China. O Partido Comunista da China considera hipócrita essa proposta, visto que Tchiang Kai-chek propôs como base para as negociações de paz condições como a preservação da pseudo Constituição, da chamada ordem legalmente instituída e das forças armadas da reacção, condições que o povo em todo o país não pode aceitar. Essas condições são condições de continuação

da guerra, não de paz. Nos últimos dez dias, em todo o país o povo manifestou claramente a sua vontade. Ele aspira ardentemente pela paz imediata, mas não aprova a chamada paz dos criminosos de guerra, não aprova as condições reac-cionárias destes. Baseando-se na vontade popular, o Partido Comunista da China declara: o Exército Popular de Libertação possui forças suficientes e tem boas razões para esmagar completamente e em pouco tempo o que resta das forças armadas do governo reaccionário do Kuomintang, e está plenamente confiante de poder fazê-lo; contudo, o Partido Comunista da China, com vista a apressar o fim da guerra, realizar uma paz genuína e aliviar os sofrimentos do povo, está disposto a entrar em negociações de paz com o governo reaccionário kuomintanista de Nanquim ou com quaisquer governos locais ou grupos militares do Kuomintang, na base das seguintes condições:

1. Castigar os criminosos de guerra;
2. Abolir a pseudo Constituição;
3. Eliminar o pseudo sistema jurídico;
4. Reorganizar todas as tropas reaccionárias conforme aos princípios democráticos;
5. Confiscar o capital burocrático;
6. Realizar a reforma do sistema agrário;
7. Suprimir os tratados de traição nacional;
8. Convocar uma Conferência Consultiva Política sem a participação de elementos reaccionários e formar um governo democrático de coalizão, encarregado de assumir todos os poderes detidos pelo governo reaccionário do Kuomintang em Nanquim e pelos governos a ele subordinados em todos os níveis1.

O Partido Comunista sustenta que as condições su-
pracitadas expressam a vontade popular comum a toda a nação, e que só uma paz baseada em tais condições poderá chamar-se verdadeiramente democrática. Se os homens do governo reaccionário kuomintanista de Nanquim desejam chegar a uma autêntica paz democrática, e não a uma falsa paz reaccionária, devem renunciar às condições reaccionárias que avançaram e aceitar as oito condições propostas pelo Partido Comunista da China como base para as negociações de paz entre ambas as partes. Doutro modo, a sua pretensa paz revelar-se-á como não sendo mais que um engano. Esperamos que todo o povo, todos os partidos democráticos e todas as organizações populares se levantem para combater por uma verdadeira paz democrática, contra a falsa paz reaccionária. Os patriotas nos meios governamentais kuomintanistas de Nanquim devem apoiar também esta proposta de paz. Camaradas comandantes e combatentes do Exército Popular de Libertação da China, atenção! Não devem afrouxar, nem um pouco que seja, os vossos esforços de combate até que o governo reaccionário kuomintanista de Nanquim aceite uma verdadeira paz democrática e a ponha em prática. Todos os reaccionários que ousarem resistir serão decidida, radical, integral e totalmente aniquilados.

NOTAS

1 As oito condições de paz, avançadas pelo camarada Mao Tsetung nesta declaração, serviram de base para as negociações de paz, em Abril de 1949, entre a delegação do Partido Comunista da China e a delegação do governo do Kuomintang, dirigida por Tcham Tchi-tchum. O Acordo sobre a Paz Interna, redigido no decorrer destas negociações, definiu disposições concretas para a execução das oito condições de paz. Para maiores detalhes, ver “Ordem ao Exército para um Avanço Geral em Todo o País”, nota 1, no presente tomo.

t

COMENTÁRIO DO PORTA-VOZ DO PARTIDO COMUNISTA DA CHINA SOBRE A RESOLUÇÃO DO YUAN EXECUTIVO DE NANQUIM

(21 de Janeiro de 1949)

A Agência Central de Informações, agência noticiosa oficial do governo reaccionário kuomintanista de Nanquim, anunciou num telegrama datado de 19 de Janeiro que o Yuan Executivo, numa reunião realizada às nove horas da manhã desse mesmo dia, havia longamente discutido sobre a situação actual e adoptado a seguinte resolução:

“Por deferência pelas aspirações do povo de todo o país a uma paz imediata, o governo, após sérias considerações, expressa pela presente resolução o seu desejo de proceder primeiro, juntamente com o Partido Comunista da China, a uma imediata e incondicional cessação das hostilidades, e, em seguida, ver ambas as partes designar os seus delegados para entabularem negociações de paz.” O porta-voz do Partido Comunista da China declara: esta resolução do Yuan Executivo de Nanquim não faz nenhuma menção sobre a declaração, propondo negociações de paz, feita a 1 de Janeiro por Tchiang Kai-chek, o pseudo presidente da República em Nanquim, nem sobre a declaração, propondo negociações de paz, feita a 14 de Janeiro por Mao Tsetung, Presidente do Partido Comunista da China; tão-pouco indica qual das duas declarações apoia e à qual se opõe, avançando, em vez

disso, uma nova proposta, como se nem o Kuomintang nem o Partido Comunista tivessem feito quaisquer propostas em 1 e 14 de Janeiro, respectivamente; tudo isto é absolutamente incompreensível. E um facto que o Yuan Executivo de Nanquim não só ignorou completamente a proposta do Partido Comunista da China, feita a 14 de Janeiro, mas também rejeitou redondamente a proposta feita a 1 de Janeiro pelo pseudo presidente Tch-iang Kai-chek. Este dizia na sua proposta de 1 de Janeiro: “Logo que o Partido Comunista manifeste um desejo sincero de paz e tenha dado provas precisas disso, o governo responder-lhe-á com toda a sinceridade e estará pronto a discutir medidas concretas de cessação das hostilidades e de restauração da paz.”

Dezanove dias depois, um órgão desse mesmo governo, isto é, o “Yuan Executivo”, rejeita a declaração feita pelo “presidente” de tal governo e, em vez de dizer que o governo “responderá” ao Partido Comunista “com toda a sinceridade e estará pronto a discutir medidas concretas de cessação das hostilidades e de restauração da paz”, afirma agora o seu desejo de “proceder primeiro, . . . a uma imediata e in-condicional cessação das hostilidades, e, em seguida, ver ambas as partes designar os seus delegados para entabularem negociações de paz”. Gostaríamos de perguntar aos senhores do “Yuan Executivo” de Nanquim: qual é, depois disto tudo, a proposta que vale, a vossa ou a do vosso “presidente”? Este considerava como uma única e mesma coisa “a cessação das hostilidades e a restauração da paz”, e proclamava a sua sinceridade e o seu desejo de discutir com o Partido Comunista da China medidas concretas para isso, ao passo

que vocês separam a guerra e a paz como duas coisas distintas, e estão relutantes em nomear delegados para discutir connosco as medidas concretas de cessação das hostilidades. Antes pelo contrário, vocês chegam até a entregar-se aos mais fantásticos sonhos, propondo “proceder primeiro a uma imediata e incondicional cessação das hostilidades” e, em seguida, designar delegados para “entabularem negociações de paz”. Qual das propostas é válida, a vossa ou a do vosso “presidente”? Nós consideramos que o pseudo Yuan Executivo de Nanquim agiu para além dos seus poderes; ele não tem o direito de pôr de lado a proposta do seu pseudo presidente e, arbitrariamente, fazer uma proposta sua. Nós consideramos irrazoável esta nova proposta. Empenhadas numa guerra tão prolongada, tão ampla e tão cruel, as duas partes devem, evidentemente, nomear delegados para discutir as condições básicas da paz e elaborar um acordo de tréguas mutuamente aceitável; só desta maneira pode cessar-se a guerra. Não é apenas o povo que quer assim, até no campo kuomintanista há muitas pessoas que exprimiram semelhante desejo. Se o Kuomintang observar a resolução” absolutamente sem fundamento do Yuan Executivo de Nanquim e não aceitar negociações de Paz a menos que se registre primeiro a cessação das hostilidades, onde estará então o seu desejo sincero de paz? Adoptada a “resolução” do Yuan Executivo de Nanquim, não pode haver negociações de paz sem que haja primeiro uma cessação das hostilidades, e, a Partir de agora, fechou-se completamente a porta da Paz; se há que negociar, a única coisa a fazer é anular essa “resolução” absolutamente infundada. Ou uma coisa ou

outra. Se o Yuan Executivo de Nanquim não aceder a anular a sua “resolução”, isso só demonstrará que o governo reaccionário kuomintanista de Nanquim não deseja sinceramente proceder a negociações de paz com a parte contrária. Poder-se-á então perguntar: se Nanquim é sincero, por que é que se recusa a discutir as condições concretas de paz? Não será isso uma confirmação de que a proposta de Paz de Nanquim é hipócrita? O porta-voz do Partido Comunista da China declara: Nanquim caiu agora num estado de anarquia, o pseudo presidente faz uma proposta e o pseudo Yuan Executivo, outra. *~~o quem se deverá tratar?

DECLARAÇÃO DO PORTA-VOZ DO PARTIDO
COMUNISTA DA CHINA: ORDEM AO GOVERNO
REACCIONÁRIO DO KUOMINTANG PARA
PRENDER NOVAMENTE
YASUJI OKAMURA, EX-COMANDANTE EM
CHEFE DAS FORÇAS DE AGRESSÃO
JAPONESAS NA CHINA, E PRENDER OS CRIMI-
NOSOS DE GUERRA CIVIL DO KUOMINTANG

(28 de Janeiro de 1949)

Num telegrama datado de 26 de Janeiro, a Agência Central de Informações do governo reaccionário kuo-mintanista de Nanquim informou:

“Um porta-voz do governo fez a seguinte declaração: no mês passado, o governo tomou várias; medidas e disposições para pôr fim breve à guerra, no intuito de aliviar os sofrimentos do povo. Além disso, a 22 deste mês, o governo designou oficialmente uma delegação¹ para as negociações de paz. Nestes últimos dias, o governo não esteve senão à espera de que o Partido Comunista da China designasse a sua delegação e concordasse com um local de reunião, para que se procedesse a negociações. Mas, na declaração radiodifundida do Norte do Xensi pela Agência Hsinghua, no dia 25², o porta-voz do Partido Comunista da China, embora manifestasse o desejo de negociar um acordo de paz com o governo, recorreu a desenfreados insultos e calúnias e empregou

uma linguagem absurda e ofensiva. E também afirmou que o local das negociações não poderia ser fixado antes que Pepim fosse inteiramente libertada. Se, a pretexto de esperar pela chamada libertação completa de Pepim, o Partido Comunista da China não designa imediatamente a sua delegação, não dá o seu acordo quanto ao local de reunião e, além disso, não suspende as operações militares, nós gostaríamos então de perguntar: com isso, não estará ele a provocar perdas de tempo e a prolongar as desgraças da guerra? Há que saber que a esperança do povo em todo o país de pôr fim às desgraças da guerra não admite quaisquer delongas. Para demonstrar a sua profunda sinceridade, uma vez mais o governo expressa o desejo de que o Partido Comunista da China compreenda dum maneira clara que, actualmente, deve antepor a salvação do povo a qualquer outra consideração, e designe portanto a sua delegação para as negociações o mais cedo possível, de modo que a paz se efective quanto antes.” Num outro telegrama datado de 26 de Janeiro, a Agência Central de Informações de Nanquim informou de Xangai:

“No seguimento duma revisão do seu caso, efectuada no dia 26 pelo Tribunal Militar do Ministério da Defesa Nacional para julgamento dos criminosos de guerra, o general Yasuji Okamura, criminoso de guerra japonês e ex-comandante em chefe das Forças Expedicionárias Japonesas na China, foi absolvido por sentença pronunciada às quatro horas da tarde de hoje por Chi Mei-iu, presidente do tribunal. Reinava uma atmosfera tensa na sala do tribunal. Okamura, atento e de pé, teve um sorriso ligeiro ao ouvir o veredicto.” Em vista do que acima

se refere, o porta-voz do Partido Comunista da China faz a seguinte declaração:

1. O Partido Comunista da China e o Quartel General do Exército Popular de Libertação da China declaram que é inadmissível que o Tribunal Militar para julgamento dos criminosos de guerra, instituído pelo governo reaccionário kuomintanista de Nanquim, pronuncie uma absolvição de culpa sobre o criminoso de guerra japonês, general Yasuji Okamura, ex-comandante em chefe das Forças Expedicionárias Japonesas na China e arqui-criminoso entre todos os criminosos de guerra das Forças Expedicionárias Japonesas de agressão contra a China³. O povo chinês, depois de incontáveis sacrifícios humanos e materiais durante oito anos de Guerra de Resistência contra o Japão, conquistou finalmente a vitória e capturou esse criminoso de guerra; jamais considerará admissível que o governo reaccionário kuomintanista de Nanquim o tenha declarado arbitrariamente isento de culpa. Todo o povo, todos os partidos democráticos e todas as organizações populares, assim como os patriotas no seio do sistema governamental reaccionário do Kuomintang, devem opor-se imediatamente ao acto criminoso desse governo, acto de traição aos interesses nacionais e de colaboração com os militaristas fascistas japoneses. Advertimos, pois, seriamente os senhores do governo reaccionário de Nanquim: vocês devem tornar a prender imediatamente Yasuji Okamura e voltar a encarcerá-lo sem falta. Este ponto está intimamente ligado ao vosso pedido de negociações connosco. Sustentamos que todas as vossas acções actuais constituem uma tentativa para usar um simulacro de negociações

de paz como cobertura dos vossos novos preparativos para a guerra, os quais incluem a vossa conspiração no sentido de induzir os reaccionários japoneses a entrar na China e juntar-se convosco para o massacre do povo chinês; foi exactamente com esse propósito que puseram em liberdade Yasuji Okamura. De modo nenhum, pois, vos permitiremos agir dessa maneira. Temos o direito de impor-vos que voltem a prender Yasuji Okamura e se responsabilizem pela sua entrega ao Exército Popular de Libertação em hora e local que indicaremos. Quanto aos demais criminosos de guerra japoneses, devem ficar temporariamente sob vossa custódia até novas instruções, não devendo vocês arbitrariamente pôr em liberdade nenhum deles nem deixá-los escapar; aqueles de vocês que desobedecerem serão severamente punidos.

2. Soubemos pela declaração de 26 de Janeiro do portavoz do governo reaccionário kuomintanista de Nanquim, que os senhores de Nanquim estão todos muito nervosos, impacientes, apreensivos e ansiosos quanto às negociações de paz, tudo isso, diz-se, no intuito de “encurtar a duração da guerra”, “aliviar os sofrimentos do povo” e “antepor a salvação do povo a qualquer outra consideração”; igualmente soubemos que, segundo vos parece, o Partido Comunista da China está demasiadamente indiferente, calmo, descuidado e despreocupado na sua resposta ao vosso desejo e que, além disso, “não suspende as operações militares”, e está na realidade a “provocar perdas de tempo e a prolongar as desgraças da guerra”. Senhores de Nanquim, vamos dizer-vos francamente: vocês são todos criminosos de guerra,

serão levados a julgamento. Não damos crédito aos vossos murmúrios sobre a “paz” ou sobre a “vontade do povo”. Apoiando-se na força dos Estados Unidos e violando a vontade do povo, vocês rasgaram o Acordo de Tréguas e as resoluções da Conferência Consultiva Política e desencadearam esta guerra civil, antipopular, antidemocrática e contra-revolucionária, de uma crueldade sem par. Vocês, então, estavam tão nervosos, tão impacientes, tão apreensivos e tão ansiosos que não quiseram ouvir os conselhos de ninguém. E, quando convocaram a pseudo Assembleia Nacional, redigiram a pseudo Constituição, elegeram o pseudo presidente da República e promulgaram o pseudo decreto de “mobilização para abater a rebelião”, estavam novamente tão nervosos, tão impacientes, tão apreensivos e tão ansiosos que, como sempre, não quiseram escutar os conselhos de ninguém. Nessa época, em Xangai, Nanquim e outras grandes cidades, os chamados conselhos consultivos, câmaras de comércio, sindicatos, associações camponesas, organizações de mulheres e organizações culturais, fabricados pelo vosso governo ou servindo de instrumentos da vossa política, fizeram um tal alarido à volta do “apoio à mobilização para abater a rebelião” e da “exterminação dos bandidos comunistas”, e, uma vez mais, estavam vocês tão nervosos, tão impacientes, tão apreensivos e tão ansiosos com tudo isso que não quiseram escutar os conselhos de ninguém. Passaram-se já dois anos e meio e, durante esse período, o número de gente por vocês massacrada con-ta-se por muitos milhões, e as aldeias incendiadas, as mulheres violadas e as riquezas pilhadas por vocês, bem como as vidas e os ha-

veres destruídos pela vossa força aérea, não têm conta. Vocês cometeram crimes monstruosos, nós temos de ajustar contas convosco. Ouvimos dizer que vocês estão inteiramente opostos à luta pelo ajuste de contas. Desta vez, porém, há um bom motivo para lutar pelo ajuste de contas; é absolutamente necessário ajustar contas, é absolutamente necessário lutar por ajustá-las. Vocês estão derrotados. Vocês encolerizaram o povo. E todo o povo levantou-se contra vocês numa luta de vida ou de morte. O povo detesta-vos, o povo condena-vos, o povo levantou-se e vocês estão isolados; é por isso que estão derrotados. Vocês propuseram cinco condições⁴ para as negociações de paz, e nós, oito⁵; o povo apoiou imediatamente as nossas oito condições, e não as vossas cinco. Vocês não ousam refutar as nossas oito condições nem insistir nas vossas cinco. Vocês declaram querer aceitar as nossas oito condições como base para as negociações. Não será isso excelente? Porque não se apressam, então, a negociar? Assim parece que vocês estão muito nervosos, impacientes, apreensivos e ansiosos, que são muito favoráveis à “cessação incondicional das hostilidades”, a “encurtar a duração da guerra”, a “aliviar os sofrimentos do povo” e a “antepor a salvação do povo a qualquer outra consideração”. E nós? Nós, como é evidente, não estamos nem nervosos, nem impacientes, nem apreensivos, nem ansiosos, e “provocamos perdas de tempo e prolongamos as desgraças da guerra”. Mas esperem um momento, senhores de Nanquim. Nós saberemos ficar nervosos, impacientes, apreensivos e ansiosos; a duração da guerra será certamente diminuída; e os sofrimentos do povo serão com certeza aliviados. Uma vez que já

concordaram com as nossas oito condições como base para as negociações, ambos teremos muito que fazer. A realização dessas oito condições vai manter ocupados a vocês, a nós e a todos os partidos democráticos, organizações populares e às pessoas de todos os sectores sociais durante vários meses, meio ano, um ano ou vários anos — e talvez, mesmo depois disso, será possível que não tenhamos concluído a tarefa. Ouçam, senhores de Nanquim! As oito condições não são pontos abstractos, têm de ter um conteúdo concreto; durante este curto período de agora, importa que cada um pense um pouco, e o povo perdoar-nos-á uma pequena demora. Falando francamente, a opinião do povo é que devemos preparar-nos bem para essas negociações. Haverá seguramente negociações, e não será de modo

4. Nanquim será noutro momento avisado sobre os preparativos que ambas as partes devem fazer em relação às outras sete condições.

NOTAS

1A delegação designada pelo governo reaccionário do Kuomintang para as negociações de paz era composta por Chao Li-tse, Tcham Tchi-tchum, Huam Chao-hom, Pem Tchao-sien e Tchom Tien-sin.
2 Numa declaração, feita a 25 de Janeiro de 1949 e relativa às negociações de paz, o porta-voz do Partido Comunista da China assinalou: “Autorizámos o governo reaccionário de Nanquim a enviar uma delegação para negociar connosco, não porque reconhecemos que esse governo ainda está qualificado para representar o povo chinês, mas sim porque ele ainda dispõe de certos restos de forças armadas reaccionárias. Se este governo se apercebe de

que perdeu toda a confiança do povo e que o resto das suas forças armadas reaccionárias está impossibilitado de resistir ao poderoso Exército Popular de Libertação, e, se está disposto a aceitar as oito condições de paz propostas pelo Partido Comunista da China, torna-se evidente que é preferível e benéfico para a causa da libertação do povo solucionar os problemas através de negociações, de modo a aliviar os sofrimentos do povo.” Em relação ao local do encontro, a declaração precisava: “Só será possível fixá-lo depois da libertação completa de Pepim, e será provavelmente Pepim.” Quanto aos delegados de Nanquim, o porta-voz dizia: “Pem Tchao-sien é um dos principais dirigentes do grupo do CC do Kuomintang, ca-marilha que se tem pronunciado, da maneira mais veemente, pela guerra, e é considerado pelo povo como criminoso de guerra; o Partido Comunista da China não pode, portanto, aceitar tal delegado.”

3 Yasuji Okamura era um dos criminosos de guerra japoneses com a mais longa e negra ficha de crimes de agressão à China. De 1925 a 1927, foi conselheiro militar de Suen Tchuan-fuam, um dos caudilhos militares do Norte. Em 1928, como comandante de um regimento de infantaria do exército japonês, participou na guerra em que o Japão atacou e ocupou Tsinan e foi o carrasco do massacre de Tsinan. Em 1932, como vice-comandante do Estado-Maior das Forças Expedicionárias Japonesas em Xangai, participou no ataque e na ocupação desta cidade. Em 1933, representou o governo japonês na assinatura do “Acordo de Tancu” com o governo traidor do Kuomintang. De 1937 a 1945, foi sucessivamente comandante do XI Corpo de Exército, comandante do Exército da Frente do Norte da China, comandante do Exército da VI Frente e Comandante em Chefe das Forças Expedicionárias Japonesas na China. Yasuji Okamura aplicou na China a política extremamente brutal de “queimar tudo, matar tudo e pilhar tudo”. Figurava à cabeça da lista dos criminosos de guerra japoneses, publicada em Ien-an em Agosto de 1945. Durante a Guerra Popular de Libertação, foi conselheiro militar secreto de Tchiang Kai-chek e elaborou para este último os planos de ataque contra as regiões libertadas. Em Janeiro de 1949, foi absolvido e posto em liberdade pelo governo reaccionário do Kuomintang, e regressou ao Japão. Em 1950, aceitou a oferta de Tchiang Kai-chek para ocupar o posto de oficial-instrutor

superior no chamado Instituto de Investigação da Prática Revolucionária. A partir de 1955, agrupou antigos combatentes das forças terrestres e navais na “Liga dos Companheiros de Armas” (mais tarde denominada “Liga dos Companheiros de Armas Reformados”) e desempenhou enérgico papel nas actividades reaccionárias em favor do renascimento do militarismo japonês.

As “cinco condições” do governo reaccionário do Kuomintang, relativas às negociações de paz, foram formuladas na declaração de Ano Novo de Tchiang Kai-chek, em 1949. Eram as seguintes: 1. “. . . que [as negociações de paz] não prejudiquem a independência e a integridade do país”; 2. “. . . que [elas] possam contribuir para que o povo restabe

leça as suas forças”; 3. “. . . que a sagrada Constituição não seja violada pela minha acção e não se sabote de modo algum o regime constitucional democrático, que a forma de governo da República da China seja garantida e a ordem legalmente instituída da República não seja abolida”; 4. “. . . que as forças armadas sejam efectivamente preservadas”; 5. “. . . que ao povo seja permitida a manutenção do seu modo livre de vida e a conservação do actual nível mínimo de existência”. O camarada Mao Tsetung refutou, imediata e energeticamente, essas cinco condições. Ver “Sobre a Petição de Paz do Criminoso de Guerra”, no presente tomo.

5 As “oito condições” propostas pelo Partido Comunista da China para as negociações de paz foram formuladas pelo camarada Mao Tsetung, na declaração de 14 de Janeiro de 1949 a respeito da situação daquela época. Ver “Declaração de Mao Tsetung, Presidente do Comité Central do Partido Comunista da China, sobre a Situação Actual”, no presente tomo.

6 Segundo um telegrama da Agência Central de Informações Kuomintanista, datado de 27 de Janeiro de 1949, o Ministério da Defesa Nacional do governo de Nanquim declarava: “No Norte da China, a fim de encurtar a duração da guerra, garantir a paz e preservar assim as bases da antiga capital, Pepim, o seu património cultural e os seus monumentos históricos, o comandante em chefe Fu Tsuoyi fez uma proclamação a 22 de Janeiro no sentido da cessação das hostilidades, a partir das 10 da manhã desse mesmo dia. Sob as or-

dens do Quartel General, o grosso das nossas tropas em Pepim retirou-se sucessivamente dos limites da cidade em direcção aos locais que lhes tinham sido designados.” E mais declarava: “A cessação das hostilidades será igualmente efectivada em Sui-ian e Tatom.”

7 Som Tse-ven, plutocrata do regime do Kuomintang, tinha servido sucessivamente como ministro das Finanças, presidente do Yuan Executivo, ministro dos Negócios Estrangeiros e emissário do governo kuomintanista nos Estados Unidos. Tchen Tchem, anteriormente chefe do Estado-Maior General, era na altura o governador kuomintanista da província de Taiwan. Ho In-tchin tinha sido chefe do Estado-Maior General e ministro da Defesa Nacional do Kuomintang. Cu Tchu-tom era então chefe do Estado-Maior General do exército do Kuomintang. Tchen Li-fu, Tchen Cuo-fu e Tchu Tchia-hua eram todos cabecilhas do grupo CC do Kuomintang. Vam Chi-tchie tinha sido ministro dos Negócios Estrangeiros do Kuomintang. Vu Cuo-tchen era na altura o presidente kuomintanista do município de Xangai. Tai Tchuan-sien, também conhecido por Tai Tsi-tao, tinha sido durante muito tempo membro da “cabeça-pensante” de Tchiang Kai-chek e era então membro do Conselho Permanente do Comité Executivo Central do Kuomintang. Tam En-po era o comandante em chefe da guarnição do Kuo-mintang na região de Nanquim-Xangai-Handjou. Tchou Tchi-jou era o comandante em chefe das forças aéreas do Kuomintang. Vam Chumim era o comandante em chefe adjunto e chefe do Estado-Maior das forças aéreas do Kuomintang. Cuei Iom-tchim era o comandante em chefe da marinha do Kuomintang.

DECLARAÇÃO DO PORTA-VOZ DO PARTIDO
COMUNISTA DA CHINA SOBRE A NECESSIDADE
DE INCLUIR NAS CONDIÇÕES DE PAZ O CAS-
TIGO DOS CRIMINOSOS
DE GUERRA JAPONESES E DOS CRIMINOSOS DE
GUERRA DO KUOMINTANG

(5 de Fevereiro de 1949)

A declaração sobre a questão das negociações de paz, feita a 28 de Janeiro pelo porta-voz do Partido Comunista da China, foi contestada a 31 de Janeiro por um porta-voz do governo reaccionário e traidor do Kuomintang. Na sua resposta, o porta-voz do governo reaccionário e traidor do Kuomintang tergiversou sobre os pontos levantados pelo porta-voz do Partido Comunista da China. No que respeita à exigência do Partido Comunista da China quanto à responsabilidade que cabe ao governo reaccionário e traidor do Kuomintang de encarcerar novamente Yasuji Okamura, principal criminoso na invasão da China pelo Japão, a fim de entregá-lo ao Exército Popular de Libertação, e de manter sob prisão os outros criminosos de guerra japoneses e impedi-los de fugir, o porta-voz do Kuomintang declarou: “Isto é um problema judicial; nada tem a ver com as negociações de paz e, com muito menor razão, pode ser convertido em condição prévia para negociações de paz.” No respeitante à exigência do Partido Comunista de que o governo reaccionário e traidor do Kuo-mintang

deve ficar responsável pela detenção de Tchiang Kai-chek e de outros criminosos de guerra, o porta-voz kuomintanista afirmou: “Para uma paz genuína, não se devem impor condições prévias.” A declaração do porta-voz do Partido Comunista da China, acrescentou, “não parece suficientemente séria na sua atitude” e, mais ainda, “cria complicações”. A este respeito, o porta-voz do Partido Comunista declara: ainda recentemente, a 28 de Janeiro, a nossa posição não era realmente séria, na medida em que ainda falávamos do governo reaccionário e traidor do Kuomintang como se se tratasse dum governo. Será que ainda existe realmente esse pretenso “governo”? Existirá, porventura, em Nanquim? Já não há nenhum órgão do poder executivo em Nanquim. Existirá em Cantão? Não há nenhum chefe de governo em Cantão. Existirá em Xangai? Não há em Xangai nem órgão do poder executivo nem chefe de governo. Existirá em Fon-hua? Em Fon-hua há apenas um pseudo presidente, que já anunciou a sua “retirada”, e nada mais. Portanto, falando seriamente, não devíamos tê-lo considerado como governo; quando muito, é um governo hipotético ou simbólico. Contudo, imaginemos que existe esse “governo” simbólico e que existe um porta-voz que pode falar em nome de tal “governo”. Sendo assim, o seu porta-voz devia compreender que esse governo kuomintanista hipotético, simbólico, reaccionário e traidor, não só não contribuiu em nada para as negociações de paz, como, na realidade, é o causador de intermináveis complicações. Acaso não é causar complicações quando, por exemplo, declara repentinamente absolver Yasuji Okamura, numa altura em que com tanta ansiedade

pedia negociações? Acaso não causaram vocês maiores complicações quando o enviaram para o Japão, juntamente com outros 260 criminosos de guerra, depois de o Partido Comunista da China ter exigido a sua nova detenção? Quem governa hoje o Japão? Poderá dizer-se, por acaso, que é o povo quem governa o Japão e não os imperialistas? O Japão é um país de que vocês gostam tanto que acreditam que os criminosos de guerra japoneses poderão nele gozar de maior segurança e conforto e receber um tratamento mais apropriado do que nas regiões sob a vossa dominação. Será isto um problema judicial? E por que razão terá sido levantada essa questão judicial? Será possível que se tenham esquecido de que os agressores japoneses combateram contra nós durante oito anos inteiros? Acaso nada tem este problema que ver com as negociações de paz? Quando, em 14 de Janeiro, o Partido Comunista da China avançou as oito condições para as negociações de paz, Yasuji Okamura ainda não tinha sido posto em liberdade. Ele foi solto a 26 de Janeiro; portanto, é necessário discutir esta questão que, evidentemente, está relacionada com as negociações de paz. Em 31 de Janeiro, cumprindo as ordens de Mac Arthur, vocês enviaram para o Japão 260 criminosos de guerra, juntamente com Yasuji Okamura; assim, o assunto tornou-se ainda mais estreitamente ligado às negociações de paz. Por que pedem vocês negociações de paz? Porque foram derrotados na guerra. E por que razão foram derrotados? Porque lançaram uma guerra civil contra o povo. E quando desencadearam essa guerra civil? Depois da capitulação do Japão. E contra quem desencadearam a guerra? Contra o Exérci-

to Popular de Libertação e contra as regiões libertadas populares, que prestaram serviços extraordinários na Guerra de Resistência contra o Japão. E com que meios fizeram a guerra civil? Além da ajuda dos Estados Unidos, vocês utilizaram homens que arrancaram dos seus lares e as riquezas pilhadas ao povo das regiões sob a vossa dominação. Mal tinha terminado o grande e decisivo combate do povo chinês contra os agressores japoneses, mal tinha acabado a guerra exterior, e já vocês desencadeavam a tal guerra civil. Vocês foram derrotados e pediram negociações, mas, de repente, absolveram o principal criminoso de guerra japonês, Yasuji Okamura. E mal tínhamos acabado de protestar, exigindo que voltassem a prendê-lo e estivessem prontos a entregá-lo ao Exército Popular de Libertação, precipitadamente enviaram-no para o Japão com outros 260 criminosos de guerra japoneses. Senhores do governo reaccionário e traidor do Kuomintang, o acto que praticaram é extremamente injustificável e constitui também uma grosseira violação da vontade popular. Propositadamente, juntámos agora ao vosso título a palavra “traidor”, e vocês têm que aceitá-la. Desde há muito que o vosso governo é traidor, e foi só por uma questão de brevidade que algumas vezes omitimos a expressão; agora não podemos mais omiti-la. A juntar a todos os crimes de traição que cometeram no passado, vocês perpetraram agora um outro, e muito grave, que deve ser discutido na reunião para as negociações de paz. Quer chamem ou não a isto causar complicações, o assunto tem de ser discutido; e visto que se verificou depois de 14 de Janeiro e não foi incluído nas oito condições inicialmente formuladas, ju-

lgamos pois necessário acrescentar à primeira condição uma nova alínea, a punição dos criminosos de guerra japoneses. Assim, a primeira condição contém agora duas alíneas: a) punição dos criminosos de guerra japoneses; b) punição dos criminosos da guerra civil. Temos plena razão para acrescentar essa nova alínea; ela reflecte a vontade do povo de todo o país. O povo do país inteiro exige que os criminosos de guerra japoneses sejam punidos. Até mesmo no seio do Kuomintang, muitos pensam ser natural e justa a punição tanto de Yasuji Okamura e outros criminosos de guerra japoneses como também a de Tchiang Kai-chek e outros criminosos da guerra civil. Quer digam quer não que somos sinceros em matéria de paz, o problema destas duas categorias de criminosos de guerra deve ser discutido, e tanto uns como outros devem ser punidos. Sobre a nossa exigência de prenderem o bando de criminosos da guerra civil antes do começo das negociações e evitarem a sua fuga, vocês afirmaram que “não devem ser impostas condições prévias”. Senhores do governo reaccionário e traidor do Kuomintang, não se trata de uma condição prévia, mas sim de uma exigência que resulta naturalmente da vossa aceitação da condição referente à punição dos criminosos de guerra como uma das bases para as negociações. Exigimos que vocês os prendessem, com receio de que escapassem. Neste momento, quando ainda não concluímos os preparativos para as negociações, vocês estão pateticamente impacientes por negociar e estão inquietos porque têm demasiado lazer; por isso vos indicámos um trabalho razoável. Estes criminosos de guerra têm de ser presos; mesmo que fu-

jam para os recantos mais remotos do mundo, devem ser presos. Uma vez que vocês são infinitamente misericordiosos, uma vez que desejam “encurtar a duração da guerra”, “aliviar os sofrimentos do povo” e “antepor a salvação do povo a qualquer outra consideração”, já que são pessoas de tão bondoso coração, não devem lastimar os responsáveis pelo massacre de milhões de compatriotas nossos. A julgar pela vossa vontade em aceitar, como uma das bases para as negociações, a punição dos criminosos de guerra, parece que não lastimam muito tal gente. E, uma vez que declaram ser-vos difícil prendê-los imediatamente, muito bem, evitem ao menos que fujam; em circunstância alguma deverão deixar essa gente fugir. Pensem apenas, senhores: depois de todas as dificuldades que tiveram em enviar uma delegação para discutir connosco o problema da punição de tais criminosos de guerra, de que haveríamos de falar, se se desse revelar que eles tinham fugido? Não seria vergonhoso para os senhores da vossa delegação? Como mostrar, então, a vossa grande “sinceridade pela paz”? Como poderiam os senhores provar, então, que realmente desejam “encurtar a duração da guerra”, “aliviar os sofrimentos do povo” e “antepor a salvação do povo a qualquer outra consideração”, e que não são nada hipócritas? O porta-voz do Kuomintang também declarou outra longa série de absurdos; mas tais absurdos não podem enganar ninguém, e julgamos desnecessária a resposta. Senhores do hipotético e simbólico “governo” reaccionário e traidor do Kuomintang (note-se que a palavra governo está entre aspas) em Nanquim, Cantão, Fon-hua ou Xangai! Se julgam que a nossa atitude nesta

declaração de novo não é suficientemente séria, façam o favor de desculpar-nos, pois é a única atitude que podemos tomar para convosco.

FAZER DO EXÉRCITO UM CORPO DE TRABALHO*

(8 de Fevereiro de 1949)

Recebemos o vosso telegrama do dia 4. Fizeram bem em acelerar a instrução e consolidação do exército e em preparar-se para entrar em campanha um mês antes da data prevista¹. Esperamos que continuem nessa via, com ânimo e sem afrouxamento. Com efeito, em Março, vocês deverão ainda continuar o trabalho de instrução e consolidação, insistir especialmente no estudo da nossa linha política e pre-parar-se para tomar em mãos as grandes cidades, e administrá-las. Daqui em diante, a fórmula “primeiro o campo, depois as cidades”, seguida nestes últimos vinte anos, será convertida nesta outra: “primeiro as cidades, depois o campo”. O exército não é apenas um corpo de combate, ele é principalmente um corpo de trabalho. Todos os quadros do exército devem, pois, aprender como tomar em mãos as cidades e como

* Texto do telegrama redigido pelo camarada Mao Tsetung em nome da Comissão Militar Revolucionária do Comité Central do Partido Comunista da China, em resposta a um telegrama expedido pelos II e III Exércitos de Campanha. O telegrama foi simultaneamente enviado aos outros exércitos de campanha e aos birôs interessados do Comité Central. Considerando que o período das grandes batalhas tinha terminado depois das três grandes campanhas de Liaoci-Chen-iam, Huai-Hai e Pepim-Tientsim, o camarada Mao Tsetung indicava em tempo oportuno que o Exército

administrá-las. Nas cidades, será preciso saber como tratar os imperialistas e os reaccionários do Kuomintang e como enfrentar a burguesia; estar habilitado a dirigir os operários, a organizar os sindicatos, a mobilizar e organizar a juventude, a unir-se com os quadros das novas regiões libertadas e instruí-los, a administrar a indústria e o comércio, a dirigir escolas, jornais, agências de informação e estações de radiodifusão, a ocupar-se das relações com o estrangeiro, a regular os problemas relativos aos partidos democráticos e às organizações populares, a coordenar as relações entre a cidade e o campo, a resolver os problemas de alimentação, de carvão e de outros produtos de primeira necessidade, e a regular as questões monetárias e financeiras. Numa palavra, todos os problemas de ordem urbana, com os quais os quadros e os combatentes do exército não estavam familiarizados, passarão, a partir de agora, a ser da vossa inteira responsabilidade. Durante o avanço, vocês terão de ocupar quatro ou cinco províncias e encarregar-se não só das cidades mas também de exten

Popular de Libertação não deveria ser apenas um corpo de combate, mas também, e simultaneamente, um corpo de trabalho, e que, em determinadas situações, a sua função principal era mesmo a de corpo de trabalho. Essa directiva foi duma grande importância para resolver, na época, o problema dos quadros nas regiões recentemente libertadas e assegurar um desenvolvimento sem choques da causa da revolução popular. Acerca da natureza do Exército Popular de Libertação, simultaneamente como corpo de combate e de trabalho, ver, no presente tomo, “Relatório Apresentado na II Sessão Plenária do Comité Central Eleito pelo VII Congresso do Partido Comunista da China”, secção II.

sas regiões rurais. Como todas as regiões rurais do Sul foram libertadas recentemente, o trabalho aí será radicalmente diferente do das regiões já libertadas do Norte. No primeiro ano, a política de redução das rendas e das taxas de juro ainda não poderá ser aplicada ali, e as rendas e os juros deverão ser pagos mais ou menos como no passado. É nessas condições que vocês terão que trabalhar no campo. Assim, esse trabalho exigirá também uma nova aprendizagem. Contudo, comparado com o das cidades, o trabalho no campo é fácil de aprender. O trabalho nas cidades é mais difícil e deve constituir, neste momento, o objectivo principal dos vossos estudos. Se os nossos quadros não conseguirem aprender rapidamente a administrar as cidades, nós esbarraremos contra grandes dificuldades. Por conseguinte, vocês devem regular todos os outros problemas em Fevereiro e consagrar todo o mês de Março à aprendizagem do trabalho nas cidades e nas novas regiões libertadas. O Kuomintang só dispõe dum exército de cerca de um milhão e algumas centenas de milhares de homens, dispersos num território muito extenso. É evidente que ainda teremos muitas batalhas a travar, mas é pouco provável que a acção se desenrole numa escala tão grande como a da campanha de Huai-Hai; pode mesmo dizer-se que essa eventualidade não existe, o período das grandes batalhas já passou. O exército continua pois a ser um corpo de combate e, nesse aspecto, não deve haver a menor falta de atenção da nossa parte; estar desatento seria cometer um erro. Contudo, a partir de agora, a tarefa que se impõe é fazer do exército um corpo de trabalho. Não nos impormos agora essa tarefa e não tomarmos a

resolução de cumpri-la, seria cometer um erro enorme. Nós preparamo-nos para enviar, juntamente com o exército, 53.000 quadros para o Sul. Esse número, porém, é bastante fraco. As oito ou nove províncias e as dezenas de grandes cidades que teremos de ocupar exigirão um número enorme de quadros de trabalho e, para resolver tal problema, antes de tudo o exército deve contar consigo próprio. O exército é uma escola. Os nossos exércitos de campanha, que contam 2.100.000 homens, equivalem a vários milhares de universidades e escolas secundárias. É principalmente com o exército que devemos contar como fornecedor de quadros de trabalho. É preciso que isso esteja perfeitamente claro no vosso espírito. Como no essencial as grandes batalhas estão terminadas, convém manter os efectivos e o equipamento complementares em proporções adequadas; de modo nenhum é necessário ser muito rigoroso no que respeita à quantidade e à qualidade, ou exigir que tudo seja perfeito, sob pena de se provocar uma crise financeira. É um outro ponto que necessita exame sério da vossa parte. Como os princípios enunciados atrás são também inteiramente válidos para o IV Exército de Campanha, pedimos aos camaradas Lin Piao e Luo Juhuan que lhes prestem a mesma atenção. Nós tivemos uma longa conversação com o camarada Cam Chem e pedimos-lhe que se juntasse rapidamente a vocês, o mais tardar até ao dia 12, para que discutam. Depois disso, queiram telegrafar--nos o mais rapidamente possível, comunicando-nos as vossas opiniões e as decisões que tiverem tomado. O Birô do Comité Central para o Leste da China e o Quartel General da Região Militar do Leste

da China deslocar-se-ão imediatamente a Siudjou, a fim de co-laborarem com o Comité Geral da Frente 2 e com o Comité da Frente do III Exército de Campanha, bem como para concentrarem todos os esforços na preparação da marcha para o Sul. Transfiram todo o trabalho que diz respeito à retaguarda para o Sub-birô do Comité Central para o Xantum.

NOTAS

1 Os II e III Exércitos de Campanha tinham projectado adiantar de um mês a data da passagem do Yangtsé, primitivamente prevista para Abril de 1949. Essa data foi transferida para a última década de Abril em virtude das negociações de paz com o governo reaccionário do Kuomintang.

2 Em 16 de Novembro de 1948, para responder às necessidades da campanha de Huai-Hai, a Comissão Militar Revolucionária do Comité Central do Partido Comunista da China decidiu formar um Comité Geral da Frente, composto pelos camaradas Liu Potchem, Tchen Yi, Tem Siao-pim, Su lu e Tan Tchcn-lin, tendo o camarada Tem Siao-pim como secretário, que assumisse o comando único do Exército de Campanha das Planícies Centrais e do Exército de Campanha do Leste da China, e dirigisse os assuntos militares e as operações na frente de Huai-Hai.

POR QUE RAZÃO OS REACCIONÁRIOS,
COMPLETAMENTE DIVIDIDOS, AINDA
CLAMAM VÃAMENTE PELA “PAZ GERAL”?

(15 de Fevereiro de 1949)

O regime reaccionário do Kuomintang está a des-mostrar-se mais rapidamente do que se esperava. Passaram-se somente pouco mais de quatro meses desde que o Exército Popular de Libertação tomou Tsinan e apenas um pouco mais de três meses desde que tomou Chen-iam, e todas as forças que restavam ao Kuomintang nos domínios militar, político, económico, cultural e de propaganda estão já irremediavelmente divididas e desintegradas. O colapso geral do regime kuomintanista começou com as campanhas de Liaoci-Chen-iam e Pepim-Tientsim, na frente norte, e a de Huai-Hai, na frente sul. Em menos de quatro meses, dos começos de Outubro do ano passado até aos fins de Janeiro deste ano, essas três campanhas custaram ao Kuomintang mais de 1.540.000 baixas, incluindo 144 divisões completas do seu exército regular. O colapso geral do regime do Kuomintang é a consequência inevitável das grandes vitórias da Guerra Popular de Libertação chinesa e do movimento revolucionário do povo chinês, mas os clamores de “paz” do Kuomintang e dos seus amos norte-americanos tiveram uma influência considerável na aceleração desse colapso. No dia 1 de Janeiro deste ano, os reaccionários do Kuomintang começaram a le-

vantar uma pedra chamada “ofensiva de paz”, tencionando lançá-la contra o povo chinês; no entanto, essa pedra caiu-lhes agora sobre os próprios pés, ou, mais exactamente, a pedra despedaçou totalmente o Kuomintang. Além do general Fu Tsou-yi, que ajudou o Exército Popular de Libertação a conseguir uma solução pacífica para a questão de Pepim, por toda a parte há muita gente que anseia por uma solução pacífica. Os norte-americanos olham para tudo isto com uma fúria impotente, porque os seus meninos os desapontaram. Na realidade, esta arma mágica, a ofensiva de paz, saiu das fábricas norte-americanas e foi oferecida ao Kuomintang há mais de meio ano. Foi o próprio Leighton Stuart quem deixou escapar o segredo. Depois que Tchiang Kai-chek tornou pública a sua chamada “Mensagem de Ano Novo”, Stuart declarou a um correspondente da Agência Central de Informações que se tratava “daquilo para que ele próprio vi-nha trabalhando com consequência”. Segundo as agências noticiosas norte-americanas, o tal correspondente de imprensa perdeu a sua tij ela de arroz por ter publicado esse comentário “confidencial”. A razão por que a camarilha de Tchiang Kai-chek não se atreveu a obedecer a essa ordem norte-americana durante tanto tempo ficou claramente explicada numa directiva emitida pelo Departamento de Propaganda do Comité Executivo Central do Kuomintang, em 27 de Dezembro do ano passado:

“Se não podemos prosseguir a guerra, tão-pou-co podemos fazer a paz. Se podemos prosseguir a guerra, então falar de paz só poderia desmobilizar as tropas e o povo. Assim, possamos ou não prosseguir a guerra, nós

temos tudo a perder e nada a ganhar em falar de paz.” O Kuomintang emitiu nessa altura tal directiva, porque algumas das suas facções estavam já advogando conversações de paz. No dia 25 de Dezembro último, Bai Tchon-si e o Conselho Consultivo Provincial do Hupei, sob a sua direcção, levantaram o problema da “solução pacífica”¹ frente a Tchiang Kai-chek, o qual se viu obrigado a fazer uma declaração a 1 de Janeiro sobre a realização de conversações de paz na base das suas cinco condições. Ele esperava poder arrebatar a Bai Tchon-si a patente da invenção da ofensiva de paz e continuar o seu velho regime com um novo rótulo. A 8 de Janeiro, enviou Tcham Tchiun à cidade de Hancou para conseguir o apoio de Bai Tchon-si, e, ainda nesse mesmo dia, pediu a intervenção dos governos dos Estados Unidos, Inglaterra, França e União Soviética na guerra civil chinesa². Mas todas estas manobras falharam rotundamente. A declaração de Mao Tsetung, Presidente do Comité Central do Partido Comunista da China, feita no dia 14 de Janeiro, vibrou um golpe mortal na conspiração tchiang-kaichequista numa paz simulada e forçou-o a “retirar-se” para os bastidores uma semana mais tarde. Embora Tchiang Kai-chek, Li Tsum-jen e os norte-americanos tivessem arranjado tudo para essa conspiração e esperassem poder montar um bom espectáculo de marionetes, o resultado foi contrário às suas expectativas; não somente a assistência foi rareando, como ainda os próprios actores foram-se retirando do palco um a um. Em Fon-hua, Tchiang Kai-chek continua a dirigir o que resta das suas forças na sua “posição de reformado”; mas perdeu a sua posição legal e os que acreditam nele vão

sendo cada vez menos. Por própria iniciativa, o “Yuan Executivo” de Sun Fo proclamou a “transferência do governo para Cantão”; ele rompeu não apenas com o “presidente” e com o “presidente em exercício” do governo, como também com o “Yuan Legislativo” e o “Yuan de Controle”. O “Yuan Executivo” de Sun Fo apela para a guerra³, mas o “Ministério da Defesa Nacional”, encarregado de dirigir a guerra, não está nem em Cantão nem em Nanquim, e a única coisa que se sabe dele é que o seu porta-voz se encontra em Xangai. Assim, tudo o que resta para Li Tsum-jen contemplar das muralhas da “Cidade de Pedra” é

“. . . céu abatido sobre as terras de Vu e Tchu, Sem nada que ao encontro dos olhos acuda.””

Nenhuma das ordens expedidas por Li Tsum-jen, depois de ter assumido as suas funções em 21 de Janeiro, foi executada. Embora o Kuomintang não tenha mais qualquer “governo” “geral” e apesar de as acções de paz local estarem em curso em muitos lugares, os obstinados do Kuomintang opõem-se à paz local e reclamam uma “paz geral”. Na realidade, eles visam rejeitar a paz, na vã esperança de prosseguir a guerra; estão com um medo terrível de que essas acções de paz local se generalizem e escapem ao seu controle. A farsa da reclamação numa “paz geral” por parte dum Kuomintang inteiramente dividido e desintegrado culminou com a declaração feita em Xangai, a 9 de Fevereiro, pelo criminoso de guerra Tem Ven-yi, chefe do Birô de Trabalho Político do pseudo Ministério da Defesa Nacional. Tal como Sun Fo, Tem Ven-yi repudiou a declaração feita a 22 de Janeiro por Li Tsum-jen, na qual este aceitava como base para as nego-

ciações as oito condições de paz formuladas pelo Partido Comunista da China; exigiu, em vez disso, “uma paz em pé de igualdade, uma paz geral”, sem a qual, dizia, “não recuaremos diante de nenhum sacrifício para combater os comunistas até ao fim”. Mas Tem Ven-yi esqueceu-se de mencionar com quem nós, seus adversários, devemos agora negociar “uma paz em pé de igualdade, uma paz geral”. Parece que dirigirmo--nos a Tem Ven-yi não nos levará a lado nenhum, e que não nos dirigirmos a Tem Ven-yi ou a qualquer outro tão-pouco nos levará a lado algum. Quão complicado está tudo isto! Segundo um despacho de Xangai da Agência Central de Informações, datado de 9 de Fevereiro,

“Um jornalista perguntou a Tem Ven-yi se ‘o presidente em exercício Li tinha aprovado os quatro pontos da sua declaração’³, ao que Tem Ven-yi respondeu: ‘A minha posição é a do Ministério da Defesa Nacional, e os quatro pontos formulados hoje não foram submetidos previamente ao presidente em exercício Li.’ “

Aqui, Tem Ven-yi não só inventou uma posição parcial atribuída ao pseudo Ministério da Defesa Nacional como sendo diferente da posição geral do pseudo governo do Kuomintang, mas também inventou realmente uma posição ainda mais parcial do Birô de Trabalho Político do pseudo Ministério da Defesa Nacional como sendo diferente da posição parcial mais ampla desse mesmo pseudo Ministério. Com efeito, Tem Ven-yi opõe-se abertamente à solução pacífica de Pepim e difama-a, enquanto o pseudo Ministério da Defesa Nacional, em 27 de Janeiro, saudou-a como um acto para “encurtar a duração da guerra, garantir a paz e preservar assim as

bases da antiga capital, Pepim, o seu património cultural e os seus monumentos históricos” e declarou que “a cessação das hostilidades será efectivada” pelo mesmo processo em pontos como Tatom e Sui-ianc. Daqui se pode concluir que os reaccionários que mais energeticamente clamam por uma “paz geral” são exactamente os reaccionários que assumem uma posição menos geral. Um Birô de Trabalho Político do Ministério da Defesa Nacional permite-se contradizer o seu Ministério da Defesa Nacional e também o presidente em exercício. Esses reaccionários constituem hoje o maior obstáculo à realização da paz na China. Sonham em fazer agitação por uma guerra geral, encobrindo-se com a palavra de ordem de “paz geral”. Segundo as suas próprias palavras, “se tem de haver guerra, que seja uma guerra geral; se tem de haver paz, que seja uma paz geral”. Mas, na realidade, eles nem têm o poder para efectivar uma paz geral, nem o poder para desencadear uma guerra geral. Todo o poder está nas mãos do povo chinês, do Exército Popular de Libertação, do Partido Comunista da China e dos outros partidos democráticos, e não nas mãos desse Kuomintang completamente dividido e desintegrado. Uma das partes detém a totalidade do poder, enquanto que a outra parte se encontra irremediavelmente dividida e desintegrada, fenómeno que traduz o resultado da luta prolongada do povo chinês e da longa série de crimes do Kuomintang. Nenhuma pessoa séria pode ignorar essa realidade fundamental da situação política da China de hoje.

NOTAS

1 Aproveitando-se da situação extremamente desfavorável em que se encontrava Tchiang Kai-chek nesse momento, Bai Tchon-si, comandante em chefe do Quartel General do Kuomintang para a “exterminação dos bandidos” na China Central, propôs-lhe, a 2; de Dezembro de 1948, a “solução pacífica” da guerra civil, no intuito de obrigá-lo a abandonar o poder e reforçar a posição da camarilha do Cuansi, a que pertencia Bai Tchon-si. Sob a direcção de Bai Tchon-si, o pseudo Conselho Consultivo Provincial do Hupei enviou um telegrama a Tchiang Kai-chek, advertindo-o de que “se esta guerra desastrosa continua a generalizar-se, e nada se tenta para modificar-lhe imediatamente o curso, tanto o Estado como o povo acabarão na ruína”, e exortava-o a “seguir a via normal da solução política e procurar os meios de reen-cetar as negociações de paz”.

2 O pedido de intervenção foi rejeitado pelos governos dos Estados Unidos, Inglaterra, França e União Soviética. No seu memorando, de 12 de Janeiro, ao governo do Kuomintang, o governo norte-americano explicava que os Estados Unidos rejeitavam o pedido do governo do Kuomintang, porque “não acreditavam que pudesse ser de alguma utilidade”. Esta recusa significava que o governo norte-americano estava já consciente de que não podia mais evitar a queda do regime reaccionário de Tchiang Kai-chek, por ele anteriormente apoiado.

3 Nos dias 6 e 7 de Fevereiro de 1949, Sun Fo, presidente do pseudo Yuan Executivo do governo do Kuomintang, fez duas declarações em Cantão, opondo-se à declaração de Li Tsum-jen sobre a aceitação das oito condições de paz, avançadas pelo Partido Comunista da China, como base para as negociações. Dizia ele: “O governo passou a funcionar em Cantão, e temos de proceder a uma revisão crítica do passado”. Também afirmava que “a condição relativa à punição dos criminosos de guerra, avançada pelos comunistas, era absolutamente inaceitável”.

4 Versos dum poema de Sadul, poeta chinês do séc. XIV, época da dinastia Yuan. “Cidade de Pedra” era o antigo nome de Nanquim.

Por Vu e Tchu entende-se, em sentido lato, as zonas dos cursos médio e inferior do rio Yangtsé.

5 Na sua declaração intitulada “Perspectivas sobre a paz e a guerra”, Tem Ven-yi formulou os “quatro pontos” seguintes: 1) “O governo deseja a paz”; 2) “O Partido Comunista da China deseja a guerra”; 3) “A paz local em Pepim converteu-se num embuste”; 4) “Não recuaremos diante de nenhum sacrifício para combater os comunistas até ao fim”.

6 Depois da libertação de Tientsim e Pepim, só alguns pontos fortificados isolados ficaram em poder das forças do Kuomintang no Norte da China, entre os quais Tai-uan, Tatom, Sinsiam, An-iam e Cuei-sui. As forças inimigas foram completamente destroçadas em Tai-uan, a 24 de Abril de 1949. Em Tatom, o inimigo submeteu-se à reorganização pacífica no dia 1 de Maio, em Sinsiam rendeu-se a ; de Maio ao Exército Popular de Libertação e, em An-iam, foi esmagado em 6 de Maio. Cuei-sui foi libertado pacificamente em 19 de Setembro.

OS REACCIONÁRIOS DO KUOMINTANG PASSAM DO “APELO A PAZ” AO APELO A GUERRA

(16 de Fevereiro de 1949)

Desde que o bandido Tchiang Kai-chek lançou a sua ofensiva de paz em 1 de Janeiro, os heróis da ca-marilha reaccionária do Kuomintang não deixavam de proclamar profusamente o seu desejo de “encurtar a duração da guerra”, “aliviar os sofrimentos do povo” e “antepor a salvação do povo a qualquer outra consideração”. Mas, logo nos primeiros dias de Fevereiro, começaram bruscamente a abafar o seu estribilho de paz para entoar a velha cantilena: “combater os comunistas até ao fim”. E isto tem sucedido particularmente nestes últimos dias. A 13 de Fevereiro, o Departamento de Propaganda do Comité Executivo Central do Kuomintang emitiu uma “Directiva Especial sobre a Propaganda” destinada “a todas as organizações e a todos os jornais do partido”, estipulando o seguinte:

“Te Tchien-im tem estado a difundir propaganda nas nossas regiões de retaguarda sobre a boa fé do Partido Comunista da China na busca da paz, ao mesmo tempo que condena as medidas militares do governo como demonstradoras de má fé na busca da paz. Todos os nossos jornais devem, energicamente, refutar de modo directo e indirecto tudo isso, de acordo com os seguintes pontos.”

A “Directiva Especial sobre a Propaganda” fornece toda uma série de razões para que tal “refutação” se faça:

“O governo considera que vale mais lutar até ao fim que render-se incondicionalmente.”

“As oito condições avançadas por Mao Tsetung na sua declaração de 14 de Janeiro significam a ruína da nação, pelo que o governo não as devia ter aceiteado.”

“O Partido Comunista da China deve assumir a responsabilidade de ter rompido a paz. Contudo, apresentou agora uma lista de pretensos criminosos de guerra, que inclui todos os dirigentes do governo, e exigiu até que este comesse por prendê-los; isto demonstra claramente quão insolente e insensato é o Partido Comunista. A menos que o Partido Comunista da China mude de atitude, será realmente difícil encontrar uma via para as negociações de paz.”

Nada mais existe da patética impaciência pelas negociações de paz de há duas semanas atrás. Nenhuma referência mais a essas famosas frases como “encurtar a duração da guerra”, “aliviar os sofrimentos do povo” e “antepor a salvação do povo a qualquer outra consideração”, frases que se propagavam por todo o lado e que muito sensibilizavam. Se o Partido Comunista da China não estiver disposto a mudar de “atitude” e insistir na punição dos criminosos de guerra, as negociações de paz serão impossíveis. Então, o que se deve antepor a qualquer outra consideração: a salvação do povo ou a salvação dos criminosos de guerra? Segundo a “Directiva Especial sobre a Propaganda” emitida por esses heróis do Kuomintang, eles preferem a última. O Partido Comunista da China está ainda a consultar os partidos

democráticos e as organizações populares a propósito da lista de criminosos de guerra e já recebeu várias opiniões vindas de diversos sectores. A julgar pelas opiniões até aqui recebidas, todos desaprovam a lista avançada em 25 de Dezembro último por pessoa autorizada do Partido Comunista da China. Consideram que essa lista com apenas quarenta e três nomes de criminosos de guerra é demasiado curta; acham que o número de responsáveis pelo desencadeamento da guerra contra-revolucionária e pelo massacre de vários milhões de pessoas não se limita, seguramente, a quarenta e três, mas sim deve ultrapassar bem uma centena. Suponhamos, por agora, que o número de criminosos de guerra se fixa numa boa centena. Nesse caso, gostaríamos de perguntar aos heróis do Kuomintang: por que se opõem à punição dos criminosos de guerra? Não desejam, então, “encurtar a duração da guerra” e “aliviar os sofrimentos do povo”? Se a guerra continua por causa dessa vossa oposição, não será isso provocar perdas de tempo e prolongar a desgraça da guerra? “Provocar perdas de tempo e prolongar a desgraça da guerra” foi a exacta acusação que vocês fizeram ao Partido Comunista da China na declaração feita pelo porta-voz do governo de Nanquim, a 26 de Janeiro de 1949; será que agora querem retirá-la, inscrevê-la num quadro e trazê-la suspenso ao peito como insígnia de honra? Vocês são homens de extrema compaixão e que professam “antepor a salvação do povo a qualquer outra consideração”. Então, por que mudam brusca-mente de atitude e antepõem a salvação dos criminosos de guerra a qualquer outra consideração? Segundo as estatísticas do vosso Ministério do Interior, a po-pulação

da China não é de 450 milhões de habitantes, mas sim de 475 milhões; comparem este número com os cento e tal criminosos de guerra: qual das duas cifras é a maior? Vocês, heróis, estudaram aritmética; por favor, façam um cálculo cuidadoso, de acordo com o vosso livro de aritmética, e extraíam depois as conclusões. Se, sem fazerem cuidadosamente esse cálculo, trocam precipitadamente a vossa fórmula primitiva de “antepor a salvação do povo a qualquer outra consideração” — excelente fórmula que nós aceitamos, assim como o povo de todo o país — pela fórmula de “antepor a salvação dos cento e tal criminosos de guerra a qualquer outra consideração”, nesse caso, tomem cuidado, pois ficarão certamente incapazes de aguentar-se. Depois de terem “apelado para a paz” durante várias semanas, esses indivíduos, que não se cansaram de repetir a expressão “antepor a salvação do povo a qualquer outra consideração”, já não fazem mais “apelos à paz” e apelam sim para a guerra. Eis a desgraça dos obstinados do Kuomintang: combatem obstinadamente o povo e espezinham-no desenfreadamente, com o que se isolaram no pináculo dum pagode; além disso, eles não se arrependem, nem mesmo na hora da morte. Grandes massas do povo do vale do Yangtsé e do Sul da China — operários, camponeses, intelectuais, pequena burguesia urbana, burguesia nacional, nobres esclarecidos e membros conscientes do Kuomintang — atentem bem: estão contados os dias dos obstinados kuomintanistas que vos espezinham desenfreadamente. Vocês e nós estamos do mesmo lado. Esse punhado de obstinados em breve cairá do seu pináculo e surgirá uma China popular.

SOBRE AS DIFERENTES RESPOSTAS DO KUOM- INTANG A QUESTÃO DA RESPONSABILIDADE PELA GUERRA

(18 de Fevereiro de 1949)

“Após o fim da Guerra de Resistência, o Governo, adoptando uma política de paz e de reconstrução nacional, esforçou-se por resolver pacificamente o problema do Partido Comunista da China. Mas, ao longo de ano e meio, o Partido Comunista da China rompeu todos os acordos, pelo que deve assumir a responsabilidade de ter rompido a paz. Contudo, apresentou agora uma lista de pretensos criminosos de guerra, que inclui todos os dirigentes do governo, e exigiu até que este começasse por prendê-los; isto demonstra claramente quão insolente e insensato é o Partido Comunista. A menos que o Partido Comunista da China mude de atitude, será realmente difícil encontrar uma via para as negociações de paz.”

Eis aqui toda a argumentação sobre o problema da responsabilidade pela guerra, avançada pelo Departamento de Propaganda do Comité Executivo Central do Kuomintang, na sua “Directiva Especial sobre a Propaganda” de 13 de Fevereiro de 1949.

O autor de tal argumentação é, nem mais nem menos, o criminoso de guerra Nº 1, Tchiang Kai--chek. Na sua declaração de Ano Novo, ele afirmava:

“Como devoto adepto dos Três Princípios do Povo e

herdeiro dos ensinamentos do Pai da República, eu estava relutante em fazer suceder à guerra contra o Japão campanhas de extermínio dos bandidos e agravar, assim, os sofrimentos do povo. Consequentemente, logo que findou a Guerra de Resistência, o nosso Governo proclamou a sua política de paz e de reconstrução nacional e procurou resolver o problema do Partido Comunista, por meio de consultas políticas e da mediação militar. Mas, contrariamente ao que esperávamos, durante um período de ano e meio o Partido Comunista obstruiu insolentemente todos os acordos e propostas e tornou impossível a respectiva execução pelos meios originalmente previstos. Por fim, lançou-se até numa rebelião armada geral, ameaçando a própria existência do Estado. O Governo viu-se, pois, obrigado à dolorosa necessidade de decretar a mobilização para abater a rebelião.” No dia 25 de Dezembro de 1948, sete dias antes que Tchiang Kai-chek fizesse essa declaração, uma pessoa autorizada do Partido Comunista da China deu a conhecer uma lista de 43 criminosos de guerra, à frente dos quais brilhava, nem mais nem menos, o nome de Tchiang Kai-chek. Os criminosos de guerra, que tanto pretendem implorar a paz como fugir às suas responsabilidades, não ficaram com outra alternativa senão a de descarregar toda a responsabilidade sobre o Partido Comunista da China. Mas as duas coisas são incompatíveis. Uma vez que o Partido Comunista é responsável pelo desencadeamento da guerra, há que punir o Partido. Se os comunistas são “bandidos”, há que “liquidar os bandidos”. Se “se lançaram numa rebelião armada geral”, há que “abater” a rebelião. Se as medidas de “liquidação dos

bandidos” e “abater a rebelião” são cem por cento justas, por que razão pois rejeitá-las? Por que razão a expressão “bandidos comunistas” foi substituída, a partir de 1 de Janeiro de 1949, por “Partido Comunista”, em todos os documentos públicos do Kuomintang?

Sun Fo, sentindo que havia algo de errado, avançou uma argumentação diferente sobre a responsabilidade pela guerra, num discurso radiodifundido na noite do mesmo dia em que Tchiang Kai-chek fez a sua declaração de Ano Novo. Sun Fo dizia:

“Recordamos que, no período imediatamente após a vitória na Guerra de Resistência há três anos, como o povo necessitava de restabelecer as suas forças e o país de proceder activamente à sua reconstrução, e como havia ainda uma compreensão comum dessas necessidades entre os vários partidos, nós reunimos os representantes de diversos meios e personalidades públicas para uma Conferência Consultiva Política. Após três semanas de esforços, e devido especialmente à generosa mediação do Sr. Marshall, enviado especial do Presidente Truman, estabelecemos de comum acor do um programa de paz e de reconstrução nacional, bem como medidas específicas para solucionar vários diferendos. Se tivéssemos executado todas essas medidas em boa hora, pode imaginar--se quão próspera seria hoje a China, e quão feliz estaria o seu povo! Infelizmente, na altura, nenhuma das partes interessadas renunciou totalmente aos seus interesses egoístas, nem tão-pouco o povo, em todo o país, despendeu os maiores esforços para acelerar o sucesso do movimento em favor da paz, razão por que se produziu novamente a desgraça da guerra, mergulhando o

povo na miséria e no sofrimento.”

Sun Fo é um pouco mais “justo” que Tchiang Kai--chek. Como se vê, diferentemente de Tchiang Kai--chek, ele não faz recair a responsabilidade pela guerra inteiramente sobre o Partido Comunista, mas reparte-a igualmente pelas “várias partes interessadas”, segundo o método da “igualdade de direito à propriedade da terra”. Os implicados são o Kuo-mintang, o Partido Comunista, a Liga Democrática e também as personalidades públicas. E isso não é tudo: “o povo em todo o país” está também implicado; nenhum dos nossos 475 milhões de concidadãos pode fugir à responsabilidade. Enquanto Tchiang Kai-chek vergasta apenas o Partido Comunista, Sun Fo vergasta todos os partidos, todos os sem partido, todos os nossos compatriotas; mesmo Tchiang Kai-chek e talvez até o próprio Sun Fo receberão a sua vergastada. Portanto, eis aqui dois kuomintanistas em pugna aberta entre si: Sun Fo e Tchiang Kai-chek.

Um terceiro kuomintanista adiantou-se e disse: Não, a meu ver, a responsabilidade deve recair inteiramente sobre o Kuomintang. O seu nome é Li Tsum-jen. A 22 de Janeiro de 1949, Li Tsum-jen publicou uma declaração na sua qualidade de “presidente da República em exercício”. Sobre a responsabilidade pela guerra, afirmou:

“A guerra civil de três anos, que se seguiu à Guerra de Resistência de oito anos, não só destruiu completamente as últimas esperanças de recuperação que alimentava o país depois da vitória na Guerra de Resistência, como também semeou a ruína por toda a parte ao Norte e ao Sul do rio Amarelo, devastando inúmeras granjas e habitações, matando e ferindo milhares e milhares de gente

inocente, dispersando famílias sem conta por todo o país e arrancando lágrimas, por toda a parte, aos que sofrem de fome e de frio. Holocausto tão terrível não tem paralelo na história das guerras civis do nosso país.”

Aqui, Li Tsum-jen faz uma declaração sem citar qualquer nome; nem responsabiliza o Kuomintang, nem o Partido Comunista, nem qualquer outro partido ou grupo. Contudo, apresentou um facto: esse “terrível holocausto” não se verificou em qualquer outro lugar senão “a Norte e a Sul do rio Amarelo”. Vejamos, pois, quem provocou esse “terrível holocausto” nas regiões que vão do Sul do rio Amarelo ao Yangtsé, e ao Norte, até ao rio Sungari. Poderá ter sido causado pelo povo e pelo exército popular lutando entre si? Como Li Tsum-jen foi em tempos chefe do Quartel General de Tchiang Kai-chek em Pepim, e como as tropas da sua camarilha do Cuanansi combateram, em dado momento, ao lado das tropas de Tchiang Kai-chek até mesmo na região montanhosa de Yi-Mum, província de Xantum¹, ele deve dispor de informações fidedignas sobre onde e como se produziu esse “holocausto”. Se nada mais há de bom quanto a Li Tsum-jen, é bom, pelo menos, que tenha feito uma afirmação honesta. E, além disso, em vez de falar em “abater a rebelião” ou em “liquidar os bandidos”, ele chama a esta guerra “guerra civil”, o que, da parte do Kuomintang, pode considerar-se como algo bastante original. Segundo a sua própria lógica, Li Tsum-jen afirmava na mesma declaração que “o governo está disposto a encetar imediatamente negociações na base das oito condições propostas pelo Partido Comunista da China”. Li Tsum-jen sabe que a primeira das oito condições é a punição

dos criminosos de guerra e que o seu respeitável nome figura entre estes. Que os criminosos de guerra devam ser punidos é uma conclusão lógica do “holocausto”. Por isso é que os obstinados do Kuomintang ainda agora andam resmungando queixas contra Li Tsum-jen, dizendo que “as oito condições avançadas por Mao Tsetung na declaração de 14 de Janeiro significam a ruína da nação, pelo que o governo não as devia ter aceiteado”.

Há razões para que os obstinados se limitem apenas a resmungar queixas e não ousem expressar-se abertamente. Antes da “retirada” de Tchiang Kai--chek, os obstinados haviam pensado em rejeitar as nossas oito condições, mas Tchiang Kai-chek decidiu, meditando uma segunda vez, não agir dessa maneira, provavelmente porque considerou que rejeitá-las seria ficar sem nenhuma outra saída; tal era o estado de coisas no dia 19 de Janeiro. Na manhã desse mesmo dia, Tcham Tchiun-mai, regressado a Xangai vindo de Nanquim, afirmou que “o governo poderia publicar em breve outra declaração em resposta às oito condições avançadas pelo Partido Comunista da China”, sobre o que a Agência Central de Informações expediu na mesma tarde uma mensagem de serviço, dizendo:

“Junte-se a seguinte nota ao despacho que acaba de chegar de Xangai sobre a declaração de Tcham Tchiun-mai. No que respeita à sua afirmação, segundo a qual o Governo publicará em breve outra declaração, um correspondente da Agência Central de Informações acaba de inteirar-se junto dos meios interessados de que o Governo não tem semelhante intenção.”

Na declaração de 21 de Janeiro, onde fala da sua “re-

tirada”, Tchiang Kai-chek não disse uma só palavra de crítica às oito condições e, inclusivamente, revogou as suas cinco condições, convertendo-as numa “obtenção da paz, baseada no princípio da manutenção da integridade territorial e da soberania, na não destruição do património cultural e da ordem social, e na garantia da subsistência e do direito à liberdade do povo”. Já não se atreveu a levantar problemas, como os da Constituição, da ordem legalmente instituída e do exército. Por isso é que, em 22 de Janeiro, Li Tsum-jen ousou aceitar as oito condições do Partido Comunista da China como base para as negociações e os obstinados do Kuomintang não tiveram coragem para rejeitá-las abertamente, limitando-se apenas a resmungar que “o governo não as devia ter aceiteado”.

Manteve consequentemente Sun Fo a sua política de “igualdade de direito à propriedade da terra”? Não. Depois de ter “transferido o governo para Cantão” em 5 de Fevereiro de 1949, fez um discurso a 7 do mesmo mês, no qual afirmava a propósito da responsabilidade pela guerra:

“Nos últimos seis meses, a extensão do desastre da guerra provocou grandes mudanças na situação e impôs ao povo sofrimentos indizíveis. Tudo isto tem a sua origem em erros, fracassos e insensatez, verificados no passado; a grave situação actual é uma consequência disso. Estamos todos convencidos que a China tem necessidade dos Três Princípios do Povo. Enquanto não forem postos em prática os Três Princípios do Povo, os problemas da China jamais poderão ser resolvidos. Recordemos que há vinte anos o chefe do nosso partido confiou-nos pes-

soalmente os Três Princípios do Povo como herança, na esperança de que seriam postos em prática gradualmente. Se tivessem sido aplicados, a situação nunca teria chegado a ser tão irreparável como o é hoje.”

Note-se que, aqui, o presidente do Yuan Executivo do governo kuomintanista não reparte a responsabilidade pela guerra dum modo igual entre os diversos partidos e entre todos os nossos compatriotas, mas fá-la recair inteiramente sobre o próprio Kuomintang. Faz a gente sentir-se extremamente bem ver Sun Fo descarregar o cajado apenas nas nádegas do Kuomintang. E que pensa ele sobre o Partido Comunista? O presidente Sun afirmava:

“Podemos constatar que o Partido Comunista foi capaz de seduzir e alucinar o povo apenas com um apelo sobre a igualdade do direito à propriedade da terra, que é parte dum dos Três Princípios do Povo, o Princípio do Bem-Estar do Povo. Deveríamos sentir uma imensa vergonha, redobrar a nossa vigilância e examinar de novo os nossos erros passados.”

Obrigado, caro presidente! Embora o Partido Comunista continue a ser acusado do crime de “sedução e alucinação do povo”, pelo menos está inocente dos outros crimes monstruosos e escapa, portanto, à cajadada e pode partir com a cabeça e as nádegas intactas.

E não é apenas por esse motivo que o presidente Sun é de louvar. Nesse mesmo discurso, ele dizia:

“A extensão actual da influência comunista explica-se pelo facto de não terem sido postos em prática os princípios que professamos. O maior erro cometido pelo nosso partido no passado consistiu em que certos membros

veneraram demasiadamente a força e disputaram-se o poder, oferecendo assim ao inimigo a oportunidade para semear a discórdia nas nossas fileiras. O fim da Guerra de Resistência de oito anos deveria ter sido a ocasião, única em mil anos, de realizar a unificação pacífica do país; inicialmente, o governo tinha um plano para resolver por meios políticos as disputas internas do país, mas, infelizmente, o plano não foi executado. Depois de anos de guerra e de caos, o povo tinha necessidade urgente de restabelecer as suas forças. O reatamento do conflito armado tornou a vida impossível para o povo, e grande foi o seu sofrimento; isso baixou também o moral das tropas e originou repetidas derrotas militares. Por respeito pelos sentimentos do povo e porque se dava conta de que os meios militares tinham falhado na solução do problema, o Presidente Tchiang Kai-chek fez no Dia do Ano Novo uma mensagem apelando para a paz.”

Bom! Aqui, sem que o tivessem prendido nem vergastado, o criminoso de guerra Sun Fo faz, voluntariamente, uma confissão franca e verídica. Quem foi que venerou a força, desencadeou a guerra e só pediu a paz quando os meios militares falharam na solução do problema? Ninguém a não ser o Kuomintang, ninguém a não ser o próprio Tchiang Kai--chek. O presidente Sun é muito preciso nos termos que escolhe quando diz que “certos membros” do seu partido tinham venerado demasiadamente a força. Isso conforma-se com a exigência do Partido Comunista da China de que apenas certo número de membros do Kuomintang seja punido e estigmatizado como criminosos de guerra, e nada mais que esse

número, e muito menos a totalidade dos efectivos kuomintanistas.

Portanto, a propósito do número, não há divergências entre Sun Fo e nós. A divergência só existe em relação à conclusão a tirar. Nós sustentamos que “certos membros” do Kuomintang, pelo facto de terem “venerado demasiadamente a força” e provocado o “reatamento do conflito armado” que “tornou a vida impossível para o povo”, devem ser punidos como criminosos de guerra. Mas Sun Fo não está de acordo. Dizia ele:

“Ao protelar a designação de delegados seus e ao provocar sistematicamente perdas de tempo, o Partido Comunista tem mostrado que também venera a força, que acredita estar já capaz de er-guer-se e conquistar o país inteiro pela força, razão por que se recusa, como primeiro passo, a cessar as hostilidades. As suas intenções são muito claras. Por consequência, eu proponho com toda a seriedade que, com vista a obter-se uma paz duradoira, sejam realizadas negociações entre ambas as partes num plano de igualdade, e que as condições sejam justas, razoáveis e aceitáveis para o povo de todo o país.”

Por aqui se pode ver que o presidente Sun não é tão amável como isso. Ele pensa certamente que a punição dos criminosos de guerra não é uma condição justa e razoável. Sobre o problema dos criminosos de guerra, as suas palavras traduzem uma atitude semelhante à das “Directivas Especiais sobre a Propaganda”, publicadas pelo Departamento de Propaganda do Kuomintang, em 13 de Fevereiro; igualmente, ele limita-se apenas a resmungar, não ousando opor-se abertamente. Difere nitidamente de Li Tsum-jen que ousa aceitar a punição

dos criminosos de guerra como uma das condições básicas para as negociações.

Mas há ainda algo de amável no presidente Sun, já que ele afirma que, embora “também venere a força”, como prova o facto de “protelar a designação de delegados seus” e “recusar, como primeiro passo, a cessação das hostilidades”, o Partido Comunista não é idêntico ao Kuomintang, pois este, venerando a força, desencadeou desde 1946 uma guerra de extrema crueldade. Pois bem: o Partido Comunista “protelou a designação de delegados seus” porque estabelecer uma lista de criminosos de guerra é um assunto importante; essa lista deve ser “aceitável para todo o povo” e uma lista demasiado longa ou demasiado curta não corresponderia à realidade e seria inaceitável “para todo o povo” (em cujas fileiras não se incluem os criminosos de guerra e seus cúmplices). Isto exige consultas com os partidos democráticos e organizações populares, o que causou, portanto, “perdas de tempo” e nos impediu de designar rapidamente os nossos delegados, provocando o descontentamento de Sun Fo e dos seus adeptos. Mas disso não se pode saltar para a conclusão de que o Partido Comunista “também venera a força”. Com toda a probabilidade, brevemente será publicada a lista dos criminosos de guerra, designar-se-ão os nossos delegados e começarão as negociações; então, o presidente Sun não poderá mais dizer que “veneramos a força”.

Quanto à “recusa, como primeiro passo, de cessar as hostilidades”, trata-se duma atitude correcta, adoptada em obediência à mensagem de Ano Novo do presidente Tchiang. Nessa mensagem, o presidente Tchiang dizia:

“Logo que o Partido Comunista sinta o desejo sincero de paz e possa dar provas concretas disso, o governo responderá com toda a sinceridade e estará disposto a discutir as medidas concretas para pôr fim às hostilidades e restabelecer a paz.”

Ora, a 19 de Janeiro, o Yuan Executivo de Sun Fo adoptou uma resolução em que, contrariamente à mensagem de Tchiang Kai-chek, expressava o seu desejo de “proceder primeiro à cessação imediata e incondicional das hostilidades e, em seguida, ver ambas as partes designar delegados para entabularem negociações de paz”. A 21 de Janeiro, um porta-voz do Partido Comunista da China criticou severamente esta resolução absurda². Facto bastante estranho, o presidente do Yuan Executivo fez ouvidos surdos à crítica e, a 7 de Fevereiro, voltou insensatamente a dizer que “a recusa, como primeiro passo, de cessar as hostilidades” por parte do Partido Comunista constituía uma prova de que este “também venera a força”. Mesmo um criminoso de guerra como Tchiang Kai-chek sabe que sem negociações é impossível pôr fim às hostilidades e restabelecer a paz; neste ponto, Sun Fo está muito mais atrasado que Tchiang Kai-chek.

Como é do conhecimento geral, Sun Fo figura entre os criminosos de guerra, porque sempre apoiou Tchiang Kai-chek no desencadeamento e na prossecução da guerra. A 22 de Junho de 1947, ele ainda afirmava que “acabará por se encontrar uma solução desde que no plano militar nós combatamos até ao fim” e que “actualmente, as negociações de paz estão fora de questão, o Governo deve esmagar o Partido

Comunista, senão será derrubado por este”³. Sun Fo é exactamente um desses “certos membros” do Kuomintang que adoravam a força. Mas, agora, dos bastidores faz acusações irresponsáveis e maliciosas, como se ele mesmo nunca tivesse adorado a força e não tivesse nenhuma responsabilidade pela não aplicação dos Três Princípios do Povo. Isto é desonesto. Seja de acordo com as leis do Estado, seja de acordo com a disciplina do Kuomintang, Sun Fo não pode escapar às vergastadas que merece.

NOTAS

1 Trata-se da região dos montes Yi e Mum, na província de Xantum. Foi o 46o Corpo de Exército da camarilha do Cuansi que atacou essa região, juntamente com as tropas de Tchiang Kai-chek. Esse corpo de exército havia sido transportado por mar, da ilha de Hainan, e desembarcou em Tsin-tao em Outubro de 1946. Foi completamente aniquilado em Fevereiro de 1947 na região de Laivu, província de Xantum.

2 Ver, no presente tomo, “Comentário do Porta-Voz do Partido Comunista da China sobre a Resolução do Yuan Executivo de Nanquim”.

3 Referências às observações feitas a 22 de junho de 1947 por Sun Fo, na altura vice-presidente do governo do Kuomintang, ao receber em Nanquim os correspondentes da Associated Press, do jornal kuomintanista Diário Central e do jornal Sinminpao.

RELATÓRIO APRESENTADO NA II SESSÃO
PLENÁRIA DO COMITÉ CENTRAL ELEITO PELO
VII CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA DA
CHINA

(5 de Março de 1949)

I

Em consequência das três campanhas de Liaoci--Cheniam, Huai-Hai e Pepim-Tientsim, as forças principais do exército do Kuomintang já estão destruídas. Somente foi poupado pouco mais de um milhão das tropas de combate do Kuomintang, dispersas por vastas regiões desde Siquiam a Taiwan e em frentes muito distanciadas entre si. Daqui em diante, só teremos três soluções para resolver o problema destas tropas: a de Tientsim, a de Pepim e a de Sui-ian¹. Eliminar o inimigo pelo combate, como fizemos em Tientsim, deve continuar a ser o objectivo principal da nossa atenção e dos nossos preparativos. De maneira nenhuma os comandantes e os combatentes do Exército Popular de Libertação da China devem relaxar a sua vontade de combate. Todo o pensamento que conduza ao relaxamento da vontade de combate ou à subestimação do inimigo é errado. Aumentou a possibilidade de resolver o problema segundo o método empregue em Pepim, isto é, coagir as forças inimigas a reorganizarem-se rápida e completamente, pela via pacífica, em unidades do Exército Popular de Libertação, segundo o modelo deste. Esta solução não é tão eficaz como a luta armada para eliminar rapida-

mente os vestígios da contra-revolução e a sua influência política. Mas ela surgirá, certamente, logo após a destruição das forças principais do inimigo e é inevitável; aliás, é vantajosa para o nosso exército e para o povo, pois poupam-se vidas e evitam-se destruições. É por esta razão que os camaradas dirigentes dos diferentes exércitos de campanha devem prestar atenção a esta forma de luta e aprender a servir-se dela. É uma das formas de luta, uma forma de luta sem efusão de sangue; isto não quer dizer que os problemas possam ser solucionados sem luta. O método de Sui-ian consiste em conservar propositadamente intacta, ou quase intacta, uma parte das tropas do Kuomintang, isto é, em fazer-lhes concessões temporárias, para conseguir com facilidade que elas se ponham politicamente do nosso lado ou se conservem neutras. Então poderemos concentrar as nossas forças para, primeiro, liquidar a parte principal do que resta das forças do Kuomintang e, em seguida, após algum tempo (por exemplo, alguns meses, um semestre ou um ano), proceder à reorganização destas forças em unidades do Exército Popular de Libertação, segundo o modelo deste. Isto é uma outra forma de luta. Esta forma de luta deixará subsistir, em maior escala e por mais tempo do que no processo de Pepim, os vestígios e a influência política da contra-revolução. Mas não há dúvida alguma de que estes vestígios e esta influência acabarão por ser eliminados. Uma vez que as forças contra-revolucionárias nos estejam submetidas, nunca devemos acreditar que elas se tornem revolucionárias e que as suas ideias e desígnios contra-revolucionários desapareçam. Certamente que não. Entre os contra-rev-

olucionários, muitos serão reeducados, outros excluídos e alguns elementos refractários serão suprimidos.

Pepim ou o de Sui-ian for aplicado nas diferentes regiões do Sul. Esta função como corpo de trabalho aumentará à medida que os combates forem diminuindo. É possível que daqui a algum tempo todo o Exército Popular de Libertação se converta num corpo de trabalho; é necessário prever esta situação. Os 5 3.000 quadros, actualmente prontos a partir com as tropas para o Sul, estão longe de serem suficientes para as vastas regiões novas que teremos brevemente nas mãos, e nós devemos preparar-nos para fazer de todos os nossos exércitos de campanha, com uma força de 2.100.000 homens, um corpo de trabalho. Desta maneira, os quadros serão em número suficiente e o trabalho poderá desenvolver-se em regiões extensas. Nós devemos considerar os nossos exércitos de campanha, com os seus 2.100.000 homens, como uma vasta escola de quadros.

II

O Exército Popular de Libertação será sempre uma força combatente. Mesmo depois da vitória à escala nacional, durante o período histórico em que as classes ainda não tenham sido abolidas no nosso país e o sistema imperialista continue ainda a existir no mundo, o nosso exército será sempre uma força combatente. A esse respeito não deve haver qualquer equívoco nem hesitação. O Exército Popular de Libertação é também um corpo de trabalho; e será so-bretudo um corpo de trabalho logo que o método de

III

De 1927 até hoje, o centro de gravidade das nossas actividades estava situado no campo: concentrávamos forças no campo, cercávamos as cidades a partir do campo e depois tomávamos as cidades. O período em que este método de trabalho era aplicável já acabou. Daqui em diante começa o período em que se vai “da cidade para o campo”, o período em que a cidade dirige o campo. O centro de gravidade do trabalho do Partido passou do campo para a cidade. Nas regiões do Sul, o Exército Popular de Libertação tomará primeiro as cidades e depois o campo. É preciso ocuparmo-nos ao mesmo tempo da cidade e do campo, ligar intimamente o trabalho na cidade e no campo, os operários e os camponeses, a indústria e a agricultura. Em caso algum se deve pôr de parte o campo para só nos ocuparmos das cidades; este ponto de vista é totalmente errado. Contudo, o peso do trabalho do Partido e do Exército deve ser exercido nas cidades; nós devemos fazer os nossos maiores esforços para aprender a administrar as cidades e a construí-las. Nós devemos aprender a lutar nas cidades contra os imperialistas, o Kuomintang e a burguesia nos domínios político, económico e cultural, e contra os imperialistas no campo diplomático. Devemos aprender a travar contra eles não só lutas abertas, mas também lutas camufladas. Se não prestarmos atenção a estes problemas, se não aprendermos a travar tais lutas contra estas pessoas e se não conseguirmos alcançar a vitória nestas lutas, seremos incapazes de conservar o poder, não

nos poderemos aguentar, seremos derrotados. Depois da eliminação dos inimigos armados, ficarão ainda os inimigos sem armas, os quais travarão inevitavelmente uma luta de morte contra nós, razão por que jamais devemos subestimá-los. Se actualmente não formularmos nem compreendermos assim o problema, cometeremos erros gravíssimos.

IV

Em quem nos devemos apoiar para travarmos as lutas nas cidades? Alguns camaradas com ideias confusas pensam que nos devemos apoiar não na classe operária, mas nas massas dos indigentes. Outros camaradas, com ideias ainda mais confusas, pensam que nos devemos apoiar na burguesia. Quanto à orientação a dar ao desenvolvimento da indústria, certos camaradas com ideias confusas pensam que nós devemos ajudar, antes de tudo, o desenvolvimento das empresas privadas e não o das empresas do Estado, enquanto que outros afirmam, ao contrário, que basta prestar atenção às empresas do Estado e que as empresas privadas são pouco importantes. Devemos criticar estas ideias confusas. Devemos apoiar-nos sem reservas na classe operária, unir-nos às outras massas trabalhadoras, chamar a nós os intelectuais e proceder de maneira que o maior número possível de elementos da burguesia nacional e dos seus representantes, susceptíveis de cooperar conosco, ingressem nas nossas fileiras ou fiquem neutros, para que possamos travar uma luta resoluta contra os imperialistas, o Kuomintang, a burguesia burocrática e

vencer estes inimigos progressivamente. E, ao mesmo tempo, começaremos a nossa obra de edificação, aprenderemos pouco a pouco a administrar as cidades, reedificaremos e desenvolveremos a sua produção. No que respeita à reedificação e desenvolvimento da produção, é preciso especificar o seguinte: em primeiro lugar está a produção da indústria estatal, em segundo lugar a da indústria privada e em terceiro lugar a da indústria artesanal. No próprio dia em que tomarmos uma cidade, devemos voltar a nossa atenção para a reedificação e desenvolvimento da sua produção. Devemos ter o cuidado de não agir ao acaso, a torto e a direito, esquecendo a tarefa principal de tal modo que, alguns meses depois da tomada da cidade, a produção e a construção não estejam ainda orientadas no bom caminho, chegando mesmo a acontecer que muitas indústrias fiquem paralisadas, o que provoca o desemprego dos operários, o abaixamento do seu nível de vida e o seu descontentamento em relação ao Partido Comunista. Um tal estado de coisas é absolutamente inadmissível. Por consequência, os nossos camaradas devem fazer todos os esforços para aprender as técnicas de produção e os métodos de gestão das empresas de produção, e devem aprender todas as actividades ligadas directamente à produção, tais como o comércio, os bancos e outras. Só com a reedificação e desenvolvimento da produção nas cidades, com a transformação de cidades de consumo em cidades de produção é que poderá consolidar-se o poder popular. As outras tarefas a realizar nas cidades — por exemplo, o trabalho de organização do Partido, o trabalho nos órgãos do poder, nos sindicatos e noutras organizações

populares, o trabalho nos domínios da cultura e da educação, o trabalho de liquidação da contra-revolução, o trabalho nas agências de informação, nos jornais e na radiodifusão, todas estas tarefas devem ser realizadas à volta da tarefa central da produção e da construção e servi-la. Se não conhecermos nada da produção e não conseguirmos adquirir rapidamente os conhecimentos necessários, se não pudermos restabelecer e desenvolver a produção no mais curto espaço de tempo e conseguir sucessos reais de modo a melhorar a vida dos operários em primeiro lugar, e a do povo em geral, não nos conseguiremos manter no poder, não nos aguentaremos e fracassaremos.

V

No Sul, as condições não são as mesmas que no Norte; portanto, é necessário que as tarefas do Partido sejam diferentes. O Sul está ainda sob a dominação do Kuomintang. Aí, nas cidades e no campo, o Partido e o Exército Popular de Libertação têm como tarefa destruir as forças armadas reaccionárias do Kuomintang, estabelecer as organizações do Partido, instalar os órgãos do poder político, mobilizar as massas populares, criar sindicatos, associações camponesas e outras organizações populares, organizar forças armadas populares, varrer os últimos vestígios do Kuomintang, assim como restabelecer e desenvolver a produção. No campo, a nossa tarefa consiste, antes de tudo, em travar uma luta sistemática contra os bandidos, combater os déspotas locais, isto é, a fracção da classe dos senhores de terras no poder, e em

acabar os preparativos para a redução das rendas e das taxas de juro, a fim de conseguir esta redução dentro de 1 a 2 anos após a chegada do Exército Popular de Libertação a estas regiões e criar assim as condições prévias para a divisão das terras. Ao mesmo tempo, é preciso ter o cuidado de manter, tanto quanto possível, o nível actual da produção agrícola, impedi-lo de baixar. No Norte, à excepção de algumas regiões recentemente libertadas, as condições são completamente diferentes. Aqui, a dominação do Kuomintang foi derrubada, a dominação popular foi instaurada e o problema agrário foi resolvido radicalmente. Aqui, a tarefa principal do Partido é a de mobilizar todas as forças para o restabelecimento e desenvolvimento da produção, ponto central de todo o nosso trabalho. Também é necessário restabelecer e desenvolver as actividades nos domínios da cultura e da educação, eliminar o que resta das forças reaccionárias, consolidar todo o Norte e apoiar o Exército Popular de Libertação.

VI

Já efectuámos um vasto trabalho de edificação económica; a política económica do Partido já se traduziu na prática e teve sucessos notáveis. No entanto, no que respeita à questão de saber porque se deve adoptar esta política económica e não aquela, sobre esta questão de teoria e de princípio, existem no Partido muitas ideias confusas. Como se deve responder a esta questão? Na nossa opinião, a resposta deve ser esta: antes da Guerra de Resistência contra o Japão, a proporção da indústria

e da agricultura da China em relação à economia nacional era de cerca de 10% para a indústria moderna e de cerca de 90% para a agricultura e artesanato. Isto era o resultado da opressão exercida pelo imperialismo e feudalismo sobre a China; isto era a expressão, no plano económico, do carácter semicolonial e semifeudal da sociedade na velha China; e é, de igual modo, o ponto de partida fundamental para todas as questões no período da revolução chinesa e durante um tempo relativamente longo depois do triunfo desta. Tudo isto provoca uma série de problemas que se relacionam com a estratégia, a tática e a política do nosso Partido. Presentemente, buscar uma explicação mais clara destes problemas e a respectiva solução é uma tarefa importante para o nosso Partido. Estes podem enunciar-se da seguinte maneira:

1. A China já dispõe de uma indústria moderna que representa cerca de 10% da sua economia; isto é progressivo, isto é diferente dos tempos passados. Daí advém para a China o aparecimento de novas classes e novos partidos políticos: o proletariado e a burguesia, o partido proletário e os partidos burgueses. Tendo estado sujeitos à opressão de múltiplos inimigos, o proletariado e o seu partido temperaram--se e estão qualificados para dirigir a revolução do povo chinês. Aquele que negligencie ou minimize este facto cometerá erros de oportunismo de direita.

2. A China tem ainda uma economia agrícola e uma economia artesanal dispersas e individuais que representam cerca de 90% da sua economia; eis um factor de atraso e que não é muito diferente do passado — cerca de 90% da nossa vida económica ainda está ao nível dos tempos an-

tigos. A antiga China conheceu a propriedade feudal da terra; agora, esta propriedade foi abolida por nós ou está em vias de o ser dentro de pouco tempo. Neste aspecto, nós somos diferentes dos antigos, ou sê-lo-emos brevemente, e temos ou teremos em breve a possibilidade de modernizar gradualmente a nossa agricultura e o nosso artesanato. Contudo, na sua forma fundamental, a nossa agricultura e o nosso artesanato estão ainda hoje, e estarão durante um período relativamente longo, dispersos e individualizados, isto é, numa situação semelhante à dos tempos antigos. Quem negligenciar ou minimizar este facto cometerá erros de oportunismo de “esquerda”.

3. A indústria moderna chinesa está extremamente concentrada, apesar de o seu valor só representar cerca de 10% do valor global da produção da economia nacional; a maior e a mais importante parte do seu capital está concentrada nas mãos dos imperialistas e do seu laçao, a burguesia burocrática chinesa. A confiscação desta parte do capital e a sua transferência para a República Popular, dirigida pelo proletariado, permitirão a esta ter nas suas mãos as artérias vitais da economia do país e à economia do Estado tornar-se o sector dirigente de toda a economia nacional. Ora, este sector da economia é de carácter socialista e não de carácter capitalista. Quem negligenciar ou minimizar este facto cometerá erros de oportunismo de direita.

4. A indústria privada capitalista da China, que ocupa o segundo lugar na nossa indústria moderna, é uma força que não se deve descurar. Oprimidos ou limitados pelo imperialismo, pelo feudalismo e pelo capitalismo burocrático, a burguesia nacional da China e os seus repre-

sentantes participaram frequentes vezes nas lutas da revolução democrática popular ou conservaram-se neutros. Por esta razão, e pelo facto de a economia chinesa estar ainda atrasada, será necessário, durante um período bastante longo depois da vitória da revolução, utilizar tanto quanto possível os factores positivos do capitalismo privado das cidades e do campo, no interesse do desenvolvimento da economia nacional. Durante este período, será necessário permitir a todos os elementos do capitalismo urbano e rural, que servem e não prejudicam a economia nacional, que existam e se desenvolvam. Isto é não só inevitável como também economicamente indispensável. No entanto, o capitalismo não existirá nem se desenvolverá na China da mesma maneira que nos países capitalistas, onde ele se pode expandir livremente, sem ser refreado. O capitalismo na China será limitado de diferentes maneiras: pela restrição do seu campo de actividade, pela política fiscal, pelos preços do mercado e pelas condições de trabalho. Nós adoptaremos uma política apropriada e flexível para limitar o capitalismo de diferentes formas, segundo as condições específicas de cada lugar, de cada ramo e de cada época. É necessário e útil servirmo-nos da palavra de ordem “limitação do capital” de Sun Yat-sen. Contudo, no interesse de toda a economia nacional e no interesse actual e futuro da classe operária e de todo o povo trabalhador, não devemos, de modo algum, limitar a economia capitalista privada de forma excessiva ou demasiado rígida, mas sim deixar-lhe um campo de expansão tal que ela possa existir e desenvolver-se no quadro da política e da planificação económica da República Popular. A políti-

ca de limitação do capitalismo privado esbarará, em graus e formas diferentes, com a resistência da burguesia, sobretudo dos grandes proprietários das empresas privadas, isto é, dos grandes capitalistas. A limitação e a oposição a esta limitação serão as formas principais da luta de classes no Estado de democracia nova. Julgar que, na hora actual, nós não temos necessidade de limitar o capitalismo e que podemos rejeitar a palavra de ordem “limitação do capital” é absolutamente falso; isso é um ponto de vista oportunista de direita. Julgar, ao contrário, que devemos impor limites mais restritos ou mais rígidos ao capital privado, ou mesmo que podemos eliminá-lo rapidamente, é também absolutamente falso; é um ponto de vista oportunista de “esquerda” ou aventureiro.

5. A agricultura e o artesanato, dispersos e individuais, que representam 90% do valor global da produção da economia nacional, podem e devem ser dirigidos com prudência no seu desenvolvimento, progressiva mas activamente, no sentido da modernização e da colectivização; o ponto de vista, segundo o qual se pode deixá-los progredir a seu bel-prazer, é falso. É necessário organizar cooperativas de produção, de consumo e de crédito e os respectivos órgãos dirigentes à escala nacional, provincial, municipal, distrital e subdistrital. Tais cooperativas são organizações económicas colectivas das massas trabalhadoras, baseadas na propriedade privada e colocadas sob a direcção do poder do Estado, dirigido pelo proletariado. O facto de o povo chinês estar culturalmente atrasado e não ter uma tradição na organização das cooperativas pode criar-nos dificuldades,

mas nós podemos organizar cooperativas e precisamos organizá-las, generalizá-las e desenvolvê-las. Se a nossa economia for baseada só no sector do Estado, sem o sector cooperativo, ser-nos-á impossível dirigir gradualmente a economia individual do povo trabalhador para a colectivização, impossível passar da sociedade de democracia nova à sociedade socialista futura, e será impossível consolidar a posição dirigente do proletariado no poder do Estado. Quem negligenciar ou minimizar este facto cometerá também erros extremamente graves. A economia de Estado, de carácter socialista, e a economia cooperativista, de carácter semi-socialista, associadas ao capitalismo privado, à economia individual e à economia do capitalismo de Estado, administrada em comum pelo Estado e pelo capital privado, constituirão os principais sectores da economia da república popular e formarão a estrutura económica da democracia nova.

6. O ressurgimento e desenvolvimento da economia nacional da república popular serão impossíveis sem uma política de controle do comércio exterior. Mesmo depois da eliminação na China do imperialismo, do feudalismo, do capitalismo burocrático e da sua representação concentrada, o regime do Kuomintang, o problema da edificação dum sistema industrial independente e completo não estará ainda resolvido; ele só será resolvido definitivamente quando o nosso país tiver conhecido um grande desenvolvimento económico e o país agrícola atrasado for transformado em país industrial avançado. Ora, será impossível atingir este objectivo sem controlar o comércio exterior. Na China, depois da vitória da revolução à escala nacional e depois da solução do prob-

lema da terra, continuarão ainda a existir duas contradições fundamentais. A primeira, de ordem interna, é a contradição existente entre a classe operária e a burguesia; a segunda, de ordem externa, é a contradição entre a China e os países imperialistas. Assim, depois da vitória da revolução democrática popular, o poder de Estado da república popular, dirigida pela classe operária, não deve ser enfraquecido, mas sim reforçado. Os limites postos ao capital no interior e o controle do comércio exterior serão as duas políticas básicas do país na sua luta económica. Quem negligenciar ou subestimar este facto cometerá erros extremamente graves.

7. A China herdou uma economia atrasada, mas o povo chinês é um povo corajoso e laborioso; com a vitória da revolução popular chinesa e a fundação da república popular, com a direcção do Partido Comunista da China, e com a ajuda da classe operária dos diferentes países do mundo, principalmente da União Soviética, o ritmo da edificação económica da China não será muito lento, poderá até ser bastante rápido. Aproxima-se o dia em que a China será prós-pera. Todo e qualquer pessimismo referente ao renascimento económico da China não tem qualquer fundamento.

VII

A velha China era um país semicolonial sob a dominação do imperialismo. Por causa do seu carácter estruturalmente anti-imperialista, a revolução democrática popular da China atraiu sobre si o ódio feroz dos imperialistas, que fizeram todo o possível para ajudar o Kuom-

intang. Com esta atitude, eles fizeram nascer uma indignação ainda mais profunda no povo chinês e perderam os restos de prestígio que ainda possuíam junto deste. Por outro lado, todo o sistema imperialista enfraqueceu consideravelmente depois da Segunda Guerra Mundial, enquanto que a força da frente anti-imperialista mundial, com a União Soviética à cabeça, se tornou maior do que nunca. Resulta de todas estas circunstâncias que nós podemos e devemos adoptar uma política de destruição sistemática e total da hegemonia imperialista na China. Esta hegemonia manifesta-se nos domínios político, económico e cultural. Em cada cidade ou localidade em que as tropas do Kuomintang foram dizimadas e onde o governo do Kuomintang foi destituído, a dominação política dos imperialistas foi destruída ao mesmo tempo, assim como a sua dominação económica e cultural. Mas os estabelecimentos económicos e culturais geridos directamente pelos imperialistas subsistem ainda, o pessoal diplomático e os jornalistas credenciados pelo Kuomintang também ainda subsistem. Todos estes problemas devem ser resolvidos convenientemente por nós, segundo uma ordem de urgência. Recusar reconhecer o estatuto legal de todos os serviços diplomáticos estrangeiros da época do Kuomintang e do seu pessoal, denunciar todos os tratados de traição nacional da época do Kuomintang, suprimir todas as agências de propaganda criadas pelos imperialistas na China, controlar imediatamente o comércio exterior e reformar o sistema alfandegário são as primeiras medidas que devemos tomar ao entrar nas grandes cidades. Quando tudo isto tiver sido realizado, o povo chinês estará de pé face

ao imperialismo. No que respeita aos estabelecimentos económicos e culturais criados pelos imperialistas, nós podemos deixá-los subsistir provisoriamente, colocando-os sob a nossa vigilância e controlo, até que o assunto possa ser definitivamente regularizado depois da nossa vitória em todo o país. No que respeita aos simples cidadãos estrangeiros, os seus interesses legítimos serão protegidos e não serão prejudicados. Quanto à questão do reconhecimento da China pelos países imperialistas, não devemos ter pressa de a regularizar desde já e, mesmo depois da vitória em todo o país, durante um período bastante longo, não teremos necessidade de nos apressar a resolvê-la. Nós estamos dispostos a estabelecer relações diplomáticas com todos os países segundo o princípio de igualdade, mas os imperialistas, que sempre foram hostis ao povo chinês, certamente que não nos tratarão tão cedo no mesmo plano de igualdade. Enquanto os países imperialistas não tiverem abandonado a sua hostilidade ao povo chinês, nós não lhes concederemos um estatuto legal na China. Quanto ao comércio com o estrangeiro, isto não constitui um problema: quando houver comércio a fazer, nós fá-lo-emos, aliás já começámos a fazê-lo; e os comerciantes de vários países capitalistas já se disputam este comércio. Devemos, tanto quanto possível, comerciar antes de tudo com os países socialistas e com os países de democracia popular; ao mesmo tempo, faremos também comércio com países capitalistas.

VIII

Todas as condições estão amadurecidas para a convocação da Conferência Consultiva Política e a formação de um governo democrático de coalizão.

Todos os partidos democráticos, todas as organizações populares e todos os democratas sem partido enfileiram ao nosso lado. A burguesia de Xangai e do vale do Yangtsé está procurando estabelecer relações conosco. A navegação e as ligações postais entre o Norte e o Sul do país começam a restabelecer-se. O Kuomintang, corroído no seu seio, está completamente cortado das massas. Nós preparamo-nos para negociar com o governo reaccionário de Nanquim². Dentro deste, as forças que fazem pressão para as negociações são os caudilhos militares da camarilha do Cuansi, os grupos do Kuomintang que são a favor da paz e a burguesia de Xangai. O seu fim é ter um lugar no governo de coalizão, conservar o maior número possível de tropas, preservar os interesses da burguesia de Xangai e do Sul e fazer o possível para que a revolução tome uma cor aprazível. Todas estas pessoas aceitam as nossas oito condições como base para negociações, mas elas procuram regatear para que as suas perdas não sejam demasiado grandes. Os que procuram sabotar as negociações são Tchiang Kai-chek e os seus fanáticos. Tchiang Kai-chek dispõe ainda de 60 divisões no Sul do Yangtsé que se preparam para continuar a guerra. A nossa política é não recusar as negociações e exigir que a outra parte aceite integralmente as oito condições, sem qual-quer espécie de regateio. Em compensação, nós não combateremos a camarilha

do Cuansi nem os outros grupos do Kuomintang que são pela paz; consentiremos em retardar de cerca de um ano a reorganização das suas tropas; autorizaremos certas personalidades do governo de Nanquim a participar na Conferência Consultiva Política e no governo de coalizão; e aceitaremos proteger certos interesses da burguesia de Xangai e do Sul. Estas negociações serão conduzidas num plano geral; se triunfarem, elas terão a grande vantagem de reduzir muitos dos obstáculos que se opõem ao avanço das nossas tropas para o Sul e à ocupação das grandes cidades do Sul. Se falharem, negociações separadas, de carácter local, deverão ser feitas depois do avanço do nosso exército. As negociações no plano geral estão previstas para a última década de Março. Nós contamos ocupar Nanquim em Abril ou Maio, e convocar depois a Conferência Consultiva Política em Pepim, formar um governo de coalizão e estabelecer a capital em Pepim. Uma vez que aceitamos negociar, devemos contar com numerosas complicações que surgirão após o sucesso das negociações; devemos conservar o espírito lúcido para fazer frente à tática adoptada pela outra parte, tática de Suen Vu-com, o rei dos macacos, que se introduziu sorrateiramente no ventre da Princesa do Leque de Ferro para se bater lá dentro como um autêntico diabo³. Conservando o nosso espírito suficientemente alertado, nós poderemos vencer qualquer Suen Vu-com, por mais diabólico que seja. Quer se trate de negociações no plano geral ou de conversações no plano local, devemos estar sempre vigilantes contra estas manobras diabólicas. Não devemos recusar as negociações com receio das complicações ou

por espírito de tranquilidade, nem também entrar nelas sem as ideias bem claras. Devemos ser firmes sobre os princípios, e usar também toda a elasticidade permitida e necessária à aplicação destes princípios.

IX

A ditadura democrática popular, dirigida pelo proletariado e baseada na aliança dos operários e camponeses, exige que o nosso Partido una conscienciosamente toda a classe operária, todo o campesinato e um grande número de intelectuais revolucionários; estas são as forças dirigentes e fundamentais desta ditadura que, sem uma tal união, não se pode consolidar. Ao mesmo tempo, ela exige que o nosso Partido una à sua volta o maior número possível de representantes da pequena burguesia urbana e da burguesia nacional, susceptíveis de colaborar connosco, assim como os seus intelectuais e agrupamentos políticos, a fim de poder, no decurso do período revolucionário, isolar as forças contra-revolucionárias, liquidar completamente na China as forças contra-revolucionárias e as forças imperialistas e assim, depois da vitória da revolução, ressuscitar e desenvolver rapidamente a produção, fazer frente ao imperialismo estrangeiro, transformar a China, a passos seguros, de país agrícola em país industrial e fazer dela um grande Estado socialista. É por isso que a política de cooperação a longo prazo entre o nosso Partido e os democratas fora do Partido deve fixar-se no pensamento e no trabalho de todo o Partido. Nós devemos tratar a maioria dos democratas fora do Partido como os nos-

so próprios quadros, examinar e resolver com eles, com toda a sinceridade e toda a franqueza, os problemas que necessitam de ser examinados e resolvidos, confiar-lhes tarefas, dar-lhes efectivamente os poderes correspondentes às suas funções e ajudá-los a conquistar sucessos no seu trabalho. Partindo do desejo de os unirmos a nós, devemos criticar ou combater de maneira séria e apropriada os seus erros e os seus defeitos, com o fim de realizar a unidade. É incorrecto adoptar uma atitude acomodatória em relação aos seus erros ou defeitos. É igualmente falso adoptar em relação a eles uma atitude de “porta fechada”, ou uma atitude puramente formal. Em cada cidade, grande ou média, em cada região estratégica ou província, devemos formar um certo número de democratas fora do Partido que tenham prestígio e sejam susceptíveis de colaborar connosco. A errada atitude que foi tomada no nosso Partido em relação aos democratas fora do Partido, em virtude do estilo de “porta fechada” que surgiu durante a Guerra Revolucionária Agrária, não foi completamente corrigida durante a Guerra de Resistência contra o Japão, e manifestou-se de novo em 1947, no momento em que a reforma agrária atingia o seu auge nas nossas bases de apoio. Esta atitude só poderia conduzir ao isolamento do Partido, impediria a consolidação da ditadura democrática popular e produziria aliados para o inimigo. Agora que a Conferência Consultiva Política vai realizar-se, pela primeira vez na China, sob a direcção do nosso Partido, que o governo democrático de coalizão se vai formar e que a revolução vai triunfar em todo o país, todo o Partido deve examinar seriamente o problema que acabámos de

expor e compreendê-lo correctamente; deve combater os dois desvios, o de direita, a atitude acomodatória, e o de “esquerda”, a atitude da “porta fechada” ou puramente formal, e adoptar uma atitude perfeitamente justa.

X

Em breve, nós alcançaremos a vitória em todo o país. Esta vitória romperá a frente imperialista no Oriente e terá uma grande repercussão internacional. Para alcançar esta vitória não será necessário muito tempo nem grandes esforços; mas para a consolidar será necessário muito tempo e grandes esforços. A burguesia põe em dúvida a nossa capacidade para construir. Os imperialistas pensam que nós acabaremos por lhes pedir a esmola necessária para podermos subsistir. Com a vitória, podem surgir no Partido certos estados de ânimo, como seja a arrogância, a pretensão de ser uma pessoa importante, a inércia e a falta de vontade de progredir, a busca dos prazeres e o não querer continuar a levar uma vida difícil. Com a vitória, o povo há-de ficar-nos agradecido e a burguesia virá adular-nos. O inimigo não pode vencer--nos pela força das armas, é um facto já comprovado. Todavia, a adulação por parte da burguesia pode conquistar os espíritos fracos das nossas fileiras. Pode acontecer que existam comunistas, a quem o inimigo armado não foi capaz de vencer, que se comportaram diante dele como heróis dignos desse título, mas que, incapazes de resistir às balas envolvidas em açúcar, venham a cair derrotados por estas. Nós devemos estar prevenidos contra isso. A conquista da vitória em todo o país é ap-

enas o primeiro passo numa grande marcha de dez mil lis. Este passo, ainda que nos sintamos orgulhosos dele, é relativamente um passo insignificante; o que é digno do nosso orgulho ainda está para vir. Dentro de alguns decénios, a vitória da revolução democrática popular na China, vista retrospectivamente, parecerá apenas um curto prólogo numa longa peça de teatro. É pelo prólogo que começa uma peça, mas o prólogo não é o apogeu. A revolução chinesa é uma grande revolução mas, após a vitória, o caminho a percorrer será ainda mais longo, a nossa tarefa será ainda mais grandiosa e mais árdua. Esse é um ponto que importa esclarecer desde agora no Partido, para que os camaradas se conservem modestos e prudentes, não sejam presunçosos nem precipitados no estilo de trabalho, e perseverem no seu estilo de vida simples e luta árdua. Nós temos a arma marxista-leninista da crítica e autocrítica. Nós somos capazes de nos desembaraçar do mau estilo e conservar o bom. Poderemos aprender aquilo que ainda não compreendemos. Nós não só sabemos destruir o mundo velho, mas sabemos também construir um mundo novo. O povo chinês pode viver não só sem pedir esmola aos imperialistas, mas, mais do que isto, ele poderá viver melhor do que se vive nos países imperialistas.

do comando da Região Militar do Sui-ian do Exército Popular de Libertação.

2 A respeito das negociações de paz com o governo reacionário do Kuomintang em Nanquim, o Comité Central do Partido Comunista da China tomou, em 26 de Março de 1949, as seguintes decisões:

1) data da abertura das negociações: 1 de Abril.

2) lugar das negociações: Pepim.

3) são nomeados para as negociações Chou En-lai, Lin Po-tsui, Lin Piao, Ie Tchien-im e Li Vei-han (no dia 1 de Abril, o Comité Central decidiu juntar Nie Jum-tchcn à lista dos delegados), com Chou En-lai como chefe da delegação encarregada de negociar com a delegação de Nanquim, segundo as bases estabelecidas na “Declaração sobre a Situação Actual”, feita em 14 de Janeiro pelo Presidente Mao Tsetung, e nas oito condições aí expostas.

4) as decisões acima citadas serão radiodifundidas imediatamente ao governo reaccionário do Kuomintang em Nanquim, que deverá enviar a sua delegação ao lugar e no dia acima indicados e entregar-lhe, para facilitar as negociações, todos os documentos necessários que digam respeito às oito condições.

3 Suen Vu-com, o rei-macaco, metamorfoseou-se num pequeno insecto, penetrou no ventre da Princesa do Leque de Ferro e, assim, conseguiu vencê-la. Sobre esta história, ver o romance mitológico chinês Si lou Qui (Peregrinação pelo Oeste), capítulo LIX.

NOTAS

1 No dia 19 de Setembro de 1949, Tum Tchi-vu, presidente do governo provincial do Kuomintang em Sui-ian (a província de Sui-ian foi suprimida em 1954 e integrada na Região Autónoma da Mongólia Interior — N.T.), e Suen Lan-fum, comandante de um grupo de exércitos do Kuomintang, revol-taram-se e passaram-se para o nosso lado, com mais de 40.000 homens. A reorganização destas tropas começou em 21 de Fevereiro de 1950 e terminou em 10 de Abril, sob a direcção

MÉTODOS DE TRABALHO DOS COMITÉS DO PARTIDO

(13 de Março de 1949)

1. O secretário dum comité do Partido deve saber actuar como um bom “chefe de esquadra”. Um comité do Partido tem dez a vinte membros; é comparável a uma esquadra do exército, e o seu secretário é como o “chefe de esquadra”. Na verdade, não é fácil dirigir bem essa esquadra. Actualmente, cada birô ou sub-birô do Comité Central dirige uma grande região e assume tarefas muito pesadas. Dirigir não significa apenas decidir sobre a orientação geral e as medidas políticas específicas, mas também definir os métodos de trabalho correctos. Ainda que a orientação geral e as medidas políticas específicas sejam correctas, podem surgir problemas se se descuram os métodos de trabalho. Para cumprir as suas tarefas de direcção, os comités do Partido devem apoiar-se nos “homens da esquadra” e habilitá-los a desempenhar-se inteiramente do seu papel. Para ser um bom “chefe de esquadra”, o secretário deve estudar com afinco e investigar profundamente. Um secretário ou vice-secretário só achará difícil dirigir bem os homens da sua “esquadra” se não cuidar do trabalho de propaganda e de organização entre estes, se não souber manter boas relações com os membros do comité ou se não estudar a maneira de realizar reuniões com sucesso. Se os “homens da esquadra” não marcharem à mesma cadência,

então será melhor nem pensarem em poder dirigir dezenas de milhões de homens no combate e na edificação. É claro que as relações entre o secretário e os membros do comité se baseiam no princípio de que a minoria deve obedecer à maioria, e diferem, portanto, das relações entre um chefe de esquadra e os seus homens. Tudo o que dissemos foi apenas por analogia.

2. Pôr os problemas na mesa. Isto é o que devem fazer não só o “chefe de esquadra” mas também os membros do comité. Não falar pelas costas seja de quem for. Assim que surge um problema, convoque-se uma reunião, ponham-se os problemas na mesa para que sejam discutidos, tomem-se decisões, e os problemas ficarão resolvidos. Se os problemas existem e não são postos na mesa, eles ficam durante muito tempo sem solução, podendo mesmo arrastar-se por vários anos. Entre o “chefe de esquadra” e os membros do comité deve haver compreensão mútua. Nada é mais importante do que a compreensão, o apoio e a amizade entre o secretário e os membros dum comité, entre o Comité Central e os seus birôs, bem como entre os birôs do Comité Central e os comités regionais do Partido. No passado, nós prestámos pouca atenção a este ponto, mas, a partir do VII Congresso do Partido, realizaram-se grandes progressos a este respeito, e os laços de amizade e a unidade foram consideravelmente reforçados. De futuro, devemos continuar a prestar uma atenção constante a este assunto.

3. “Trocar informações”. Isto significa que os membros dum comité do Partido devem manter-se mutuamente informados e trocar opiniões a respeito das matérias que vão chegando ao seu conhecimento. Isto é de grande im-

portância para que se consiga uma linguagem comum. Alguns não procedem assim; como os vizinhos de que fala Lao Tseu, “não se visitam durante toda a vida, embora cada um oiça o cantar dos galos e o ladrar dos cães do outro”¹. O resultado é não terem uma linguagem comum. Alguns dos nossos quadros de alto escalão não tinham uma linguagem comum, mesmo a respeito de questões teóricas fundamentais do Marxismo-Leninismo, pelo facto de não terem estudado suficientemente. Hoje há uma maior identidade de linguagem no interior do Partido, mas o problema não está ainda completamente resolvido. Por exemplo, na reforma agrária, nós ainda não estamos todos de acordo sobre o que deve entender-se por “camponês médio” e por “camponês rico”.

4. Consultar os camaradas dos escalões inferiores sobre aquilo que não se compreende ou não se conhece, e não expressar com leviandade um acordo ou desaprovação. Certos documentos, já redigidos, não são expedidos mas antes retidos por algum tempo, precisamente porque neles ainda há pontos a esclarecer, havendo que consultar primeiro os escalões inferiores. Nunca devemos fingir que conhecemos aquilo que não conhecemos; “não devemos ter vergonha de consultar os nossos subordinados”², antes pelo contrário, devemos escutar cuidadosamente os pontos de vista dos quadros dos escalões inferiores. Há que ser aluno antes de chegar a ser professor; antes de dar ordens, há que consultar os quadros dos escalões inferiores. Todos os birôs do Comité Central e todos os comités da frente do Partido devem agir desta maneira para tratar qualquer problema, salvo nas situações militares de urgência ou quando as questões

já estão esclarecidas. Longe de afectar o prestígio pessoal, isso não pode senão elevá-lo. Desde que as nossas decisões englobem a visão correcta dos quadros dos escalões inferiores, é evidente que estes as apoiarão. Aquilo que dizem os quadros dos escalões inferiores pode ser ou não ser correcto; depois de escutar, há que analisar. Nós devemos escutar os pontos de vista correctos e agir de acordo com eles. A principal razão por que a direcção do Comité Central é justa está no facto de ela fazer a síntese dos materiais, relatórios e opiniões justas que lhe vêm de diferentes regiões. Seria difícil ao Comité Central dar ordens justas, se as organizações locais não lhe fornecessem materiais e não exprimissem as suas opiniões. Também devemos escutar os pontos de vista incorrectos vindos de baixo. Seria erróneo não lhes prestar atenção alguma; contudo, esses pontos de vista não devem ser seguidos, mas sim criticados.

5. Aprender a “tocar piano”. Quando se toca piano, os dez dedos devem mover-se; não se pode tocar apenas com alguns dedos, deixando os outros parados. Mas, se os dez dedos carregam no teclado ao mesmo tempo, também não se consegue qualquer melodia. Para produzir boa música, os dez dedos devem mover-se com ritmo e coordenadamente. Os comités do Partido devem agarrar bem nas mãos a tarefa central e, ao mesmo tempo, à volta dessa tarefa central, devem desenvolver o trabalho noutros domínios. Actualmente, temos de nos ocupar de muitos sectores: devemos ocupar-nos do trabalho em todas as regiões, unidades militares e departamentos, e não dispensar toda a atenção apenas a alguns problemas, excluindo os demais. Onde quer que exista

um problema, nós devemos tocar na tecla correspondente; este é um método que precisamos de dominar. Alguns tocam bem piano, outros tocam mal, existindo uma grande diferença nas melodias que produzem. Os camaradas dos comités do Partido devem aprender bem a “tocar piano”.

6. “Agarrar com firmeza”. Isto significa que o comité do Partido deve não somente “agarrar” a sua tarefa principal, mas ainda “agarrá-la com firmeza”. Só se pode dominar uma coisa se a agarramos solidamente nas mãos, sem afrouxar um pouco que seja os dedos. Não agarrar com firmeza equivale a não agarrar coisa alguma. Naturalmente, ninguém pode agarrar seja o que for com a mão aberta. Quando fechamos a mão, mas não a fechamos com firmeza, temos o ar de agarrar alguma coisa, mas tão-pouco conseguimos agarrar coisa alguma. Alguns dos nossos camaradas agarram, é certo, as tarefas principais, mas não as agarram com firmeza e, por isso, não podem fazer bom trabalho. Sem agarrar, nada feito; sem agarrar com firmeza, também nada feito.

7. “Ter os números na cabeça”. Isto significa que devemos atender ao aspecto quantitativo das situações ou problemas e fazer uma análise quantitativa básica. Toda a qualidade se manifesta numa quantidade determinada; sem quantidade, não pode haver qualidade. Até à data, muitos dos nossos camaradas ainda não compreenderam que devem atender ao aspecto quantitativo das coisas — às estatísticas de base, às percentagens principais e aos limites quantitativos que determinam a qualidade das coisas. Eles não têm os “números” na cabeça, e por isso não podem deixar de cometer erros. Por exemplo,

ao proceder-se à reforma agrária, é essencial conhecer as cifras, como sejam as percentagens respectivas de senhores de terras, de camponeses ricos, de camponeses médios e de camponeses pobres na população, bem como a quantidade de terras possuídas por cada grupo, já que só nessa base podemos formular uma política justa. Quem devemos classificar como camponês rico ou como camponês médio abastado, qual é a importância do rendimento proveniente da exploração do trabalho que faz dum indivíduo um camponês rico e que permite distinguí-lo dum camponês médio abastado — aqui também é necessário determinar um limite quantitativo. Em todos os movimentos de massas devemos proceder a uma investigação e análise básicas do número de partidários activos, de opositores e dos que se mantêm numa posição intermédia, e não decidir sobre os problemas duma maneira subjectiva e sem fundamento.

8. “Avisos à população”. As reuniões devem ser anunciadas com antecedência. É como se se fizesse um aviso à população, de maneira que cada um fique a saber o que se vai discutir, os problemas que há para resolver, e possa preparar-se a tempo. Em algumas localidades, as reuniões de quadros são convocadas sem que os relatórios e os projectos de resolução estejam prontos, sendo melhor ou pior improvisados quando os participantes já estão presentes, o que lembra o ditado que diz: “As tropas e os cavalos chegaram, mas os víveres e a forragem ainda não estão prontos”. Isso não é bom. Não se deve convocar precipitadamente uma reunião enquanto não estiver bem preparada.

9. “Menos tropas mas melhores e uma administração

simplificada”. Intervenções, discursos, artigos e resoluções, tudo deve ser claro e conciso. As reuniões também não devem ser demasiado longas.

10. Prestar atenção à unidade e colaboração com os camaradas que têm pontos de vista diferentes dos vossos. Há que atender a esse princípio, tanto nos organismos locais como no exército. O mesmo é válido para as nossas relações com os indivíduos que não pertencem ao Partido. Nós viemos dos mais distintos cantos do país e, no nosso trabalho, devemos saber unir-nos não só com os camaradas que compartilham as nossas opiniões como também com os que defendem pontos de vista distintos. O mesmo deve valer em relação àqueles dentre nós que cometeram faltas muito graves; não devemos trazê-los debaixo de olho, mas antes estarmos prontos a colaborar com eles.

11. Guardar-se da arrogância. Isto constitui uma questão de princípio para os dirigentes, mas é também uma importante condição para manter a unidade. Nem mesmo aqueles que não cometeram erros graves e conseguiram grandes êxitos no trabalho devem ser arrogantes. É proibido festejar o aniversário dos dirigentes do Partido. Igualmente é proibido dar o nome dos dirigentes do Partido a localidades, ruas ou empresas. Devemos manter o nosso estilo de vida simples e de luta dura, assim como cerrar o passo à adulação e aos elogios exagerados.

12. Traçar duas linhas de demarcação. Primeiro, entre a revolução e a contra-revolução, entre Ien-an e Si-an3. Alguns não compreendem a necessidade de traçar tais linhas de demarcação. Por exemplo, quando combatem a burocracia, eles falam de Ien-an como se aqui “nada

estivesse certo”, e não fazem nem comparação nem distinção entre a burocracia em Ien-an e a burocracia em Si-an, cometendo assim um erro fundamental. Segundo, no seio das fileiras revolucionárias, é necessário proceder a uma clara demarcação entre a verdade e o erro, entre os êxitos e as falhas, e aclarar qual dos dois aspectos é o primário e qual o secundário. Por exemplo, dentro do conjunto, os êxitos são da ordem dos trinta ou dos setenta por cento? Há que não subestimar nem sobrestimar. É necessário avaliar globalmente o trabalho de cada pessoa e determinar se os seus êxitos são de trinta por cento e os erros de setenta, ou vice-versa. Se os seus êxitos chegam a setenta por cento do conjunto, então o seu trabalho deve ser aprovado no essencial. Seria inteiramente errado considerar como primário os erros dum trabalho, quando, na realidade, os êxitos é que são o primário. Ao examinarmos os problemas, nunca devemos esquecer-nos de traçar essas duas linhas de demarcação: entre a revolução e a contra-revolução e entre os êxitos e as falhas. As coisas marcharão correctamente se gravarmos bem no espírito essas duas linhas de demarcação; de contrário, confundiremos a natureza dos problemas. Como é evidente, para traçar correctamente essas linhas, é indispensável proceder a um estudo e a uma análise minuciosos. Há que adoptar uma atitude de análise e estudo em relação a cada pessoa e a cada questão.

Os camaradas do Birô Político e eu próprio pensamos que os comités do Partido só poderão cumprir bem a sua missão se se servirem dos métodos acima expostos. Além de assegurarem o sucesso dos congressos, é

extremamente importante que os comités do Partido, em todos os escalões, desempenhem bem a sua tarefa de direcção. Nós devemos fazer todos os esforços para estudar e aperfeiçoar os métodos de trabalho, a fim de elevar ainda mais o nível do trabalho de direcção dos comités do Partido.

NOTAS

1 Ver Lao Tseu, capítulo LXXX.

2 Ver Confúcio, Conversações, Livro V, “Cungye Tcham”.

3 Ien-an foi a sede do Comité Central do Partido Comunista desde Janeiro de 1937 a Março de 1947; Si-an era o centro da dominação reaccionária do Kuomintang no Noroeste da China. O camarada Mao Tsetung cita aqui as duas cidades como símbolos da revolução e da contra-revolução.

PARA ONDE VAI O GOVERNO DE NANQUIM?

(4 de Abril de 1949)

Abrem-se dois caminhos ao governo kuomintanista de Nanquim e respectivo pessoal militar e administrativo. Ou agarrar-se à camarilha tchiangkaiche-quista de criminosos de guerra e ao seu amo, o imperialismo norte-americano, quer dizer, continuar a ser inimigos do povo e, portanto, perecer juntamente com a tal camarilha na Guerra Popular de Libertação; ou passar-se para o lado do povo, isto é, romper com essa camarilha e com o imperialismo norte-americano, render serviços meritórios na Guerra Popular de Libertação, de modo a expiar os seus crimes e a obter a compreensão e o perdão do povo. Não há terceira via. Existem três grupos de pessoas no governo de Nanquim de Li Tsum-jen e Ho In-tchin¹. Um grupo persiste obstinadamente em seguir a primeira via. Por mais belas que sejam as suas palavras, nos actos continua a preparar a guerra, a trair a nação, a oprimir e massacrar o povo que reclama uma paz verdadeira. São os sequazes fanáticos de Tchiang Kai-chek. Um outro grupo deseja seguir a segunda via, mas até agora ainda não foi capaz de empreender qualquer acção decisiva. O terceiro grupo hesita na encruzilhada e não sabe que rumo tomar. Não quer ofender Tchiang Kai-chek nem o governo norte-americano, e espera também ser compreendido e aceite pelo campo da democracia popular. Mas isso é uma ilusão, uma coisa impossível.

O governo de Nanquim de Li Tsum-jen e Ho In-tchin é principalmente uma mistura do primeiro e terceiro grupos, sendo o segundo grupo muito pouco numeroso. Até este momento, esse governo permanece um instrumento nas mãos de Tchiang Kai-chek e do governo dos Estados Unidos.

O massacre ocorrido em Nanquim a 1 de Abril não foi accidental. Foi o resultado inevitável da acção do governo de Li Tsum-jen e Ho In-tchin para proteger Tchiang Kai-chek e os seus sequazes fanáticos, assim como as forças de agressão norte-americanas. Foi o resultado do absurdo clamor sobre uma “paz honrosa em pé de igualdade” por parte do governo de Li Tsum-jen e Ho In-tchin e dos cegos seguidores de Tchiang Kai-chek, no propósito de se oporem às oito condições de paz formuladas pelo Partido Comunista da China e, muito especialmente, à punição dos criminosos de guerra. Agora que o governo de Li Tsum-jen e Ho In-tchin enviou a Pepim uma delegação para negociar a paz com o Partido Comunista e manifestou o seu desejo de aceitar as oito condições do Partido Comunista da China como base para as negociações, este governo deveria, se tem um mínimo de boa fé, começar por tratar do Massacre de Nanquim, prender e castigar severamente os principais criminosos, Tchiang Kai-chek, Tam En-po e Tcham lao-mim, prender e castigar severamente os agentes e esbirros da polícia secreta de Nanquim e de Xangai e prender e castigar severamente os principais contra-revolucionários, que se opõem teimosamente à paz, sabotam activamente as negociações de paz e se preparam afincadamente para resistir ao Exército Popular de Libertação

que avança para o Sul do rio Yangtsé. “Enquanto não for eliminado Tchim Fu, não cessará a crise no principado de Lu”³. Enquanto não forem eliminados os criminosos de guerra, não haverá paz no país. Acaso não é bem clara esta verdade?

Gostáramos de dizer francamente ao governo de Nanquim: Se não estão em condições de realizar tal tarefa, ao menos devem ajudar o Exército Popular de Libertação a cumpri-la, pois em breve o nosso exército cruzará o rio Yangtsé e avançará para o Sul. No ponto em que estão as coisas, vocês não deviam entregar-se a palavreado vazio, mas antes fazer algo de positivo, para expiar os vossos crimes. Deste modo, não terão necessidade de correr à procura dum refúgio, não terão de submeter-se às afrontas dos sequazes fanáticos de Tchiang Kai-chek nem serão para sempre repudiados pelo povo. Esta é a vossa última oportunidade. Não a deixem escapar. O Exército Popular de Libertação avançará em breve para o Sul do rio Yangtsé. Não se trata duma finta. O Exército Popular de Libertação avançará quer vocês assinem ou não o acordo aceitando as oito condições. Um acordo assinado antes do avanço do nosso exército seria vantajoso para as várias partes — para o povo, para o Exército Popular de Libertação, para todos os que, no governo do Kuo mintang, desejam expiar os seus crimes com actos meritórios, bem como para a grande massa de oficiais e soldados do exército do Kuomintang; apenas será desvantajoso para Tchiang Kai-chek, para os seus sequazes fanáticos e para os imperialistas. Se o acordo não se assina, a situação será quase a mesma; é possível chegar a soluções através de negociações locais. Pode ser que

se registem ainda combates, mas não serão em grande número. Na vasta área e na larga frente que se estende do Sinqiam a Taiwan, o Kuomintang dispõe apenas de cerca de 1.100.000 homens como força de combate; não haverá, pois, muita luta. Quer se assine um acordo geral, quer se assinem em vez deste vários acordos locais, não se alterará a situação de Tchiang Kai--chek, dos seus sequazes fanáticos e do imperialismo norte-americano, numa palavra, de todos os reaccionários irreductíveis até à morte; eles estão irremediavelmente condenados à destruição. Talvez seja um pouco mais vantajoso, tanto para Nanquim como para nós, assinar um acordo geral, em vez de não assiná-lo, razão por que continuamos a esforçar-nos pela respectiva conclusão. Mas, no caso de assinar--se um acordo geral, temos que estar preparados para enfrentar muita confusão. Ser-nos-ia muito mais prático assinar vários acordos locais em vez dum acordo geral. Não obstante, ainda estamos dispostos a assinar um acordo geral. Se o governo de Nanquim e a respectiva delegação estão igualmente dispostos a isso, que tomem então uma decisão nos próximos dias e ponham de parte todas as ilusões e todo o palavreado vazio. Nós não vos forcaremos a tomar tal decisão. O governo de Nanquim e a sua delegação são livres de tomar ou não tal decisão. Isto é o mesmo que dizer: vocês podem ou ouvir Tchiang Kai-chek e Leighton Stuart e pôr-se definitivamente do lado deles, ou ouvir-nos e colocar-se do nosso lado; têm a liberdade de escolha. Mas não vos resta muito tempo para fazê-la. O Exército Popular de Libertação iniciará em breve a sua marcha e já não há nenhuma margem para hesitações.

NOTAS

1 Após a demissão de Sun Fo, Li Tsum-jen designou Ho In-tchin para sucedê-lo na presidência do pseudo Yuan Executivo, em 12 de Março de 1949.

2 Em 1 de Abril de 1949, mais de 6.000 estudantes de onze institutos e universidades de Nanquim fizeram uma manifestação para exigir ao governo reaccionário do Kuomintang a aceitação das oito condições de paz formuladas pelo Partido Comunista da China. Seguindo as instruções de Tchiang Kai-chek, Tcham Iao-mim, comandante em chefe da guarnição kuomintanista de Nanquim, ordenou às suas tropas, à polícia e aos agentes secretos que espancassem brutalmente os estudantes, dos quais dois resultaram mortos e mais de cem ficaram feridos.

3 De acordo com Tsuo Tchuan, obra histórica da antiguidade chinesa que trata dos importantes acontecimentos da época de Tchuentziu, Tchim Fu, um nobre do Principado de Lu, instigou repetidas lutas internas e assassinou dois príncipes reinantes desse principado. A frase referida no texto era então corrente entre o povo de Lu, e o nome de Tchim Fu serve frequentemente para designar os instigadores de lutas internas.

ORDEM AO EXÉRCITO PARA UM AVANÇO
GERAL EM TODO O PAÍS

(21 de Abril de 1949)

Camaradas comandantes e combatentes de todos os exércitos de campanha, camaradas do Exército Popular de Libertação nas regiões de guerrilhas do Sul:

O Acordo sobre a Paz Interior, elaborado depois de longas negociações entre a delegação do Partido Comunista da China e a delegação do governo kuomintanista de Nanquim, foi rejeitado por este governo¹. Os membros responsáveis do governo kuomintanista de Nanquim rejeitaram o Acordo porque eles obedecem invariavelmente às ordens do imperialismo norte-americano e de Tchiang Kai-chek, chefe dos bandidos do Kuomintang, e tentam entravar o avanço da causa da libertação do povo chinês e impedir a solução pacífica do problema interior. O Acordo sobre a Paz Interior, que compreende 8 pontos em 24 artigos, formulados pelas duas delegações no decurso das negociações, mostra-se clemente na regulamentação do problema dos criminosos de guerra, indulgente em relação aos oficiais e soldados do exército do Kuomintang, em relação aos funcionários do governo do Kuomintang, e comporta soluções apropriadas para os demais problemas, tendo sempre em conta os interesses da nação e do povo. A rejeição desse acordo significa que os reaccionários do Kuomintang estão resolvidos a levar

até ao fim a guerra contra-revolucionária que eles próprios desencadearam. A rejeição desse acordo significa que os reaccionários do Kuomintang, ao proporem negociações de paz no dia 1 de Janeiro deste ano, não procuravam mais do que entrar o avanço do Exército Popular de Libertação, para obterem uma pausa para respirar e poderem voltar à carga, a fim de esmagarem as forças revolucionárias. A rejeição dum tal acordo significa que foi bem por pura hipocrisia que o governo de Li Tsum-jen em Nanquim “aceitou” as oito condições de paz do Partido Comunista da China como base para as negociações. Dado que esse governo já aceitou o castigo dos criminosos de guerra, a reorganização de todas as tropas reaccionárias do Kuomintang segundo princípios democráticos, a transferência de todos os poderes do governo de Nanquim e dos governos que dependem dele em todos os escalões, assim como as outras condições de base, não pode haver uma só razão para que rejeite as medidas concretas elaboradas na base dessas condições fundamentais, as quais são, além disso, duma clemência extrema. Nessas circunstâncias, nós trans-mitimo-vos a seguinte ordem:

1. Avançar com audácia e aniquilar resoluta, radical, integral e totalmente, em todo o território chinês, todos os reaccionários do Kuomintang que ousarem opor resistência; libertar a totalidade do povo e salvaguardar a independência, a soberania e a integridade territorial da China.

2. Avançar audaciosamente e prender todos os criminosos de guerra incorrigíveis. Seja onde for que tenham procurado refúgio, eles devem ser entregues à justiça

e punidos segundo a lei. Muito especialmente importa prender Tchiang Kai-chek, o chefe desses bandidos.

3. Publicar, à intenção de todos os governos e grupos militares locais do Kuomintang, a versão emendada e definitiva do Acordo sobre a Paz Interior. Conforme ao espírito dessa versão, vocês podem estabelecer, no quadro local, acordos com todos aqueles que desejarem pôr fim à guerra e regular os problemas por meios pacíficos.

4. Se, depois do cerco de Nanquim pelo Exército Popular de Libertação, o governo de Li Tsum-jen em Nanquim não tiver ainda fugido nem dispersado, e se ele estiver disposto a apor a sua assinatura no Acordo sobre a Paz Interior, nós estamos prontos a dar a esse governo uma nova oportunidade para assiná-lo.

Mao Tsetung

Presidente da Comissão Militar Revolucionária
do Povo Chinês

Tchu Te

Comandante em Chefe do Exército Popular de
Libertação da China

NOTAS

1 No dia 1 de Abril de 1949, a delegação do governo do Kuomintang, conduzida por Tcham Tchi-tchum, chegou a Pepim para negociar a paz com a delegação do Partido Comunista da China. Ao fim de quinze dias de negociações, foi elaborado finalmente o Acordo sobre a Paz Interior. A 15 de Abril, a delegação do Partido Comunista da China remeteu o dito acordo (versão emendada e definitiva) à delegação do governo de Nanquim, o qual veio a rejeitá-lo no dia 20 desse mesmo mês. Eis o texto integral desse acordo: No 35º ano da República Chinesa, o Governo Nacional de Nanquim, ajudado pelos Estados Unidos e traindo a vontade popular, rasgou o Acordo de Tréguas e as resoluções da Conferência Consultiva Política e desencadeou, a coberto de luta contra o Partido Comunista da China, uma guerra civil de envergadura nacional contra o povo chinês e o Exército Popular de Libertação da China. Esta guerra dura há já dois anos e nove meses e meio. Por todo o país, o povo foi mergulhado em sofrimentos indizíveis; foram dissipados recursos financeiros e materiais consideráveis e cometidas novas violações à soberania nacional. O povo todo tem manifestado invariavelmente o seu descontentamento em relação ao Governo Nacional de Nanquim, traidor dos Três Princípios do Povo revolucionários do Dr. Sun Yat-sen e da justa política deste — aliança com a Rússia, aliança com o Partido Comunista e apoio aos camponeses e operários —, assim como do testamento revolucionário feito pelo Dr. Sun Yat-sen pouco antes da sua morte. Muito particularmente, todo o povo se tem oposto à guerra civil desencadeada pelo Governo Nacional de Nanquim, a qual prossegue numa escala sem precedentes, assim como à política e às medidas erradas que esse governo vem adoptando em virtude da guerra civil, nos domínios político, militar, financeiro, económico, cultural e dos negócios estrangeiros. O Governo Nacional de Nanquim não goza da mínima confiança do povo. No decurso desta guerra civil, as tropas do Governo Nacional de Nanquim já foram derrotadas pelo Exército Popular de Libertação, dirigido pelo Partido Comunista da China e colocado sob o comando da Comissão Mili-

tar Revolucionária do Povo Chinês. Ante tal situação, o Governo Nacional de Nanquim propôs ao Partido Comunista da China, no dia 1 de Janeiro do 38o ano da República Chinesa, que fossem realizadas negociações com vista à cessação da guerra civil e ao restabelecimento da paz. A 14 de Janeiro do mesmo ano, o Partido Comunista da China publicou uma declaração aceitando a proposta e apresentando oito condições como base para as negociações de paz entre as duas partes, a saber: castigar os criminosos de guerra; abolir a pseudo Constituição; eliminar o pseudo sistema jurídico; reorganizar todas as tropas reaccionárias conforme aos princípios democráticos; confiscar o capital burocrático; realizar a reforma do sistema agrário; suprimir os tratados de traição nacional; convocar uma Conferência Consultiva Política sem a participação de elementos reaccionários e for-mar um governo democrático de coalizão, encarregada de assumir todos os poderes detidos pelo governo reaccionário do Kuomintang em Nanquim e pelos governos a ele subordinados em todos os níveis. Essas oito condições fundamentais foram aceites pelo Governo Nacional de Nanquim. Assim, o Partido Comunista da China e o Governo Nacional de Nanquim nomearam as suas delegações, munidas de plenos poderes para negociar e concluir um acordo. Os delegados das duas partes encontraram-se em Pepim e afirma-ram, em primeiro lugar, que o Governo Nacional de Nanquim devia assumir a inteira responsabilidade da guerra civil actual e da política errada que tinha praticado em diferentes domínios, e aceitaram concluir o presente acordo.

PONTO I

Artigo i. Com o fim de distinguir o que é justo do que é injusto e apurar responsabilidades, a delegação do Partido Comunista da China e a delegação do Governo Nacional de Nanquim (designadas daqui em diante por “as duas partes”) afirmam que, em princípio, devem ser punidos todos os criminosos de guerra do Governo Nacional de Nanquim, responsáveis pelo desencadeamento e prosseguimento da actual guerra civil, os quais deverão ser tratados diferentemente segundo os seguintes casos:

1) Todo o criminoso de guerra, seja ele quem for, pode ver-se libertado dessa qualificação e tratado com clemência, desde que distingua o justo do injusto, rompa com o passado e testemunhe a sua sinceridade com actos concretos que favoreçam o progresso da causa da libertação do povo chinês e a solução pacífica do problema interior.

2) Todo o criminoso de guerra, seja ele quem for, será severamente punido se se mostrar incorrigível e enterrar o progresso da causa da libertação do povo chinês, causando prejuízos à solução pacífica do problema interior ou fomentando a rebelião. A Comissão Militar Revolucionária do Povo Chinês encarregar-se-á da repressão dos criminosos de guerra que se ponham à frente duma rebelião.

Artigo 2. As duas partes afirmam que o Governo Nacional de Nanquim não teve razão em absolver e libertar, no dia 26 de Janeiro do 3º ano da República Chinesa, o general

Yasuji Okamura, criminoso de guerra da agressão japonesa contra a China, nem ao autorizar, em 51 de Janeiro do mesmo ano, o repatriamento de outros 260 criminosos de guerra japoneses. O caso de todos esses criminosos de guerra será objecto dum novo exame logo que seja formado na China um governo democrático de coalizão, isto é, um novo governo central, representativo da totalidade do povo chinês.

PONTO II

Artigo 3. As duas partes afirmam que deverá ser abolida a “Constituição da República Chinesa” aprovada pela “Assembleia Nacional”, convocada pelo governo kuomintanista de Nanquim em Novembro do 3º ano da República Chinesa.

Artigo 4. Abolida a “Constituição da República Chinesa”, a lei fundamental a observar pelo Estado e pelo povo será elaborada em conformidade com as resoluções da Nova Conferência Consultiva Política e do Governo Democrático de Coalizão.

PONTO III

Artigo 5. As duas partes afirmam que deverá ser abolido todo o

sistema jurídico do Governo Nacional de Nanquim.

Artigo 6. Será criado um sistema jurídico popular e democrático e serão anuladas todas as leis e decretos reaccionários em todas as regiões do país logo que o Exército Popular de Libertação aí chegue e assuma o poder, ou logo que o Governo Democrático de Coalizão tenha sido constituído.

PONTO IV

Artigo 7. As duas partes afirmam que todas as forças armadas dependentes do Governo Nacional de Nanquim (forças terrestres, navais e aéreas, gendarmes, corpos da polícia de comunicações, tropas locais, organismos e escolas militares, fábricas de material de guerra, serviços de retaguarda, etc.) deverão ser reorganizadas em unidades do Exército Popular de Libertação segundo princípios democráticos. Após a assinatura do Acordo sobre a Paz Interior, será imediatamente constituída uma comissão nacional de reorganização que se encarregará do trabalho de reorganização. A comissão de reorganização compor-se-á de 7 a 9 membros, dos quais 4 ou 5 serão designados pela Comissão Militar Revolucionária do Povo e 3 ou 4 pelo Governo Nacional de Nanquim, sendo a presidência assumida por um dos membros designados pela Comissão Militar Revolucionária do Povo e a vice-presidência por um dos membros designados pelo Governo Nacional de Nanquim. Nas regiões onde o Exército Popular de Libertação tiver chegado e assumido o poder, poderá ser constituída, se necessário, uma subcomissão regional de reorganização. A proporção dos membros das duas partes no seio das subcomissões e o modo de atribuição da presidência e da vice-presidência serão os mesmos que para a comissão nacional de reorganização. Será constituída uma comissão de reorganização para as forças navais e outra para as forças aéreas. Todos os assuntos ligados à entrada do Exército Popular de Libertação nas regiões ainda administradas pelo Governo Nacional de Nanquim e à assunção de poderes por esse exército nessas regiões serão objecto de ordens da Comissão Militar Revolucionária do Povo Chinês. As tropas do Governo Nacional de Nanquim não deverão opor qualquer resistência à entrada do Exército Popular

de Libertação.

Artigo 8. As duas partes concordam em aplicar em duas etapas o plano de reorganização em cada região:

1. Primeira etapa: concentração e reagrupamento.

a) Todas as tropas dependentes do Governo Nacional de Nanquim (forças terrestres, navais, aéreas, gendarmes, corpos da polícia de comunicações, tropas locais, etc.) serão concentradas e reagrupadas. O reagrupamento operar-se-á segundo o princípio seguinte: as comissões de reorganização, tendo em conta as condições existentes nas diferentes regiões, ordenarão às forças, que se encontrem nas regiões onde tenha chegado o Exército Popular de Libertação e onde este tenha assumido o poder, que se dirijam, região por região e etapa por etapa, a determinados lugares, a fim de aí serem concentradas e reagrupadas segundo os seus números de unidade, estrutura e efectivos primitivos.

b) Todas as tropas dependentes do Governo Nacional de Nanquim assumirão a responsabilidade de manter a ordem pública e de impedir todo o acto de sabotagem onde quer que se encontrem — nas cidades grandes e pequenas, ao longo das principais Unhas de comunicação e cursos de água, nos portos marítimos e nas aldeias — antes da chegada do Exército Popular de Libertação a esses lugares e antes que este aí tenha assumido o poder.

c) Logo que o Exército Popular de Libertação chegue aos lugares acima mencionados e assumia aí o poder, as tropas do Governo Nacional de Nanquim, conformando-se às ordens da comissão e das subcomissões de reorganização, efectuarão pacificamente a transferência e dirigir-se-ão para os locais previamente designados. Durante o trajecto e depois da sua chegada, elas deverão observar uma rigorosa disciplina e não perturbar a ordem pública.

d) Quando, em conformidade com as ordens da comissão e das subcomissões de reorganização, as tropas do Governo Nacional de Nanquim deixarem os seus primitivos lugares de estacionamento, a polícia local ou os corpos de preservação da paz aí estacionados não os deverão evacuar, mas sim encarregar-se de garantir a segurança pública e obedecer ao comando e às ordens do Exército Popular de Libertação.

e) A comissão e as subcomissões de reorganização e os governos

locais terão a responsabilidade de reabastecer em cereais, forragem, roupa de cama, vestuário, etc, todas as tropas do Governo Nacional de Nanquim nas suas deslocações e concentrações.

f) A comissão e as subcomissões de reorganização, levando em conta as condições existentes nas diferentes regiões, ordenarão às autoridades do Governo Nacional de Nanquim que transfirm, região por região e etapa por etapa, ao Exército Popular de Libertação e às suas comissões militares de controle nos diferentes lugares, todos os seus organismos e estabelecimentos militares (serviços, escolas, fábricas e depósitos, desde os que dependem do Ministério da Defesa Nacional aos que dependem da Direcção Geral dos Serviços Combinados de Retaguarda), todas as suas instalações militares (portos militares, praças fortes, bases aéreas, etc), assim como todo o seu material militar. 2. Segunda etapa: reorganização região por região.

a) Depois que as forças terrestres do Governo Nacional de Nanquim (infantaria, cavalaria, unidades especiais, gendarmes, corpos da polícia de comunicações e tropas locais) se tiverem dirigido para os lugares designados e tiverem sido concentradas e reagrupadas região por região e etapa por etapa, levando em conta as condições existentes nas diferentes regiões, a comissão de reorganização elaborará os planos de reorganização, região por região, que deverão ser aplicados num dado prazo. O princípio da reorganização consistirá em reorganizar, segundo o sistema democrático e a estrutura normal do Exército Popular de Libertação, as ditas forças terrestres concentradas e reagrupadas, para fazer delas unidades regulares do Exército Popular de Libertação. A comissão e as subcomissões de reorganização terão a responsabilidade de ocupar-se do caso dos soldados reconhecidos como inaptos para o serviço por motivo de idade ou invalidez, e que desejem deixar o serviço, assim como do caso dos oficiais desejosos de deixar o serviço militar ou de mudar de profissão; elas dar-lhes-ão todas as facilidades para regressarem ao lar e a possibilidade de assegurarem a sua subsistência, de modo que cada um tenha uma situação apropriada e não venha a cometer faltas por carência de meios de existência.

b) Depois que as forças aéreas e navais do Governo Nacional de Nanquim se tenham dirigido para os locais designados e tenham

sido concentradas e reagrupadas, região por região e etapa por etapa, deverão ser reorganizadas pelas comissões de reorganização das forças navais e aéreas, conforme o sistema democrático em vigor no Exército Popular de Libertação e segundo os seus números de unidade, estrutura e efectivos primitivos.

c) Todas as forças armadas do Governo Nacional de Nanquim, uma vez reorganizadas em unidades do Exército Popular de Libertação, devem observar estritamente as Três Grandes Regras de Disciplina e as Oito Recomendações do Exército Popular de Libertação e conformar-se fielmente ao sistema militar e político do Exército Popular de Libertação, sem permitir-se a mínima infracção.

d) Os oficiais e os soldados, que tenham sido retirados das fileiras após a reorganização, deverão respeitar os governos populares locais e obedecer às leis e decretos, emanados do Governo Popular. Os governos populares locais e a população local deverão interessar-se pela sorte desses oficiais e soldados na reforma e não praticar qualquer discriminação em relação a eles.

Artigo 9. Após a assinatura do Acordo sobre a Paz Interior, todas as forças armadas do Governo Nacional de Nanquim cessarão de proceder ao recrutamento de soldados e demais pessoal. Elas terão a responsabilidade de manter em bom estado todas as suas armas e munições, todo o seu equipamento, todas as instalações dos organismos militares e todo o seu material militar, não devendo em caso algum destruí-los, escondê-los, transferi-los ou vendê-los.

Artigo 10. Depois da assinatura do Acordo sobre a Paz Interior, o Governo Nacional de Nanquim deverá, no caso de uma parte das suas forças armadas se recusar a aplicar o plano de reorganização, ajudar o Exército Popular de Libertação a pô-lo em execução pela força, de modo a assegurar-lhe plena realização.

PONTO V

Artigo 11. As duas partes concordam que serão confiscadas em favor do Estado todas as empresas e propriedades do capital burocrático (nomeadamente os bancos, fábricas, minas, navios, companhias e armazéns), cuja posse tenha sido adquirida ou usurpada sob o regime do Governo Nacional de Nanquim, graças a prerroga-

tivas políticas ou ao poderio das grandes famílias.

Artigo 12. Nas regiões onde o Exército Popular de Libertação ainda não tenha chegado e onde ainda não tenha assumido o poder, o Governo Nacional de Nanquim terá a responsabilidade de vigiar as empresas e as propriedades do capital burocrático, mencionadas no artigo n, a fim de impedir toda a fuga ou dissimulação, todos os danos, toda a transferência ou venda secreta. Os haveres já transferidos serão congelados onde se encontrarem e nenhuma nova transferência, nenhuma fuga para o estrangeiro ou destruição serão toleradas. As empresas e propriedades pertencentes ao capital burocrático no estrangeiro serão declaradas propriedade do Estado.

Artigo 13. Nas regiões onde o Exército Popular de Libertação já tenha chegado e assumido o poder, as empresas e propriedades pertencentes ao capital burocrático, mencionadas no artigo 11, serão confiscadas pelas comissões militares locais de controle ou pelos organismos autorizados pelo Governo Democrático de Coalizão. Se houver partes privadas nessas empresas e propriedades, um inquérito será feito a seu respeito e, se ficar comprovado que se trata efectivamente de partes privadas e não de acções do capital burocrático que tenham sido objecto de transferência secreta, serão reconhecidas como tal, e os seus detentores autorizados a permanecer como accionários ou a retirar a sua participação.

Artigo 14. As empresas do capital burocrático datando do período anterior ao regime do Governo Nacional de Nanquim, assim como as que foram fundadas durante este regime mas que não são importantes nem prejudiciais à economia nacional e à vida do povo, não serão confiscadas. Contudo, serão confiscadas as empresas e propriedades pertencentes a pessoas que tenham cometido crimes, tais como os reacçãoários culpados de crimes odiosos, denunciados pelo povo e devidamente provados.

Artigo 15. Nas cidades onde o Exército Popular de Libertação ainda não tenha chegado e onde ainda não tenha assumido o poder, os governos de província, municipalidade ou distrito, dependentes do Governo Nacional de Nanquim, serão encarregados da protecção das forças democráticas populares e das suas actividades nesses lugares; nenhuma opressão e destruição serão toleradas.

PONTO VI

Artigo 16. As duas partes afirmam que o sistema feudal da propriedade da terra em todas as regiões rurais da China deverá ser gradualmente reformado. Após a chegada do Exército Popular de Libertação, proceder-se-á, dum modo geral, a uma redução das rendas e das taxas de juro e, em seguida, a uma repartição das terras.

Artigo 17. Nas regiões onde o Exército Popular de Libertação ainda não tenha chegado e onde não tenha ainda assumido o poder, os governos locais dependentes do Governo Nacional de Nanquim serão encarregados da protecção das organizações e actividade das massas camponesas; nenhuma opressão e destruição serão toleradas.

PONTO VII

Artigo 18. As duas partes concordam que todos os tratados e acordos concluídos com Estados estrangeiros sob o regime do Governo Nacional de Nanquim e os outros documentos e arquivos diplomáticos, públicos ou secretos, serão remetidos pelo Governo Nacional de Nanquim ao Governo Democrático de Coalizão e examinados por este. Todos os tratados ou acordos cuja natureza possa prejudicar o povo chinês e o seu Estado, e, em particular, aqueles que alienam os direitos do Estado, serão, segundo os casos, ou denunciados, ou revistos, ou substituídos por novos tratados ou acordos.

PONTO VIII

Artigo 19. As duas partes concordam que, depois da assinatura do Acordo sobre a Paz Interior e antes da formação do Governo Democrático de Coalizão, o Governo Nacional de Nanquim e os seus respectivos conselhos, ministérios, comissões e demais organismos continuarão temporariamente a assumir as suas funções, mas serão obrigados, na condução dos assuntos, a consultar a Comissão Militar Revolucionária do Povo Chinês e a prestar assistência ao Exército Popular de Libertação em tudo o que disser res-

peito à tomada da posse e transferência de poderes nas diferentes regiões. Após a formação do Governo Democrático de Coalizão, o Governo Nacional de Nanquim transferir-lhe-á imediatamente os seus poderes e proclamará a sua própria dissolução.

Artigo 20. No momento da transferência de poderes pelo Governo Nacional de Nanquim e pelos governos locais nos diferentes escalões, assim como por todos os organismos que lhes estejam subordinados, o Exército Popular de Libertação, os governos populares locais e o Governo Democrático de Coalizão da China, terão o cuidado de conservar dentro o antigo pessoal todos os patriotas e todas as pessoas úteis, dando-lhes uma educação democrática e destinando-lhes postos apropriados, de modo que não fiquem sem emprego e sem abrigo.

Artigo 21. Antes da chegada do Exército Popular de Libertação e antes que este assuma o poder, o Governo Nacional de Nanquim e os governos de província, municipalidade e distrito que dele dependem serão encarregados da manutenção da segurança pública nas regiões respectivas, da guarda e protecção de todos os organismos governamentais e empresas de Estado (nomeadamente os bancos, fábricas, minas, caminhos de ferro, serviços de C.T.T., aviões, navios, companhias, entrepostos e instalações de comunicações) e de todos os outros bens mobiliários e imobiliários pertencentes ao Estado; nenhum dano, perda, deslocação, dissimulação ou venda será permitido. Os livros, arquivos, antiguidades, objectos preciosos, ouro, prata, divisas e todos os bens e haveres já deslocados ou dissimulados serão imediatamente congelados onde se encontrarem, enquanto se aguarda a tomada de posse. Quanto àqueles que tenham sido enviados para o estrangeiro, ou que já lá se encontravam, o Governo

Nacional de Nanquim terá a responsabilidade de os recuperar e guardar, esperando a respectiva transferência.

Artigo 22. Nas regiões onde o Exército Popular de Libertação já tenha chegado e assumido o poder, as comissões militares locais de controle, de concerto com os governos populares locais ou com os organismos designados pelo Governo de Coalizão, tomarão posse de todos os poderes, assim como de todos os bens e haveres do Estado.

Artigo 23. Depois da assinatura do Acordo sobre a Paz Interior pela delegação do Governo Nacional de Nanquim e depois que tal acordo seja posto em prática por este governo, a delegação do Partido Comunista da China responsabilizar-se-á por propor ao Comité Preparatório da Nova Conferência Consultiva Política que o Governo Nacional de Nanquim seja autorizado a enviar um certo número de patriotas como representantes à Conferência; os representantes do Governo Nacional de Nanquim poderão então participar na Nova Conferência Consultiva Política depois de terem obtido a aceitação do respectivo Comité Preparatório.

Artigo 24. Depois de o Governo Nacional de Nanquim ter nomeado os seus representantes à Nova Conferência Consultiva Política, o Partido Comunista da China responsabilizar-se-á por propor à Conferência que, no interesse da cooperação, o Governo Democrático de Coalizão inclua um certo número de patriotas do Governo Nacional de Nanquim.

As delegações das duas partes declaram: Tomamos a responsabilidade de assinar o presente acordo no interesse da libertação do povo chinês, da independência e da liberdade da nação chinesa, e com vista a acabar rapidamente com a guerra e restabelecer a paz para favorecer o início da grande rarefa de produção e edificação em todo o país, e permitir a este e ao nosso povo que atinjam, a passo seguro, a prosperidade, o poderio e o bem-estar. Que todo o povo se una como um só homem na luta pela realização completa do presente acordo. O presente acordo entrará em vigor imediatamente após a sua assinatura.

PROCLAMAÇÃO DO EXÉRCITO POPULAR DE LIBERTAÇÃO

(25 de Abril de 1949)

A camarilha reaccionária do Kuomintang rejeitou as condições de paz e teima em prosseguir uma guerra criminosa contra a nação e o povo. Todo o povo espera que o Exército Popular de Libertação liquide rapidamente essa camarilha reaccionária. Nós ordenámos ao Exército Popular de Libertação que avançasse corajosamente, aniquilasse todas as tropas reaccionárias do Kuomintang que ousassem opor-lhe resistência, prendesse todos os criminosos de guerra incorrigíveis, libertasse a totalidade do povo, defendesse a independência, a soberania e a integridade territorial da China, e realizasse a verdadeira unificação do país a que o povo inteiro aspira ansiosamente. Esperamos ardentemente que todos os sectores da população apoiem o Exército Popular de Libertação, onde quer que este se apresente. Nós proclamamos aqui uma convenção, em oito pontos, que estamos dispostos a cumprir juntamente com a totalidade do povo.

1. Proteger a vida e os bens de todo o povo. Que todos os sectores da população, sem distinção de classes, crença ou profissão, respeitem a ordem pública e adoptem uma atitude de cooperação para com o Exército Popular de Libertação. Pelo seu lado, este adoptará a mesma atitude para com todos os sectores da população. Os contra-rev-

olucionários e demais sabo-tadores, que se aproveitarem da ocasião para provocar desordens, roubar ou saquear, serão severamente punidos.

2. Proteger as empresas de indústria, comércio, agricultura e pecuária, pertencentes à burguesia nacional. As fábricas, armazéns, bancos, entrepostos, navios, desembarcadouros, granjas agrícolas e de criação de gado, etc, sob gestão privada, serão todos protegidos, sem excepção, contra qualquer violação. Esperamos que os operários e os empregados de todos os ramos profissionais continuem a trabalhar como habitualmente e que todos os armazéns continuem abertos.

3. Confiscar o capital burocrático. O Governo Popular tomará posse de todas as fábricas, armazéns, bancos, entrepostos, navios, desembarcadouros, caminhos de ferro, serviços de C.T.T., serviços de electricidade e águas, granjas agrícolas e de criação de gado, etc, explorados pelo governo reaccionário do Kuomintang e pelos grandes burocratas. Se os capitalistas nacionais que se ocupam de indústria, co-mércio, agricultura ou pecuária, detêm acções nessas empresas, o seu direito de propriedade sobre as respectivas acções será reconhecido após verificação. Todo o pessoal das empresas do capital burocrático deve manter-se nos seus postos até que o Governo Popular tome posse delas, e deve assumir a responsabilidade de proteger os bens, máquinas, quadros e gráficos, livros de contas, arquivos, etc, enquanto se espera pela verificação do inventário e pela tomada de posse. Todo o acto digno de apreço, praticado nesse sentido, será recompensado e todo o acto de obstrução ou sabotagem será punido. A todos os que desejem

continuar a trabalhar, depois da tomada de posse pelo Governo Popular, será dado um emprego de acordo com as suas aptidões, a fim de que não fiquem sem recursos nem abrigo.

4. Proteger todos os estabelecimentos públicos e privados: escolas, hospitais, instituições culturais e de educação, locais de desporto e outros serviços de interesse público. Que o pessoal desses estabelecimentos se mantenha nos seus postos, o Exército Popular de Libertação protegê-lo-á contra qualquer violação.

5. Salvo quando se trate de criminosos de guerra incorrigíveis ou de contra-revolucionários culpados dos crimes mais odiosos, o Exército Popular de Libertação e o Governo Popular não deterão, prenderão ou maltratarão qualquer dos altos funcionários ou funcionários subalternos dos governos central, provinciais, municipais ou distritais do Kuomintang, nem qualquer dos deputados à "Assembleia Nacional", qualquer dos membros do Conselho Legislativo ou do Conselho de Controle, qualquer dos membros dos conselhos consultivos, qualquer dos agentes da polícia, funcionários dos subdistritos, vilas e circunscrições, ou qualquer dos agentes dos pao e dos tsia, na medida em que não oponhem resistência armada nem tentem cometer actos de sabotagem. Para todos eles a permanência nos seus postos é obrigatória; eles devem cumprir as ordens e decretos do Exército Popular de Libertação e do Governo Popular, e são responsáveis pela protecção de todos os bens e arquivos dos respectivos organismos, enquanto não se verifica a tomada de posse. Entre eles, os que possuem uma aptidão qualquer, e não praticaram acto reaccionário grave ou falta maior,

serão, segundo os casos, autorizados pelo Governo Popular a prestar serviço. Estão previstas sanções para todos aqueles que tentem aproveitar-se da ocasião para praticar actos de sabotagem, roubos e fraudes, ou que fujam levando consigo fundos públicos, bens públicos ou arquivos, ou ainda que se recusem a prestar contas.

6. A fim de que a segurança seja garantida na cidade e no campo, para que a ordem pública seja mantida, todos os soldados em debandada devem, nas diferentes localidades, entregar-se e inscrever-se junto do Exército Popular de Libertação ou do Governo Popular. Nenhuma acção será intentada contra aqueles que de sua própria iniciativa assim procedam e entreguem todas as suas armas. Aqueles que se recusarem à inscrição ou dissimularem armas serão detidos e instaurar-se-á contra eles um processo. Todo aquele que acolher soldados em debandada ou retiver armas e não o declarar às autoridades será devidamente punido.

7. O sistema feudal de propriedade da terra nas regiões rurais é injusto e deve ser abolido. Para aboli-lo, porém, é necessário fazer preparativos e proceder por etapas. Dum modo geral, será preciso começar por uma redução das rendas e taxas de juro e passar--se depois à repartição das terras; além disso, só poderá encarar-se seriamente a solução do problema agrário nas regiões onde o Exército Popular de Libertação se instalou e trabalhou durante um período bastante longo. As massas camponesas devem organizar-se e ajudar o Exército Popular de Libertação a realizar diversas reformas preliminares. Elas devem, ao mesmo tempo, empregar-se a fundo no trabalho dos campos, para impedir que baixe

o nível actual da produção agrícola, e, em seguida, elevá-lo pouco a pouco, de maneira a melhorarem as suas condições de vida e abastecerem a população urbana em cereais. O problema da terra e dos prédios nas cidades não pode ser resolvido da mesma maneira que o problema agrário nas regiões rurais.

8. Proteger a vida e os bens dos cidadãos estrangeiros. Esperamos que todos os cidadãos estrangeiros continuem as suas ocupações habituais e respeitem a ordem pública. Eles devem obedecer às ordens e decretos do Exército Popular de Libertação e do Governo Popular, sendo-lhes interdito entregar-se à espionagem ou agir contra a causa da independência nacional da China e da libertação do povo, bem como encobrir criminosos de guerra, contra-revolucionários e demais criminosos chineses. Em caso de infracção, incorrerão nas sanções legais previstas pelo Exército Popular de Libertação e pelo Governo Popular.

O Exército Popular de Libertação é altamente disciplinado; ele compra e vende honestamente e não toma seja o que for às populações, nem mesmo uma agulha ou um pedaço de fio. Que o povo todo viva e trabalhe em paz, não dê crédito a boatos nem se deixe alarmar. Esta proclamação deve ser rigorosamente observada.

Mao Tsetung

Presidente da Comissão Militar Revolucionária do Povo Chinês

Tchu Te

Comandante em Chefe do Exército Popular de Libertação da China

DECLARAÇÃO DO PORTA-VOZ DO QUARTEL
GENERAL DO EXÉRCITO POPULAR DE LIBER-
TAÇÃO DA CHINA SOBRE OS ACTOS DE VI-
OLÊNCIA COMETIDOS POR VASOS DE GUERRA
INGLESES^{1*}

(30 de Abril de 1949)

Nós condenamos a insolente declaração do instigador de guerra Churchill². No dia 26 de Abril, Churchill pediu na Câmara dos Comuns que o governo inglês expedisse dois porta-aviões para o Extremo Oriente como “força eficaz de represálias”. Por que razão o exercício de tais “represálias”, Sr. Churchill? Vasos de guerra ingleses, juntamente com vasos de guerra kuomintanistas, introduziram-se na zona de defesa do Exército Popular de Libertação da China e abriram fogo sobre este, ocasionando não menos de 252 vítimas entre os nossos leais e valerosos combatentes. Uma vez que os ingleses

* Declaração do porta-voz do Quartel General do Exército Popular de Libertação da China, redigida pelo camarada Mao Tsetung. A declaração exprimiu solenemente a firme e justa posição do povo chinês que não se deixa intimidar por nenhuma ameaça e se opõe resolutamente à agressão imperialista; ela definiu igualmente a política estrangeira da Nova China que iria em breve estabelecer-se.

violaram o território chinês e cometeram aqui crime tão grave, o Exército Popular de Libertação da China tem toda a razão para exigir que o governo inglês reconheça a sua culpabilidade, apresente desculpas e proceda a indemnizações. Acaso não será isso o que vocês devem fazer, em vez de enviar forças para a China no intuito de “represálias” contra o Exército Popular de Libertação? A declaração do primeiro ministro Attlee é igualmente errada³. A Inglaterra, declarou ele, tem o direito de expedir os seus vasos de guerra para o rio Yangtsé na China. O Yangtsé é uma via fluvial interna da China. Que direito têm vocês, ingleses, de expedir para aí os vossos vasos de guerra? Vocês não têm esse direito. O povo chinês defenderá o seu território e soberania, de modo algum tolerará quaisquer violações por parte de governos estrangeiros. Attlee afirmou que o Exército Popular de Libertação “estaria disposto a permitir que um barco de guerra [o Ametbyst] avançasse até Nanquim, mas só na condição de este ajudar o Exército Popular de Libertação a cruzar o Yangtsé”. Attlee mentiu. O Exército Popular de Libertação não autorizou o Ametbyst a avançar até Nanquim. O Exército Popular de Libertação não pretende que forças armadas de seja que país estrangeiro for o ajudem a cruzar o Yangtsé ou a fazer seja o que for. Pelo contrário, o Exército Popular de Libertação exige que a Inglaterra, os Estados Unidos e a França retirem rapidamente as suas forças armadas — vasos de guerra, aviões militares e fuzileiros navais estacionados nos rios Yangtsé e Huampu, e noutros pontos da China — das águas interiores, das águas territoriais, do espaço terrestre e aéreo chineses e se abstenham de ajudar os inimi-

gos do povo chinês a prosseguir a guerra civil. A Comissão Militar Revolucionária do Povo Chinês e o Governo Popular ainda não estabeleceram até à data relações diplomáticas com qualquer governo estrangeiro. Estão dispostos a proteger todos os súbditos estrangeiros que na China se dedicam a ocupações legais. Estão prontos a considerar o estabelecimento de relações diplomáticas com os países estrangeiros; tais relações devem basear-se na igualdade, benefício recíproco, respeito mútuo pela soberania e integridade territorial, e, antes de tudo, na não-ajuda aos reaccionários do Kuomintang. A Comissão Militar Revolucionária do Povo Chinês e o Governo Popular não tolerarão qualquer acto de intimidação por parte de seja que governo estrangeiro for. Todo o governo estrangeiro que desejar estabelecer relações diplomáticas connosco deve romper as suas relações com o que resta das forças kuomintanistas e retirar as suas forças armadas da China. Attlee queixa-se de que o Partido Comunista da China, não mantendo relações diplomáticas com os países estrangeiros, não deseja ter contactos com o antigo pessoal diplomático dos governos estrangeiros (cônsules reconhecidos pelo Kuomintang). Essa queixa carece de fundamento. Nos últimos anos, os governos dos Estados Unidos, Inglaterra, Canadá, etc, ajudaram o Kuomintang a lutar contra nós. Será possível que o Sr. Attlee se tenha esquecido disso? Será também possível que o Sr. Attlee não saiba que país entregou ao Kuomintang o Tcbuntcim¹, esse cruzador pesado recentemente afundado?

NOTAS

1 Do dia 20 ao dia 21 de Abril de 1949, enquanto o Exército Popular de Libertação combatia para cruzar o Yangtsé, quatro vasos de guerra ingleses, entre os quais o Ametbyst, penetraram no rio, via fluvial interna chinesa, e, juntamente com vasos de guerra kuomintanistas, abriram fogo sobre o nosso exército, causando 252 vítimas, entre mortos e feridos. O Exército Popular de Libertação ripostou; o Ametbyst foi avariado e forçado a ancorar perto de Tchenquiam; os outros três vasos ingleses puseram-se em fuga. As autoridades inglesas exigiram que o Ametbyst fosse autorizado a partir e o capitão do barco, cumprindo as instruções de Brind, comandante em chefe da frota inglesa no Extremo Oriente, entrou em negociações com o representante do nosso exército. Durante as negociações, o lado inglês insistiu sistematicamente em prevaricações e recusa de reconhecimento dos seus actos criminosos de agressão. Enquanto prosseguiram as negociações, na noite de 30 de Julho o Ametbyst forçou uma passagem, colando-se ao navio de passageiros Quianlim Libertado, que descia o rio vindo de Tchenquiam, e escapou, usando-o como escudo. Quando o nosso exército intimou o Ametbyst a parar, este abriu fogo, afundou e abalroou vários juncos e conseguiu escapar do rio Yangtsé.

2 A 26 de Abril de 1949, ao fazer uso da palavra na Câmara dos Comuns, Churchill, cabecilha do Partido Conservador inglês, caluniou como “acto de violência” a acção empreendida pelo Exército Popular de Libertação ao contra--atacar os vasos de guerra ingleses que haviam

disparado sobre o nosso exército, e pediu que o governo inglês “expedisse para as águas chinesas um porta-aviões, senão dois, como. . . força eficaz de represálias”.

3 A 26 de Abril de 1949, o primeiro ministro inglês Attlee declarou na Câmara dos Comuns que os vasos de guerra ingleses se haviam mantido dentro do seu direito ao avançarem pelo Yangtsé em “missão pacífica”, já que gozavam da autorização dada pelo governo do Kuomintang. Na mesma ocasião, ao falar das negociações entre o representante inglês e o representante do Exército Popular de Libertação da China, Attlee mentiu ao declarar que o Exército Popular de Libertação “estaria disposto a permitir que um barco de guerra [o Ametbyst] avançasse até Nanquim, mas só na condição de este ajudar o Exército Popular de Libertação a cruzar o Yangtsé”.

4 Foi o governo inglês quem fez dom ao Kuomintang, em Fevereiro de 1948, do cruzador pesado Tcbuntcbim, o maior cruzador da marinha de guerra kuomintanista. A 25 de Fevereiro de 1949, os oficiais e os marinheiros do cruzador amotinaram-se, recusaram-se a obedecer ao governo reaccionário do Kuomintang e juntaram-se à Marinha Popular da China. A 19 de Março, bombardeiros pesados, enviados pelos imperialistas norte-americanos e pelos bandidos kuomintanistas, afundaram o Tcbuntcbim ao largo de Hulutao, no golfo de Liaotum, Nordeste da China.

ALOCUÇÃO AO COMITÉ PREPARATÓRIO DA NOVA CONFERÊNCIA CONSULTIVA POLITICA

(15 de Junho de 1949)

Senhores delegados,

Hoje, o Comité Preparatório da nossa Nova Conferência Consultiva Política realiza a sua sessão inaugural. A tarefa deste comité consiste em concluir todos os preparativos necessários para convocar sem demora a Nova Conferência Consultiva Política, que formará um governo democrático de coalizão para dirigir o povo de todo o país na eliminação, o mais rápida possível, do que resta das forças reaccionárias do Kuomintang, na unificação de toda a China e na realização sistemática e gradual dum trabalho de edificação à escala nacional nos domínios político, económico, cultural e de defesa nacional. É o que espera de nós a totalidade do povo, e é o que devemos fazer.

A convocação da Nova Conferência Consultiva Política foi proposta ao povo de todo o país pelo Partido Comunista da China em 1 de Maio de 1948. Essa proposta obteve rapidamente por todo o país o apoio dos partidos democráticos, organizações populares, personalidades democráticas de todos os sectores sociais, minorias nacionais, assim como dos chineses do ultramar. O Partido Comunista da China, os partidos democráticos, as organizações populares, as personalidades democráticas de todos os sectores sociais, as minorias nacionais e os

chineses do ultramar, todos sustentam que se impõe derrubar a do-minação do imperialismo, do feudalismo, do capitalismo burocrático e dos reaccionários do Kuomintang, convocar uma Conferência Consultiva Política dos representantes de todos os partidos democráticos, organizações populares, personalidades democráticas de todos os sectores sociais, minorias nacionais e chineses do ultramar, proclamar a fundação da República Popular da China e eleger um governo democrático de coalizão que a represente. Só assim poderá a nossa grande pátria libertar-se do seu destino de país semicolonial e semifeudal e enveredar pela via da independência, liberdade, paz, unidade, poder e prosperidade. Esta é uma base política comum. É a base política comum para a unidade e a luta do Partido Comunista da China, dos partidos democráticos, das organizações populares, das personalidades democráticas de todos os sectores sociais, das minorias nacionais e dos chineses do ultramar; é também a base política comum para a unidade e a luta de todo o povo. E esta base política é tão sólida que nenhum partido democrático, organização popular ou personalidade democrática, sérios, expressou a menor divergência e todos sustentam que esta é a única via justa que leva à solução de todos os problemas da China. O povo de todo o país, apoiando o seu Exército Popular de Libertação, ganhou a guerra. Esta grandiosa Guerra Popular de Libertação, iniciada em Julho de 1946, dura há já três anos. A guerra foi desencadeada pelos reaccionários kuomintanistas com a ajuda que receberam do imperialismo estrangeiro. Ao desatarem a guerra civil contra o povo, os reaccionários do Kuomintang rasga-

ram perfidamente o Acordo de Tréguas e as resoluções da Conferência Consultiva Política de Janeiro de 1946. Mas, em três anos apenas, foram batidos pelo heróico Exército Popular de Libertação. Não há muito tempo que, depois de terem sido desmascaradas as intrigas de paz dos reaccionários kuomintanistas, o Exército Popular de Libertação avançou intrepidamente e cruzou o rio Yangtsé. Nanquim, a capital dos reaccionários do Kuomintang, encontra-se agora nas nossas mãos. Xangai, Handjou, Nantcham, Vuhan e Si-an foram libertadas. Neste momento, os exércitos de campanha do Exército Popular de Libertação efectuam uma marcha grandiosa, sem precedente na história da China, sobre as províncias do Sul e do Noroeste. Em três anos, o Exército Popular de Libertação infligiu às tropas reaccionárias do Kuomintang um total de 5.590.000 baixas. Actualmente, as forças restantes do Kuomintang, incluindo as das tropas regulares e irregulares e as dos organismos e escolas militares da retaguarda, constam apenas de 1.500.000 homens, aproximadamente. Vai levar ainda algum tempo, não muito, para se liquidar estas restantes forças inimigas.

É uma vitória para todo o povo chinês, e também uma vitória para todos os povos do mundo. Esta grande vitória do povo chinês exaltou e inspirou os povos de todo o mundo, à excepção dos imperialistas e dos reaccionários dos vários países. A luta do povo chinês contra os seus inimigos e as lutas dos outros povos do mundo contra os seus inimigos têm o mesmo significado. O povo da China e os povos do mundo inteiro são testemunhas de que os imperialistas or-denaram aos reaccionários

chineses combater violentamente contra o povo chinês, através duma guerra con-tra-revolucionária, e que o povo chinês derrubou vitoriosamente os reaccionários por meio duma guerra revolucionária.

Aqui, penso que se torna necessário chamar a atenção para o facto de que os imperialistas e os seus lacaios, os reaccionários chineses, não se resignarão à sua derrota nestas terras da China. Eles continuarão a agir de conivência para se oporem ao povo chinês por todos os meios possíveis. Por exemplo, eles hão--de infiltrar os seus agentes na China para semear a discórdia e provocar desordens. Isto é certo e seguro; eles jamais descurarão tais actividades. Ou, por exemplo, os imperialistas incitarão os reaccionários chineses a bloquear os portos da China, oferecendo--lhes até o concurso das suas próprias forças. E hão-de fazê-lo sempre que lhes for possível. Além disso, se ainda estiverem sedentos de aventuras, eles hão-de expedir parte das suas tropas em incursões nas nossas regiões fronteiriças; isto também não é impossível. Precisamos de ter inteiramente em conta tudo isto. Exactamente porque conquistámos a vitória, em caso algum devemos relaxar a nossa vigilância ante as frenéticas conspirações de vingança dos imperialistas e dos seus lacaios. Quem relaxar a vigilância, ver-se-á politicamente desarmado e en-contrar-se-á reduzido a uma posição passiva. Dadas todas estas circunstâncias, o povo de todo o país deve unir-se para esmagar resoluta, radical, integral e totalmente qualquer maquinação contra o povo chinês por parte dos imperialistas e dos seus lacaios, os reaccionários chineses. A China deve ser independente, a China deve ser libertada, os problemas

da China devem ser decididos e dirigidos pelo próprio povo chinês, e nenhuma ingerência, por menor que seja, jamais será tolerada a qualquer dos países imperialistas. A revolução chinesa é a revolução das grandes massas populares de toda a nação. Todos são nossos amigos, excepto os imperialistas, os feudais e os capitalistas burocráticos, os reaccionários do Kuomintang e os seus cúmplices. Dispomos duma frente única revolucionária, ampla e sólida. Esta frente é tão ampla que engloba a classe operária, o campesinato, a pequena burguesia urbana e a burguesia nacional. Esta frente única é tão sólida que possui uma vontade firme e uma capacidade inesgotável para derrotar qualquer inimigo e superar qualquer dificuldade. A nossa época é uma época em que o sistema imperialista se precipita para a sua destruição total; os imperialistas caíram numa crise inextricável e, seja qual for o processo com que continuem a combater o povo chinês, este encontrará sempre os meios de conquistar a vitória final.

Ao mesmo tempo, proclamamos ao mundo inteiro que o que combatemos é exclusivamente o sistema imperialista e as suas conspirações contra o povo chinês. Estamos prontos a discutir com qualquer governo estrangeiro sobre o estabelecimento de relações diplomáticas na base dos princípios da igualdade, da vantagem recíproca e do respeito mútuo pela soberania e integridade territorial, desde que ele esteja disposto a romper as suas relações com os reaccionários chineses, cesse de conspirar com estes ou de ajudá-los e adopte uma atitude de amizade genuína, e não hipócrita, em relação à China Popular. O povo chinês deseja manter uma cooperação amistosa

com todos os povos do mundo, restabelecer e ampliar o comércio internacional, a fim de desenvolver a produção e promover a prosperidade económica.

Senhores delegados, todas as condições estão maduras para que convoquemos a Nova Conferência Consultiva Política e formemos um governo democrático de coalizão. O povo inteiro aguarda com extrema ansiedade que convoquemos a conferência e formemos um governo. Creio que o trabalho agora iniciado tornará realidade esta esperança, e realizá-la-á em breve.

Uma vez estabelecido o governo democrático de coalizão da China, as suas tarefas principais são as seguintes: i) liquidar o que resta dos reaccionários e reprimir as desordens que provocam; 2) fazer os maiores esforços possíveis para restabelecer e desenvolver a economia do povo e, ao mesmo tempo, restaurar e desenvolver a cultura e a educação populares.

O povo chinês verá que, uma vez os destinos do país nas suas mãos, a China, tal como o Sol que se levanta no Oriente, iluminará todos os recantos da Terra com a sua chama brilhante, limpará rapidamente a lama deixada pelo governo reaccionário, cicatrizará as feridas da guerra e edificará uma república popular, nova, poderosa, próspera e digna do seu nome.

Viva a República Popular da China!

Viva o governo democrático de coalizão!

Viva a grande unidade de todo o povo!

NOTAS

1 O Comité reuniu-se em Pepim de 15 a 19 de Junho de 1949. Estiveram presentes 134 membros representando 23 organizações e grupos, incluindo o Partido Comunista da China, os partidos democráticos, as organizações populares, as personalidades democráticas de todos os sectores sociais, as minorias nacionais e os chineses do ultramar. O Comité adoptou o “Regulamento Orgânico do Comité Preparatório da Nova Conferência Consultiva Política” e as “Disposições Concernentes às Organizações e Grupos Participantes na Nova Conferência Consultiva Política e aos Efectivos das Suas Delegações”, e elegeu um Comité Permanente, dirigido pelo Presidente Mao Tsetung. A Conferência passou a designar-se Nova Conferência Consultiva Política para se distinguir da Conferência Consultiva Política realizada a 10 de Janeiro de 1946, em Tchuntchim. O seu nome foi mudado para Conferência Consultiva Política do Povo Chinês na sua I Sessão Plenária em 21 de Setembro de 1949.

2 Ver, no presente tomo, “Circular do Comité Central do Partido Comunista da China sobre a Reunião de Setembro”, nota 4.

SOBRE A DITADURA DEMOCRÁTICA POPULAR

Em comemoração do XXVIII Aniversário do Partido
Comunista da China

(30 de Junho de 1949)

O dia 1º de Julho de 1949 assinala que o Partido Comunista da China viveu já vinte e oito anos. Tal como um ser humano, um partido político tem infância, juventude, idade madura e velhice. O Partido Comunista da China já não é uma criança nem um jovem menor de vinte anos, mas sim um adulto. Quando um homem chega à velhice, morre; o mesmo ocorre a um partido. Quando desaparecerem as classes, todos os instrumentos da luta de classes — partidos políticos e máquina do Estado — perderão a sua função, deixarão de ser necessários; portanto, extinguir-se-ão gradualmente, terminarão a sua missão histórica, e a sociedade humana passará a uma etapa superior. Nós somos o oposto dos partidos políticos da burguesia. Eles temem falar da extinção das classes, da extinção do poder de Estado e dos partidos. Nós, ao contrário, declaramos abertamente que lutamos com energia precisamente para criar as condições necessárias que permitam a extinção de tudo isso. A direcção do Partido Comunista da China e o poder de Estado da ditadura popular constituem tais condições. Quem não reconhece esta verdade não é comunista. É possível que a

não compreendam ainda os camaradas jovens, que acabam de ingressar no Partido e não estudaram o Marxismo-Leninismo. Mas devem compreendê-la, pois só então poderão ter uma concepção justa do mundo. Devem compreender que o caminho que conduz à abolição das classes, do poder de Estado e dos Partidos é a via que há-de seguir toda a humanidade; é apenas questão de tempo e de condições. Em todo o mundo, os comunistas são mais clarividentes que a burguesia, compreendem as leis que regem a existência e o desenvolvimento das coisas, compreendem a dialéctica e podem ver mais longe. Se a burguesia não acolhe com agrado esta verdade é porque não quer ser derrubada. Ser derrubado resulta doloroso e horrível de imaginar para aqueles que têm de sofrer a derrota, como por exemplo, para os reaccionários do Kuomintang, que esta-mos derrubando actualmente, e para o imperialismo japonês que nós, juntamente com os outros povos, vencemos no passado. Mas, para a classe operária, o povo trabalhador e o Partido Comunista, o problema não está em ser derrubado, mas sim em trabalhar com afinco para criar as condições em que as classes, o poder de Estado e os partidos políticos desapareçam muito naturalmente e a humanidade entre no reino da Grande Harmonia(1). Nós mencionamos de passa-gem esta perspectiva distante do progresso humano, a fim de explicar com clareza os problemas que vamos discutir seguidamente.

Como todos sabem, o nosso Partido não viveu estes vinte e oito anos em paz, mas sim no meio de dificuldades, obrigado a lutar contra os inimigos internos e externos, e contra os de dentro e de fora do Partido. Agra-

decemos a Marx, Engels, Lenine e Estaline o terem-nos dado uma arma. Essa arma não é a metralhadora, mas o Marxismo-Leninismo.

No seu livro *A Doença Infantil do Comunismo* (o “Esquerdismo”), escrito em 1920, Lenine descreveu como os russos buscavam uma teoria revolucionária¹. Só depois de vários decénios de dificuldades e sofrimentos é que encontraram o Marxismo. Na China, muitas coisas eram as mesmas ou semelhantes às existentes na Rússia de antes da Revolução de Outubro. Existia a mesma opressão feudal; existia um atraso económico e cultural similar; ambos os países eram atrasados, mas a China mais ainda. Em ambos os países, no interesse da regeneração nacional, os progressistas não se detiveram ante os combates encarniçados e duros na sua busca da verdade revolucionária.

Desde a derrota da China na Guerra do Ópio de 1840, os chineses progressistas suportaram incontáveis dificuldades, buscando a verdade no exemplo dos países ocidentais. Hom Siu-tchuan, Cam Io-vei², Ien Fu³ e Sun Yat-sen representam aqueles que procuravam a verdade no exemplo do Ocidente, antes do nascimento do Partido Comunista da China. Naquela altura, os chineses que aspiravam ao progresso liam todo o livro que contivesse as novas teorias do Ocidente. Era assombroso o número de estudantes enviados ao Japão, Inglaterra, Estados Unidos, França e Alemanha. No país, aboliu-se o sistema dos exames imperiais, e as escolas modernas⁴ surgiram como rebentos de bambu depois duma chuva primaveril. Faziam-se todos os esforços por aprender do Ocidente. Na minha juventude, eu dediquei-me tam-

bém a esses estudos. Tratava-se da cultura da democracia burguesa ocidental, cultura que compreendia as teorias sociais e as ciências naturais desse período, ao que se chamava “as novas doutrinas”, contrariamente à cultura feudal chinesa a que se chamava “as velhas doutrinas”. Durante muito tempo, os que tinham aprendido as novas doutrinas confiaram em que estas salvariam a China, e muito poucos dentre eles abrigavam as dúvidas que a tal respeito tinham os partidários das velhas doutrinas. Só a modernização podia salvar a China, só a aprendizagem junto dos países estrangeiros podia modernizá-la. Entre os países estrangeiros dessa época, apenas os países capitalistas do Ocidente representavam o progresso, pois haviam edificado, com êxito, Estados burgueses modernos. Os japoneses tinham logrado êxitos ao aprender do Ocidente, e os chineses também desejavam aprender dos japoneses. Aos olhos dos chineses dessa época, a Rússia era um país atrasado e poucos queriam aprender com ela. Foi assim como os chineses se esforçaram por aprender dos países estrangeiros, no período que vai da quarta década do século XIX aos começos do século XX.

A agressão imperialista desvaneceu os sonhos fascinantes dos chineses que contavam aprender com o Ocidente. Coisa estranha: por que é que os professores agrediam sempre os seus discípulos? Os chineses aprenderam muito do Ocidente, mas o que aprenderam resultou inaplicável, e os seus ideais nunca puderam realizar-se. As suas repetidas lutas, incluindo um movimento de amplitude nacional como a Revolução de 1911, terminaram todas num fracasso. Dia a dia piorava a situ-

ação do país, e a vida tornou--se impossível. As dúvidas surgiram, aumentaram e aprofundaram-se. A Primeira Guerra Mundial estremeceu o mundo inteiro. Os russos fizeram a Revolução de Outubro e criaram o primeiro Estado socialista no mundo. Sob a direcção de Lenine e Estaline, a energia revolucionária do grande proletariado e do grande povo trabalhador da Rússia, energia até então latente e imperceptível para os estrangeiros, entrou imediatamente em erupção como um vulcão, e os chineses, assim como a humanidade inteira, começaram a ver os russos com outros olhos. Então, e só então, se iniciou uma era completamente nova no pensamento e na vida dos chineses. Eles descobriram o Marxismo-Leninismo, a verdade de aplicação universal, e a fisionomia da China começou a mudar.

Foi através dos russos que os chineses descobriram o Marxismo. Antes da Revolução de Outubro, os chineses não só desconheciam Lenine e Estaline, como nem sequer conheciam Marx e Engels. As salvas dos canhões da Revolução de Outubro trouxeram-nos o Marxismo-Leninismo. A Revolução de Outubro ajudou os progressistas da China, assim como os do mundo inteiro, a adoptar a concepção proletária do mundo como instrumento para estudar o destino do seu país e reconsiderar os seus próprios problemas. Seguir o caminho dos russos: tal foi a sua conclusão. Em 1919, teve lugar na China o Movimento do 4 de Maio. Em 1921, fundou-se o Partido Comunista da China. Sun Yat-sen, no máximo do desespero, deparou com a Revolução de Outubro e o Partido Comunista da China. Ele aclamou a Revolução de Outubro, aclamou a ajuda dos russos aos chineses e

clamou a cooperação do Partido Comunista da China. Após a morte de Sun Yat-sen, Tchiang Kai-chek subiu ao poder. Ao cabo dum longo período de vinte e dois anos, Tchiang Kai-chek tinha arrastado a China para um beco sem saída. Nesse período, durante a Segunda Guerra Mundial antifascista, na qual a União Soviética constituía a força principal, três grandes potências imperialistas foram derrotadas e outras duas saíram debilitadas. Em todo o mundo, só uma grande potência imperialista, os Estados Unidos, ficou indemne. Mas os Estados Unidos atravessavam uma grave crise interna. Queriam escravizar o mundo inteiro; ajudavam Tchiang Kai-chek a massacrar vários milhões de chineses, fornecendo-lhe armas. Sob a direcção do Partido Comunista da China, o povo chinês, depois de expulsar o imperialismo japonês, sustentou durante três anos a Guerra Popular de Libertação e logrou fundamentalmente a vitória. Deste modo, a civilização burguesa ocidental, a democracia burguesa e o projecto duma república burguesa — tudo isto faliu aos olhos do povo chinês. A democracia burguesa cedeu o seu lugar à democracia popular dirigida pela classe operária, e a república burguesa, à república popular. Dai a possibilidade de chegar, através de república popular, ao socialismo e ao comunismo, à abolição das classes e ao mundo da Grande Harmonia. Cam Ió-vei escreveu O Livro da Grande Harmonia, mas não encontrou nem podia encontrar o caminho que conduz à Grande Harmonia. A república burguesa, que existe no estrangeiro, não pode existir na China, porque esta é um país oprimido pelo imperialismo. O único caminho é o que passa pela república popular dirigida

pela classe operária.

Todos os outros meios foram experimentados e fracassaram. Entre os que a eles se apegavam, uns caíram, outros despertaram e outros estão mudando as suas ideias. Os acontecimentos desenrolam-se com tanta rapidez que muitos sentem o carácter repentino da mudança e a necessidade de aprender de novo. É compreensível esse estado de espírito e nós saudamos essa atitude louvável de pôr-se de novo a aprender.

A vanguarda do proletariado chinês aprendeu o Marxismo-Leninismo depois da Revolução de Outubro e fundou o Partido Comunista da China. Ela entrou imediatamente nas lutas políticas e só agora, depois de percorrer durante vinte e oito anos um caminho sinuoso, alcançou a vitória fundamental. Da nossa experiência de vinte e oito anos extraímos uma conclusão igual à que Sun Yat-sen formulou no seu testamento, a partir da sua “experiência de quarenta anos”; quer dizer, estamos profundamente convencidos de que, para conquistar a vitória, “é necessário despertarmos as massas populares e unirmo-nos, em combate comum, às nações do mundo que nos tratem em pé de igualdade”. Sun Yat-sen tinha uma concepção do mundo distinta da nossa e partia de outra posição de classe ao examinar e tratar os problemas. Contudo, na segunda década deste século, chegou a uma conclusão no essencial idêntica à nossa sobre o problema de como lutar contra o imperialismo. Desde a morte de Sun Yat-sen passaram-se já vinte e quatro anos; a revolução chinesa, dirigida pelo Partido Comunista da China, realizou imensos progressos, tanto na teoria como na prática, e isso mudou radicalmente a

fisionomia da China. A experiência principal e fundamental, obtida até aqui pelo povo chinês, resume-se aos dois pontos seguintes:

1. No interior do país, despertar as massas populares. Isso significa unir a classe operária, a classe camponesa, a pequena burguesia urbana e a burguesia nacional, formar uma frente única nacional sob a direção da classe operária e, partindo daí, avançar até ao estabelecimento dum Estado de ditadura democrática popular, dirigido pela classe operária e baseado na aliança dos operários e camponeses.

2. No exterior, unirmo-nos numa luta comum com as nações do mundo que nos tratem em pé de igualdade e com os povos de todos os países. Isto significa aliarmos-nos com a União Soviética, com as Democracias Populares e com o proletariado e as grandes massas populares de todos os países, para formar uma frente única internacional. “Vocês tendem para um só lado.” Exactamente. Tender para um só lado é o que nos ensinam a experiência de quarenta anos de Sun Yat-sen e a experiência de vinte e oito anos do Partido Comunista, e estamos firmemente convencidos de que, a fim de alcançar e consolidar a vitória, devemos tender para um só lado. As experiências acumuladas nesses quarenta anos e nesses vinte e oito anos mostram que todos os chineses, sem excepção, têm que pôr-se ou do lado do imperialismo ou do lado do socialismo. Não é possível cavalgar sobre os dois, nem existe terceira via. Combatemos os reaccionários de Tchiang Kai-chek que se põem do lado do imperialismo e estamos também contra as ilusões acerca duma terceira via.

“Vocês são demasiado irritantes.” Nós falamos de como tratar os reaccionários nacionais e estrangeiros, ou seja, os imperialistas e seus lacaios, e não de como tratar qualquer outra pessoa. Com os reaccionários não surge o problema de irritá-los ou não. Irritados ou não irritados, continuarão a ser os mesmos, já que são reaccionários. Só poderemos isolar os reaccionários, vencê-los ou arrancar-lhes o poder, se traçarmos uma clara linha de demarcação entre eles e os revolucionários, se desmascarmos as intrigas e conspirações dos reaccionários, se despertarmos a vigilância e a atenção nas fileiras revolucionárias, se elevarmos a nossa vontade de luta e esmagarmos a arrogância do inimigo. Perante uma fera não se deve mostrar a menor timidez. Que nos sirva de exemplo o que fez Vu Som na colina de Tchin-iam. Aos olhos de Vu Som, o tigre da colina de Tchin-iam, irritado ou não, devorava sempre os homens. Das duas uma: ou matar o tigre, ou deixar-se devorar por ele. “Queremos comerciar.” Inteiramente justo, o comércio far-se-á sempre. Não estamos contra mais ninguém senão contra os reaccionários nacionais e estrangeiros que nos estorvam o comércio. Todos devem saber que ninguém mais, a não ser os imperialistas e seus lacaios, os reaccionários de Tchiang Kai-chek, nos dificulta o comércio e mesmo o estabelecimento de relações diplomáticas com os países estrangeiros. Quando, unindo-nos a todas as forças nacionais e internacionais, tivermos derrotado os reaccionários interiores e exteriores, poderemos comerciar e estabelecer relações diplomáticas com todos os países, na base da igualdade, do benefício recíproco e do respeito mútuo pela integri-

dade territorial e pela soberania.

“A vitória é possível inclusivamente sem a ajuda internacional.” Esta ideia é errónea. Na época em que existe o imperialismo, sem as diversas formas de ajuda das forças revolucionárias internacionais, é impossível que uma verdadeira revolução popular, em qualquer país que seja, alcance a vitória; e, ainda que se alcançasse a vitória, esta não poderia ser consolidada. Assim ocorreu com a vitória e a consolidação da Grande Revolução de Outubro, como Lenine e Estaline nos disseram há muito tempo. Assim ocorreu também com a derrota das três potências imperialistas na Segunda Guerra Mundial e o estabelecimento das Democracias Populares. E assim ocorre também com o presente e o futuro da China Popular. Vejam: sem a existência da União Soviética, sem a vitória na Segunda Guerra Mundial antifascista, sem a derrota do imperialismo japonês, sem o nascimento das Democracias Populares, sem a luta em que se levantam as nações oprimidas do Oriente e sem a luta das massas populares dos Estados Unidos, Inglaterra, França, Alemanha, Itália, Japão e outros países capitalistas contra os seus governantes reaccionários, sem o concurso de todos estes factores, as forças reaccionárias internacionais que pesam sobre nós seriam, indubitavelmente, muitas vezes maiores que actualmente. Em tais circunstâncias, teríamos podido obter a vitória? Evidentemente que não. Aliás, se a tivéssemos alcançado, seria impossível consolidá-la. O povo chinês tem experiência de sobra a este respeito. Essa experiência reflectiu-se há já muito tempo nas palavras que proferiu Sun Yat-sen no seu leito de morte, acerca da necessidade de unir-se às forças rev-

olucionárias internacionais.

“Necessitamos da ajuda dos governos da Inglaterra e dos Estados Unidos.” Esta ideia, nos tempos que correm, também é ingénua. Os actuais governantes da Inglaterra e dos Estados Unidos, que são imperialistas, acaso poderão ajudar um Estado popular? Se esses países chegarem a comerciar connosco e se, suponhamos, estiverem dispostos no futuro a emprestar-nos dinheiro em condições de benefício mútuo, por que o farão? Porque os capitalistas desses países querem ganhar dinheiro e os seus banqueiros querem cobrar juros, para salvar-se da sua própria crise. Não se trata duma questão de ajuda ao povo chinês. Os Partidos Comunistas e os partidos progressistas desses países estão a exercer pressão sobre os seus governos para que comerciem e, inclusivamente, para que estabeleçam relações diplomáticas connosco. Isto demonstra boa vontade, isto é, ajuda, e não pode colocar-se no mesmo plano que a conduta da burguesia dos ditos países. Durante toda a sua vida, Sun Yat-sen dirigiu-se vezes sem conta aos países capitalistas, solicitando ajuda, mas nada obteve senão recusas grosseiras. Só uma vez, em toda a sua vida, Sun Yat-sen recebeu ajuda internacional, e essa foi a ajuda da União Soviética. Os leitores podem recorrer ao testamento do Dr. Sun Yat-sen, no qual ele aconselhava insistentemente que não se depositassem esperanças na ajuda dos países imperialistas, mas sim no “unirmo-nos às nações do mundo que nos tratem em pé de igualdade”. O Dr. Sun Yat-sen tinha experiência: tinha sofrido, tinha sido enganado. Devemos ter presentes as suas palavras e não deixar-nos enganar por nossa vez. No campo internac-

ional, pertencemos à frente anti-imperialista encabeçada pela União Soviética e, para obter uma verdadeira ajuda amiga, só podemos dirigir-nos a esse lado e não ao lado da frente imperialista.

“Vocês exercem uma ditadura.” Caros senhores, tendes razão, é justamente isso o que fazemos. Toda a experiência acumulada pelo povo chinês, durante vários decênios, ensina-nos a exercer a ditadura democrática popular, o que significa privar os reaccionários do direito à palavra e dar esse direito exclusivamente ao povo.

Que se entende por povo? Na China, na presente etapa, entende-se por povo a classe operária, a classe camponesa, a pequena burguesia urbana e a burguesia nacional. Dirigidas pela classe operária e pelo Partido Comunista, essas classes unem-se, formam o seu próprio Estado, elegem o seu próprio governo e exercem a ditadura sobre os lacaios do imperialismo, quer dizer, sobre a classe dos senhores de terras e a burguesia burocrática, assim como sobre os seus re-presentantes, os reaccionários do Kuomintang e seus cúmplices, reprimem-nos, só lhes permitem actuar na forma devida e não lhes toleram que saiam dos limites, nem por palavras nem por actos. Se saem dos limites numa ou noutra forma, reprimem-se e casti-gam-se imediatamente. A democracia pratica-se no seio do povo, o qual goza das liberdades de palavra, reunião, associação, etc. Só o povo goza do direito de voto e não os reaccionários. A combinação destes dois aspectos, democracia para o povo e ditadura para os reaccionários, constitui a ditadura democrática popular. Por que razão é preciso proceder desta maneira? A razão é bastante clara para todos. Se não se procedesse assim,

a revolução fracassaria, o povo sofreria e o Estado pereceria.

“Não querem vocês abolir o poder de Estado?” Sim, queremos, mas não pelo momento. Ainda não podemos fazê-lo. Porquê? Porque ainda existe o imperialismo, porque ainda existe a reacção interna, porque ainda existem classes no país. A nossa tarefa actual é fortalecer o aparelho de Estado do povo — principalmente o exército popular, a polícia popular e os tribunais populares — a fim de consolidar a defesa nacional e proteger os interesses do povo. Essa é a condição para que a China, sob a direcção da classe operária e do Partido Comunista, possa transformar-se, a passos seguros, de país agrícola em país industrial, passar da sociedade de democracia nova à sociedade socialista e comunista, abolir as classes e realizar a Grande Harmonia. O aparelho de Estado, incluindo o exército, a polícia e os tribunais, é o instrumento de opressão duma classe por outra. Relativamente às classes inimigas, ele é um instrumento de opressão, é violência e de nenhum modo “benevolência”. “Vocês não são benévolos.” Exacto. Jamais aplicaremos uma política de benevolência para com as actividades reaccionárias dos reaccionários e das classes reaccionárias. Aplicamos a política de benevolência unicamente no seio do povo, e não, fora deste, às actividades reaccionárias dos reaccionários e das classes reaccionárias. O Estado Popular protege o povo. Só quando existe um Estado popular, o povo pode, em todo o país e com a participação de todos, educar-se e transformar-se por métodos democráticos e desembaraçar-se, assim, da influência dos reaccionários interiores e exteriores (in-

fluência ainda muito forte actualmente, que subsistirá por longo tempo e que não pode ser eliminada rapidamente), livrar-se dos maus hábitos e ideias adquiridas na velha sociedade, evitar ser desencaminhado pelos reaccionários, e continuar o avanço: o avanço para a sociedade socialista e comunista.

O método que empregamos para o efeito é democrático, ou seja, um método de persuasão e não de coacção. Quando alguém do povo viola a lei, também deve ser castigado, encarcerado, inclusive sentenciado à morte. Na realidade, isto pode suceder em alguns casos isolados, e difere em princípio da ditadura exercida sobre os reaccionários como classe.

Aos membros das classes reaccionárias e aos elementos da reacção, depois da derrocada do seu poder e desde que não se rebelam, não cometam actos de sabotagem nem provoquem distúrbios, também se lhes dará terra e trabalho, para que possam viver, reeducar-se pelo trabalho e converter-se em gente nova. Se porventura não quiserem trabalhar, o Estado popular obrigá-los-á a isso. Com eles far-se-á também um trabalho de propaganda e educação, e em forma tão cuidadosa e a fundo como o fizemos em relação aos oficiais feitos prisioneiros. Isto também poderá considerar-se uma política de “benevolência”; mas esta política é imposta por nós aos que pertenciam às classes inimigas, e não pode ser colocada num mesmo plano com o trabalho de auto-educação que realizamos no seio do povo revolucionário.

Semelhante trabalho de reeducação dos membros das classes reaccionárias só pode ser efectuado por um Estado de ditadura democrática popular, sob a direcção do

Partido Comunista. Uma vez que se tenha realizado esse trabalho com êxito, serão definitivamente eliminadas as principais classes exploradoras na China, a classe dos senhores de terras e a burguesia burocrática (a burguesia monopolista). Resta unicamente a burguesia nacional. Na etapa actual, já podemos empreender em forma apropriada um considerável trabalho educativo entre muitos dos seus componentes. Quando chegar o momento de realizar o socialismo, quer dizer, nacionalizar as empresas privadas, daremos um passo mais nesse trabalho de educação e transformação dos seus componentes. O povo tem nas suas mãos uma poderosa máquina estatal e não teme a rebelião da burguesia nacional.

O problema sério é a educação dos camponeses. A economia camponesa é dispersa, e a socialização da agricultura, a julgar pela experiência da União Soviética, requererá um longo período e um trabalho minucioso. Sem a socialização da agricultura, não pode haver um socialismo completo e sólido. A socialização da agricultura deve coordenar-se, na sua marcha, com o desenvolvimento duma poderosa indústria, que tenha como força motriz as empresas estatais⁶. O Estado de ditadura democrática popular deve resolver sistematicamente os problemas da industrialização do país. Como este artigo não se propõe tratar em detalhe as questões económicas, não me alargarei neste assunto.

Em 1924, no I Congresso Nacional do Kuomintang, dirigido pelo próprio Sun Yat-sen e no qual participaram os comunistas, adoptou-se um famoso manifesto que declarava:

“Nos Estados modernos, o chamado sistema democrático

co está geralmente monopolizado pela burguesia e converteu-se num puro instrumento para oprimir a gente comum. Em contrapartida, o princípio da democracia do Kuomintang significa um sistema democrático da gente comum, não dominado a título privado por uns quantos.”

À parte a questão de saber quem dirige quem, o princípio de democracia aqui aludido corresponde, como programa político geral, àquilo que chamamos democracia popular ou democracia nova. Um sistema estatal que seja unicamente o bem comum de toda a gente simples, e não algo que a burguesia possa arrogar-se, mais a direcção exercida pela classe operária, eis o sistema estatal de ditadura democrática popular.

Tchiang Kai-chek traiu Sun Yat-sen e implantou a ditadura da burguesia burocrática e da classe dos senhores de terras como instrumento para oprimir as pessoas simples da China. Esta ditadura contra-revolucionária foi exercida durante vinte e dois anos, e só agora foi derubada pelas pessoas simples da China, sob a nossa direcção.

Os reaccionários estrangeiros que nos acusam de exercer a “ditadura” ou “totalitarismo” são precisamente os que exercem essa ditadura ou totalitarismo. Eles exercem a ditadura ou o totalitarismo duma só classe, a burguesia, contra o proletariado e o resto do povo. Sun Yat-sen referia-se precisamente a esses indivíduos ao falar da burguesia dos Estados modernos, que oprime a gente simples. E foi precisamente desta canalha reaccionária que Tchiang Kai-chek aprendeu a ditadura contra-revolucionária.

Tchu Si, filósofo da dinastia Som, escreveu muitos livros e deixou muitas sentenças, hoje já esquecidas. Não obstante, ainda se recorda uma delas: “Trata cada um, tal como ele trata os demais.”⁷ Isto é justamente o que fazemos; nós tratamos os imperialistas e os seus lacaios, os reaccionários de Tchiang Kai-chek, do mesmo modo que eles nos tratam. É tudo, nada mais!

A ditadura revolucionária e a ditadura contra-revolucionária são opostas por natureza, mas da segunda aprendeu-se a exercer a primeira. Tal aprendizagem é muito importante. Sem possuir este método de domínio sobre as classes contra-revolucionárias, o povo revolucionário não poderá manter o seu poder, a reacção interna e externa derrubará esse poder e restaurará o seu domínio sobre a China, e a desgraça abater-se-á sobre o povo revolucionário.

A ditadura democrática popular baseia-se na aliança entre a classe operária, a classe camponesa e a pequena burguesia urbana, mas sobretudo na aliança operário-camponesa, pois estas duas classes constituem 80 a 90 por cento da população da China. A derrocada do imperialismo e dos reaccionários do Kuomintang depende fundamentalmente da força destas duas classes. A transição da nova democracia ao socialismo também depende essencialmente da aliança destas duas classes. A ditadura democrática popular necessita da direcção da classe operária, porque a classe operária é a mais perspicaz, a mais desinteressada e a mais consequentemente revolucionária. Toda a história da revolução prova que, sem a direcção da classe operária, a revolução fracassa, enquanto que, sob a direcção da classe operária, a rev-

olação triunfa. Na época do imperialismo, nenhuma outra classe, em qualquer país que seja, pode conduzir uma verdadeira revolução à vitória. Assim o prova claramente o facto de terem fracassado as numerosas revoluções dirigidas pela pequena burguesia e pela burguesia nacional da China.

A burguesia nacional é de grande importância na etapa actual. Nós ainda temos pela frente o imperialismo, inimigo muito feroz. A indústria moderna da China, todavia, representa apenas uma parte muito reduzida da economia nacional. Neste momento, não se dispõe de estatísticas fidedignas, mas, a julgar por alguns dados, o valor da produção da indústria moderna, antes da Guerra de Resistência contra o Japão, só constituía, aproximadamente, dez por cento do valor global da produção da economia nacional. Para fazer frente à opressão imperialista e elevar a sua economia atrasada a um nível mais alto, a China deve utilizar todos os elementos do capitalismo, na cidade e no campo, que sejam proveitosos, e não prejudiciais, à economia nacional e à vida do povo, e devemos unir-nos com a burguesia nacional na luta comum. A nossa política actual é limitar o capitalismo, e não destruí-lo. Mas a burguesia nacional não pode desempenhar o papel dirigente na revolução, nem deve ocupar o lugar principal no poder estatal. A razão disso está no facto de a sua posição social e económica determinar a sua debilidade, a sua falta de perspicácia e de valor suficiente, e o medo de muitos dos seus componentes em relação às massas populares.

Sun Yat-sen defendia a ideia de “despertar as massas populares” ou “ajudar os camponeses e operários”.

Quem há-de, pois, “despertá-los” e “ajudá-los”? Sun Yat-sen pensava na pequena burguesia e na burguesia nacional. Na realidade, elas não podem fazê-lo. Por que é que terminaram em fracasso os quarenta anos de actividade revolucionária de Sun Yat-sen? Porque, na época do imperialismo, a pequena burguesia e a burguesia nacional não podem conduzir à vitória nenhuma revolução verdadeira.

Os nossos vinte e oito anos foram bem diferentes. Adquirimos muita experiência valiosa. Um partido disciplinado, armado com a teoria marxista-leninista, praticando a autocritica e ligado às massas populares; um exército dirigido por esse partido; uma frente única de todas as classes revolucionárias e de todos os grupos revolucionários, dirigida por esse partido — eis as três armas principais com que temos derrotado o inimigo. Elas diferenciam-nos dos nossos predecessores, e é graças a essas três armas que alcançá-mos a vitória fundamental. Nós percorremos um caminho sinuoso. Lutámos contra os desvios oportunistas no Partido, tanto de direita como de “esquerda”. Todas as vezes que cometemos erros graves nesses três domínios, a revolução sofreu reveses. Instruídos pelos erros e reveses, nós tornámo-nos mais experimentados e maneja-mos melhor os nossos assuntos. Para qualquer partido político ou para qualquer pessoa é difícil evitar os erros; contudo, procuramos reduzi-los. Uma vez cometido um erro, devemos corrigi-lo, e, quanto mais rápido e mais a fundo, melhor.

Ao resumir a nossa experiência, podemos condensada num só ponto: ditadura democrática popular, dirigida pela classe operária (através do Partido Comunista) e

baseada na aliança dos operários e camponeses. Esta ditadura deve unir-se às forças revolucionárias internacionais. Eis a nossa fórmula, a nossa experiência fundamental, o nosso programa principal.

Os vinte e oito anos de vida do nosso Partido constituem um longo período, durante o qual só fizemos uma coisa: lográmos a vitória fundamental na guerra revolucionária. Ela merece celebrar-se porque é a vitória do povo, porque é uma vitória conquistada num país tão grande como a China. Mas ainda nos resta muito por fazer. Em comparação com uma viagem, o nosso trabalho já realizado é somente o primeiro passo dado numa longa marcha de dez mil lis. Ainda nos fica por liquidar os resíduos do inimigo. Temos à nossa frente a séria tarefa da construção económica. Em breve deixaremos de lado algumas das coisas que conhecemos bem e ver-nos-emos obrigados a ocupar-nos de coisas que não conhecemos bem. Está aqui a dificuldade. Os imperialistas julgam que não seremos capazes de administrar bem a nossa economia. Eles observam-nos de soslaio, esperando o nosso fracasso.

Devemos vencer as dificuldades, devemos aprender o que ignoramos. Devemos aprender de todos os entendidos (sejam quais forem) a trabalhar no domínio económico. Devemos considerá-los como mestres, aprendendo deles respeitosa e conscienciosamente. Não devemos fingir que conhecemos aquilo que na realidade não conhecemos. Não tomemos ares de burocratas. Se aprofundarmos um tema durante vários meses, durante um ano ou dois, durante três anos ou cinco, acabaremos necessariamente por dominá-lo. Inicialmente, alguns

dos comunistas soviéticos não sabiam manejar bem os assuntos económicos, e os imperialistas também esperavam o seu fracasso. Mas o Partido Comunista da União Soviética saiu vitorioso e, sob a direcção de Lenine e Estaline, não só soube fazer a revolução como também pro-ceder à construção. Ele edificou um grande e esplêndido Estado socialista. O Partido Comunista da União Soviética é o nosso melhor mestre e devemos aprender com ele. A situação, tanto nacional como internacional, é-nos favorável, e é plenamente possível, contando com a arma da ditadura democrática popular, unir toda a gente do país, salvo os reaccionários, e chegar com passo firme à nossa meta.

NOTAS

»Ver A Doença Infantil do Comunismo (o “Esquerdis-mo”), capítulo II, onde Lenine diz:

“Durante cerca de meio século, mais ou menos de 1840 a 1890, os pensadores de vanguarda na Rússia, submetidos a um jugo tsarista selvagem e reaccionário sem precedentes, buscaram avidamente uma teoria revolucionária justa, seguindo incessantemente, com um zelo e uma atenção admiráveis, cada ‘última palavra’ da Europa e da América sobre esta matéria. Na verdade, a Rússia fez sua a única teoria revolucionária justa, o Marxismo, à custa de meio século de sofrimentos e sacrifícios inauditos, de um heroísmo revolucionário sem par, de energia inimaginável e de investigação abnegada, de estudo, de experiências na prática, de decepções, de verificação das razões do sucesso e do fracasso e de comparação com a experiência da Europa.”

2 Cam Io-vei (1858-1927), natural do distrito de Nan-hai, província de Cuantum. Em 1891, um ano após a derrota infligida

à China pelo imperialismo japonês, Cam Io-vei pôs-se à frente de mil e trezentos candidatos aos exames imperiais em Pequim, a fim de apresentar ao imperador Cuam Siu uma petição de “dez mil palavras”, reclamando “a reforma constitucional e a modernização”, e a transformação da monarquia absoluta em monarquia constitucional. Em 1898, o imperador Cuam Siu chamou Cam Io-vei, Tan Se-tom, Liam Tchi-tchao e outros, para tomarem parte na condução dos assuntos do Estado, com vista à realização das reformas. Mais tarde, o regresso ao poder da imperatriz-mãe Tsi Si, que representava os ultraconservadores, fez fracassar o movimento reformista. Cam Io-vei e Liam Tchi-tchao fugiram para o estrangeiro e organizaram, em defesa do imperador, um partido que se transformou numa facção política reacçãoária, na medida em que se opunha ao grupo revolucionário da burguesia e da pequena burguesia, representado por Sun Yat-sen. Entre as obras de Cam Io-vei figuram: Falsificações sobre os Clássicos do Cãnone Confuciano, Confúcio Reformador e O Livro da Grande Harmonia.

3 Ien Fu (1853-1921), natural do distrito de Mín-hou, província de Fuquien, estudou numa academia naval inglesa. Após a Guerra Sino-Japonesa de 1894, preconizou uma monarquia constitucional, bem como reformas para modernizar a China. Traduziu várias obras, como Evolução e Ética, de T. H. Huxley, Investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações, de Adam Smith, Lógica Indutiva e De-dutiva, de J. S. Mill, e O Espírito das Leis, de Montesquieu, contribuindo assim para a propagação do pensamento burguês na China.

* Ver “Sobre a Democracia Nova”, Obras Escolhidas de Mao Tsetung, Tomo II, nota 16.

5 Vu Som, herói do célebre romance chinês Cbuei liu Tcbuam (A Borda da Água). O episódio em que ele mata um tigre na colina de Tchín-iam é muito conhecido entre o povo.

6 Sobre as relações entre a socialização da agricultura e a industrialização do país, ver as partes VII e VIII do relatório Sobre o Problema da Cooperativização Agrícola, apresentado em 31 de Julho de 1955 pelo camarada Mao Tsetung na Conferência dos Secretários dos Comitês Provinciais, Municipais e das Regiões Autónomas do Partido Comunista da China. Nesse relatório, baseando-sc na

experiência da União Soviética e na prática do nosso próprio país, o cama-rada Mao Tsetung desenvolveu amplamente a tese segundo a qual as etapas da socialização da agricultura devem estar de acordo com as da industrialização socialista.

7 Extracto das notas feitas por Tchu Si sobre A Doutrina do Meio Termo, de Confúcio, capítulo XIII.

NOTAS DO TRADUTOR

(1) Aqui, o mundo da Grande Harmonia é a sociedade comunista.

ABANDONAI AS ILUSÕES E PREPARAI-VOS
PARA A LUTA*

(14 de Agosto de 1949)

Não é por acaso que o Livro Branco do Departamento de Estado norte-americano sobre as relações China-Estados Unidos e a Carta do Secretário de Estado Acheson ao Presidente Truman¹ são publicados neste momento. A publicação destes documentos reflecte a vitória do povo chinês e a derrota do imperialismo, reflecte o declínio de todo o sistema imperialista mundial. O sistema imperialista está corroído por múltiplas e insuperáveis contradições internas, razão por que os imperialistas estão mergulhados em profunda desolação.

O imperialismo preparou as condições para a sua própria ruína. Essas condições são o despertar das grandes massas populares nas colónias e semicolónias, assim como nos próprios países imperialistas. O imperialismo impulsionou as grandes massas populares do mundo inteiro para a época histórica da grande luta pela abolição do imperialismo. O imperialismo preparou as condições, quer materiais

* Este artigo e os quatro seguintes — “Adeus, Leighton Stuart!”, “Por Que É Necessário Discutir o Livro Branco”, “‘Amizade’ ou Agressão?” e “A Falência da Concepção Idealista da História” — foram comentários escritos pelo camarada Mao Tsetung para a Agência Hsinghua, por ocasião da publicação do Livro Branco do Departamento de

quer morais, para a luta das grandes massas populares. As condições materiais são as fábricas, caminhos de ferro, armas de fogo, artilharia, etc. A maior parte do poderoso equipamento do Exército Popular de Libertação da China provem do imperialismo norte-americano, certa parte provém do imperialismo japonês e outra é do nosso próprio fabrico.

A agressão inglesa contra a China em 1840 foi seguida pelas guerras de agressão contra a China pelas forças aliadas anglo-francesas, pela França, pelo Japão, e pelas forças aliadas das oito potências (Inglaterra, França, Japão, Rússia tsarista, Alemanha, Estados Unidos, Itália e Áustria); pela guerra travada em território chinês entre o Japão e a Rússia tsarista²; pela guerra de agressão japonesa contra a China, no Nordeste, iniciada em 1931; pela guerra de agressão japonesa contra toda a China, que começou em 1937 e que durou oito longos anos; e, finalmente, pela última guerra de agressão contra o povo chinês, que durou três anos, feita aparentemente por Tchiang Kai-chek mas, na realidade, pelos Estados Unidos. Como se afirma na Carta de Acheson, os Estados Unidos, nesta última guerra, prestaram ao governo do Kuomintang uma ajuda material no valor de “mais de 50 por cento das despesas monetárias” deste último, e “proporcionaram ao exército chinês (quer dizer, aos

Estado norte-americano e da Carta de Dean Acheson. Estes artigos puseram a nú a natureza imperialista da política dos Estados Unidos para com a China, criticaram as ilusões alimentadas por alguns intelectuais burgueses chineses acerca do imperialismo norte-americano e deram uma explicação teórica das causas da revolução chinesa e das razões que a levaram à vitória.

exércitos do Kuomintang) abastecimentos militares”. Trata-se duma guerra em que os Estados Unidos fornecem o dinheiro e as armas, enquanto Tchiang Kai-chek fornece os homens para lutar pelos Estados Unidos e massacrar o povo chinês. Todas estas guerras de agressão, juntamente com a agressão e opressão políticas, económicas e culturais, levaram os chineses a odiar o imperialismo, fizeram-nos reflectir no que tudo isto poderia significar e compeliram-nos a pôr em plena acção o seu espírito revolucionário e a unir-se através da luta. Eles lutaram, fracassaram, lutaram de novo, fracassaram de novo, e voltaram a lutar; acumularam uma experiência de 109 anos, experiência de centenas de lutas, grandes e pequenas, militares e políticas, económicas e culturais, com ou sem derramamento de sangue, e só então conseguiram a vitória fundamental de hoje. Tais são as condições morais, sem as quais a revolução não teria podido sair vitoriosa.

Para satisfazer as necessidades da sua agressão, o imperialismo instituiu na China o sistema comprador e o capital burocrático. A agressão imperialista estimulou a economia social da China, determinou alterações nesta e criou os elementos contrários ao imperialismo: a indústria nacional e a burguesia nacional da China e, em particular, o proletariado chinês das empresas dirigidas directamente pelos imperialistas, dirigidas pelo capital burocrático e dirigidas pela burguesia nacional. Para satisfazer as necessidades da sua agressão, o imperialismo arruinou os camponeses chineses, explorando-os com a troca de valores desiguais e criando, assim, grandes massas de camponeses pobres, somando cente-

nas de milhões e representando 70 por cento da população rural do país. Para satisfazer as necessidades da sua agressão, o imperialismo preparou na China vários milhões de grandes e pequenos intelectuais de novo tipo, diferentes do velho tipo de letrados e dos letrados-burocratas. Mas o imperialismo e os seus lacaios, os governos reaccionários da China, conseguiram controlar apenas uma parte desses intelectuais e, finalmente, somente um punhado, como Hu Chi, Fu Se-nten e Tchien Mu; os outros escaparam ao seu controle e voltaram--se contra eles. Estudantes, professores, professores universitários, técnicos, engenheiros, médicos, cientistas, escritores, artistas e funcionários públicos, todos entraram em revolta ou já não querem seguir mais o Kuomintang. O Partido Comunista é o partido dos pobres e é descrito pela propaganda do Kuomintang, por toda a parte e a todo o momento, como uma quadrilha que assassina e incendeia, que viola e saqueia, que rejeita a História e a cultura, que renega a Pátria, que não tem amor filial nem respeito pelos educadores, que jamais quer escutar a razão, que pratica a comunidade dos bens e das mulheres e que emprega a tática militar do “mar humano” — em suma, uma horda de monstros diabólicos que perpetra todos os crimes e é indigno de perdão. Bastante estranho, porém, é que é essa mesma horda quem conquistou o apoio de várias centenas de milhões de pessoas, incluindo a maioria dos intelectuais, e, especialmente, a juventude estudantil.

Uma parte dos intelectuais prefere ainda manter--se na expectativa. Pensam eles: o Kuomintang não é bom e o Partido Comunista tão-pouco o é necessariamente; por-

tanto, fazemos melhor em esperar um pouco. Alguns apoiam verbalmente o Partido Comunista, mas, no fundo, mantêm-se na expectativa. São precisamente os que têm ilusões sobre os Estados Unidos. Eles não querem fazer a distinção entre os imperialistas norte-americanos, que estão no poder, e o povo norte-americano, que não está no poder. Eles são facilmente enganados pelas palavras melosas dos imperialistas norte-americanos, como se fosse possível que estes tratassem a China Popular numa base de igualdade e de benefício mútuo, sem que nós tivéssemos de travar uma luta árdua e prolongada. Subsistem, todavia, entre estes intelectuais muitas ideias reaccionárias, isto é, antipopulares; mas eles não são reaccionários kuomintanistas. São elementos intermédios ou da ala direita na China Popular. São os defensores daquilo que Acheson chama “individualismo democrático”. As manobras enganadoras dos Acheson ainda têm uma base social na China, embora muito ténue.

O Livro Branco de Acheson admite que os imperialistas norte-americanos estão completamente perdidos sobre o que há a fazer em relação à presente situação na China. O Kuomintang é tão incapaz que nenhuma ajuda, por mais importante que seja, pode salvá-lo da ruína inevitável; os imperialistas norte-americanos estão perdendo o controle da situação e nada podem fazer. Na sua carta, Acheson diz:

“O desafortunado mas inevitável facto é que o resultado desastroso da guerra civil na China escapou ao controle do governo dos Estados Unidos. Nada do que este país fez, ou que poderia ter feito dentro dos limites razoáveis

das suas possibilidades, poderia ter modificado aquele resultado; nada do que o nosso país deixou por fazer contribuiu para tal resultado. Este foi produto das forças internas chinesas, forças que o nosso país tentou, mas não conseguiu, influenciar.”

De acordo com a lógica, a conclusão de Acheson deveria ser, como pensam ou afirmam alguns intelectuais chineses de ideias confusas, comportar-se como “o carneiro que põe de lado o facão e instantaneamente se transforma em Buda” ou como “o ladrão que se arrepende e se transforma num homem virtuoso”, quer dizer, tratar a China Popular na base da igualdade e do benefício mútuo e deixar de provocar desordens. Mas não, diz Acheson, a provocação de desordens deve continuar e seguramente que as provocaremos. Obter-se-á algum resultado? Ele afirma que sim. Em que espécie de gente se apoiará ele? Nos partidários do “individualismo democrático”. Acrescenta Acheson:

“ . . . no fim de contas, a milenária civilização e o individualismo democrático da China reafir-mar-se-ão e a China sacudirá o jugo estrangeiro. Eu considero que devemos estimular na China todo o desenvolvimento que, agora e no futuro, tenda para este fim.”

Quão diferente é a lógica dos imperialistas da lógica do povo! Provocar distúrbios, fracassar, voltar a provocar distúrbios, fracassar de novo . . . até à sua ruína — tal é a lógica dos imperialistas e de todos os reaccionários do mundo perante a causa do povo, e eles jamais marcharão contra tal lógica. É uma lei do Marxismo. Quando dizemos que “o imperialismo é feroz”, queremos dizer que a sua natureza nunca mudará e que os imperialistas jamais

deixarão de lado os seus facões de carneiros nem se trans-formarão em budas, e isto até à sua ruína.

Lutar, fracassar, lutar de novo, fracassar de novo, lutar outra vez ... até à sua vitória, eis a lógica do povo, e este também jamais marchará contra tal lógica. Esta é outra lei marxista. A revolução do povo russo seguiu esta lei e o mesmo acontece com a revolução do povo chinês.

Lutam as classes, umas triunfam e outras são eliminadas. Assim é a História; assim é a História da civilização desde há milénios. Interpretar a História a partir deste ponto de vista chama-se materialismo histórico; colocar-se em oposição a este ponto de vista é idealismo histórico.

O método da autocritica só pode aplicar-se no seio do povo. É impossível persuadir os imperialistas e os reaccionários chineses a dar provas de benevolência e abandonar o mau caminho. A única via é organizar forças para lutar contra eles, como o fizemos na nossa Guerra Popular de Libertação e na Revolução Agrária, é desmascarar os imperialistas, “irritar” os imperialistas e os reaccionários, derrubá--los, puni-los pelas suas infracções às leis e “permitir--lhes unicamente actuar na forma devida, não se lhes tolerando que ultrapassem os limites, nem por palavras nem por actos”. Só então poderá haver alguma esperança de tratar com os países estrangeiros imperialistas na base da igualdade e do benefício mútuo. Só então haverá alguma esperança de dar a esses senhores de terras, capitalistas burocráticos, membros da camarilha reaccionária do Kuomintang e seus cúmplices, que tenham deposto as armas e se tenham rendido, uma educação destinada a transformar os maus em bons, e transformá-los-emos, tanto quanto

possível, em gente boa. Muitos liberais chineses — elementos democráticos do velho tipo, quer dizer, os defensores do “individualismo democrático”, com quem Truman, Marshall, Acheson, Leighton Stuart e congêneres contam e que estes a todo o momento se esforçam por conquistar — ficam muitas vezes reduzidos a uma posição passiva e equivocam-se frequentemente nos seus julgamentos sobre os governantes norte-americanos, sobre o Kuomintang, sobre a União Soviética e também sobre o Partido Comunista da China. A razão disto está precisamente em não abordarem os problemas a partir do ponto de vista do materialismo histórico, ou não admitirem este modo de abordar os problemas.

É dever dos progressistas — comunistas, membros dos partidos democráticos, operários politicamente conscientes, juventude estudantil e intelectuais progressistas — unir-se, na China Popular, às camadas e elementos intermédios, aos elementos atrasados das diferentes camadas, a todos os que estão ainda vacilantes e irresolutos (estas pessoas continuarão a vacilar durante longo tempo ainda e, mesmo depois de terem tomado posição, vacilarão de novo mal tropeçam com dificuldades), dar-lhes ajuda sincera, criticar-lhes o carácter vacilante, educá-los, ganhá-los para o lado das massas populares, impedir que os imperialistas os arrastem consigo e dizer-lhes que abandonem as ilusões e se preparem para a luta. Que ninguém pense que, porque a vitória foi ganha, nenhum trabalho mais há a fazer entre eles. Nós temos ainda que trabalhar, trabalhar muito e com paciência, antes de podermos realmente ganhar esses elementos. Quando os tivermos ganho, o imperialismo ficará in-

teiramente isolado, e Acheson não mais será capaz de pôr em jogo qualquer dos seus ardis.

A palavra de ordem “preparar-se para a luta” dirige-se aos que ainda acarinhos certas ilusões sobre as relações entre a China e os países imperialistas, sobretudo entre a China e os Estados Unidos. Quanto a esta questão, eles continuam passivos, não tomaram ainda uma decisão, não se resolveram ainda por uma luta prolongada contra o imperialismo norte-americano (e inglês), porque ainda têm ilusões sobre os Estados Unidos. Sobre este problema, existe um grande, ou bastante grande, fosso entre eles e nós.

A publicação do Livro Branco norte-americano e da Carta de Acheson merece ser celebrada, porque é um balde de água fria e deixa envergonhados aqueles que estão vinculados às ideias do velho tipo de democracia ou do individualismo democrático, que não aprovam, ou aprovam parcialmente, a democracia popular, ou o colectivismo democrático, ou o centralismo democrático, ou o heroísmo colectivo, ou o patriotismo baseado no internacionalismo, que manifestam a este respeito descontentamento ou um certo descontentamento, ou inclusivamente antipatia, mas que possuem ainda sentimentos patrióticos e não são reaccionários kuomintanistas. É um balde de água fria, particularmente para os que acreditam que tudo o que é norte-americano é bom e esperam que a China se modele pelos Estados Unidos. Acheson declara abertamente que os individualistas democráticos chineses serão “estimulados” a derrubar o “jugo estrangeiro”. Isto quer dizer que ele clama pela derrocada do Marxismo-Leninismo e da ditadura

democrática popular dirigida pelo Partido Comunista da China. Pois, esta doutrina e este sistema, alega-se, são “estrangeiros”, não têm raízes na China e são impostos aos chineses pelo alemão Karl Marx (que morreu há sessenta e seis anos) e pelos russos Lenine (falecido há vinte e cinco anos) e Estaline (ainda vivo); esta doutrina e este sistema são, além disso, francamente maus, porque advogam a luta de classes, a derrocada do imperialismo, etc, donde a necessidade de eliminá-los. Relativamente a isto, alega-se que “. . . no fim de contas, o individualismo democrático na China se reafirmará” com o “estímulo” do presidente Truman, do comandante em chefe nos bastidores Marshall, do secretário de Estado Acheson (o encantador mandarim estrangeiro responsável pela publicação do Livro Branco) e do embaixador Leighton Stuart, que se escapuliu. Os Acheson pensam que assim infundem “estímulo”, mas aqueles individualistas democráticos chineses que ainda têm sentimentos patrióticos, apesar da sua confiança nos Estados Unidos, não-de muito possivelmente sentir que isso é como um balde de água fria lançado sobre eles e como um motivo de vergonha, já que, em vez de tratarem correctamente com as autoridades da ditadura democrática popular chinesa, Acheson e congéneres realizam esse sujo trabalho e, mais ainda, publicam-no abertamente. Que vergonha! Que vergonha! Para aqueles que têm sentimentos patrióticos, a declaração de Acheson não é um “estímulo”, mas sim um insulto.

A China encontra-se no meio duma grande revolução. Toda a China fervilha de entusiasmo. As condições são favoráveis para ganhar e unir a nós todos os que não

professem um ódio profundo e implacável à causa da revolução popular, ainda que tenham ideias erróneas. Os progressistas devem usar o Livro Branco para emprender um trabalho de persuasão entre eles.

NOTAS

1 O Livro Branco norte-americano, Relações dos Estados Unidos com a China, foi publicado pelo Departamento de Estado norte-americano a 5 de Agosto de 1949. A Carta de Acheson a Truman foi escrita a 30 de Julho de 1949, quando o Departamento de Estado tinha já terminado a redacção do Livro Branco. O texto principal do Livro Branco, dividido em oito capítulos, trata das relações sino-norte-americanas do período que vai desde 1844, ano em que os Estados Unidos forçaram a China a assinar o “Tratado de Wang-hia”, a 1949, ano em que a revolução popular chinesa conquistou a vitória fundamental em todo o país. O Livro Branco relata com particular detalhe como, durante os cinco anos transcorridos desde os fins da Guerra de Resistência contra o Japão até 1949, os Estados Unidos prosseguiram uma política de apoio a Tchiang Kai-chek e de combate aos comunistas, lutaram por todos os meios contra o povo chinês e sofreram finalmente a derrota. O Livro Branco e a Carta de Acheson a Truman abundam em deformações dos factos, omissões voluntárias e invenções falsas, assim como em calúnias venenosas e ódio profundo contra o povo chinês. Nas querelas que então se desencadearam dentro do campo reaccionário norte-americano acerca da sua política em relação à China, os imperialistas, como Truman e Acheson, foram forçados a revelar publicamente, por meio do Livro Branco, uma parte da verdade sobre as suas actividades contra-revolucionárias, a fim de convencerem os seus adversários. Assim, nos seus efeitos objectivos, o Livro Branco transformou-se numa confissão do imperialismo norte-americano sobre os seus crimes de agressão contra a China.

2 Trata-se da guerra imperialista de 1904-1905 entre o Japão e a

Rússia tsarista pela posse do Nordeste da China e da Coreia. Como a guerra se desenrolou principalmente na área de Fontien (hoje Chen-iam) e Liao-iam e nos arredores do porto de Luichuen, no Nordeste da China, ocasionou enormes perdas ao povo chinês. Em resultado da guerra, a Rússia tsarista foi derrotada e suplantada pelo imperialismo japonês no controle do Nordeste da China. Por outro lado, pelo tratado de paz (Tratado de Portsmouth), concluído no fim dessa guerra, a Rússia tsarista reconheceu o controle exclusivo do Japão sobre a Coreia.

ADEUS, LEIGHTON STUART!

(18 de Agosto de 1949)

É compreensível que a data escolhida para a publicação do Livro Branco norte-americano tenha sido o 5 de Agosto, momento em que Leighton Stuart¹, havendo já partido de Nanquim para Washington, não tinha ainda chegado ao seu destino; efectivamente, Leighton Stuart é o símbolo da derrota completa da política de agressão norte-americana. Leighton Stuart é um norte-americano que nasceu na China, onde manteve relações sociais bastante amplas e onde dirigiu, durante muitos anos, várias escolas missionárias. Foi preso uma vez pelos japoneses, durante a Guerra de Resistência. Habitualmente, ele fingia amar a China tanto como os Estados Unidos e conseguia enganar um bom número de chineses. Daí o ter sido nomeado embaixador norte-americano na China por George C. Marshall, passando a ser uma das figuras em foco do grupo Marshall. Para este grupo, ele teve apenas uma falha, designadamente a de que todo o período em que desempenhou o cargo de embaixador na China, como representante da política desse grupo, foi precisamente o período em que o povo chinês infligiu a essa política a derrota mais completa; e não se trata de uma pequena responsabilidade. Nada mais natural, pois, que o Livro Branco, destinado a

eludir essa responsabilidade, tivesse sido publicado no momento em que Leighton Stuart estava já a caminho de Washington, mas antes que ali tivesse chegado.

A guerra para transformar a China numa colónia norte-americana, guerra em que os Estados Unidos fornecem o dinheiro e as armas, e Tchiang Kai-chek, os homens para lutar pelos Estados Unidos e massacrar o povo chinês, tem sido um componente importante da política imperialista norte-americana de agressão mundial, desde a Segunda Guerra Mundial. A política norte-americana de agressão tem vários objectivos. Os três objectivos principais são a Europa, a Ásia e as Américas. A China, centro de gravidade na Ásia, é um extenso país com uma população de 475 milhões de habitantes; apoderando-se da China, os Estados Unidos dominariam a totalidade da Ásia. Uma vez consolidada a sua frente asiática, o imperialismo norte-americano poderia concentrar as suas forças para atacar a Europa. Quanto à sua frente nas Américas, o imperialismo norte-americano considera-a relativamente assegurada. Estes são os presunçosos cálculos globais dos agressores norte-americanos.

Contudo, em primeiro lugar, o povo norte-americano e os povos do mundo não querem a guerra. Segundo, a atenção dos Estados Unidos tem sido grandemente absorvida pelo despertar dos povos da Europa, pela formação das Democracias Populares na Europa Oriental e, particularmente, pela imponente presença da União Soviética, esse baluarte da paz, poderoso e sem precedentes, que cavalga sobre a Europa e a Ásia, bem como pela sua tenaz resistência à política de agressão norte-americana. Terceiro, e isto é o mais importante, o povo chinês des-

pertou e as forças armadas e as forças organizadas das massas populares, sob a direcção do Partido Comunista da China, tornaram-se mais poderosas que nunca. Consequentemente, a camarilha dominante imperialista norte-americana viu-se obrigada a renunciar à política de ataques armados directos e em grande escala contra a China e a adoptar, em sua substituição, a política de ajudar Tchiang Kai-chek a fazer a guerra civil.

Forças navais, terrestres e aéreas norte-americanas participaram na guerra na China. Havia bases navais norte-americanas em Tsintao, Xangai e Taiwan. Tropas norte-americanas estavam aquarteladas em Pepim, Tientsim, Tanxan, Tchinguantao, Tsintao, Xangai e Nanquim. As forças aéreas dos Estados Unidos controlavam todo o espaço aéreo chinês e fotografavam todas as áreas estratégicas da China, para a elaboração de mapas militares. Em Anpim, perto de Pepim, em Quioutai, perto de Tchantchuen, em Tanxan e na Península de Xantum, tropas e demais pessoal militar norte-americano bateram-se contra o Exército Popular de Libertação, que, em várias ocasiões, fez prisioneiros³. A frota aérea de Chen-nault participou amplamente na guerra civil³. Além de transportar tropas para Tchiang Kai-chek, a força aérea norte-americana bombardeou e afundou o cruzador Tcbuntcbim, que se tinha amotinado contra o Kuomintang³. Em todos estes casos, trata-se de actos de participação directa na guerra, embora não tenham chegado a uma declaração aberta de guerra, nem tenham atingido grande envergadura, sendo o principal método de agressão norte-americano o fornecimento abundante de dinheiro, munições e conselheiros para ajudar Tchi-

ang Kai-chek a fazer a guerra civil.

O recurso a esse método por parte dos Estados Unidos foi determinado pela situação objectiva na China e no resto do mundo, mas não por falta de desejo do grupo Truman-Marshall, camarilha dominante imperialista norte-americana, de desencadear uma agressão directa contra a China. Além disso, ao começarem a sua ajuda a Tchiang Kai-chek na guerra civil, os Estados Unidos montaram toda uma farsa grosseira em que apareciam como mediadores no conflito entre o Kuomintang e o Partido Comunista; foi uma tentativa para amolecer o Partido Comunista da China, enganar o povo chinês e ganhar assim, sem combate, o controle sobre a China inteira. As negociações de paz falharam, o engano fracassou e no palco surgiu a guerra.

Liberais ou “individualistas democráticos” que ainda nutrem ilusões sobre os Estados Unidos e têm fraca memória! Olhem, por favor, para as próprias palavras de Acheson:

“Quando chegou a paz, os Estados Unidos estavam confrontados com três possíveis alternativas na China: i) podiam retirar-se, pura e simplesmente; 2) podiam intervir militarmente em grande escala a fim de prestar assistência aos nacionalistas na destruição dos comunistas; 3) podiam, enfim, muito embora ajudando os nacionalistas a impor a sua autoridade na maior parte possível da China, esforçar-se por evitar a guerra civil, trabalhando por um compromisso entre as duas partes.”

Por que é que a primeira alternativa política não foi adoptada pelos Estados Unidos? Acheson responde:

“A primeira alternativa, e creio que a opinião pública

norte-americana assim o julgava nessa época, teria representado o abandono das nossas responsabilidades internacionais e da nossa tradicional política de amizade para com a China, mesmo antes de fazermos um esforço decidido para remediar as coisas.”

Assim, pois, resulta que as “responsabilidades internacionais” dos Estados Unidos e a sua “tradicional política de amizade para com a China” não são mais do que uma intervenção contra a China. A intervenção é qualificada como cumprimento das responsabilidades internacionais e como demonstração de amizade para com a China; quanto à não-intervenção, é algo inadmissível. Aqui, Acheson violenta a opinião pública norte-americana; a sua opinião é a “opinião pública” de Wall Street e não a do povo norte-americano.

Por que é que os Estados Unidos não adoptaram a segunda alternativa política? Acheson diz:

“A segunda alternativa política, embora pareça atraente teórica e retrospectivamente, era totalmente impraticável. Os nacionalistas tinham sido incapazes de destruir os comunistas durante os dez anos que antecederam a guerra. Ora, após a guerra, os nacionalistas estavam, como acima se indica, debilitados, desmoralizados e eram impopulares. Eles haviam perdido rapidamente o apoio popular e o prestígio nas áreas recuperadas aos japoneses, devido à conduta dos seus funcionários civis e militares. Pelo contrário, os comunistas estavam mais fortes do que nunca e tinham o controle de quase todo o Norte da China. Em virtude da ineficácia das forças nacionalistas, o que haveria de ser mais tarde tragicamente demonstrado, os comunistas talvez pudessem ter sido

derrotados apenas pelas forças armadas norte-americanas. É óbvio que o povo norte-americano não teria ratificado um envolvimento assim tão colossal dos nossos exércitos em 1945 ou mais tarde. Chegámos, pois, à terceira alternativa política. .”

Esplêndida ideia! Os Estados Unidos fornecem o dinheiro e as armas, e Tchiang Kai-chek, os homens para lutar pelos Estados Unidos e massacrar o povo chinês, “destruir os comunistas” e reduzir a China a colónia norte-americana, de maneira que os Estados Unidos possam desempenhar-se das suas “responsabilidades internacionais” e levar a cabo a sua “tradicional política de amizade para com a China”.

Embora o Kuomintang se encontrasse corrupto e incompetente, “desmoralizado e impopular”, os Estados Unidos forneciam-lhe dinheiro e armas para que fizesse a guerra. “Teoricamente”, uma intervenção armada directa era muito oportuna. E, “retrospectivamente”, também pareceria muito oportuna aos próprios governantes norte-americanos. Uma intervenção armada directa teria sido realmente in-teressante e poderia “parecer atraente”, mas não poderia resultar na prática, pois “é óbvio que o povo norte-americano não a teria ratificado”. Não que o grupo imperialista de Truman, Marshall, Acheson e congéneres não a tivesse desejado — bem a desejava —, mas a situação na China, nos Estados Unidos e no mundo inteiro (ponto que Acheson não menciona) não a permitia; este grupo teve de renunciar às suas preferências e adoptar a terceira via.

Que escutem aqueles chineses que crêem que “a vitória é possível mesmo sem ajuda internacional”! Acheson está

a dar-vos uma lição. Acheson é um bom professor que dá lições gratuitas e conta toda a verdade com incansável zelo e muita candura. Os Estados Unidos abstiveram-se de enviar forças importantes para atacar a China, não porque o governo norte-americano não o quisesse, mas sim porque tinha certos receios. Primeiro receio: o povo chinês opor-se-ia e o governo norte-americano receava meter-se num pântano sem esperanças de sair dele. Segundo receio: o povo norte-americano opor-se-ia, e por isso o governo norte-americano não se atreveu a decretar a mobilização. Terceiro receio: os povos da União Soviética, da Europa e do resto do mundo opor-se-iam, e o governo norte-americano teria de fazer face a uma condenação universal. A encanta-dora franqueza de Acheson tem limites e ele não quer mencionar o terceiro receio. A razão está em que ele teme perder a face ante a União Soviética, teme que o Plano Marshall na Europa, que já é um fracasso a despeito das pretensões em contrário, acabe funestamente num colapso total.

Que escutem os chineses liberais ou individualistas democráticos de vistas curtas e pensamentos confusos! Acheson está a dar-vos uma lição. É um bom professor para vocês. Ele deu uma boa vassourada nas vossas fantasias sobre a humanidade, a justiça e a virtude norte-americanas. Acaso não é assim? Poderão vocês encontrar algum traço de humanidade, justiça ou virtude no Livro Branco ou na Carta de Acheson?

Efectivamente, os Estados Unidos têm ciência e técnica. Mas, por desgraça, estas estão nas mãos dos capitalistas, não nas mãos do povo, e são utilizadas para explorar e oprimir o povo, internamente, e para agredir e massa-

crar os povos no exterior. Existe também “democracia” nos Estados Unidos. Mas, por desgraça, não é mais do que outro nome da ditadura duma só classe: a burguesia. Os Estados Unidos estão cheios de dinheiro. Mas, por desgraça, só querem dá-lo aos reaccionários tchiang-kaichequistas, podres até à medula. Os Estados Unidos, diz-se, estão e estarão absolutamente dispostos a dar dinheiro à sua quinta coluna na China, mas não desejam dá-lo aos simples liberais ou individualistas democráticos, que são demasiado livrescos e não sabem como apreciar os favores, e ainda menos, naturalmente, quem dá-lo aos comunistas. O dinheiro pode ser dado, mas só condicionalmente. Qual a condição? Seguir os Estados Unidos. Os norte-americanos derramaram alguma farinha de socorro em Pepim, Tientsim e Xangai, para verem quem se agachava a recolhê-la. Tal como Tchiam Tai-cum pescando, eles lançaram o anzol para o peixe que quer ser pescado. Mas, quem come um petisco distribuído com desprezo, fica com dores de barriga⁶. Nós, chineses, somos de carácter firme. Muitos dos que outrora eram liberais ou individualistas democráticos ergueram-se face aos imperialistas norte-americanos e seus lacaios, os reaccionários do Kuomintang. Ven Yi-tuo, ardendo de cólera, levantou-se em toda a sua estatura, bateu com os punhos na mesa, enfrentou as pistolas do Kuomintang e preferiu a morte à submissão⁷. Tchu Tse-tchim, embora gra-vemente enfermo, preferiu morrer de fome a aceitar o “socorro alimentar”⁸ norte-americano. Han Iu, da dinastia Tam, escreveu o “Panegírico de Po Yi”⁹, elogiando um homem que tinha bastantes ideias “individualistas democráticas”, que se furtou ao

seu dever para com o povo do seu país, abandonou o seu posto e opôs-se à guerra popular de libertação daquela época, dirigida pelo rei Vu. Han Iu elogiou quem não devia. Nós devemos escrever panegíricos de Ven Yi-tuo e Tchu Tse-tchim que demonstraram o espírito heróico da nossa nação.

Que importa se temos de enfrentar algumas dificuldades? Que nos bloqueiem! Que nos bloqueiem durante oito ou dez anos! Nessa altura, todos os problemas da China terão sido solucionados. Aco-bardar-se-ão, porventura, os chineses ante as dificuldades, quando nem mesmo da morte têm medo? Lao Tseu disse: “O povo não receia a morte, para quê ameaçá-lo com isso?”¹⁰ O imperialismo norte-americano e os seus lacaios, os reaccionários de Tchiang Kai-chek, não só nos “ameaçaram” com a morte como realmente mataram muitos dentre nós. Além de homens como Ven Yi-tuo, eles mataram milhões de chineses nos últimos três anos com carabinas, metralhadoras, morteiros, lança-foguetes, obuses, tanques, aviões e bombas de fabrico norte-americano. Esta situação chega agora ao seu termo. Eles foram derrotados. Não são eles que nos atacam, mas somos nós que os atacamos. Têm os seus dias contados. Certamente, alguns problemas que nos deixam, tais como o bloqueio, o desemprego, a fome, a inflação e altas de preços, constituem dificuldades, mas nós já começámos a respirar com mais facilidade do que nos últimos três anos. Se saímos vitoriosos na provação dos últimos três anos, por que razão não haveremos de vencer essas poucas dificuldades de hoje? Por que razão não haveremos de poder viver sem os Estados Unidos?

Quando o Exército Popular de Libertação cruzou o rio Yangtsé, o governo de Nanquim, títere dos colonialistas norte-americanos, fugiu em debandada. Mas Sua Excelência o embaixador Stuart ficou imóvel no seu assento, de olhos bem abertos, esperando montar outro negócio com um novo rótulo e tirar algum proveito. E o que foi que Stuart verificou? Além do Exército Popular de Libertação que passa-va coluna após coluna, e os operários, camponeses e estudantes que se levantavam em massa, ele viu algo mais: viu os liberais ou individualistas democráticos chineses saindo em força, gritando palavras de ordem e falando de revolução juntamente com os operários, camponeses, soldados e estudantes. Numa palavra, foi abandonado “na sua solidão, o corpo e a sombra em mútuo consolo”¹¹. Nada mais tinha a fazer, e teve de pôr-se a caminho, a pasta debaixo do braço. Todavia, ainda há alguns intelectuais e outra gente na China que têm ideias confusas e ilusões sobre os Estados Unidos. É nosso dever, pois, convencê-los, ganhá-los a nós, educá-los e unir-nos a eles, para que se passem para o lado do povo e não caiam nas ciladas armadas pelo imperialismo. Mas o prestígio do imperialismo norte-americano caiu inteiramente na falência entre o povo chinês, e o Livro Branco é a acta dessa falência. Os progressistas devem fazer bom uso do Livro Branco para educar o povo chinês.

Leighton Stuart partiu e o Livro Branco surgiu. Muito bem. Muito bem. Ambos os acontecimentos são dignos de ser celebrados.

NOTAS

1 John Leighton Stuart, que nasceu na China em 1876, foi sempre um leal agente da agressão cultural norte-americana contra a China. Em 1903, iniciou as suas actividades missionárias na China e, em 1919, chegou a ser Reitor da Yenching University, estabelecimento criado pelos Estados Unidos em Pequim. A 1 de Julho de 1946, foi nomeado embaixador norte-americano na China. Apoiou activamente os reaccionários do Kuomintang na guerra civil antipopular e tramou toda a espécie de intrigas políticas contra o povo chinês. A 2 de Agosto de 1949, face ao fracasso de todos os esforços do imperialismo norte-americano para impedir a vitória da revolução popular chinesa, Leighton Stuart teve de sair silenciosamente da China.

2 Em seguida à rendição japonesa em 1945, forças armadas dos Estados Unidos, com o propósito de agredirem o território e a soberania da China e interferirem nos assuntos internos desta, desembarcaram na China e instalaram-se em Pepim, Xangai, Nanquim, Tientsim, Tanxan, Caipim, Tchinghuantao, Tsinghai, Tsintao e outros pontos. Além disso, a partir desses pontos, lançaram-se em repetidas incursões contra as regiões libertadas. A 29 de Julho de 1946, as tropas norte-americanas estacionadas em Tientsim, em coordenação com as forças bandoleiras de Tchiang Kai-chek, assaltaram a vila de Anpim, distrito de Sian-ho, província de Hopei. Foi o Incidente de Anpim a que se refere o texto. A 1 de Março de 1947, tropas norte-americanas procederam a um reconhecimento das posições do Exército Popular de Libertação em Hocípao, entre Tchantchuen e Quioutai, no Nordeste da China. Foi o Incidente de Quioutai. A 16 de Junho de 1946, tropas norte-americanas aquarteladas em Tanxan, província de Hopei, fizeram uma incursão contra Sonquiyim e outras localidades; em Julho, fizeram incursões contra a aldeia de San-ho, distrito de Luancien, c contra a aldeia de Sihonan, distrito de Tchanli, ambas situadas nas proximidades de Tanxan. Foi o Incidente de Tanxan. Dos numerosos ataques à Península de Xantum, os mais conhecidos foram o realizado a 28 de Agosto de 1947 pela aviação e marinha norte-americanas contra

Liangnuancou e a ilha de Siao-li, distrito de Mou-pim, e o realizado a 25 de Dezembro de 1947 por forças norte-americanas, em coordenação com as forças bandeiras de Tchiang Kai-chek, contra a aldeia de Vanlintao, situada no norte do distrito de Chimo. A todos estes actos de agressão das forças norte-americanas contra as regiões libertadas, o Exército Popular de Libertação ou as forças armadas populares locais opuseram uma firme e justa acção de legítima defesa.

3 O norte-americano Claire Lee Chennault foi, por algum tempo, conselheiro das forças aéreas do governo do Kuomintang. Depois da rendição japonesa, organizou parte do pessoal da XIV Força Aérea norte-americana num corpo de transporte aéreo para ajudar o Kuomintang a fazer a guerra civil. Esse corpo participou directamente no reconhecimento e bombardeamento criminosos das regiões libertadas.

4 Ver, no presente tomo, “Declaração do Porta-Voz do Quartel General do Exército Popular de Libertação da China sobre os Actos de Violência Cometidos por Vasos de Guerra Ingleses”, nota 4.

5 A 5 de Junho de 1947, o Secretário de Estado norte-americano George C. Marshall pronunciou um discurso na Universidade de Harvard, em que propunha um plano de “ajuda” norte-americana para a restauração da Europa. O “Programa de Recuperação Europeia”, elaborado posteriormente pelo governo norte-americano na base desse discurso, ficou conhecido por “Plano Marshall”.

6 Tchiam Tai-cum viveu na dinastia Tchou. Segundo a lenda, pôs-se um dia a pescar no rio Ueichuei com um anzol recto, sem isca e a três pés acima da água, dizendo: “Que pique o peixe que está destinado a ser pescado!” (De Contos sobre a Expedição do Rei Vu contra a Dinastia Yin). “Petisco distribuído com desprezo” significa esmola distribuída como um insulto. É uma alusão à história, contida no Livro dos Ritos, sobre um homem esfomeado que, no principado de Tsi, preferiu morrer de fome a aceitar os alimentos que lhe ofereciam insultuosamente.

7 Ven Yi-tuo (1899-1946), famoso poeta, sábio e catedrático chinês. Em 1943, movido por um ódio implacável à reacção e corrupção do governo de Tchiang Kai-chek, começou a tomar parte activa na luta pela democracia. Após a Guerra de Resistência contra o Japão,

lutou vigorosamente contra a conspiração do Kuomintang e dos Estados Unidos de desencadeamento duma guerra civil contra o povo. A 15 de Julho de 1946, foi assassinado em Cuenmim pelos bandeirantes kuomintanistas.

8 Tchu Tse-tchim (1898-1948), homem de letras e catedrático chinês. Após a Guerra de Resistência, apoiou activamente o movimento estudantil contra o regime de Tchiang Kai-chek. Em Junho de 1948, assinou uma declaração de protesto contra o ressurgimento do militarismo japonês, íme era apoiado pelos Estados Unidos, e de rejeição da farinha do “socorro norte-americano”. Na altura, ele vivia numa pobreza extrema. Morreu em Pepim a 12 de Agosto de 1948, de miséria e de doença; mesmo no seu leito de morte, exortou a família a não comprar a farinha norte-americana racionada pelo governo do Kuomintang.

9 Han Iu (768-824), famoso escritor da dinastia Tam. O “Panegírico de Po Yi” é uma peça em prosa, escrita por ele. Po Yi, que viveu nos fins da dinastia Yin, opôs-se à expedição do rei Vu da dinastia Tchou contra a Corte dos Yin. Após a queda da Corte dos Yin, retirou-se para a montanha Chou-iam e preferiu morrer de fome a comer o trigo dos Tchou.

10 Extracto de Lao Tseu, cap. LXXIV.

11 Extracto de Memorial ao Imperador, da autoria de Li Mi.

POR QUE É NECESSÁRIO DISCUTIR O LIVRO
BRANCO

(28 de Agosto de 1949)

Nós criticámos o Livro Branco norte-americano e a Carta de Acheson em três artigos (“Confissão de Impotência”¹, “Abandonai as Ilusões e Preparai-vos para a Luta” e “Adeus, Leighton Stuart!”). A nossa crítica despertou a atenção geral e provocou amplas discussões em todos os partidos democráticos e organizações populares, na imprensa e estabelecimentos de ensino, assim como entre os democratas de todos os círculos sociais do país. Publicaram-se muitas declarações, discursos e comentários justos e úteis. Têm-se realizado colóquios sobre o Livro Branco e a discussão continua em pleno desenvolvimento. O debate abrange as relações sino-norte-americanas, as relações sino-soviéticas, as relações entre a China e os países estrangeiros nos últimos cem anos, a relação mútua entre a revolução chinesa e as forças revolucionárias mundiais, a relação entre os reaccionários do Kuomintang e o povo chinês, a atitude que devem adoptar os partidos democráticos, as organizações populares e as personalidades democráticas de todos os círculos sociais na luta contra o imperialismo, a atitude que devem assumir os liberais, ou os chamados democratas individualistas, sobre o conjunto das relações internas e

externas do país, os meios de enfrentar as novas intrigas do imperialismo, etc. Tudo isto é muito bom e tem grande valor educativo.

O mundo inteiro discute agora a revolução chinesa e o Livro Branco norte-americano. Isto não é devido ao acaso, isto mostra o grande alcance da revolução chinesa na História mundial. Quanto a nós, chineses, embora tenhamos conquistado fundamentalmente a vitória na nossa revolução, durante muito tempo não tivemos a oportunidade de discutir a fundo as inter-relações desta revolução com as várias forças existentes dentro e fora do país. Tal discussão é necessária e agora encontrou-se uma oportunidade para isso: a discussão do Livro Branco norte-americano. Antes, não tivemos oportunidade para tal tipo de discussão, porque não tínhamos ainda obtido a vitória fundamental na revolução, porque os reaccionários chineses e estrangeiros tinham isolado das regiões libertadas populares as grandes cidades e porque alguns aspectos das contradições não tinham sido ainda completamente revelados pelo desenvolvimento da revolução. Agora, a situação é diferente. A maior parte da China foi libertada, todos os aspectos das contradições internas e externas foram completamente revelados e, justamente neste momento, os Estados Unidos publicaram o Livro Branco. Assim, encontrou-se a oportunidade para a discussão.

O Livro Branco é um documento contra-revolucionário que demonstra abertamente a intervenção imperialista norte-americana na China. A este respeito, o imperialismo afastou-se da sua prática normal. A grande e vitoriosa revolução chinesa forçou um sector ou facção da

camarilha imperialista dos Estados Unidos a contestar os ataques doutra facção ou sector, publicando certos dados autênticos sobre as suas próprias acções contra o povo chinês e extraíndo desses dados conclusões reaccionárias, visto que, doutro modo, não poderia mais manter-se no poder. O facto de a revelação pública ter substituído a dissimulação demonstra que o imperialismo se afastou da sua prática habitual. Até há poucas semanas antes da publicação do Livro Branco, os governos dos países imperialistas, embora empenhados quotidianamente em actividades contra-revolucionárias, nunca disseram a verdade nas suas declarações ou documentos oficiais, mas sim encheram-nos, ou pelo menos temperaram-nos, de afirmações de humanidade, justiça e virtude. Continuam a agir assim o imperialismo inglês, esse velho manhoso e perito em embustes, e alguns outros países imperialistas mais pequenos. Combatido pelo povo, por um lado, e por outra facção do seu próprio campo, por outro lado, o grupo imperialista norte-americano, representado por arrogantes neuróticos recém-chegados ao poder — como Truman, Marshall, Acheson, Leighton Stuart e outros —, considerou necessário e realizável revelar publicamente algumas (não todas) das suas actividades contra-revolucionárias, de modo a poder discutir com os seus rivais do mesmo campo sobre a questão de saber que táctica contra-revolucionária seria a mais hábil. Tentou assim convencer os seus adversários, a fim de poder continuar a aplicar aquilo que considera como a mais hábil táctica contra-revolucionária. Duas facções de contra-revolucionários competem entre si. Uma diz: “O nosso método é o mel-

hor.” A outra replica: “O nosso é que é o melhor.” Quando a disputa está no máximo do seu calor, uma das facções põe subitamente as suas cartas na mesa, revelando muitos dos seus truques mágicos de que se valeu no passado. E aí têm o Livro Branco.

E assim o Livro Branco converteu-se em material educativo para o povo chinês. Durante muitos anos, certo número de chineses (em determinado momento constituíam um grande número) acreditavam apenas em metade do que nós, os comunistas, dizíamos a respeito de muitas questões, principalmente sobre a natureza do imperialismo e do socialismo, e pensavam que “podia não ser assim”. Essa situação mudou a partir de 5 de Agosto de 1949. Com efeito, Acheson deu-lhes uma lição e falou-lhes na sua qualidade de Secretário de Estado norte-americano. No que se refere a certos dados e conclusões, o que ele disse coincide exactamente com o que nós, comunistas, e os outros progressistas havíamos dito sempre. Uma vez que isto aconteceu, as pessoas não puderam deixar de acreditar em nós e muitos abriram os olhos: “Afimil era mesmo assim!”

Acheson começa a sua Carta a Truman descrevendo como elaborou o Livro Branco. O seu Livro Branco, afirma ele, é diferente de todos os outros, é muito objectivo e muito franco:

“É um registo sincero dum período extremamente complicado e sumamente infeliz na vida dum grande país, ao qual os Estados Unidos têm estado ligados desde há muito por laços da mais estreita amizade. Nenhum dado disponível se omitiu pelo facto de conter afirmações críticas à nossa política ou poder servir de base a futuras

críticas. A força inerente ao nosso sistema está na sensibilidade do governo face a uma opinião pública informada e de espírito crítico. É precisamente esta opinião pública informada e de espírito crítico que os governos totalitários, sejam eles direitistas ou comunistas, não podem suportar nem tolerar.”

Existem, de facto, certos laços entre o povo chinês e o povo norte-americano. No futuro, mediante os esforços conjuntos dos dois povos, tais laços poderão desenvolver-se até se transformarem na “mais estreita amizade”. Mas os obstáculos levantados pelos reaccionários chineses e norte-americanos estorvaram, e ainda estorvam seriamente, o desenvolvimento desses laços. Além disso, como os reaccionários de ambos os países difundiram muitas mentiras entre os seus povos e utilizaram muitos ardis venenosos, quer dizer, divulgaram muita propaganda nociva e praticaram muitas acções más, os laços entre os dois povos estão longe de serem estreitos. O que Acheson chama “laços da mais estreita amizade” são os que existem entre os reaccionários de ambos os países, e não entre os dois povos. Neste aspecto, Acheson não é objectivo nem franco; confunde as relações entre os dois povos com as relações entre os reaccionários. Para ambos os povos, a vitória da revolução chinesa e a derrota dos reaccionários chineses e norte-americanos são os mais alegres acontecimentos que jamais se verificaram e o actual período é o mais feliz da sua vida. Em contrapartida, só para Truman, Marshall, Acheson, Leighton Stuart e outros reaccionários norte-americanos, assim como para Tchiang Kai-chek, Cum Siam-si, Som Tseven, Tchen Li-fu, Li Tsum-jen, Bai Tchong-si e outros

reaccionários chineses, é que o período actual é na verdade “um período extremamente complicado e sumamente infeliz” nas suas vidas.

Ao falar da opinião pública, os Acheson confundiram a opinião pública dos reaccionários com a opinião pública do povo. Relativamente à opinião pública do povo, os Acheson não têm a menor “sensibilidade”, são cegos e surdos. Há anos que fazem orelhas moucas à oposição dos povos dos Estados Unidos, da China e do resto do mundo à política exterior reaccionária do governo norte-americano. O que é pois para Acheson a “opinião pública informada e de espírito crítico”? Nada mais que os numerosos instrumentos de propaganda, como jornais, agências de notícias, periódicos e estações de radiodifusão, controlados pelos dois partidos reaccionários dos Estados Unidos, o Republicano e o Democrata, e especializados na fabricação de mentiras e nas ameaças contra o povo. Acheson tem razão ao afirmar que os comunistas (tanto como o povo) “não podem suportar nem tolerar” tais coisas. Essa a razão por que encerrámos os birôs de informação imperialistas e impedimos as agências noticiosas imperialistas de distribuir as suas informações pela imprensa chinesa, não lhes admitindo que continuassem a envenenar à sua vontade a alma do povo chinês no próprio solo chinês.

Dizer que um governo dirigido pelo Partido Comunista é “um governo totalitário” constitui também meia verdade. Trata-se dum governo que exerce a ditadura sobre os reaccionários nacionais e estrangeiros e não permite a qualquer deles a mínima liberdade de levar a cabo actividades contra-revolucionárias. Coléricos,

os reaccionários vociferam: “Governo totalitário!” De facto, é precisamente assim quando se trata do poder do Governo Popular para reprimir os reaccionários. Tal poder está agora inscrito no nosso programa e será igualmente inscrito na nossa Constituição. Tal como os alimentos e o vestuário, este poder é algo de que um povo vitorioso não pode prescindir nem por um só momento. É uma coisa excelente, um talismã protector, uma arma mágica que se transmite de geração em geração e que, em circunstância alguma, deve abandonar-se antes da abolição total e definitiva do imperialismo, no exterior, e das classes, no interior do país. Quanto mais os reaccionários vociferam “governo totalitário”, mais obviamente resulta ser um tesouro. Mas a observação de Acheson é também meia falsa. Para as massas populares, um governo de ditadura democrática popular, dirigido pelo Partido Comunista, não é ditatorial nem autocrático, mas democrático. É o governo do próprio povo. Os seus funcionários devem prestar ouvidos respeitosos à voz do povo. Ao mesmo tempo, eles são professores do povo, ensinando-o pelo método da auto-educação e da autocritica.

Quanto ao que Acheson chama “governo totalitário direito”, é ao governo dos Estados Unidos que cabe, a esse título, o primeiro lugar entre tais governos no mundo, desde a queda dos governos fascistas da Alemanha, Itália e Japão. Todos os governos burgueses, incluindo os governos dos reaccionários alemães, italianos e japoneses, amparados pelo imperialismo, são governos deste tipo. O governo de Tito na Jugoslávia tornou-se agora um cúmplice dessa camarilha. Os governos norte-amer-

icano e inglês pertencem ao tipo de governo em que a burguesia, e só essa classe, exerce a ditadura sobre o povo. Contrário ao governo popular em todos os aspectos, esse tipo de governo pratica a chamada democracia para a burguesia, mas é ditatorial em relação ao povo. Os governos de Hitler, Mussolini, Tojo, Franco e Tchiang Kai-chek abandonaram o véu da democracia burguesa, ou simplesmente nunca o usaram, porque a luta de classes nos seus países era extremamente intensa e eles acharam mais vantajoso abandonar, ou não usar, esse véu, com medo que o povo também o utilizasse para os seus próprios fins. O governo norte-americano conserva ainda um véu de democracia, mas este tem sido reduzido pelos reaccionários norte-americanos a um pequeno retalho já muito descolorido, muito longe de ser o que era nos tempos de Washington, Jefferson e Lincoln². A razão reside no facto de a luta de classes se ter tornado mais intensa. Quando a luta de classes se tornar ainda mais intensa, o véu de democracia norte-americana será lançado inevitavelmente aos quatro ventos.

Como todos podem constatar, Acheson comete um grande número de erros mal abre a boca. Isso é inevitável, pois trata-se dum reaccionário. Quanto a saber-se em que medida o Livro Branco é um “registo sincero”, nós pensamos que o é e não o é simultaneamente. Os Acheson são francos quando imaginam que a franqueza beneficiará o seu partido ou ? sua facção. Doutro modo, não o são. Fingir franqueza é um embuste de guerra.

NOTAS

1 Comentário da Redacção da Agência Hsinghua, publicado a 12 de Agosto de 1949.

2 George Washington (1732-1799), Thomas Jefferson (1743--1826) e Abraham Lincoln (1809-1865) foram célebres estadistas burgueses nos primeiros tempos dos Estados Unidos. Washington foi o comandante em chefe do exército revolucionário das colónias durante a Guerra da Independência (1775-1783) e o primeiro Presidente dos Estados Unidos. Jefferson redigiu a “Declaração da Independência” e foi também Presidente dos Estados Unidos. Lincoln advogou a abolição da escravatura dos negros nos Estados Unidos e dirigiu, durante a sua presidência, a guerra contra os escravagistas dos Estados do Sul (1861-1865). Em 1862, tornou pública a “Proclamação da Emancipação”.

“AMIZADE” OU AGRESSÃO?

(30 de Agosto de 1949)

Tentando justificar a agressão, Dean Acheson insiste na cantilena da “amizade” e enuncia montões de “princípios”.

Acheson diz:

“O interesse do povo e do governo dos Estados Unidos pela China remonta ao passado longínquo da nossa história. A despeito da distância e das diferenças históricas consideráveis que separam a China dos Estados Unidos, a nossa amizade por esse país tem sido sempre reforçada pelos laços religiosos, filantrópicos e culturais, que têm unido os dois povos, e tem sido atestada, durante muitos anos, por diversos actos de boa vontade, tais como a utilização da indemnização boxer, destinada à educação de estudantes chineses, a abolição da extraterritorialidade durante a Segunda Guerra Mundial e a nossa vasta ajuda à China durante e depois da guerra. Os arquivos demonstram que os Estados Unidos mantiveram consequentemente, e continuam a manter, os princípios fundamentais da nossa política exterior em relação à China, que incluem a doutrina da porta aberta, o respeito pela integridade administrativa e territorial da China, e a oposição a qualquer dominação estrangeira na China.”

Acheson mente descaradamente quando qualifica de “amizade” a agressão.

A história da agressão do imperialismo norte-americano contra a China, desde 1840, quando ajudou os ingleses na Guerra do Ópio, até ao momento em que foi arrojado para fora da China pelo povo chinês, deveria ser escrita num manual, claro e conciso, para educação da juventude chinesa. Os Estados Unidos foram um dos primeiros países a forçar a China a conceder a extraterritorialidade¹ — como testemunha o Tratado de Wanghia² de 1844, primeiro tratado firmado entre a China e os Estados Unidos, de que se fala no Livro Branco. Nesse mesmo tratado, além da imposição de cláusulas como a abertura de cinco portos chineses ao comércio, os Estados Unidos compeliram a China a aceitar a actividade dos missionários norte-americanos. Durante um período muito longo, o imperialismo norte-americano atribuiu mais importância do que outros países imperialistas às actividades no campo da agressão espiritual, estendendo-as desde as obras religiosas às “filantrópicas” e culturais. Segundo certas estatísticas, os investimentos das organizações missionárias e “filantrópicas” norte-americanas na China totalizaram 41.900.000 dólares norte-americanos; 14,7% das verbas das organizações missionárias eram destinados aos serviços médicos, 38,2% à educação e 47,1 % às actividades religiosas³. Muitas das bem conhecidas instituições de educação na China, como Yenching University, Peking Union Medical College, Huei Wen Academies, St. John’s University, University of Nanking, Soochow University, Hangchow Christian College, Hsiangya Medical School, West China Union University e Lingnan University, foram criadas por norte-americanos⁴. Foi neste domínio de

actividades onde Leighton Stuart obteve renome; foi por isso que se tornou embaixador dos Estados Unidos na China. Acheson e os seus semelhantes sabem do que estão falando, e há um fundo na sua declaração, segundo a qual “a nossa amizade por esse país tem sido sempre reforçada pelos laços religiosos, filantrópicos e culturais, que têm unido os dois povos”. Foi unicamente com o propósito de “reforçar a amizade”, dizem-nos, que os Estados Unidos trabalharam tão árdua e deliberadamente no desenvolvimento de tais obras ao longo dos 105 anos que se seguiram à assinatura do Tratado de 1844.

A participação na Expedição das Forças Conjuntas das Oito Potências para abater a China em 1900, a extorsão da “indenização boxer” e a utilização posterior desses fundos “para a educação de estudantes chineses” com fins de agressão espiritual — tudo isto também é considerado como prova de “amizade”.

A despeito da “abolição” da extraterritorialidade, o criminoso culpado da violação de Chen Tchon foi declarado inocente e posto em liberdade pelo Departamento da Marinha norte-americano no seu regresso aos Estados Unidos⁵ — isto é considerado como outra prova de “amizade”.

A “ajuda à China durante e depois da guerra”, que totaliza mais de 4.500 milhões de dólares norte-americanos segundo o Livro Branco, mas que, segundo os nossos cálculos, totaliza mais de 5.914 milhões de dólares, foi concedida para ajudar Tchiang Kai-chek a massacrar vários milhões de chineses — isto é considerado como mais uma prova de “amizade”.

Toda a “amizade” que o imperialismo norte-americano

manifestou pela China durante os últimos 109 anos (desde 1840, ano em que os Estados Unidos colaboraram com a Inglaterra na Guerra do Ópio), especialmente o grande acto de “amizade” que consistiu na ajuda para Tchiang Kai-chek massacrar vários milhões de chineses no decurso destes últimos anos, tinha apenas um objectivo: “Os Estados Unidos mantiveram consequentemente, e continuam a manter, os princípios fundamentais da nossa política exterior em relação à China, que incluem a doutrina da porta aberta, o respeito pela integridade administrativa e territorial da China, e a oposição a qualquer dominação estrangeira na China”. Vários milhões de chineses foram assassinados unicamente no intuito de, primeiro, manter a porta aberta, segundo, respeitar a integridade administrativa e territorial da China e, terceiro, opor-se a qualquer dominação estrangeira na China.

Hoje, as únicas portas ainda abertas a Acheson e congéneres encontram-se em pequenas faixas de terra, como Cantão e Taiwan, e só aí “se mantém ainda” o primeiro desses sagrados princípios. Noutros pontos, por exemplo em Xangai, a porta esteve aberta após a libertação, mas, agora, há quem esteja a usar os barcos de guerra norte-americanos e os seus grandes canhões para fazer respeitar o muito longe de ser sagrado princípio: o da porta bloqueada.

Hoje, é somente em pequenas faixas de terra, como Cantão e Taiwan, que, graças ao segundo princípio sagrado de Acheson, a “integridade” administrativa e territorial “se mantém ainda”. Todos os outros pontos têm pouca sorte; a administração e o território desfizeram-se

aí em pedaços.

Hoje, é somente em lugares como Cantão e Taiwan, que, graças ao terceiro princípio sagrado de Acheson, toda a “dominação estrangeira”, incluindo a dominação norte-americana, foi liquidada pela “oposição” dos Acheson; tais pontos estão, pois, ainda dominados pelos chineses. O resto do território chinês — a simples menção provoca lágrimas — per-deu-se por completo, está todo dominado por estrangeiros e todos os chineses que aí vivem foram, sem excepção, reduzidos a escravos. Chegado a esse ponto da sua exposição, Sua Excelência Dean Acheson não teve tempo para indicar de que país vieram esses estrangeiros, o que se subentende claramente, razão por que não vale a pena perguntar.

Se a não-intervenção nos problemas internos da China é também considerada como um princípio, Acheson nada diz; provavelmente, não é considerada como tal. Esta é a lógica dos mandarins norte-americanos. Quem quer que leia a Carta de Acheson até ao fim poderá constatar a sua lógica incomparável.

NOTAS

1 “Extraterritorialidade” significa aqui jurisdição consular. Foi um dos privilégios especiais de carácter agressivo que os imperialistas arrancaram à China. Pela chamada jurisdição consular, os nacionais dos países imperialistas residentes na China não estavam sujeitos à jurisdição chinesa; quando cometiam crimes ou eram acusados em processos civis, eles podiam apenas ser traduzidos em tribunais consulares dos seus países na China e o governo chinês não podia intervir.

2 O “Tratado de Wanghia” foi o primeiro tratado desigual assinado em consequência da agressão norte-americana contra a China. Aproveitando-se da derrota da China na Guerra do Ópio, os Estados Unidos compeliram o governo da dinastia Tsim a assinar esse Tratado, também chamado “Tratado Sino-Norte-americano sobre a Abertura de Cinco Portos ao Comércio”, na aldeia de Wanghia, perto de Macau, em Julho de 1844. Os seus trinta e quatro artigos estipulavam que todos os direitos e privilégios, obtidos pela Inglaterra através do Tratado de Nanquim e seus anexos, deveriam ser estendidos aos Estados Unidos, assim como a jurisdição consular. 3 Vet C. F. Remer, Investimentos Estrangeiros na China, cap. XV. 4 Yenching University funcionava em Pepim; Huei Wen Academies, em Pepim e Nanquim; St. John’s University, em Xangai; Hsiangya Medica School, em Tchancha; West China Union University, em Tchcntu, e Lingnan University, em Cantão. 5 A 24 de Dezembro de 1946, o cabo William Pierson e outros fuzileiros navais norte-americanos violaram Chen Tchon, uma estudante da Universidade de Pequim, em Pepim. Este acontecimento provocou no país uma grande indignação popular contra as atrocidades das forças norte-americanas. Em Janeiro de 1947, a despeito dos protestos populares, o governo do Kuomintang entregou o principal criminoso, Pierson, às autoridades norte-americanas para que o julgassem como lhes aprouvesse. Em Agosto, o Departamento da Marinha dos Estados Unidos pôs o criminoso em liberdade, declarando-o “isento de culpa”.

A FALÊNCIA DA CONCEPÇÃO IDEALISTA DA HISTÓRIA

(16 de. Setembro de 1949)

Os chineses devem agradecer a Acheson, porta-voz da burguesia norte-americana, não apenas por ter confessado explicitamente o facto de os Estados Unidos fornecerem o dinheiro e as armas, e Tchiang Kai-chek, os homens para lutar pelos Estados Unidos e massacrar o povo chinês, mas também por ter dado assim aos progressistas chineses uma prova com que convencer os elementos atrasados. Vejam! Não é o próprio Acheson quem confessa que a grande guerra sangrenta dos últimos anos, que custou a vida de milhões de chineses, foi organizada sistematicamente pelo imperialismo norte-americano? Os chineses devem ainda agradecer a Acheson não apenas porque declarou abertamente que os Estados Unidos intentam recrutar, na China, os “individualistas democráticos”, a fim de organizarem uma quinta coluna norte-americana e derrubarem o governo popular dirigido pelo Partido Comunista da China, o que alertou de tal maneira os chineses, especialmente os que se tingem de liberalismo, que estes prometem reciprocamente não se deixar enganar pelos norte-americanos e que estão todos em guarda contra as intrigas ocultas do imperialismo norte-americano. Os chineses devem também agradecer a Acheson o ter fabricado lendas absurdas acerca da história moderna da

China; a sua concepção da História é precisamente a que é compartilhada por um sector dos intelectuais chineses, isto é, a concepção idealista burguesa da História. Sendo assim, refutar Acheson pode beneficiar muitos chineses, ampliando-lhes os seus horizontes. O benefício pode ser ainda maior para aqueles cuja concepção é idêntica, ou em certos aspectos idêntica, à de Acheson.

Quais são, pois, as invenções disparatadas de Acheson sobre a história moderna da China? Primeiramente, ele tenta explicar o aparecimento da revolução chinesa em termos de condições económicas e ideológicas na China. A este respeito, ele conta muitos mitos.

Diz Acheson:

“A população da China duplicou durante os séculos XVIII e XIX, originando assim uma pressão insuportável sobre a terra. O primeiro problema a que tem de fazer face qualquer governo chinês é o de alimentar esta população. Até hoje, nenhum governo conseguiu resolvê-lo. O Kuomintang tentou uma solução com a inserção de numerosas leis sobre a reforma agrária inscritas nos códigos. Algumas dessas leis fracassaram, outras foram ignoradas. Em não pequena medida, a dificuldade em que hoje se encontra o governo nacional deve-se à sua incapacidade de prover a China de alimentação suficiente. Uma grande parte da propaganda dos comunistas chineses consiste em prometer solucionar o problema agrário.”

Para os chineses que não compreendem claramente a questão, o que acima se diz parece plausível. Bocas em excesso, alimentação insuficiente; daí a revolução. O Kuomintang fracassou na solução deste problema e

é pouco provável que o Partido Comunista seja capaz de resolvê-lo. “Até hoje, nenhum governo conseguiu resolvê-lo”.

Será que as revoluções são originadas pela sobre-população? Houve muitas revoluções nos tempos antigos e modernos, na China e no estrangeiro; deve-ram-se todas elas à sobrepopulação? Deveram-se também à sobrepopulação as numerosas revoluções ocorridas nos últimos milénios na China? Acaso se deveu também à sobrepopulação a revolução norte-americana contra a Inglaterra, há 174 anos? Os conhecimentos históricos de Acheson são nulos. Ele nem sequer leu a Declaração da Independência dos Estados Unidos. Washington, Jefferson e outros fizeram a revolução contra a Inglaterra em virtude da opressão e exploração dos norte-americanos pelos ingleses e não devido a uma sobrepopulação dos Estados Unidos. Todas as vezes que o povo chinês derrubava uma dinastia feudal, isso ocorria devido à opressão e exploração do povo por essa dinastia feudal, e não porque o país estivesse sobrepovoado. Os russos fizeram a Revolução de Fevereiro e a Revolução de Outubro em virtude da opressão e exploração exercidas pelo tsar e pela burguesia russa e não por causa de qualquer sobrepopulação, já que, ainda hoje, na Rússia há muito mais terras do que as que necessita a população. Na Mongólia, onde a terra é tão vasta e a população tão escassa, a revolução seria inconcebível segundo a linha de pensamento de Acheson, e, portanto, a revolução já se verificou neste país há muito tempo².

Segundo Acheson, a China não tem nenhuma saída. Uma população de 475 milhões de habitantes constitui

uma “pressão insuportável” e, com ou sem revolução, o caso é desesperado. Acheson deposita grandes esperanças nisto; embora não tenha declarado publicamente essas esperanças, elas têm sido reveladas frequentes vezes por muitos jornalistas norte-americanos, através da alegação de que o Partido Comunista da China não conseguirá resolver os problemas económicos, que a China permanecerá num caos perpétuo e que a sua única saída é viver da farinha norte-americana, por outras palavras, conver-ter-se numa colónia dos Estados Unidos.

Por que é que a Revolução de 1911 não foi coroada de êxito, e por que é que não resolveu o problema da alimentação da população? Porque ela derrubou unicamente a dinastia Tsim, mas não liquidou a opressão e a exploração do imperialismo e do feudalismo.

Por que é que a Expedição do Norte não teve êxito, e por que é que não resolveu o problema da alimentação da população? Porque Tchiang Kai-chek traiu a revolução, rendeu-se ao imperialismo e tor-nou-se o cabecilha da contra-revolução que oprimia e explorava os chineses.

E verdade que, “até hoje, nenhum governo conseguiu resolvê-lo”? Nas velhas regiões libertadas do Noroeste, Norte, Nordeste e Leste da China, onde o problema agrário já foi solucionado, acaso existirá ainda o problema da “alimentação dessa população”, tal como Acheson o levanta? Os Estados Unidos mantêm na China um bom número de espias ou de chamados observadores. Por que é que não investigaram sequer esse facto? Em locais como Xangai, o problema do desemprego, ou da alimentação da população, surge apenas devido à cruel e desapiadada opressão e exploração por parte do imperi-

alismo, do feudalismo, do capitalismo burocrático e do governo reaccionário do Kuomintang. Sob o Governo Popular, bastarão somente uns breves anos para que este problema do desemprego, ou da alimentação da população, seja resolvido tão completamente como o foi no Norte, Nordeste e outros pontos do país.

É uma coisa muito boa que a China tenha uma grande população. Mesmo que a população se multiplicasse várias vezes, a China seria inteiramente capaz de encontrar uma solução. A solução é a produção. O argumento absurdo dos economistas burgueses ocidentais, como Malthus³, de que a produção de alimentos não pode aumentar no mesmo ritmo em que aumenta a população, não só foi radicalmente refutado em teoria pelos marxistas, há já muito tempo, como também foi completamente desfeito pela realidade na União Soviética e nas áreas libertadas da China, depois das respectivas revoluções. Basean-do-se na verdade, segundo a qual revolução mais produção pode resolver o problema da alimentação da população, o Comité Central do Partido Comunista da China ordenou às organizações do Partido e ao Exército Popular de Libertação em todo o país que não destituíssem o antigo pessoal do Kuomintang, mas sim mantivessem nas suas funções todos aqueles que se mostrassem capazes e não fossem reaccionários confirmados ou malfeitores notórios. Onde as condições sejam muito difíceis, a alimentação e o alojamento serão compartilhados. Os que tenham sido destituídos e não tenham meios de subsistência, serão reincorporados e ser-lhes-ão assegurados os meios para viver. De acordo com o mesmo princípio, nós manteremos todos os mili-

tares do Kuomintang que se tenham revoltado e passado para o nosso lado, ou que tenham sido feitos prisioneiros. A todos os reaccionários, excepto os maiores culpados, dar-se-á uma oportunidade de ganhar a vida, desde que mostrem arrependimento.

De tudo o que existe no mundo, o mais precioso é o homem. Sob a direcção do Partido Comunista, uma vez que existam os homens, são possíveis todos os milagres. Somos daqueles que refutam a teoria contrarrevolucionária de Acheson. Temos a convicção de que a revolução pode modificar tudo e de que, num futuro próximo, surgirá uma China nova com uma grande população e uma grande riqueza de produtos, onde a vida será de abundância e onde a cultura florescerá. Todas as opiniões pessimistas carecem absolutamente de fundamento.

“O impacto do Ocidente” é dado por Acheson como segunda causa da revolução chinesa. Acheson diz:

“Durante mais de três mil anos, os chineses desenvolveram uma cultura e uma civilização, próprias e elevadas, em grande parte sem influência estrangeira. Mesmo quando submetidos à conquista militar, os chineses sempre conseguiram finalmente submeter e absorver o invasor. Era, pois, natural que acabassem por considerar-se o centro do mundo e a mais alta expressão da Humanidade civilizada. Mais tarde, nos meados do século XIX, a muralha do isolamento chinês, até então intransponível, foi aberta pelo Ocidente. Esses forasteiros trouxeram consigo o dinamismo, o desenvolvimento incomparável da técnica ocidental, assim como uma elevada cultura, que não havia acompanhado as precedentes incursões

estrangeiras na China. Em parte devido a essas qualidades e em parte devido à decadência da dominação Manchu, os ocidentais, em vez de serem absorvidos pelos chineses, introduziram novas ideias que desempenharam um papel importante, estimulando a agitação e a inquietude.”

Para os chineses que não vêem claramente a essência do problema, o que Acheson diz parece admissível: a introdução na China de novas ideias vindas do Ocidente deu origem à revolução.

Contra quem era dirigida a revolução? Como a “decadência da dominação Manchu” era um facto e como era este o ponto fraco atacado, poderia parecer que a revolução era dirigida contra a dinastia Tsim. Contudo, o que Acheson diz aqui de modo nenhum é correcto. A Revolução de 1911 era dirigida contra o imperialismo. Os chineses dirigiram a revolução contra o regime dos Tsins porque este era o lacaio do imperialismo. A resistência à agressão inglesa na Guerra do Ópio, a guerra contra a agressão das forças aliadas anglo-francesas, a guerra dos Taipins contra o regime dos Tsins, lacaio do imperialismo, a guerra contra a agressão francesa, a guerra contra a agressão japonesa e a guerra contra a agressão das Forças Conjuntas das Oito Potências, todas elas terminaram em fracasso; então estalou a Revolução de 1911 contra o lacaio do imperialismo, a dinastia dos Tsins. Esta é a história moderna da China até 1911. Qual é o “impacto do Ocidente” de que fala Acheson? É o esforço da burguesia ocidental, como disseram Marx e Engels no Manifesto do Partido Comunista (1848)⁴, para remodelar o mundo à sua imagem e semelhança

por meio do terror. No processo desse impacto ou remodelação, a burguesia ocidental, que necessitava de compradores e serventes familiarizados com os costumes ocidentais, teve de permitir que países como a China abrissem escolas e enviassem estudantes para o estrangeiro; e, assim, “foram introduzidas novas ideias” na China. Ao mesmo tempo, nasciam, em países como o nosso, uma burguesia nacional e um proletariado, enquanto que o campesinato se arruinava, originando um imenso semiproletariado. Assim, a burguesia ocidental criou duas categorias no seio da população dos países orientais: uma pequena minoria, os servidores do imperialismo, e uma maioria, oposta ao imperialismo e constituída pela classe operária, campesinato, pequena burguesia urbana, burguesia nacional e intelectuais originários dessas classes. Todos os que formam esta maioria são os coveiros do imperialismo, foram criados pelo próprio imperialismo e é deles que dimana a revolução. Não foi a chamada introdução das ideias do Ocidente que provocou “a agitação e a inquietude”, mas sim foi a agressão imperialista que provocou a resistência. Durante muito tempo no decorrer desse movimento de resistência, isto é, durante mais de setenta anos, desde a Guerra do Opio de 1840 até às vésperas do Movimento do 4 de Maio de 1919, os chineses não dispunham de armas ideológicas com que defender-se do imperialismo. As armas ideológicas do velho feudalismo ultraconservador foram derrotadas, tiveram de ceder e foram declaradas falidas. Sem mais possibilidades de escolha, os chineses foram obrigados a equipar-se com armas ideológicas e fórmulas políticas, como a teoria da evolução,

a teoria dos direitos naturais e a república burguesa, todas elas extraídas do arsenal do período revolucionário da burguesia no Ocidente, berço do imperialismo. Os chineses organizaram partidos políticos e fizeram revoluções, crendo que poderiam assim resistir às potências estrangeiras e estabelecer uma república. Mas, todas essas armas ideológicas, da mesma maneira que as do feudalismo, revelaram-se muito frágeis e tiveram por seu turno que ceder, retirar-se e declarar-se falidas.

A Revolução Russa de 1917 despertou os chineses, que aprenderam algo de novo, o Marxismo-Leninismo. Na China, nasceu o Partido Comunista, acontecimento que fez época. Sun Yat-sen também advogou a ideia de “aprender da Rússia” e de “aliança com a Rússia e o Partido Comunista”. Em resumo, a partir desse momento a China mudou de orientação.

Como porta-voz dum governo imperialista, Acheson não está naturalmente disposto a deixar escapar uma só palavra sobre o imperialismo. Ele descreve a agressão imperialista nos seguintes termos: “Esses forasteiros trouxeram consigo dinamismo...”. “Dinamismo” — que bonito nome! Tendo assimilado tal “dinamismo”, os chineses não o aplicaram para empreenderem acções na Inglaterra ou nos Estados Unidos, mas apenas provocaram “agitação e inquietude” no interior da China, isto é, fizeram revoluções contra o imperialismo e seus lacaios. Desgraçadamente, porém, nem por uma só vez tiveram êxito; foram sempre batidos pelos imperialistas, os inventores desse “dinamismo”. Os chineses voltaram-se, então, para outra direcção a fim de aprenderem algo diferente e, coisa bem estranha, isto surtiu efeito ime-

diatamente.

O Partido Comunista da China “foi organizado nos princípios dos anos vinte, sob a impulsão ideológica da revolução russa”. Aqui Acheson tem razão. Essa ideologia não era outra senão o Marxismo-Leninismo. Essa ideologia é incomensuravelmente superior à da burguesia ocidental, que Acheson qualifica de “elevada cultura, que não havia acompanhado as precedentes incursões estrangeiras na China”. A eficácia dessa ideologia é de tal maneira evidente que a cultura ocidental, de que os Acheson podem vangloriar-se de ser uma “elevada cultura” em comparação com a velha cultura feudal da China, foi derrotada mal chocou com a nova cultura marxista-leninista, isto é, com a concepção científica do mundo e a teoria da revolução social, que o povo chinês havia adquirido. Na sua primeira batalha, esta nova cultura científica e revolucionária, adquirida pelo povo chinês, derrotou os caudilhos militares do Norte, lacaios do imperialismo; na segunda, desbaratou as tentativas doutro laiaio do imperialismo, Tchiang Kai-chek, de interceptar o Exército Vermelho Chinês, durante a sua Longa Marcha de 25.000 lis; na terceira, venceu o imperialismo japonês e o seu laiaio Uam Tsim-vei; e, na quarta, pôs finalmente termo à dominação da China pelos Estados Unidos e outras potências imperialistas, assim como à dominação dos seus lacaios, Tchiang Kai-chek e todos os demais reaccionários.

Se o Marxismo-Leninismo, uma vez introduzido na China, pôde desempenhar um papel assim tão importante, foi porque as condições sociais da China o exigiam, foi porque se fundiu com a prática da revolução popular

chinesa e porque o povo chinês o assimilou. Qualquer ideologia — mesmo a melhor, mesmo o próprio Marxismo-Leninismo — é ineficaz, a menos que esteja ligada à realidade objectiva, responda às necessidades objectivamente existentes e tenha sido assimilada pelas massas populares. Nós somos materialistas históricos, opostos ao idealismo histórico.

Facto bastante estranho, “a doutrina e a prática soviéticas tiveram um efeito apreciável sobre o pensamento e os princípios do Dr. Sun Yat-sen, particularmente no que se refere à economia e à organização do Partido”. Qual foi o efeito produzido no Dr. Sun Yat-sen pela “elevada cultura” do Ocidente, de que tanto se orgulham Acheson e os seus semelhantes? Acheson não o diz. Foi porventura uma casualidade o facto de o Dr. Sun, que dedicou a maior parte da sua vida a procurar na cultura burguesa ocidental a verdade que salvaria a nação, se ter finalmente de siludido e passado a “aprender da Rússia”? Obviamente que não. É evidente que não foi uma casualidade o facto de o Dr. Sun e o povo chinês sofredor, por ele representado, se terem ambos enfurecido com o “impacto do Ocidente” e terem decidido formar uma “aliança com a Rússia e o Partido Comunista”, a fim de travarem uma luta de vida ou de morte contra o imperialismo e os seus lacaios. Acheson não se atreve a dizer aqui que o povo soviético é um agressor imperialista e que o Dr. Sun Yat-sen aprendeu dos agressores. Pois bem! Se Sun Yat-sen pôde aprender junto do povo soviético e se este não é um agressor imperialista, por que razão não poderão os sucessores de Sun Yat-sen, os chineses que vivem depois dele, aprender também junto do

povo soviético? Por que motivo serão os chineses, exceptuado Sun Yat-sen, apresentados como “dominados pela União Soviética”, como “quinta coluna do Komin-tern” e “lacaios do imperialismo vermelho” por terem aprendido do Marxismo-Leninismo a concepção científica do mundo e a teoria da revolução social, ligando-as às características específicas da China, por terem desencadeado a guerra popular de libertação da China e a grande revolução popular e terem fundado uma república de ditadura democrática popular? Poderá acaso haver neste mundo uma lógica tão sublime como esta?

Desde que aprendeu o Marxismo-Leninismo, o povo chinês deixou de ser passivo espiritualmente e conquistou a iniciativa. A partir daí, terminaria o período da História mundial moderna em que os chineses e a cultura chinesa eram olhados com desprezo. A grande e vitoriosa Guerra Popular de Libertação e a grande revolução popular rejuvenesceram, e rejuvenescem ainda, a grande cultura do povo chinês. No seu aspecto espiritual, esta cultura do povo chinês é já superior a qualquer outra cultura do mundo capitalista. Tomemos como exemplo o Secretário de Estado Acheson e congéneres. O nível da sua compreensão sobre a China moderna e sobre o mundo moderno é inferior ao de um simples soldado do Exército Popular de Libertação da China.

Até aqui, Acheson, da mesma maneira que um professor universitário burguês palestrando sobre um texto fastidioso, pretendeu traçar as causas e os efeitos dos acontecimentos na China. A revolução ocorreu na China, primeiro, em virtude da sobrepopulação e, segundo, em virtude do estímulo das ideias ocidentais. Como se vê,

ele parece ser um campeão da teoria da causalidade. Mas, com o que se segue, desaparece até essa migalha da teoria da causalidade, fastidiosa e falsificada, não se encontrando mais do que uma amálgama de acontecimentos incompreensíveis. Inexplicavelmente, os chineses lutavam entre si pelo poder e por dinheiro, suspeitando-se e odiando-se mutuamente. Verificou-se uma mudança incompreensível na correlação das forças morais das duas partes contendoras, o Kuomintang e o Partido Comunista; a moral dum das partes desceu bruscamente abaixo de zero, enquanto que a da outra subiu vertiginosamente ao ponto de incandescência. Qual a razão? Ninguém a conhece. Eis a lógica inerente à “elevada cultura” dos Estados Unidos, tal como Dean Acheson a apresenta.

NOTAS

1 A Revolução Burguesa de 1775-1783, conhecida por Guerra da Independência, em que o povo norte-americano lutou contra a dominação colonial inglesa.

2 Na sua luta pela libertação, de 1921 a 1924, o povo mongol, sob a direcção do Partido Revolucionário Popular da Mongólia, expulsou as tropas bandoleiras dos Guardas Brancos russos e as forças armadas dos caudilhos militares do Norte da China, apoiadas umas e outras pelo imperialismo japonês, derrubou a dominação feudal mongol e fundou a República Popular da Mongólia.

3T. R. Malthus (1766-1834), clérigo anglicano e economista reaccionário. Na sua obra Ensaio sobre o Princípio da População (1798), Malthus afirmou que “a população não controlada . . . cresce em progressão geométrica . . . (ao passo que) os meios de subsistência . . . só podem aumentar em progressão aritmética”. Baseado nesta hipótese arbitrária, ele chegou à conclusão de que a

miséria e os males da sociedade humana são fenômenos naturais permanentes. Segundo ele, o único meio de resolver o problema da miséria do povo trabalhador era encurtar a sua duração de vida, reduzir a população ou deter o seu crescimento. Considerava a fome, a peste e a guerra como meios de diminuir a população.

4 Ver Manifesto do Partido Comunista, capítulo I, "Burgueses e Proletários". A burguesia "compele todas as nações, sob pena de extinção, a adoptarem o modo burguês de produção; ela força-as a introduzirem a pretendida civilização, quer dizer, força-as a tornarem-se burguesas. Em resumo, ela forja o mundo à sua imagem e semelhança".